



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1684

Sexta-feira - 13 de Fevereiro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Imarui.....	214	São José.....	452
Alto Bela Vista.....	6	Imbituba.....	215	São José do Cedro.....	454
Anchieta.....	7	Indaial.....	279	São Lourenço do Oeste.....	456
Antônio Carlos.....	9	Iomerê.....	283	Schroeder.....	458
Arroio Trinta.....	18	Ipumirim.....	284	Serra Alta.....	463
Associações.....	499	Irineópolis.....	285	Siderópolis.....	469
Balneário Rincão.....	55	Itá.....	336	Tigrinhos.....	470
Barra Velha.....	55	Itaiópolis.....	337	Timbé do Sul.....	470
Bela Vista do Toldo.....	56	Itapiranga.....	337	Timbó.....	471
Benedito Novo.....	57	Itapoá.....	350	Três Barras.....	475
Biguaçu.....	57	Ituporanga.....	358	Treze Tílias.....	476
Blumenau.....	61	Jacinto Machado.....	362	Trombudo Central.....	480
Bom Jesus do Oeste.....	70	Joacaba.....	366	Tunápolis.....	480
Bom Retiro.....	73	Lages.....	371	Vargeão.....	485
Botuvera.....	85	Lebon Regis.....	372	Vargem Bonita.....	485
Braço do Trombudo.....	87	Leoberto Leal.....	374	Videira.....	486
Brunópolis.....	88	Lindóia do Sul.....	377	Vitor Meireles.....	496
Brusque.....	88	Luzerna.....	378	Xavantina.....	498
Caçador.....	99	Macieira.....	385	Xaxim.....	499
Camboriú.....	119	Mafra.....	386		
Campo Alegre.....	120	Maracajá.....	388	Consórcios	
Campos Novos.....	133	Maravilha.....	390	ARIS.....	500
Canelinha.....	136	Massaranduba.....	392	CIGA.....	500
Canoinhas.....	136	Meleiro.....	394	CIS/AMARP.....	500
Capinzal.....	137	Morro da Fumaça.....	395	CISAM.....	502
Catanduas.....	138	Navegantes.....	395		
Chapadão do Lageado.....	138	Nova Trento.....	398	Editais de Notificação	
Cocal do Sul.....	139	Novo Horizonte.....	405	Doutor Pedrinho.....	503
Concórdia.....	139	Orleans.....	406	Erval Velho.....	516
Coronel Martins.....	141	Ouro Verde.....	407	Governador Celso Ramos.....	533
Correia Pinto.....	141	Palhoça.....	407	Herval d'Oeste.....	558
Corupá.....	143	Papanduva.....	412	Jacinto Machado.....	560
Curitibanos.....	144	Passo de Torres.....	416	Lebon Regis.....	583
Doutor Pedrinho.....	147	Passos Maia.....	418	Morro da Fumaça.....	587
Ermo.....	148	Paulo Lopes.....	419	Pinheiro Preto.....	601
Faxinal dos Guedes.....	149	Penha.....	419	Porto Belo.....	634
Forquilha.....	152	Pinheiro Preto.....	427	Rio do Sul.....	672
Fraiburgo.....	156	Pomerode.....	435	Salto Veloso.....	673
Frei Rogério.....	163	Ponte Serrada.....	436	São Cristóvão do Sul.....	688
Galvão.....	166	Porto União.....	437	São Joaquim.....	694
Garopaba.....	167	Pouso Redondo.....	440	São Pedro de Alcântara.....	743
Gaspar.....	167	Rio do Sul.....	440	Serra Alta.....	761
Governador Celso Ramos.....	170	Santa Cecília.....	445	Timbé do Sul.....	763
Grão Pará.....	173	Santa Rosa do Sul.....	446	Treze Tílias.....	783
Guaraciaba.....	174	São Bento do Sul.....	447	Vargem Bonita.....	799
Guarujá do Sul.....	188	São Carlos.....	448	Vidal Ramos.....	806
Herval d'Oeste.....	188	São Domingos.....	450	Vitor Meireles.....	814
Ibiam.....	201	São João do Sul.....	451		
Ilhota.....	202	São Joaquim.....	452		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 042/2015

PORTARIA Nº 042/2015 de 10 de fevereiro de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE SEGUNDO PROFESSOR O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Segundo Professor, a servidora Salete Zarpelon Parenti, inscrita no CPF sob o nº 824.989.209-78 a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 043/2015

PORTARIA Nº 043/2015 de 10 de fevereiro de 2015

"EXONERAR DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a servidora, CARMEN GUISENI DA FONSECA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob Nº 483.324.539-68, ocupante do cargo de Diretora do Departamento do Ensino Fundamental, a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 044/2015

PORTARIA Nº 044/2015 de 10 de fevereiro de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR 1º AO 5º ANO - 20 HORAS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Professor 1º ao 5º ano - 20 horas, a servidora, Luci Mara Anssolin Luchese, inscrita no CPF sob o nº 006.461.699-12 a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 045/2015

PORTARIA Nº 045/2015 de 10 de fevereiro de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR 1º AO 5º ANO - 20 HORAS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo, em caráter temporário, de Professor 1º ao 5º ano - 20 horas, a servidora, Juliana Pereira de Souza Katschor, inscrita no CPF sob o nº 031.961.689-48 a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 046/2015

PORTARIA Nº 046/2015 de 10 de fevereiro de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR 1º AO 5º ANO - LÍNGUA INGLESA O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Professor 1º ao 5º ano - Língua Inglesa, a servidora, Gissele Brezolin Ghidorsi, inscrita no CPF sob o nº 693.665.199-20 a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 047/2015

PORTARIA Nº 047/2015 de 10 de fevereiro de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, a servidora, Fabiana Provin Zenatti de Souza, inscrita no CPF sob o nº 009.224.349-56 a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 048/2015

PORTARIA Nº 048/2015 de 10 de fevereiro de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo, em caráter temporário, de Professor Educação Infantil, a servidora, Luiza Pereira Duarte, inscrita no CPF sob o nº 071.114.299-82 a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 049/2015

PORTARIA Nº 049/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, a servidora, Carmen Guisleni da Fonseca, inscrita no CPF sob o nº 483.324.539-68 a partir de 11/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015

Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 050/2015

PORTARIA Nº 050/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo, em caráter temporário, de Professor Educação Infantil, a servidora, Cleuza Maria de Oliveira Drissen, inscrita no CPF sob o nº 636.902.849-53 a partir de 11/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 051/2015

PORTARIA Nº 051/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"NOMEAR PARA O CARGO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo, em caráter temporário, de Professor Educação Infantil, a servidora, Luciane Turra, inscrita no CPF sob o nº 032.454.329-84 a partir de 11/02/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 052/2015

PORTARIA Nº 052/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Elvira Maria Pazini, referente ao cargo em caráter temporário de Merendeira, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 053/2015

PORTARIA Nº 053/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Marisete Kochen, referente ao cargo em caráter temporário de Professor 1º ao 5º ano - 20 horas, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 054/2015

PORTARIA Nº 054/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Marcia Inês Johann Simão, referente ao cargo em caráter temporário de Professor 1º ao 5º ano - 20 horas, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 055/2015

PORTARIA Nº 055/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Fabiane Aparecida Pereira, referente ao cargo em caráter efetivo de Professor Língua Inglesa 1º ao 5º ano - 20 horas, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 056/2015

PORTARIA Nº 056/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Emanuele Canalle, referente ao cargo em caráter temporário de Professor Educação Infantil, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 057/2015

PORTARIA Nº 057/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Deferir o pedido de desistência do Concurso Público 015/2014, de Carmelina Alves Paz, referente ao cargo em caráter temporário de Professor 1º ao 5º ano - 20 horas, conforme o pedido de desistência em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 058/2015

PORTARIA Nº 059/2015 de 11 de fevereiro de 2015
"EXONERAR A PEDIDO DO CARGO AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido a servidora, Juceli Antunes Zanatta, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob Nº 937.355.619-34, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, a partir de 31/01/2015, conforme requerimento Protocolo Nº 060/2015 em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31/01/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 059/2015

PORTARIA Nº 059/2015 de 11 de fevereiro de 2015

"EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido a servidora, Jane Helena dos Passos, brasileira, inscrita no CPF sob Nº 050.301.159-27, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 08/02/2015, conforme requerimento Protocolo Nº 058/2015 em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 060/2015

PORTARIA Nº 060/2015 de 11 de fevereiro de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Valter Valentin Rampazzo, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ADRIANA GROTTO PERCISI, inscrito sob CPF nº 041.862.119-57, ocupante do cargo de Merendeira, a partir de 10/02/2015 a 11/03/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10/02/2015 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de fevereiro de 2015
Valter Valentin Rampazzo
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista**PREFEITURA****PORTARIA Nº 020, DE 03 DE FEVEREIRO****DE 2015.**

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, TITULARES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo V, Par. 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais";

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores Públicos Municipais abaixo identificados, Progressão por interesse de qualificação;

MAT.	SERVIDORES	HORAS	REF.
526	Marcia P. F. Burget	Aferir 348 horas pela Port. nº 44 de 16 de abril de 2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2014, 80 horas em 2015 e o restante serão usadas em anos posteriores.	02
133	Marcos Dahmer	Aferir 164 horas pela port. nº 74 de 14 de julho de 2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2014, 80 em 2015 e 4 horas restantes serão usadas em anos posteriores.	02
559	Joelson Wuaden	Aferir 164 horas de cursos pelo requerimento 288/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2014, 80 horas em 2015 e 4 horas para os anos posteriores.	02
540	Laitir Lohmann	Aferir 160 horas de curso pelo requerimento 56/2014. Sendo aproveitadas 80 horas em 2014 e 80 horas em 2015.	02
524	Vanessa da Silva Costa	Aferir 1150 horas de curso pelo requerimento 41/2014. Sendo aproveitadas 80 horas para 2014, 80 horas para 2015 e o restante para os anos posteriores.	02

Art. 2º - Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo o dispositivo no Par. 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005, sendo as horas excedentes aproveitadas para fins da referida progressão em anos posteriores.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 03 de fevereiro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2015

O Município Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a contratação de empresas para prestação de serviço de publicações legais relativas a processos licitatórios e administrativos e publicações institucionais de interesse da Administração Municipal, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas no Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até 08h50, do dia 02 de março de 2015, em sessão pública, com início previsto para as 9h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 12 de fevereiro de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Anchieta**PREFEITURA****PORTARIA Nº 120/2015**

PORTARIA Nº. 120/2015

De, 10 de Fevereiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 002/2014;

Considerando a grande demanda de alunos nas mais diversas séries;

Resolve:

Nomear Professora de Séries Iniciais,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Selma Antônia Giongo, para exercer o cargo de Professora de Séries Iniciais - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º, inciso VIII, no período de 11/02/2015 à 18/12/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 10 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 121/2015

PORTARIA Nº. 121/2015

De, 10 de Fevereiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 002/2014;

Considerando a grande demanda de alunos nas mais diversas séries;

Resolve:

Nomear Professora de Séries Iniciais,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Elizandra Junges Chenet, para exercer o cargo de Professora de Séries Iniciais - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da

Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º, inciso VIII, no período de 11/02/2015 à 18/12/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 10 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 122/2015

PORTARIA Nº. 122/2015

De, 10 de Fevereiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 54 da Lei Complementar nº 033/2011,

Resolve:

Reduzir Carga Horária,

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, da servidora pública municipal Luciana do Amaral Crestani, ocupante do cargo de Professora de educação Física.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 10 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 123/2015

PORTARIA Nº. 123/2015

De, 10 de Fevereiro de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 54 da Lei Complementar nº 033/2011,

Resolve:

Reduzir Carga Horária,

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, do servidor público municipal Rafael Schenkel, ocupante do cargo de Professor de educação Física.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 10 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 124/2015

PORTARIA nº. 124/2015

De, 13 de Fevereiro de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a Pedido a senhora Dulce Inês Hanauer Kraemer, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 13 de Fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária da Administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 010/2015

DECRETO N.O 010/2015

APROVA O REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU DESTE MUNICÍPIO.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial aos poderes conferidos pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade e pela Lei Municipal Complementar nº. 001/2002 (Código Tributário Municipal):

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR

Seção I
Da Incidência

Art.1º. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º. Para os efeitos deste Regulamento, consideram-se zona urbana as áreas ou setores do Município em que se observa a existência de, no mínimo, dois dos melhoramentos abaixo relacionados, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde.

§ 2º. O requisito previsto no inciso V do parágrafo anterior deverá estar situado a, no máximo, três quilômetros do imóvel mencionado no caput deste artigo.

§ 3º. São também consideradas urbanas, para fins de cobrança do IPTU:

- I - as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, indústria ou comércio, mesmo que localizados fora da zona urbana;
- II - as áreas não registradas nos cartórios de registro de imóveis, mas destinadas ou utilizadas como residência e comércio.

§ 4º. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relacionadas com o imóvel, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

Seção II
Da Ocorrência do Fato Gerador

Art. 2º. O imposto é anual e, para todos os efeitos legais, considera-se ocorrido o fato gerador, no dia 31 de dezembro de cada ano, com base na situação jurídica e de fato existente naquele momento.

CAPÍTULO II DOS CONTRIBUINTES E RESPONSÁVEIS

Art. 3º. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Art. 4º. O imposto transmite-se aos adquirentes e remitentes, salvo se constar, da escritura, certidão negativa de débitos referentes ao imposto.

§ 1º. O espólio é responsável, até a abertura da sucessão, pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis que pertenciam ao "de cujus".

§ 2º. A massa falida é responsável pelo pagamento do imposto relativo aos imóveis de propriedade da empresa falida.

§ 3º. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o titular do domínio útil, o justo possuidor, o titular do direito de usufruto ou uso, os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel.

Art. 5º. Salvo disposição legal em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento do tributo, não têm validade para modificação do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

CAPÍTULO III DO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL

Art. 6º. A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário será promovida:

- I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- II - por qualquer dos condôminos;
- III - pelo compromissado comprador;
- IV - de ofício, em se tratando de propriedade pública, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo e na forma legal.

§ 1º. É fixado em 30 (trinta) dias o prazo para promoção da inscrição, contados da data da conclusão das construções, reconstruções ou reformas, e, nos casos de aquisição, a qualquer título, da assinatura formal ou carta.

§ 2º. Aproveita ao requerente, para os fins deste artigo, o requerimento de "habite-se", devendo o processo, em tal caso, ser encaminhado à Unidade Administrativa de Finanças, para registro da alteração no Cadastro Imobiliário.

Art.7º. Para efetivar a inscrição, o responsável deverá, em petição, ofertar os seguintes elementos:

- I - nome do proprietário, possuidor ou compromissário comprador da propriedade;
- II - localização da propriedade;
- III - serviços públicos e melhoramentos existentes nos logradouros em que se situa a propriedade;
- IV - descrição e área da propriedade territorial;
- V - área, características e tempo de existência da propriedade predial;
- VI - valor venal da propriedade territorial, e da propriedade predial, quando existente;
- VII - utilização dada à propriedade;
- VIII - existência, ou não, de passeio e muro em toda a extensão da testada;
- IX - valor da aquisição.

Parágrafo único. A petição mencionada neste artigo será anexada

a planta da propriedade territorial, em escala que possibilite a perfeita identificação da situação, e, em se tratando de área loteada, deverá a planta ser completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos, designar o valor da aquisição, os logradouros, quadras e lotes, a área total, as áreas cedidas ao Patrimônio Municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas ou a serem alienadas.

Art. 8º. Consideram-se sonegadas à inscrição, as propriedades cujas petições apresentem elementos destinados à identificação do sujeito passivo da obrigação tributária e à apuração de seu montante de maneira incorreta, incompleta ou inexata.

Art. 9º. Serão obrigatoriamente comunicadas à Unidade Administrativa de Finanças, também em petição, as ocorrências que possam, de qualquer maneira, alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário.

Parágrafo único. É de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência, o prazo para a comunicação referida neste artigo.

Art. 10. Em caso de litígio sobre o domínio da propriedade, a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o cartório por onde correr a ação.

Art. 11. Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, no mês de janeiro de cada ano, à Unidade Administrativa de Finanças, relação dos lotes alienados definitivamente ou mediante compromisso, mencionando o nome do comprador e o endereço, os números de quadra e do lote, as dimensões deste e o valor do contrato de venda.

Art. 12. Do Cadastro Imobiliário constará o valor venal atribuído à propriedade nos termos da legislação tributária, ainda que discordante este do declarado pelo responsável.

CAPÍTULO IV DA APURAÇÃO DO IMPOSTO

Seção I Da Base de Cálculo

Art. 13. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, alcançado pela tributação.

§ 1º. O valor venal referido nocauput é o constante do Cadastro Imobiliário e no seu cálculo será considerado o valor do terreno e, sendo o caso, cumulativamente, o da edificação, podendo ser levado em conta:

- I - a área da propriedade territorial;
- II - o valor básico do metro quadrado do terreno no Município, fixado na Planta Genérica de Valores;
- III - os coeficientes de valorização e desvalorização do logradouro, quadra ou zona em que se situa o imóvel;
- IV - a área construída da edificação;
- V - o custo do valor básico do metro quadrado de construção, segundo o tipo da edificação;
- VI - os coeficientes de obsolescência da construção;
- VII - a forma, a situação topográfica, dificuldades de aproveitamento e outras características que possam contribuir para a diminuição do valor do imóvel.

§ 2º. Poder-se-á adotar como valor venal o indicado pelo contribuinte, sempre que superior ao indicado pelo Cadastro Imobiliário.

§ 3º. A ocorrência de quaisquer dos elementos constantes do item VII, deste artigo, devidamente justificados pelo contribuinte, em

requerimento dirigido ao Secretário de Administração e Finanças, permitirá uma redução de até 50% (cinquenta por cento) no valor venal do terreno.

Art. 14. Para efeito de cálculo do valor venal do terreno adotará-se a Planta Genérica de Valores.

§ 1º. O terreno que se limitar com mais de um logradouro será considerado como situado naquele que apresentar maior valor.

§ 2º. Para os terrenos situados em vias ou logradouros não especificados na Planta Genérica de Valores, utilizar-se-á o coeficiente resultante da média aritmética das vias ou logradouros públicos em que começa e termina a via ou logradouro considerado, ou em se tratando de via de acesso, o valor da via principal, com redução de até 50% (cinquenta por cento).

§ 3º. A Comissão Permanente para Aferição da Base de Cálculo dos Logradouros Públicos não incluídos na Planta Genérica de Valores em vigor, fixará os índices a serem adotados para a definição do valor exato do metro quadrado do terreno para cada ano, baseado nos limites e parâmetros definidos no parágrafo 2º deste artigo, os quais constarão de portaria do Titular da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 15. Para efeito de tributação, dos terrenos considerados glebas, a área tributável será obtida tomando-se a metragem da testada, multiplicada pela profundidade de até 30 (trinta) metros.

Parágrafo único. Os fatores corretivos referentes às glebas, obedecerão os seguintes critérios:

Área em m ² (metro quadrado)	Percentual (%)
até 2.000	1,00
de 2.001 a 4.000	0,20
de 4.001 a 10.000	0,10
Acima de 10.000	0,05

Art. 16. Para fins de cálculo do valor venal da edificação, será adotado o valor do metro quadrado fixado para o ano de 2015, de acordo com a seguinte tabela:

CLASSIFICAÇÃO	Preço do m ² em R\$
Construção de Alvenaria	197,40
Construção de Madeira	141,82
Galpões para Comércio e/ou Indústria	
a) Até 300,00 m ²	141,82
b) Acima de 300,00 m ²	93,57

Art. 17. O valor venal da edificação, aprovado na forma do art. 14, sofrerá a redução determinada pelos seguintes índices de obsolescência:

Idade da Construção	Fator em %
Construção de 8 até 15 anos	10
Construção de mais de 15 anos até 30 anos	20
Construção de mais de 30 anos	30

Art. 18. A base de cálculo da propriedade territorial em que estiver sendo executada construção ou reconstrução, legalmente autorizada, permanecerá inalterada a partir do ano seguinte àquele em que for feita a comunicação do início da obra, até o término do exercício em que ocorrer a sua conclusão, desde que tenha duração normal e seja executada ininterruptamente.

§ 1º. O imóvel cujo sujeito passivo tenha sido, anteriormente,

beneficiado com imunidade, não incidência ou isenção, terá o valor de sua base de cálculo apurado proporcionalmente aos meses e/ou fração de mês que faltarem para o fim do exercício fiscal.

§ 2º. Para fins do parágrafo anterior, considera-se mês, a fração igual ou superior a quinze dias.

Art. 19. Todo imóvel, habitado ou em condições de sê-lo, poderá ser lançado, independentemente da concessão do habite-se.

Seção II Das Isenções

Art. 20. São isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I - o imóvel cedido gratuitamente para funcionamento de quaisquer serviços públicos municipais, relativamente às partes cedidas e enquanto ocupado pelos citados serviços;

II - o imóvel de propriedade de Conselho Comunitário ou Associação de Moradores, reconhecidos de utilidade pública pelo Município, desde que ocupado pela entidade;

III - a propriedade unifamiliar cuja área edificada não ultrapasse 100 (cem) metros quadrados, em terreno cuja área não ultrapasse a 720 (setecentos e vinte) metros quadrados e preencha os seguintes requisitos:

- a) seja única propriedade do sujeito passivo da obrigação tributária território do Município;
- b) tenha idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos, ou que esteja aposentado por invalidez;
- c) a renda familiar não ultrapasse 2 (dois) salários mínimos nacionais;

IV - os terrenos considerados de preservação permanente, impedidos de sobre eles edificar.

Parágrafo único. A isenção de que trata inciso III do caput será estendida à pessoa física que na condição de viúva ou viúvo, preencha os requisitos estabelecidos nas alíneas a, b e c, do mesmo inciso.

Art. 21. As isenções previstas para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana serão requeridas, anualmente, até a data fixada para pagamento da primeira parcela e sua cassação se dará uma vez verificada não mais existirem os pressupostos que autorizam sua concessão.

Art. 22. Fica suspenso o pagamento do imposto:

I - relativo a imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, por ato do Município, enquanto este não se imitar na respectiva posse;

II - relativo a imóvel atingido total ou parcialmente por projeto de obra do sistema viário, de tal forma que inviabilize a construção de edificação ou melhoria das já existentes.

§ 1º. Deixando de existir as razões que determinaram a suspensão, relativas às situações previstas nos incisos I e II deste artigo, o crédito tributário será revigorado, permitindo ao titular do imóvel, o recolhimento do principal, até 30 (trinta) dias contados da data em que foi expedida a notificação de lançamento, com direito a desconto de 20% (vinte por cento) sobre o montante.

§ 2º. Imitido o Município na posse do imóvel, serão definitivamente cancelados os créditos fiscais cuja exigibilidade tenha sido suspensão, de acordo com este artigo.

Seção III

Da Alíquota

Art. 23. As alíquotas do imposto são:

I - Terrenos:

- a) 0,75% para terrenos edificados;
- b) 1,50% para terrenos não edificados; e
- c) 2,00% para não edificados a mais de 5 anos;

II - Edificações:

- a) 0,75% para edificações com até 100 m² (cem metros quadrados); e
- b) 0,80% para edificações com mais de 100 m² (cem metros quadrados).

Parágrafo único. Não são considerados terrenos edificados, para efeito de tributação, aqueles com edificações construídas a título precário, interditadas ou em ruínas.

CAPÍTULO V DO LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Seção I Do Lançamento

Art. 24. O lançamento do imposto será efetuado de ofício, anualmente até o último dia do mês de janeiro de cada exercício.

Parágrafo único. O contribuinte terá ciência do lançamento por aviso colocado a disposição na Secretaria de Administração e Finanças, por Edital afixado na Prefeitura Municipal, ou ainda por entrega no domicílio fiscal do contribuinte.

Art. 25. O documento de arrecadação ou a notificação serão feitos em nome do proprietário do imóvel, do titular do seu domínio útil, do possuidor a qualquer título, do espólio ou da massa falida.

Parágrafo único. Na hipótese de condomínio de propriedade ou de composesse, serão feitos em nome de um dos co-proprietários ou co-possuidores, de alguns, de todos ou da pessoa, física ou jurídica, que os represente.

Art. 26. A qualquer tempo, observado o prazo decadencial, poderão ser efetuados lançamentos omitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias e promovidos lançamentos aditivos e substitutivos.

§ 1º. A comunicação do lançamento efetuado nos termos deste artigo será feita por notificação pessoal ao contribuinte ou por edital publicado em jornal de grande circulação local.

§ 2º. Os lançamentos relativos a exercícios anteriores serão feitos em conformidade com os valores e as disposições legais das épocas a que se referirem.

Seção II Do Recolhimento

Art. 27. O pagamento do imposto poderá ser efetuado a vista ou em até 5 (cinco) parcelas, em conjunto com a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos.

§ 1º. O vencimento da cota única ou da primeira parcela ocorrerá em 31 de maio de 2015, e o vencimento das demais parcelas, para o contribuinte que optar pelo recolhimento parcelado, ocorrerá nos dias 30 de junho, 31 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro, respectivamente.

§ 2º. O pagamento em cota única até o dia 31 de maio de 2015, dá direito ao contribuinte a um desconto de 20% sobre o valor do Tributo lançado.

§ 3º. O pagamento em atraso sujeitará o contribuinte às penalidades previstas nos artigos 118 a 124 da Lei Complementar Municipal nº. 001/2002.

CAPÍTULO VI DA NÃO-INCIDÊNCIA CONSTITUCIONAL

Art. 28. O imposto não incide sobre imóvel pertencente a:

- I - União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II - entidades religiosas, desde que relacionado com suas finalidades essenciais;
- III - autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, quando vinculado às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes;
- IV - partidos políticos e suas fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando relacionado às suas finalidades essenciais e desde que:

- a) não distribuam qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) apliquem integralmente no País os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livro revestido de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

§ 1º. Nas hipóteses dos incisos II, III e IV deste artigo, a não-incidência será declarada, por ato da Secretaria de Administração e Finanças, mediante requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições neles referidas e, uma vez reconhecida, terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que a fundamentaram.

§ 2º. Reconhecida a não-incidência, ficam os beneficiários obrigados a comunicar à Secretaria de Administração e Finanças, qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrer a alteração.

§ 3º. Constatado que o beneficiário deixou de comunicar à Secretaria de Administração e Finanças a cessação das condições que implicaram a concessão do benefício, será cobrado o imposto atualizado monetariamente, com os acréscimos legais, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, quando for o caso.

CAPÍTULO VII DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 29. Observado o Plano Diretor e descumpridos os prazos e normas, previstos em lei específica, para a construção, utilização ou adequação do imóvel subutilizado ou não utilizado, o Município aplicará a progressão do Imposto Predial e Territorial Urbano no tempo, objetivando alcançar a função social da propriedade:

- I - dobrando, no exercício seguinte, a alíquota do exercício anterior até o máximo de 15% (quinze por cento) ao ano, pelo prazo de cinco anos;
- II - decorrido o prazo do exercício anterior, fica mantida a alíquota de 15% (quinze por cento), sendo facultada a desapropriação a título de sanção;
- III - na hipótese deste artigo, é vedada a concessão de anistia ou isenção.

CAPÍTULO VIII DAS RECLAMAÇÕES E RECURSOS

Seção I Da Reclamação

Art. 30. A revisão do lançamento do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos do exercício de 2015 será feita à vista de Reclamação Administrativa apresentada pelo sujeito passivo ao Secretário Municipal de Administração e Finanças em Processo Administrativo Tributário devidamente registrado no Protocolo Geral da Prefeitura, acompanhado dos documentos comprobatórios aos fatos narrados.

§1º. A reclamação deverá ser protocolizada até o dia 31 de maio de 2015, sendo considerada perempta, a reclamação protocolizada após este prazo.

§2º. A Reclamação terá efeito suspensivo até a notificação do sujeito passivo, da decisão final de Recurso à segunda instância, ou na falta desse, até o prazo para cumprimento da decisão de 1ª instância.

Art. 31. Da decisão de 1ª instância caberá Recurso Voluntário ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias da Notificação da referida decisão.

§1º. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito Municipal, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder a R\$ 392,25 (trezentos e noventa e dois reais e vinte e cinco centavos).

§2º. Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, cumpre ao servidor que subscreveu a inicial do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição, encaminhada por intermédio daquela autoridade.

§3º. Será facultado o recurso de ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de primeira instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito do feito maior interesse para a Fazenda Municipal.

Seção II Do Recurso Voluntário

Art. 32. O Recurso Voluntário será protocolizado junto ao Protocolo Geral da Prefeitura, contra decisão que indeferir no todo ou em partes a Reclamação do sujeito passivo.

§1º. O Recurso Voluntário deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal, contendo exposição de motivos que justifique a não concordância com a decisão de 1ª instância, sendo defeso a produção de novas provas.

§2º. Não será processada a petição que reunir vários recursos em uma só peça, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Os documentos de arrecadação do imposto relativo a imóveis edificados serão encaminhados ao endereço respectivo, salvo se houver domicílio fiscal diverso, declarado pelo contribuinte ou eleito pela Secretaria de Administração e Finanças.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo pagamento do imposto referente a imóveis não edificados, que não tiverem domicílio fiscal

declarado, deverão retirar os respectivos documentos de arrecadação nos locais indicados pela Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 34. A falta de recebimento do documento de arrecadação não enseja prorrogação do prazo de vencimento do imposto.

Art. 35. Os prazos fixados neste Decreto serão contínuos, excluindo-se da sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de janeiro 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N 011/2015

DECRETO N.O 011/2015

Edita o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2015, para os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade:

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2015, para os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, conforme Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único - Ficam os Secretários Municipais da Administração Pública autorizados a convocar seus servidores para expediente normal por necessidade de serviço, nos dias declarados como ponto facultativo, dispensando da respectiva compensação os servidores que vierem cumprir horário neste período.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos Órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 01/01/2015.

Antônio Carlos, em 10 de fevereiro de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo Único

Calendário - Feriados e Ponto Facultativos ano de 2015

MÊS	DIA	DENOMINAÇÃO	CATEGORIA
JANEIRO	01 (quinta-feira)	Confraternização Universal	Feriado Nacional
	02 (sexta-feira)		Ponto Facultativo
FEVEREIRO	16 (segunda-feira)	Carnaval	Ponto Facultativo
	17 (terça-feira)	Carnaval	Feriado Nacional
	18 (quarta-feira)	Quarta-feira de cinzas	Ponto Facultativo (início das atividades 13 horas)
MARÇO	*****	*****	*****
ABRIL	02 (quinta-feira)	Quinta-feira Santa	Ponto Facultativo
	03 (sexta-feira)	Paixão de Cristo	Feriado Nacional
	20 (segunda-feira)		Ponto Facultativo
	21 (terça-feira)	Tiradentes	Feriado Nacional
MAIO	01 (Sexta-feira)	Dia do Trabalhador	Feriado Nacional
JUNHO	04 (quinta-feira)	Corpus Christi	Feriado Nacional
	05 (sexta-feira)		Ponto Facultativo
JULHO	*****	*****	*****
AGOSTO	*****	*****	*****
SETEMBRO	07 (segunda-feira)	Independência	Feriado Nacional
OUTUBRO	12 (segunda-feira)	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional
	15 (quinta-feira)	Dia do Professor	Ponto Facultativo Somente Funcionários da Educação
	28 (quarta-feira)	Dia Funcionário Público	Ponto Facultativo funcionários públicos Exceto Educação
NOVEMBRO	02 (segunda-feira)	Finados	Feriado Nacional
	06 (sexta-feira)	Aniversário Municipal	Feriado Municipal
	24 (quinta-feira)	Véspera de Natal	Ponto Facultativo
DEZEMBRO	25 (sexta-feira)	Natal	Feriado Nacional
	31 (quinta-feira)	Véspera de Ano Novo	Ponto Facultativo

Antônio Carlos, em 10 de fevereiro de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 90/2015

PORTARIA Nº 090/2015

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, GRAZIELA MULLER, para o cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 19 de fevereiro de 2015, para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, na rede municipal de ensino, passando a fazer parte do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 080/2015

PORTARIA Nº 080/2015
Desconsiderar portaria que especifica.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando, que na data de 04/02/2015 esta municipalidade fez publicar no Diário Oficial dos Municípios a portaria nº. 049/2015, cujo objetivo foi dispensar servidor contratado em caráter temporário;

Considerando, que a motivação para publicar dita portaria foi o comunicado de decisão expedido pela Previdência Social, qual deferiu o auxílio-doença para a servidora ROSETE CONRAT até o dia 01/02/2015;

Considerado, que em tempo e modo, a servidora ROSETE CONRAT interpos pedido de Reconsideração a Previdência Social, da decisão que deferiu o Auxílio - Doença até 01/02/2015, razão pela qual a funcionaria encontra-se atualmente na perícia.

RESOLVE:

Art. 1º - Desconsiderar a Portaria nº. 049/2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios na data de 04/02/2015, edição 1677, pg.23, cujo conteúdo era dispensar servidor contratado em caráter temporário - ACT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 04/02/2015.

Antônio Carlos, em 12 de fevereiro de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 086/2015

PORTARIA Nº 086/2015
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora EDITE MULLER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40H, a partir de 02 de março de 2015, referente ao período aquisitivo de 16/02/2013 a 15/02/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 087/2015

PORTARIA Nº 087/2015
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor ELENO VEBER, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 02 de março de 2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 091/2015

PORTARIA Nº 091/2015
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora, ODETE KOCH LEITE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a partir de 02 de março de 2015, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2013 a 01/04/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 76/2015

PORTARIA Nº 076/2015
Nomeia servidor para cargo efetivo .

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do concurso Público nº 001/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ALESSANDRA BASEI, para o cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, para atuar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na Rede Municipal de Ensino, a partir de 13 de fevereiro de 2015, passando a fazer parte integrante do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 77/2015

PORTARIA Nº 077/2015
Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a vigência do Concurso Público realizado por esta municipalidade;

Considerando a necessidade temporária em admitir funcionário para o PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO,

Considerando que a ordem cronológica dos chamamentos para o cargo de Professor Graduação Licenciatura Plena - 40h, está sendo respeitado na íntegra;

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, HELOISA HELENA DOS SANTOS, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 40H, a partir de 13 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar no Programa Mais Educação.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 78/2015

PORTARIA Nº 078/2015
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, ERNESTO PEREIRA DA SILVA, do cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 79/2015

PORTARIA Nº 079/2015
Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 005/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, GISELI GELSLEICHTER, em caráter temporário, para o Cargo de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 13 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar na Secretaria de Educação e Cultura.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 81/2015

PORTARIA Nº 081/2015

Exonera a pedido servidor contratado em caráter efetivo.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando, que a servidora efetiva MAITUANE VIEIRA CANDIDO nomeada para exercer cargo público de Professor no último mês de janeiro, conforme se observa da portaria nº. 032/2015, publicada no DOM em 30/01/2015, requereu sua desistência, uma vez que não possui interesse em ingressar no quadro de funcionários desta repartição pública;

Considerando, que a funcionária acima nomeada não laborou efetivamente nesta repartição pública, posto que, quando da nomeação a municipalidade estava em recesso escolar;

Considerado, que o requerimento de desistência foi formalizado pela funcionária 03 (três) dias após a nomeação.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora MAITUANE VIEIRA CANDIDO, do cargo de Professor Graduação Licenciatura Plena - 30H, nomeada por meio da portaria nº. 032/2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM em 30/01/2015, edição 1674, pg. 48.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário e retroagindo seus efeitos a 04/02/2015.

Antônio Carlos, em 12 de fevereiro de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

PORTARIA N 82/2015

PORTARIA Nº 076/2015

Nomeia servidor para cargo efetivo .

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do concurso Público nº 001/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ALESSANDRA BASEI, para o cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, para atuar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na Rede Municipal de Ensino, a partir de 13 de fevereiro de 2015, passando a fazer parte integrante do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 83/2015

PORTARIA Nº 083/2015

Concede Insalubridade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, a servidora FERNANDA POY DONDONIS, ocupante do cargo efetivo de MEDICO - 40H, a partir de 13 de fevereiro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 84/2015

PORTARIA Nº 084/2015

Concede Gratificação a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1318/2011,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, a servidora FERNANDA POY DONDONIS, ocupante do cargo efetivo de MEDICO - 40H, a partir de 13 de fevereiro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 85/2015

PORTARIA Nº 085/2015

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Considerando a vigência do concurso publico realizado por esta municipalidade;

Considerando a necessidade temporária em admitir funcionário para auxiliar estudantes com caráter especial;

Considerando que a ordem cronológica dos chamamentos para o cargo de Professor está sendo respeitado na íntegra;

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, MONIQUE KREMER MANNES DECKER, em caráter temporário, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 30H, a partir de 18 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar na Escola Municipal Dom Afonso Niehues, como II Professor, em caráter de estudante especial.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 88/2015

PORTARIA Nº 088/2015

Nomeia servidor para cargo efetivo .

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, CHRISCHELLE WEBER MENDES, para o cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 13 de fevereiro de 2015, para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, na rede municipal de ensino, passando a fazer parte do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA N 92/2015

PORTARIA Nº 092/2015

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora, IVONE SCHVARTZ SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 02 de março de 2015, relativo ao período aquisitivo de 13/07/2013 a 12/07/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

PORTARIA Nº 89/2015

PORTARIA Nº 089/2015

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, MARISTANE DE OLIVEIRA, para o cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 13 de fevereiro de 2015, para atuar na Secretaria de Educação e Cultura, na rede municipal de ensino, passando a fazer parte do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de fevereiro de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de fevereiro de 2015.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 173/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 173/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 119/2012 - Carta Convite 008/2012. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA; Objeto: Aditar o prazo e repor o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, que consiste na "Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema computadorizado para registro. Gerenciamento e controle de informações educacionais relacionados aos alunos, unidades escolares e profissionais que atuam na educação e transporte escolar do município de Antônio Carlos, que atenda as especificações

técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no anexo IV e neste edital"; prorrogação prazo 12 (doze) meses, novo vencimento 31 de dezembro de 2015.

Antônio Carlos, 23 de dezembro de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2015

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos, Edital de Dispensa de Licitação, Lei Federal nº 8.666/93, Art. 24, Inciso IV, em consonância com o parecer Jurídico desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições do edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0002/2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR 2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EM DIAS ESPECIALMENTE MARCADOS PARA ATIVIDADES QUE INCLUAM A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÃO DOS ITINERÁRIOS A SEREM PERCORRIDOS

Itinerários, Quilometragens, Valores e Empresas:

TRAJETO	KILOME- TRAGEM	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA
<p>Itinerário 1 - Linha Aparecida, Linha Gramado, Linha Val Verde e parte da Linha Santo Antônio.</p> <p>No período diurno inicia na Linha Aparecida na propriedade de Almir Mello, retornando e entrando na propriedade de Pedro Souza retornando a estrada principal, retornando sentido SC 355 e entrando na Linha Gramado sentido Macieira, entrando nas Granjas Cesca, retornando a principal e seguindo até a propriedade de Biazio Favarin, retornando e entrando na propriedade de Agostino Terzi, retornando a principal e seguindo e cruzando a SC 355, entrando na Linha Val Verde e Santo Antônio indo até a propriedade de Vicente Manenti, retornando à SC 355 seguindo até Arroio Trinta na EBBGB, PROFABI e PROJAF.</p> <p>MANHÃ: 40 Km MEIO DIA: 40 Km TARDE: 40 Km</p> <p>TOTAL DIA: 120 KM X 45 DIAS = 5.400 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 22 LUGARES</p>	5.400 km	2,50	13.500,00	TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA

TRAJETO	KILOMETRA- GEM	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA
<p>Itinerário 2 – Linha Santo Antônio, Linha Barra do Veloso.</p> <p>No período diurno sai das escolas seguindo pela Linha Santo Antônio até a propriedade de Daniel Panigaz retornando sentido Centro Comunitário, entrando pelas propriedades de Zelir, Zelso, Paulinho e Moacir Scopel retornando seguindo sentido Linha Barra do Veloso passando pela propriedade de Silvestre Volpato e Gilmar Tasca. Na Barra do Veloso segue até o a propriedade de Pedro Lazzari e seguindo até a propriedade da família Platzer, retorna e segue até as granjas do Spricigo 1 e 2, retornando a estrada principal entrando na propriedade de Agostinho Lazzari, retornando a estrada principal até o acesso a estrada de acesso a Treze Tílias, seguindo sentido Arroio Trinta, retornando para a PROJAF, EBBGB e PROFABI.</p> <p>MANHÃ: 35,5 km MEIO DIA: 35,5 Km TARDE: 25 Km</p> <p>TOTAL DIA: 96 KM X 45 DIAS = 4.320 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 28 LUGARES</p>	4.320 KM	3,30	14.256,00	RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME

TRAJETO	KILOMETRA- GEM	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA
<p>Itinerário 3 - Linha Esperança, Linha Sagrada Família.</p> <p>No período diurno inicia na escola seguindo pela Linha Esperança entrando próximo ao Sítio do Mercado Mafel seguindo a propriedade de Nico Nesi, retornando até a propriedade de Jaldino Da Soler seguindo sentido Bom Sucesso entrando na propriedade de Celso Cividini, seguindo para a estrada de acesso a Bom Sucesso no sentido Arroio Trinta entrando na Linha Sagrada Família passando nas propriedades de Feltrin, Capelari, Leonardeli, seguindo pela propriedade de Avelino Pecenti, entrando na estrada geral de acesso a Treze Tílias, seguindo sentido Arroio Trinta, entrando na propriedade de Laudenir Favarin, retornando e passando pela propriedade de Gilberto Sangaletti, sede da Comunidade da Sagrada Família até a propriedade do Koller, retornando a estrada geral, seguindo novamente sentido Arroio Trinta, passando pela propriedade de Penildo Scheid até a propriedade de Renam Paganini, entrando sentido Bom Sucesso, seguindo até a propriedade de Luiz Sangaletti, retornando pela propriedade de Gilberto Serighelli, entrando pela Linha Sangaletti nas propriedades de Pedrinho Mioteli, seguindo até o acesso a Arroio Trinta na propriedade de Agostinho Cividini, saindo na Esquadrias Mickey até as escolas PROJAF, EEBGB e PROFABI.</p> <p>MANHÃ: 27 Km MEIO DIA: 28.5 Km TARDE: 27,5Km</p> <p>TOTAL DIA: 83 KM X 45 DIAS = 3.735 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 28 LUGARES</p>	3.735 KM	3,30	12.325,50	RODOTERCI TRANSPORTES LTDA ME

TRAJETO	KILOME- TRAGEM	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA
<p>Itinerário 4 - Noturno São Valentim</p> <p>No período noturno (às 22:20 hs) sai da EBBGB segue pela Linha Passoni até a propriedade Valmir Sonogo, retornando seguindo pela Linha São Valentim, seguindo a CGH Arroio Trinta Energética, retornando, seguindo por Santa Bárbara, saindo na SC 355 sentido Arroio Trinta, entrando pela Linha Alta, chegando ao centro.</p> <p>NOITE: 29,5 Km</p> <p>TOTAL DIA: 29,5 km X 45 DIAS = 1.327,5 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 15 LUGARES</p>	1.327,5 KM	2,20	2.920,50	TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA

TRAJETO	KILOMETRA- GEM	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA
<p>Itinerário 5 - Joaçaba e Herval D'Oeste</p> <p>No período noturno saindo em frente a Prefeitura seguindo por Treze Tílias, Ibicaré, Luzerna, duas vezes por semana passando por Herval D'Oeste até a Unoesc Joaçaba.</p> <p>TOTAL DIA: 117 Km X 45 DIAS = 5.265 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 30 LUGARES</p>	5.265 KM	3,00	15.795,00	TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA

TRAJETO	KILOMETRA- GEM	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA
<p>Itinerário 6 - Videira:</p> <p>No período matutino (segunda à Sábado) saindo em frente a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta seguindo pela SC 355 passando por Iomerê, seguindo pela UNOESC, SENAI e IFC.</p> <p>TOTAL DIA: 76 km X 45 DIAS = 3.420 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 32 LUGARES</p>	3.420 KM	3,00	10.260,00	TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA

TRAJETO	KILOMETRA- GEM	VALOR UNIT.	VLOR TOTAL	EMPRESA
<p>Itinerário 7 - Videira</p> <p>No período vespertino (segunda à sexta) saindo em frente a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta seguindo pela SC 355 passando por Iomerê, seguindo pela UNO-ESC, SENAI e IFC.</p> <p>TOTAL DIA: 76 km X 45 DIAS = 3.420 KM</p> <p>LOTAÇÃO MÍNIMA DE 15 LUGARES</p>	3.420 KM	2,50	8.550,00	TRANSPORTE COLETIVO TERCI LTDA

TRAJETO	PASSAGENS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA
<p>Itinerário 8 - SALTO VELOSO: (Passagens)</p> <p><input type="checkbox"/> No período matutino (segunda à sexta) saindo em frente a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta seguindo pela SC 355 até salto Veloso e retornando ao meio dia até a Rodoviária de Arroio Trinta.</p> <p>OBS.: SOMENTE SERÃO PAGAS AS PASSAGENS UTILIZADAS PELOS ALUNOS</p> <p>5 PASSAGENS IDA 5 PASSAGENS RETORNO</p> <p>10 PASSAGENS/DIA X 45 DIAS = 450 PASSAGENS</p>	450 PASSAGENS	4,50	2.025,00	TRANSPORTE COLETIVO TERCI LTDA

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1677 de 06 de fevereiro de 2015 e Parecer Jurídico.

Data da Emissão da Dispensa de Licitação: 09/02/2015.

Informações e esclarecimentos podem ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Educação na pessoa do Secretário Sr. Juliar Luiz Manenti, no Setor Jurídico da Prefeitura com o Dr. Santo Possato, com o Prefeito Municipal Sr. Alcdir Felchilcher e setor de licitações

Arroio Trinta-SC, 09 de fevereiro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

ERRATA - CONCURSO Nº 001/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
Anexo II - DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS
Alterado pela ERRATA 01

**Escolaridade: Nível Superior**

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido em cada Disciplina
Assistente Social; Enfermeiro ; Farmacêutico; Fisioterapeuta e Médico Clínico Geral.	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação do SUS, ECA e Estatuto do Idoso	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Superior

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Agente Administrativo/Financeiro	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Constitucional	10	10	50
	Português.	10	10	50

Escolaridade: Nível Superior

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Professor de Inglês	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Educacional	10	10	50
	Português.	10	10	50



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
Anexo II - DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS
Alterado pela ERRATA 01


Escolaridade: Nível Médio

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigido em cada Disciplina
Técnico em Enfermagem e Técnico em Higiene Bucal	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação do SUS, ECA e Estatuto do Idoso	10	10	50
	Português	10	10	50

Escolaridade: Nível Médio

Função	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Agente Administrativo e Auxiliar Administrativo e de Comunicação	Conhecimentos Técnico Profissionais	20	10	100
	Legislação Municipal e Constitucional	10	10	50
	Português.	10	10	50

Escolaridade: Nível Fundamental Completo e Incompleto

Função	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Todos os cargos.	Conhecimentos Técnico Profissionais	10	10	400 50
	Matemática	10	10	50
	Português	10	10	50



Instituto Brasileiro de
Administração Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR						
01	AGENTE ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO	Conclusão de curso de nível superior em administração ou administração pública ou ciências contábeis ou economia ou processos gerenciais.	01	0	40	2.900,00
02	ASSISTENTE SOCIAL	Conclusão de curso de nível superior em Serviço Social e registro no CRESS.	01	0	20	1.760,00
03	FARMACÊUTICO	Conclusão de curso de nível superior em Farmácia e/ou Farmácia/Bioquímica registro no CRF.	01	0	20	1.760,00
04	FISIOTERAPEUTA	Conclusão de curso de nível superior em Fisioterapia e registro no CREFITO.	01	0	20	1.760,00
05	MÉDICO CLÍNICO GERAL	Conclusão de curso de nível superior em Medicina e registro no CRM.	01	0	40	13.140,00
06	PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS	Licenciatura em Letras com habilitação em Inglês.	01	0	20	925,00
NÍVEL MÉDIO						
07	AGENTE ADMINISTRATIVO	Conclusão de curso de Nível Médio.	01	0	40	1.720,00
08	AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO	Conclusão de curso de Nível Médio.	02	0	40	1.060,00
09	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Diploma de conclusão do Ensino Médio, curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN.	CR	0	40	1.450,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

10	TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL	Diploma de conclusão do Ensino Médio e de curso Técnico em Higiene Dental e registro no CRO.	CR	0	40	1.160,00
CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO (8º ANO/SÉRIE)						
11	MECÂNICO	Ensino Fundamental Completo	01	0	40	1.800,00
12	MOTORISTA	Ensino Fundamental completo, acrescido de Carteira de Habilitação para condução de veículos na categoria "D".	CR	0	40	1.550,00
13	OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS	Ensino Fundamental completo, acrescido de Carteira de Habilitação para condução de veículos na categoria "C".	CR	0	40	1.160,00
14	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	Ensino Fundamental completo, acrescido de Carteira de Habilitação para condução de veículos na categoria "C".	01	0	40	1.800,00
NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO (4º ANO/SÉRIE)						
15	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Anos iniciais do Ensino Fundamental	01	0	40	800,00
16	AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Anos iniciais do Ensino Fundamental	02	0	40	900,00
17	PEDREIRO	Anos iniciais do Ensino Fundamental	01	0	40	1.550,00
NÍVEL SUPERIOR						
18	ENFERMEIRO	Conclusão de curso de nível superior em Enfermagem e registro no COREN	01	0	40	4.550,00

CR – Cadastro de Reserva

Obs: Os servidores recebem a título de Vale Alimentação o valor de R\$ 150,00 para cargos de 40h semanais. Aqueles com jornada inferior recebem o valor proporcional.



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015

Complementado pela ERRATA 01

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

NÍVEL SUPERIOR

AGENTE ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO:

- participar da elaboração e análise do Plano Plurianual da Prefeitura, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento, e do acompanhamento de sua execução físico-financeira, orientando as unidades administrativas da Prefeitura, efetuando comparações entre as cotas orçamentárias e metas programadas e os resultados atingidos, desenvolvendo e aplicando critérios, normas e instrumentos de avaliação;
- Acompanhar administrativamente o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município.
- Proceder à constituição do crédito tributário do município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício;
- Expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal;
- Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente;
- Acompanhar os processos contenciosos instaurados pelos fiscais decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício;
- Informar e responder ao Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária;
- Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária;
- analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
- analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de fundos municipais, verificando a correta aplicação dos recursos repassados, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável;
- analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento de controle interno;
- liquidar despesas e emitir empenhos referentes a compras realizadas pela Prefeitura e Fundos Municipais;
- elaborar o planejamento organizacional da área administrativa e financeira, identificando oportunidades e problemas, definindo estratégias bem como apresentando propostas de programas e projetos;
- promover estudos de racionalização administrativa;
- interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos de administração e contabilidade, para fins de aplicação, orientação e assessoramento;
- propor, executar e supervisionar análises, pesquisas e estudos técnicos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas, métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos;
- elaborar, rever, implantar e avaliar, regularmente, instruções, formulários e manuais de procedimentos, coletando e analisando informações para racionalização e atualização de normas e procedimentos;
- garantir suporte na gestão de pessoas e na administração de patrimônio para as áreas meio da administração pública municipal;
- realizar pagamentos através de gerenciador financeiro (Banco do Brasil, CEF, etc);
- emitir cheques, realizar conciliações bancárias e baixas no sistema de contabilidade de pagamentos efetuados;
- emitir empenhos extra orçamentários e sua baixa quando do pagamento;
- controlar as fontes orçamentárias e diárias de servidores quando em serviços fora do município;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

- arquivar toda movimentação orçamentária e financeira, compreendendo todos os órgãos da município (Prefeitura, Autarquias e Fundos Contábeis do Município).
- Elaborar e manter atualizado o cadastro de fornecedores de produtos e serviços;
- Elaborar processos de compra, obras e serviços;
- Proceder a verificações periódicas dos índices de preços que poderão afetar o custo de aquisição de materiais;
- Fazer levantamento de necessidades de materiais e serviços para compor a proposta orçamentária;
- Encaminhar ao setor competente, ao término do exercício, as despesas referentes a material cuja fatura ainda não tenha sido processada, para efeito de inscrição em restos a pagar;
- Classificar e processar as faturas e Notas Fiscais, encaminhando-as para pagamento;
- Encaminhar à Comissão de Licitações os processos de compras, obras e serviços, quando não for o caso de inexigibilidade ou dispensa de licitação;
- Manter atualizada a escrituração do material adquirido, estocado e distribuído, e fazer o controle de estoque mínimo;
- Controlar prazos de entrega de materiais e serviços adquiridos pelo município;
- Praticar os atos relativos a tombamento, registro, controle e fiscalização do patrimônio pertencente ao Município;
- Expedir termos de responsabilidade relativos ao material permanente distribuído e manter atualizado o inventário dos responsáveis;
- Propor aos superiores a conveniência de realização de realização de seguros de bens, bem como o acompanhamento das apólices e comunicação à seguradora de eventuais sinistros;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

ASSISTENTE SOCIAL

- participar do planejamento e gestão das políticas sociais;
- coordenar a execução de programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela Municipalidade;
- elaborar campanhas de prevenção e educação na área de políticas sociais, em articulação com as áreas de saúde, educação, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda;
- elaborar e executar projetos comunitários para atendimento de demandas específicas de idosos, mulheres, pessoas com necessidades educativas especiais e associações comunitárias entre outros segmentos;
- compor e participar de equipes multidisciplinares para a elaboração, coordenação e execução de programas, projetos e serviços nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico, meio ambiente, trabalho e renda entre outros;
- participar da elaboração, coordenação e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação e assistência social;
- coordenar e realizar levantamento de dados para identificar e conhecer os indicadores sociais, promovendo o diagnóstico social do Município;
- desenvolver ações educativas e sócio educativas nas unidades de saúde, unidades de educação e unidades de assistência social, visando a busca de solução de problemas identificados pelo diagnóstico social;
- realizar entrevistas e avaliação social do público para fins de concessão de auxílios, benefícios e laudos técnicos que identifiquem a elegibilidade frente às necessidades sociais;
- organizar e manter atualizadas as referências sobre as características socioeconômicas dos usuários nas unidades de assistência social da Prefeitura;
- promover o atendimento ao usuário da assistência social em Rede de Proteção e Inclusão Social, com vistas ao atendimento integral;
- acompanhar, orientar e encaminhar o servidor com problemas de saúde, desde o início do processo de tratamento e afastamento do trabalho, bem como o seu retorno, fazendo visitas domiciliares se necessário;
- incentivar a comunidade a participar das atividades, dos programas e projetos desenvolvidos pela Prefeitura;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

- coordenar, executar ou supervisionar a realização de programas e serviços sócio assistenciais, com atividades de caráter educativo e/ou recreativo para proporcionar a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar dos usuários das políticas públicas;
- colaborar no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, auxiliando no tratamento em equipe interdisciplinar buscando proporcionar melhor qualidade de vida do paciente;
- orientar os usuários da rede municipal serviços públicos, inclusive aqueles com problemas referentes à readaptação ou reabilitação profissional e social por diminuição da capacidade de trabalho, sobre suas relações empregatícias;
- estudar e propor soluções para a melhoria de condições materiais, ambientais e sociais do trabalho;
- apoiar a área de Defesa Civil da Prefeitura no planejamento das ações em situações de calamidade e emergência;
- prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos junto a indivíduos, grupos e segmentos populacionais;
- emitir laudos técnicos quanto à vulnerabilidade da família para o recebimento de programas do Município na área de habilitação e regulamentação fundiária;
- elaborar, coordenar e executar programas e projetos de reabilitação comunitária para pessoas com deficiência;
- divulgar as políticas sociais e de saúde utilizando os meios de comunicação, participando de eventos e elaborando material educativo;
- formular projetos para captação de recursos;
- articular-se com outras unidades da Prefeitura, com entidades governamentais e não governamentais, com universidades e outras instituições, a fim de desenvolver formação de parcerias para o desenvolvimento de ações voltadas para a comunidade;
- representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;
- participar de programas de formação continuada na sua área de atuação;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

ENFERMEIRO:

- participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
- cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município;
- planejar, organizar e coordenar os serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas unidades prestadoras desses serviços;
- participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;
- realizar consultas de enfermagem;
- determinar prescrição de assistência de enfermagem;
- realizar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica, que exijam conhecimentos científicos adequados e que demandem capacidade de tomar decisões imediatas;
- prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em protocolos aprovados pela instituição de saúde;
- prestar cuidados diretos de Enfermagem a pacientes com risco de morte;
- acompanhar o transporte do paciente com risco de morte até um serviço de maior complexidade, em conjunto com o médico, quando necessário;
- supervisionar e executar as ações de imunização, de acordo com o programa nacional de imunização e diretrizes do município;
- desenvolver as atividades de vigilância em saúde;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015

Complementado pela ERRATA 01

- prevenir e realizar o controle sistemático da infecção hospitalar, inclusive como membro das respectivas comissões;
- participar da elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de Enfermagem;
- participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde;
- participar nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho
- participar dos programas e nas atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco;
- prestar assistência de Enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido;
- acompanhar a evolução do trabalho de parto;
- analisar o sistema de informações de Atenção Básica de Saúde;
- realizar visita domiciliar, quando necessário;
- participar de auditorias e sindicâncias quando solicitado;
- integrar equipe do Estratégia de Saúde da Família;
- participar das atividades de treinamento e aprimoramento, nos programas de educação permanente;
- atuar de acordo com Código de Ética da classe;
- orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

FARMACÊUTICO:

- dispensar medicamentos psicotrópicos, consultando o médico responsável ou o prontuário do paciente bem como controlando as quantidades a serem fornecidas aos mesmos;
- dispensar medicamentos de uso contínuo e permanente – antiretrovirais (ARV), consultando a o receituário da medicação e efetuando a entrega, para tratamento farmacológico dos pacientes;
- realizar e manter atualizado cadastro de usuários de medicação;
- realizar o atendimento e a supervisão de funcionários que atendem no balcão da farmácia, para cumprir, dentro dos limites estabelecidos, a assistência farmacêutica aos cidadãos, permitindo que tenham acesso ao medicamento e sejam informados de seu uso correto e racional e da forma adequada de armazenamento;
- verificar o estoque de medicamentos, de insulina, dos medicamentos utilizados em ambulatórios, nos consultórios oftalmológicos e ginecológicos, observando o prazo de validade entre outros aspectos, para manter o fluxo normal de distribuição de medicamentos necessários à realização dos serviços;
- verificar as condições de funcionamento das geladeiras a fim de manter os medicamentos armazenados em perfeita condição de conservação e utilização;
- controlar medicamentos psicoativos e de alto custo;
- controlar a entrega do talonário de “receitas controladas” para medicamentos psicoativos entregues aos médicos, de acordo com as normas de vigilância sanitária;
- informar aos prescritores quando um medicamento passou a ser incluído na lista de medicamentos fornecidos pela Secretaria de Saúde;
- manter os médicos informados sobre a existência de medicamentos diferentes daqueles integrantes da rede, porém relacionados a sua especialidade;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC CONCURSO PÚBLICO

EDITAL 01/2015

Complementado pela ERRATA 01

- entrar em contato com entidades regionais de saúde para solicitar o fornecimento de medicamentos que estejam em falta no Município;
- prestar orientações à Comissão de Licitação para que os medicamentos adquiridos pela Prefeitura sejam entregues dentro das especificações solicitadas e sejam produtos de boa qualidade;
- elaborar mapas de controle de suprimento de medicamentos;
- pesquisar novos medicamentos;
- prestar orientação às unidades de saúde sobre a Relação Municipal de Medicamentos, identificando as propriedades farmacológicas dos medicamentos disponíveis, armazenamento ideal e dispensação adequada;
- realizar visitas técnicas em farmácias, drogarias, indústrias químico-farmacêuticas, quanto ao aspecto sanitário, fazendo visitas periódicas para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente;

FISIOTERAPEUTA:

- realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, provas de esforço e de atividades, para identificar o nível de capacidade funcional dos membros afetados;
- planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, osteoporoses, sequelas de acidentes vasculares cerebrais, poliomielite, raquimedulares, de paralisias cerebrais, motoras, neurogênicas e de nervos periféricos, miopatias e outros;
- atender a amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar a movimentação ativa e independente do paciente;
- ensinar aos pacientes exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções dos aparelhos respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em exercícios ginásticos especiais a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea;
- proceder ao relaxamento e à aplicação de exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou a liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;
- participar de programas esportivos destinados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- efetuar aplicação de ondas curtas, ultrassom, infravermelho, laser, micro-ondas, forno de Bier, eletroterapia, estimulação e contração muscular, crio e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou eliminar a dor;
- aplicar massagens terapêuticas;
- promover ações terapêuticas preventivas à instalação de processos que levem à incapacidade funcional;
- realizar atividades na área de saúde do trabalhador, participando da elaboração e execução de atividades relacionadas a esta área;
- integrar a equipe do Programa da Saúde da Família, atuando com profissional da área;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

MÉDICO CLÍNICO GERAL:

- participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde;
- cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município;
- integrar a equipe de padronização de medicamentos e protocolos para utilização dos mesmos;
- assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva;
- participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

- efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica, visando prestar assistência integral;
- manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- preencher e assinar declarações de óbito;
- realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes;
- realizar procedimentos cirúrgicos;
- realizar partos;
- efetuar a notificação compulsória de doenças;
- prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis;
- participar de grupos terapêuticos, através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos, para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes;
- participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando a divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades;
- promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos;
- participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população;
- realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe;
- atuar em equipe interdisciplinar e interdisciplinar na estratégia Saúde da Família;
- atuar de acordo com Código de Ética de sua classe;
- efetuar regulação médica, otimizando o atendimento do usuário SUS, na rede assistencial de saúde - ambulatorial, hospitalar, urgência/emergência;
- dar assistência a pacientes que estão em internação domiciliar e ou acamados;
- prestar atendimento em urgências e emergências;
- encaminhar pacientes para internação hospitalar, quando necessário;
- acompanhar os pacientes com risco de morte no transporte até um serviço de maior complexidade;
- encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando necessário;
- participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada;
- participar de auditorias e sindicâncias médicas, quando solicitado;
- orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

NÍVEL MÉDIO

AGENTE ADMINISTRATIVO

- realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de livros, documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.);



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

- executar atividades de apoio ao desenvolvimento de trabalhos de natureza técnica e administrativa na área de pessoal, orçamentária, contábil e financeira;
- atender ao público e encaminhar soluções e alternativas;
- obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados;
- realizar e atender ligações telefônicas;
- redigir e digitar textos, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos;
- auxiliar na separação, classificação, distribuição, numeração e expedição de licenças e correspondências;
- digitalizar e manter arquivos de documentos eletrônicos;
- entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse do Município, aos respectivos munícipes;
- organizar e atualizar arquivos, fichários ou listagens;
- executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO:

- realizar atividades administrativas e burocráticas (digitação, arquivo e guarda de livros, documentos, emissão, classificação e controle de correspondências e documentos oficiais, relatórios, lançamentos, etc.);
- atender ao público e encaminhar soluções e alternativas;
- obter informações de fontes determinadas e autorizadas pela chefia imediata, fornecendo-as aos interessados;
- realizar e atender ligações telefônicas;
- operar aparelhos de “fac-símile” e outros de comunicação;
- receber, organizar os jornais e providenciar o arquivamento de uma edição do jornal regional que realiza as publicações oficiais;
- redigir e digitar textos, cartas, ofícios, memorandos, e outros documentos;
- auxiliar na guarda e dispensação de medicamentos, bem como registro e controle de entrega dos mesmos;
- receber e entregar avisos, correspondências, impressos de divulgação e outros de interesse do Município, aos respectivos munícipes;
- auxiliar na digitalização e manutenção de arquivos de documentos eletrônicos;
- organizar e atualizar arquivos, fichários ou listagens;
- executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação, etc.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM:

- prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes, como administração de sangue e plasma, controle de pressão venosa, monitorização e utilização de respiradores artificiais;
- controlar sinais vitais dos pacientes, observando a respiração e pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;
- prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal;
- efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica ou do enfermeiro;
- adaptar os pacientes ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-os;
- auxiliar o Médico em cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;
- atuar em sala de vacina realizando aplicação de imunobiológicos quando capacitado;
- preparar e esterilizar material, instrumental, ambiente e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;
- participar de campanhas de vacinação;
- assistir ao Enfermeiro na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar e ambulatorial;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

- assistir ao Enfermeiro na prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância sanitária;
- auxiliar na coleta e análise de dados socio sanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária;
- proceder a visitas domiciliares, buscando auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários;
- participar de programas e atividades de educação em saúde;
- participar na execução de programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários;
- participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;
- auxiliar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;
- participar do planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
- participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos saudáveis em grupos específicos da comunidade;
- anotar no prontuário do cliente as atividades da assistência de enfermagem;
- participar de atividades de capacitação promovidas pela instituição;
- zelar pela conservação dos equipamentos utilizados;
- auxiliar no processo de notificação e investigação em processos de vigilância epidemiológica;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- realizar outras atribuições afins.

TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL:

- dispor os instrumentos odontológicos sobre local apropriado, colocando-os na ordem de utilização para passá-los ao cirurgião dentista durante a consulta ou ato operatório;
- preparar o paciente para consultas ou cirurgias, posicionando-os de forma apropriada na cadeira, bem como proceder à assepsia da região bucal com substâncias químicas apropriadas, para prevenir contaminação;
- passar os instrumentos ao cirurgião dentista posicionando peça por peça na mão do mesmo à medida que forem sendo solicitados, para facilitar o desempenho funcional;
- proceder à esterilização da bandeja de instrumental, limpando-a e esterilizando os instrumentais para ordená-los para o próximo atendimento e evitar contaminações;
- manipular materiais e substâncias de uso odontológico, segundo orientação do cirurgião dentista;
- orientar os pacientes sobre higiene bucal;
- fazer demonstrações técnicas de escovação;
- executar ou auxiliar na aplicação de substâncias para a prevenção da cárie dental;
- confeccionar modelos em gesso bem como selecionar e preparar moldeiras;
- fazer tomada e revelação de radiografias intraorais;
- realizar teste de vitalidade pulpar;
- realizar a remoção de indutos, placas e cálculos gengivais;
- remover suturas;
- inserir e condensar substâncias restauradoras;
- participar dos programas educativos de saúde oral promovidos pela Prefeitura, orientando a população sobre prevenção e tratamento das doenças bucais;
- confeccionar boletins de produção e relatórios, baseando-se nas atividades executadas para permitir levantamentos estatísticos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

- participar do Programa de Saúde da Família;
- zelar pela conservação dos equipamentos utilizados;
- orientar e treinar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo;
- manter estoque de medicamentos, observando a quantidade e o período de validade dos mesmos, informando à chefia imediata a necessidade de reposição;
- utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- realizar outras atribuições afins.

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

MECÂNICO:

- inspecionar veículos em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
- desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
- revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
- regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
- montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
- fazer reparos simples no sistema elétrico de veículos;
- inspecionar máquinas pesadas em geral, diretamente ou utilizando aparelhos específicos, a fim de detectar as causas da anormalidade de funcionamento;
- desmontar, limpar, reparar, ajustar e montar carburadores, peças de transmissão, diferencial e outras que requeiram exame, seguindo técnicas apropriadas e utilizando ferramental necessário;
- revisar motores e peças diversas, utilizando ferramentas manuais, instrumentos de medição e controle, e outros equipamentos necessários, para aferir-lhes as condições de funcionamento;
- regular, reparar e, quando necessário, substituir peças dos sistemas de freio, ignição, alimentação de combustível, transmissão, direção, suspensão e outras, utilizando ferramentas e instrumentos apropriados, para recondicionar o equipamento e assegurar seu funcionamento regular;
- montar motores e demais componentes do equipamento, guiando-se por esquemas, desenhos e especificações pertinentes, para possibilitar sua utilização;
- fazer reparos simples no sistema elétrico de máquinas pesadas;

MTORISTA:

- dirigir automóveis, caminhonetes, caminhões, ônibus e demais veículos pertencentes ao município;
- dirigir ambulâncias para transporte de pacientes impossibilitados de andar ou que necessitem de atendimento urgente, dentro e fora do Município;
- auxiliar no embarque e desembarque de pacientes e dos medicamentos, quando for o caso;
- realizar plantões de atendimento conforme orientação da secretaria a qual estiver vinculado;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

- verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível dentre outros, tomando as providências cabíveis para a adequada utilização;
- verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa e atualizada;
- dirigir caminhões, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível, entre outros, para o transporte de cargas;
- dirigir ônibus para transporte de alunos da rede municipal de ensino, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização;
- zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis para prevenção ou solução de qualquer anormalidade, para garantir a segurança dos passageiros, transeuntes e outros veículos;
- observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura;
- fazer pequenos reparos de urgência;
- manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário;
- observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo;
- anotar, segundo normas estabelecidas, a quilometragem rodada, as viagens realizadas, objetos e pessoas transportadas, itinerários e outras ocorrências;
- recolher o veículo após o serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado;
- auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes;
- conduzir os servidores da Prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas;
- executar outras atribuições afins.

OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS:

- operar máquinas agrícolas, para execução de serviços de aragem, gradeamento e nivelamento de solo, carregamento e descarregamento de material, entre outros;
- conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;
- operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, gradear ou escarificar a terra para plantio;
- zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;
- efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;
- acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;
- executar outras atribuições afins.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS:

- operar máquinas agrícolas, motoniveladoras, retroescavadeiras, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, patrôla e outros, para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros;
- conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço;
- operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;
- zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;
- pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;
- efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento;
- acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários;
- anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia;

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

- preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor;
- lavar copos, xícaras, cafeteiras, coadores e demais utensílios de cozinha;
- arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas;
- lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas;
- manter limpo os utensílios de copa e cozinha;
- auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela Prefeitura a servir produtos e a efetuar a limpeza dos materiais utilizados;
- auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos;
- auxiliar o recebimento e estocagem da merenda escolar verificando, diariamente, os prazos de validade dos alimentos, descartando os inservíveis e solicitando à chefia sua reposição.
- percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos;
- limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;
- realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos próprios municipais como a sede da Prefeitura, a rodoviária, as escolas, as unidades de saúde, os ambulatórios, hospitais, banheiros públicos, entre outros, instalados ou que vierem a ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, segundo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior;
- esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais;
- aplicar cera e lustrar chão e móveis;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2015
Complementado pela ERRATA 01

- conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico;
- auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e desinfecção de vidraçaria – frascos, tubos de ensaios, balões e outros, utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor;
- auxiliar nas tarefas de limpeza, desinfecção e organização dos laboratórios de análises clínicas municipais, arrumando estantes, armários, depósitos, transportando, entregando e descarregando materiais, observando cuidados com materiais e produtos, de acordo com as normas do setor;
- recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações;
- coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior;
- coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica recebida;

AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

- varrer ruas, praças, parques e jardins do Município, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares, para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito;
- percorrer os logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos, para aparar o gramado de ruas, vias expressas, praças e demais logradouros públicos municipais, recolhendo e acondicionando a grama em latões, sacos plásticos, cestos, carrinhos de tração manual e outros depósitos adequados;
- limpar ralos, caixas de passagem e bocas-de-lobo e raspar meios-fios;
- fazer abertura e limpeza de valas, limpeza de galerias, fossas sépticas, esgotos, caixas de areias, poços e tanques bem como capinar e roçar terrenos, quebrar pedras e pavimentos;
- auxiliar no nivelamento de superfícies a serem pavimentadas e na execução de serviços de calcetaria;
- auxiliar na fabricação de tijolos, manilhas, tubos, telhas e outros artefatos de cimento ou barro;
- auxiliar no preparo de argamassa, concreto, redes de esgoto pluvial e cloacal, caixas de redes de inspeção, bocas-de-lobo e executar outras tarefas auxiliares de obras;
- moldar bloquetes, mourões, placas e outros artefatos pré-moldados, utilizando a fôrma e o material adequado, seguindo instruções predeterminadas;
- colocar e retirar correntes e lonas nas caixas estacionárias bem como descarregá-las em aterro sanitário;
- auxiliar na construção de palanques e andaimes e outras obras;
- transportar materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, de acordo com instruções recebidas e carregar e descarregar veículos, empilhando os materiais nos locais indicados;
- limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais;
- observar as medidas de segurança na execução das tarefas, usando equipamentos de proteção e tomando precauções para não causar danos a terceiros;
- executar outras atribuições afins.

PEDREIRO:

- preparar argamassa e concreto;
- construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para fornecer a base de paredes, muros e construções similares;
- assentar tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais;



Instituto Brasileiro de
administração municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO

EDITAL 01/2015

Complementado pela ERRATA 01

- revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentando ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas;
- aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações;
- construir bases de concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas, para possibilitar a instalação de máquinas, postes e similares;
- construir caixas d'água, caixas coletoras de água e esgoto, bem como caixas de concreto para colocação de bocas-de-lobo;
- executar trabalhos de reforma e manutenção de prédios;
- montar tubulações para instalações elétricas;
- preparar superfícies a serem pavimentadas e pavimentá-las, assentando pedras ou elementos de concreto pré-moldados;
- assentar meios-fios;
- executar trabalhos de manutenção e recuperação de pavimentos;
- executar outras atribuições afins.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC
CONCURSO PÚBLICO /2015**

Anexo III - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Complementado pela ERRATA 01

➤ **NÍVEL SUPERIOR**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Obs. As questões serão elaboradas em concordância com o novo acordo ortográfico.

Legislação Constitucional e Municipal para os cargos de Agente Administrativo/Financeiro

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado (Títulos I, II e III). Competências e limitações de cada Poder. O poder Legislativo Municipal. O poder Executivo Municipal. Estatuto dos Servidores Públicos de Arroio Trinta. Lei Orgânica do Município.

Legislação Educacional para o cargo de Professor de Inglês.

Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88): Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Programa de Combate ao *Bullying*.

Legislação do SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso para os cargos de Assistente Social, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta e Médico Clínico Geral.

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso.

➤ **NÍVEL SUPERIOR**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AGENTE ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os setores, características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. Leis Ordinárias e Complementares do Município. Princípios de Administração Pública. **2. Administração geral:** Administração de materiais e compras. Administração financeira e orçamentária. Matemática financeira. Gestão de pessoas. Teorias e técnicas de administração geral. Estruturas organizacionais. Planejamento estratégico. Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do

local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. **3. Comunicação oficial:** atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. **4. Informática Básica:** Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007, Microsoft PowerPoint 2007, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, Internet Explorer 7 e Outlook Express 6, Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática. **5. Matemática:** Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. **5.1. Noções de Matemática Financeira:** porcentagem, juros simples e compostos. **5.2. Interpretação e análise de demonstrações financeiras.** **6. Contabilidade Geral:** objetivo e finalidade. **6.1. Estrutura conceitual básica da contabilidade.** Princípios fundamentais da contabilidade. Depreciação. Amortização. Apuração de resultados. Demonstrações contábeis.

ASSISTENTE SOCIAL

Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Questão Social. Movimentos sociais. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. Interdisciplinaridade. Lei Federal N.º 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Código de Ética Profissional do Assistente Social. As dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas do Serviço Social. Lei n.º 8.742/1993. Lei Orgânica da Assistência Social e suas alterações. Políticas Sociais Públicas no Brasil. Controle Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2005. Resolução CNAS n.º. 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei n.º. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Lei n.º. 8.212/1991 – Lei Orgânica da Seguridade Social: Títulos I, II e III. Cadastro Único - Decreto n.º 6.135/07. NOB RH SUAS/2006. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90. Estatuto do Idoso – Lei 10.741/03.

ENFERMEIRO

Lei orgânica de saúde. Sistema Único de Saúde. Constituição Federal. Princípios, Diretrizes, Regulamentação, Gestão e Organização do Sistema Único de Saúde. Políticas Públicas de Saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica. Atenção Primária em Saúde. Ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Humanização. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Diretrizes operacionais: Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Implementação do modelo assistencial de atenção básica com os Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Regionalização e Redes de Atenção à Saúde. Gerenciamento de resíduos, biossegurança, prevenção e controle de riscos. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei do exercício profissional. Gerenciamento, administração e organização dos serviços de enfermagem. Educação em Saúde. Teorias de Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem e Consulta de Enfermagem. Assistência de enfermagem em: urgências e emergências; vigilância em saúde; auditoria dos serviços de saúde; imunização; saúde do adulto; saúde da criança/adolescente; saúde da mulher; saúde do idoso; assistência em doenças sexualmente transmissíveis (DST), síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tuberculose e hepatites; obesidade; doenças respiratórias; hipertensão arterial; diabetes mellitus; doenças cardiovasculares; doenças cerebrovasculares e doença renal. Princípios de prevenção e controle da Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS). Cuidados Assistenciais de Fundamentos de Enfermagem. Ações e cuidados na Atenção à Rede de Urgências e Emergências, na Atenção à Rede de Pessoas com Deficiências, na Atenção à Rede de Doenças Crônicas e na Atenção à Rede Psicossocial.

FARMACÊUTICO

Políticas de medicamentos e Sistema Único de Saúde; Assistência Farmacêutica; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Seguimento Farmacoterapêutico de Paciente; Medicamentos como insumos de saúde; Serviços Farmacêuticos; Interpretação de exames clínicos laboratoriais; Farmacoepidemiologia; Farmacovigilância; Estudo de Utilização de Medicamentos; Farmacoeconomia; Uso Racional de Medicamentos; Pesquisa Clínica; Farmacoterapia Baseada em Evidências; Farmacologia Geral e Clínica; Farmacocinética e Farmacodinâmica; Agentes Farmacêuticos e medicinais; Receptores e mecanismos de ação; Classes Toxicidade, efeitos adversos e interações; Educação Sanitária; Assistência Domiciliar; Formas

Farmacêuticas Estéreis e Não Estéreis; Cálculo Farmacêutico; Biossegurança e Gestão Ambiental de Resíduos nos Serviços de Saúde; Código de Ética da profissão; Leis, Decretos, RDCs, Portarias, Resoluções, Normatizações e Códigos relacionados ao desenvolvimento da Farmácia; Regulação de medicamentos; Componente básico e especializado da Assistência Farmacêutica; Microbiologia, Imunologia, Bioquímica, Micologia, Hematologia e Citologia; Fisiopatologia; Química Farmacêutica; Farmacotécnica; Fitoterapia; Homeopatia.

FISIOTERAPEUTA

Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações. Prevenção em Saúde Pública. Atuação Preventiva em Fisioterapia. Fisioterapia Preventiva em Saúde do Trabalho. Atenção Básica a Saúde. Fisioterapia na Atenção Básica. Educação Popular em Saúde. Avaliação cinesioterapêutica. Doenças Neurológicas na Infância e adulto. Reabilitação do Hemiplégico. Equipe multidisciplinar e Educação do paciente. Avaliação do paciente reumático – anamnese e exame físico e tratamento. Tratamento das doenças reumáticas – medicina física e reabilitação. Introdução ao estudo do envelhecimento e da velhice. Políticas Públicas de Atenção ao Idoso. Aspectos biológicos do envelhecimento: considerações sobre anatomia e fisiologia do envelhecimento. Fisioterapia aplicada aos idosos portadores de disfunções. Avaliação e tratamento em fisioterapia ortopédica e traumatológica. Recursos eletrotermofototerapêuticos. Provas de função muscular Saúde da Família. A Família e seu Ciclo Vital: O Adulto. Anatomia Pulmonar e Cardíaca. Fisiologia Pulmonar e Cardíaca. Semiologia Pulmonar e Cardíaca: Manobras e Recursos Fisioterapêuticos. Reabilitação cardio-respiratória. Ética em Fisioterapia. Leis e Resoluções do COFFITO.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. **Específico:** 1. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde. 2. Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso. 3. Identificação das fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, adolescência, do adulto e da velhice. 4. Assistência à gestação normal, identificando os diferentes tipos de risco. 5. Cuidados ao recém nascido normal e condução da puericultura. 6. Tratamento das afecções mais frequentes na infância, na adolescência, na idade adulta e na velhice. 7. Interpretação de exames complementares de apoio diagnóstico na atividade clínica diária. 8. Diagnóstico das patologias cirúrgicas mais frequentes e encaminhamentos necessários. 9. Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais simples. 10. Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional. 11. Conhecimento sobre o ciclo vital, a estrutura e a dinâmica familiar. 12. Promoção de ações de educação em saúde e ações em parceria com a comunidade. 13. Identificação dos problemas de saúde da comunidade, particularizando grupos mais vulneráveis. 14. Gerenciamento de serviços de saúde. 15. Montagem e operação de sistemas de informação na Atenção Primária à Saúde. 16. Montagem, orientação e avaliação de sistema de referência e contra-referências. 17. Estudos de prevalência e incidência de morbi-mortalidade e de indicadores de saúde na população sob sua responsabilidade. 18. Implementação, controle e avaliação do programa de imunização da unidade. 19. Orientação e implementação de atividades de treinamento de pessoal e educação continuada para a equipe de saúde.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS

1. Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. 2. Conhecimento de aspectos linguísticos-estruturais e gramática funcional. 3. Estrutura da sentença 4. Frase nominal 5. Substantivo Genitivo 6. Adjetivo (graus comparativo e superlativo) – 7. Locuções adjetivas 8. Artigos Numerais 9. Pronomes 10. Frase verbal 11. Verbo (modo, forma, tempo) Auxiliares Modais Locuções verbais. 12. Verbos irregulares 13. Voz ativa/passiva 14. Advérbios. 15. Locuções Adverbiais 16. Preposições 17. Conjunções 18. Processos de formação de palavras. 19. Discurso indireto.

➤ NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Legislação Constitucional e Municipal para os cargos de Agente Administrativo e Auxiliar Administrativo e de Comunicação.

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização do Estado (Títulos I, II e III). Competências e limitações de cada Poder. O poder Legislativo Municipal. O poder Executivo Municipal. Estatuto dos Servidores Públicos de Arroio Trinta. Lei Orgânica do Município.

Legislação do SUS, SUAS, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso para os cargos de Técnico em Higiene Bucal e Técnico de Enfermagem.

Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Lei 8.742/93 e suas alterações (Lei do SUAS).

➤ **NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO**

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AGENTE ADMINISTRATIVO

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. **2. Administração e ambiente de trabalho:** Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. **3. Comunicação oficial:** atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. **4. Informática Básica:** Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007, Microsoft PowerPoint 2007, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, Internet Explorer 7 e Outlook Express 6, Noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática. **4. Matemática:** Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Noções de Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos. **5. Matemática:** proporção, regra de três simples; porcentagem, juros simples. **Contabilidade Geral:** objetivo e finalidade. **6.1. Estrutura conceitual básica da contabilidade.** Princípios fundamentais da contabilidade. Depreciação. Amortização. Apuração de resultados. Demonstrações contábeis.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO

1. Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. **2. Administração e ambiente de trabalho:** Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios,

desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. Ética no exercício profissional. **3. Comunicação oficial:** atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. **4. Atendimento ao público:** Conceitos básicos sobre qualidade, clientes, modalidades e princípios, atendimento e tratamento. Atendimento telefônico e presencial: procedimentos, regras, indicadores e requisitos. Comunicação: elementos, ruídos e barreiras. Conhecimentos básicos de sistemas e centrais de telefonia. Telefonia pela Internet.

TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL

Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Anatomia do corpo humano/sistemas. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17. Cárie dentária/cariologia. Ciclos de vida na Saúde Bucal. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças infectocontagiosas. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Educação em Saúde. Epidemiologia. Equipamento, aparelhos odontológicos, material e instrumental odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Estratégias de educação em saúde. Ética. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Financiamento e participação social no SUS. Fluoretos. História das Políticas de Saúde no Brasil. Identificação dos dentes. Imunidade/Imunização. Lei Estadual, Municipal de SC referente à saúde bucal. Modelos de atenção e cuidados em saúde. Níveis de prevenção, de atenção e de aplicação. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Periodontia, doenças periodontais. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Política Nacional de Atenção Básica. Política Nacional de Humanização. Política pública de saúde. Prevenção das doenças bucais. Prevenção/controle de riscos. Processo Saúde-Doença / determinantes/ condicionantes. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Programa Saúde da Família. Promoção de Saúde. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico/tomada radiográfica. Segurança contra radiação. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Técnicas de escovação supervisionada. Vigilância em saúde.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Atenção Básica a Saúde: Programa Nacional de Imunização (esquema básico e rede de frio); Tuberculose; Influenza A (H1N1); Hipertensão; Diabetes; Tabagismo; Obesidade; DST/AIDS; Atenção a Saúde da Mulher; Atenção a Saúde da Criança e do Recém Nascido (RN); Atenção a Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso; Humanização e ética na atenção a Saúde; Saúde Mental; Educação Permanente como estratégia na reorganização dos Serviços de Saúde e Acolhimento; Atenção à saúde do trabalhador; Saúde da família; Saúde bucal; Urgência e emergência. Biossegurança: Normas de biossegurança; Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção; Serviço de Controle de Infecções Hospitalares (SCIH). Procedimentos de enfermagem: Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, preparo e administração de medicações, tratamento de feridas e técnica de curativos. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional: Legislação e ética para o exercício do profissional de enfermagem.

➤ NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Compreensão e interpretação de textos; Verbos; Substantivos; Pronomes; Adjetivos; Singular e plural; Sujeitos da oração; Sinônimos e antônimos; Acentuação. Ortografia. Concordância verbal e nominal; Sentido e emprego dos vocábulos nos textos; Tempos e modos verbais.

Matemática para todos os cargos

1. Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais e decimais. Interpretação e cálculos com ideia

de porcentagem e fração. 2.Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. 3.Tratamento de informações: Leitura e interpretação de gráficos e tabelas. 4.Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade. Relação entre as medidas.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

MECÂNICO

1.Utilização de instrumentos de medição, tais como: paquímetro, especímetro, micrômetro, relógio comparador, goniômetro, torquímetro, manômetro, vacuômetro voltímetro, amperímetro e multímetro automotivo. 2.Conhecimentos técnicos sobre lubrificantes utilizados em automóveis e utilitários leves. 3.Manutenção, diagnóstico e correção de defeitos em motores de automóveis e utilitários leves, ciclos Otto e Diesel, seus órgãos periféricos e sistemas de lubrificação e arrefecimento. 4.Manutenção, diagnóstico e correção de defeitos em sistemas de transmissão, suspensão, direção, freios e elétrico de automóveis e utilitários leves. 5.Manutenção, diagnóstico e correção de defeitos de equipamentos e dispositivos eletromecânicos. 6.Manutenção, diagnóstico e correção de defeitos em implementos e acessórios de utilitários e máquinas pesadas.

MOTORISTA

1. Legislação brasileira de trânsito. 2. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. 3. Direção defensiva. 4. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. 5. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrico de veículos pesados para transporte de passageiros.

OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Conhecimentos sobre operação de máquina pesadas (niveladora, trator de esteira, retro-escavadeira e pá carregadeira): precauções e regras de segurança; leitura dos instrumentos do painel, manutenção básica e verificações de rotina, lubrificação e cuidados operacionais; ajustes, regulagens, acoplamento, desacoplamento, limpeza e conservação de implementos. Conhecimentos sobre legislação de trânsito e direção defensiva. Uso adequado de EPIs. Saúde e Segurança no Trabalho.

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Conhecimentos sobre operação de máquina pesadas (niveladora, trator de esteira, retro-escavadeira e pá carregadeira): precauções e regras de segurança; leitura dos instrumentos do painel, manutenção básica e verificações de rotina, lubrificação e cuidados operacionais; ajustes, regulagens, acoplamento, desacoplamento, limpeza e conservação de implementos. Conhecimentos sobre legislação de trânsito e direção defensiva. Uso adequado de EPIs. Saúde e Segurança no Trabalho.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos

Compreensão e interpretação de textos; Verbos; Substantivos; Pronomes; Adjetivos; Singular e plural; Sujeitos da oração; Sinônimos e antônimos; Acentuação. Ortografia. Concordância verbal e nominal; Sentido e emprego dos vocábulos nos textos; Tempos e modos verbais.

Matemática para todos os cargos

1. Números e operações: interpretação e resolução de situações-problema, envolvendo as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais. Interpretação e cálculos com ideia de porcentagem e fração. 2. Espaço e Forma: sólidos e formas geométricas. 4. Grandezas e Medidas: reconhecimento e utilização das unidades de tempo, medidas de comprimento, superfície (área e perímetro), massa, volume e capacidade.

➤ **NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO**
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS

Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Limpeza e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos. Contaminação de alimentos. Regras de etiqueta para os serviços de copa. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Cuidados no uso de produtos de limpeza. Relação interpessoal. Conhecimentos gerais em zeladoria. Limpeza de ambientes e equipamentos. Jardinagem.

AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Materiais de construção. 2. Ferramentaria. 3. Equipamento de proteção individual. 4. Sistema métrico linear. 5. Cálculo de área e volume. 6. Sistemas de água e esgoto: princípios básicos 7. Relacionamento interpessoal. 8. Organização e Limpeza. 9. Noções de carpintaria, pintura e pavimentação. Jardinagem. EPI'S.

PEDREIRO

Materiais de construção. Ferramentas básicas e ferramentas elétricas. Equipamento de proteção individual. Noções básicas de interpretação de projetos e plantas. Noções de topografia e nivelamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2015
Alterado pela ERRATA 01

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal N.º 1675, de 23 de janeiro de 2015, torna pública a realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Prefeitura que se regerá pelas leis pertinentes e pelas normas estabelecidas neste edital. A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os cargos objeto deste Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. A Prefeitura do Município de Arroio Trinta, reserva-se o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Concurso.

1.2. As condições de habilitação e definição de conteúdos programáticos, o processo de classificação e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, e III, partes integrantes do presente Edital.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.

1.4. Os candidatos aprovados no Concurso poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades da Prefeitura do Município de Arroio Trinta.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

2.1. Ter nacionalidade brasileira, admitidos estrangeiros na forma da lei.

2.2. Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.

2.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais.

2.4. Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.

2.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no Anexo I do presente Edital, na data da contratação.

2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

2.7. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão no exercício de função pública qualquer.

2.8. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da contratação, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

2.9. Fimar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aqueles previstos na Lei.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. do Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.2. Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de pessoa com deficiência, **desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.**

3.3. O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

3.4. Conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá apresentar, **no momento da avaliação perante a junta**, conforme item 3.5, **laudo médico com data inferior a 01 (um) ano**, contados da data do presente Edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.5. O candidato que tenha declarado sua deficiência será convocado, em Edital próprio, após o encerramento das inscrições, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Comissão Especial de Concurso Público programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.6. A junta de especialistas será composta conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.7. Compete à junta de especialistas, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto.

3.8. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 6 deste Edital.

3.9. Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

3.10. Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta oficial como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato poderá optar por outro cargo, com mesmo grau de escolaridade, e que seja compatível com sua deficiência ou receberá de volta o valor pago a título de inscrição.

3.11. Os candidatos com deficiência participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.12. O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou ampliada.

3.13. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.12, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.14. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.15. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar deficiente, se aprovado no Concurso, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.16. Considerando que em atendimento ao estabelecido no Estatuto dos Servidores do Município de Arroio Trinta, a reserva corresponde a 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 20ª vaga e assim, sucessivamente a cada 20 vagas.

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: de 30 de janeiro a 26 de fevereiro 06 de março de 2015, exclusivamente, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

4.1.2. Valores de inscrição:

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargos de Nível Superior	R\$ 80,00
Cargos de Nível Médio e Técnico	R\$ 50,00
Cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto	R\$ 30,00

4.2. O candidato deverá acessar o site (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 0 (zero) hora do dia 30 de janeiro e 19:00 (dezenove) horas do dia ~~26 de fevereiro~~ **dia 06 de março** de 2015.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da de inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico (www.ibam-concursos.org.br) através da opção *Área do Candidato*.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de *Internet Banking*, **não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento bancário.**

4.5. O candidato que realizar mais de uma inscrição, mesmo que efetivadas com o pagamento, só poderá realizar uma prova, tendo que optar por uma das inscrições validadas.

4.6. É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do envio, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.7. As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site (www.ibam-concursos.org.br) nos últimos dias de inscrição.

4.8. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, e a Prefeitura não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.9. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos.

4.10. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.11. O valor pago a título de inscrição não será devolvido em qualquer hipótese, exceto no previsto no item 3.10 deste Edital.

5. DAS PROVAS**5.1. Prova escrita**

5.1.1. As provas escritas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.1.4. As provas serão realizadas no dia **22 de março de 2015, no período matutino e as provas terão a duração de 03 (três) horas.**

5.1.5. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e a Prefeitura reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período vespertino.

5.1.6. Os candidatos poderão acessar e imprimir o cartão de confirmação, com data, horário e local da prova, a partir de 12/03/2015, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br), no link *Área do Candidato*.

5.1.7. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

5.1.8. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.1.9. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.1.10. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, sempre oficial e com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

5.1.11. O cartão resposta somente poderá ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta.

5.1.12. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRM e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Carteira de Motorista com foto e Passaporte.

5.1.13. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.1.12, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso o candidato será identificado em formulário específico.

5.1.14. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, **deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico** que esteja sob sua posse, **incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme**. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palm-top*, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na **exclusão** do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.1.15. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.1.16. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.1.17. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local de provas juntos.

5.1.18. O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá informar na ficha de inscrição as condições necessárias para que lhe seja providenciado local apropriado para realização da mesma, desde que não implique em quebra de sigilo ou favorecimento.

5.1.19. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.1.20. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.1.21. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.1.22. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.1.23. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.1.24. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.1.25. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.1.26. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.1.27. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão Especial de Concurso Público, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.1.28. A Comissão Especial de Concurso Público poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5.1 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso.

5.1.29. As provas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

5.2. Prova de títulos

5.2.1. Serão atribuídos pontos aos títulos a serem apresentados pelos candidatos **do cargo de Professor**, sendo considerado um título por categoria.

5.2.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:

Especialização *lato sensu* desde que tenha estreita relação com o cargo, reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, mediante apresentação de cópia autenticada de certificado de conclusão devidamente registrado: 05 (cinco) pontos.

Mestrado desde que tenha estreita relação com o cargo, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, mediante apresentação de cópia autenticada do diploma: 08 (oito) pontos.

5.2.3. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.

5.2.4. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.

5.2.5. Apresentação de títulos: Os títulos deverão ser enviados para a Comissão de Concurso Público da Prefeitura de Arroio Trinta, situada na Rua XV de Novembro, 26 Centro – CEP 89590-000, através de Sedex ou AR, postados, exclusivamente, durante o período de inscrições, ou entregues no Protocolo da Prefeitura, no mesmo endereço e período, aos cuidados da Comissão de Concurso Público.

5.2.6. Os títulos deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo na sua parte externa o número de inscrição (número do documento do boleto), nome do candidato e o cargo para o qual concorre.

5.3. Prova prática

5.3.1. Os candidatos inscritos nos cargos de **Operador de Máquinas Agrícolas e Operador de Máquinas Pesadas**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 15, na prova objetiva, serão convocados para a prova prática, que terá caráter eliminatório e será realizada em **data e local a ser divulgado em edital próprio**.

5.3.2. Estas provas serão avaliadas e pontuadas, e os critérios de avaliação que irão compor a prova terão como base os Conhecimentos Técnico-Profissionais do cargo e serão detalhados em edital de convocação que será publicado após a publicação da classificação parcial com, no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

5.3.3. A prova prática será avaliada por uma junta de profissionais da área e o resultado divulgado no site do www.ibam-concursos.org.br, num prazo de até 48h após o encerramento da prova prática.

5.4. Contagem de Pontos

5.4.1. O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada uma das disciplinas da prova objetiva, dos títulos e da prova prática, quando o cargo exigir.

6. RECURSOS E REVISÕES

6.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em cada etapa do Concurso Público 001/2015.

6.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Concurso e entregue para registro no protocolo geral da Prefeitura de Arroio Trinta, situada na Rua XV de Novembro, 26 Centro, no horário de funcionamento do mesmo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

6.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender os requisitos do item 6.2.

6.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pela entidade organizadora do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.6. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

6.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do IBAM (www.ibam-concursos.org.br).

7. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso, conforme descrito no item 5 e no Anexo II do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

7.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Nível Superior e Nível Médio:

1ª) maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2ª) maior nº de pontos na prova de Legislação;

3ª) maior nº de pontos na prova de Português;

4ª) maior idade.

b) para os cargos de Nível Fundamental Completo e Incompleto:

1ª) maior nº de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2ª) maior nº de pontos na prova de Matemática;

3ª) maior nº de pontos na prova de Português;

4ª) maior idade.

7.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03.

7.3. Os gabaritos serão divulgados no **dia 23 de março**, nos *sites* (www.ibam-concursos.org.br) e (www.arroiotrinta.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura de Arroio Trinta.

8. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. O resultado preliminar do Concurso contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, por cargo, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites (www.ibam-concursos.org.br), através da opção *Documentação do Concurso* e (www.arroiotrinta.sc.gov.br).

8.2. Após decididos todos os recursos, será também publicada, nos endereços acima, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

8.3. O resultado final do Concurso será homologado pelo Prefeito Municipal e publicado no Mural da Prefeitura de Arroio Trinta e no site (www.arroiotrinta.sc.gov.br).

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público serão convocados, conforme a necessidade do município, para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do presente Edital, através dos meios de comunicação conforme dispuser a legislação municipal em vigor.

9.2. Os exames médicos são eliminatórios, sendo excluídos do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo para o qual se inscreveram.

9.3. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso em qualquer de suas fases.

9.4. Será excluído do certame o candidato que:

- a) faltar a qualquer uma das fases do Concurso;
- b) não pontuar na prova objetiva;
- c) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso;
- d) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- e) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- f) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- g) deixar de assinar a folha de respostas.

9.5. O presente Concurso objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico estatutário de Arroio Trinta.

9.6. A aprovação em Concurso não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura e demais órgãos, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura do Município.

9.7. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pela internet ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão publicação de todos os atos e editais relativos ao certame.

9.8. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Arroio Trinta, após a homologação do resultado do Concurso.

9.9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

9.10. O presente Edital estará disponibilizado no site do IBAM, (www.ibam-concursos.org.br), no site do Município de Arroio Trinta (www.arroiotrinta.sc.gov.br) e no mural da Prefeitura do Município de Arroio Trinta/SC.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Concurso, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2. O Concurso terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Arroio Trinta, 23 de janeiro de 2015.

Comissão do Concurso Público de Arroio Trinta



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015
ERRATA 01

A Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto Municipal N.º 1675, de 23 de janeiro de 2015, torna pública a ERRATA 01 ao Edital de abertura do Concurso.

ONDE SE LÊ:

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: de 30 de janeiro a 26 de fevereiro de 2015, exclusivamente, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

(...)

5.3. Prova prática

5.3.1. Os candidatos inscritos nos cargos de **Operador de Máquinas**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 15, na prova objetiva, serão convocados para a prova prática, que terá caráter eliminatório e será realizada em **data e local a ser divulgado em edital próprio**.

LEIA-SE:

4. INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

4.1. Período: de 30 de janeiro a 06 de março de 2015, exclusivamente, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

(...)

5.3. Prova prática

5.3.1. Os candidatos inscritos nos cargos de **Operador de Máquinas Agrícolas e Operador de Máquinas Pesadas**, que tiverem obtido a classificação até a ordem 15, na prova objetiva, serão convocados para a prova prática, que terá caráter eliminatório e será realizada em **data e local a ser divulgado em edital próprio**.

ANEXO I

Acrescente-se:

CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	RESERVA DE VAGA PARA DEFICIENTE	JORNADA DE TRABALHO (HORAS SEMANAIS)	VENCIMENTO -BASE R\$
NÍVEL SUPERIOR						
18	ENFERMEIRO	Conclusão de curso de nível superior em Enfermagem e registro no COREN	01	0	40	4.550,00

ANEXO II

ONDE SE LÊ:

Escolaridade: Nível Fundamental Completo e Incompleto

Função	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Todos os cargos.	Conhecimentos Técnico Profissionais	10	10	100
	Matemática	10	10	50
	Português	10	10	50

LEIA-SE:

Escolaridade: Nível Fundamental Completo e Incompleto

Função	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de pontos
Todos os cargos.	Conhecimentos Técnico Profissionais	10	10	50
	Matemática	10	10	50
	Português	10	10	50

ANEXO III

Acrescente-se:**ENFERMEIRO**

Lei orgânica de saúde. Sistema Único de Saúde. Constituição Federal. Princípios, Diretrizes, Regulamentação, Gestão e Organização do Sistema Único de Saúde. Políticas Públicas de Saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica. Atenção Primária em Saúde. Ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Humanização. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Diretrizes operacionais: Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Implementação do modelo assistencial de atenção básica com os Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Regionalização e Redes de Atenção à Saúde. Gerenciamento de resíduos, biossegurança, prevenção e controle de riscos. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei do exercício profissional. Gerenciamento, administração e organização dos serviços de enfermagem. Educação em Saúde. Teorias de Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem e Consulta de Enfermagem. Assistência de enfermagem em: urgências e emergências; vigilância em saúde; auditoria dos serviços de saúde; imunização; saúde do adulto; saúde da criança/adolescente; saúde da mulher; saúde do idoso; assistência em doenças sexualmente transmissíveis (DST), síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tuberculose e hepatites; obesidade; doenças respiratórias; hipertensão arterial; diabetes mellitus; doenças cardiovasculares; doenças cerebrovasculares e doença renal. Princípios de prevenção e controle da Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS). Cuidados Assistenciais de Fundamentos de Enfermagem. Ações e cuidados na Atenção à Rede de Urgências e Emergências, na Atenção à Rede de Pessoas com Deficiências, na Atenção à Rede de Doenças Crônicas e na Atenção à Rede Psicossocial.

Permanecem inalterados os demais itens.

Arroio Trinta, 10 de fevereiro de 2015.

Comissão do Concurso Público de Arroio Trinta

Balneário Rincão

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DL 001/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/CMBR/2015

LOCADORA: BRATTI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

LOCATÁRIO: Câmara Municipal

OBJETO: Locação de uma área de 300m², contendo uma sala térrea com 250m², dividido em 03 (três) ambientes e uma área de 50m², de mezanino, dividido em 02 (dois) ambientes, localizada na Avenida Leoberto Leal, Lote 16 da quadra 47, Centro no Município de Balneário Rincão, para uso da Câmara Municipal de Balneário Rincão/SC.

VIGENCIA: 24 (vinte e quatro) meses.

RECONHECIDO: por Airton Valvito Ferreira - Presidente da Câmara

RATIFICADO: por Airton Valvito Ferreira - Presidente da Câmara

Balneário Rincão, 12 de Fevereiro de 2015.

Jean Carlos Marcelino Borges

Presidente da Comissão de Licitação

Barra Velha

PREFEITURA

LEI Nº 1421, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

LEI Nº 1421, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

“Revoga a Lei nº 213, de 17 de março de 2000, e a Lei 302, de 15 de janeiro de 2001, e dá outras providências.”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 213, de 17 de março de 2000, e nº 302, de 15 de janeiro de 2001, que autoriza o Poder Executivo a Pagar despesas de energia elétrica e água do Circo Escola e Teatro de Lona Cultural de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 06 de fevereiro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

LEI Nº 1422, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

LEI Nº 1422, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

“Denomina de Rua Roberto Haroldo Hermann, a Rua 1967 (Código 986), localizada no Loteamento Jardim Graziela, Bairro Icaraí, neste Município.”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA ROBERTO HAROLDO HERMANN, a Rua 1967 (código 986), localizada no Loteamento Jardim Graziela, Bairro Icaraí, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 06 de fevereiro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 183, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 183, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

Altera disposições da Lei Complementar nº 116, de 30 de setembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e é sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O § 2º do Art. 24 da Lei Complementar nº 116, de 30 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 ...

§ 1º ...

§ 2º - Os servidores profissionais em Fonoaudiologia, Psicologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, cumprirão jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 06 de fevereiro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO PREGÃO EDITAL 01/2014 - FMS

Aviso de Licitações
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 001/2015 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - FMS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item. O objeto é a aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 09h00min do dia 03/03/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 03/03/2015 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 13 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 234

DECRETO N.º 234/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NA FORMA QUE MENCIONA".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. O Ponto será Facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 16 e 18 de fevereiro de 2015, período de carnaval.

Art. 2º. Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Art. 3º. As atividades da Administração Pública Municipal retornarão ao seu horário normal de expediente, no dia 19 de fevereiro às 08h00min.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 10 de fevereiro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo**PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 17/2015.

Dispensa de licitação nº 17/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADO: VILAND HENSCHEL (604.217.039-20).

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA HOLANDA, LADO DIREITO, ALTO BENEDITO NOVO, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE VILAND HENSCHEL, COM PERMISSÃO PARA A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO

VALOR MENSAL: R\$ 1.220,00 (mil duzentos e vinte reais).

VALOR TOTAL: R\$ 13.420,00 (treze mil quatrocentos e vinte reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10/02/2015 a 31/12/2015.

Benedito Novo, 13 de fevereiro de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

Biguaçu**PREFEITURA****AVISO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2014 – FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AOS PROCESSOS JUDICIAIS E DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA - PROGRAMA DE CONTROLE DE TUBERCULOSE E HANSENÍASE E PROGRAMA SDT/HIV/AIDS E UPA 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 19/02/2015, às 14h00min do dia 03/03/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 03/03/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 19/02/2015.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudbigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 12 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

CONVÊNIO Nº 05/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2014

CONVENIENTES - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Associação Amigos do Bom Viver.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro à Beneficiada que menciona para atender despesas com o Carnaval de Biguaçu/2015. Autorizado pela Lei nº 3540/2015.

VALOR: R\$ 15.000,00(quinze mil reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - 09/02/2015 à 09/05/2015

DATA E ASSINATURAS - Biguaçu, 09 de fevereiro de 2015 - Ramon Wollinger - Prefeito Municipal e Odinei Odilon Camacho - Presidente da Associação Amigos do Bom Viver.

CONVÊNIO Nº 06/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2015

CONVENIENTES - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Associação Recreativa, Cultural e Carnavalesca Unidos do Rio Caveiras.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro à Beneficiada que menciona para atender despesas com o Carnaval de Biguaçu/2015. Autorizado pela Lei nº 3540/2015.

VALOR: R\$ 15.000,00(quinze mil reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - 09/02/2015 à 09/05/2015

DATA E ASSINATURAS - Biguaçu, 09 de fevereiro de 2015 - Ramon Wollinger - Prefeito Municipal e Carlos Wanderley Gomes da Silva - Presidente da Associação Recreativa, Cultural e Carnavalesca Unidos do Rio Caveiras.

CONVÊNIO Nº 07/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2015

CONVENIENTES - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Associação Recreativa e Cultural Unidos do Jardim Carandaí.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro à Beneficiada que menciona para atender despesas com o Carnaval de Biguaçu/2015. Autorizado pela Lei nº 3540/2015.

VALOR: R\$ 15.000,00(quinze mil reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - 09/02/2015 à 09/05/2015

DATA E ASSINATURAS - Biguaçu, 09 de fevereiro de 2015 - Ramon Wollinger - Prefeito Municipal e Taíse Parisotto - Presidente da Associação Recreativa e Cultural Unidos do Jardim Carandaí.

DECRETO Nº 013/2015

DECRETO Nº 013/2015 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	14.900,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000108	Outras Despesas Correntes	14.900,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.2.28.000108	Investimentos	14.900,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 243/2014

DECRETO Nº 243/2014 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica – PABF	26.861,50
	ANULA:	
4.4.90.00/0.2.28.000042	Investimentos	26.861,50
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000042	Outras Despesas Correntes	26.861,50

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de dezembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 244/2014

DECRETO Nº 244/2014 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 138.496,21 (Cento e trinta e oito mil quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.2.28.000015 e 0.2.28.000187. A dotação abaixo relacionada:

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	19.768,21
3.3.90.00/0.2.28.000187	Outras Despesas Correntes	19.768,21

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	118.728,00
3.3.90.00/0.2.28.000015	Outras Despesas Correntes	118.728,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de dezembro de 2014.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

**ERRATA Nº. 01 DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 06/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 06/2015 - PREGÃO
PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 06/2015

Considerando a necessidade de contratação de vigilância armada
no Hospital regional de Biguaçu, considera-se:

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 06/2015
- FMS)

(....) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVI-
ÇOS DE VIGILÂNCIA 24 HORAS PARA O HOSPITAL REGIONAL DE
BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo
II que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 13/02/2015, às
13h59min do dia 27/02/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia
27/02/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo,
s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Di-
retoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima
(27/02/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através
de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Dire-
toria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que
não seja o credenciado para participar de sessões que se esten-
dam além da data determinada acima (27/02/2015), tem-se que
somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos
para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração)
poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com
firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu
documento de identificação, com foto. (...)

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no ende-
reço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a
partir do dia 13/02/2015. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 06/2015 -
FMS)

(....) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SER-
VIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA 24 HORAS PARA O HOSPITAL
REGIONAL DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encon-
tram-se no Anexo II que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 18/02/2015, às
13h59min do dia 02/03/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia
02/03/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo,
s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Di-
retoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima

(02/03/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através
de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Dire-
toria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que
não seja o credenciado para participar de sessões que se esten-
dam além da data determinada acima (02/03/2015), tem-se que
somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos
para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração)
poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com
firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu
documento de identificação, com foto. (...)

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no ende-
reço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a
partir do dia 18/02/2015. (...)

.As demais informações constantes no Aviso de Licitação perma-
necem inalteradas.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

IN 32/2015 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 32/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DO CAN-
TOR NENEM MARAVILHA E BANDA PARA PROGRAMAÇÃO DO
EVENTO "CARNAVAL DA FAMÍLIA BIGUAÇUENSE 2015".

CONTRATADO: DJALMA RITA

VALOR: R\$2.000,00 (dois mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.051

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.36.99.00.00.00

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

JUSTIFICATIVA: Devido às festividades voltadas para o Carnaval
da Família Biguaçuense 2015, houve a necessidade da contratação
de banda para apresentação musical para compor a programação
do evento.

O processo tem fundamento legal no art. 25, III e parágrafo pri-
meiro da Lei 8.666/93:

- para contratação de profissional de qualquer setor artístico, dire-
tamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagra-
do pela crítica especializada ou pela opinião pública.

O contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal
dentro do prazo de validade. De acordo com a Secretaria de Cultu-
ra, Esporte e Turismo os valores contratados conforme consultas
prévias encontram-se compatíveis com o praticado no mercado.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 33/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DO DJ BI-
NHO PARA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL DA FAMÍLIA
BIGUAÇUENSE 2015".

CONTRATADO: PEDRO PAULO DE RAMOS

VALOR: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.051
ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.36.99.00.00.00
VIGÊNCIA: 31/12/2015.

JUSTIFICATIVA: Devido às festividades voltadas para o Carnaval da Família Biguaçuense 2015, houve a necessidade da contratação de banda para apresentação musical para compor a programação do evento.

O processo tem fundamento legal no art. 25, III e parágrafo primeiro da Lei 8.666/93:

- para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

O contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade. De acordo com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo os valores contratados conforme consultas prévias encontram-se compatíveis com o praticado no mercado.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 34/2015 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DA BANDA ALAQUETO PARA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL DA FAMÍLIA BIGUAÇUENSE 2015".

CONTRATADO: CARLOS FRANCISCO BOEIRA

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.051

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.36.99.00.00.00

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

JUSTIFICATIVA: Devido às festividades voltadas para o Carnaval da Família Biguaçuense 2015, houve a necessidade da contratação de banda para apresentação musical para compor a programação do evento.

O processo tem fundamento legal no art. 25, III e parágrafo primeiro da Lei 8.666/93:

- para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

O contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade. De acordo com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo os valores contratados conforme consultas prévias encontram-se compatíveis com o praticado no mercado.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 37/2015 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DO DJ PÂNICO PARA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL DA FAMÍLIA BIGUAÇUENSE 2015".

CONTRATADO: IANA KARLA DE SOUZA

VALOR: R\$500,00 (quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.051

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.36.99.00.00.00

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

JUSTIFICATIVA: Devido às festividades voltadas para o Carnaval da Família Biguaçuense 2015, houve a necessidade da contratação

de banda para apresentação musical para compor a programação do evento.

O processo tem fundamento legal no art. 25, III e parágrafo primeiro da Lei 8.666/93:

- para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

O contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade. De acordo com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo os valores contratados conforme consultas prévias encontram-se compatíveis com o praticado no mercado.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 39/2015 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL DA WALLACE SORRISO E BANDA PARA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "CARNAVAL DA FAMÍLIA BIGUAÇUENSE 2015".

CONTRATADO: WALLACE TELLES VIEIRA

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.051

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.36.99.00.00.00

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

JUSTIFICATIVA: Devido às festividades voltadas para o Carnaval da Família Biguaçuense 2015, houve a necessidade da contratação de banda para apresentação musical para compor a programação do evento.

O processo tem fundamento legal no art. 25, III e parágrafo primeiro da Lei 8.666/93:

- para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

O contratado apresentou os documentos de regularidade fiscal dentro do prazo de validade. De acordo com a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo os valores contratados conforme consultas prévias encontram-se compatíveis com o praticado no mercado.

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DOS CONTRATOS N. 9, 10, 11 E 12**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

Extrato dos Contratos

Convite nº01/2015

Contrato nº 09/2015

Contratado: PEREIRA Descartáveis, Higiene, Limpeza e Automotivos

Objeto: compra de materiais de expediente e consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Valor: R\$2.737,30

Vigência: até 31/12/2015

Assinatura do contrato: 09/02/2015

Convite nº01/2015

Contrato nº 10/2015

Contratado: HP & Comercial Ltda

Objeto: compra de materiais de expediente e consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Valor: R\$16.057,03

Vigência: até 31/12/2015

Assinatura do contrato: 09/02/2015

Convite nº01/2015

Contrato nº 11/2015

Contratado: SEBOLD COMERCIAL

Objeto: compra de materiais de expediente e consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Valor: R\$2.135,27

Vigência: até 31/12/2015

Assinatura do contrato: 09/02/2015

Convite nº01/2015

Contrato nº 12/2015

Contratado: TAF DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: compra de materiais de expediente e consumo para a manutenção dos serviços da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Valor: R\$14.981,90

Vigência: até 31/12/2015

Assinatura do contrato: 09/02/2015

Blumenau**PREFEITURA****PRORROGAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/12**

Prorrogação Ata de Registro de Preços nº 083/2012 - Concorrência nº -03-016/2012

Registro de Preços para manutenção corretiva e preventiva dos sistemas hidráulicos, elétricos e mecânicos dos diques de contenção contra cheias e estações de bombeamento de enxurradas com fornecimento de peças, pelo período de 03(três) meses - SEDECI Empresa vencedora: Tecno Control Tecnologia e Sistemas LTDA
Data da Prorrogação: 10/12/2013.

Base Legal: Concorrência - Art. 22, Inciso I, Lei 8.666/93.

EXTRATO Nº 028/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 028/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa
SINÉRGICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

CONTRATO Nº. 241/2012 - TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Compra de licença de uso de software de gerenciamento laboratorial para o Laboratório de Análises Clínicas da FURB no complexo de saúde da FURB, com instalação, implantação, treinamento dos usuários, manutenção e suporte.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 130/2012 e Contrato Nº. 241/2012, de 07 de dezembro de 2012.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.3 do Contrato nº. 241/2012 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 07 de dezembro de 2014 até 06 de dezembro de 2015, totalizando 36 meses contratados;

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Cláusula Primeira, Item 1.2. do Contrato nº. 241/2012 passa a ter a seguinte redação a partir da assinatura do presente Termo Aditivo:

"Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor anual de R\$ 3.757,00 (três mil, setecentos e cinquenta e sete reais), sendo este o preço unitário:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Serviços	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unit. X Qtde.)
02	32958	05	Li-cen-ças	Licença de uso do Sistema Esmeralda Visual, para uso do Laboratório de Análises Clínicas da FURB, com: 1) Cessão do direito de licença de uso, para 05 (cinco) terminais, por um período de 12 (doze) meses; 2) Manutenção e suporte técnico remoto por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 751,40	R\$ 3.757,00

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 241/2012 e aditivo nº 001, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 11/02/2015

PORTARIA Nº 441/2014 - FURB

PORTARIA Nº 441/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Designa os membros da Comissão de Acompanhamento Pibid - CAP.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e, em atenção à Portaria nº 96/2013/CAPEs, de 18 de julho de 2013, DESIGNA os Servidores:

GICELE MARIA CERVI - Presidente
 CELSO KRAEMER - Coordenação de Área
 RITA BUZZI RAUSCH - Coordenação de Área
 VANIA TANIRA BIAVATTI - Coordenação de Área
 VALÉRIA CONTUCCI DE OLIVEIRA MAILER - Coordenação de Gestão
 LECIAN CARDOSO LOPES - Secretária Executiva Pibid
 MARISTELA PITZ DOS SANTOS - Supervisão
 ELISIANA CECILIA WEHMUTH - Supervisão
 VERA LUCIA BUCCO DE LIZ - Supervisão (suplente)
 JEANE PITZ PUKALL - Supervisão (suplente)
 ALINE FERNANDA GUSE - Iniciação à Docência
 BRUNO SCHNEIDER SADOSKI - Iniciação à Docência
 EDUARDO WANZUIT FERREIRA - Iniciação à Docência (suplente)
 ODIRLEI COLZANI - Iniciação à Docência (suplente)

para, sob a presidência da servidora Gicele Maria Cervi, constituírem a Comissão de Acompanhamento Pibid - CAP, relativamente ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

Blumenau, 28 de março de 2014.
 JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 442/2014 - FURB

PORTARIA Nº 442/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Hélio Flavio Vieira.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

HÉLIO FLAVIO VIEIRA

cadastro funcional nº 3166, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Civil, para palestrar no Seminário "Coordenação e Logística de Canteiros de Obras", em São Paulo - SP, no dia 20 de maio de 2014.

Blumenau, 28 de março de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 443/2014 - FURB

PORTARIA Nº 443/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Edésio Luiz Simionatto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

EDÉSIO LUIZ SIMIONATTO

cadastro funcional nº 2397, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Química, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Credenciamento de Instituição de Ensino Superior, na Faculdade Capacitar, em Bagé - RS, no período de 2 a 5 de abril de 2014.

Blumenau, 28 de março de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 444/2014 - FURB

PORTARIA Nº 444/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Kátrin Aline Osti.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

KÁTRIN ALINE OSTI

cadastro funcional nº 5492, ocupante do cargo de Enfermeiro, lotada no Ambulatório Campus V, para participar de Conferência Magna - Formação Docente na Área da Saúde, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis - SC, nos dias 27 e 28 de março de 2014.

Blumenau, 28 de março de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 445/2014 - FURB

PORTARIA Nº 445/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede licença maternidade especial à Servidora Martha Colvara Bachilli.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 277 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE ESPECIAL, sem prejuízo da remuneração, à Servidora

MARTHA COLVARA BACHILLI

cadastro funcional nº 9237, ocupante do cargo de Professor Substituto, lotada no Departamento de Medicina, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar de 15 de abril de 2014.

Blumenau, 28 de março de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 446/2014 - FURB

PORTARIA Nº 446/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Iêda Maria Begnini.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

IÊDA MARIA BEGNINI

cadastro funcional nº 3033, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Química, para participar de comissão julgadora de tese de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Química da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis - SC, no dia 31 de março de 2014.

Blumenau, 28 de março de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 447/2014 - FURB

PORTARIA Nº 447/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Patrícia de Borba.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

PATRÍCIA DE BORBA

cadastro funcional nº 4430, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Artes, para participar do Seminário: Improvisação no Teatro: poética-prática-pensamento da Impro, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte - MG, nos dias 2 e 3 de abril de 2014.

Blumenau, 28 de março de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 448/2014 - FURB

PORTARIA Nº 448/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Romeu Hausmann.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ROMEU HAUSMANN

cadastro funcional nº 4705, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações para participar de banca de exame de qualificação de doutorado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis - SC, na presente data.

Blumenau, 28 de março de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 449/2014 - FURB

PORTARIA Nº 449/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Lauri Amândio Schorn.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LAURI AMÂNDIO SCHORN

cadastro funcional nº 3401, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Reconhecimento do Curso de Engenharia Ambiental - da Universidade de Brasília - UNB, em Brasília - DF, no período de 4 a 7 de maio de 2014.

Blumenau, 28 de março de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 450/2014 - FURB

PORTARIA Nº 450/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Designa os membros da Comissão para Elaboração da Política de Educação à Distância da FURB.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e considerando, DESIGNA os Servidores:

JÚLIO CESAR LOPES DE SOUZA - Divisão de Modalidades de Ensino

FRANCIELE OTTO - Divisão de Modalidades de Ensino

EZEQUIEL TARGINO SANTOS - Divisão de Políticas Educacionais

MARILEIA SCHUBERT - Divisão de Políticas Educacionais

IVANA MARIA SCHMITT PEDREIRA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

HENRIETTE DAMM - Centro de Ciências Exatas e Naturais

SIMONE RISKE KOCH - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação

ROMEU HAUSMANN - Centro de Ciências Tecnológicas

VERA LÚCIA SIMÃO - Escola Técnica do Vale do Itajaí

Para, sob a presidência do Servidor Júlio César Lopes de Souza, constituírem Comissão para Elaboração da Política de Educação à Distância da FURB.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 451/2014 - FURB

PORTARIA Nº 451/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Concede afastamento para capacitação, sem prejuízo de seus vencimentos, ao Servidor André Paulo Nascimento.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 1º, § 1º, e demais disposições da Resolução FURB nº 011/2014, de 27 de fevereiro de 2014, CONCEDE AFASTAMENTO PARA CAPACITAÇÃO, SEM PREJUÍZO DE SEUS VENCIMENTOS, ao Servidor

ANDRÉ PAULO NASCIMENTO

cadastro funcional nº 5066, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais, para cursar Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Genética da Universidade Federal do Paraná - UFPR, com carga horária semanal de 31,40 horas-aula, no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 452/2014 - FURB

PORTARIA Nº 452/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia André Luiz de Freitas Paranhos para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

ANDRÉ LUIZ DE FREITAS PARANHOS

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação no Centro de Ciências Tecnológicas, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 453/2014 - FURB

PORTARIA Nº 453/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Fernando Fujiyama Brunow Ventura para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

FERNANDO FUJIYAMA BRUNOW VENTURA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Procuradoria Geral, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 454/2014 - FURB

PORTARIA Nº 454/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Vorlei Pereira para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

VORLEI PEREIRA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 455/2014 - FURB

PORTARIA Nº 455/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Maurício Xavier Müller para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

MAURÍCIO XAVIER MÜLLER

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Procuradoria Geral, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 456/2014 - FURB

PORTARIA Nº 456/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Rafael Maus para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

RAFAEL MAUS

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências Tecnológicas, referência inicial 20.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 457/2014 - FURB

PORTARIA Nº 457/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Shirley Tillmann da Silva para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

SHIRLEY TILLMANN DA SILVA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Instituto de Serviços, Pesquisa e Inovação, referência inicial 20.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 458/2014 - FURB

PORTARIA Nº 458/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Juliana Silveira e Silva para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

JULIANA SILVEIRA E SILVA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, referência inicial 20.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 459/2014 - FURB

PORTARIA Nº 459/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia George Harrison Santos para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

GEORGE HARRISON SANTOS

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências da Saúde, referência inicial 20.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 460/2014 - FURB

PORTARIA Nº 460/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Bruna Valéria Keller para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

BRUNA VALÉRIA KELLER

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Hospital Universitário, referência inicial 20.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 461/2014 - FURB

PORTARIA Nº 461/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Fillipe Wessler para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

FILLIPE WESSLER

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação na Divisão de Administração Financeira, referência inicial 20.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 462/2014 - FURB

PORTARIA Nº 462/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Carlos Eduardo Custodio para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

CARLOS EDUARDO CUSTODIO

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática, com lotação na Divisão de Tecnologia da Informação, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 463/2014 - FURB

PORTARIA Nº 463/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Eduardo Lucas Bambinetti para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

EDUARDO LUCAS BAMBINETTI

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática, com lotação na Divisão de Tecnologia da Informação, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 464/2014 - FURB

PORTARIA Nº 464/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Maurício Holz para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

MAURÍCIO HOLZ

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática, com lotação na Divisão de Modalidades de Ensino, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 465/2014 - FURB

PORTARIA Nº 465/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia Gustavo Schreiner Pering para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

GUSTAVO SCHREINER PERING

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática, com lotação na Divisão de Tecnologia da Informação, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 466/2014 - FURB

PORTARIA Nº 466/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014

Nomeia João Gabriel Magnani para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

JOÃO GABRIEL MAGNANI

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar em Assuntos de Informática, com lotação na Biblioteca Universitária, referência inicial 30.

Blumenau, 28 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 467/2014 - FURB

PORTARIA Nº 467/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Instaura Processo Administrativo de Sindicância Discente e dá outras providências.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de sua atribuição inserta no artigo 201, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, no artigo 99 da Resolução da FURB nº 129/2001, de 20 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Na forma preconizada pela Resolução nº 129/2001, artigo 99, instaurar processo administrativo de sindicância discente para a apuração dos fatos ocorridos no dia 17 de março de 2014 nas dependências da Biblioteca Universitária, e seus desdobramentos.

Art. 2º Para apuração dos fatos fica designada a Comissão Especial de Processo Disciplinar Discente, instituída pela Portaria nº 1.046/2012.

Art. 3º O prazo para conclusão do processo administrativo de

sindicância não excederá 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa da comissão responsável pelos trabalhos.

Blumenau, 31 de março de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 468/2014 - FURB

PORTARIA Nº 468/2014, DE 1º DE ABRIL DE 2014
Concede licença prêmio ao Servidor Anderson Rosa.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 15 (quinze) dias -, de 2 a 16 de abril de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1993 a 28 de fevereiro de 1998, ao Servidor

ANDERSON ROSA

cadastro funcional nº 2527, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Divisão de Administração de Materiais.

Blumenau, 1º de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 469/2014 - FURB

PORTARIA Nº 469/2014, DE 1º DE ABRIL DE 2014

Remove, a pedido, a Servidora Márcia Tomaz Berto Eyng.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o disposto no art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, REMOVE, A PEDIDO, a Servidora

MÁRCIA TOMAZ BERTO EYNG

cadastro funcional nº 3061, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, da Divisão de Modalidades de Ensino para o Departamento de Artes, a contar desta data.

Blumenau, 1º de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 470/2014 - FURB

PORTARIA Nº 470/2014, DE 1º DE ABRIL DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Marcus Vinicius Marques de Moraes.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MARCUS VINICIUS MARQUES DE MORAES

cadastro funcional nº 4558, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Fisioterapia para participar do Seminário Nacional do PASEM, em Brasília - DF, nos dias 03 e

04 de abril de 2014.

Blumenau, 1º de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 471/2014 - FURB

PORTARIA Nº 471/2014, DE 1º DE ABRIL DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Dagoberto Stein de Quadros.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

DAGOBERTO STEIN DE QUADROS

cadastro funcional nº 2456, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal para participar da 2ª Reunião Ordinária da Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Florestal - CEEF, em Florianópolis - SC, no período de 07 a 09 de abril de 2014.

Blumenau, 1º de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 472/2014 - FURB

PORTARIA Nº 472/2014, DE 1º DE ABRIL DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Marilda Angioni.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARILDA ANGIONI

cadastro funcional nº 3956, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Divisão de Apoio à Extensão, para participar e apresentar trabalho na Pré-Jornada e na III Jornada de Extension del Mercosul, na cidade de Tandil - Argentina, no período de 08 a 11 de abril de 2014.

Blumenau, 1º de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 473/2014 - FURB

PORTARIA Nº 473/2014, DE 1º DE ABRIL DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Thair Ibrahim Abdel Hamid Mustafa.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

THAIR IBRAHIM abdel Hamid mustafa

cadastro funcional nº 2793, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para apresentação de Artigo Científico e participação no 2014 IEEE PES Transmission & Distribution Conference & Exposition , em Chicago/EUA, no período de 11 a 17 de abril de 2014.

Blumenau, 1º de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 474/2014 - FURB

PORTARIA Nº 474/2014, DE 1º DE ABRIL DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Clóvis Reis.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

CLÓVIS REIS

cadastro funcional nº 2569, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Comunicação, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Reconhecimento do Curso de Letras - Libras, na UNICAMP, em Campinas - SP, no período de 11 a 12 de abril de 2014.

Blumenau, 1º de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 475/2014 - FURB

PORTARIA Nº 475/2014, DE 02 DE ABRIL DE 2014
Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de MÁRCIA VERÔNICA LÉO GALVÃO no cargo de Farmacêutico.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, Resolve:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de MÁRCIA VERÔNICA LÉO GALVÃO no cargo de FARMACÊUTICO nomeada pela Portaria nº 372/2014, de 18 de março de 2014.

Blumenau, 02 de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 476/2014 - FURB

PORTARIA Nº 476/2014, DE 02 DE ABRIL DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de LEANDRO ADOLFO KOPPER no cargo de Técnico em Assuntos de Informática.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, Resolve:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007 a nomeação de LEANDRO ADOLFO KOPPER no cargo de TÉCNICO EM ASSUNTOS DE INFORMÁTICA nomeado pela Portaria nº 315/2014, de 12 de março de 2014.

Blumenau, 02 de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 477/2014 - FURB

PORTARIA Nº 477/2014, DE 03 DE ABRIL DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Joel Dias da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JOEL DIAS DA SILVA

cadastro funcional nº 9313, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia de Produção e Design, para participar de Banca Examinadora do Concurso Público 01/2014 UDESC para contratação de professores universitários, na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, em Ibirama - SC, no período de 07 a 10 de abril de 2014.

Blumenau, 03 de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 478/2014 - FURB

PORTARIA Nº 478/2014, DE 03 DE ABRIL DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Ivo Marcos Theis.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

IVO MARCOS THEIS

cadastro funcional nº 1730, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, considerando sua participação na condição de integrante da Diretoria, na Reunião Ordinária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional, na ANPUR, em Recife - PE, no período de 02 a 04 de abril de 2014.

Blumenau, 03 de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 479/2014 - FURB

PORTARIA Nº 479/2014, DE 03 DE ABRIL DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Mohamed Amal.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MOHAMED AMAL

cadastro funcional nº 5305, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Economia, para participar do Programa de Intercâmbio de Professores, na Universidade de Halmstad, em Halmstad - Suécia, no período de 15 de abril de 2014 a 12 de junho de 2014.

Blumenau, 03 de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 480/2014 - FURB

PORTARIA Nº 480/2014, DE 3 DE ABRIL DE 2014

Concede licença-prêmio ao Servidor Oscar Dalfovo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o § 3º do art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 108 (cento e oito dias, proporcional), referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2008 a 02 de Abril de 2018, ao Servidor

OSCAR DALFOVO

cadastro funcional nº 1852, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Sistemas e Computação, a contar de 28 de abril de 2014.

Blumenau, 3 de abril de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 18.439/2015

PORTARIA Nº 18.439, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

EXONERA JULIANA ROCHA PIRES DO CARGO

EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PROTEÇÃO

BÁSICA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, Resolve:

EXONERAR

JULIANA ROCHA PIRES, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Proteção Básica, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeada pela Portaria nº 17.080, de 08 de julho de 2013, no dia 09 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de fevereiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 021/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 21/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 64/2015
Objeto: Aquisição de sêmen para inseminação artificial do rebanho bovino para o exercício de 2015.
Valor: R\$ 52.110,00 (Cinquenta e dois mil cento e dez reais).
Vigência: 26 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 26 de Janeiro de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 34/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 34/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMERCIAL AMBROSIO LTDA
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 127/2015
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para os programas CRAS e PETI.
Valor: R\$ 2.456,75 (Dois mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 35/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 35/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SCS COMÉRCIO LTDA
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 127/2015
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para os programas CRAS e PETI.
Valor: R\$ 6.448,15 (Seis mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quinze centavos).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 36/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 36/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: V BREDA COMECIAL
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 127/2015
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para os programas CRAS e PETI.
Valor: R\$ 4.921,40 (Quatro mil novecentos e vinte e um reais e quarenta centavos).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 37/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 37/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARLENE KELLER ME
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 127/2015
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para os programas CRAS e PETI.
Valor: R\$ 623,00 (Seiscentos e vinte e três reais).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 38/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 38/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LUCIANA SPERANDEI ME
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 127/2015
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para os programas CRAS e PETI.
Valor: R\$ 4.454,00 (Quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 39/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 39/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: V BREDIA COMERCIAL ME
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 131/2015
Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza para diversos departamentos da municipalidade.
Valor: R\$ 5.838,70 (Cinco mil oitocentos e trinta e oito reais e setenta centavos).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 40/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 40/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMERCIAL AMBROSIO LTDA ME
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 131/2015
Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza para diversos departamentos da municipalidade.
Valor: R\$ 5.593,50 (Cinco mil quinhentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 41/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 41/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SCS COMÉRCIO LTDA
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 131/2015
Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza para diversos departamentos da municipalidade.
Valor: R\$ 8.704,50 (Oito mil setecentos e quatro reais e cinquenta centavos).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 42/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 42/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ROBERTO RUSCHEL ME
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 098/2015
Objeto: Serviço de confecção de próteses dentárias para distribuição a municípios pela Secretaria Municipal de Saúde, exercício 2015.
Valor: R\$ 102.500,00 (Cento e dois mil e quinhentos reais).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 43/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 43/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GLOBAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 151/2015
Objeto: Aquisição de tubos em concreto para manutenção e recuperação de bueiros, pontilhões em estradas vicinais do interior e sede do Município.
Valor: R\$ 52.905,00 (Cinquenta e dois mil novecentos e cinco reais).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 44/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 44/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INDUMAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS LTDA
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 155/2015
Objeto: Montagem de carroceria prancha para transporte de máquinas, medindo 2700 mm de largura e 7200 mm de comprimento para caminhão VW 24.240 conformes normas do CONTRAN e INMETRO.
Valor: R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais).
Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 45/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 45/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AMF ASSOCIAÇÃO MARAVILHA DE FUTSAL

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 156/2015

Objeto: Contratação de serviços para desenvolvimento de atividades esportivas, treinamentos específicos na modalidade de futsal com carga horária de 40 h semanais no exercício de 2015.

Valor: R\$ 30.030,00 (Trinta mil e trinta reais).

Vigência: 09 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4673/2015 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL (COMSEA) DE BOM JESUS DO OESTE – SC.

DECRETO Nº. 4673/2015 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL (COMSEA) DE BOM JESUS DO OESTE - SC.

Airton Antônio Reinehr, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos usos de suas atribuições legais, especialmente no disposto na Lei Municipal nº 792 de 17 de junho de 2011 que cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional, nomeia os seguintes membros para representarem o conselho:

MEMBROS REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

GABRIELA PAGLIARINI, inscrita no CPF 066.798.659-64;
CLAISA ROESSLER BOHRER, inscrita no CPF 049.724.029-70;
ROSELI SIMONE JANDT, inscrita no CPF 779.783.909-34;
ELISANDRA SENHOR CESCHINI, inscrita no CPF 032.842.159-64.

MEMBROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

ADRIANE BAUMBACH, inscrita no CPF 027.115.339-30;
FERNANDO WECHENFELDER, inscrito no CPF 070.516.739-98;
SANDRA FÁTIMA MORANDINI, inscrita no CPF 986.135.889-72;
SALETE FUZINATTO ZIMMERMANN, inscrita no CPF 915.962.032-00;
IVANDRO FAÉ, inscrito no CPF 026.800.569-90;
ROSILENE KUHN, inscrita no CPF 054.000.049-38;
LEONIR SIMONETTI, inscrito no CPF 030.487.739-59;
VILMAR SENHOR, inscrito no CPF 021.907.089-07.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 12 de fevereiro de 2015.

Airton Antônio Reinehr

Prefeito

DECRETO Nº. 4674/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4674/2015 de 12 de Fevereiro de 2015

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0128/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 0128/2015, que tem por objeto Aquisição de serviço de recapagens de pneus para veículos e máquinas da municipalidade para o exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionado, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
3	Fm Pneus Ltda.	Recapagem Pneu 750 R16	12,00	3.300,00
10	Fm Pneus Ltda.	Recapagem Pneu 23.1 R 26	4,00	9.040,00
11	Fm Pneus Ltda.	Recapagem pneu 1400x24 Depto DMER	12,00	11.640,00
12	Fm Pneus Ltda.	Recapagem Pneu 23.1 R 30 do Depto da Agricultura	4,00	9.340,00
6	Renovadora de Pneus Maravilha Ltda.	Recapagem de Pneu 18.4x30 - Depto de Agricultura	4,00	5.100,00
8	Renovadora de Pneus Maravilha Ltda.	Recapagem de Pneu 19.5 R 24 Depto Agricultura	8,00	11.520,00
9	Renovadora de Pneus Maravilha Ltda.	Recapagem de Pneu 17.5 R 25	12,00	17.400,00
1	SUL REAL COMÉRCIO DE PNEUS LTDA	Recapagem Pneu 1000 R 20 Comum Depto Dmer	12,00	5.340,00
5	SUL REAL COMÉRCIO DE PNEUS LTDA	Recapagem Pneu 275/80 R 22.5 Radial Borrachudo	8,00	3.480,00
16	SUL REAL COMÉRCIO DE PNEUS LTDA	Recapagem de Pneu 14.9x24 - Dpto de Agricultura	2,00	1.820,00
7	RECAPADORA MARREAS LTDA EPP	Recapagem de Pneu 12.5/80 R 18	12,00	7.080,00

13	RECAPADORA MARREAS LTDA EPP	Recapagem de Pneu 14.9x28 Depto Agricultura	4,00	3.680,00
14	RECAPADORA MARREAS LTDA EPP	Recapagem Pneu 12.4/24 Depto Agricultura	4,00	2.740,00
15	RECAPADORA MARREAS LTDA EPP	Recapagem de Pneu 18.4x34 - Depto de Agri- cultura	2,00	2.600,00
2	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME	Recapagem Pneu 215/75 R 17.5 Depto Educação	4,00	1.040,00
4	RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME	Recapagem Pneu 1000/20 Radial Borrachudo	24,00	10.200,00

trinta e três mil trezentos e vinte reais	33.320,00
trinta e quatro mil e vinte reais	34.020,00
dez mil seiscentos e quarenta reais	10.640,00
dezesesseis mil e cem reais	16.100,00
onze mil duzentos e quarenta reais	11.240,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 12/02/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

09.15. SUPLEMENTAÇÃO SUPERÁVIT FMS

Decreto N.º 09/15 de 06 de fevereiro de 2015.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2262 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERIAS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.64.06 (PSE-Progr.Saude Escola - Exercício Anterior)
R\$ 5.501,40

Sub Total R\$ 5.501,40

10.301.0025.2211 - MANUTENÇÃO DO SAMU

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.57.00 (SAMU- Exercício Anterior) R\$ 40.000,00

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.57.00 (SAMU- Exercício Anterior) R\$ 39.000,00

Sub Total R\$ 79.000,00

10.304.0036.2207 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIG. SANITÁRIA

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.66.01 (Vig. Sanitária - Exercício Anterior) R\$ 14.680,28

Sub Total R\$ 14.680,28

10.305.0036.2208 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIG. EPI-DEMIOLÓGICA

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.66.02 (Vig. Epidemiológica - Exercício Anterior) R\$ 27.758,43

Sub Total R\$ 27.758,43

10.306.0036.2209 - APOIO PARA ATIVIDADE DE COMBATE A DESNUTRIÇÃO

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.71.00 (Outros Rec. Fundo Nac.Saúde- Exercício Anterior) R\$ 106,80

Sub Total R\$ 106,80

Total Geral da Suplementação R\$ 127.046,91

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo

da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 06 de fevereiro de 2015.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

12.15.SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO.PORTAL TUR.

Decreto N.º 12/15 de 06 de fevereiro de 2015.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015, por provável excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

08.01 - SECR. MUN. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
04.122.0051.2039 - MANUTENÇÃO DA SECR. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL			
4.4.90.00 - Aplicações Diretas			
Recurso	01.34	- Recursos	Transf.Conv.União/Outros(775921/2012)...R\$ 139.163,51
Total	R\$ 139.163,51		

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso parcial o contrato nº 775921/2012 celebrado entre o Ministério do Turismo e o município de Bom Retiro, fonte de Recurso 01.24 - Transferência de Convênio -Outros, receita: 24.71.99.00.24 - MTUR - Portal Turístico Contr. 775921/2012- com objetivo de construção de portal turístico.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 06 de fevereiro de 2015.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

128.02.15 - P. EXON. RUTE M. G. SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 128/15 de 09.02.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Rute Marcileia Goedert de Souza, do Cargo de Professora - Padrão I - Nível - 22, 20 horas semanais do Quadro de Pessoal Nomeada em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 134/07 de 28.02.07, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 09 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

129.02.15 - P. EXON. IVONETE R. B. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 129/15 de 09.02.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Ivonete Rodrigues Borges Vieira, do Cargo de Professora - Padrão I - Nível - 22, 30 horas semanais do Quadro de Pessoal Nomeada em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 216/1994 de 01.06.1994, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 09 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

13.15.SUPLEMENTAÇÃO SUPERÁVIT PORTAL TUR.

Decreto N.º 13/15 de 06 de fevereiro de 2015.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

08.01 - SECR. MUN. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
04.122.0051.2039 - MANUTENÇÃO DA SECR. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 03.34 - Recursos Transf.Conv.União/Otros(775921/2012)...R\$ 103.757,90
Total R\$ 103.757,90

Total Geral da Suplementação R\$ 103.757,90

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 06 de fevereiro de 2015.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

130.02.15 - P. EXON. MARIA A. DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 130/15 de 09.02.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Maria Anita Deucher, do Cargo de Professora - Padrão I - Nível - 22, 30 horas semanais do Quadro de Pessoal Nomeada em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 081/1998 de 20.02.1998, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 09 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

131.02.15 - P. EXON. MARIA O. KUNTZE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 131/15 de 09.02.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Maria Otilia Kuntze, do Cargo de Professora - Padrão I - Nível - 22, 20 horas semanais do Quadro de Pessoal Nomeada em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 133/2007 de 28.02.2007, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 09 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

132.02.15 - P.DES. SERV. NELITA S. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 132/15 de 09.02.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Nelita Saitz Moretti, para atuar como Servente ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Costão do Frade, a contar do dia 09 de fevereiro de 2015 com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação final do concurso Público, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

133.02.15 - P.DES. SERV. ANA P. SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 133/15 de 09.02.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ana Paula dos Santos, para atuar como Servente ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José, a contar do dia 09 de fevereiro de 2015 com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação final do concurso Público, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

134.02.15 - P.DES. SERV. SANDRA CORREA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 134/15 de 09.02.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Sandra Correa, para atuar como Servente ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José, a contar do dia 09 de fevereiro de 2015 com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação final do concurso Público, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

135.02.15 - P. DES. PROF. JULIANO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 135/15 de 09.02.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Juliano da Cruz, para atuar como Professor de Educação Física 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

136.02.15 - P. DES. PROF. OSNI BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 136/15 de 09.02.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Osni Barbosa, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

137.02.15 - P. DES. PROF. ALAFER S. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 137/15 de 09.02.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Alafer Santelmo da Cruz, para atuar como Professor Ensino Infantil 20 horas semanais na Escola do Campo Cambará, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 14º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

138.02.15 - P. DES. PROF. MAGDALENA M. AP. TAVARES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 138/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Magdalena Magali Aparecida Tavares, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

139.02.15 - P. DES. PROF. VANDERLI K. MANENTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 139/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Vanderli Kraus Manenti, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Rio Sincero, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

14.15 DEC. SUPLEMENTAÇÃO SUPERÁVIT. CONVÊNIOS EDUCAÇÃO

Decreto N.º 14/15 de 10 de fevereiro de 2015.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0018.1001 - CONSTR. REFORME E AMPLIAÇÃO UNID. ESC. ENS. FUND.

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.32.0000 (Transf. Conv. União-Educação - Exercício Anterior) R\$ 53.816,60

Sub Total R\$ 53.816,60

12.365.0018.1002 - CONSTR. AMPL. E EQUIP. UNID. ESC. ENSINO INFANTIL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.32.0000 (Transf. Conv. União-Educação - Exercício Anterior) R\$ 231.314,51

Sub Total R\$ 231.314,51

Total Geral da Suplementação R\$ 285.131,11

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se

como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

I) R\$ 53.816,60 referente ao convênio construção Escola Barbaquá, c/c 14.288-3.

II) R\$ 215.982,41 convênio pró-infância - construção da creche, c/c 11.990-3.

III) R\$ 15.332,10 convênio pró-infância - mobiliário da creche, c/c 13.226-8.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de fevereiro de 2015.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

140.02.15 - P. DES. PROF. LUCIANA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 140/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Luciana Moretti Hoffmann, para atuar como Professor Ensino Infantil 20 horas semanais no Pré Escolar da Escola do Campo Barbaquá, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

141.02.15 - P. DES. PROF. PATRICIA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 141/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art.

37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Patrícia Michels Hoffmann, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais na Creche Municipal Patrícia Deucher, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

142.02.15 - P. DES. PROF. ANA C. B. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 142/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ana Claudia Bruder Moretti, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

09 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

143.02.15 - P. DES. PROF. MICHELLI P. POLMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 143/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Michelli Paula Polmann, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 6º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

144.02.15 - P. DES. PROF. IARA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 144/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Iara Deucher, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 8º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

145.02.15 - P. DES. PROF. TATIANI D. BERNIERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 145/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Tatiani Deucher Bernieri, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março

de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 10º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

146.02.15 - P. DES. PROF. GEAN K. M. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 146/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Gean Karla Melo Vieira, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 11º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

147.02.15 - P. DES. PROF. JANETE AP. P. JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 147/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Janete Aparecida Paim de Jesus, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor

ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

148.02.15 - P. DES. PROF. JACQUELINE B. BELARMINDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 148/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Jacqueline Blomer Belarminda, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 9º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

149.02.15 - P. DES. PROF. MARIANA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 149/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Mariana Deucher, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil,

percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

15.15.SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO.PMBR.MANUT. ESTRADAS

Decreto N.º 15/15 de 10 de fevereiro de 2015.
Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

07.01 - SECR. MUN. DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
26.782.0039.2037 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.64 - Recursos Transf.Conv.Estado-Outros(-2014TR2274)..R\$ 75.000,00
Total R\$ 75.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o Convênio parcial nº 2014 TR2274 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Secr. de Desenvolvimento Regional - São Joaquim e o município de Bom Retiro, fonte de Recurso 01.24 - Transferência de Convênio -Outros, receita: 17.62.99.02 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS- com objetivo de recuperação de estradas para melhoria do tráfego e escoamento de produtos agrícolas e do acesso às propriedades rurais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de fevereiro de 2015.
MARCIA M. H. FERNANDES
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

150.02.15 - P. DES. PROF. ELIANA AP. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 150/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º

Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Eliana Aparecida Alves, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 12º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

151.02.15 - P. DES. PROF. DALISE B. VAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 151/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Dalise Buratto Vaz, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 13º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

152.02.15 - P. DES. PROF. IVONETE AP. XAVIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 152/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Ivonete Aparecida Xavier, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Obs. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

153.02.15 - P. DES. PROF. PATRICIA MARINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 153/15 de 09.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Patrícia Marinho, para atuar como Professor Educação Física 20 horas semanais nas Escolas do Campo Costão do Frade e Barbaquá, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, para Contratação de Professor ACT - Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Obs. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

154.02.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. SULAMITA AP. B. LAATSCH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 154/15 de 09.02.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 05 de fevereiro de 2015 com término no dia 19 de fevereiro de 2015, a funcionária Sulamita

Aparecida Becker Laatsch, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

155.02.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JAIR P. LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 155/15 de 09.02.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 31 de janeiro com término no dia 01 de março de 2015, ao funcionário Jair Prudente de Lima, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

156.02.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 156/15 de 09.02.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 09 de fevereiro de 2015, a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão I - Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

157.02.15 - P. REMANEJAMENTO RUBENS T. SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 157/15 de 09.02.15
Remaneja Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Remanejar o servidor Rubens Tadeu Silveira, ocupante do cargo de Agente Municipal de Defesa e Salvamento Padrão 1 - Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde a partir da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

158.02.15 - P.DES. MOT. ROBERTO C. MARIAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 158/15 de 09.02.15

Designa Motorista Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Roberto Carlos Marian, para atuar como Motorista ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia 09 de fevereiro de 2015 com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação final do concurso Público, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Motorista - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de fevereiro de 2015.
MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

159.02.15 - P. DES. PROF. VANDERLI K. MANENTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 159/15 de 11.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Vanderli Kraus Manenti, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Serra dos Lorenzi, no período de 11 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

16.15.SUPLEMENTAÇÃO SUPERÁVIT PMBR.CASAN E DEF. CIVIL

Decreto N.º 16/15 de 10 de fevereiro de 2015.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;
DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

07.01- SECR. MUN. DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
26.782.0039.2037 - MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL

3.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.64.0000 (Transf.Conv.Estado- Outros - Exercício Anterior) R\$ 780,29

Sub Total R\$ 780,29

13.01- FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

17.512.0036.2042 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. SANEAMENTO BÁSICO

3.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.64.0000 (Transf.Conv.Estado- Outros - Exercício Anterior) R\$ 88.055,04

Sub Total R\$ 88.055,04

Total Geral da Suplementação R\$ 88.835,33

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior

das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

I) R\$ 53.816,60 referente ao convênio construção Escola Barbaquá, c/c 14.288-3.

II) R\$ 215.982,41 convênio pró-infância - construção da creche, c/c 11.990-3.

III) R\$ 15.332,10 convênio pró-infância - mobiliário da creche, c/c 13.226-8.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de fevereiro de 2015.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

160.02.15 - P. DES. PROF. MARILLIAN FLOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 160/15 de 11.02.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Marillian Flor, para atuar como Professora de Educação Física 20 horas semanais na Escola do Campo Paraíso da Serra e Pré Escolar Capistrano, no período de 11 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, para Contratação de Professor ACT - Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Obs. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
11 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

161.02.15 - P. DES. PROF. JACKSON A. GASPAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 161/15 de 12.02.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Jackson Antonio Gaspar, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Cambará, no período de 12 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Obs. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

162.02.15 - P. DES. PROF. VANDERLEI C. LIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 162/15 de 12.02.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Vanderlei Córdova de Liz, para atuar como Professor de Educação Física 20 horas semanais nas Escolas de Campo Canoas e Cambará, no período de 09 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2015, até a homologação do Processo Seletivo, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 03/2015 para Contratação de Professor ACT - Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

163.02.15 - P. EXON. DAIANA P. AMARAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 163/15 de 12.02.15

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Daiana Probst do Amaral, do Cargo de Professora - Padrão I - Nível - 22, 20 horas semanais do Quadro de Pessoal Nomeada em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 114/2007 de 23.02.2007, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do

dia 09 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

166.02.15 - P. CESSA EF. PAULO E. C. MONTEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 166/15 de 12.02.15

Cessa Efeitos da Portaria N. 202/13 de 15.02.13

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 202/13 de 15.02.13, que Concedeu Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência a Paulo Eugenio Carneiro Monteiro, ocupante do cargo de Médico - Padrão 1 - Nível 11 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 12 de fevereiro de 2015, em virtude do Decreto que dispõe sobre a implementação de política de redução de custos e despesas, objetivando o restabelecimento do equilíbrio financeiro no âmbito da Administração Pública Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de fevereiro de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MINUTA PP 06/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 06/2015 para Aquisição de Material Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 02/03/15 as 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 13 de fevereiro de 2015.

Marcia Mariza H. Fernandes
Prefeita Municipal em Exercício

Botuvera

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO SRP03/2014

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PL Nº07/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2014

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, em atendimento ao Art.15, §2º da Lei 8.666/93, torna público pelo presente extrato do SRP03/2014, a relação de preços registrados para fornecimento de materiais de britagem, com vigência fixada 21/02/2015, conforme fornecedor e itens abaixo relacionados:

01 - MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA - 78.266.566/0001-57.

Item	Unid. medida Material/Serviço	Valor Unitário
1	M³ /Macadame Britado de Rocha Sã.	R\$ 18,00
2	M³ /Pó de Brita/Pedra.	R\$ 28,00
3	TL/ Pedra Detonada Tipo Lascão.	R\$ 21,90

Botuverá, 12 de Fevereiro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO SRP04/2014

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PL Nº10/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2014

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, em atendimento ao Art.15, §2º da Lei 8.666/93, torna público pelo presente extrato do SRP04/2014, a relação de preços registrados para aquisição de tubos em concreto, com vigência fixada 25/02/2015, conforme fornecedores e itens abaixo relacionados:

01. ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA - 80.738.016/0001-35.

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
3	PC Tubo concreto armado 40cm simples	R\$ 25,45
5	PC Tubo concreto armado 50cm - PA2	R\$ 71,45

02. AGATON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP - 85.194.520/0001-35.

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
7	PC Tubo concreto armado 80cm - PA2	R\$ 149,80

03. TUBOS PEREIRA LTDA ME - 08.242.613/0001-47

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
1	PC Tubo concreto armado 20cm simples.	R\$ 13,49
4	PC Tubo concreto armado 40cm - PA1	R\$ 45,90
8	PC Tubo concreto armado 1,00m - PA2	R\$ 194,90

04. PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - 00.556.052/0001-49

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
2	PC Tubo concreto armado 30cm simples.	R\$ 17,40

6	PC Tubo concreto armado 60cm - PA2	R\$ 87,55
---	------------------------------------	-----------

Botuverá, 12 de Fevereiro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO SRP09/2014

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PL Nº16/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2014

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, em atendimento ao Art.15, §2º da Lei 8.666/93, torna público pelo presente extrato do SRP09/2014, a lista de preços registrados para aquisição de pneus e câmaras de ar, com vigência fixada 01/04/2015, conforme fornecedores e itens abaixo relacionados:

COPAL COM. DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA-CNPJ:01.104.642/0001-01

Pneu 12.4x24 10LS - Agrícola R\$960,00unit.

Câmara de ar 1000x20 R\$62,00unit.

Pneu 1400x24 16LS R\$1.590,00unit.

COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.

Pneu 175/70R13 R\$119,00unit

JK PNEUS LTDA-CNPJ: 78.653.946/0005-78

Pneu 1000R20 16LS-Liso R\$995,00unit.

RODA BRASIL COM.DE PEÇAS P/VEÍCULOS LTDA-CNPJ: 06.889.977/0001-98

Pneu 19.5-24 12LS R\$1.780,00unit,

Pneu 205/75 R16 R\$674,00unit.

Pneu 215/75R 17.5 12LS Borrachudo R\$465,00unit.

Pneu 215/75R 17.5 12LS Liso R\$470,00unit.

Pneu 275/80R 22.5 16LS - Borrachudo R\$1.089,00unit.

Pneu 275/80R 22.5 16LS-Liso R\$1.020,00unit.

Pneu 1000x20 16LS Conv.Borrachudo R\$818,00unit.

Pneu 16.9x18 8LS R\$1.400,00unit.

Câmara de Ar 17.5x25 R\$153,00unit.

Pneu 17.5x25 L2 16LS R\$2.080,00unit.

Pneu 185/R14 R\$209,00unit.

Pneu 205/70R15 R\$558,00unit.

SIGA BEM DISTRIB.DE LUBRIFICANTES LTDA-CNPJ: 01.104.642/0001-01

Câmara de ar 900x20 R\$52,31unit.

Protetor de Pneu aro 16 R\$11,56unit.

TURBO AUTO PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA-CNPJ: 93.988.921/0001-95

Pneu 1000x20 16LS - Convencional Liso R\$765,00unit.

Pneu 750x16 12LS - Borrachudo R\$365,00unit.

Pneu 750x16 12LS - Liso R\$350,00unit.

Pneu 900x20 14LS - Liso R\$624,00unit.

Pneu 12.5/ 80x18 12LS R\$780,00unit.

Protetor de Pneu aro 20 R\$18,00unit.

Pneu 175/70R14 R\$172,00

Botuverá, 12 de Fevereiro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO SRP16/2014

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PL Nº28/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2014

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, em atendimento ao Art.15, §2º da Lei 8.666/93, torna público pelo presente extrato do SRP16/2014, o preço registrado para fornecimento de medicamentos da tabela ABCFarma, com vigência fixada 16/06/2015, conforme fornecedor e item abaixo relacionado:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES	Valor Desconto%	Valor do Coeficiente
1	1	PRC %	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE MEDICAMENTOS DA TABELA ABCFARMA DE A à Z	29,6%	70,4

Botuverá, 12 de Fevereiro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO SRP24/2014

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PL Nº41/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2014

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, em atendimento ao Art.15, §2º da Lei 8.666/93, torna público pelo presente extrato do SRP24/2014, a relação de preços registrados para prestação de serviços de oficina em Hora/homem, com vigência fixada 25/09/2015, conforme fornecedores e itens abaixo relacionados:

01 - AFA TORNEARIA LTDA - ME: CNPJ Nº 07.198.076/0001-12

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
7	Hora/Serviço de mão de obra de Torno.	R\$ 44,00

02 - C.L.O OFICINA DE VEÍCULOS LTDA ME: CNPJ Nº 03.936.723/0001-95

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
1	Hora/Serviço de mão de obra de Mecânico Automotivo (Veículos Pesados)	R\$ 30,00
5	Hora/Serviço de mão de obra de Instalação Elétrica Automotiva.	R\$ 35,00
6	Hora/Serviço de mão de obra de Latoaria e Pintura Automotiva.	R\$ 28,00

03 - MECÂNICA BONONOMI LTDA ME: CNPJ Nº 05.251.047/0001-41

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
3	Hora/Serviço de mão de obra de Mecânico Automotivo (Máquinas)	R\$ 44,00
4	Hora/Serviço de mão de obra de Mecânico Automotivo (Tratores)	R\$ 44,00

04 - MAURO DALABONA 03162948967: CNPJ Nº 19.649.010/0001-80

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
8	Hora/Serviço de mão de obra de Solda Elétrica Automotiva.	R\$ 35,00

05 - SUPER MOLAS MANUT. DE VEICULOS LTDA ME: CNPJ Nº 19.126.054/0001-26

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
9	Hora/Serviço de Mão de Obra Especializada Em Feixe de Molas de Veículos.	R\$ 34,00

06 - OFICINA MECÂNICA SIEGEL LTDA ME: CNPJ Nº 79.841.078/0001-99

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
2	Hora/Serviço de mão de obra de Mecânico Automotivo (Veículos Leves)	R\$ 15,00

Botuverá, 12 de Fevereiro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

RESGISTRO DE PREÇO SRP26/2014

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PL Nº44/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2014

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, em atendimento ao Art.15, §2º da Lei 8.666/93, torna público pelo presente extrato do SRP26/2014, a lista de preços registrados para contratação de serviços em horas máquinas, com vigência fixada 20/10/2015, conforme fornecedores e itens abaixo relacionados:

01 - CNPJ:3.867.101/0001-91 - EMPRESA DE TERRAPLENAGEM ZUCCO LTDA.

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
2	Hora/Locação de Trator Esteira D4.	R\$ 100,00

02 - 81.006.215/0001-11 - TERRAPLENAGEM NH LTDA

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
4	Hora/Locação de mini-escavadeira hidráulica sobre esteira.	R\$ 80,00

03 - 97.553.963/0001-54 - BOTUVERA SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA

Item	Unid. Medida Material/Serviço	Valor Unitário
1	Hora/Locação de escavadeira hidráulica sobre esteira	R\$ 109,00
3	Hora/Locação de caminhão truck basculante, capacidade mínima para 12 toneladas, com motorista e combustível.	R\$ 55,00

Botuverá, 12 de Fevereiro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 021/2015

DECRETO Nº 021/2015

Comissão de Avaliação de Desempenho do Serviço de Transporte Escolar.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais etc...

Considerando a necessidade da qualidade prestada nos serviços de transporte escolar;

Considerando a necessidade do bom estado de conservação dos veículos;

Considerando a necessidade de segurança dos alunos transportados da rede municipal de ensino.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação de Desempenho do Serviço de Transporte Escolar, formada pelos seguintes membros: Loni Arndt de Souza, Anilton Carlos Hasse, Guilherme Adelino Neu e Conrat Zonta.

Art. 2º A Comissão será presidida pela servidora Loni Arndt de Souza e tem como objetivo avaliar e emitir pareceres sobre as condições dos veículos bem como constatar possíveis irregularidades e solicitar as devidas providências para o bom desempenho do serviço contratado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de fevereiro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Decreto 022/2015

DECRETO Nº 022/2015

NOMEIA MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado o Decreto 023/2013 de 10.04.2013.

DECRETA:

Art. 1º O Fórum Municipal de Educação, de acordo com o Decreto Municipal nº 023/2013, de 10.04.13, terá a seguinte composição:

I) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

a) Titular: Joice Muniz da Costa Marangoni

b) Suplente: Deiziane Souza Probst

II) Um representante dos professores das escolas públicas municipais;

a) Titular: Haidy Laline Krueger Roeder

b) Suplente: Nairana Schneider

III) Um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

a) Titular: Zenaide Kniss Felga

b) Suplente: Genice Pommerening Alves da Silva

IV) Um representante das Associações de Moradores e CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas;

a) Titular: Irene Floriani Bertelli

b) Suplente: Jean Carlos Correa da Costa Scharf

V) Dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

a) Titular: Luciane Bertelli Kniss

b) Suplente: Regiane da Silva Neumann

c) Titular: Marení Rosana Hasse Paterno

d) Suplente: Luciana Meurer

VI) Um representante do Conselho Municipal de Educação;

a) Titular: Isolete Aparecida Dias Meyer

b) Suplente: Mônica Dalila Sell Dalmarco

VII) Um representante do Conselho Tutelar, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

a) Titular: Tânia Regina Larsen

b) Suplente: Maria de Lurdes Mittelmann

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de fevereiro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 1 2015 SRP FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 67/2014 FMAS

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 1/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 03.03.2015, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 12 de fevereiro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 06/2015

DECRETO Nº 06/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO E RESTABELECE HORÁRIO NORMAL DE EXPEDIENTE

Nilso Stedile, Prefeito Municipal de Brunópolis em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis; e

Considerando o disposto no Decreto nº 90 de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Não haverá expediente nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2015 nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo.

Art. 2º. Os serviços essenciais, assim considerados aqueles relacionados à saúde, à educação, à vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. No dia 18 de fevereiro de 2015, o expediente nas repartições públicas municipais iniciará às 13h30min. findando às 16h30min.

Art. 4º. A partir do dia 19 de fevereiro de 2015, o expediente em todas as repartições públicas municipais voltará a ser realizado das 08h30min às 12h. e das 13h30min às 16h30min.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 90/2014.

Brunópolis, 10 de fevereiro de 2014.

Nilso Stedile

Prefeito Municipal em exercício

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Brusque

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2015

Chamada Pública n. 001/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto na Lei 11.947/09, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de 18/02/2015 a 31/03/2015, com finalidade de apresentar projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar e habilitação dos fornecedores.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: <http://www.brusque.sc.gov.br> 06/02/2015

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretária de Educação

ERRATA DO EDITAL Nº 001/2015 FMAC

ERRATA DO EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2015

7º EDITAL DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, inscrita no CNPJ sob o nº 04.894.677/0001-71, com sede na Rua Germano Schaefer, 110 - Praça da Cidadania - Centro - CEP 88350-170 - Brusque/SC, através do presente Edital de Concurso, publica que se encontram abertas, entre 12 de fevereiro e 31 de março de 2015, as inscrições para o 7º EDITAL DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA, que regulamenta a concessão de recursos financeiros no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a incentivar atividades culturais na cidade de Brusque/SC, de acordo com o que determinam as Leis 2.842/2005, 3.073/2008 e 2580/2002, bem como o Decreto 6.209/2010, segundo as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital de Concurso conceder recursos financeiros para a execução de projetos culturais de formação, produção e circulação, no valor de até R\$ 15.000,00, obrigatoriamente nas áreas de Artes Cênicas, Música, Artes Visuais, Patrimônio Cultural, Literatura, Artes Populares e Artes Integradas (vide definições - Anexo 09), durante o ano de 2015, que objetivem:

I - Promover a circulação de bens culturais no Município de Brusque;

II - Oportunizar maior acesso da população aos bens culturais;

III - Incentivar a pesquisa da diversidade cultural e dos processos de criação;

IV - Contribuir para a profissionalização dos grupos locais;

V - Alavancar o mercado cultural através da geração de trabalho e renda priorizando contratações de serviços e/ou artistas locais.

1.2. As despesas do presente Edital de Concurso correrão por conta da seguinte dotação: 65.001 - Fundação Cultural de Brusque; 2225 - Manutenção do Fundo de Cultura e Apoio às Atividades; 33903101 - Premiações Culturais e 01.00.00 - Recursos Ordinários,

referente ao orçamento da Fundação Cultural de Brusque/Fundo Municipal de Apoio à Cultura aprovado pela Lei 3.831/2014, e de acordo com os artigos 2º e 3º da Lei Ordinária 2.580/2002, e artigo 2º da Lei 2.842/2005.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão concorrer ao presente Edital de Concurso pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

2.2. Os proponentes deverão ter residência ou sede comprovada na cidade de Brusque/SC em período igual ou superior a 02 (dois) anos.

2.3. Não poderão encaminhar projetos como proponentes ou participantes diretos, os servidores públicos municipais detentores de cargos comissionados ou funções gratificadas, membros das comissões julgadoras e membros da Comissão de Análise de Projetos - CAP.

2.4. Somente poderão apresentar projetos culturais os empreendedores que não tenham débito com Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal.

2.5. Fica impedido da apresentação de Projetos o proponente que não tiver prestado contas de projetos anteriormente aprovados pelo Edital do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, proponentes com prestação de contas considerada irregular pela Comissão de Análise e pelo Conselho Municipal de Cultura, bem como aquele que não tiver concluído o projeto e/ou ter cumprido a contrapartida.

2.6. Os proponentes somente poderão concorrer à obtenção de apoio ao Fundo com, no máximo, 02 (dois) projetos, mas somente um projeto (o de maior pontuação) será contemplado.

3. DO PRAZO, LOCAL E FORMA DAS INSCRIÇÕES

3.1. O proponente deverá entregar o projeto diretamente na sede da Fundação Cultural, em endereço indicado na etiqueta (Anexo 01), no período de 12 de fevereiro a 31 de março de 2015, de 2ª a 6ª feira, em horário de expediente, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

3.2. Os proponentes deverão apresentar o projeto em dois envelopes lacrados, sendo que um deve conter a documentação (envelope 01) e outro a proposta (envelope 02). Cada envelope deverá vir acompanhado da etiqueta (Anexo 01) devidamente preenchida, respeitando as orientações a seguir:

Envelope 01

Uma via encadernada com os seguintes itens em ordem:

- Documentação obrigatória (Anexo 02);
- Em caso de pessoa jurídica: Ficha cadastral devidamente preenchida e assinada (Anexo 03);
- Declarações obrigatórias devidamente preenchidas e assinadas (Anexo 04);

Envelope 02

Duas vias encadernadas com os seguintes itens em ordem:

- Plano de Trabalho (Anexo 05);
- Portfólio de produções anteriores (Imagens, Cds, Dvds);
- Currículo do proponente (descritivo e resumido), que comprove atividade artística e/ou cultural na modalidade inscrita;
- Ficha técnica (Anexo 06);
- Declaração de direitos autorais quando for o caso;
- Cartas de Anuência de todos os profissionais ou instituições nominados no projeto;
- Declaração de contrapartida social (Anexo 07);

3.3. Não serão aceitas inscrições apresentadas fora do período estabelecido no item 3.1 deste Edital.

3.4. Todos os documentos exigidos no item 3.2 devem ser apresentados e anexados ao projeto em cópias de tamanho A4, encadernadas em espiral.

4. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

4.1 O projeto deverá ser encaminhado à Fundação Cultural de Brusque, seguindo todas as orientações do item 3.2 para que seja imediatamente protocolado.

4.2 Somente serão considerados habilitados os proponentes que apresentarem todos os documentos exigidos no item 3.2 do presente Edital.

4.3 Ao dar entrada na Fundação Cultural de Brusque, o projeto será encaminhado para a Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura para avaliação em seu aspecto formal de preenchimento, compatibilidade de custos orçamentários com os valores de mercado, bem como da legalidade e autenticidade dos documentos acostados. Não será permitido alterar a área de enquadramento do projeto.

4.4 Em caso de falta de documentação ou informações, o projeto analisado será desclassificado.

4.5 Em caso de irregularidade de documentação ou informações cabe ao proponente protocolar recurso para reapresentar o documento, após divulgação do resultado no dia 13 de abril de 2015, no site da Prefeitura e Fundação Cultural e Diário Oficial do Município. O prazo para apresentação do recurso é de até cinco dias úteis após a publicação do resultado. A divulgação do resultado dos recursos será publicada nos mesmos meios em até dois dias úteis.

4.6 Os projetos culturais aprovados na Comissão de Análise serão encaminhados às respectivas comissões julgadoras do Edital do Fundo Municipal de Apoio à Cultura.

4.7 A Comissão Julgadora será composta por 03 (três) membros fixos com reconhecida atuação na área cultural para avaliação de todos os projetos, indicados e nomeados pela Fundação Cultural de Brusque, sob aprovação do Conselho Municipal de Cultura e 06 (seis) membros do Conselho Municipal de Cultura, representantes titulares das câmaras temáticas, conforme Lei do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (n.2.842/2005). As notas dos avaliadores fixos (AF) terão peso 2, enquanto as dos conselheiros © terão peso 1, seguindo a fórmula:

$$(AF1 + AF2 + AF3) X 2 + (C1 + C2 + C3 + C4 + C5 + C6) / 12 = \text{NOTA}$$

4.8 A Comissão Julgadora organizará seus trabalhos de acordo com a quantidade de projetos recebidos e informará a data para apresentação dos resultados da avaliação.

4.9 Os projetos habilitados serão analisados sob os seguintes critérios para efeito de pontuação e classificação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
I – Originalidade e qualidade da proposta considerando a contribuição para a área ou segmento cultural da mesma	0 a 28 pontos
II - Currículo do proponente e dos partícipes, que comprove a atuação na modalidade inscrita	0 a 22 pontos
III – Caráter multiplicador e/ou abrangência sócio cultural do projeto	0 a 22 pontos

IV- Viabilidade da proposta, tendo em vista a organização do projeto, sob o ponto de vista da coerência entre objetivos, plano de trabalho e orçamento	0 a 16 pontos
V - Imprescindibilidade do incentivo para realização do projeto	0 a 12 pontos

4.10 Após avaliação da banca os projetos são encaminhados ao Conselho Municipal de Cultura, que se reunirá especialmente para aprovação final.

4.11 Os projetos habilitados serão listados por ordem de classificação, sendo beneficiados os primeiros da lista até atingir o montante do recurso disponível e divulgados via portaria e site da Prefeitura Municipal e da Fundação Cultural de Brusque.

4.12 Os projetos habilitados que não alcançarem a pontuação mínima de 70 pontos não serão classificados para aprovação.

4.13 Havendo empate na totalização dos pontos, a Comissão Julgadora observará em ordem os seguintes critérios para desempate:

- a) Projetos com maior pontuação no item I;
a) Projetos com maior pontuação no item II;
b) Projetos com maior pontuação no item III;

4.14 Os projetos contemplados com recursos do Edital 001/2015 e seus respectivos orçamentos deverão constar na Portaria expedida pela Fundação Cultural de Brusque.

4.15 O resultado final será divulgado no dia 05 de maio de 2015.

4.16 O proponente contemplado deverá providenciar a abertura de conta corrente ou poupança específica para movimentação exclusiva dos recursos do projeto.

5. DO RECEBIMENTO DOS RECURSOS E CONTRAPARTIDA

5.1. Os contemplados ou representantes legais deverão comparecer à sede da Fundação Cultural de Brusque, em data e horário definidos no Decreto do Chefe do Poder Executivo, para firmar o respectivo instrumento de contrato, sujeitando-se às normas expressas no presente Edital de Concurso. O não comparecimento no prazo fixado para assinatura do contrato será considerado como desistência e autorizará a convocação do próximo classificado da lista, não cabendo nenhum recurso.

5.2. Os contemplados receberão o recurso em até 02 (duas) parcelas, nas datas descritas no contrato, que serão depositadas em conta corrente ou poupança especialmente aberta para esse fim, em agência bancária de Brusque, cabendo-lhes a responsabilidade da execução financeira do projeto aprovado até o dia 29 de novembro de 2015.

5.3. Durante a execução dos projetos, o proponente deverá emitir relatórios sobre o andamento do projeto, bem como consultar a Fundação Cultural de Brusque e/ou o Conselho Municipal de Cultura, sobre lançamentos, promoções, apresentações, em datas e/ou locais que não tenham sido citados no projeto aprovado. As informações sobre a etapa final do projeto (lançamento, apresentação, abertura, etc) deverão ser comunicadas ao Conselho Municipal de Cultura em carta entregue na Fundação Cultural com antecedência mínima de 15 dias da sua realização.

5.4. Em hipótese alguma os beneficiados receberão suplementação de recursos para a execução do projeto. Quaisquer alterações no plano de trabalho deverão ser solicitadas ao Conselho Municipal de Cultura através de carta entregue na reunião ordinária.

5.5. Será obrigatória a vinculação na divulgação publicitária, gravada, ao vivo, impressa ou falada, ou por quaisquer outros meios, de todo projeto cultural a que se refere este edital, as logomarcas da Prefeitura Municipal de Brusque, Fundação Cultural de Brusque, do Fundo Municipal de Apoio à Cultura e do Conselho Municipal de Cultura de Brusque, que serão disponibilizadas pela Fundação Cultural.

5.6. Todos os materiais impressos relacionados ao projeto beneficiado deverão ser submetidos à análise da Fundação Cultural de Brusque antes da confecção dos mesmos.

5.7. No caso de edição de livros, catálogos ou revistas, as logomarcas arroladas no item anterior deverão ser inseridas externamente na contracapa do livro e, na página que contém a ficha técnica, deverá constar ainda a frase: "Esta publicação recebeu o patrocínio da Prefeitura Municipal de Brusque através da Fundação Cultural de Brusque com recursos do Fundo Municipal de Apoio à Cultura". No caso de CDs e DVDs, as logomarcas deverão ser inseridas na contracapa externa.

5.8. No caso de o contratado não cumprir as exigências supracitadas anteriormente, ou prazo de produção, ou ainda não utilizar a totalidade dos recursos liberados, deverá devolver o montante recebido ou não utilizado ao Fundo Municipal de Apoio à Cultura, corrigido monetariamente, em conta a ser indicada no contrato.

5.9. Os recolhimentos ao Fundo Municipal de Apoio à Cultura previstos no artigo 5.8 deste Edital deverão ser efetuados até o prazo final para prestação de contas.

5.10. É obrigatória a contrapartida social na forma de bens e serviços decorrentes do projeto aprovado. A Fundação Cultural de Brusque se reserva ao direito de receber e encaminhar os mesmos.

5.11. Serão consideradas contrapartidas sociais: conjunto de bens e ações realizadas no Município de Brusque pelo projeto, visando contribuir para a universalização e democratização do acesso a atividades culturais, sem qualquer prejuízo à livre expressão cultural.

5.12. Não será permitida a comercialização de produtos apoiados pelo Fundo Municipal de Apoio à Cultura em valores superiores aos declarados e aprovados no projeto, sob pena de ação judicial e de devolução dos recursos alocados.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A prestação de contas do projeto beneficiado deverá ser encaminhada à Fundação Cultural de Brusque, segundo o formulário (Anexo 08), devidamente preenchido e acompanhado da documentação comprobatória das despesas realizadas pelo projeto, no prazo de 90 (noventa dias) contados do recebimento da 1ª parcela, e no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da segunda parcela.

6.2. Os pagamentos das despesas do projeto deverão ser efetuados através de transferência bancária (DOC ou TED), comprovando o CPF ou CNPJ do destinatário para efeito de prestação de contas. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação através de transferência bancária, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.

6.3. A prestação de contas deve ser encaminhada à Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura que fará a análise contábil dos projetos.

6.4. O Conselho Municipal de Cultura fará a avaliação da execução

e da contrapartida do projeto.

6.5. Os valores recebidos e não utilizados dentro do prazo de realização do projeto aprovado, bem como eventuais rendimentos financeiros não aplicados no projeto, deverão ser recolhidos ao Fundo Municipal de Apoio à Cultura.

6.6. Os bens adquiridos com os recursos do projeto deverão ser entregues à Fundação Cultural ao final de sua execução.

6.7. Na prestação de contas só serão aceitos os comprovantes de despesas efetuadas no período de vigência do contrato.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A inscrição do concorrente implica na prévia e integral concordância das normas do presente Edital de Concurso.

7.2. A Prefeitura Municipal de Brusque, em todas as suas instâncias e programas, poderá fazer uso das imagens e sons, bem como das contrapartidas sociais relacionadas aos projetos aprovados, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais.

7.3. Dos projetos que não alcançaram a pontuação necessária à aprovação poderá ser retirada uma via no prazo de 30 (trinta dias), permanecendo uma via nos arquivos da Fundação Cultural de Brusque. Os projetos não retirados neste prazo serão encaminhados à reciclagem.

7.4. Rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos objetivos ou dos recursos, o proponente estará sujeito à multa de 02 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, por um período de 02 (dois) anos após o cumprimento dessas obrigações.

7.5. Os casos omissos serão decididos pela Fundação Cultural de Brusque.

Brusque, 12 de fevereiro de 2015.

Paulo Roberto Eccel
Prefeito Municipal

Eudez Pavesi
Superintendente Fundação Cultural de Brusque

ANEXO 01: ETIQUETA

A/C

Eudez Pavesi
Superintendente da Fundação Cultural de Brusque
Rua Germano Schaefer, 110 – Praça da Cidadania - Centro – Brusque/SC
Telefone: 47 3396 8113

ENVELOPE Nº ____

TÍTULO DO PROJE-

TO: _____

PROPONENTE:

TE: _____

MODALIDADE:

- () Artes Cênicas
- () Música
- () Artes Visuais
- () Patrimônio Cultural
- () Literatura
- () Artes Populares
- () Artes Integradas

ANEXO 02: DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA COMISSÃO DE ANÁLISE TÉCNICA

- I - Se pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos:
- a) Cópia do cartão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
 - a) Cópia de documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do representante legal da instituição;
 - b) Cópia da ata de posse da atual diretoria da instituição;
 - c) Cópia do estatuto vigente da instituição;
 - d) Cópia das Certidões Negativas de Débito para com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal;
 - e) Cópia do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF
 - f) Cópia da Certidão Negativa de Débito para com o INSS;
 - g) Cópia de comprovante de domicílio no Município de Brusque.

II - Se pessoa física:

- a) Cópia de documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- a) Currículo que comprove a atuação no setor cultural;
- b) Cópia das Certidões Negativas de Débito para com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal;
- d) Cópias de comprovantes de domicílio no Município de Brusque, sendo um de no mínimo 2 anos e outro atual (comprovante de água, luz, telefone, contrato de aluguel ou declaração do proprietário do imóvel autenticada em cartório).

ANEXO 03: FICHA CADASTRAL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

(Preencher em caso de pessoa jurídica)

Entidade Receptora	CNPJ/MF
	Inscrição no CMAS
Endereço	
Bairro	CEP
Cidade	UF
E-mail	Telefone
Dirigente da Entidade	CPF
Cargo que ocupa na Entidade	RG/data/expedidor

Endereço Residencial	CEP
Bairro Cidade	UF Telefone
Endereço Profissional	CEP
Bairro Cidade	UF Telefone

Brusque, ____ de _____ de 2015

Assinatura do Dirigente

ANEXO 04: DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

4.1 DA CONTRAPARTIDA SOCIAL:

Declaro para todos os fins, que me comprometo a cumprir integralmente a contrapartida social deste projeto, e em comum acordo com a Fundação Cultural de Brusque definir locais e datas para o cumprimento da mesma.

Da mesma forma, me comprometo, a consultar a Fundação Cultural sobre locais e datas de lançamentos de livros, cds e exposições, deixando a mesma sempre ciente das ações referentes ao projeto

4.2 DA ABERTURA DE CONTA CORRENTE OU POUPANÇA ESPECÍFICA:

Comprometo-me a providenciar a abertura de conta específica, para recebimento dos recursos, após a comunicação oficial da aprovação do mesmo, encaminhando à Fundação Cultural de Brusque os comprovantes da abertura de conta e saldo zerado. Declaro que não há nenhum impedimento legal para a realização do procedimento de abertura de conta-corrente ou poupança em meu nome e vinculada ao projeto. Tenho conhecimento de que todos os gastos do projeto deverão ser efetuados através de transferência Eletrônica, conforme item 6.2 do Edital. Estou ciente ainda de que devo estar quite com a Fazenda Municipal.

4.3 DO CUMPRIMENTO DOS ITENS ORÇAMENTÁRIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Comprometo-me a cumprir os itens orçamentários apresentados e/ou aprovados neste projeto, bem como apresentar prestação de contas, na forma e nos limites estabelecidos.

4.4 DA AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E DO CRÉDITO À FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE:

Estou ciente que, ao apresentar o projeto cultural, este deve ser acompanhado dos documentos básicos e dos específicos de cada modalidade, sem os quais a análise e a tramitação do mesmo ficarão prejudicadas por minha exclusiva responsabilidade;

As informações aqui prestadas, tanto no projeto como em seus anexos, são de minha inteira responsabilidade e podem, a qualquer momento, ser comprovadas.

Estou ciente de que caso o apoio ao projeto se concretize, estarei automaticamente obrigado a fazer constar as logomarcas da Prefeitura Municipal de Brusque, Fundação Cultural de Brusque, do Fundo Municipal de Apoio à Cultura e do Conselho Municipal de Cultura de Brusque, que serão disponibilizados pela Fundação Cultural, em todas as peças promocionais, no produto final ou nos serviços realizados, de acordo com o projeto aprovado.

Estou ciente de que a Prefeitura Municipal de Brusque, em todas as suas instâncias, poderá fazer uso das imagens e sons, bem como das contrapartidas sociais relacionadas ao projeto aprovado, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais.

4.5 TERMO DE CONCORDÂNCIA:

Manifesto minha concordância com os termos estabelecidos neste formulário, comprometendo-me ao cumprimento das exigências da Lei 2.842, de 27 de maio de 2005. Qualquer inexactidão nas declarações prestadas implicará o arquivamento do processo e que estarei sujeito às penalidades previstas nas Leis Complementares nº 2.842/2005 e no Código Penal Brasileiro, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.

BRUSQUE, ____ DE _____ DE 2015. NOME DO PROPONENTE: _____

Assinatura do proponente: _____

ANEXO 05: PLANO DE TRABALHO 1/4

1 - DADOS CADASTRAIS

1.1 - PESSOA FÍSICA

PROPONENTE			
EMAIL			
ENDEREÇO			
BAIRRO	CIDADE Brusque	UF SC	CEP
RG/ÓRGÃO EXP.		CPF	
TELEFONE		TELEFONE CELULAR	

1.2 - PESSOA JURÍDICA

NOME DA INSTITUIÇÃO			CNPJ
ENDEREÇO			
BAIRRO	CIDADE Brusque	UF SC	CEP
NOME DO RESPONSÁVEL			
RG/ÓRGÃO EXP.		CPF	
ENDEREÇO (PARTICULAR)			
BAIRRO	CIDADE Brusque	UF SC	CEP
EMAIL			
TELEFONE		TELEFONE CELULAR	

2 - OUTROS PARTÍCIPES (EM CASO DE PATROCÍNIO OU PARCEIRIA)

NOME	CNPJ/CPF	CIDADE
ENDEREÇO	BAIRRO	CEP

Demais participantes do projeto:

Nome:

Função no projeto:

Breve currículo:

Nome:

Função no projeto:

Breve currículo:

Nome:

Função no projeto:

Breve currículo:

Nome:

Função no projeto:

Breve currículo:

(acrescente mais, se necessário)

Sinopse:

Público-alvo:

Duração:

Local ou locais de realização:

Recursos utilizados para divulgação do projeto (Informar quando se tratar de mídia espontânea):

Para gravação de CD, DVD e VÍDEO: apresentação de demo do respectivo projeto em CD com no mínimo 03 (três) músicas a serem gravadas e apresentar letras, cifras ou partituras.

Para Festival, Workshop, seminários e mostras: apresentação da programação com os nomes dos profissionais e/ou espetáculos a serem contratados para realização do projeto (com carta de anuência)

Para montagem de espetáculos e performances: concepção cênica, proposta de direção incluindo Cenografia, Figurino, Iluminação e Sonoplastia (apresentar croquis ou imagens) e texto integral.

Para circulação de espetáculos: apresentar em vídeo ou DVD, parte ou todo do espetáculo.

Para exibição de vídeo, película, DVD e radionovela: apresentação da programação com os títulos a serem exibidos.

Para produção de vídeo, película, DVD e radionovela: apresentação de roteiro.

Para criação de website: apresentação de "layout", conteúdo e plataforma da website proposta.

Para exposições: apresentação de portfólio com 5 fotos e/ou croquis das obras a serem expostas.

Destacar:

() Desenho

() Escultura

() Objeto

() Fotografia

() Pintura

() Gravura

() Instalação

() Cerâmica

() Outros: _____.

Conceito/Proposta/Linguagem/Temática:

Número e tamanho das obras para exposição (se for o caso):

ANEXO 07: DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA DE BENS OU SERVIÇOS DECORRENTES DO PROJETO

1- Para projetos de Apresentações artísticas:

Declaroparaosdevidosfinsque,eu,_____, portador do RG _____ e CPF _____, assumo o compromisso junto a Fundação Cultural de Brusque no que diz respeito a contrapartida de bens ou serviços decorrentes do projeto, de ceder 10% dos ingressos declarados no Plano de Trabalho e 02 (duas) apresentações para Fundação Cultural de Brusque em local e data a ser definido pela mesma.

() Sim, vou comercializar bens e serviços decorrentes do projeto e declaro o seguinte valor que será comercializado: _____.

() Não vou comercializar bens e serviços decorrentes do projeto.

Brusque, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do proponente

2- Para projetos de Oficinas de Formação:

Declaroparaosdevidosfinsque,eu,_____, portador do RG _____ e CPF _____, assumo o compromisso junto a Fundação Cultural de Brusque no que diz respeito a contrapartida de bens ou serviços decorrentes do projeto, de ceder 10% das vagas de oficinas declaradas no Plano de Trabalho.

() Sim, vou comercializar bens e serviços decorrentes do projeto e declaro o seguinte valor que será comercializado: _____.

() Não vou comercializar bens e serviços decorrentes do projeto.

Brusque, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do proponente

3- Para projetos de Publicações e Prensagens:

Declaroparaosdevidosfinsque,eu,_____, portador do RG _____ e CPF _____, assumo o compromisso junto a Fundação Cultural de Brusque no que diz respeito a contrapartida de bens ou serviços decorrentes do projeto, de doar 10% dos materiais produzidos declarados no Plano de Trabalho e participar em evento da Fundação Cultural de

Brusque a ser definido pela mesma.

() Sim, vou comercializar bens e serviços decorrentes do projeto e declaro o seguinte valor que será comercializado: _____.

() Não vou comercializar bens e serviços decorrentes do projeto.

Brusque, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do proponente

ANEXO 08: BALANCETE PARA EFEITO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS				MÊS: _____ de 2015			
Contratante:							
Ordenador da despesa:							
Entidade Beneficiada:							
Endereço Entidade:				CEP:			
Responsável:				CPF:			
Nota de Empenho:		Data:		Valor R\$:			
Item / Fonte:							
Nota de Subempenho:		Data:		Valor R\$:			
HISTÓRICO FIEL DA FINALIDADE							
DOCUMENTO		HISTÓRICO		Recebimento (R\$)		Pagamento (R\$)	
Nº	DATA						
		TOTAL:					

Brusque ____ de _____ de 2015.	Proponente _____	Tesoureiro contador _____
--------------------------------	------------------	---------------------------

ANEXO 09: CONCEITOS DE MODALIDADES ARTÍSTICAS PARA ORIENTAÇÃO

Literatura

Trata-se de uma instrução ou um conjunto de saberes ou habilidades de escrever e ler bem, e se relaciona com as artes da gramática, da retórica e da poética. Por extensão, se refere especificamente à arte ou ofício de escrever de forma artística.

A definição de literatura está comumente associada à ideia de estética, ou melhor, da ocorrência de algum procedimento estético. Um texto é literário, portanto, quando consegue produzir um efeito estético e quando provoca catarse, o efeito de definição aristotélica, no receptor. Ex.: Publicação de prosa ou poesia; mostra literária; palestras e oficinas sobre escrita, sobre autores, movimentos literários; feiras e festivais literários; espetáculos de contação de histórias.

Artes Cênicas

As artes cênicas são todas as formas de arte que se desenvolvem num palco ou local de representação para um público. Muitas vezes

estas apresentações das artes cênicas podem ocorrer em praças e ruas. Assim podemos dizer também que este palco pode ser improvisado. Ou seja, o palco é qualquer local onde ocorre uma apresentação cênica.

Teatro é uma forma de arte em que um ator ou conjunto de atores, interpreta uma história ou atividades para o público em um determinado lugar. Com o auxílio de dramaturgos ou de situações improvisadas, de diretores e técnicos, o espetáculo tem como objetivo apresentar uma situação e despertar sentimentos no público.

A dança se caracteriza pelo uso do corpo seguindo movimentos previamente estabelecidos (coreografia) ou improvisados (dança livre). Na maior parte dos casos, a dança, com passos cadenciados é acompanhada ao som e compasso de música e envolve a expressão de sentimentos potenciados por ela. Como arte, a dança se expressa através dos signos de movimento, com ou sem ligação musical.

Ex.: Montagem ou circulação de espetáculos ou leitura dramática; oficinas; festivais.

Artes visuais

As Artes Visuais são as formações expressivas realizadas utilizando-se de técnicas de produção que manipulam materiais para construir formas e imagens que revelem uma concepção estética e poética em um dado momento histórico.

O artista plástico lida com papel, tinta, gesso, argila, madeira e metais, programas de computador e outras ferramentas tecnológicas para produzir suas peças

Ex.: Mostra de trabalhos; oficinas; palestras; exposições; debates.

Música

A Música consiste em uma combinação de sons e de silêncios, numa sequência simultânea ou em sequências sucessivas e simultâneas que se desenvolvem ao longo do tempo. Neste sentido, engloba toda combinação de elementos sonoros destinados a serem percebidos pela audição. Isso inclui variações nas características do som (altura, duração, intensidade e timbre) que podem ocorrer sequencialmente (ritmo e melodia) ou simultaneamente (harmonia).

A música também pode ser definida como uma forma de linguagem que se utiliza da voz, instrumentos musicais e outros artifícios, para expressar algo a alguém.

Ex.: Apresentação de bandas, grupos, corais, artistas solo; festivais; gravação de CD ou DVD, publicação de partituras, oficinas, palestras.

Artes Populares

Artes Populares podem ser definidas como qualquer manifestação (dança, música, festas, literatura, folclore, arte, etc) em que o povo produz e participa de forma ativa.

A cultura popular é o resultado de uma interação contínua entre pessoas de determinadas regiões e recobre um complexo de padrões de comportamento e crenças de um povo. Nasceu da adaptação do homem ao ambiente onde vive e abrange inúmeras áreas de conhecimento: crenças, artes, moral, linguagem, ideias, hábitos, tradições, usos e costumes, artesanatos, folclore, etc.

É o que diferencia e classifica um povo, é o que dá o tom e a cor a uma dada sociedade e abrange um modo de vida. Uma opinião amplamente sustentada é a de que a cultura popular tende a ser superficial. Os itens culturais que requerem grande experiência, treino ou reflexão para serem apreciados, dificilmente se tornam itens da cultura popular.

É um complexo sistema de símbolos de identidade que o povo preserva e cria, no dizer de Eduardo Galeano. Gestado pela tradição, estimulado pelo viver cotidiano, permeado pelo inconsciente e repleto de um sentimento de coletividade.

Não se pode, entretanto, confundir arte com artesanato, embora as fronteiras entre ambos nem sempre tenham contornos claros. Para uma avaliação bastante simplificada, pode-se dizer que

artesanato é quando a função predomina sobre a forma. Quando a forma se torna mais importante do que a função, estamos entrando no campo da arte.

Ex.: Exposições, oficinas, festivais, apresentações de dança folclórica, circo, publicações.

Patrimônio Cultural

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo.

O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras.

Do patrimônio cultural fazem parte bens imóveis tais como castelos, igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, e ainda locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral. Nos bens móveis incluem-se, por exemplo, pinturas, esculturas e artesanato.

Ex.: Publicações, mostras, oficinas, preservação de acervo.

Artes Integradas

São aquelas que se utilizam de duas ou mais linguagens artísticas para resultar num produto cultural que apresenta características próprias (híbridas), ou seja, a apresentação de um novo produto cultural derivado de duas ou mais linguagens artísticas utilizadas (como ópera, que resulta da música e do teatro; musicais que são resultantes de música e dança, dentre outros);

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 217/2014.

EXTRATO DE ANULAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO n. 217/2014. PREGÃO n. 130/2014. ITENS 28 E 29 (Dicionários). Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93; Súmulas n. 346 e 473 do STF; art. 4º, XVIII e XX da Lei 10.520/02. Objeto: materiais escolares. Considerando que vige na Administração Pública os princípios da economia processual e eficiência (art. 37, caput da Constituição Federal) e que o critério de julgamento do certame dar-se-á pelo menor preço por item (cláusula 8.1 do instrumento convocatório), a licitação prossegue em relação aos demais itens. Brusque (SC), 11 de fevereiro de 2015. Signatário: Diego Fagundes, Secretário de Orçamento e Gestão.

EXTRATO CONTRATO Nº 009/2015

Espécie: Contrato nº 009/2015, entre o Município de Brusque e IONARA LIESI TIECKER, em 02/01/2015. Objeto: Serviço de representação de Rainha, para a divulgação da 30ª Festa Nacional do Marreco - FENARRECO/2015. Valor: 11.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 001/2015. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 11 MESES. Signatário: NORBERTO JOÃO MAESTRI.

EXTRATO CONTRATO Nº 010/2015

Espécie: Contrato nº 010/2015, entre o Município de Brusque e JOANITA DEMATE, em 02/01/2015. Objeto: Serviço de representação de 1ª Princesa, para a divulgação da 30ª Festa Nacional do Marreco - FENARRECO/2015. Valor: 11.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 001/2015. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 11 MESES. Signatário: NORBERTO JOÃO MAESTRI.

EXTRATO CONTRATO Nº 011/2015

Espécie: Contrato nº 011/2015, entre o Município de Brusque e JUSSARA BECKER, em 02/01/2015. Objeto: Serviço de representação de 2ª Princesa, para a divulgação da 30ª Festa Nacional do Marreco - FENARRECO/2015. Valor: 11.000,00. Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 001/2015. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 11 MESES. Signatário: NORBERTO JOÃO MAESTRI.

EXTRATO CONTRATO Nº 012/2015

Espécie: Contrato nº 012/2015, entre o Município de Brusque e ALCIDES DE MOURA, em 02/01/2015. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOCALIZADA NA RODOVIA ANTONIO HEIL, 1355 - LIMOEIRO - BRUSQUE - SC, CUJA A FINALIDADE É GUARDAR MATERIAL MATERIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA SECRETARIA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. Valor: R\$ 64.800,00 Fundamento legal: Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 004/2015. Dotação Orçamentária: conforme processo administrativo. Vigência: 12 MESES. Signatários: GILMAR VILAMOSKI.

EXTRATO CONTRATO Nº 127/2014

Espécie: Contrato nº 127/2014, entre o Município de Brusque e a EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA, em 19/11/2014. Objeto: Serviços de perfuração e detonação de rochas em saibreiras. Valor: 1.275.000,00. Fundamento legal: na Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 015/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: GILMAR VILAMOSKI.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, ATA Nº 010/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata nº 010/2014, entre o Município de Brusque e a empresa KAMMERS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA em 26/01/2015. Objeto: acréscimo de 25% de quantitativo. Valor: R\$ 45.200,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 004/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 119/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 119/2013, entre o Município de Brusque e TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, em 03/12/2014. Objeto: Prorrogação de prazo vigência (contrato 119/2013), cujo objeto é a prestação de serviços em conexão de internet. Valor: R\$ 99.600,00 . Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 138/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

PREGÃO nº 001/2015

Processo Licitatório nº 001/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a locação de máquinas, caminhões e equipamentos (caminhões prancha,

toco e hidrojato; tratores de lâmina D4 / D5 / D6 e rompedor pneumático c/ perfuratriz), para atender a demanda da Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 02/03/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 10/02/2015

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015

PREGÃO nº 002/2015

Processo Licitatório nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de produtos alimentícios diversos, não perecíveis, hortifrutigranjeiros e carnes para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 05/03/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 10/02/2015

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015

PREGÃO nº 003/2015

Processo Licitatório nº 006/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de telecomunicações, com o fornecimento de link's dedicados de internet via fibra optica no Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 02/03/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 10/02/2015

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/2014

PREGÃO nº 129/2014

Processo Licitatório nº 216/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de dedetização e limpeza de caixas-d'água.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/03/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br 09/02/2015

DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 218/2014

PREGÃO nº 131/2014

Processo Licitatório nº 218/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de computadores para as Unidades de Engenharia Civil e Arquitetura do Município.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/03/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 09/02/2015

DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 219/2014

PREGÃO nº 132/2014

Processo Licitatório nº 219/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de grama.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 10/03/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 09/02/2015

DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 221/2014

PREGÃO nº 134/2014

Processo Licitatório nº 221/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de pedrisco e pó de brita para atender a demanda de pavimentação no Município de Brusque.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/03/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 09/02/2015

DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2014

PREGÃO nº 135/2014

Processo Licitatório nº 224/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/03/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 10/02/2015

DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 084/2011

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 084/2011, entre o Município de Brusque e INFISC INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA LTDA ME, em 28/11/2014. Objeto: Prorrogação de prazo vigência (contrato 084/2011). Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 004/2011. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO, ATA DE REGISTRO Nº 037/2014

Espécie: 2º Termo Aditivo, Ata de Registro nº 037/2014, entre o Município de Brusque e a CBB INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS ENGENHARIA LTDA, em 21/01/2015. Objeto: Realinhamento do valor do objeto constante na Ata de Registro de Preço nº 037/2014. Fundamento legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 043/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: DIEGO FAGUNDES

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 039/2013

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 039/2013, entre o Município de Brusque e a SOLO ENGENHARIA LTDA ME, em 11/11/2014. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA NA RUA THEODORO ALBRETCH, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: R\$ 2.397,33. Fundamento legal: artigo 58, inc. I e art. 65, §1º da Lei 8.666/93 (qualitativo). Origem: TOMADA DE PREÇO nº 005/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER.

Caçador

PREFEITURA

LEI 3.199/2015

LEI Nº 3.199, de 11 de fevereiro de 2015.

Abre crédito especial por conta de anulação de dotação orçamentária, no Orçamento Geral Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 411.000,00 (quatrocentos e onze mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.1.91.00.0052 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 7.600,00

3.3.50.00.0052 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 70.600,00

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 155.000,00

3.1.91.00.0052 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 17.800,00

08.244.0005.2.193 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.0052 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 110.000,00

Total R\$ 411.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, do orçamento vigente do Município de Caçador, na importância de R\$ 411.000,00 (quatrocentos e onze mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 157.400,00

08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 253.600,00

Total R\$ 411.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

PORTARIA Nº 24.990

PORTARIA Nº 24.990, de 30 de Dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

Resolve:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, da Fundação Municipal de Esportes, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Ref.	Prorrogar até:
13244	Adriana Ribeiro Schultz	Professor de Arte	20	EMEB Alto Bonito EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
12998	Alessandra Boeira	Servente	44	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13071	Alessandra de Oliveira Matos	Professor de Educação Infantil	20	CMEI Sonho Encantado	20/12/2014 a 02/01/2015
13341	Allan Dhiefer-son Bosio	Professor de Laboratório de Informática	40	SME EMEB Alcides Tombini	20/12/2014 a 02/01/2015
13412	Alvani Melania da Silva	Professor de Educação Física	12	CMEI Santa Clara EMEB Irmão Venâncio José	20/12/2014 a 02/01/2015
13411	Ana Lucia Maceno	Professor de Laboratório de Informática	20	EMEB Caste-lhano	20/12/2014 a 02/01/2015
13245	Ana Paula de Lima Pires	Professor de Educação Infantil	40	EMEB Alto Bonito EMEB Caste-lhano	20/12/2014 a 02/01/2015
12915	Ana Paula Pereti	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13555	Ana Paula Speggorin	Professor de Educação Infantil	20	EMEB Vereda dos Trevos (sala locada EEB Domingos da Costa Franco)	20/12/2014 a 02/01/2015
13436	Andreia Paraná de Oliveira	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Esperança	20/12/2014 a 02/01/2015
13076	Andressa Angelita Nunes Ribeiro	Professor de Educação Infantil	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13208	Andressa Rodrigues	Servente	44	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13328	Angelita Zir	Professor de 1º ao 5º ano	40	EMEB Esperança EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13185	Arlene de Fátima Bariviera	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015

13428	Camila Lenardt Pereira	Professor de Inglês	33	EMEB Esperança EMEB Alto Bonito EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13427	Candida Aparecida Antunes	Servente	44	EMEB Esperança	20/12/2014 a 02/01/2015
13469	Catarina Polawski	Servente	44	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
12963	Celina Aparecida de Souza Trindade	Merendeira	44	EMEB Tabajara	20/12/2014 a 02/01/2015
13194	Cici Josiane Bueno Nunes	Professor de Laboratório de Informática	40	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13483	Clarisse Muniz de Moura	Professor de Geografia	18	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13065	Daiane Maria Bento de Andrade	Orientador	40	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
12983	Daniela Ferreira Pires	Servente	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13438	Danieli Miranda	Professor de Laboratório de Informática	20	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13018	Dayane Bechert	Servente	44	EMEB Padre José Chamot	20/12/2014 a 02/01/2015
12985	Debora Biki Pacztuch	Servente	44	EMEB Padre José Chamot	20/12/2014 a 02/01/2015
13249	Deisy Gonçalves Biasoli	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Esperança	20/12/2014 a 02/01/2015
13323	Deisy Gonçalves Biasoli	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13228	Diego Braz de Camargo	Orientador	40	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13479	Diego Garipuna	Professor de Ensino Religioso	16	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13003	Dilce Estanislowski	Servente	44	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13227	Dirce Falabretti	Supervisor	20	EMEB Esperança	20/12/2014 a 02/01/2015
13129	Dirce Falabretti	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13260	Edina Mara Ferreira da Silva	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13056	Edina Mezomo Bartholet	Professor de Matemática	13	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13217	Edson Luiz Gavazzo	Professor de Laboratório de Informática	20	EMEB Ulysses Guimarães Telecentro Taquara Verde	20/12/2014 a 02/01/2015
13236	Eliana Aparecida Ramos Batista Padilha	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015

13329	Eliane Aparecida Alves	Professor de Educação Física	40	EMEB Padre José Chamot EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13330	Eliane Aparecida Ferreira Drun	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Tabajara	20/12/2014 a 02/01/2015
13388	Eliane de Souza Luz dos Santos	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Rodolfo Nickel	20/12/2014 a 02/01/2015
13546	Eliane Silva Klein Ariatti	Servente	44	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13572	Eliane Souza da Costa	Servente	44	EMEB Irmão Venâncio José	20/12/2014 a 02/01/2015
12652	Elis Micheli Gonçalves Padilha Wegner	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
12932	Elisa Priscila Ruschel Fritsch	Secretário Escolar	40	EMEB Casteilhano	20/12/2014 a 02/01/2015
13235	Elisabete de Fatima Tabor da Somensi	Supervisor	40	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
12976	Elisandra Pires de Moraes Balatka	Servente	44	Depósito de Merenda Escolar	20/12/2014 a 02/01/2015
13573	Eloi Coscodai Junior	Professor Intérprete de Libras	20	SME	20/12/2014 a 02/01/2015
13547	Ermelinda Tezozinha Garcia Carneiro	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13496	Fabiana Aparecida Volski	Professor de Ciências	24	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13060	Fabiana Daufenbach Wernke	Professor de Matemática	22	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13548	Fabiane da Silva	Professor de Inglês	21	EMEB Hilda Granemann de Souza EMEB Walsin Nunes Garcia	20/12/2014 a 02/01/2015
12933	Fabio Carlesso	Secretário Escolar	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13515	Fatima de Matos	Servente	44	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13484	Felipe Aloisio Cruz	Professor de Educação Física	36	EMEB Esperança EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
12958	Fernanda Conceição dos Santos	Merendeira	44	EMEB Alcides Tombini	20/12/2014 a 02/01/2015
13033	Fernanda Pollo	Professor de Arte	38	EMEB Walsin Nunes Garcia EMEB Tabajara EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13461	Filomena Maiberg da Rosa Belli	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13216	Flavia Regina Machado	Professor de Inglês	17	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015

13257	Gerson José Teles de Souza Junior	Professor de Educação Física	30	EMEB Morada do Sol EMEB Henrique Julio Berger EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
12902	Gilmar Ribas Pinto	Professor de Ensino Religioso	10	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13579	Gilmar Semann de Souza	Servente	44	EMEB Padre José Chamot	20/12/2014 a 02/01/2015
13395	Gisele de Almeida	Orientador	20	EMEB Pe. José Chamot – sala locada na EEB Graciosa Copetti Pereira	20/12/2014 a 02/01/2015
13421	Gisele de Oliveira Moraes	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13054	Gisele Ludvig	Administrador Escolar	40	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13092	Gislaine Aparecida Batista	Professor de Educação Infantil	40	EMEB Esperança	20/12/2014 a 02/01/2015
13485	Gislaine Aparecida Caldato Dal Pizzol	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Alcides Tombini	20/12/2014 a 02/01/2015
13015	Iara Lara dos Santos	Servente	44	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13023	Irene Pereira	Servente	44	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13226	Ivani Zarzeka	Servente	44	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13350	Ivanilde Alves de Gois Dallaviva	Professor de Educação Infantil	20	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13258	Janaina Dicelli Ferreira Raiser	Servente	44	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13059	Jane Aparecida Ribeiro da Silva	Orientador	40	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13399	Jeferson Kamienski	Professor de Laboratório de Informática	20	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
12961	Jocimar Pereira Rosa	Merendeira	44	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13275	Joice Porth	Professor de Educação Infantil	20	EMEB Nossa Senhora Salete	20/12/2014 a 02/01/2015
13274	Jorge Roberto Alves dos Santos	Professor de Educação Física	16	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13187	José Cristiano Peretti	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
12969	Josiane Castilho Hahn	Merendeira	44	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13008	Jucelia Pereira dos Santos	Servente	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13487	Jucilei Aparecida Scapinelli	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Alcides Tombini	20/12/2014 a 02/01/2015

13225	Juliana Padilha Mazzotti	Administrador	20	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13500	Kadiny Aparecida de Almeida	Professor de Ciências	15	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13273	Karine Mara Comel	Professor de Educação Infantil	40	CMEI Sonho Encantado	20/12/2014 a 02/01/2015
13278	Keila Matos dos Santos	Supervisor	20	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
12942	Krishna Sereena Zuanazzi	Professor de Educação Física	39	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13559	Laisa Tatiane Martins	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Irmão Venâncio José	20/12/2014 a 02/01/2015
13240	Lana Ribeiro da Silva	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13272	Laurici Terezi-nha de Paulo	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13339	Leandro dos Santos Nora	Servente	44	SME	20/12/2014 a 02/01/2015
12994	Leidiane Ferlin	Servente	44	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13527	Leila Aparecida Schmidt de Souza	Auxiliar de Biblioteca	40	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
12974	Lenir Teixeira	Servente	44	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13578	Ligia Maria Weingartner	Professor de Arte	40	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13351	Ligiane Sclero Ribeiro dos Santos	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Esperança	20/12/2014 a 02/01/2015
13215	Lisiane Morrigge	Professor de Laboratório de Informática	40	Telecentro Linha Cará	20/12/2014 a 02/01/2015
13514	Luana Kelli de Liz Pereira	Professor de Inglês	15	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13214	Luciana Ribeiro dos Santos Weber	Professor de Laboratório de Informática	20	EMEB Alto Bonito EMEB Pierina Santin Perret EMEB Irmão Venâncio José EMEB Nossa Senhora Salete	20/12/2014 a 02/01/2015
13115	Luciane Fagnello Chaves	Professor de Educação Infantil	20	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13480	Maike Amancio Zeigler	Professor de História	15	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13429	Marcia Franciele Ferreira	Servente	44	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13513	Marcio Hiroshi Sakai	Professor de Educação Física	30	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13280	Maria Alice Alves Cardoso	Merendeira	44	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
12979	Maria da Gloria Gomes Pereira	Servente	44	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015

13224	Maria Ivone Padilha	Merendeira	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13025	Maria Juceli Picoli	Servente	44	CMEI Sonho Encantado	20/12/2014 a 02/01/2015
13462	Maria Rosângela Chagas Faro	Orientador	40	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13332	Maria Terezi-nha Antunes	Professor de Educação Infantil	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13549	Mariana Susin Frigotto	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13537	Marisange Alves Ribeiro	Servente	44	EMEB Irmão Venâncio José	20/12/2014 a 02/01/2015
12990	Marlene Fonseca	Servente	44	CMEI Sonho Encantado	20/12/2014 a 02/01/2015
13562	Mauro Cezar Hoffmann	Secretário Escolar	40	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13233	Melita das Graças Alves dos Santos	Servente	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13241	Mellina Pereira Scalabrin	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13242	Meri Terezi-nha Alves de Oliveira	Merendeira	44	EMEB Rodolfo Nickel	20/12/2014 a 02/01/2015
13459	Michelli Pires Goes	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13534	Monica Machado	Servente	44	EMEB Caste-lhano	20/12/2014 a 02/01/2015
13502	Nilva Maria Fernandes	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
12978	Olga Couto	Servente	44	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13223	Patrícia Gonçalves	Supervisor	40	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13386	Patricia Less	Professor de Matemática	24	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13333	Patricia Vezoli Dalcortivo	Secretária Escolar	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13222	Patricia Villwock Ferreira de Andrade	Orientador	40	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	20/12/2014 a 02/01/2015
13512	Pedro Paulo Baruffi	Professor de Ensino Religioso	14	EMEB Alcides Tombini EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13210	Raquel Tavares da Silva	Professor Interprete de Libras	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
12943	Reginaldo Klabunde	Secretário Escolar	40	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13220	Rosângela Fatima de Paula	Supervisor	40	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13490	Roseli Maria Baseggio	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015

13531	Rosilda de Fatima Lemes Pinheiro	Auxiliar de Creche e Berçário	40	EMEB Ulysses Guimarães	20/12/2014 a 02/01/2015
13355	Rozângela Brustolin	Professor de Língua Portuguesa	12	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13564	Rubia Marluza Gomes	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	20/12/2014 a 02/01/2015
12986	Simone Aparecida Pires	Servente	44	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13460	Soeli de Souza Batista	Servente	44	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
12991	Sonia Aparecida Jarschel	Servente	44	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13533	Taciele Cristina Batista Costa	Professor de Educação Infantil	40	CMEI Pierina Adami	20/12/2014 a 02/01/2015
13391	Tania de Fatima dos Santos	Servente	44	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13263	Tatiane Aparecida Polo	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Padre José Chamot	20/12/2014 a 02/01/2015
13006	Tatiane Sizino	Servente	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	20/12/2014 a 02/01/2015
13509	Thabita Alana Cachinski	Professor de Inglês	10	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13551	Thays Aparecida de Jesus Seixas	Professor de Inglês	16	EMEB Morada do Sol	20/12/2014 a 02/01/2015
13577	Vanessa Brusco	Professor de 1º ao 5º ano	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	20/12/2014 a 02/01/2015
13338	Vanessa de Fatima Rocha	Professor de Educação Física	39	EMEB Alto Bonito	20/12/2014 a 02/01/2015
13279	Vera Lucia Pires Goes	Merendeira	44	EMEB Pierina Santin Perret	20/12/2014 a 02/01/2015
13348	Veroni Albiero Francoski	Servente	44	EMEB Vereda dos Trevos	20/12/2014 a 02/01/2015
13016	Vilma Vezoli	Servente	44	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015
13552	Viviane Nancy Gonchoreki	Servente	44	EMEB Esperança	20/12/2014 a 02/01/2015
12959	Zany Mary Baseggio Coldebella	Merendeira	44	EMEB Esperança	20/12/2014 a 02/01/2015
12256	Zeni Gabardo	Professor de Geografia	18	EMEB Henrique Julio Berger	20/12/2014 a 02/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Dezembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.075

PORTARIA Nº 25.075, de 30 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome dos servidores e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo		Nome	Período Gozo	
468	01/01/2014	31/12/2014	Adalberto Gomes Ribeiro	02/01/2015	31/01/2015
10319	01/01/2014	31/12/2014	Adelina Salete Kowalczyk	02/01/2015	31/01/2015
12931	03/02/2014	02/02/2015	Adeline Aparecida Ferrasso	02/01/2015	31/01/2015
13017	03/02/2014	02/02/2015	Adenilson Rodrigues	02/01/2015	31/01/2015
13068	03/02/2014	02/02/2015	Adriana Antunes da Silva	02/01/2015	31/01/2015
4082	08/10/2013	07/10/2014	Adriana Antunes de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
3320	01/01/2014	31/12/2014	Adriana Aparecida Deniz Sanches	02/01/2015	31/01/2015
10537	07/02/2014	06/02/2015	Adriana Aparecida Zeni Bof	02/01/2015	31/01/2015
13178	03/02/2014	02/02/2015	Adriana Aparecida Zeni Bof	02/01/2015	31/01/2015
13243	11/02/2014	10/02/2015	Adriana Kabel Mezomo	02/01/2015	31/01/2015
2532	01/01/2014	31/12/2014	Adriana Loss	02/01/2015	31/01/2015
6948	01/01/2014	31/12/2014	Adriana Loss	02/01/2015	31/01/2015
13069	03/02/2014	02/02/2015	Adriana Lucia Klaus	02/01/2015	31/01/2015
2680	01/01/2014	31/12/2014	Adriana Marliza Campos de Almeida	02/01/2015	31/01/2015
13183	03/02/2014	02/02/2015	Adriana Marliza Campos de Almeida	02/01/2015	31/01/2015
13070	03/02/2014	02/02/2015	Adriana Raquel Dias	02/01/2015	31/01/2015
3288	01/01/2014	31/12/2014	Adriana Regina Faoro	02/01/2015	31/01/2015
10076	01/01/2014	31/12/2014	Adriana Regina Faoro	02/01/2015	31/01/2015
523	01/01/2014	31/12/2014	Adriana Valeria Ceciliato Azambuja	02/01/2015	31/01/2015
667	01/01/2014	31/12/2014	Agenir Ariatti	02/01/2015	31/01/2015
9878	01/01/2014	31/12/2014	Agnese Aparecida Filipini Chaves	02/01/2015	31/01/2015
71	01/01/2010	31/12/2010	Airton Carlos Leite	06/01/2015	04/02/2015
13140	03/02/2014	02/02/2015	Alaide Terezinha de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
802	01/01/2014	31/12/2014	Alda Pasquali Basqueira	02/01/2015	31/01/2015
6964	01/01/2014	31/12/2014	Alda Pasquali Basqueira	02/01/2015	31/01/2015
646	03/12/2013	02/12/2014	Aldo Marghotti	02/01/2015	31/01/2015
12946	03/02/2014	02/02/2015	Alexandra Balbinot	02/01/2015	31/01/2015
10542	09/02/2014	08/02/2015	Alexandre Maicon de Lima	02/01/2015	31/01/2015
12242	13/02/2014	12/02/2015	Aline Balbinotto	02/01/2015	31/01/2015
13466	01/07/2014	30/06/2015	Aline Colla Hahn	02/01/2015	31/01/2015
10826	01/03/2014	28/02/2015	Aline de Matos Roessler	02/01/2015	31/01/2015
704	01/01/2014	31/12/2014	Alvadi de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
2574	01/01/2014	31/12/2014	Alzira Gomes	02/01/2015	31/01/2015
10534	07/02/2014	06/02/2015	Alzira Salete Padilha	02/01/2015	31/01/2015
12913	03/02/2014	02/02/2015	Amanda Kuracz	02/01/2015	31/01/2015
10932	18/04/2014	17/04/2015	Amanda Roberta Pereira de Camargo Bilbio	02/01/2015	31/01/2015
13072	03/02/2014	02/02/2015	Amauri Joel Scapin	02/01/2015	31/01/2015
12967	03/02/2014	02/02/2015	Amur Otavio Soares	02/01/2015	31/01/2015
12945	03/02/2014	02/02/2015	Ana Caroline Coelho da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13028	03/02/2014	02/02/2015	Ana Lucia Maceno	02/01/2015	31/01/2015
357	01/01/2014	31/12/2014	Ana Maria Constantini	02/01/2015	31/01/2015
13019	03/02/2014	02/02/2015	Ana Maria Proenca Negretti	02/01/2015	31/01/2015
13051	03/02/2014	02/02/2015	Ana Paula Antunes da Costa Feix	02/01/2015	31/01/2015
13041	03/02/2014	02/02/2015	Ana Paula Spuldaro Peretto	02/01/2015	31/01/2015
968	01/01/2014	31/12/2014	Anastacia Oliveira Bernardo	02/01/2015	31/01/2015

13246	03/02/2014	02/02/2015	Anderson Lissenko	02/01/2015	31/01/2015
790	01/01/2014	31/12/2014	Andiara Zeni	02/01/2015	31/01/2015
4275	01/01/2014	31/12/2014	Andrea Carla Comel	02/01/2015	31/01/2015
6962	01/01/2014	31/12/2014	Andreia Anciutti	02/01/2015	31/01/2015
10519	01/02/2014	31/01/2015	Andreia Anciutti	02/01/2015	31/01/2015
10078	01/01/2014	31/12/2014	Andreia Dellai	02/01/2015	31/01/2015
13186	03/02/2014	02/02/2015	Andreia Patricia Schwartz	02/01/2015	31/01/2015
7774	01/01/2014	31/12/2014	Andressa de Fatima de Bastiani	02/01/2015	31/01/2015
3313	01/01/2014	31/12/2014	Anely de Paula Ribeiro dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
1841	01/01/2014	31/12/2014	Angela Maria Stavis	02/01/2015	31/01/2015
10026	01/01/2014	31/12/2014	Angeli Salete Marques	02/01/2015	31/01/2015
1062	01/01/2014	31/12/2014	Angelica Moscheta Schneider	02/01/2015	31/01/2015
12934	03/02/2014	02/02/2015	Angelita Milek Alano de Souza	02/01/2015	31/01/2015
6949	01/01/2014	31/12/2014	Antonia Sau Maciel	02/01/2015	31/01/2015
12993	03/02/2014	02/02/2015	Antonio Donizete Horbach	02/01/2015	31/01/2015
12982	03/02/2014	02/02/2015	Anzero Giovani de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
13390	04/05/2014	03/05/2015	Arielli Pacztuch	02/01/2015	31/01/2015
617	01/01/2014	31/12/2014	Atanil Ribeiro da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13047	03/02/2014	02/02/2015	Aurea Adriana de Mello Cordeiro	02/01/2015	31/01/2015
876	01/01/2014	31/12/2014	Bartira Elisa Tomazini	02/01/2015	31/01/2015
804	01/01/2014	31/12/2014	Beatriz Aparecida Pereira	02/01/2015	31/01/2015
13078	03/02/2014	02/02/2015	Beatriz Machado	02/01/2015	31/01/2015
828	01/01/2014	31/12/2014	Bernadete Maria Ribeiro	02/01/2015	31/01/2015
12989	03/02/2014	02/02/2015	Brasilton Neves do Nascimento Junior	02/01/2015	31/01/2015
10430	03/01/2014	02/01/2015	Bruna Stello Padilha	02/01/2015	31/01/2015
12955	03/02/2014	02/02/2015	Camila Maboni	02/01/2015	31/01/2015
13540	22/09/2014	21/09/2015	Carine Araujo da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13050	03/02/2014	02/02/2015	Carlos Renato Santana Pereira	02/01/2015	31/01/2015
1197	01/01/2014	31/12/2014	Carmelinda Rusczyk	02/01/2015	31/01/2015
4412	19/02/2013	18/02/2014	Carmem Lucia Alano de Souza Maia	02/01/2015	31/01/2015
12940	03/02/2014	02/02/2015	Caroline Musskopf	02/01/2015	31/01/2015
88	01/01/2014	31/12/2014	Catarina Schikorski Barteal	02/01/2015	31/01/2015
3388	01/01/2014	31/12/2014	Catarina Zanotti	02/01/2015	31/01/2015
13110	03/02/2014	02/02/2015	Catia Maria dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
1013	01/01/2014	31/12/2014	Cecilia Bertotto Paloschi	02/01/2015	31/01/2015
783	01/01/2014	31/12/2014	Celso Viero	02/01/2015	31/01/2015
12903	03/02/2014	02/02/2015	Cidinei Alves Morais	02/01/2015	31/01/2015
2016	01/01/2014	31/12/2014	Cizete Catellan	02/01/2015	31/01/2015
2127	01/01/2014	31/12/2014	Cizete Catellan	02/01/2015	31/01/2015
13031	03/02/2014	02/02/2015	Clacir Maria Santin Fonseca	02/01/2015	31/01/2015
3358	01/01/2014	31/12/2014	Clarice Hauffe	02/01/2015	31/01/2015
13165	03/02/2014	02/02/2015	Clarice Lanferdini Gatti	02/01/2015	31/01/2015
535	01/01/2014	31/12/2014	Clarisse de Albuquerque Rodrigo	02/01/2015	31/01/2015
13088	03/02/2014	02/02/2015	Claucia Comerlato	02/01/2015	31/01/2015
12539	13/02/2014	12/02/2015	Claudeni Bezerra de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
3316	01/01/2014	31/12/2014	Claudete Aparecida Konflanz	02/01/2015	31/01/2015
8953	01/01/2014	31/12/2014	Claudia Aparecida de Souza	02/01/2015	31/01/2015
126	01/01/2014	31/12/2014	Claudia Aparecida Maurilio	02/01/2015	31/01/2015
13125	03/02/2014	02/02/2015	Claudia Aparecida Ramos	02/01/2015	31/01/2015
13036	03/02/2014	02/02/2015	Claudia Aparecida Soares Bromer	02/01/2015	31/01/2015
129	01/01/2014	31/12/2014	Claudia Maria Bischoff	02/01/2015	31/01/2015
399	23/09/2013	22/09/2014	Claudio Altair Cordeiro	02/01/2015	31/01/2015
13067	03/02/2014	02/02/2015	Claudio Fernando Costa	02/01/2015	31/01/2015

280	01/01/2014	31/12/2014	Claudio Granja	02/01/2015	31/01/2015
10846	01/04/2014	31/03/2015	Clayton Luiz Zanella	02/01/2015	31/01/2015
2946	01/01/2014	31/12/2014	Cleci Faganello	02/01/2015	31/01/2015
3423	01/01/2014	31/12/2014	Cleide Aparecida Fernandes	02/01/2015	31/01/2015
1230	01/01/2014	31/12/2014	Cleide Fatima Dariz	02/01/2015	31/01/2015
10529	01/02/2014	31/01/2015	Cleide Mara Nurilles Píala	02/01/2015	31/01/2015
938	01/01/2014	31/12/2014	Clemare Aparecida Coelho	02/01/2015	31/01/2015
13080	03/02/2014	02/02/2015	Clenir Aparecida Nurilles Rosario	02/01/2015	31/01/2015
3380	01/01/2014	31/12/2014	Cleonice Aparecida Mokfa	02/01/2015	31/01/2015
6965	01/01/2014	31/12/2014	Cloris de Fatima Casagrande	02/01/2015	31/01/2015
13133	03/02/2014	02/02/2015	Cloris de Fatima Casagrande	02/01/2015	31/01/2015
3589	01/01/2013	26/11/2014	Conceição Aparecida Ribas	02/01/2015	31/01/2015
449	01/01/2014	31/12/2014	Crenilda Schikovski Hude	02/01/2015	31/01/2015
13176	07/02/2014	06/02/2015	Cristiane Antunes Gonçalves	02/01/2015	31/01/2015
13007	03/02/2014	02/02/2015	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	02/01/2015	31/01/2015
5021	01/01/2012	03/01/2015	Cristiane dos Santos Lima	02/01/2015	31/01/2015
4281	05/08/2012	04/08/2013	Cristiane Iracema de Lima	02/01/2015	31/01/2015
13455	07/07/2014	06/07/2015	Cristiane Moreira Camargo Dobner	02/01/2015	31/01/2015
7776	01/01/2014	31/12/2014	Cristiano Hugo Ruch	02/01/2015	31/01/2015
10530	01/02/2014	31/01/2015	Cristina de Castilho	02/01/2015	31/01/2015
9074	01/01/2013	02/01/2015	Cristina Lazarotti	02/01/2015	31/01/2015
5701	01/01/2014	31/12/2014	Dalva Bolduan	02/01/2015	31/01/2015
7773	01/01/2014	31/12/2014	Daniela da Silva	02/01/2015	31/01/2015
12968	03/02/2014	02/02/2015	Daniele Carlos da Silva	02/01/2015	31/01/2015
8636	01/01/2014	31/12/2014	Daniele Jociane Fortunato	02/01/2015	31/01/2015
13063	03/02/2014	02/02/2015	Danieli Miranda	02/01/2015	31/01/2015
13000	03/02/2014	02/02/2015	Dayane da Silva Queiroz Martins	02/01/2015	31/01/2015
11476	06/02/2014	05/02/2015	Dayane de Fatima Machado	02/01/2015	31/01/2015
10538	07/02/2014	06/02/2015	Debora Jane Zarur	02/01/2015	31/01/2015
13062	03/02/2014	02/02/2015	Debora Jane Zarur	02/01/2015	31/01/2015
1942	01/01/2014	31/12/2014	Debora Liz Padilha Franco	02/01/2015	31/01/2015
13082	03/02/2014	02/02/2015	Deise Terezinha Pacevicz Spazzini	02/01/2015	31/01/2015
13057	03/02/2014	02/02/2015	Deisiane Aparecida de Paulo	02/01/2015	31/01/2015
13083	03/02/2014	02/02/2015	Deisy Roberta Polli	02/01/2015	31/01/2015
1475	13/01/2014	12/01/2015	Denise Lourdes da Luz	02/01/2015	31/01/2015
2916	18/02/2014	17/02/2015	Denise Lourdes da Luz	02/01/2015	31/01/2015
13061	03/02/2014	02/02/2015	Denise Regina Lopes	02/01/2015	31/01/2015
6944	01/01/2014	31/12/2014	Dilma Bueno de Oliveira Gomes	02/01/2015	31/01/2015
13151	03/02/2014	02/02/2015	Dilma Bueno de Oliveira Gomes	02/01/2015	31/01/2015
13079	03/02/2014	02/02/2015	Dinamar Beffart Bazeggio	02/01/2015	31/01/2015
688	01/01/2013	31/12/2013	Diocleia Alves de Moura	02/01/2015	31/01/2015
13131	03/02/2014	02/02/2015	Diolanda Teresinha Lenardt	02/01/2015	31/01/2015
13032	03/02/2014	02/02/2015	Dirce Stiegler	02/01/2015	31/01/2015
1268	01/01/2014	31/12/2014	Dirceu Ribeiro de Mello	02/01/2015	31/01/2015
11914	01/06/2014	31/05/2015	Diva Neide Pacheco Rodrigues	02/01/2015	31/01/2015
12995	03/02/2014	02/02/2015	Ederton Santin	02/01/2015	31/01/2015
13259	24/02/2014	23/02/2015	Edevan Perego	02/01/2015	31/01/2015
13424	04/06/2014	03/06/2015	Edia Aparecida Pacztuch	02/01/2015	31/01/2015
858	01/01/2014	31/12/2014	Edilene Kutcher da Silva	02/01/2015	31/01/2015
4258	02/02/2013	01/02/2014	Edilene Kutcher da Silva	02/01/2015	31/01/2015
10448	03/01/2014	02/01/2015	Editte da Silva Bigas	02/01/2015	31/01/2015
1560	04/03/2012	03/03/2013	Editte Salete Ventz	02/01/2015	31/01/2015
12919	03/02/2014	02/02/2015	Edneia Carla Correa	02/01/2015	31/01/2015

13089	03/02/2014	02/02/2015	Edson Domingos Appi	02/01/2015	31/01/2015
13148	03/02/2014	02/02/2015	Eladir Maria Maciel	02/01/2015	31/01/2015
12914	03/02/2014	02/02/2015	Elaine de Brito	02/01/2015	31/01/2015
12907	03/02/2014	02/02/2015	Elaine Heller	02/01/2015	31/01/2015
677	01/01/2014	31/12/2014	Elay Elisane Paloschi	02/01/2015	31/01/2015
1132	01/01/2014	31/12/2014	Elenir Izabel Spezia Correa	02/01/2015	31/01/2015
10718	01/02/2014	31/01/2015	Elenir Izabel Spezia Correa	02/01/2015	31/01/2015
3393	01/01/2014	31/12/2014	Eli Salete Vesterlon da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13084	03/02/2014	02/02/2015	Eliana Maria Teles de Souza	02/01/2015	31/01/2015
10989	02/05/2014	01/05/2015	Eliane Alves Pereira	02/01/2015	31/01/2015
800	01/01/2014	31/12/2014	Eliane Bortolini	02/01/2015	31/01/2015
1561	01/01/2014	31/12/2014	Eliane Cavalheiro Cachinski	02/01/2015	31/01/2015
265	03/07/2012	02/07/2013	Eliane Cavilion Lapolli	14/01/2015	12/02/2015
381	01/01/2014	31/12/2014	Eliane Gonçalves Cordeiro	02/01/2015	31/01/2015
1719	01/01/2014	31/12/2014	Eliane Macedo Castilho	02/01/2015	31/01/2015
13085	03/02/2014	02/02/2015	Eliane Salete Peretti	02/01/2015	31/01/2015
13155	03/02/2014	02/02/2015	Eliane Scotti Alvarenga	02/01/2015	31/01/2015
184	01/01/2014	31/12/2014	Eliane Terezinha Pellizzaro	02/01/2015	31/01/2015
3290	01/01/2014	31/12/2014	Elisabete Aparecida Marini Bor	02/01/2015	31/01/2015
9073	01/01/2014	31/12/2014	Elisabete Aparecida Marini Bor	02/01/2015	31/01/2015
4274	01/01/2014	31/12/2014	Elisabete Rodrigues	02/01/2015	31/01/2015
799	01/01/2014	31/12/2014	Elisandra Aparecida Giacomel	02/01/2015	31/01/2015
10081	01/01/2014	31/12/2014	Elisandra Scapinelli	02/01/2015	31/01/2015
3291	01/01/2014	31/12/2014	Elisangela Mittanck Camargo	02/01/2015	31/01/2015
356	01/01/2013	31/12/2013	Elisete Ribeiro Lobas	02/01/2015	31/01/2015
13075	03/02/2014	02/02/2015	Elisete Terezinha Diel	02/01/2015	31/01/2015
13404	04/05/2014	03/05/2015	Eliz Regina de Lima	02/01/2015	31/01/2015
3558	01/01/2014	31/12/2014	Elizangela Bartel Witte	02/01/2015	31/01/2015
690	01/01/2014	31/12/2014	Elizete Terezinha Ventz Furlan	02/01/2015	31/01/2015
10520	01/02/2014	31/01/2015	Eliziane Aparecida Battochio	02/01/2015	31/01/2015
732	01/01/2014	31/12/2014	Elzira Costa	02/01/2015	31/01/2015
1059	01/01/2014	31/12/2014	Ema Cristina D Agostini	02/01/2015	31/01/2015
9874	01/01/2014	31/12/2014	Emanuelle Martins de Souza	02/01/2015	31/01/2015
13090	03/02/2014	02/02/2015	Enemir Corozzola	02/01/2015	31/01/2015
12926	03/02/2014	02/02/2015	Erica Brustolin	02/01/2015	31/01/2015
3389	01/01/2014	31/12/2014	Eronildes Olienick Pinto	02/01/2015	31/01/2015
13171	03/02/2014	02/02/2015	Eronildes Olienick Pinto	02/01/2015	31/01/2015
10531	01/02/2014	31/01/2015	Ester Wolff Ferreira	02/01/2015	31/01/2015
122	01/01/2014	31/12/2014	Eunice Aparecida Godoy	02/01/2015	31/01/2015
592	17/02/2013	16/02/2014	Eva Ida Lenz Balatka	02/01/2015	31/01/2015
13035	03/02/2014	02/02/2015	Eva Katlin Zarur	02/01/2015	31/01/2015
12895	03/02/2014	02/02/2015	Evelyn de Almeida Picoletto	02/01/2015	31/01/2015
4167	01/01/2012	31/05/2015	Fabiana Binotto	02/01/2015	31/01/2015
6951	01/01/2014	31/12/2014	Fabiane Constantini	02/01/2015	31/01/2015
1232	01/01/2014	31/12/2014	Fatima Aparecida de Castilho	02/01/2015	31/01/2015
2017	01/01/2014	31/12/2014	Fatima Hammes	02/01/2015	31/01/2015
3321	01/01/2014	31/12/2014	Fatima Hammes	02/01/2015	31/01/2015
2128	01/02/2012	31/01/2013	Felizarda Lemos Francio	02/01/2015	31/01/2015
12952	03/02/2014	02/02/2015	Fernanda Coelho de Souza	02/01/2015	31/01/2015
9147	01/01/2014	31/12/2014	Flavia Beims Mostiack	02/01/2015	31/01/2015
13359	15/04/2014	14/04/2015	Franciele Elisabete Cardozo Correa	02/01/2015	31/01/2015
4263	01/01/2014	31/12/2014	Francielle Marin Menzel	02/01/2015	31/01/2015
13497	05/08/2014	04/08/2015	Fransoize Freitas Pereira	02/01/2015	31/01/2015

527	01/01/2014	31/12/2014	Gelcy Ana Lava Stanieski	02/01/2015	31/01/2015
12950	03/02/2014	02/02/2015	Gerson Luiz Frigieri	02/01/2015	31/01/2015
12900	03/02/2014	02/02/2015	Gerusa Bassani	02/01/2015	31/01/2015
3969	01/01/2014	31/12/2014	Gilvana Rodrigues Ribeiro	02/01/2015	31/01/2015
13146	03/02/2014	02/02/2015	Giovana Figueroa	02/01/2015	31/01/2015
3308	01/01/2014	31/12/2014	Gircela Antunes	02/01/2015	31/01/2015
13162	03/02/2014	02/02/2015	Gisele Cristiane Galvão Pereira	02/01/2015	31/01/2015
13091	03/02/2014	02/02/2015	Gisele de Almeida	02/01/2015	31/01/2015
1088	01/01/2014	31/12/2014	Gisele Rossi Canalli Beher	02/01/2015	31/01/2015
10125	01/01/2014	31/12/2014	Giseli Aparecida Estanislawski	02/01/2015	31/01/2015
1800	01/01/2014	31/12/2014	Glaucir das Graças Fernandes	02/01/2015	31/01/2015
13040	03/02/2014	02/02/2015	Gleci Aparecida de Moura	02/01/2015	31/01/2015
13094	03/02/2014	02/02/2015	Graziele Cristine Drehmer de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
12971	03/02/2014	02/02/2015	Helber Pablo Baseggio	02/01/2015	31/01/2015
12904	03/02/2014	02/02/2015	Helio Pires	02/01/2015	31/01/2015
8952	01/01/2014	31/12/2014	Helton Calisto	02/01/2015	31/01/2015
3268	01/01/2012	31/12/2012	Hermes Olinto Agusti	02/01/2015	31/01/2015
217	01/01/2014	31/12/2014	Hilda Aparecida Preveda	02/01/2015	31/01/2015
404	01/01/2014	31/12/2014	Hilda Paravisi de Bortolo	02/01/2015	31/01/2015
2445	01/01/2014	31/12/2014	Hildegart Dal Pizzol	02/01/2015	31/01/2015
1801	01/01/2014	31/12/2014	Ieda Aparecida Bleichuvel Mosc	02/01/2015	31/01/2015
1202	01/01/2014	31/12/2014	Ieda Mara Fernandes	02/01/2015	31/01/2015
3378	01/01/2014	31/12/2014	Iliane Silvia Pagotto Santos	02/01/2015	31/01/2015
275	01/01/2014	31/12/2014	Ilza Aparecida Rossetto Ribas	02/01/2015	31/01/2015
1007	01/01/2014	31/12/2014	Ilza Witte Rossa	02/01/2015	31/01/2015
13095	03/02/2014	02/02/2015	Iodete Aparecida Antunes Nunes Querino	02/01/2015	31/01/2015
13096	03/02/2014	02/02/2015	Iolanda Aparecida de Moraes	02/01/2015	31/01/2015
9024	01/01/2014	31/12/2014	Ione Maria Chiarello	02/01/2015	31/01/2015
13026	03/02/2014	02/02/2015	Ione Maria Chiarello	02/01/2015	31/01/2015
216	01/01/2014	31/12/2014	Iraci dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
431	01/01/2014	31/12/2014	Iracy Aparecida Berti da Cruz	02/01/2015	31/01/2015
12922	03/02/2014	02/02/2015	Irene Meireles Prestes Pasa	02/01/2015	31/01/2015
147	01/01/2014	31/12/2014	Ires Teresinha da Silva	02/01/2015	31/01/2015
1840	01/01/2014	31/12/2014	Isabel Bueno de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
148	01/01/2013	31/12/2013	Itamara de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
13024	03/02/2014	02/02/2015	Ivania Aparecida Pereira	02/01/2015	31/01/2015
1190	01/01/2014	31/12/2014	Ivanir Aparecida Gonçalves	02/01/2015	31/01/2015
1210	01/01/2014	31/12/2014	Ivanir Baseggio	02/01/2015	31/01/2015
13098	03/02/2014	02/02/2015	Ivete Aparecida Galon	02/01/2015	31/01/2015
922	01/01/2014	31/12/2014	Ivo Antonio Costa Moreira	02/01/2015	31/01/2015
2008	01/01/2014	31/12/2014	Ivone Dellai	02/01/2015	31/01/2015
1314	01/01/2014	31/12/2014	Ivone Niewinski	02/01/2015	31/01/2015
1467	01/01/2014	31/12/2014	Ivone Pagotto	02/01/2015	31/01/2015
153	01/01/2014	31/12/2014	Ivonete Aparecida de Agostini	02/01/2015	31/01/2015
626	01/01/2014	31/12/2014	Ivonete Aparecida Torezan	02/01/2015	31/01/2015
871	01/01/2014	31/12/2014	Ivonete Fatima Arruda Pierdona	02/01/2015	31/01/2015
4276	02/02/2013	01/02/2014	Izabel Cristina Salamon	02/01/2015	31/01/2015
12905	03/02/2014	02/02/2015	Jailson de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
8949	01/01/2014	31/12/2014	Janaina Carneiro	02/01/2015	31/01/2015
6954	01/01/2014	31/12/2014	Janaina Demin	02/01/2015	31/01/2015
511	01/01/2014	31/12/2014	Jandir Bortotto	02/01/2015	31/01/2015
2006	01/01/2014	31/12/2014	Jane Fogaça Vieira	02/01/2015	31/01/2015
5687	01/01/2014	31/12/2014	Jane Fogaça Vieira	02/01/2015	31/01/2015

815	01/01/2014	31/12/2014	Jane Maristela dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
12930	03/02/2014	02/02/2015	Jane Paula Pelepe	02/01/2015	31/01/2015
10518	07/02/2014	06/02/2015	Jane Regina Dallagnol	02/01/2015	31/01/2015
1845	01/01/2014	31/12/2014	Janete Aparecida Tarniowicz	02/01/2015	31/01/2015
3394	01/01/2014	31/12/2014	Janete Morais Nhaia	02/01/2015	31/01/2015
180	01/01/2014	31/12/2014	Janete Terezinha Coldebella	02/01/2015	31/01/2015
1250	01/01/2014	31/12/2014	Janice Aparecida Perboni Schup	02/01/2015	31/01/2015
12935	03/02/2014	02/02/2015	Janice Magueroski Stefan	02/01/2015	31/01/2015
681	01/01/2014	31/12/2014	Janio de Azambuja Viana	02/01/2015	31/01/2015
12921	03/02/2014	02/02/2015	Jaqueline Dos Santos Gonçalves Soares	02/01/2015	31/01/2015
2408	01/01/2014	31/12/2014	Jaqueline Scapinelli de Campos	02/01/2015	31/01/2015
4270	02/02/2013	01/02/2014	Jaqueline Scapinelli de Campos	02/01/2015	31/01/2015
13456	01/07/2014	30/06/2015	Jeana Zago	02/01/2015	31/01/2015
829	01/01/2014	31/12/2014	Jeane Aparecida Coldebella	02/01/2015	31/01/2015
12941	03/02/2014	02/02/2015	Jessica Aline Gelisnki	02/01/2015	31/01/2015
13055	03/02/2014	02/02/2015	Jessica Fonseca da Silva	02/01/2015	31/01/2015
12910	03/02/2014	02/02/2015	Jessica Luana da Silva Lopes	02/01/2015	31/01/2015
1477	22/09/2012	21/09/2013	Jociane Regina Scapinelli Zardo	02/01/2015	31/01/2015
6966	01/01/2013	31/12/2013	Jociane Regina Scapinelli Zardo	02/01/2015	31/01/2015
12964	03/02/2014	02/02/2015	Joel Caetano	02/01/2015	31/01/2015
3306	01/01/2014	31/12/2014	Joelma Ana Antunes	02/01/2015	31/01/2015
3302	01/01/2014	31/12/2014	Joice Mara Sari	02/01/2015	31/01/2015
3400	01/12/2013	30/11/2014	José Aldevanes Cordeiro de Avila	02/01/2015	31/01/2015
13385	23/04/2014	22/04/2015	José Carlos Chaves	02/01/2015	31/01/2015
6968	01/01/2014	31/12/2014	Jose Dias Lima	02/01/2015	31/01/2015
12975	03/02/2014	02/02/2015	José Marcos Godoi	02/01/2015	31/01/2015
1302	21/11/2013	20/11/2014	José Osni Guaripuna	02/01/2015	31/01/2015
13154	03/02/2014	02/02/2015	Josely Terezinha dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
499	01/01/2014	31/12/2014	Josete Maria de Lemos Estrowispy	02/01/2015	31/01/2015
13382	22/04/2014	21/04/2015	Josiane Carneiro	02/01/2015	31/01/2015
4259	02/02/2013	01/02/2014	Jucelaine Terezinha Pereira	02/01/2015	31/01/2015
13102	03/02/2014	02/02/2015	Jucelaine Terezinha Pereira	02/01/2015	31/01/2015
10291	01/01/2014	31/12/2014	Jucelaine Tosatti	02/01/2015	31/01/2015
13174	03/02/2014	02/02/2015	Juciana Maria Gavazzo	02/01/2015	31/01/2015
8429	01/01/2014	31/12/2014	Juliana Cordeiro	02/01/2015	31/01/2015
13104	03/02/2014	02/02/2015	Juliana Gonçalves	02/01/2015	31/01/2015
2359	01/01/2014	31/12/2014	Juliana Padilha Mazzotti	02/01/2015	31/01/2015
4268	01/01/2014	31/12/2014	Juliana Velasques Ferreira	02/01/2015	31/01/2015
13105	03/02/2014	02/02/2015	Juliana Velasques Ferreira	02/01/2015	31/01/2015
13107	03/02/2014	02/02/2015	Juliana Vogues Ribeiro	02/01/2015	31/01/2015
1083	01/12/2010	30/11/2011	Julio Cesar Corrente	02/01/2015	31/01/2015
10835	01/03/2014	28/02/2015	Jussara Aparecida Jombra Durek	02/01/2015	31/01/2015
687	01/01/2014	31/12/2014	Jussara Fonseca	02/01/2015	31/01/2015
13119	03/02/2014	02/02/2015	Jussara Fonseca	02/01/2015	31/01/2015
13467	15/07/2014	14/07/2015	Jussara Fonseca	02/01/2015	31/01/2015
4262	01/01/2014	31/12/2014	Karina Alves do Nascimento	02/01/2015	31/01/2015
12302	13/02/2014	12/02/2015	Karina Gonçalves Berto	02/01/2015	31/01/2015
1977	01/01/2014	31/12/2014	Karine Lia Basso	02/01/2015	31/01/2015
10428	03/01/2014	02/01/2015	Karla Mary Beckert	02/01/2015	31/01/2015
9869	01/01/2014	31/12/2014	Karyana Alves dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
8431	01/01/2014	31/12/2014	Katia Judite Souza de Andrade	02/01/2015	31/01/2015
13108	03/02/2014	02/02/2015	Kautterine Broch	02/01/2015	31/01/2015
13109	03/02/2014	02/02/2015	Keila Aparecida Bronner	02/01/2015	31/01/2015

13126	03/02/2014	02/02/2015	Keila Verginia Maleske dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
13002	03/02/2014	02/02/2015	Keller Castilho Passos Angeli	02/01/2015	31/01/2015
10825	01/03/2014	28/02/2015	Kerolyn Cristina Coronado	02/01/2015	31/01/2015
161	01/01/2014	31/12/2014	Lair de Fatima Klabunde	02/01/2015	31/01/2015
10533	01/02/2014	31/01/2015	Laisa Tatiane Martins	02/01/2015	31/01/2015
10523	14/02/2014	13/02/2015	Layde Sebastiana de Souza	02/01/2015	31/01/2015
488	01/01/2014	31/12/2014	Leni da Silva Machado	02/01/2015	31/01/2015
432	01/01/2014	31/12/2014	Lenira de Cacia Carneiro Ruppel	02/01/2015	31/01/2015
8514	01/01/2014	31/12/2014	Leoni Correia de Lima da Silva	02/01/2015	31/01/2015
7778	01/01/2014	31/12/2014	Leonilda Pontes Fernandes	02/01/2015	31/01/2015
3294	01/01/2014	31/12/2014	Lilia Capelim	02/01/2015	31/01/2015
12923	03/02/2014	02/02/2015	Lindamir Teresinha Kuracz	02/01/2015	31/01/2015
12464	22/02/2014	21/02/2015	Lisete Granemann	02/01/2015	31/01/2015
1449	01/01/2014	31/12/2014	Lourdes de Fatima de Matos	02/01/2015	31/01/2015
13045	03/02/2014	02/02/2015	Lourdes de Matias Alves	02/01/2015	31/01/2015
10049	01/01/2014	31/12/2014	Lucelia Aparecida Carlim	02/01/2015	31/01/2015
13111	03/02/2014	02/02/2015	Lucelia Aparecida Carlim	02/01/2015	31/01/2015
13271	14/02/2014	13/02/2015	Lucelia Aparecida Cordeiro	02/01/2015	31/01/2015
1509	01/01/2014	31/12/2014	Lucelia Aparecida Gonçalves Cordeiro	02/01/2015	31/01/2015
10528	01/02/2014	31/01/2015	Lucelia Aparecida Gonçalves Cordeiro	02/01/2015	31/01/2015
12924	03/02/2014	02/02/2015	Luci Lucio	02/01/2015	31/01/2015
7771	01/01/2014	31/12/2014	Lucia de Fatima Padilha	02/01/2015	16/01/2015
707	01/01/2014	31/12/2014	Lucia Speggiorin	02/01/2015	31/01/2015
12970	03/02/2014	02/02/2015	Luciana Aparecida da Silva Baldicera	02/01/2015	31/01/2015
13052	03/02/2014	02/02/2015	Luciana Aparecida Weber	02/01/2015	31/01/2015
13114	03/02/2014	02/02/2015	Luciana Das Gracias Teles de Souza	02/01/2015	31/01/2015
6969	01/08/2013	31/07/2014	Luciana Granemann Souza Tramontina	02/01/2015	31/01/2015
10638	17/02/2014	16/02/2015	Luciana Maria da Costa	02/01/2015	31/01/2015
493	01/01/2014	31/12/2014	Luciane Aparecida da Silva dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
7775	01/01/2014	31/12/2014	Luciane Catarina Carneiro	02/01/2015	31/01/2015
9871	01/01/2014	31/12/2014	Luciane de Almeida	02/01/2015	31/01/2015
4599	01/01/2014	31/12/2014	Luciane do Carmo Padilha	02/01/2015	31/01/2015
13190	03/02/2014	02/02/2015	Luciane do Carmo Padilha	02/01/2015	31/01/2015
8948	01/01/2014	31/12/2014	Luciane Maria Fernandes Strauss	02/01/2015	31/01/2015
13118	03/02/2014	02/02/2015	Luciane Maria Fernandes Strauss	02/01/2015	31/01/2015
3303	01/01/2014	31/12/2014	Luciane Maria Vieira de Medeiros	02/01/2015	31/01/2015
10539	01/02/2014	31/01/2015	Lucimar Aparecida Appi	02/01/2015	31/01/2015
11751	02/04/2014	01/04/2015	Lucimara Ribeiro	02/01/2015	31/01/2015
776	01/01/2014	31/12/2014	Luiz Carlos Balatka	02/01/2015	31/01/2015
7684	01/03/2011	12/01/2014	Luiz Eduardo Ruppel	02/01/2015	31/01/2015
13121	03/02/2014	02/02/2015	Luiza Aparecida Zago Meira	02/01/2015	31/01/2015
1136	01/01/2014	31/12/2014	Luiza Samira Flores Alves	02/01/2015	31/01/2015
2631	01/01/2014	31/12/2014	Lurdes de Jesus Fernandes	02/01/2015	31/01/2015
920	01/01/2014	31/12/2014	Mara Terezinha Lipka	02/01/2015	31/01/2015
5059	01/11/2013	31/10/2014	Marcia Alves de Oliveira Hahn	02/01/2015	31/01/2015
3310	01/01/2014	31/12/2014	Marcia Alves Ribeiro	02/01/2015	31/01/2015
13501	14/08/2014	13/08/2015	Marcia Antonia Ricetti	02/01/2015	31/01/2015
843	01/01/2014	31/12/2014	Marcia Inez Gonçalves Cordeiro Mello	02/01/2015	31/01/2015
11912	01/06/2014	31/05/2015	Marcia Pires de Camargo	02/01/2015	31/01/2015
2443	01/01/2014	31/12/2014	Marcia Regina Caregnato Colpin	02/01/2015	31/01/2015
4282	01/01/2014	31/12/2014	Marcos Ronaldo Stein	02/01/2015	31/01/2015
3612	01/01/2014	31/12/2014	Mardiori Boscari	02/01/2015	31/01/2015
13123	03/02/2014	02/02/2015	Mardiori Boscari	02/01/2015	31/01/2015

12899	03/02/2014	02/02/2015	Margarete Oneda	02/01/2015	31/01/2015
2137	01/01/2014	31/12/2014	Maria Antonia Fabiani Padilha	02/01/2015	31/01/2015
5684	01/01/2014	31/12/2014	Maria Antonia Fabiani Padilha	02/01/2015	31/01/2015
13575	11/11/2014	10/11/2015	Maria Aparecida Saldanha Oliveira Portz	02/01/2015	31/01/2015
3615	01/01/2014	31/12/2014	Maria Aparecida Souza Borba	02/01/2015	31/01/2015
3295	01/01/2014	31/12/2014	Maria Beatriz Konflanz	02/01/2015	31/01/2015
10447	03/01/2014	02/01/2015	Maria Cecilia Berezanski	02/01/2015	31/01/2015
10527	01/02/2014	31/01/2015	Maria Celia Badlhuk	02/01/2015	31/01/2015
13182	03/02/2014	02/02/2015	Maria Celia Badlhuk	02/01/2015	31/01/2015
3299	01/01/2014	31/12/2014	Maria Clarice Sarturi	02/01/2015	31/01/2015
9209	01/01/2014	31/12/2014	Maria Clarice Sarturi	02/01/2015	31/01/2015
13046	03/02/2014	02/02/2015	Maria Cristina Maffessoni	02/01/2015	31/01/2015
3311	15/01/2014	14/01/2015	Maria de Fatima Jatoba Crestani	02/01/2015	31/01/2015
1725	01/01/2013	31/12/2013	Maria de Jesus Souza	02/01/2015	31/01/2015
3317	01/01/2014	31/12/2014	Maria de Lurdes Sicka Fernandes	02/01/2015	31/01/2015
10185	01/01/2014	31/12/2014	Maria Elena Pereira Alves	02/01/2015	31/01/2015
13022	03/02/2014	02/02/2015	Maria Eliane Gomes Farias	02/01/2015	31/01/2015
1275	01/01/2014	31/12/2014	Maria Fatima Ruppel	02/01/2015	31/01/2015
1318	01/01/2014	31/12/2014	Maria Geni Huculak	02/01/2015	31/01/2015
4800	04/06/2013	03/06/2014	Maria Izolina da Silva	02/01/2015	31/01/2015
1252	01/01/2013	31/12/2013	Maria Julieta dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
4672	01/01/2014	31/12/2014	Maria Lucia Rocha Santos	02/01/2015	31/01/2015
8308	01/01/2013	31/12/2013	Maria Luciana Moraes dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
2608	01/01/2014	31/12/2014	Maria Madalena Palmeira	02/01/2015	31/01/2015
8430	01/01/2014	31/12/2014	Maria Nedi Frederick	02/01/2015	31/01/2015
4283	02/02/2013	01/02/2014	Maria Selo Salomoni Gazzi	02/01/2015	31/01/2015
12916	03/02/2014	02/02/2015	Maria Teresinha Milan da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13124	03/02/2014	02/02/2015	Mariana Ribeiro da Cruz Branco	02/01/2015	31/01/2015
13048	03/02/2014	02/02/2015	Mariana Susin Frigotto	02/01/2015	31/01/2015
583	01/01/2014	31/12/2014	Marici Menegat Franco	02/01/2015	31/01/2015
13163	03/02/2014	02/02/2015	Marici Menegat Franco	02/01/2015	31/01/2015
9868	01/01/2013	05/08/2015	Marilda Aparecida de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
6957	01/01/2014	31/12/2014	Marilde Aparecida Scapin	02/01/2015	31/01/2015
1471	01/01/2014	31/12/2014	Marilene Coelho Gonçalves	02/01/2015	31/01/2015
13173	03/02/2014	02/02/2015	Marilene Coradin Roso	02/01/2015	31/01/2015
326	01/01/2014	31/12/2014	Marilene Girardi Escher	02/01/2015	31/01/2015
6967	01/01/2014	31/12/2014	Marilene Padilha Meireles	02/01/2015	31/01/2015
596	01/01/2014	31/12/2014	Marilene Salete Setti	02/01/2015	31/01/2015
10517	14/02/2014	13/02/2015	Marilia Neis Godinho	02/01/2015	31/01/2015
13184	03/02/2014	02/02/2015	Marilia Neis Godinho	02/01/2015	31/01/2015
10824	01/03/2014	28/02/2015	Mariluci Ferreira Alves de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
676	02/07/2013	01/07/2014	Mariluci Lopes Stanke	02/01/2015	31/01/2015
1042	01/01/2014	31/12/2014	Marineis Ana Dambros Castelani	02/01/2015	31/01/2015
8554	01/01/2012	31/12/2012	Marines Aparecida Favarin Manenti	02/01/2015	31/01/2015
3611	01/01/2014	31/12/2014	Marines de Almeida Musskopf	02/01/2015	31/01/2015
13127	03/02/2014	02/02/2015	Marinez do Amaral	02/01/2015	31/01/2015
13128	03/02/2014	02/02/2015	Marinez Ozorio	07/01/2015	05/02/2015
2014	01/01/2014	31/12/2014	Marinez Pereira	02/01/2015	31/01/2015
9877	01/01/2014	31/12/2014	Marinez Pereira	02/01/2015	31/01/2015
2577	01/01/2014	31/12/2014	Marinez Stefan de Mello	02/01/2015	31/01/2015
12944	03/02/2014	02/02/2015	Mario Luiz Cachinski Junior	02/01/2015	31/01/2015
6963	01/01/2014	31/12/2014	Marisa Lapolli	02/01/2015	31/01/2015
13103	03/02/2014	02/02/2015	Marisa Martins	02/01/2015	31/01/2015

12912	03/02/2014	02/02/2015	Marisa Salete Ribeiro Borges Zotto	02/01/2015	31/01/2015
10522	01/02/2014	31/01/2015	Maristela Cordeiro da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13181	03/02/2014	02/02/2015	Maristela Cordeiro da Silva	02/01/2015	31/01/2015
8310	01/01/2014	31/12/2014	Marizete Theves	02/01/2015	31/01/2015
13130	03/02/2014	02/02/2015	Marlei Tomasi	02/01/2015	31/01/2015
824	01/01/2014	31/12/2014	Marlene Baziuk	02/01/2015	31/01/2015
833	01/01/2014	31/12/2014	Marli Terezinha Bortoli Wojeic	02/01/2015	31/01/2015
1668	01/01/2014	31/12/2014	Marta Helena Inez Becker	02/01/2015	31/01/2015
187	01/01/2014	31/12/2014	Marta Maboni Zanotti	02/01/2015	31/01/2015
250	01/01/2014	31/12/2014	Mauro Rogerio dos Reis	02/01/2015	31/01/2015
819	01/01/2014	31/12/2014	Meriluci Trento	02/01/2015	31/01/2015
5700	01/01/2014	31/12/2014	Meriluci Trento	02/01/2015	31/01/2015
522	01/01/2014	31/12/2014	Michelle de Souza Santos	02/01/2015	31/01/2015
12928	03/02/2014	02/02/2015	Michellen Azeredo de Moraes	02/01/2015	31/01/2015
4588	01/01/2014	31/12/2014	Miguel Gustavo Reibnitz	02/01/2015	31/01/2015
12954	03/02/2014	02/02/2015	Mineli Frigotto Scolaro	02/01/2015	31/01/2015
9873	01/01/2014	31/12/2014	Miriane Sinara Pries	02/01/2015	31/01/2015
11913	01/06/2014	31/05/2015	Monalize Seidel	02/01/2015	31/01/2015
13100	03/02/2014	02/02/2015	Nalgis de Fatima Wagner	02/01/2015	31/01/2015
12987	03/02/2014	02/02/2015	Narciso Luiz Andrade	02/01/2015	31/01/2015
2179	01/01/2014	31/12/2014	Natalia Mussak	02/01/2015	31/01/2015
2084	01/01/2014	31/12/2014	Neide Fatima da Silva	02/01/2015	31/01/2015
194	01/01/2014	31/12/2014	Neide Teresinha Paachen da Ros	02/01/2015	31/01/2015
8512	01/01/2014	31/12/2014	Neiva Teresinha Boscari Maffessoni	02/01/2015	31/01/2015
10828	14/03/2014	13/03/2015	Neivair Xavier de Oliveira Teles de Lima	02/01/2015	31/01/2015
13106	03/02/2014	02/02/2015	Nelci Clarice Seidel Paulino	02/01/2015	31/01/2015
10446	07/01/2014	06/01/2015	Nelci de Jesus Oliveira Balduiro	02/01/2015	31/01/2015
9870	01/01/2014	31/12/2014	Nelci Monteiro da Silva Franca	02/01/2015	31/01/2015
6532	01/01/2014	31/12/2014	Nelci Terezinha Noll	02/01/2015	31/01/2015
93	01/01/2014	31/12/2014	Nelson Molinski Moreira Santos	02/01/2015	31/01/2015
12947	03/02/2014	02/02/2015	Neoli Aparecida Ribeiro de Andrade	02/01/2015	31/01/2015
943	01/01/2014	31/12/2014	Neusa Ferreira	02/01/2015	31/01/2015
682	03/09/2013	26/01/2015	Neusa Teresinha Pelegrini	02/01/2015	31/01/2015
1516	01/01/2014	31/12/2014	Neuza Carro Cordeiro	02/01/2015	31/01/2015
1447	01/01/2014	31/12/2014	Neuza Castilho Leal	02/01/2015	31/01/2015
1165	01/01/2014	31/12/2014	Nilce Baseggio Frizon	02/01/2015	31/01/2015
1495	01/01/2014	31/12/2014	Nilce Fata Fornari	02/01/2015	31/01/2015
8555	01/01/2014	31/12/2014	Nilda Cordeiro Padilha	02/01/2015	31/01/2015
13120	03/02/2014	02/02/2015	Nilse Pontes Fernandes	02/01/2015	31/01/2015
13093	03/02/2014	02/02/2015	Nilson Adelino Zart Junior	02/01/2015	31/01/2015
526	01/01/2014	31/12/2014	Nilva Cendron Czerniak	02/01/2015	31/01/2015
3357	01/01/2014	31/12/2014	Nilza de Souza Carvalho	02/01/2015	31/01/2015
13276	12/02/2014	11/02/2015	Nivea Aparecida da Rosa	02/01/2015	31/01/2015
9872	01/01/2014	31/12/2014	Noeli Cavalheiro Werner	02/01/2015	31/01/2015
1129	01/01/2013	25/02/2015	Noeli Sandra Dallacosta	02/01/2015	31/01/2015
3381	01/01/2014	31/12/2014	Odair Rebelo do Nascimento	02/01/2015	31/01/2015
325	01/01/2014	31/12/2014	Odila Raiser dos Santos Maffes	02/01/2015	31/01/2015
2410	01/01/2014	31/12/2014	Olinda Suzin Parizotto	02/01/2015	31/01/2015
10524	14/02/2014	13/02/2015	Olivia Santos Moreira	02/01/2015	31/01/2015
569	25/04/2014	24/04/2015	Oracides Pires de Camargo	02/01/2015	31/01/2015
4613	08/03/2013	07/03/2014	Oristalina Ferreira dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
724	01/01/2014	31/12/2014	Orli Ribeiro Tibes	02/01/2015	31/01/2015
1993	01/12/2013	30/11/2014	Parcival Antonio Pinzigher	02/01/2015	31/01/2015

12937	03/02/2014	02/02/2015	Patricia Caroline Duarte	02/01/2015	31/01/2015
12310	13/02/2014	12/02/2015	Patricia Cristina Lemos	02/01/2015	31/01/2015
10433	03/01/2014	02/01/2015	Paula Cristina Santore	02/01/2015	31/01/2015
10543	08/02/2014	07/02/2015	Ramires Mair Lopes Ramos	02/01/2015	31/01/2015
424	01/01/2014	31/12/2014	Raquel Terezinha Morona	02/01/2015	31/01/2015
13135	03/02/2014	02/02/2015	Regeane Aparecida Machado do Prado	02/01/2015	31/01/2015
13037	03/02/2014	02/02/2015	Regiane Meira	02/01/2015	31/01/2015
10462	17/01/2014	16/01/2015	Regina Villwock	02/01/2015	31/01/2015
3293	01/01/2014	31/12/2014	Rejane Terezinha Faedo	02/01/2015	31/01/2015
13281	10/02/2014	09/02/2015	Rejany Carolina Lopes	02/01/2015	31/01/2015
12977	03/02/2014	02/02/2015	Reni de Jesus da Cruz Ribas	02/01/2015	31/01/2015
4279	02/02/2013	01/02/2014	Revanir Anciutti	02/01/2015	31/01/2015
457	01/01/2014	31/12/2014	Ricardo Azambuja	02/01/2015	31/01/2015
12956	03/02/2014	02/02/2015	Ricardo Kinal	02/01/2015	31/01/2015
951	01/01/2014	31/12/2014	Rita Beatriz Favero	02/01/2015	31/01/2015
13156	03/02/2014	02/02/2015	Rita de Cassia Grobe	02/01/2015	31/01/2015
13134	03/02/2014	02/02/2015	Rita Salete Daneluz	02/01/2015	31/01/2015
1112	04/11/2011	03/11/2012	Rita Schumann	02/01/2015	31/01/2015
10434	03/01/2014	02/01/2015	Rita Terezinha Galvan Morgenstern	02/01/2015	31/01/2015
13268	01/03/2014	28/02/2015	Rodineia Clara Carlim Prigol	02/01/2015	31/01/2015
13553	20/10/2014	19/10/2015	Rodrigo Costa	02/01/2015	31/01/2015
13043	03/02/2014	02/02/2015	Roger Willian da Silva	02/01/2015	31/01/2015
1071	01/01/2014	31/12/2014	Romney Riedi	02/01/2015	31/01/2015
13136	03/02/2014	02/02/2015	Romy Cristine Schneider Franceschetto	02/01/2015	31/01/2015
13334	10/04/2014	09/04/2015	Rosa Maria Bitencourt	02/01/2015	31/01/2015
10161	01/01/2014	31/12/2014	Rosali Aparecida Cordeiro Dias	02/01/2015	31/01/2015
3307	01/01/2014	31/12/2014	Rosana Aparecida Macedo Barzot	02/01/2015	31/01/2015
244	18/12/2013	17/12/2014	Rosane Bortolini Stein	02/01/2015	31/01/2015
558	01/07/2014	30/06/2015	Rosane Fonseca	02/01/2015	31/01/2015
186	01/01/2014	31/12/2014	Rosangela Aparecida Balchak	02/01/2015	31/01/2015
2580	01/01/2014	31/12/2014	Rosangela Aparecida Ribas de Mello	02/01/2015	31/01/2015
13343	26/03/2014	25/03/2015	Rosangela Aparecida Ribas de Mello	02/01/2015	31/01/2015
13044	03/02/2014	02/02/2015	Rosangela da Cunha	02/01/2015	31/01/2015
10521	01/02/2014	31/01/2015	Rosangela Riedi	02/01/2015	31/01/2015
13169	03/02/2014	02/02/2015	Rosangela Riedi	02/01/2015	31/01/2015
12896	06/02/2014	05/02/2015	Rose Mari Lemos	02/01/2015	31/01/2015
13157	03/02/2014	02/02/2015	Rosecleia Spader	02/01/2015	31/01/2015
8428	01/01/2014	31/12/2014	Roseli Bora	02/01/2015	31/01/2015
12936	03/02/2014	02/02/2015	Roseli Kinak Golin	02/01/2015	31/01/2015
1001	01/01/2014	31/12/2014	Roseli Salete Ferenc	02/01/2015	31/01/2015
13167	03/02/2014	02/02/2015	Roseli Salete Ferenc	02/01/2015	31/01/2015
3379	01/01/2014	18/06/2015	Rosemari Dias Antunes	02/01/2015	31/01/2015
601	03/09/2013	02/09/2014	Rosemari Menegat de Paula	02/01/2015	31/01/2015
601	03/09/2013	02/09/2014	Rosemari Menegat de Paula	02/01/2015	31/01/2015
5022	01/09/2013	31/08/2014	Rosi Maria Fonseca	02/01/2015	31/01/2015
13139	03/02/2014	02/02/2015	Rosicleia Alves	02/01/2015	31/01/2015
2945	01/01/2014	31/12/2014	Rosilene Zardo	02/01/2015	31/01/2015
3318	01/01/2013	31/12/2013	Rosimar Borges	02/01/2015	31/01/2015
13113	03/02/2014	02/02/2015	Rosmari Aparecida Becker	02/01/2015	31/01/2015
8637	01/01/2014	31/12/2014	Rovena Szymks Ramos	02/01/2015	31/01/2015
427	01/01/2014	31/12/2014	Rozangela De Bastiani	02/01/2015	31/01/2015
4589	01/01/2014	31/12/2014	Rozangela Preto Vivan	02/01/2015	31/01/2015
701	01/01/2014	31/12/2014	Rute Alves Proença	02/01/2015	31/01/2015

1514	01/01/2013	31/12/2013	Ruth Macedo Maciel	02/01/2015	31/01/2015
13039	03/02/2014	02/02/2015	Salete de Mattos Pereira	02/01/2015	31/01/2015
13576	19/11/2014	18/11/2015	Samantha Patrini Susin	02/01/2015	31/01/2015
13141	03/02/2014	02/02/2015	Sandra Aparecida Peretti	02/01/2015	31/01/2015
5699	01/01/2014	31/12/2014	Sandra Elisa Muncinelli	02/01/2015	31/01/2015
13142	03/02/2014	02/02/2015	Sandra Mara Maceno	02/01/2015	31/01/2015
6961	01/01/2014	31/12/2014	Sandra Mara Moscheta da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13143	03/02/2014	02/02/2015	Sandra Mara Moscheta da Silva	02/01/2015	31/01/2015
774	04/08/2013	03/08/2014	Sandra Maria Ferreira	02/01/2015	31/01/2015
989	01/01/2014	31/12/2014	Sandra Matoso Fonseca	02/01/2015	31/01/2015
8638	01/01/2014	31/12/2014	Sandra Regina dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
11686	16/03/2014	15/03/2015	Sandra Tomazini Scolaro Moraes	02/01/2015	31/01/2015
13066	03/02/2014	02/02/2015	Sandy Oliveira de Corduva	02/01/2015	31/01/2015
6955	15/12/2013	14/12/2014	Scheila Balbinotto Anciutti	02/01/2015	31/01/2015
13144	03/02/2014	02/02/2015	Shirley Aparecida Wurges Massarolli	02/01/2015	31/01/2015
3557	01/01/2013	31/12/2013	Sidnea Dominiak	02/01/2015	31/01/2015
12965	03/02/2014	02/02/2015	Sidnei Alves Pereira	02/01/2015	31/01/2015
595	21/01/2014	20/01/2015	Silesia de Menezes Veiga	02/01/2015	31/01/2015
6946	01/01/2014	31/12/2014	Silmara Adamczski	02/01/2015	31/01/2015
13077	03/02/2014	02/02/2015	Silmara Zotto	02/01/2015	31/01/2015
3304	01/01/2014	31/12/2014	Silvana Alves Ribeiro Bardella	02/01/2015	31/01/2015
10431	03/01/2014	02/01/2015	Silvana Dalla Vecchia	02/01/2015	31/01/2015
13147	03/02/2014	02/02/2015	Silvana Emidio	02/01/2015	31/01/2015
13437	05/06/2014	04/06/2015	Silvana Granemann	02/01/2015	31/01/2015
12906	03/02/2014	02/02/2015	Silvana Mittanck Lopes de Souza	02/01/2015	31/01/2015
3784	01/01/2013	11/01/2015	Simone Alves Bonetti	02/01/2015	31/01/2015
917	01/01/2014	31/12/2014	Simone Figueiredo dos Reis	02/01/2015	31/01/2015
13266	11/02/2014	10/02/2015	Simone Fogaça Vieira Balzan	02/01/2015	31/01/2015
542	01/01/2014	31/12/2014	Simone Stela Cachoeira	02/01/2015	31/01/2015
1019	01/01/2014	31/12/2014	Sirlei Carlin da Silva	02/01/2015	31/01/2015
12927	03/02/2014	02/02/2015	Sirlei Terezinha Tofolli	02/01/2015	31/01/2015
1126	01/01/2014	31/12/2014	Soeli Aparecida da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13177	03/02/2014	02/02/2015	Solange Aparecida Pivotto	02/01/2015	31/01/2015
13149	03/02/2014	02/02/2015	Solange Cristina Godoy Pontes	02/01/2015	31/01/2015
4590	02/02/2013	01/02/2014	Solange Margareth Campos	02/01/2015	31/01/2015
13097	03/02/2014	02/02/2015	Sonia Mara Veber	02/01/2015	31/01/2015
8513	01/01/2014	31/12/2014	Sueli Aparecida de Souza Lima	02/01/2015	31/01/2015
672	20/12/2013	19/12/2014	Sueli Terezinha de Souza Prestes	02/01/2015	31/01/2015
13265	11/02/2014	10/02/2015	Sulamita Reis dos Santos	02/01/2015	31/01/2015
13264	12/02/2014	11/02/2015	Suzamara Maria Stachelski	02/01/2015	31/01/2015
3125	01/01/2014	31/12/2014	Suzana Beatriz Sari dos Reis	02/01/2015	31/01/2015
12948	03/02/2014	02/02/2015	Suzana Cristina Voltolini	02/01/2015	31/01/2015
6734	01/01/2014	31/12/2014	Taisa Beatriz Basso	02/01/2015	31/01/2015
11915	01/06/2014	31/05/2015	Tania Elize Klabunde	02/01/2015	31/01/2015
4267	02/02/2013	01/02/2014	Tania Gomes de Almeida Cracco	02/01/2015	31/01/2015
622	01/01/2014	31/12/2014	Tania Petrykowski Martins	02/01/2015	31/01/2015
12997	03/02/2014	02/02/2015	Tathiana dos Santos	26/01/2015	24/02/2015
10027	01/01/2014	31/12/2014	Tatiane Aparecida Polo	02/01/2015	31/01/2015
12951	03/02/2014	02/02/2015	Tayana Dallagnol de Souza	02/01/2015	31/01/2015
719	01/01/2014	31/12/2014	Teresinha Auerbach	02/01/2015	31/01/2015
9875	01/01/2014	31/12/2014	Terezinha Andrighetti Nava	02/01/2015	31/01/2015
204	01/01/2014	31/12/2014	Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera	02/01/2015	31/01/2015
655	01/01/2014	31/12/2014	Terezinha Castanheira Anciutti	02/01/2015	31/01/2015

6950	01/01/2014	31/12/2014	Terezinha Castanheira Anciutti	02/01/2015	31/01/2015
2356	01/01/2014	31/12/2014	Terezinha Rosicleia Kamienski	02/01/2015	31/01/2015
13262	05/03/2014	04/03/2015	Tiago Bressan Costa	02/01/2015	31/01/2015
3430	01/01/2014	31/12/2014	Trindade Lemes	02/01/2015	31/01/2015
12938	03/02/2014	02/02/2015	Uliana Ilona Liszkievich	02/01/2015	31/01/2015
1265	01/01/2014	31/12/2014	Vanderleia Aparecida Birnfeld	02/01/2015	31/01/2015
3319	01/01/2014	31/12/2014	Vanderleia Aparecida Birnfeld	02/01/2015	31/01/2015
923	01/01/2014	31/12/2014	Vanessa Coelho de Souza Maffessoni	02/01/2015	31/01/2015
13158	03/02/2014	02/02/2015	Vanessa Zotto Costa	02/01/2015	31/01/2015
656	01/01/2014	31/12/2014	Vanusa Zart	02/01/2015	31/01/2015
115	01/01/2014	31/12/2014	Varderlei Furlan	02/01/2015	31/01/2015
6947	01/01/2014	31/12/2014	Veni Aparecida de Moura	02/01/2015	31/01/2015
363	01/01/2014	31/12/2014	Venice de Carli Tosatti	02/01/2015	31/01/2015
13009	03/02/2014	02/02/2015	Vera Aparecida de Biasi Lenhani	02/01/2015	31/01/2015
654	01/01/2014	31/12/2014	Vera Lucia Braun Berardi	02/01/2015	31/01/2015
4271	01/01/2014	31/12/2014	Vera Lucia Casara Cella	02/01/2015	31/01/2015
4264	02/02/2013	01/02/2014	Vera Lucia de Moura	02/01/2015	31/01/2015
316	01/01/2014	31/12/2014	Vera Lucia Lipka Neves	02/01/2015	31/01/2015
6960	01/01/2014	31/12/2014	Vera Lucia Muchinski	02/01/2015	31/01/2015
942	01/01/2014	31/12/2014	Vera Lucia Tibes	02/01/2015	31/01/2015
5912	01/01/2014	31/12/2014	Vera Luzia Thomazzi	02/01/2015	31/01/2015
864	01/01/2014	31/12/2014	Vera Marcia Westerlon de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
13161	03/02/2014	02/02/2015	Vera Marcia Westerlon de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
13566	09/10/2014	08/10/2015	Vera Regina Kreling	02/01/2015	31/01/2015
3631	01/01/2014	31/12/2014	Vilma de Oliveira	02/01/2015	31/01/2015
283	01/01/2014	31/12/2014	Vilson Meireles da Silva	02/01/2015	31/01/2015
13152	03/02/2014	02/02/2015	Viviane Gattermann Flores Novaski	02/01/2015	31/01/2015
1036	01/01/2012	31/12/2012	Viviane Maira Pereira	02/01/2015	31/01/2015
12973	03/02/2014	02/02/2015	Wagner Severgnini	02/01/2015	31/01/2015
10525	01/02/2014	31/01/2015	Waldir Schuppel	02/01/2015	31/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.077

PORTARIA nº 25.077, de 30 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
9384	Dinamar Aparecida Gomes	Enfermeiro	006	01/07/2011 a 30/06/2012
10639	Eliane Fatima Stanislawski	Auxiliar Administrativo	002	17/02/2012 a 16/02/2013
10779	Evandro Carlos Fritsch	Procurador Municipal	012	02/03/2013 a 01/03/2014
10942	Josiane Burger da Silva Criminácio	Assistente Administrativo	002	02/05/2012 a 01/05/2013
12133	Mario Luiz Cachinski	Secretário Municipal	001	01/01/2014 a 31/12/2014
10895	Sandra Mara Amadori Nunes	Assistente Administrativo	002	13/04/2013 a 12/04/2014
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	006	01/11/2012 a 31/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Janeiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

João Paulo Debarba
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 25.078

PORTARIA nº 25.078, de 30 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER conversão em dinheiro, que corresponde a 30 (trinta) dias de férias aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisitivo
12188	Adelmo Carlin de Freitas	Secretário Executivo do Prefeito	001	01/01/2014 a 31/12/2014
12141	Ocimar Calisto de Oliveira	Assessor de Secretário	002	01/01/2014 a 31/12/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Janeiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.094

PORTARIA nº 25.094, 03 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar dano causado a um veículo de propriedade de Veroni Salette Dallaqua, que teria ocorrido na data de 28/03/2014, quando detentos foram realizar o corte da grama na Casa Lar São José, e acabaram quebrando o vidro do veículo Gol, cor vermelha, placa MIY 9885, que estava estacionado no local. Os detentos estariam prestando serviço comunitário, comandados pelo Sr. Cláudio Rottava, Diretor de Habitação junto ao Município de Caçador, ligado à Secretaria de Assistência Social. A Comissão deverá apurar amplamente toda e qualquer irregularidade que eventualmente possa ter ocorrido, e se há envolvimento de servidores e/ou funcionários públicos municipais, tudo conforme consta na denúncia e demais documentos que acompanham (Protocolo nº. 7887/2014).

Parágrafo Único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do procedimento, e deverá, se possível, apontar as irregularidades, os envolvidos bem como suas responsabilidades, e apontar a quem cabe a responsabilidade pelo ressarcimento do dano causado a terceiro, em conformidade com o art. 192 e seguintes da Lei Complementar nº. 56/2004.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, lotada junto à Secretaria de Educação, atuando junto à Comissão de Sindicâncias; CARLA CAVALHEIRO DALLAZZEN, ocupante do cargo de Secretária Escolar, lotada junto a Secretaria de Educação e ALDONIR ANCIUTI, concursado no cargo de Professor, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, para, na condição de membros, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa nº.01/2015. A Comissão contará com o auxílio da estagiária de Direito Jéssica Menel, que secretariará os trabalhos, prestando o compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo no processo.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30(trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias

para a completa apuração dos fatos, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Sindicante, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º - Deverá ser concedida gratificação mensal aos membros integrantes da presente sindicância administrativa, pela execução/colaboração em trabalhos fora das atribuições de seus cargos de concurso, sendo R\$ 400,00 à Presidente, responsável pelo andamento do processo, e R\$ 150,00 aos dois outros membros, pela colaboração nos trabalhos, pelo período que durar o processo.

§ Parágrafo único. Os trabalhos da Comissão se iniciaram em 02/02/2015, sendo devida a gratificação a partir dessa data.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de fevereiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.096

PORTARIA Nº 25.096, de 03 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionados, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, especificando: código, nome dos servidores, cargo e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	A contar:
10521	Rosangela Riedi	Professora	02/02/2015
8637	Rovena Szymks Ramos	Professora Educação Infantil	02/02/2015
10027	Tatiane Aparecida Polo	Professora	02/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.097

PORTARIA Nº 25.097, de 03 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 122, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER RETORNO da Licença Sem Vencimentos, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: código, nome dos servidores, cargo e data de retorno da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	A contar de:
9876	Ana Rita Correa Malmann	Servente	02/02/2015
7779	Atilio da Silveira de Oliveira	Professor	02/02/2015
2573	Elis Melani Hildegart de Almeida	Servente	02/02/2015
3364	Jeferson Witte	Professor	02/02/2015
256	Renato Vogel	Professor	02/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.138

PORTARIA Nº 25.138, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e Lei Complementar nº 217, de 10/06/11, que dá nova redação ao art. 29 e acrescenta os arts. 29-A e 29-B, à Lei Complementar nº 093, que altera o Regime Próprio de Previdência Social do Município - RPPS,

Resolve:

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI, para responder interinamente pelo Cargo de Confiança de Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais - IPASC, + até 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos básicos, limitado o valor total de sua remuneração, incluídas as vantagens pessoais, ao subsídio do Secretário Municipal, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, a contar de 06 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

IPASC**AVISO DE DISPENSA Nº 01/2015**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

O IPASC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.272.905/0001-71, torna pública a Dispensa de Licitação nº 01/2015 para contratação de empresa para execução do cálculo atuarial 2015, ano base 31.12.2014 com emissão de Nota Técnica Atuarial e Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial, apresentação dos dados "in loco" e demais exigências da legislação vigente. Contratada: Daata Consultoria S/C Ltda /CNPJ nº 02.833.592/0001-58 com sede na cidade de Florianópolis/SC, pelo valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais), pelo prazo de (90) noventa dias, de conformidade com o disposto no art.24, II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 10/02/2015.

ALCEDIR FERLIN

Diretor Presidente

PORTARIA 791 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA n.º 791, de 06 de fevereiro de 2015.

Disciplina o cadastramento obrigatório dos Servidores Inativos e Pensionistas vinculados ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no ano de 2015.

O DIRETOR PRESIDENTE E A DIRETORA ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso XIII do art. 31 da Lei Complementar nº 93 de 29 de dezembro de 2006;

Considerando o contido no inciso II do art. 9º da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;

Considerando a necessidade de atualização da base de dados cadastrais dos Servidores Inativos e Pensionistas do IPASC;

Considerando a necessidade de monitoramento constante de benefícios previdenciários no âmbito do IPASC;

RESOLVEM:

Art. 1º - Realizar o cadastramento obrigatório do ano de 2015, dos Servidores Inativos e Pensionistas vinculados ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, entre os dias 02 de março a 30 de abril do ano em curso.

Parágrafo único - O cadastramento deverá ser efetuado pelo próprio servidor Inativo ou Pensionista, diretamente na sede do IPASC, localizada na Rua General Osório, nº 52, Centro, Caçador/SC, no horário de atendimento das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º - O cadastramento obrigatório será efetuado mediante preenchimento de formulário próprio fornecido pelo IPASC, sem emendas ou rasuras e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Inativos: formulário devidamente preenchido, acompanhado dos documentos pessoais originais e dos documentos que comprovem qualquer alteração das informações constantes de seu cadastro.

II - Pensionistas: formulário devidamente preenchido, acompanhado dos documentos pessoais originais e dos documentos que

comprovem qualquer alteração das informações constantes de seu cadastro inicial, além da apresentação obrigatória de:

a) no caso de pensionistas menores de 18 (dezoito) anos idade e maiores de dezesseis anos de idade, declaração de não emancipação.

b) os pensionistas inválidos deverão submeter-se a avaliação médica pericial a cargo do IPASC, para verificação da manutenção da invalidez.

Art. 3º - Todos os campos do formulário de cadastramento são de preenchimento obrigatório.

Art. 4º - Todas as despesas e taxas decorrentes de cartórios e correios serão suportadas exclusivamente pelo Servidor Inativo ou Pensionista.

Parágrafo único - Os formulários com preenchimento incompleto ou que não estejam instruídos com os documentos exigidos pela presente Portaria, serão desconsiderados para efeito de cadastramento.

Art. 5º - O cadastramento não poderá ser realizado mediante procuração outorgada pelo Servidor Inativo ou Pensionista.

Art. 6º - O cadastramento dos Servidores Inativos e Pensionistas residentes em outras comarcas, será realizado, em caráter excepcional, mediante o encaminhamento ao IPASC, por via postal, até o dia 30 de abril de 2015, de formulário de cadastramento, devidamente preenchido e assinado, com firma reconhecida, acompanhado de escritura pública de declaração de vida, estado civil e endereço, a ser lavrada por tabelião de notas e datada com no máximo 10 (dez) dias de antecedência à entrega junto ao IPASC.

Art. 7º - Todos os pensionistas maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, além dos documentos previstos nesta portaria, deverão entregar, no ato do cadastramento, declaração de estado civil.

Art. 8º - Os inativos e pensionistas inválidos impossibilitados de comparecimento por motivo de:

I - moléstia grave ou impossibilidade de locomoção, a restrição deverá ser atestada por médico e encaminhada ao IPASC por representante, hipótese em que será realizada visita domiciliar previamente agendada para a confirmação dos dados cadastrais.

II - internamento hospitalar, a restrição deverá ser atestada por médico e encaminhada ao IPASC por representante, hipótese em que será realizada visita hospitalar previamente agendada para a confirmação dos dados cadastrais ou reagendamento dentro do cronograma previsto nesta portaria.

Parágrafo único - O pedido deverá ser formulado, preferencialmente, através do telefone (49) 3563-0216, a partir da data da publicação desta Portaria, para que seja agendada a visita.

Art. 9º - A falta de cadastramento dentro do prazo estipulado, e a inobservância das normas estabelecidas nesta Portaria bem como o não cumprimento das demais disposições legais vigentes, implicará na interrupção do pagamento do benefício.

Parágrafo único - A reativação do benefício suspenso será realizada somente após o cadastramento dos aposentados e pensionistas, com o pagamento retroativo dos valores retidos na primeira data posterior do cronograma regular de folha de pagamento do conjunto dos segurados.

Art. 10 - A confirmação ou retificação dos dados cadastrais será disponibilizada em sistema compartilhado com o Ministério da Previdência Social para a instalação do Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS, SIPREV/Gestão de RPPS.

Art. 11 - As dúvidas oriundas do presente cadastramento e os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art.12 - A equipe técnica responsável pelo cadastramento poderá requisitar informações, solicitar documentos e realizar diligências necessárias para a validação do mesmo.

Art.

13 - É parte integrante desta Portaria, o formulário de Recadastramento Manual, Declaração de Estado Civil e União Estável e Modelo de Declaração de Vida e Estado Civil.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 06 de fevereiro de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi
DIRETORA ADMINISTRATIVA

PORTARIA 792 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA n.º 792, de 06 de fevereiro de 2015.

Altera dispositivo da Portaria n.º 783, de 14/01/2015, que concedeu pensão a IRMA FAGANELO DE JESUS.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o §7º, inciso I do art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03 c/c inciso I, §3º, do art. 38 e Parágrafo único do art. 39 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º Alterar a redação do art. 1º, da Portaria nº 783, de 14 de janeiro de 2015, que concedeu pensão a IRMA FAGANELO DE JESUS, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder pensão por morte a IRMA FAGANELO DE JESUS, Matrícula 5964, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal inativo MARIO DE JESUS, Matrícula 514, falecido em 06/01/2015, na espécie, sem paridade, com benefício integral, originário do valor do benefício de aposentadoria de R\$ 838,37 (oitocentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), a serem pagos pelo IPASC, com efeitos a contar de 07 de janeiro de 2015.” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 09 de fevereiro de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

PORTARIA 793 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA n.º 793, de 09 de fevereiro de 2015.

Cessa efeitos da Portaria nº 786, de 19/01/2015, que concedeu férias a Servidora Andréia Rodrigues.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, mais o previsto no art. 91, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004,

RESOLVEM:

Art. 1º Cessar os efeitos da Portaria nº 786, de 19 de janeiro de 2015, que Conceder férias à Servidora ANDRÉIA RODRIGUES, ocupante do cargo em Comissão de Assessor Administrativo e Financeiro, CC-4, por dez (10) dias, referentes ao período de aquisição de 12/03/2013 a 11/03/2014, com início de gozo a contar de 03/02/2015 a 11/02/2015, por necessidade de seu comparecimento ao trabalho nestes dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 09 de fevereiro de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Camboriú

PREFEITURA

RESUMO DO CONTRATO 001/2013

RESUMO DE CONTRATO

CAMBORIUPREV

Aditivo do Contrato 02/01/2013

Contrato n.º 001/2013

Processo n.º 001/2012

Contratada: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA

Data: 02/01/2015

Prazo: 12 (doze) meses

Valor Mensal: R\$ 3.272,00 (Três mil e setenta e um reais)

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, na contabilização e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú, que inclui, dentre outros, suporte aos sistemas de contabilidade, compras, E-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do TCE-SC e demais, como previstos no Termo de Referência.

DIONETE CESÁRIO ALBINO

Presidente do CAMBORIUPREV

Campo Alegre

PREFEITURA

ALTERAÇÃO PREGÃO 07/2015 FMS

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 07/2015, PREGÃO (eletrônico)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe para correção da quantidade e do valor de referência dos itens publicados no site www.cidadecompras.com.br, conforme abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	40.000	unid	Tira reagente para diagnostico clinico, tipo de analise quantitativa de glicose, com amplitude de medição entre 10 a 600 mg/dl com Sistema Biosensor Fotométrico ou Amperométrico, chip de codificação do lote ou codificada; capacidade de medição em sangue total, capilar e neonato, que utilize mg/dl como unidade de medida (caso o aparelho aceite outra unidade de medida o mesmo deverá ter a opção de bloqueio das demais unidades). Fornecimento de forma de comodato GRATUITO de até 50 (cinquenta) APARELHOS DE MEDIÇÃO DE GLICOSE compatíveis com as tiras ofertadas, incluindo assistência técnica, treinamento dos profissionais que irão manusear os aparelhos e fornecimento de 01 (um) cabo para transmissão de dados. Cada embalagem devida conter no máximo 50 tiras. O local de inserção da tira reagente devida ser na parte frontal do aparelho e a colocação do sangue na ponta da tira reagente para facilitar a utilização, principalmente por causa dos idosos. Com Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA.	1,20	48.000,00
02	40.000	Unid.	Lanceta para coleta de sangue por punção digital. Sistema estéril e descartável, com invólucro protetor de plástico, agulha de no mínimo 21 e no máximo 28g, com protusão de no mínimo 1,5 e no máximo 2.0 mm, lanceta trifacetada e siliconada, com retração automática da agulha. Possui capa de esterilidade, corpo de lancetador e gatilhos compostos por polipropileno. Atende as normas reguladoras ISO 13485 e NR32. Cada embalagem devida conter no máximo 200 lancetas.	0,36	14.400,00
Valor Total Estimado.....				R\$ 62.400,00	

Por último, ALTERA-SE a data de abertura, e do recebimento das propostas, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

Recebimento das Propostas: das 8h do dia 12/02/2015, às 09:45h do dia 26/02/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 26/02/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

As demais disposições do edital do processo licitatório epigrafado permanecem inalterados e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br. Publique-se ainda, o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 11 de fevereiro de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, resolve tornar pública a abertura das inscrições ao Concurso Público Municipal de provas, para provimento efetivo das vagas nos cargos abaixo descritos e a formação de cadastro de reserva, durante o prazo de validade do Concurso Público Municipal nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora MGA CONCURSOS e supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público Municipal, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigente e pertinente.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Concurso Público Municipal será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora MGA Concursos, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso público.

1.2 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Concurso Público Municipal.

1.3 - O regime jurídico adotado é Estatutário.

2 - DO CÓDIGO DO CARGO, DO CARGO, DA FUNÇÃO, DO VENCIMENTO, DA CARGA HORÁRIA, DA VAGA E DOS REQUISITOS PARA

PROVIMENTO:

2.1 - Os cargos públicos a serem providos e os cargos para formação de cadastro de reserva são os abaixo descritos:

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	FUNÇÃO	VENCIMENTO MENSAL	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
10	Médico I	Médico I	2.933,42 acrescido de: 50% Gratificação Especial Médica	20	CR*	Curso Superior de Medicina. Registro no Conselho Regional de Medicina.
11	Médico II	Médico II	5.866,84 acrescido de: 50% Gratificação Especial Médica; Até 100% Gratificação ESF conforme localidade	40	02	Curso Superior de Medicina. Registro no Conselho Regional de Medicina.
30	Médico III	Médico III (Pediatria)	1.466,71 acrescido de: 50% Gratificação Especial Médica	10	CR	Curso Superior de Medicina, especialização em Pediatria. Registro no Conselho Regional de Medicina.
32	Médico IV	Médico Plantonista	Vencimento: DIAS NORMAIS (que compreende os dias de segunda a sexta-feira, excluindo os pontos facultativos e feriados): Vencimento de R\$ 36,65 a hora normal, acrescido de: R\$ 13,74 de adicional noturno (quando for o caso); e R\$ 18,32 ref. 50% de Gratificação Especial Médica. Então: Valor 12 horas diurna R\$ 659,64; e Valor 12 horas noturna R\$ 824,52. - SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS: Vencimento de R\$ 36,65 a hora normal, acrescido de: R\$ 18,32 de adicional noturno (quando for o caso); e R\$ 36,65 ref. 100% de Gratificação Especial Médica. Então: Valor 12 horas diurna R\$ 879,60; e Valor 12 horas noturna R\$ 1.099,44	Máximo 60 horas/semanais	02	Curso Superior de Medicina com especialidade médica Registro no Conselho Regional de Medicina.

*Cadastro de reserva

2.2 - O conteúdo programático consta no anexo I desse Edital.

2.2 - As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

2.3 - As inscrições são gratuitas, não sendo cobrado nenhum valor referente a taxa de inscrição dos candidatos.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no período de 11 de fevereiro de 2015 a 25 de fevereiro de 2015.

3.1.1 - Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido no subitem 3.1 deste edital.

3.2 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1 - Acessar o endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2 - Ler atentamente o Edital de Abertura e Anexo(s);

3.2.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, e fazer a opção pelo CARGO para o qual pretende concorrer;

3.3 - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

3.4 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não atenda todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado em todas as fases do certame.

3.5 - Será divulgada a lista das inscrições homologadas, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br e afixado no mural da Prefeitura, no dia 10 de março de 2015, sobre a qual caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias, nos termos previstos pelo item 9 deste Edital.

3.7 - É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público Municipal que serão publicados no Mural do Prédio Sede na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

3.8 - A organizadora MGA Concursos, não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.9 - São condições para a inscrição:

3.9.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

3.9.2 - Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Civis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

3.9.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

3.9.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

4 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

4.1- Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89 e legislação municipal, sendo assegurado o direito de inscrição para as funções em Concurso público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto Nº 3.298 de 20/12/1999 que regulamenta a Lei Nº 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Concurso público Classificatório.

4.1.1.1 - Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo ou cargo.

4.1.2 - Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.3 - Aos Candidatos PNE, serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição disponibilizada no site.

4.1.4 - O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo de 11/02/2015 até o dia 26/02/2015, para a organizadora MGA Concursos, no endereço: Avenida Lucílio de Held, nº 1378, Sala 03 - Jd. Alvorada - CEP: 87033-230 - Maringá/PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

4.1.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital ou não solicitar prova em condições especiais não terá avaliação especificamente elaborada, não podendo impetrar recurso em favor de sua situação.

4.1.6 - Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

4.1.7 - Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.1.8 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.9 - O candidato que não atender ao solicitado no subitem 4.1.5 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

4.1.10 - Ao ser convocado para investidura na cargo pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o

mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.1.11 - Será excluído do Concurso público o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

4.1.12 - Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

4.1.13 - Após o ingresso do candidato PNE, a necessidade especial não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo, e de aposentadoria por invalidez.

5 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

5.1 - O concurso público será de provas objetivas constituído pela seguinte etapa:

5.1.1 - 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA - para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.

6 - DAS PROVAS

6.1 - As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, tendo como local o prédio da Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes", sito a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, conforme abaixo:

TABELA 6.1.1

Cargos	Período	Data	Horários
Médico I e Médico II	MANHÃ	22/03/2015	Abertura dos portões: 08h Fechamento dos portões: 08h45min Início da aplicação das provas: 09h Término das Provas: 12h
Médico III (Pediatra) e Médico IV (Plantonista)	TARDE	22/03/2015	Abertura dos portões: 13h Fechamento dos portões: 13h45min Início da aplicação das provas: 14h Término das Provas: 17h

6.1.2 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterà questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

6.2 - DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6.2.1 - A Prova Objetiva será aplicada em 22 de março de 2015, das 09h até às 12h para o período da manhã e das 14h até às 17h para o período da tarde, obedecido o cronograma da tabela 6.1, com duração de 03h (três horas) de prova.

6.2.2 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterà questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 6.4).

6.2.3 - As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

6.2.4 - O Conteúdo Programático das Provas Objetivas está disposto no Anexo I deste Edital.

6.2.5 - O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, lápis preto e borracha e um Documento de Identidade com foto.

6.3 DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

6.3.1 - A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

6.3.2 - À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

6.3.3 - À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que obtiver nota diferente de 0 (zero) na pontuação total da Prova Objetiva;

b) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso público.

6.3.4 - A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

6.4 QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
MÉDICO I,	Língua Portuguesa	10	3,0	30
MÉDICO II,	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
Médico III (Pediatria) e Médico IV (Plantonista)	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

7 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 - As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 6.1.1 deste Edital no Município de Campo Alegre/SC, em locais que serão oportunamente divulgados, com duração máxima de 03h (três horas), incluso o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.

7.1.1 - As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

7.2 - Caso o número de candidatos exceda a capacidade de alocação no Município, a organizadora do Concurso público e a Administração Municipal poderão alterar horários das provas, dividir a aplicação das provas em mais de uma data, ou utilizar escolas de municípios vizinhos cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br

7.3 - Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência mínima de 01h (uma hora), munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, e de um dos seguintes documentos originais com foto:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

7.4 - Somente será admitido o ingresso e permanência na sala de prova do candidato munido de um dos documentos discriminados no subitem 7.3 deste Edital, desde que permita, com clareza, a sua identificação. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

7.5 - Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - Horário Oficial de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE, O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

7.6 - Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova, após o horário definido para início da mesma.

7.7 - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Concurso público e aos Fiscais, o direito de eliminar do certame o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

7.8 - Durante as provas, não serão permitidas: consultas

bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, tablets, notebook, BIP, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

7.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado do fiscal volante, designado pela Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Concurso público.

7.10 - O candidato só poderá se ausentar da sala, após 01h (uma hora) do início das provas. No caso de término da prova o candidato deverá entregar ao fiscal de sala a respectiva Folha de Respostas com o Caderno de Questões.

7.11 - No início das provas o candidato receberá sua Folha de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

7.12 - O candidato que necessitar alterar seus dados deverá comunicar imediatamente o Fiscal de Sala para que o mesmo registre em Ata a referida solicitação para correção posterior.

7.13 - As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

7.14 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

7.15 - O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, sendo o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue ao final da avaliação ao fiscal de sala.

7.15.1 - Não deverá ser feita nenhuma marcação na Folha de Resposta fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

7.16 - A correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

7.17 - Em caso de anulação de questão, por qualquer razão, a pontuação correspondente àquela questão será atribuída a todos os candidatos, independente de recurso.

7.18 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso público, os quais serão afixados no mural da Prefeitura, no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br devendo ainda manter-se atualizado.

7.19 - O gabarito das provas objetivas estará disponível para consulta no site www.mgaconcursospublicos.com.br no dia subsequente à realização da prova.

8. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

8.1 - O Candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova Objetiva deverá requerer à Organizadora mediante solicitação simples, a ser enviada juntamente com Atestado Médico, original ou cópia autenticada, onde conste o motivo da incapacidade, no prazo de 11/02/2015 até o dia 26/02/2015.

8.1.1 - No caso de Candidata lactante, que necessite amamentar durante a realização das provas, a mesma deverá enviar cópia autenticada da certidão de nascimento do (a) menor.

8.1.1.1 - A candidata deverá levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e aguardará em sala específica para esse fim, o acompanhante não permanecerá na sala em hipótese alguma durante a amamentação.

8.1.1.2 - O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma no período de tempo total destinado à realização das provas.

8.2 - A relação das solicitações de Condição Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br através de Edital específico, devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data de 10 de março de 2015.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do Concurso público MGA Concursos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

- a) Edital de Deferimento das Inscrições;
 - b) Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;
 - c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
 - d) Edital de Resultado da Prova Objetiva;
 - e) Edital de Homologação do Resultado Final;
- 9.2 - O recurso deverá ser preenchido no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br no link RECURSOS, o candidato deverá preencher corretamente.
- Nome do candidato;
 - Número de inscrição;
 - Número do documento de identidade;
 - Cargo para o qual se inscreveu;
 - A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
 - A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

9.3 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

9.4 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

9.5 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão de Acompanhamento de Concurso Público Municipal constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

9.6 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br após um dia útil da interposição do recurso.

10 - DA PONTUAÇÃO FINAL

10.1 - A pontuação final do candidato será a nota obtida na Prova Objetiva, e será disponibilizada através de Edital de Classificação, a ser divulgado no endereço eletrônico www.mgaconcursospublicos.com.br

10.2 - Caberá recurso da classificação geral, a ser interposto no prazo de 03 dias úteis a partir da publicação, nos termos estabelecidos no item 9 deste Edital.

10.3 - Em caso de deferimento do recurso, será republicada a lista classificatória, da qual não caberá mais recurso.

11 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

11.2 - Os candidatos classificados serão relacionados em duas listas, sendo uma Lista Geral (todos os candidatos aprovados) e outra Lista Especial. (PNE - Pessoa com Necessidades Especiais), se houver.

11.3 - Não ocorrendo Candidatos inscritos ou aprovados na condição de PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, haverá somente a Lista Geral de Classificação Final.

11.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão obedecidos os seguintes fatores de desempate:

- a) Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal Nº 10.741/03, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;
 - b) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
 - c) Maior nota na prova de Língua Portuguesa;
 - d) Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
 - e) Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;
- 11.5 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

12 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

12.1 - São requisitos básicos para investidura no cargo público:

- a) Aprovação neste concurso público;
- b) Nacionalidade brasileira;
- c) Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- d) Estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- e) Estar em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino) ;
- f) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando houver;
- g) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- h) Ser aprovado em exame médico pré-admissional; e
- i) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

12.1.1 - No caso de Candidato PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;

13 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

13.1 - Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

13.2 - O candidato classificado em concurso público poderá ser investido no cargo se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira Do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

13.3 - Esgotada a lista de classificação do concurso público, os candidatos que não haviam manifestado interesse, estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado neste exercício.

13.4 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do concurso público será reaproveitada.

13.5 - Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício das atribuições da cargo.

13.6 - O não comparecimento do candidato no local, dia e horários munidos dos documentos exigidos na data previamente designada, implicará na desclassificação do candidato, podendo ser novamente convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

13.7 - Ficará sem efeito a atribuição contemplado que não comparecer no Setor de Recursos Humanos para a entrega dos documentos exigidos, não comprovar os requisitos exigidos no Edital, for declarado inabilitado no Exame de Saúde deixando de ser realizada a admissão.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- a) CPF/MF;

- b) Título de Eleitor;
- c) Carteira de Identidade RG;
- d) Certificado de Escolaridade, Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso;
- e) Histórico Escolar;
- f) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria), conforme o caso;
- g) Certificado Militar (se homem);
- h) Declaração de Não Acumulação de Cargo, Cargo, Cargo Pública ou proventos advindo de aposentadoria (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- i) 01 Foto 3X4;
- j) Declaração de Bens;
- k) Comprovante de votação da última eleição;
- l) Comprovante de Residência;
- m) Certidão de Regularidade Junto ao Conselho de Classe.

14.2 - Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da cargo, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

14.3 - É vedada a contratação de profissional demitido a bem do serviço público nos últimos cinco anos, dos poderes públicos de quaisquer esfera, municipal, estadual ou federal.

14.4 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público Municipal, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

14.5 - A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

14.6 - A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Concurso público.

14.7 - Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do Resultado Final do Concurso público, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela Organizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

14.8 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, após o Resultado Final.

14.9 - A validade do presente Concurso público será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período conforme interesse da Administração.

14.10 - A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

14.11 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da Organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil Brasileiro.

14.12 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, através da Comissão de Acompanhamento do Concurso público.

14.13 - A homologação do Concurso Público Municipal poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

14.14 - As remunerações constantes do presente Edital são referentes à data do presente Edital, vinculadas aos dias efetivamente trabalhados pelo funcionário, estando sujeitas à alterações correspondentes aos dos cargos públicos efetivos.

14.15 - A aprovação no Concurso Público Municipal não ensejará a obrigatoriedade de contratação, que se dará apenas em

decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do Concurso público.

14.16 - Caberá ao Chefe do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC a homologação dos resultados deste Concurso público Classificatório.

14.17 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no endereço eletrônico www.mga-concursospublicos.com.br

14.18 - O Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC e a Organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Concurso público.

14.19 - O Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC e a empresa Organizadora, não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras atividades ou eventos.

14.20 - As informações sobre o presente Concurso público, até a publicação da Classificação Final, serão prestadas pela organizadora MGA Concursos por meio do telefone (44) 3346-8007 de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

14.21 - São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos;
- b) Anexo II - Atribuições dos cargos.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mga-concursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br e ainda, seu extrato publicado na forma da legislação municipal pertinente vigente, ou seja, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) www.diariomunicipal.sc.gov.br e em jornal de circulação regional.

Campo Alegre/SC, 09 de fevereiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS LOCAIS: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Médico I

Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis; Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

Médico II:

Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis; Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

Médico III (Pediatria)

Mortalidade na infância Nutrição e seus desvios. Crescimento e desenvolvimento. Imunizações. Acidentes na infância: Prevenção e tratamento. Diarreias. Distúrbios hidreletrolíticos e acidobásicos. Distúrbios metabólicos. Doenças infecciosas e parasitárias. Doenças respiratórias na infância; doenças alérgicas na infância.

Cardiopatias congênitas. Doenças reumáticas. Insuficiência Cardíaca. Choque. Ressuscitação cardiopulmonar. Cetoacidose diabética. Anemias. Púrpuras e micose colagenoses. Convulsão. Afecções do aparelho genito urinário. Emergências cirúrgicas na infância. Abordagem da criança politraumatizada. Síndrome de Maustratos. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

Médico IV (Plantonista)

Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis; Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micose superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

ANEXO II (CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Cargo: Médico I

1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal Nº 3268/57.

Cargo: Médico II

1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal Nº 3268/57.

Cargo: Médico III – Função Médico Pediatra

1. Realizar consultas em áreas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal Nº 3268/57.

Cargo: Médico IV – Função Médico Plantonista

1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia; 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal Nº 3268/57.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 001/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 001/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 23 de Janeiro de 2012, no valor de R\$ 24.773,90 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e três reais, noventa centavos).

Campo Alegre/SC, 23 de Janeiro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 002/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 002/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 22 de Fevereiro de 2012, no valor de R\$ 44.494,43 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, quarenta e três centavos).

Campo Alegre/SC, 22 de Fevereiro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 003/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 003/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de

Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 21 de Março de 2012, no valor de R\$ 26.487,15 (vinte e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais, quinze centavos).

Campo Alegre/SC, 21 de Março de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 004/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 004/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 23 de Abril de 2012, no valor de R\$ 25.958,91 (vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais, noventa e um centavos).

Campo Alegre/SC, 23 de Abril de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 005/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 005/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 18 de Maio de 2012, no valor de R\$ 25.255,98 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais, noventa e oito centavos).

Campo Alegre/SC, 18 de Maio de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 006/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 006/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Junho de 2012, no valor de R\$ 26.851,78 (vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais, setenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Junho de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 007/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 007/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 007/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Julho de 2012, no valor de R\$ 26.881,10 (vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e um reais, dez centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Julho de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 008/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 008/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Agosto de 2012, no valor de R\$ 26.572,94 (vinte e seis mil, quinhentos e setenta e dois reais, noventa e quatro centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 009/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 009/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Setembro de 2012, no valor de R\$ 28.032,74 (vinte e oito mil, trinta e dois reais, setenta e quatro centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Setembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 010/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 010/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 22 de Outubro de 2012, no valor de R\$ 27.387,55 (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais, cinquenta e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 22 de Outubro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 011/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 011/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Novembro de 2012, no valor de R\$ 27.415,59 (vinte e sete mil, quatrocentos e quinze reais, cinquenta e nove centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Novembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 012/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 012/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 21 de Dezembro de 2012, no valor de R\$ 28.344,48 (vinte e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais quarenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC, 21 de Dezembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 013/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 013/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 28 de Março de 2012, no valor de R\$ 2.196,00 (dois mil cento e noventa e seis reais).

Campo Alegre/SC, 28 de Março de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 014/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 014/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 30 de Abril de 2012, no valor de R\$ 4.392,00 (quatro mil trezentos e noventa e dois reais).

Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 015/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 015/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 04 de Junho de 2012, no valor de R\$ 2.196,00 (dois mil cento e noventa e seis reais).

Campo Alegre/SC, 04 de Junho de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 016/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 016/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 016/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 03 de Julho de 2012, no valor de R\$ 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Julho de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 017/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 017/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 02 de Agosto de 2012, no valor de R\$ 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Agosto de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 018/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 018/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 05 de Setembro de 2012, no valor de R\$ 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais).

Campo Alegre/SC, 05 de Setembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 019/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 019/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 019/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 02 de Outubro de 2012, no valor de R\$ 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Outubro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 020/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 020/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 05 de Novembro de 2012, no valor de R\$ 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais).

Campo Alegre/SC, 05 de Novembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 021/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 021/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 04 de Dezembro de 2012, no valor de R\$ 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais).

Campo Alegre/SC, 04 de Dezembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 022/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 022/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 022/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 28 de Março de 2012, no valor de R\$ 4.962,00 (quatro mil novecentos e sessenta e dois reais).

Campo Alegre/SC, 28 de Março de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 023/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 023/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 023/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 30 de Abril de 2012, no valor de R\$ 9.924,00 (nove mil, novecentos e vinte e quatro reais).

Campo Alegre/SC, 30 de Abril de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 024/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 024/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 024/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 04 de Junho de 2012, no valor de R\$ 4.962,00 (quatro mil novecentos e sessenta e dois reais).

Campo Alegre/SC, 04 de Junho de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 025/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 025/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 03 de Julho de 2012, no valor de R\$ 4.962,00 (quatro mil novecentos e sessenta e dois reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Julho de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 026/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 026/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 026/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 02 de Agosto de 2012, no valor de R\$ 4.962,00 (quatro mil novecentos e sessenta e dois reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Agosto de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 027/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 027/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 027/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 05 de Setembro de 2012, no valor de R\$ 4.962,00 (quatro mil novecentos e sessenta e dois reais).

Campo Alegre/SC, 05 de Setembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 028/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 028/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 028/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 02 de Outubro de 2012, no valor de R\$ 4.962,00 (quatro mil novecentos e sessenta e dois reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Outubro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 029/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 029/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 029/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 05 de Novembro de 2012, no valor de R\$ 4.962,00 (quatro mil novecentos e sessenta e dois reais).

Campo Alegre/SC, 05 de Novembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 030/2012

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 030/2012
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 030/2012

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF - Fundamental, em data de 04 de Dezembro de 2012, no valor de R\$ 4.962,00 (quatro mil novecentos e sessenta e dois reais).

Campo Alegre/SC, 04 de Dezembro de 2012.
José Luis Silva
Responsável pela Tesouraria

EXTRATO CONTRATO TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 024/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 024/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: ANDRIELI CHAVES DA SILVA
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: 12 de Fevereiro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.
AMPARO LEGAL: Lei Nº. 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações posteriores.
FUNÇÃO: Professor VIII - Geografia
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ R\$ 1.993,32 (Um mil novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 025/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 025/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: IVONETE DOS SANTOS
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: 12 de Fevereiro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.
AMPARO LEGAL: Lei Nº. 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações posteriores.
FUNÇÃO: Professor VI - Matemática
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.993,32 (Um mil novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos).

CAMPO ALEGRE/SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI.
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO 21/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ASFALTO FRIO (RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO), SACOS DE 25KG, para reparos nas vias públicas, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	1.000	SACO	ASFALTO FRIO (RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO), SACOS DE 25KG	27,90	27.900,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 27.900,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 13/02/2015, às 13h45min do dia 27/02/2015;
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 27/02/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido: 236; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa: 45 - Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros; Projeto/Atividade: 2.023 - Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.30.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0896 - Recursos Ordinários.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 13 de fevereiro de 2015.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 10/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO Nº 10/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 27 de fevereiro de 2015 às 14h15min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANÇAMENTO, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 13 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO 09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

Onde se lê:

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de Fevereiro de 2015 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por lote (lote único), tendo como objeto a LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE 134 ANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Leia-se:

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de Fevereiro de 2015 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por lote (lote único), tendo como objeto a LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA (EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARINS, GRADES DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO E OUTROS) PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE 134 ANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 02/2015**

DECRETO Nº 2/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 16/02/2015 (segunda-feira) durante todo o expediente (07:00 às 19:00) e o dia 18/02/2015 (quarta-feira) até as 13:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, devido ao Feriado do Carnaval, retornando as atividades no dia 18/02/2014 (quarta-feira) a partir das 13:00 horas.

Art. 2º. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 12 de fevereiro de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 05/2015

MOÇÃO Nº 5/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assentos nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido do Vereador José Tadeu Guzatti, o Poder Legislativo do Município de Campos Novos SC, vem por meio do seu representante legal, manifesta integral e irrestrita Parabenização ao Senhor..

"LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA"

O vereador José Tadeu Guzatti, vem por meio deste, parabenizar o Sr. Senador Luiz Henrique da Silveira, pelos seus expressivos 31 votos na eleição ao Senado. Sendo um Político que representa nosso Estado e luta pelos seus ideais, ficamos orgulhosos de tê-lo como um de nossos representantes.

É com grande satisfação que Parabenizamos pelo seu excelente trabalho desenvolvido e nos sentimos lisonjeados em termos uma pessoa de grande valia em nosso meio.

Outrossim, desejamos sucesso nas suas realizações futuras e nos colocamos sempre a disposição.

Sala das Sessões, em 04/02/2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa - PMDB

Continuação moção nº. 5/2015...

Dirceu José Kaiper Vice-Presidente	Maurílio Castro Campagnoni (Cássio) 1º Secretário
Adavilson Telles 2º Secretário	José Tadeu Guzatti Vereador
Irineu Armando Osório Junior Vereador	Rui Jorge Tomazoni Vereador

Lido no Expediente ____ / ____ / ____

MOÇÃO Nº 07/2015

MOÇÃO Nº 7/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO E AGRADECIMENTO"

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, a pedido do Vereador Rui Jorge Tomazoni, manifesta integral e irrestrita parabenização e agradecimento ao...

"DEPUTADO FEDERAL VALDIR COLATTO"

Agradecemos na pessoa do Senhor Valdir Colatto pelo trabalho prestado ao nosso Estado, principalmente em nosso Município, seu empenho e comprometimento com a população camponense foram de grande valia, reconhecemos seus trabalhos realizados no exercício de suas funções, desta forma esta Casa Legislativa não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem, em agradecimento pela Emenda Parlamentar que viabilizou o Projeto de Lei nº 3.741/2015, o qual Autoriza Ceder em Comodato às Entidades, Equipamentos Agrícolas do nosso Município. Projeto este que beneficiou diversas associações tornando-o de suma importância para nosso Município.

Outrossim, desejamos pleno sucesso, saúde e boa sorte, para que possa dar continuidade a esse trabalho em prol da população camponense, pois temos a certeza de que continuaremos em boas mãos, e nos colocando sempre à sua inteira disposição.

Sala das Sessões, em 09/02/2015.

Rui Jorge Tomazoni

Vereador PMDB

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

Continuação moção nº. 7/2015...

Dirceu José Kaiper Vice-Presidente	Maurílio Castro Campagnoni (Cássio) 1º Secretário
Adavilson Telles 2º Secretário - PP	Antônio Rosa Vereador
Irineu Armando Osório Junior Vereador	José Tadeu Guzatti Vereador
	Ricardo Damásio
	Vereador

MOÇÃO Nº 08/2015

MOÇÃO Nº 8/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido do vereador Ricardo Damásio do PP, o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifesta integral e irrestrita Parabenização ao Soldado...

"EDSON ERNESTO TOMEM"

Pela conquista em que foi elevado ao posto de Sargento. Consideramos que está conquista se dá ao fato de ser um excelente profissional, que sempre atua em favor da segurança de toda a população e é a mais justa forma de reconhecimento pelos serviços prestados durante o transcurso de um determinado tempo. A conquista de novo posto ou graduação é o resultado de dedicação e reconhecimento.

Sendo o que se apresenta para o momento, desejamos sucesso na continuidade de seus trabalhos, colocando-nos sempre a disposição.

Sala das Sessões, em 09/02/2015.

Ricardo Damásio

Vereador PP

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 09/2015

MOÇÃO Nº 9/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido do vereador Ricardo Damásio do PP o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de seus representantes legais manifesta integral e irrestrita Parabenização ao Soldado...

"DARLEI PELIZZARO"

Pela conquista em que foi elevado ao posto de Cabo. Consideramos que está conquista se dá ao fato de ser um excelente profissional, que sempre atua em favor da segurança de toda a população e é a mais justa forma de reconhecimento pelos serviços prestados durante o transcurso de um determinado tempo. A conquista de novo posto ou graduação é o resultado de dedicação e reconhecimento.

Sendo o que se apresenta para o momento, desejamos sucesso na continuidade de seus trabalhos, colocando-nos sempre a disposição.

Sala das Sessões, em 09/02/2015.

Ricardo Damásio

Vereador PP

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

MOÇÃO Nº 10/2015

MOÇÃO Nº 10/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A pedido do Vereador Ricardo Damásio o poder Legislativo de Campos Novos SC, vem por meio de seus representantes legais manifesta integral e irrestrita Parabenização o Soldado

"VILMAR PAVIANI MENEGAZI"

Pela conquista em que foi elevado ao posto de Sargento. Consideramos que está se dá ao fato de ser um excelente profissional, que sempre atua em favor da segurança de toda a população e é a mais justa forma de reconhecimento pelos serviços prestados. A sim sendo uma conquista sua de cada dia nos serviços prestados e reconhecidos. Sendo o que apresenta para o momento, desejamos sucesso em seus trabalhos, colocando-nos sempre a disposição.

Sala das Sessões, em 09/02/2015.

Ricardo Damásio

Vereador PP

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 04/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2015
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 04/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de medicamentos destinados a atender pessoas portadoras de doenças permanentes, do Programa da Secretaria da Assistência Social e da Cidadania do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, para o ano de 2015. DATA DE ABERTURA: 27 de fevereiro de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 12 de fevereiro de 2015.
ANTÔNIO DA SAILVA
Prefeito do Município.

EXTRATO EDITAL 14/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 14/2015
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 12/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais diversos para operacionalização e manutenção das oficinas oferecidas pelo CRAS, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 27 de fevereiro de 2015, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 12 de fevereiro de 2015.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

Canoinhas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 17/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 29/2015
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 17/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/02/2015, às 11h00min, licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MICROCOMPUTADORES, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 27/02/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 07/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 31/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 07/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/03/2015, às 09h15min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. EVALDO DRANKA, COM ÁREA DE 853,20 M2, SITUADA NA LOCALIDADE DE BARRA MANSA, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 02/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº
PMC 08/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 32/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 08/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/03/2015, às 11h00min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FREI FABIANO LOCALIZADA NA RUA ADÃO TISKA, BAIRRO INDUSTRIAL I, COM ÁREA DE 853,20M², NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até as 10h45min do dia 02/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº
PMC 09/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 33/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 09/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/03/2015, às 15h00min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. ALBERTO WARDENSKI, COM ÁREA DE 853,20 M2, SITUADA NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE, NESTA CIDADE DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h45min do dia 02/03/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal**PREFEITURA****FMS EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2015**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2015
PARA LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

I - DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto: Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para realização de exames de análises clínicas para a Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, durante o ano de 2015.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2015.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 18/02/2015 até 31/12/2015, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria da Saúde, sala da diretoria administrativa, RUA ALEXANDRE THOMAZONI, 120 - andar térreo da Câmara de Vereadores.

HORÁRIO: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
TELEFONE: 3555 8787

Capinzal - SC, 13 de Fevereiro de 2015.
TAIZE KEITI LOPES
Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.053, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 2.053, de 11 de fevereiro de 2015.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas -SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 17 de fevereiro de 2014, terça-feira, é Feriado de Carnaval, celebração que antecede o pesar das cinzas da quarta-feira, dia 18 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO, que por ocasião das festas carnavalescas, tradicionalmente é estabelecido o chamado feriadão de carnaval, em todas as repartições públicas, mesma situação deste ano, o que torna improdutiva a manutenção do expediente normal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal no dia 16 de fevereiro (dia todo) e dia 18 de fevereiro de 2015 até o meio dia, portanto, segunda-feira e quarta-feira, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 11 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA N 115.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 115/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 006, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar RAFAELA GUIMARÃES, ocupante do cargo em Comissão de Diretor Nível II, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela portaria nº 093/2015 de 09.02.2015, a partir de 13.02.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de fevereiro de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul**PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/PMCS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços para compra de aparelhos de TV e fornecimento com instalação de condicionadores de ar tipo split, para uso no Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h55min do dia 03/03/2015.

Abertura: Dia 03/03/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 13 de fevereiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar administrativo para atuar junto à 14ª DRP/CIRETRAN de Concórdia, a serem pagos com recursos oriundos do convênio 2013TN001988.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 27/02/2015.

Abertura: dia 02/03/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 11 de fevereiro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015- PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2015 de extintores de incêndio e peças novas e a contratação de empresa para prestação de serviços de recarga e reteste visando à manutenção de diferentes tipos de extintores de incêndio, a serem adquiridos com recursos oriundos dos Convênios de Trânsito nº 2013TN001988, com o Governo Federal e recursos próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/03/2015.

Abertura: dia 06/03/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 12 de fevereiro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015 – FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015 - FMS

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação, em lote único, serviço de transporte de dados em tecnologia MultiProtocol Label Switching (MPLS) em fibra ótica ou par metálico, para interligação das Unidades de Saúde ao Centro de Processamento de dados da Prefeitura de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/03/2015.
Abertura: dia 24/03/2015, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 12 de fevereiro de 2015.

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS em exercício

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015 – FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de climatizadores de ar para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Pregoeira torna público que na data de 11/02/2015 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: NYLAND E PITTON CLIMATIZADORES LTDA ME. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 05/02/2015, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 11 de fevereiro de 2015.

JACIELE TOCHETTO

Pregoeira

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 9/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 9/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente da Operação de Crédito/BADESC, no valor de R\$ 279.427,17 (duzentos e setenta e nove mil quatrocentos e vinte e sete reais e dezessete centavos).

Concórdia SC, 12 de fevereiro de 2015.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo

Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Stórchio, Diretor Administrativo de Educação, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 06 de fevereiro de 2015, Aquisição de passes escolares (ida e volta) para o exercício de 2015, para os alunos do Ensino Médio e Fundamental da Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino, das Concessionárias das linhas, nos seguintes valores: TRANSPORTES 29 DE JULHO LTDA-ME, no valor total estimado de R\$ 88.939,50 (oitenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos); CLECIANE MELANIA PASINATTO ME, no valor total estimado de R\$ 60.375,00 (sessenta mil, trezentos e setenta e cinco reais); HODIERN TRANSPORTES LTDA ME, no valor total estimado de R\$ 1.075.200,00 (um milhão, setenta e cinco mil e duzentos reais); TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA, no valor total estimado de R\$ 26.245,00 (vinte e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais); TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA, no valor total estimado de R\$ 226.360,80 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e sessenta reais e oitenta centavos).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA FMC Nº 06/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015-FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 06/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

O Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura - FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto na Lei nº 4.245, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, no Decreto nº 5.601, de 11 de julho de 2011 e alteração e, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão de Curadoria da Galeria Municipal de Artes, com a incumbência de avaliar e selecionar propostas de exposições para a Galeria Municipal de Artes, bem como atuar na supervisão de montagem, quando houver solicitação do proponente, e revisão materiais de divulgação das exposições.

Art. 2º Nomear, para integrar referida Comissão, as pessoas abaixo relacionados, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 12 de fevereiro de 2015:

I. CLAU CIR SULENTA, representante das artes cênicas.

II. JOSE ALBERTO MAZOCCO, da Fundação Municipal de Cultura;

III. RENATA FORTES GAERTNER, representante das artes visuais;

IV. SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR, do Conselho Municipal de Cultura;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

Coronel Martins**PREFEITURA****ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 03 de março de 2015, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de um parque de diversão infantil para ser instalado na praça municipal Otto May, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 13 de fevereiro de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 17/2014 FMS/FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORREIA PINTO E
FUNDO MUNICIAPL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 17/2014
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA LINHA DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, CADEIRAS E MESA PARA ESCRITÓRIO E COLCHÕES.

Instrumento: Contrato nº 01223/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MICROSOL COMERCIO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA ME
CNPJ: 05.911.967/0001-49

Instrumento: Contrato nº 01224/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SUPERAR LTDA EPP
CNPJ: 13.482.516/0001-61

Instrumento: Contrato nº 01225/2014 FMAS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SUPERAR LTDA EPP
CNPJ: 13.482.516/0001-61

Instrumento: Contrato nº 01226/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SANDRO VILMAR PIRES - ME
CNPJ: 09.253.952/0001-91

Instrumento: Contrato nº 01227/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME
CNPJ: 13.965.228/0001-68

Instrumento: Contrato nº 01228/2014 FMAS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA - ME
CNPJ: 13.965.228/0001-68

Instrumento: Contrato nº 01229/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa RA DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME CNPJ: 19.830.899/0001-06

Instrumento: Contrato nº 01230/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA - ME CNPJ: 09.053.748/0001-27

Instrumento: Contrato nº 01231/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA
CNPJ: 13.598.570/0001-77

Instrumento: Contrato nº 01232/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa L.A.CN INFORMATICA LTDA LTDA
CNPJ: 11.924.851/0001-47

Instrumento: Contrato nº 01233/2014 FMAS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa L.A.CN INFORMÁTICA LTDA LTDA
CNPJ: 11.924.851/0001-47

Instrumento: Contrato nº 01234/2014 FMS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ADL COMERCIAL EIRELI EPP
CNPJ: 15.267.298/0001-78

Instrumento: Contrato nº 01235/2014 FMAS
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ADL COMERCIAL EIRELI EPP
CNPJ: 15.267.298/0001-78

Correia Pinto/SC 13 de fevereiro de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO - PROCESSO 49/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 49/2014
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CELIA REGINA W. SANI ME
CNPJ: 04.195.853/0001-87
Instrumento: 01220/2014 FMS, 01219/2014 FMAS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa AKON LTDA ME
CNPJ: 13.228.073/0001-87
Instrumento: 01221/2014 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa M. MOBILE EIRELI
CNPJ: 15.764.033/0001-85
Instrumento: 01222/2014 PMCP

Vigência: durante garantia

Correia Pinto/SC 13 de fevereiro de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 01/2015 FUNREBOM

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2015
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CAMINHONETA PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 27/02/2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 13 de fevereiro de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 848/15

DECRETO Nº 848/15

REAJUSTA O VALOR DA TARIFA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, através dos artigos 10, I, V, X, artigo 66, VII, combinado com a Lei Complementar 011/09;

CONSIDERANDO que o artigo 2º da Lei Complementar nº 011/09 de 30 de setembro de 2009, que determina que as tarifas dos serviços deverão ser fixadas pelo Poder Executivo, através de Decreto.

CONSIDERANDO que a inflação e outros fatores apurados deste o último reajuste elevaram consideravelmente o preço dos insumos utilizados pelo setor, como pneus, peças e acessórios, lubrificantes, óleo diesel e outros;

CONSIDERANDO que a empresa concessionária de Transporte Público Coletivo do Município de Corupá, solicitou através de requerimento um reajuste da Tarifa, o necessário para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do sistema;

CONSIDERANDO que acolhendo parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica o qual recomenda o parcial acolhimento do pedido formulado pela detentora do Serviço Público;

CONSIDERANDO que no Município existe a diferenciação tarifária do Usuário Normal e Usuário Estudantes;

CONSIDERANDO que o contrato com a concessionária prevê reajuste contratual das tarifas de transporte coletivo acompanhando os coeficientes tarifários adotados pelo DETER/SC;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público Municipal promover o necessário equilíbrio entre o interesse público e privado, visando preservar a oferta e a qualidade dos serviços.

DECRETA :

Art. 1º - Fica reajustado em 4,9% (quatro vírgula nove por cento), o valor da Tarifa de Transporte Coletivo Urbano e Rural do Município de Corupá, obedecendo-se assim a tabela:
USUÁRIO NORMAL - R\$ 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos);
USUÁRIO ESTUDANTE - R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos).

Art. 2º - O reajuste de que trata este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 0:00 h (zero hora) do dia 05 de fevereiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
11 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 004/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 004/15

Processo Licitatório nº 003/15

Dispensa de Licitação 002/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 14.292.313/0001-75, situada na Rua Atílio Pagnonceli, nº 210, Térreo, CEP 89.610-000, Município de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a produção de Nota Fiscal de Produtor para a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Corupá.

VALOR DO CONTRATO: \$ 7.800,00 (Sete Mil e oitocentos reais).

Data da Assinatura: 04/02/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3161/15

PORTARIA Nº 3161/15

REDUZ A PEDIDO, CARGA HORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DA SERVIDORA ANA LUCIA DA SILVA SIQUEIRA DO CARGO DE PROFESSOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Reduzir a pedido, carga horária da servidora Sra. ANA LUCIA DA SILVA SIQUEIRA, ocupante do cargo de Professor, conforme Portaria nº 57/2002 e Concurso Público nº 001/2001, de 40 (quarenta) horas semanais, redução para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar a partir de 17 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 57/2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
12 de fevereiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 1/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 1/2015

Aos doze dias do mês de Fevereiro de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. João Carlos Martins dos Santos, doravante denominado simplesmente de FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 1/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o FUNDO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO

DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 12 de Fevereiro de 2015.

João Carlos Martins dos Santos

Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

O Município de Curitiba nos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES PARA A SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 09/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 10/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 12 de Fevereiro de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO N. 1/2015

CONTRATO Nº 1/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE HARDWARE E DE SOFTWARE QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CURITIBA E ELIZEU DOLBERTH - ME.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, fazem entre si a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba (SC), inscrito no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Sr. Arcílio Alves, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado ELIZEU DOLBERTH - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.972.835/0001-20, neste ato representada por seu representante legal Elizeu Dolberth, com sede na cidade de Curitiba SC, na Avenida Salomão Carneiro de Almeida, 1009, Centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado, o que segue: :

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção em geral de sistemas de hardware e de software instalados nesta Casa Legislativa.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 10 meses e dez dias, com início em 12 de fevereiro de 2015 e com término em 31.12.2015, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E PAGAMENTOS

I. O preço certo e ajustado pela prestação dos serviços é de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por hora trabalhada, cujo controle será efetuado através de ordens de serviços. O limite máximo da contratação é de 100 horas no período de vigência do contrato, perfazendo um total de R\$ 4.500,00 a serem pagos. Em caso de maior necessidade, o contrato deverá ser aditado.

II. Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos através de recursos constantes na LOA da Câmara do ano de 2015, previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias a seguir:

III. A despesa para pagamento do objeto licitado correrá por conta da Dotação Orçamentária:

Entidade 10 - Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 - Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.95.00.00.00 - Manutenção e Conservação de Equipamentos de Processamento de Dados

IV. Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante apresentação das notas fiscais referentes aos serviços prestados. Esta documentação deverá ser entregue na Câmara Municipal até o dia cinco do mês subsequente ao vencido.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da Câmara:

I. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

II. notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas nas Leis nº 8.666, de 21/06/93, 10.520, de 17/07/2002 e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

I. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União, e ainda quanto à regularidade de débitos trabalhistas.

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIAS À MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

I. A contratada obriga-se a garantir que os equipamentos de hardware e de software instalados junto à Câmara estejam em pleno funcionamento para o fim a que se destinam.

CLÁUSULA SÉTIMA - ÔNUS FISCAIS

Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, fretes, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este

CONTRATO.**CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO**

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

Parágrafo Único: É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo Fundo ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro: As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo: Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica a Câmara desde logo autorizada a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

I. por ato unilateral e escrito pela Câmara, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

III. por via judicial, nos termos da legislação.

IV - No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos serviços previstos na cláusula primeira deste contrato.

Parágrafo Primeiro: Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando a

Câmara a aplicar o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo Segundo: Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

Parágrafo Primeiro: Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto e proposta de preços.

Parágrafo Segundo: A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba (SC) para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2015.

Arcílio Alves

Presidente da Câmara de Vereadores

Elizeu Dolberth ME

Contratado

PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nº. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2015.

Rafael Gobbi

Procurador Jurídico da Câmara

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 05/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 05/2015

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Item/Lote, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 26/02/2015, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 26/02/2015, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 12 de Fevereiro de 2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. 06/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

Extrato do Edital de Pregão Presencial nº. 06/2015

O MUNICÍPIO de DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, torna público que está aberto a LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço" Por Item, objetivando a AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS, PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, conforme anexo do edital, atendendo a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 15/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Recebimento dos envelopes de propostas e dos envelopes de habilitação: Data: 27/02/2015, Hora: 09h30min. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes: Data: 27/02/2015, Hora: 10h00min. Informações serão prestadas na sede da municipalidade durante o expediente normal ou através do e-mail: compras@doutorpedrinho.sc.gov.br e do telefone 0xx47 3388-0148.

Doutor Pedrinho/SC, 12 de Fevereiro de 2015.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

REVOGAÇÃO - PREGÃO 02/2015.

ATA DE JULGAMENTO

Licitação.: 02/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

No décimo segundo dia do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, SC reuniram-se os membros da Comissão de Pregão, nomeada pela Portaria nº 162/2014, analisando que este certame - Pregão Presencial foi publicado no site da prefeitura, no jornal de circulação regional (Jornal do Médio Vale) e no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, e nenhuma das empresas que retirou o edital se fez presente para participar do processo, tornando-o deserto, decide-se REVOGAR a presente Licitação.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

DOUTOR PEDRINHO, décimo segundo dia do mês de Fevereiro de dois mil e quinze.

COMISSÃO DO PREGÃO:

JAQUELINE CESARIO

PREGOEIRA

CRISTIANE TONOLLI TOMELIM

EQUIPE DE APOIO

NEUZA FÁTIMA GIRELLI

EQUIPE DE APOIO

TASSIANA OURIQUES BECKER

EQUIPE DE APOIO

Ermo**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2015 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2015**

EXTRATO DO CONTRATO nº 16/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2015

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Fornecimento de combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada, durante o exercício de 2015.

VALOR ESTIMADO: O valor do item 01 (óleo diesel), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,469 (dois reais, quarenta e seis centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,679 (dois reais, sessenta e sete centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo. O valor do item 02 (gasolina), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 3,049 (três reais, quatro centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 3,395 (três reais, trinta e nove centavos e cinco centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2015 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 25/2015

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA

OBJETO: Combustíveis para o consumo dos veículos e máquinas, de forma parcelada durante o exercício de 2015.

VALOR ESTIMADO: O valor do item 01 (óleo diesel), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,469 (dois reais, quarenta e seis centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,679 (dois reais, sessenta e sete centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo. O valor do item 02 (gasolina), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 3,049 (três reais, quatro centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 3,395 (três reais, trinta e nove centavos e cinco centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo. O valor do item 03 (Óleo Diesel B S10), previsto na cláusula terceira do contrato de origem de R\$ 2,649 (dois reais, sessenta e quatro centavos e nove centésimos de centavos), após reajuste resulta no valor de R\$ 2,859 (dois reais, oitenta e cinco centavos e nove centésimos de centavos), conforme termo de solicitação de reajuste de preço anexo.

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 26/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para construção de um muro de contenção com pedra argamassada na quantidade de 363,00m² e alambrado c/ tela metálica com altura mínima de 1,80m, com área de 834,55m² em todo o perímetro do condomínio Novo Lar.

VIGÊNCIA: 12/02/2015 à 12/05/2015 (03 meses).

VALOR ESTIMADO: R\$ 92.991,84 (noventa e dois mil, novecentos

e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos),
Data da assinatura: 12/02/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 27/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Ibanes Triches EPP

OBJETO: Aquisição de pneus, câmaras e protetores para serem utilizados nas máquinas e veículos da frota municipal, durante o exercício de 2015.

VIGÊNCIA: 12/02/2015 à 31/12/2015.

VALOR ESTIMADO: R\$ 72.680,00 (setenta e dois mil, seiscentos e oitenta reais).

Data da assinatura: 12/02/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 28/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Tecnoeletro Della Vechia Ltda EPP

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos para serem utilizados na iluminação pública do Município de Ermo.

VIGÊNCIA: 12/02/2015 à 31/12/2015

VALOR TOTAL: R\$ 74.589,57 (setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Data da assinatura: 12/02/2015

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 3º QUADRIMESTRE 2014 - JORNAL

PREF. MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, em observância a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, convida a comunidade em geral para AUDIÊNCIA PÚBLICA de avaliação das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2014. A audiência será realizada no dia 20 de fevereiro de 2015 (sexta-feira), às 10 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Avenida Rio Grande do Sul, 458, neste município de Faxinal dos Guedes - SC, 12 de fevereiro de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

EXTRATO 1ADT DIVERSOS - TRANSPORTE ESCOLAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes
Contratado: DS Transportes Coletivos Ltda Me
Objeto: Contratação de prestadores de serviço de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Faxinal dos Guedes para 200 (duzentos) dias letivos.
Número do Contrato: 0013/2013
Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência e valor
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0010/2013 na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.
Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de fevereiro de 2015

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes
Contratado: GI Transportes escolares Ltda
Objeto: Contratação de prestadores de serviço de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Faxinal dos Guedes para 200 (duzentos) dias letivos.
Número do Contrato: 0013/2013
Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência e valor
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0010/2013 na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.
Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de fevereiro de 2015

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
QUARTO TERMO ADITIVO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes
Contratado: Soraluce e Soraluce Ltda Me
Objeto: Contratação de prestadores de serviço de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Faxinal dos Guedes para 200 (duzentos) dias letivos.
Número do Contrato: 0015/2013
Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência, kilometragem e valor
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0010/2013 na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de fevereiro de 2015
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO ADT 1º ARBITROS OESTE - ARBITRAGEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes
Contratada: Associação de árbitros do Oeste
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem nos jogos promovidos pela assessoria de esporte, juventude e lazer e Faxinal dos Guedes.
Número do Contrato: 0140/2014
Primeiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência.
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0078/2014 na Modalidade Pregão Presencial nº 0042/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 31 de dezembro de 2014
GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO ADT 1º BITMAP - SISTEMA EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes
Contratado: Bitmap Consultoria e Sistemas Ltda
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de informática para o fornecimento de licenças de uso de uma solução de sistemas de educação, com os respectivos serviços de instalação: migração/digitação, customização, capacitação, treinamento in loco, manutenção e suporte técnico mensal dos softwares de gestão escolar, agenda, controle de documentos, biblioteca, portal do aluno, portal do professor, transporte escolar, merenda/nutrição, bolsa família, censo escolar, ocorrências, anjo da guarda,

business intelligence, protocolo, moodle, controle de despesas, todos na modalidade 100% web para atendimento de aproximadamente 1.900 alunos da rede municipal de ensino.

Número do Contrato: 0025/2014

Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0007/2014 na Modalidade Carta Convite nº 0002/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de fevereiro de 2015
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO ADT 3º PS CASAS BARRA GRANDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: PS Projetos e Construções Ltda

Objeto: Contratação de mão de obra para construção de 40 unidades habitacionais no distrito da Barra Grande.

Número do Contrato: 0020/2012

Terceiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0010/2012 na Modalidade Tomada de Preços nº 0002/2012 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 31 de dezembro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ADT 3º PS CASAS CENTRO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: PS Projetos e Construções Ltda

Objeto: Contratação de mão de obra para construção de 40 unidades habitacionais no município de Faxinal dos Guedes.

Número do Contrato: 0019/2012

Terceiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0009/2012 na Modalidade Tomada de Preços nº 0001/2012 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 31 de dezembro de 2014.
EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO - 0002015 - AUTO POSTO FAXINAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0004/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Auto Posto Faxinal Ltda.

Objeto: Aquisição de gasolina para os veículos do parque de máquinas de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 14.916,00 (catorze mil novecentos e dezesseis reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0009/2015, na Modalidade dispensa de Licitação nº 0004/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de fevereiro de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO CONTRATO_00072015 - APAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0007/2015

Contratante: Fundo municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratada: Associação de Pais e Amigos dois Excepcionais - APAE

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para contratação de entidades prestadoras de serviço de assistência a saúde, para procedimentos de reabilitação física..

Valor 193.939,20 (cento e noventa e três mil novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0011/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de fevereiro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE 1 EDITAL TOMADA DE PREÇO CLÍNICA DE CARDIOLOGIA PARA EXAMES

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço nº 0002/2015

Processo licitatório nº: 0013/2015

Objeto: Contratação de clínica especializada em cardiologia para realização de exames específicos da área para o município de Faxinal dos Guedes.

Data do recebimento: 11/03/2015 as 14h00minh.

Data da Abertura: 11/03/2015 as 14h15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de fevereiro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

**EXTRATO DE 1 EDITAL TOMADA DE PREÇO
PROFISSIONAL DE CARDIOLOGIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço nº 0001/2015
Processo licitatório nº: 0012/2015

Objeto: Contratação de profissional especializado em cardiologia para prestar consultas no posto de saúde de Faxinal dos Guedes.

Data do recebimento: 11/03/2015 as 09h00minh.

Data da Abertura: 11/03/2015 as 09h15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de fevereiro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

**EXTRATO DISPENSA 00042015 - AUTO POSTO
FAXINAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº0004/2015

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Objeto: Aquisição de gasolina para os veículos do parque de máquinas de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 14.916,00 (catorze mil novecentos e dezesseis reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0009/2015, na Modalidade dispensa de Licitação nº 0004/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de fevereiro de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

**EXTRATO DISPENSA 00042015 - AUTO POSTO
FAXINAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa nº0004/2015

Contratante: O Município de Faxinal dos Guedes

Objeto: Aquisição de gasolina para os veículos do parque de máquinas de Faxinal dos Guedes.

Valor: R\$ 14.916,00 (catorze mil novecentos e dezesseis reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0009/2015, na Modalidade dispensa de Licitação nº 0004/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de fevereiro de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 00052015 APAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2015

Processo Licitatório nº: 0011/2015

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para contratação de entidades prestadoras de serviço de assistência a saúde, para procedimentos de reabilitação física..

Valor 193.939,20 (cento e noventa e três mil novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0011/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de fevereiro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 00052015 APAE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2015

Processo Licitatório nº: 0011/2015

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para contratação de entidades prestadoras de serviço de assistência a saúde, para procedimentos de reabilitação física..

Valor 193.939,20 (cento e noventa e três mil novecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

Amparo Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0011/2015, na Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2015.

Faxinal dos Guedes, SC, em 10 de fevereiro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA MUNICIPLA DE SAÚDE PÚBLICA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2015

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2015

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 04/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO CENTRO COMUNITÁRIO MORRO COMPRIDO, COM ÁREA DE 645,02 M², LOCALIZADO NA RODOVIA MUNICIPAL LINHA MINATTO, MORRO COMPRIDO, FORQUILHINHA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE COMODATO Nº. 04/PMF/2015 CELEBRADO ENTRE ESTA MUNICIPALIDADE E A DIOCESE DE CRICIÚMA/SC.

Às onze horas do dia doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/PMF/2014. Abertos os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura dos envelopes nº. 02 da Proposta de Preço das empresas BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e TEC-ENGE CONSTRUÇÕES LTDA. Os preços globais apresentados foram: BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP, R\$ 238.264,69 (duzentos e trinta e oito mil duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos); TEC-ENGE CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 223.495,60 (duzentos e vinte e três mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos); e FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 206.460,08 (duzentos e seis mil quatrocentos e sessenta reais e oito centavos). A empresa BF CONSTRUÇÕES LTDA EPP teve sua proposta desclassificada por cotar o valor global acima do orçamento oficial do edital de chamamento, conforme item 4.1.1 alínea 'g' do edital. Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global, pertencente à empresa FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 12 de fevereiro de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

KEND BERNARDO TROMBIM

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA

Membro da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 24/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pessoas carentes do Município de Forquilha/SC, por meio das Secretarias de Ação Social e Saúde, durante o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de fevereiro de 2015 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 12 de fevereiro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeiro

CONTRATO 03/FMS/2015

CONTRATO 03/FMS/2015

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FORQUILHINHA LTDA

OBJETO - Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupos da Tabela unificada do SUS.

VALOR - Até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), distribuídos entre as empresas credenciadas, conforme produção.

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 1701.2050.3390 (16), 1701.2063.3390 (70);

FUNDAMENTO LEGAL - Lei nº. 8.666/93, Credenciamento nº. 35/FMS/2014

DATA DA ASSINATURA - 13 de janeiro de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 034, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 034, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, SOB A FORMA DE BOLSA DE ESTUDOS, AOS ESTUDANTES DE CURSOS TÉCNICOS QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinada com as Leis Municipais nº. 1.857, de 08 de maio de 2013 e 1.942, de 24 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida assistência financeira mensal, para o exercício de 2015, totalizando 10 (dez) parcelas, sob a forma de bolsa de estudos aos estudantes de Cursos Técnicos, nos valores abaixo relacionados:

SATC - Associação Beneficente da Ind. Carbonífera de SC

Nome	Curso	Cód.	Fase	Mensalidade (R\$)	Valor da Bolsa (R\$)
ANDERSON DE COSTA	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42211	4ª	470,00	400,75
ANDERSON MACHADO	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42233	4ª	470,00	400,75
CESAR ENRIQUE BINATTI VITALI	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	30820	4ª	470,00	400,75
CLEITON SOUZA ESTEVES	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42335	4ª	470,00	400,75
DIOGO EYNG TANQUELA	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42442	4ª	470,00	400,75
EMERSON DE LUCA	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	12252	4ª	470,00	400,75
GUILHERME URBANO	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42310	4ª	470,00	400,75
HEINRICH JOHAN MICHELS	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42283	4ª	470,00	400,75
ITALO AMBONI NETO	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42170	4ª	470,00	400,75
JEAN DAMINELLI	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42298	4ª	470,00	400,75
JEFFERSON CARLOS DOS S. ALVES	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	35915	4ª	470,00	400,75
JOSÉ LUIZ RODRIGUES DA ROSA	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42409	4ª	470,00	400,75
JUNIOR MINATTO	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42414	4ª	470,00	400,75
LUCAS PEREIRA KAMMER	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42268	4ª	470,00	400,75

MAICON CESAR MONTEIRO	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42297	4ª	470,00	400,75
MAICON FER-NANDES PEREIRA	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	35381	4ª	470,00	400,75
MOIZEIS ANSELMO VALNIER	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42264	4ª	470,00	400,75
MURILO GAVA ROCHA	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42434	4ª	470,00	400,75
PEDRO HENRIQUE TRAMONTIN RECH	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42242	4ª	470,00	400,75
RICHARD DE LIMA BECKER	TÉCNICO ELETRO-TÉCNICA	42421	4ª	470,00	400,75
ABDEL JADER REBHEA ZIADA	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43907	3ª	470,00	235,00
CLAUDE-MAR DIAS PIASSOLI VARELI	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43955	3ª	470,00	235,00
DIEGO MARTINELLO	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43785	3ª	470,00	235,00
GUILHERME SCARPATO	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43904	3ª	470,00	235,00
HEVERTON VASSOLER	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43938	3ª	470,00	235,00
REGINALDO HEERDT DA SILVA	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43964	3ª	470,00	235,00
ROBSON GAVA	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43787	3ª	470,00	235,00
SAIMON SCARPARI DANIEL	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43906	3ª	470,00	235,00
WILLIAM SILVEIRA	TÉCNICO ELETRO-MECANICA	43786	3ª	470,00	235,00
EDER FERREIRA DA SILVA	TEC. GUIA DE TURISMO	43945	3ª	435,00	435,00
JOSE FELIPE JOSEFINO	TEC. GUIA DE TURISMO	43952	3ª	435,00	435,00
TOTAL					11.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de fevereiro de 2015.

ADEMIR BRANDILEI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 22/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 22/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FENOSUL COMERCIAL AGRICOLA LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira, através do Fundo Municipal de Agricultura de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 791765/2013, Processo nº. 1009325-44/2013, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 123.930,00 (cento e vinte e três mil novecentos e trinta reais). (Redação dada pela errata do contrato publicada em 17/12/2014 no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº. 1640).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 410 (quatrocentos e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 23/11/2015.

DOTAÇÃO - 1801.1070.4490 (18), (19) - Recurso Vinculado PRO-DESA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 15/FMA/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de outubro de 2014.

(Contrato reemitido em 06 de fevereiro de 2015 para fins de re-
tificação)

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 112/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 112/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 15.713,01 (quinze mil setecentos e treze reais e um centavo)

VIGÊNCIA - 02/01/2015 à 30/06/2015

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32), 1701.2052.4490 (33), 1701.2057.3390 (48), 1701.2058.3390 (51), 1701.2062.3390 (67), 1701.2062.4490 (69).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 34/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 15 de dezembro de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 17/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 17/PMF/2015
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - RAFAEL DA SILVA BORGES

OBJETO - Contratação de empresa especializada para prestar serviços de transporte de passageiros com veículos tipo vans, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município Forquilha/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 44.110,00 (quarenta e quatro mil e cento e dez reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO -0501.2015.3390 (82)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial Nº 01/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA -20 de janeiro de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 09/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 09/2015
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso na Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 2.379,78 (dois mil trezentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos)

VIGÊNCIA - 02/01/2015 à 30/06/2015

DOTAÇÃO - 1101.2037.3390 (173)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 34/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 14 de janeiro de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 18/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 18/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - OEDING ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA EPP

OBJETO - Prestação de serviços de assessoria técnica especializada nas áreas contábil, administrativa e financeira da Prefeitura Municipal para o exercício de 2015, com execução de carga horária variável de acordo com a necessidade da contratante.

VALOR - Valor por hora trabalhada R\$ 130,00 (cento e trinta reais) perfazendo um valor global de R\$ 75.400,00 (setenta e cinco mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 07/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 26 de janeiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 245/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 245/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ELEVADORES CASTELO LTDA

OBJETO - Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção corretiva e preventiva de elevador hidráulico em imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para doze meses.

VALOR - Valor mensal de R\$ 319,00 (trezentos e dezenove reais), num valor global de R\$ 3.828,00 (tres mil oitocentos e vinte e oito reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 vigorará até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - (26).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 224/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 12 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 136/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 136/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 206/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALL LUX SERVIÇOS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA

DO OBJETO - Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 206/2014 de 31/12/2014 para 30/01/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 30 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

PREGÃO 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2015 - PROCESSO 03/2015

Câmara Municipal de Forquilha, torna público a realização do Pregão Presencial nº 02/2015.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria contábil, financeira e orçamentária, no sistema e-Sfin-ge, folha de pagamento, compras, licitações e editais, gerações e envio dos relatórios LRF e SISTN, orientação nas defesas junto as prestações de contas com o TCE/SC e outros órgãos fiscalizadores, bem como outros serviços relacionados a natureza deste objeto e a nova contabilidade aplicada ao setor público, com carga presencial mínima de quatro horas semanais na Câmara Municipal de Forquilha.

Forma de Julgamento: Menor preço global

Data de credenciamento e abertura dos envelopes proposta dia 27/02/2015 às 16:00 horas.

Informações: Câmara Municipal de Forquilha - Direção, à Rua Sigisfredo Back, 355, Centro, Cep: 88.850-000, Forquilha, SC, ou pelo telefone: (48) 3463-1215 / 3463-1449.

Disponibilidade do edital a partir do dia 13/02/2015, na sede da Câmara ou via e-mail: diretormuriel@camaraforquilha.sc.gov.br.

MURIEL ZANETTE
Diretor e Pregoeiro da CMF

RANGEL LOCH
Presidente da CMF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 34/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 194/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 34/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES para os alunos da rede municipal de ensino por meio da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 03/12/2015.

2ª Publicação.

Fraiburgo**PREFEITURA****PORTARIA Nº 0531/2015**

PORTARIA Nº 0531, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 056/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANACI APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 802.521.419-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0532/2015

PORTARIA Nº 0532, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 056/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CINTIA RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.973.969-14, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0533/2015

PORTARIA Nº 0533, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 056/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DENISE CARDOZO FREDERICK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.322.469-50, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 0534/2015**

PORTARIA Nº 0534, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 056/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PATRICIA DE ALMEIDA DIAS DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 000.181.749-30, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 0535/2015**

PORTARIA Nº 0535, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0401/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a professora ROSANE APARECIDA BARBOSA LUCIANO, que se encontra afastada em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.491.419-37, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 0536/2015**

PORTARIA Nº 0536, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0402/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora ELENICE DE MELLOS, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SÔNIA BRAZ DE OLIVERIA WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 712.971.389-53, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0537/2015

PORTARIA Nº 0537, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0403/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADRIANA ROSANE ARISTELE DOS SANTOS, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 987.269.359-53 na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0538/2015

PORTARIA Nº 0538, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0406/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CÉLIA INHAIA AMÉRICO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.557.939-39, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0539/2015

PORTARIA Nº 0539, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato SUZANE NOIA FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º. 053.538.509-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0540/2015

PORTARIA Nº 0540, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0391/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSONI DE FÁTIMA GONÇALVES RICHTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 642.633.639-49 na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0541/2015

PORTARIA Nº 0541, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0393/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ISAMARA CAROLINE DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.595.239-06, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0542/2015

PORTARIA Nº 0542, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0394/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JEAN CARLOS LIESCH, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 085.978.929-27, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0543/2015

PORTARIA Nº 0543, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0397/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANE BORGES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 845.387.329-15, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE), com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 04 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.
pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0544/2015

PORTARIA Nº 0544, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0399/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 24 (vinte e quatro) para 27 (vinte e sete) horas semanais a carga horária da servidora ADRIANE FÁTIMA BÊE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.376.819-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0545/2015

PORTARIA Nº 0545, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0400/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 35 (trinta e cinco) para 36 (trinta e seis) horas semanais a carga horária da servidora ROSECLEI GOLYNSKI NOGUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.373.089-05, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0546/2015

PORTARIA Nº 0546, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0426/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 18 (dezoito) para 22 (vinte e duas) horas semanais a carga horária da servidora JULIANA PADILHA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 951.525.049-87, nomeada em provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0547/2015

PORTARIA Nº 0547, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0427/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 13 (treze) para 18 (dezoito) horas semanais a carga horária do servidor MARLEI BENTO DA COSTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 760.949.289-20, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0548/2015

PORTARIA Nº 0548, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 056/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0549/2015

PORTARIA N.º 0549, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, VIRIDIANE JOELCI MOHR, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.838.269-61, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 12 de fevereiro de 2015 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0550/2015

PORTARIA Nº 0550, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 056/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ENAILE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.605.819-05, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0551/2015

PORTARIA Nº 0551, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 056/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FÁTIMA PAULINO IES-BIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.512.573-34, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0552/2015

PORTARIA Nº 0552, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 056/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JAQUELINE LEANDRO GONÇALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.654.559-99 na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0553/2015

PORTARIA Nº 0553, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0392/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILDA FATIMA DA ROSA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 898.663.989-00, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0554/2015

PORTARIA Nº 0554, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0399/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARISA DALANHOL BERNARDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.710.129-20, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.

pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0555/2015

PORTARIA Nº 0555, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0451/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário **NANDINE DE FÁTIMA GUEDES**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 951.525.719-00, na função de **PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL**, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.
pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0556/2015

PORTARIA Nº 0556, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0452/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário **TATIANE ZAPPELINI GUEDES DOS SANTOS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.373.039-09, na função de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.
pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0557/2015

PORTARIA Nº 0557, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 007/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário **EDILSON BATISTA GONÇALVES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 018.248.069-06, na função de **GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de fevereiro de 2015 até 31 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2015.
pIVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

CHAMAMENTO EMERGENCIAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMERGENCIAL 001/2015

Osny Batista Alberton, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público, que estão abertas as inscrições ao Chamamento Público N.º 001/2015, destinado ao preenchimento de vaga emergencial de Admissão em Caráter Temporário do Município de Frei Rogério até a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

DO CARGO

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGA	SALÁRIO R\$
Professor de Informática	Habilitado: Curso de nível Superior, em Informática com Registro no MEC. Não Habilitado: Cursando nível Superior na área de Informática, ou ter cursos de aperfeiçoamento na área e/ou comprovação de experiência na área.	20h	02	Habilitado: 940,64 Não Habilitado: 705,47

DA VAGA

São requisitos básicos para investidura no cargo público a que se refere o presente Chamamento Público:
A nacionalidade brasileira ou equiparada.
O gozo dos direitos políticos.
A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
Idade mínima de 18 (dezoito) anos.
Aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo.
Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo e ou estabelecidos em Lei.

DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial do Chamamento Público N.º 001/2015 será efetuada através de publicação nos seguintes locais:
O Edital na íntegra: no Mural de publicações da Prefeitura Municipal de Frei Rogério, sito à Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina.
Página oficial da Prefeitura Municipal na Internet.
Diário Oficial dos Municípios.

DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão efetuadas na Prefeitura Municipal de Frei Rogério, sito à Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, Município de

Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no horário das 08h às 11h30min e das 13h às 17h, no período de 13 a 19 de fevereiro de 2015.

Procedimento para realizar a inscrição.

Para inscrever-se o candidato deverá apresentar:

Original e cópia legível dos seguintes documentos: CPF, documento de identidade oficial. Os documentos deverão estar em perfeitas condições de forma a permitir com clareza a identificação do candidato.

Comprovante de escolaridade.

Cursos de Aperfeiçoamento na área;

Comprovante de Experiência na área;

Não será permitido, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, ou juntada de documentos a posterior, devendo todos os documentos ser apresentados por ocasião do preenchimento da Ficha de Inscrição.

- Das condições para inscrição:

Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital. O candidato, ao assinar a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para o Chamamento Público N.º 001/2015 e sua plena concordância com as mesmas. O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e / ou de não preenchimento de qualquer campo.

A adulteração de qualquer elemento da cópia da Cédula de Identidade em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Chamamento Público N.º 001/2015.

Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-símile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo que não o especificado neste Edital.

DO REGIME EMPREGATÍCIO

Parágrafo Único - O Regime Jurídico aplicado aos profissionais admitidos em Caráter Temporário do Município de Frei Rogério será o Estatutário.

DA CLASSIFICAÇÃO

- Os critérios de classificação serão os seguintes:

1º. - Formação na área;

2º. - Nível de formação;

3º. - Cursos de Aperfeiçoamento na área específica; (dos últimos 5 anos)

4º. - Tempo de experiência na área específica;

Após o encerramento das inscrições a Comissão Municipal Coordenadora do Chamamento Público, se reunirá para fazer a apuração da classificação dos candidatos conforme critérios estabelecidos neste Edital.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Caso ocorra empate na classificação serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

Maior idade.

Maior número de filhos

DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado será publicado no Mural Público Municipal a partir das 13h00min do dia 20/02/2015 e também na página oficial da Prefeitura Municipal na Internet.

DA ADMISSÃO

A admissão dos candidatos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, de acordo com este Edital.

A admissão dar-se-á através de ato oficial e a posse será imediata devido ao caráter emergencial, devendo ser apresentados os documentos e habilitações exigidas e a realização do exame de saúde precedido pelo médico do trabalho, que concluirá pela aptidão ou não para o exercício do cargo público.

Caso o candidato classificado para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Frei Rogério convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

A contratação se dará em caráter emergencial, visando o preenchimento temporário de vaga até a realização de um Processo Seletivo ou Concurso Público.

DA VALIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2015

Parágrafo Único - O prazo de validade do Chamamento Público N.º 001/2015 será até a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Será eliminado do Chamamento Público N.º 001/2015 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Municipal Coordenadora do Chamamento Público de acordo com a legislação vigente.

É parte integrante deste Edital o seguinte anexo:

Anexo I - Ficha de Inscrição ao Chamamento Público.

Frei Rogério / SC, 12 de fevereiro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO									
FICHA DE INSCRIÇÃO AO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2015									
Nome do Candidato:									
Cargo Pretendido:					N.º de Inscrição:				
DADOS CADASTRAIS									
Pai:									
Mãe:									
Data do Nascimento:									
Naturalidade:					Estado:				
N.º filhos:				Sexo:				Estado Civil:	
Endereço Residencial:								N.º:	
Cidade:					Estado:				
CPF:					Fone:				
Carteira de Identidade:					Órgão Expedidor:				
Portador de Necessidade Especial:		Sim ()		Não ()		Tipo:			
E-mail:									

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta Ficha de Inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Chamamento Público N.º 001/2015 e todas as disposições nele contidas.

Frei Rogério / SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do (a) Candidato (a)	Assinatura do (a) recebedor/responsável
---------------------------------	---

LEI COMPLEMENTAR Nº 058/2015 DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS EM CARGOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 058/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE VAGAS EM CARGOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º. Fica ampliado de 06 (seis) para 07 (sete) o número de vagas do cargo de provimento efetivo de Servente, e de 12 (doze) para 13 (treze) o número de vagas do cargo de provimento efetivo de Servente/Merendeira, previstos no Anexo III, Grupo III da Lei Complementar nº 023/2007, conforme segue:

GRUPO III - ATIVIDADES DE NÍVEL PRIMÁRIO E FUNDAMENTAL-ANPF**1.1. Quadro dos Cargos em Provimento Efetivo (Estatutário)**

Qdade	Cargo	C/H Semanal	Vencimento (R\$)
07	Servente	40	705,48
13	Servente/Merendeira	40	705,48

§ 1º - As atribuições e requisitos para provimento das vagas criadas pela presente Lei são as descritas no Anexo I e, passarão a integrar a Lei Complementar nº 023/07.

Artigo 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a reeditar o Anexo III da Lei Complementar nº 023/07, com as alterações impostas pela presente Lei.

Artigo 3º. Aplica-se aos ocupantes das vagas ora ampliadas, o Regime Jurídico estabelecido na Lei Complementar nº 008/01.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Complementar n. 026/2009, de 25 de fevereiro de 2009, e demais disposições em contrário.

Frei Rogério, 12 de fevereiro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

ANEXO I**ANEXO III****1. GRUPO III - ATIVIDADES DE NÍVEL PRIMÁRIO E FUNDAMENTAL - ANPF**

(...)

2.2. - ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Servente	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de cozinha, limpeza e outras atividades correlatas.
Servente/Merendeira	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de cozinha e outras atividades correlatas.

TERMO DE ADITAMENTO 01/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2015, DATADO DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA PSL- TRANSPORTES COLETIVO LTDA-ME

O Município de Frei Rogério, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede administrativa na Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito no C.N.P.J. sob Nº 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a EMPRESA PSL- TRANSPORTES COLETIVO LTDA-ME, pessoa jurídica, de direito privado, com sede no distrito do Nucleo Triticola, Municipio de Frei Rogério, inscrita no CNPJ sob o nº 08 601 043 0001 34, neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS HAAG doravante denominada simplesmente CONTRATA, aditam ao referenciado contrato as seguintes disposições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS SERVIÇOS:

Fica adicionado ao contrato Nº 032/2015, referente a prestação dos serviços de transporte do escolar relativo a linha 04/2015, a quantia de 4,6 km diários por força da matrícula de um novo aluno que ocorreu após o publicação do processo licitatório que deu origem a este contrato, e que precisa ser transportado até o centro municipal Adolfo Soletti.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

Pelos serviços adicionais contratados o Município pagará a Contratada o valor de R\$ 12,37 (doze reais e trinta e sete centavos) por dia letivo/trabalhado e deverão serem pagos de acordo com o contrato de origem, e devidamente discriminados na nota fiscal/fatura.

3 - CLÁUSULA TERÇA – DA BASE LEGAL:

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 09 de fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
Contratante

PSL- TRANSPORTES COLETIVOS LTDA-ME
Contratada

Testemunhas :

Nome:

CPF :

Nome :

CPF :

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 009/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 009/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 006/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 27 de fevereiro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA AS ATIVIDADES ESPORTIVAS A SEREM DESENVOLVIDOS NO ANO DE 2015 PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 12 de fevereiro de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Gilberto Natalino Baggio
Secretário Mun. de Esportes

Garopaba

PREFEITURA

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA FUNDO M. SAÚDE

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 36 da Lei Federal Complementar nº 141/2012, COMUNICA a realização, e CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas e a população em geral a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 26/02/2015, às 19h30min, na Câmara Municipal de Vereadores, à Praça Governador Ivo Silveira, Centro, com o objetivo de dar transparência, visibilidade, fiscalização, avaliação e controle, através da apresentação de relatório detalhado dos gastos com saúde, realizados no 3º quadrimestre de 2014.

Garopaba, 11 de fevereiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PREFEITURA

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 9º, § 4º c/c artigo 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal nº 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas de Garopaba a comparecerem a AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 26/02/2015, às 19h00min, na Câmara Municipal de Vereadores, à Praça Governador Ivo Silveira, Centro, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes à competência do 3º quadrimestre de 2014, junto a Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, Vereadores e representantes da sociedade.

Garopaba, 11 de fevereiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO - 001/2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 001/2015.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Procedimento: Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2014, Edital de Credenciamento nº 002/2014.

Contratante: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16

Contratada: Gráfica e Editora Metas LTDA. ME - CNPJ sob nº 04.598.394/0001-82.

Resumo do Objeto: Prestação de serviços contínuos de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, através de empresa jornalística que possua jornal com circulação no Município de Gaspar.

Preço: R\$ 10,00 (dez reais) por centímetro por coluna publicado.

Valor Estimado do Contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Dotação: Órgão: 001 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 001 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 001 - Manutenção do Legislativo; Ação: 2.200012 - Publicidade do Legislativo; Modalidade: 3.3.3.9.0.00 - Aplicações Diretas.

Regime de Execução: O presente contrato será executado de forma indireta pelo regime de empreitada por preço unitário, conforme determina o art. 10, inciso II, alínea "b" da lei nº 8.666/1993. Prazo: O presente contrato terá início de vigência com a sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015.

Gestor do Contrato: Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura: 12 de fevereiro de 2015.

Gaspar-SC, 12 de fevereiro de 2015.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 13/2015

RESOLUÇÃO Nº 13/2015

Exonera servidor que especifica.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Considerando o Ofício Interno nº 44/2015, subscrito pelo Vereador Daniel Fernandes dos Reis, através do qual solicita a nomeação do Senhor Diego Inácio Vilvock como Assessor de Gabinete, nos termos da Lei Municipal nº 3.348, de 28 de setembro de 2011;

Considerando que o Senhor Diego Inácio Vilvock ocupa, atualmente, o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, conforme Resolução nº 36, de 16 de maio de 2013,

Resolve:

Art. 1º Fica exonerado do cargo de Assessor Parlamentar do quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, em 15 de fevereiro de 2015, o servidor Diego Inácio Vilvock, portador do CPF nº 073.676.309-03, Registro Geral nº 5.053.682, CTPS nº 0287354-série 002-0-SC, PIS 201.46003-07-6.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 01 - Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 - Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 - Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 - Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Publique-se.
Registre-se.

Gabinete da Presidência, em 11 de fevereiro de 2015.
MESA DIRETORA

José Hilário Melato	Ivete Mafra Hammes
Presidente	Vice-Presidente
Hamilton Graf	Giovano Borges
1º Secretário	2ª Secretário

RESOLUÇÃO Nº 14/2015

RESOLUÇÃO Nº 14/2015

Nomeia Diego Inácio Vilvock para o cargo de Assessor de Gabinete.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e art. 31, inciso VIII, do Regimento Interno,

Considerando a promulgação da Lei Municipal nº 3.348 em 28 de setembro de 2011, cuja publicação se deu no Diário Oficial dos Municípios nº 838, de 04 de outubro de 2011, que "Cria o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, altera as atribuições dos cargos de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e de Assessor de Imprensa, altera a carga horária e vencimento do cargo de Assessor de Imprensa, e altera a denominação do cargo de Assessor Técnico-Legislativo, no quadro de servidores públicos da Câmara de Vereadores de Gaspar";

Considerando a solicitação do Vereador Daniel Fernandes dos Reis através do Ofício Interno nº 44/2015, pelo qual requer a nomeação do Senhor Diego Inácio Vilvock como seu Assessor de Gabinete; e

Considerando que está a contento a documentação apresentada pelo Vereador, referente à pessoa por ele indicada para ocupar o cargo de Assessor de Gabinete;

Resolve:

Art. 1º Nomear Diego Inácio Vilvock, portador do CPF nº 073.676.309-03, Registro Geral nº 5.053.682, CTPS nº 0287354-série 002-0-SC, PIS 201.46003-07-6, para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete do quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, com a carga horária de 30 horas semanais e remuneração na forma da lei, mediante posse e efetivo exercício a partir de 16 de fevereiro de 2015.

Art. 2º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta da seguinte dotação orçamentária da Câmara de

Vereadores de Gaspar: Órgão: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 01 - Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 - Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 - Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 - Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Publique-se.
Registre-se.

Gabinete da Presidência, em 11 de fevereiro de 2015.
MESA DIRETORA

José Hilário Melato	Ivete Mafra Hammes
Presidente	Vice-Presidente
Hamilton Graf	Giovano Borges
1º Secretário	2º Secretário

SAMAE - GASPAR

PORTARIA N. 20 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA N. 20 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA ENCARREGADO DO ALMOXARIFADO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR VALDIR CESAR DE AMORIM JUNIOR

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 12 de fevereiro de 2015 o servidor VALDIR CESAR DE AMORIM JUNIOR portador do CPF nº 078.210.099-62 e da CI nº. 5.326.321 para o cargo de Encarregado do Almojarifado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 11 de fevereiro de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.02/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de 2015, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 01/2015, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 12/02/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em

conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando a prestação de serviços de retroescavadeira, escavadeira hidráulica e caminhão basculante, conforme especificações constantes no Anexo IV do Edital de Pregão Presencial nº. 1/2015. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes

TERRAPLENAGEM EDIFIKA LTDA. (17.288.386/0001-81)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
3	hs SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO - Com motorista; - Com capacidade de 5m3, pbt 16 toneladas, tração 4 x 2, potência mínima de 140CV e ano de fabricação superior a 2005.	400	R\$ 41,69	R\$ 16.676,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 16.676,00 (Dezesseis mil, seiscentos e setenta e seis reais).

JEAN MENIN ME (14.785.866/0001-60)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	hs SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA - com Operador - peso bruto de operação de 14 a 24 toneladas, com potência de 120 a 140 hp, ano de fabricação superior a 2007	600	R\$ 133,50	R\$ 80.100,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 80.100,00 (Oitenta mil e cem reais).

NILSO TERRAPLENAGEM EIRELI (15.217.244/0001-06)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	hs SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA TRAÇADA COM OPERADOR - Com operador; - Traçada, 4x4, com potência mínima de 70 cv e ano de fabricação superior à 2007;	2.500	R\$ 61,70	R\$ 154.250,00

4	hs SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCK. - Com motorista - Com capacidade de 10 a 12 m3, 6x4, potência entre 140 a 350CV e ano de fabricação superior a 2005	400	R\$ 55,70	R\$ 22.280,00
---	--	-----	-----------	---------------

Valor total registrado do Licitante: R\$ 176.530,00(Cento e setenta e seis mil e quinhentos e trinta reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 273.306,00 (Duzentos e setenta e três mil, trezentos e seis reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir do dia 18/02/2015 pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, a empresa contratada terá um prazo máximo de 01 (uma) hora para estar à disposição do SAMAE para a prestação dos serviços, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Local de entrega: Os serviços serão prestados no âmbito do Município de Gaspar.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a entrega e aprovação de relatório detalhado dos serviços prestados, juntamente com a Nota Fiscal entregue pelo Contratado, que deverá ser aprovada e assinada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico, e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata de Registro de Preços, Edital e seus anexos; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 12 de fevereiro de 2015.

COMISSÃO:
ANA PAULA BECKER LUCHTENBERG
Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA
Equipe de Apoio

MARCELO HEINZEN
Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO 05-2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE RETIFICOU A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 05/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015 PARA ATENDIMENTO DE FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/02/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 26/02/2015 às 14h30min.

MOTIVO: RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DO EDITAL.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 12 de Fevereiro de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO 06/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ARTESANATO PARA OS CURSOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV ATIVIDADE INERENTE AO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATENDIMENTO DOS GRUPOS CADASTRADOS NO SISC NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/02/2015 até às 17h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 26/02/2015 às 17h30min.

MOTIVO: RETIFICAÇÕES NO EDITAL.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso-ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 11 de Fevereiro de 2015.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº02/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

Ata de Registro de Preços nº 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 071/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: - NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA- EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET, TELEFONIA VOIP, VIDEOMONITORAMENTO E CENTRAL DE ALARMES PARA USO DAS SECRETARIAS INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ACESSO PÚBLICO À INTERNET, VIA WIRELESS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM REGIME DE COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS
PRAZO: 12 meses.

Governador Celso Ramos, 5 de janeiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº01/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Ata de Registro de Preços nº 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL nº 068/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: - DODOTUR TRANSPORTES E VIAGENS LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO DE TURISMO COM, NO MÍNIMO, 42 LUGARES E MICRO-ÔNIBUS LEITO DE TURISMO COM, NO MÍNIMO, 28 LUGARES PARA O ATENDIMENTO DE CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, BEM COMO ATENDER AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC
PRAZO: 12 meses.

Governador Celso Ramos, 05 de janeiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº03/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015
Ata de Registro de Preços nº 003/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
PREGÃO PRESENCIAL nº 071/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: - NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA- EPP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET, TELEFONIA VOIP, VIDEOMONITORAMENTO E CENTRAL DE ALARMES PARA USO DAS SECRETARIAS INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ACESSO PÚBLICO À INTERNET, VIA WIRELESS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM REGIME DE COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS
PRAZO: 12 meses.

Governador Celso Ramos, 5 de janeiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/2015

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015
Ata de Registro de Preços nº 004/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
PREGÃO PRESENCIAL nº 02/2015
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: - ORGANIZA EVENTOS LTDA - ME
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA PLANEJAMENTO, DIVULGAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO PROJETO VERÃO MAIS 2015 A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
PRAZO: 12 MESES.

Governador Celso Ramos, 6 de fevereiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015

Extrato de Contrato de Rateio Nº 001/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2015

EMPRESA CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
OBJETO DO CONTRATO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Governador Celso Ramos no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.
Valor do contrato: R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais)

Governador Celso Ramos, 02 de Janeiro de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015

Extrato de Contrato de Locação Nº 002/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 002/2015

LOCADOR: CLEOMAR NERI
LOCATÁRIO: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
OBJETO: O locador da em locação ao locatário, imóvel de sua propriedade, situado na Av. Bela Vista, S/N, Bairro Calheiros, Governador Celso Ramos constituído de 01 (um) prédio de alvenaria de dois andares com área total construída medindo aproximadamente 882,25m². O imóvel será utilizado para instalação e funcionamento da Secretaria de Educação sediando também a Biblioteca Pública do município.
Valor do contrato: R\$ 4.400,00 mensal (quatro mil e quatrocentos reais)

Governador Celso Ramos, 02 de janeiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015

Extrato de Contrato Nº 003/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

EMPRESA CONTRATADA: SETUF
OBJETO DO CONTRATO/TERMO DE ACEITE: O presente CONTRATO/TERMO DE ACEITE tem por objetivo a venda de créditos eletrônicos de vale-transporte aos servidores da prefeitura municipal de Governador Celso Ramos, a CESSÃO DO USO do CARTÃO VALE-TRANSPORTE e a prestação de serviços de CARGA A BORDO de créditos eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo "SIS".
Valor do contrato: R\$ 98.546,80 (noventa e oito mil quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)

Governador Celso Ramos, 20 de Janeiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015

Extrato de Contrato Nº 002/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EMPRESA CONTRATADA: SETUF
OBJETO DO CONTRATO/TERMO DE ACEITE: O presente CONTRATO/TERMO DE ACEITE tem por objetivo a venda de créditos eletrônicos de vale-transporte aos servidores da secretaria municipal de saúde de Governador Celso Ramos, a CESSÃO DO USO do CARTÃO VALE-TRANSPORTE e a prestação de serviços de CARGA A BORDO de créditos eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo "SIS".
Valor do contrato: R\$ 93.280,00 (noventa e três mil duzentos e oitenta reais)

Governador Celso Ramos, 20 de Janeiro de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015

Extrato de Contrato Nº 005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2015

CARTA CONVITE Nº 001/2015

EMPRESA CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS TRAVESSAS JOÃO OCKER, PEDRO JOÃO OCKER E TARGINO SOARES, BAIRRO FAZENDA DA ARMAÇÃO, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme quantidades, condições e especificações descritas na Carta Convite e seus anexos.

Valor do contrato: R\$ 127.296,30 (cento e vinte e sete mil duzentos e noventa e seis reais e trinta centavos)

Governador Celso Ramos, 23 de janeiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015

Extrato de Contrato Nº 006/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2015

CARTA CONVITE Nº 002/2015

EMPRESA CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA SERVIDÃO MANOEL GOMES, SITUADA NO BAIRRO AREIAS DE BAIXO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme quantidades, condições e especificações descritas na Carta Convite e seus anexos.

Valor do contrato: R\$ 92.734,57 (noventa e dois mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos)

Governador Celso Ramos, 23 de janeiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2015

Extrato de Contrato Nº 007/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2015

CARTA CONVITE Nº 003/2015

EMPRESA CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA SERVIDÃO DAS ORQUÍDEAS, SITUADA NO BAIRRO AREIAS DE BAIXO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme quantidades, condições e especificações descritas na Carta Convite e seus anexos.

Valor do contrato: R\$ 72.005,22 (setenta e dois mil e cinco reais e vinte e dois reais)

Governador Celso Ramos, 23 de janeiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2015

Extrato de Contrato Nº 008/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

EMPRESA CONTRATADA: SETUF

OBJETO DO CONTRATO/TERMO DE ACEITE: O CONTRATO/TERMO DE ACEITE tem por objeto a venda de créditos eletrônicos de vale-transporte aos alunos regularmente matriculados em cursos técnico ou superior, em conformidade com a Lei Municipal nº 909/2013, a CESSÃO DO USO do CARTÃO VALE-TRANSPORTE e a prestação de serviço de CARGA A BORDO de créditos eletrônicos de vale-transporte através do aplicativo "SIS".

Valor do contrato: R\$ 173.320,40 (cento e setenta e três mil trezentos e vinte e reais e quarenta centavos)

Governador Celso Ramos, 20 de Janeiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2015

Extrato de Contrato Nº 009/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

EMPRESA CONTRATADA: MDR PRODUÇÕES LTDA

OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DO EVENTO DO CARNAVAL 2015 INCLUINDO, DENTRE OUTROS, OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PALCO E ILUMINAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme quantidades, condições e especificações descritas no Pregão Presencial.

Valor do contrato: R\$ 118.000,00(cento e dezoito mil reais)

Governador Celso Ramos, 06 de fevereiro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2014

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 064/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 064/2014.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: GESTÃO PÚBLICA CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES - EPP

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 064/2014 PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS, a contar da data de 17/12/2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 006/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 006/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: O presente termo tem por objeto prorrogação do contrato Nº 006/2014 pelo período de 12 (doze) meses a contar da data 01/01/2015, sobre o valor do mesmo, respeitando o estabelecido no art.65 da lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos 17 de dezembro de 2014

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2013

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 025/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 025/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: GERIATRIA SÃO MATHEUS EIRELI-ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 025/2013 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2014 até 31/12/2015.

Governador Celso Ramos, 22 de dezembro de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/2013

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 040/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 040/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: ALESSANDRA IZETE CEA SANTANA - ME

OBJETO: O presente termo tem por objeto prorrogação do contrato Nº 040/2013 pelo período de 12 (doze) meses, e o aditivo do valor contratual em 25%, contar da data 31/12/2014.

Governador Celso Ramos 18 de dezembro de 2014

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará**PREFEITURA****PR 09/2015 CESTA BÁSICA**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 32/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 09/2015-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) CESTAS BÁSICAS PARA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO PARÁ.

Data e Horário de Abertura: 04/03/2015, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 10 de fevereiro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO 02/2015 MÚSICOS

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 33/2015

Edital de TOMADA DE PREÇO n. 02/2015-TP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÚSICO PARA ABRILHANTAR OS ENCONTROS SEMANAIS DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NA SEDE DO MUNICÍPIO E NO DISTRITO DE AIURÊ. Data e Horário de Abertura: 07/03/2015, às 15h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 10 de fevereiro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATO 16.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 16/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

Contratada....: ASSOCIACAO BENEFICIENTE HOSPITAL SAO LUCAS

Valor : 845.085,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil e oitenta e cinco reais)

Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E SOBRE AVISO NA AREA DA SAUDE PARA O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE GUARACIABA/SC, PARA O ANO 2015, PELO PERÍODO DA ASSINATURA DO CONTRATO ATÉ 31/12/2015.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 07.2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/15

HOMOLOGAÇÃO: 12/02/15

CONTRATADO: ASSOCIACAO BENEFICIENTE HOSPITAL SAO LUCAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR

SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO E SOBRE AVISO NA AREA DA

SAUDE PARA O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO

DE GUARACIABA/SC , PARA O ANO 2015, PELO PERÍODO DA ASSINATURA DO CONTRATO ATÉ 31/12/2015.

VALOR DA DESPESA: R\$ 845.085,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil e oitenta e cinco reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 05.15 CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS DE PEDIATRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 12/15, Edital de Pregão Nº 05/15, Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS DE PEDIATRIA; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 27/02//15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 27/02/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 12 de fevereiro 2015.

Sirlei Maria Scalco Ceretta,

Ordenadora do FMS

EDITAL Nº 08/2015 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RUA LAURO MULLER**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA****EDITAL Nº08/2015**

ESTABELECE O PLANO DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA LAURO MULLER - TRECHO ENTRE AS RUAS 1º DE MAIO, BRUNO FRANCISCO HOFFMANN E RUA NEREU RAMOS, NESTA CIDADE DE GUARACIABA/SC

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, de acordo com o inciso XXV, do art. 79, e inciso III, do art. 110, da Lei Orgânica Municipal, observando o disposto nos arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional (CTN) e no art. 242 e ss da Lei Complementar nº 24 (CTM), de 22 de setembro de 2006, FAZ SABER a quem interessar que pelo presente Edital fica estabelecido o plano de cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à execução de pavimentação asfáltica da Rua Lauro Muller - trecho entre as Ruas 1º de Maio, Bruno Francisco Hoffmann e Rua Nereu Ramos, nesta cidade de Guaraciaba/SC, decorrente de valorização imobiliária, obedecendo a Legislação vigente e as seguintes normas, condições e especificações:

1 – MEMORIAL DESCRITIVO

O memorial refere-se à pavimentação asfáltica da Rua Lauro Muller - trecho entre as Ruas 1º de Maio, Bruno Francisco Hoffmann e Rua Nereu Ramos, nesta cidade de Guaraciaba/SC, conforme consta no ANEXO I do presente Edital.

2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

No custo da obra foram computados os materiais e serviços conforme consta no ANEXO II, perfazendo os montantes de **R\$ 62.449,01** para a Rua Lauro Muller - trecho entre as Ruas 1º de Maio, Bruno Francisco Hoffmann e Rua Nereu Ramos.

3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será equivalente a 50% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros às ruas mencionadas no item 1, que sofreram valorização imobiliária conforme documentos anexos.

5 – SISTEMA DE RATEIO

Para efeito de cálculo e lançamento da Contribuição de Melhoria, o Município de Guaraciaba baseou-se no relatório apresentado pela Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, designados pela Portaria nº 347/2014, de 13 de junho de 2014, de acordo com a apresentação que segue.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

A Comissão fez visita "*in loco*", pesquisa de valores de mercado e comparativo com os dados do Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI) existentes na Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC, dando início aos trabalhos como segue:

Para o processo de cálculo da Contribuição de Melhoria foi inicialmente definida **ZONA DE INFLUÊNCIA (ZIN)**, denominadas de **ZIN I**, sendo uma para cada trecho beneficiado (nao houve subdivisao dos trechos beneficiados por não terem eles longas extensões).

Nas referidas zonas foi efetuado o somatório das áreas dos lotes em m² (**SAL**) e que dividido pelo número de lotes da zona (**NL**), que resultou na área média dos lotes de cada zona (**AML**).

Segue fórmula: $AML = \frac{SAL}{NL}$, sendo que:

1.1 Cálculos das áreas médias dos lotes de cada Zona de Influência

1.1.1 - Cálculo das áreas médias dos lotes da ZIN I da Rua Lauro Muller - trecho entre as Ruas 1º de Maio, Bruno Francisco Hoffmann e Rua Nereu Ramos.

$$AML = \frac{SAL}{NL} = \frac{10.119,31}{13} = 778,4085 \text{ m}^2$$

Tomando-se por base a área média dos lotes de cada uma das zonas, foi estipulado o Valor Venal Médio de mercado dos lotes (**VVM**) pré-obras, em Reais (R\$), considerando-se as particularidades do local, e calculado o Valor Venal Médio de mercado por m² de área dos lotes de cada zona (**VVM/M²**), em Reais por m².

Segue fórmula: $VVM/M^2 = \frac{VVM}{AML}$, sendo que:

1.2 - Cálculo do Valor Venal Médio de mercado por m² dos lotes de cada zona:

1.2.1 - Cálculo do Valor Venal Médio de mercado por m² dos lotes da ZIN I da Rua Lauro Muller - trecho entre as Ruas 1º de Maio, Bruno Francisco Hoffmann e Rua Nereu Ramos.

$$VVM = R\$ 202.897,55$$

$$VVM/M^2 = \frac{VVM}{AML} = \frac{202.897,55}{778,4085} = R\$ 260.6569/m^2$$

Posteriormente, para cada lote das zonas foi arbitrado o Fator Individual de Valorização (**FIV**), levando-se em conta as características dos imóveis e com este foi calculada a valorização individual de cada imóvel para após a execução da obra (**VII**) e o novo valor total do imóvel - pós-obras -, em Reais (R\$), para todos os imóveis, sendo que o valor da Contribuição de Melhoria (**CM**) de cada imóvel será igual ao **VII** (**VII = VVM de cada imóvel pós-obra x FIV**), ou seja, o que o imóvel valorizou com a execução da obra pública será o valor devido a título de contribuição de melhoria, como demonstrado no ANEXO III.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

6 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria, cujos valores estão consignados no ANEXO III do presente Edital, deverá ser feito diretamente ao Município de Guaraciaba, através da instituição bancária conveniada e por ele indicada.

Poderá o contribuinte optar pelo pagamento parcelado ou em cota única, incidindo sobre o parcelamento a correção monetária anual, através da Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM), considerando as seguintes condições:

a) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento inicial na data de 10 de abril de 2015;

b) Em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto.

Para o caso de atraso no pagamento, incidirão sobre os débitos os encargos previstos na legislação municipal aplicável à espécie.

7 - IMPUGNAÇÕES

Os proprietários de imóveis situados nas ruas beneficiadas pelas obras de pavimentação tratadas pelo presente Edital de Contribuição de Melhoria terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente edital para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O Processo Administrativo obedecerá ao disposto na legislação municipal aplicável à espécie.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam fazendo parte do presente Edital os ANEXOS I, II e III.

Para conhecimento dos interessados, será o presente Edital publicado no Átrio da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC, no órgão de imprensa oficial do Município e, ainda, entregue uma cópia a cada proprietário beneficiado pela obra pública, mediante recebimento.

Guaraciaba/SC, 02 de fevereiro de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

Anexo 1

MEMORIAL DESCRITIVO

1. INTRODUÇÃO

O presente memorial descritivo tem por objetivo apresentar as metodologias empregadas no desenvolvimento de estudos dos projetos, bem como especificar a execução dos serviços e empregos dos materiais que farão parte das obras de pavimentação asfáltica.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

2. LOCAL DA OBRA

Os locais onde serão executados os serviços de pavimentação asfáltica encontram-se situados no perímetro urbano do Município de Guaraciaba/SC.

A área total a ser pavimentada é composta atualmente de pedras irregulares(calçamento).

3. ESPECIFICAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

3.1. LIMPEZA DA BASE

Antes da aplicação da pintura de ligação, toda a área a ser pavimentada deverá ser convenientemente lavada com um jato d'água proveniente do caminhão pipa, com a finalidade de remover materiais orgânicos, óleos, graxas, etc. a superfície será limpa até a eliminação total dos resíduos nocivos à aderência. A medição dos serviços de limpeza da pista será realizada por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecidos pelo projeto geométrico.

3.2. PINTURA DE LIGAÇÃO

3.2.1. GENERALIDADES:

A pintura de ligação consiste numa pintura ligante, que recobre a camada da base, e tem por função proporcionar a ligação entre a camada de base e a capa de rolamento (C.B.U.Q.).

3.2.2. MATERIAIS:

O material utilizado para a pintura de ligação é derivado do petróleo, conhecido como emulsão asfáltica RR-2C, a taxa de aplicação do material deverá ser na ordem 0.6L/m².

3.2.3. EQUIPAMENTOS:

A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal do caminhão espargidor.

3.2.4. EXECUÇÃO

O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder ao serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10 graus C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada.

3.2.5. MEDIÇÃO

A medição dos serviços de pintura de ligação será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecidos pelo projeto geométrico.

3.3. REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO

3.3.1. GENERALIDADES

Concreto asfáltico é um revestimento flexível, resultante da mistura a quente, em uma usina adequada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso, espalhado e compactado a quente sobre uma base pintada.

3.3.2. MATERIAIS

3.3.2.1. MATERIAL BETUMINOSO

Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP 50/70).

3.3.2.2. AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo deve ser de pedra britada, com partículas de forma cubica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

outro material nocivo e não deveser conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas.

3.3.2.3. AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo deve ser composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outras substancias nocivas.

3.3.2.4. COMPOSIÇÃO DA MISTURA

O teor de asfalto será de 5,8 a 6,4%, sendo que a porcentagem de betume se refere a mistura de agregados considerada como 100%.

3.3.3-EXECUÇÃO

O revestimento será em C.B.U.Q. (concreto betuminoso usinado a quente), e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNIT. O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da pintura de ligação. O C.B.U.Q. deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165°C, e chegar no local da obra a uma temperatura não inferior a 120°C. O transporte deste material deveser feito através da utilização de caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura. A aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deveser realizada através de moto niveladora e vibro acabadora, obedecendo à espessura do projeto.

A rolagem deveser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso(tandem). A rolagem deve ser iniciada a temperatura de 120° C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 80° C. A compactação deveser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro de passagem anterior.

Nas curvas, a rolagem deveser progredir do lado mais baixo para o lado mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições do recobrimento do rastro. Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que esta sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória. As depressões ou saliências que aparecerem após a rolagem deveser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura ate que a mesma adquira densidade igual ao material circundante.

3.3.4. MEDIÇÃO

O concreto betuminoso usinado a quente será medido por toneladas.

4. DRENAGEM

4.1. DRENAGEM PLUVIAL

Antes de execução da pavimentação asfáltico deveser executados os serviços de drenagem pluvial, os quais devem estar de acordo com o projeto em anexo. Para a execução da drenagem pluvial deveser removida a pavimentação e os materiais existentes, os quais deveser depositados conforme indicação da fiscalização da Prefeitura Municipal de Guaraciaba-SC. A drenagem pluvial será feita através da captação das águas nas bocas de lobo, as aguas captadas serão conduzidas por tubulação de BSTC ate seu destino final. Deveser feita a locação das tubulações, levando-se em conta pontos importantes do projeto, tais como: poços de visita, bocas de lobo existente, encontros de condutores, variação de declividade. Em cada estaca será marcada a cota do terreno e a profundidade da escavação necessária. O sentido normal das escavações será sempre de jusante para montante. OBS: quando a coesão do solo for muita baixa, deveser efetuado o escoamento da vala de maneira a evitar um possível desmoronamento.

A reposição da terra na vala será executada da seguinte maneira:- Inicialmente deveser colocado material de granulometria fina de cada lado da canalização, o qual ira sendo cuidadosamente apiloado. Será



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

conveniente tomar precauções de compactar todo o solo até cerca de 60 centímetros acima do tubo, fazendo-se sempre esta compactação lateralmente ao tubo. Deve-se cuidar para que o solo esteja na umidade ótima para a sua perfeita compactação, a qual será realizada com auxílio de uma placa vibratória, e a camada do solo a ser compactada em cada etapa não deve ultrapassar os 20 cm. Após a realização dos serviços descritos acima, nos locais onde existem calçamentos, coloca-se uma camada de base de brita graduada (esp.=15 cm), posteriormente a isto se executa a uma camada de pavimentação asfáltica (esp.=5 cm).

5- SINALIZAÇÃO

5.1 SINALIZAÇÃO VERTICAL

Objetiva a sinalização vertical estabelecer comunicação visual por meio de placas fixadas em dispositivos implantados a margem ou sobre a via, com a finalidade de regulamentar o uso da via, advertir situações de perigo, além de orientar, informar e educar o usuário da mesma. As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas, observando um afastamento mínimo de 0,60m da borda da pista. Todas as placas a serem implantadas na rua (conf. Projeto em anexo) deverão ser fixadas em postos de madeira conforme detalhamento em Projeto anexo. O poste devere ter tamanho suficiente que permita enterrar 0,50m da sua base e mantenha altura mínima de 1,20 m da placa em relação ao solo e 2,00 m quando for implantada em passeios.

As placas deverão ser confeccionadas em chapas de aço com espessura mínima de 1,5mm, sendo que as películas refletidas que comporão os sinais, sendo fundo, símbolos, orlas, letras, números, setas e pictogramas, deverão ser constituídas por lentes micro esféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em um camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe deve conferir uma superfície lisa e plana, portanto as mesmas deverão ser semi-refletivas. As placas de forma octogonal terão altura/ largura iguais a 0,60 m e as de forma circular terão diâmetro de 0,60m.

As formas, proporção e cores dos símbolos, e as cores das placas de advertência deverão estar em acordo com o CÓDIGO DE TRANSITO BRASILEIRO.

5.2- SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

Neste projeto, a sinalização horizontal se compõe basicamente da pintura de linhas de demarcação sobre o pavimento. A linha demarcatória das faixas de tráfego será dupla e continua, na cor amarela com 0,12 m de largura com espaçamento entre elas de 0,12m. A pintura das faixas destinadas aos estacionamentos paralelos será na cor branca-neve, em faixas segmentadas intercaladas a cada 2 m e com 0,12m de largura, conforme detalhes construtivos em anexo. A pintura destinadas as faixas de pedestres serão na cor branca-neve, em faixas com 2,00m de comprimento e 0,40 m de largura, bem como, intercaladas a cada 0,40m.

O material a ser usado na sinalização horizontal é a tinta a base de resina acrílica emulsionada em água, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme, de acordo com o indicado nos projetos em anexo. A espessura úmida devere ser de 0,6 mm, a ser atingida num única aplicação. Deverão ser incorporadas 250 g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m² aplicado. Nas aplicações dos materiais o desvio máximo das bordas em 10,00m deverá ser de 0,01m para as marcas retas. Na espessura das marcas, admitir-se-á uma tolerância de mais ou menos 5%. Os referidos materiais depois de aplicados deverão ser protegidos durante seu tempo de secagem, de modo a garantir uma retro refletância inicial mínima de 150 mcd/lux.m² para o amarelo e 200 mcd/lux.m² para o branco, medindo com ângulos de incidência de 86,5° e ângulo de observância de 1,5°.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Guaraciaba, abril de 2014.

JOSIANA DE MAMAN
ARQUITETA E URBANISTA CAU 118863-1
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

MEMORIAL DE CÁLCULO- PAVIMENTAÇÃO **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC**

OBRA: Drenagem pluvial, pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q.) e sinalização viária.

LOCAL: Perímetro urbano do Município.

RUA LAURO MULLER:

Trecho: entre a Rua 1 de Maio e Bruno Francisco Hoffman.

1.1. Lavagem da pista existente.

Área de 1.502,20m²

1.2. Pintura de ligação c/ RR-2C a taxa de 0.6L/m².

Área de 1.502,20m²

1.3. Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q.), espessura média =3,00cm (pista):

6,5 metros (pista de rolagem) x 150,37 metros (rua) = 977,41 m²

977,41m² x 0,03m x 2,50ton/m³ = 73,31 ton.

1.4. Reperfilagem asfáltica c/ concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q.), espessura média=3,00cm (acostamento).

3,5 metros (acostamento) x 150,37 metros (rua) = 526.295m²

526.295m² x 0,03m x 2,50ton/m³ = 39,47 ton.

1.5. Capa asfáltica c/ concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q.), espessura média= 3,00cm(pista).

977,41m² x 0,03m x 2,50ton/m³ = 73,31 ton.

1.6 Pintura de faixas horizontais.

Faixa amarela:

0,12 metros (larg. Faixa) x 150,37 metros (comprimento rua) x 2(quant. Faixas) = 36,09m²

Faixa branca acostamento.

0,12 metros (larg. Faixa) x 2,00metros (comprimento da faixa) x 75.185 metros (comprimento rua / 2 metros) = 18.04 m².

0,12 metros (larg. Faixa) x 2,00metros (comprimento da faixa) x 75.185 metros (comprimento rua / 2 metros) = 18.04 m².



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

$$18.04\text{m}^2 + 18.04\text{m}^2 = 36.08\text{m}^2.$$

Faixa de pedestres.

$$10,00\text{metros (largura via)} / 0,40(\text{espaçamento}) = 25 \text{ unidades}$$

$$25 \text{ unidades} / 2(\text{metade das unidades}) = 12,5 \text{ unidades}$$

$$12,5 \text{ unidades} \times 2,00 \text{ metros (comprimento da faixa)} \times 0,40 \text{ (largura da faixa)} = 10,00\text{m}^2$$

$$10,00\text{m}^2 \times 2 \text{ (faixa de pedestre)} = 20,00\text{m}^2$$

1.7 Drenagem.

Escavação mecânica de valas para obras de arte corrente - 1ª categoria

$$\text{Corpo de BSTC D=40cm: } 27\text{m} \times (0,80\text{m altura} \times 0,60\text{m largura}) = 12,96\text{m}^3$$

$$\text{Corpo de BSTC D=60cm: } 71\text{m} \times (1,00\text{m altura} \times 0,80\text{m largura}) = 56,80\text{m}^3$$

Reaterro e Apiloamento

$$\text{Corpo de BSTC D=40cm: } 12,96\text{m}^3(\text{área escavação}) - 3,39\text{m}^3(\text{área de tubos}) = 9,57\text{m}^3$$

$$\text{Corpo de BSTC D=60cm: } 56,80\text{m}^3(\text{área escavação}) - 20,08\text{m}^3(\text{área de tubos}) = 36,72\text{m}^3$$

1.8 Sinalização Vertical

$$\text{Placa "Pare"} = 01$$

$$\text{Placa "Dê a Preferência"} = 01$$

$$\text{Placa "Proibido estacionar"} = 02$$

$$\text{Placa "Estacionamento regulamentado"} = 03$$

$$\text{Placa "Velocidade máxima"} = 02$$

1.9 Transporte

$$\text{Média de Transporte de massa asfáltica} = 40 \text{ km}$$

$$(\text{Tonelada de material}) \times (\text{Média de Km rodados}) = \text{transporte}$$

$$186.09\text{ton} \times 40\text{Km} = 7.443,60 \text{ T/Km}$$

FUNDAÇÃO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS										PLANILHA Cliente	
PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - MODELO v. 1.1										FOLHA Nº 1	
GUARACIABA/SC										DATA 21/03/2014	
PAV. ASFÁLTICA RUA LAURO MULLER											
LOCALIZAÇÃO:											
Data de referência dos custos:										SINAPI / JANEIRO 2014- SICRO/ NOVEMBRO 2013	
ITEM	CÓDIGO (SINAPI / SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO			
A	74209(00) - Sinapi	SNALIZAÇÃO DA OBRA	m²	2,50	366,12	20,50%	439,85	1.099,63			
B		PAVIMENTAÇÃO									
	73806(00) - Sinapi	Limpeza de superfícies com jato de alta pressão de ar e água	m²	1.502,00	0,91	20,50%	1,10	1.652,20			
	72943- Sinapi	Pintura de ligação	m²	1.502,00	1,17	20,50%	1,41	2.117,82			
	72965-Sinapi	Camada de concreto asfáltico usinado a quente(pista)	ton	73,31	188,64	20,50%	226,63	16.614,22			
	72965-Sinapi	Camada de concreto asfáltico usinado a quente(acostamento)	ton	39,47	188,64	20,50%	226,63	8.945,04			
	72965-Sinapi	Camada de concreto asfáltico usinado a quente(capa)	ton	73,31	188,64	20,50%	226,63	16.614,22			
C		SNALIZAÇÃO VIARIA									
D	72947-Sinapi	Pintura de faixas horizontais com tinta acrílica (branca, Amarela)	m²	92,17	17,38	20,50%	20,88	1.924,51			
		DRENA-DEM									
	3061-Sinapi	Escavação mecânica de valas para obras correntes - 2 Categoria	m³	69,76	5,63	20,50%	6,76	471,50			
	73724-Sinapi	Assentamento de tubo de concreto D=40cm, simples ou armado, junta em argamassa 1:3 areia/brita	m	27,00	14,95	20,50%	17,96	484,92			
	73722-Sinapi	Assentamento de tubo de concreto D=60cm, simples ou armado, junta em argamassa 1:3 areia/brita	m	71,00	29,09	20,50%	34,94	2.480,74			
	74015(00) - Sinapi	Retroto e Apilamento em canais de 20cm	m³	46,29	19,13	20,50%	22,98	1.063,72			
	2 S 04 960 01 - SICRO	Boca de Lobo em alvenaria, para rede D=40cm e D=60cm	unid.	5,00	431,61	20,50%	518,53	2.592,65			
E		SNALIZAÇÃO VERTICAL									
	4 S 06 200 02 - Dn1	Placa D=80cm	unid	7,00	164,24	24,50%	203,87	1.427,09			
	4 S 06 200 02 - Dn1	Placa octogonal com L=33cm	unid	1,00	174,09	24,50%	216,09	216,09			
	4 S 06 200 02 - Dn1	Placa triangular com D=80cm	unid	1,00	164,24	24,50%	203,87	203,87			
F		TRANSPORTE									
	843	Transporte comercial com caminhão basculante 6m³, rodovia pavimentada	TxKM	7.443,60	0,51	20,50%	0,61	4.540,60			
								</			

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT

PROPRIETÁRIOS



PREFEITURA MUNICIPAL

Rua Ademar de Barro, nº 85, Centro
CEP: 89.920-000
Fone/ fax: (49) 3645-2000

GUARACIABA

Projeto: Pavimentação Asfáltica / Sinalização		Data: Dezembro 2013
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA CNPJ: 82.821.216/0001-82	Projetos RUA NEREU RAMOS	Desenho: JOSIANA
Responsável Técnico: JOSIANA DE MAMAN - CAU 118863-1 Setor de Engenharia	Topografia: Felipe Celso Rodrigues Eng.º Agrim. - Crea-SC 71.968-1	Escala: S/ Escala
	Arquivo:	Área: 3.058,00 m²
		Prancha: PRO/01

PRODUCED BY AN AUTODESK EDUCATIONAL PRODUCT



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

LAUDO DE AVALIAÇÃO

- OBJETO

Constitui-se objeto da presente avaliação, a determinação de valores pré-obra e pós-obra dos terrenos frontais da Rua Lauro Muller - trecho entre as Ruas 1º de Maio, Bruno Francisco Hoffmann e Rua Nereu Ramos que receberão que pavimentação asfáltica.

- METODOLOGIA AVALIATÓRIA

A Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis nomeada pela portaria nº 347/2014, adotou para a avaliação dos imóveis diretamente beneficiados os seguintes critérios:

- Comparativo Direto: Define o valor médio dos imóveis através da comparação com dados de mercado de imóveis semelhantes. São selecionados alguns elementos de pesquisa de imóveis similares em oferta ou negociados e opiniões de corretores imobiliários;
- Localização: Analisa a localização dos imóveis dentro do município, os usos predominantes e potenciais no entorno (residencial familiar, residencial multifamiliar, comercial, industrial, rural). Os serviços públicos e comunitários (pavimentação, transportes coletivos, comércio, rede bancária, educação, saúde, segurança, lazer);
- Caracterização física: Analisa a área e dimensões dos lados (frente, fundos, laterais) do terreno; sua forma geométrica; a situação do terreno em relação à quadra (meio de quadra, esquina, quadra inteira, encravado); sua posição em relação ao nível do logradouro (no nível, acima, abaixo); a Inclinação / relevo (plano, semi-plano, aclave, declive, acidentado etc.); a superfície do imóvel (seco, brejoso, alagável, outros);
- Obra Executada: Para o aferimento da valorização de cada imóvel observou-se o beneficiamento pela obra concluída, dependendo do tipo de material utilizado em cada obra e se a mesma contemplou rede de drenagem pluvial, sinalização, passeio, e outros.

- AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS

Para o processo de cálculo da valorização imobiliária decorrente das obras públicas referenciadas foi inicialmente definida **ZONA DE INFLUÊNCIA (ZIN)**, denominadas de **ZIN I**, sendo uma para cada trecho beneficiado (nao houve subdivisao dos trechos beneficiados por não terem eles longas extensões).

Nas referidas zonas foi efetuado o somatório das áreas dos lotes em m² (**SAL**) e que dividido pelo número de lotes da zona (**NL**), que resultou na área média dos lotes de cada zona (**AML**).



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Segue fórmula: $AML = \frac{SAL}{NL}$, sendo que:

1.1 Cálculos das áreas médias dos lotes de cada Zona de Influência

1.1.1 - Cálculo das áreas médias dos lotes da ZIN I da Rua Lauro Muller - trecho entre as Ruas 1º de Maio, Bruno Francisco Hoffmann e Rua Nereu Ramos.

$$AML = \frac{SAL}{NL} = \frac{10.119,31}{13} = 778,4085 \text{ m}^2$$

Tomando-se por base a área média dos lotes de cada uma das zonas, foi estipulado o Valor Venal Médio de mercado dos lotes (**VVM**) pré-obras, em Reais (R\$), considerando-se as particularidades do local, e calculado o Valor Venal Médio de mercado por m² de área dos lotes de cada zona (**VVM/M²**), em Reais por m².

Segue fórmula: $VVM/M^2 = \frac{VVM}{AML}$, sendo que:

1.2 - Cálculo do Valor Venal Médio de mercado por m² dos lotes de cada zona:

1.2.1 - Cálculo do Valor Venal Médio de mercado por m² dos lotes da ZIN I da Rua Lauro Muller - trecho entre as Ruas 1º de Maio, Bruno Francisco Hoffmann e Rua Nereu Ramos.

$$\begin{aligned} VVM &= \text{R\$ } 202.897,55 \\ VVM/M^2 &= \frac{VVM}{AML} = \frac{202.897,55}{778,4085} = \text{R\$ } 260,6569 /m^2 \end{aligned}$$

Posteriormente, para cada lote das zonas foi arbitrado o Fator Individual de Valorização (**FIV**), levando-se em conta as características dos imóveis e com este foi calculada a valorização individual de cada imóvel para após a execução da obra (**VII**) e o novo valor total do imóvel - pós-obras -, em Reais (R\$), para todos os imóveis, como demonstrado no ANEXO I.

Guaraciaba/SC, em 19 de setembro de 2014.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Valdocir Arconti
Corretor de imóveis

Gracieli Mara Maldaner
Secretária Municipal de administração
e finanças

Claudio dos Santos
Fiscal de Obras e Posturas

Josiana de Maman
Arquiteta

Tatiâne Cristina Schneider
Fiscal de Tributos Municipais

ANEXO I

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA LAURO MULLER TRECHO ENTRE AS RUAS 1º DE MAIO, BRUNO FRANCISCO HOFFMANN E NEREU RAMOS

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	TESTADA LOTE (m.l.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR VENAL MÉDIO (PRÉ-OBRA)	F.I.V.	VALOR VENAL MÉDIO (PÓS-OBRA)	VALORIZAÇÃO INDIV. DO IMÓVEL
ZONA DE INFLUÊNCIA ZIN I								
Leonir kist	3541	06-B	14,67	400,00	R\$ 104.262,76	5,8746%	R\$ 106.097,07	R\$ 1.834,31
Alzira Madalena Cecconi	816	P/ 04	20,73	1537,81	R\$ 400.840,79	8,3013%	R\$ 403.432,83	R\$ 2.592,04
Celso Reinaldo Iamb	894	P/ 26	13,56	500,00	R\$ 130.328,45	5,4301%	R\$ 132.023,97	R\$ 1.695,52
Valmir Angelo Bianchi	945	P/ 26	14,80	500,00	R\$ 130.328,45	5,9266%	R\$ 132.179,01	R\$ 1.850,56
Rubem Oigem Bencke	887	P/ 43 e 44	60,07	1333,00	R\$ 347.455,65	24,0549%	R\$ 354.966,69	R\$ 7.511,04
Jorge Luiz Teleken	1375	4	14,00	434,00	R\$ 113.125,09	5,6063%	R\$ 114.875,63	R\$ 1.750,53
Miguel João Pian	1373	P/ 03	13,00	403,00	R\$ 105.044,73	5,2058%	R\$ 106.670,23	R\$ 1.625,50
Eloi Paulo Balensiefer	1372	P/ 03	13,00	403,00	R\$ 105.044,73	5,2058%	R\$ 106.670,23	R\$ 1.625,50
Joraci Costacurta	1371	2	15,00	690,00	R\$ 179.853,26	6,0067%	R\$ 181.728,83	R\$ 1.875,57
Valmir Luiz Gralow	1370	1	13,00	800,00	R\$ 208.525,52	5,2058%	R\$ 210.151,02	R\$ 1.625,50
Rubem Oigem Bencke	1388	P/ 44 e 45	26,18	1327,85	R\$ 346.113,26	10,4837%	R\$ 349.386,76	R\$ 3.273,50
Osmar Helmuth Bencke	3321	P/ 44 e 45	14,00	420,00	R\$ 109.475,90	5,6063%	R\$ 111.226,43	R\$ 1.750,53
Rubem Oigem Bencke	3320	P/ 45	17,71	1370,65	R\$ 357.269,38	7,0919%	R\$ 359.483,81	R\$ 2.214,43
TOTAL DA RUA						100%		

(Fator de absorção do benefício)

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 10 E 11

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 10/2015 - Tomada de Preço Nº. 01/2015.
Objeto: Contratação de empresa para execução de perfuração de poços artesianos na Linha Caravagio e Linha Barro Preto no município de Guarujá do Sul, através do Convenio nº. 2014TR003577 - Estado de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul.
Habilitação e Propostas: 05/03/2015 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Local: Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 12 de fevereiro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 11/2015 - Pregão Presencial Nº. 06/2015
Objeto: Aquisição de Merenda Escolar (gêneros alimentícios), Material de Limpeza e gás de cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 03/03/2015 (08:15 hrs - Documentação / 08:30 hrs abertura)

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 12 de fevereiro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO Nº 001_2015 - SOBRE AVISO MOTORISTAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Herval d`Oeste, 12 de fevereiro de 2015.

Comunicação Interna: 001/2015

Considerando o Decreto Nº 3394 de 28 de janeiro de 2015, onde "Regulamenta regime de sobreaviso e regime de plantão na Secretaria Municipal de Saúde":

Considerando competência legal do Gestor da Pasta:

Convoco para realização de Sobre Aviso os Funcionários a seguir:
Dia 11/02/2015, Moacir Alves; das 17:00 as 07:30 do dia 12/02/2015;

Dia 12/02/2015, Elton Luiz Mascarelo; das 17:00 as 07:30 do dia 13/02/2015;

Dia 13/02/2015, Roberto Luiz Brandalise; das 17:00 as 17:00 do dia 14/02/2015;

Dia 14/02/2015, Amarildo Nascimento; das 17:00 as 17:00 do dia 15/02/2015;

Dia 15/02/2015, Domingos Ferreira Filho; das 17:00 as 17:00 do dia 16/02/2015;

Dia 16/02/2015, Moacir Alves; das 17:00 as 17:00 do dia 17/02/2015;

Dia 17/02/2015, Elton Luiz Mascarelo; das 17:00 as 13:00 do dia 18/02/2015;

IVONE ESQUINA

Secretária de Saúde de Herval D Oeste

CONVOCAÇÃO Nº 5 - JOÃO CARLOS ISLER

CONVOCA Ç Ã O

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar o Senhor JOÃO CARLOS ISLER, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.591.599-28, aprovado em (5º) quinto lugar no Processo Seletivo nº 001/2014/SMS/HO, homologado 04/09/2014, para a função de Recepcionista, 40 horas semanais, para atuar na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´ Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC) em 13 de Fevereiro de 2015.

Nelson GuindaNI
Prefeito Municipal

Ciente em /...../

JOÃO CARLOS ISLER

PORTARIA Nº 206/2015

PORTARIA Nº 206/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1421/2014, da Servidora IVO-NE RODRIGUES DE SOUZA KACZUR (Matr. 3880), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora Clara Maria Sabotka Tiepo, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a contar de 02 de fevereiro de 2015 a 13 de fevereiro de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 207/2015

PORTARIA Nº 207/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1408/2014, da Servidora CAMILA HOFFELDER (Matr. 3787), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2015

PORTARIA Nº 208/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1455/2014, da Servidora SIMONE APARECIDA BORSOI (Matr. 3791), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, em substituição às servidoras Simara Pasinato, turno vespertino e Marilene Zanini Milani, turno matutino, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2015

PORTARIA Nº 209/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1453/2014, da Servidora SANDRA KANGERSKI BOTTEGA (Matr. 3793), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, em substituição às servidoras Iria Matevi, turno vespertino e Simara Pasinato turno matutino, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2015

PORTARIA Nº 210/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1413/2014, da Servidora DEYSE ELAINE ROCHA BEVILAQUA (Matr. 3795), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino, em substituição à servidora Iria Matevi, a contar

de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 211/2015

PORTARIA Nº 211/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1412/2014, da Servidora DAIANA CAMPANHALI DE CAMPOS (Matr. 3889), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, em substituição à servidora Fernanda Marquezi Mott, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 212/2015

PORTARIA Nº 212/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1449/2014, da Servidora RAFAELA DARTORA DOS SANTOS (Matr. 3857), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, sendo que a mesma passará a substituir a servidora Elenari A. C. de Menezes Fiorin, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 213/2015

PORTARIA Nº 213/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1404/2014, da Servidora ANA MARIA RODRIGUES PAIANO, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais (Matr. 3785), turno matutino, em substituição à Servidora Viviane A. Campanhol Sbrussi, e 20 horas semanais (Matr. 3786), turno vespertino, a mesma passará a substituir a servidora Viviane A. Campanhol Sbrussi, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 214/2015

PORTARIA Nº 214/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1422/2014, da Servidora JESSICA KANGERSKI DA SILVA, a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino (Matr. 4036), em substituição à Servidora Patrícia de Sordi, e 20 horas semanais, turno vespertino (Matr. 4035), a mesma passará a substituir a servidora Marilene Zanini Milani, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 215/2015

PORTARIA Nº 215/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1426/2014, da Servidora JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM (Matr. 3792), a qual exerce a

função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, em substituição à Servidora Neide Ribeiro dos Santos, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 216/2015

PORTARIA Nº 216/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1451/2014, da Servidora RO-SANGELA SCHVAIZERSKI DE OLIVEIRA (Matr. 3782), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, sendo 20 horas turno matutino, em substituição à servidora Elenari A. C. de Menezes Fiorin, e 20 horas semanais, turno vespertino, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até nomeação de servidor aprovado por concurso, limitado ao término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 217/2015

PORTARIA Nº 217/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1436/2014, da Servidora MARCIA RITA RIBEIRO DOS SANTOS (Matr. 3859), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, em substituição à servidora Inês Rech Marin, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 218/2015

PORTARIA Nº 218/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1423/2014, da Servidora JESSICA ZUFFO HACKBARTH (Matr. 3885), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, sendo 20 horas turno matutino, em substituição à servidora Vanuza de Oliveira, e 20 horas semanais, turno vespertino, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 219/2015

PORTARIA Nº 219/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1420/2014, da Servidora IVETE ANDOLFATO (Matr. 3794), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, em substituição à servidora Vanuza de Oliveira, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220/2015

PORTARIA Nº 220/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1418/2014, da Servidora ILIAN-DRA FUSSIEGER MEDEIROS (Matr. 4028), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, em substituição ao servidor Vilmar Varella de Oliveira, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221/2015

PORTARIA Nº 221/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1419/2014, da Servidora ISABEL CRISTINA CATTANI (Matr. 3812), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino, sendo que a mesma passará a substituir à servidora Sabrina Rover, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 222/2015

PORTARIA Nº 222/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1427/2014, do Servidor JULIO PASQUAL RIGO (Matr. 3846), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, sendo que o mesmo passará a substituir à servidora Simone Clarice Antunes Minks, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor

efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 223/2015

PORTARIA Nº 223/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1441/2014, do Servidor MAURO ANTONIO DADALT (Matr. 3869), o qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 30 horas semanais, turnos matutino e vespertino, disciplina de Artes, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até nomeação de servidor aprovado por concurso, limitado ao término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224/2015

PORTARIA Nº 224/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1447/2014, da Servidora PATRICIA PELLISER (Matr. 3821), a qual exerce a função de Segundo Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até que perdue o atendimento ao(s) aluno(s) que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 225/2015

PORTARIA Nº 225/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1448/2014, da Servidora QUELIN VACCARI (Matr. 3783), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino, Educação Infantil, em substituição à Servidora MARA TEREZINHA DOS SANTOS KUHLE, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226/2015

PORTARIA Nº 226/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1425/2014, da Servidora JULIANA DRESCH GIUSTI (Matr. 3897), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino, Educação Infantil, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227/2015

PORTARIA Nº 227/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1438/2014, da Servidora MARIA HELENA DAHMER OLIVO (Matr. 3789), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora MARA TEREZINHA DOS SANTOS KUHLE, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor

efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2015

PORTARIA Nº 228/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1424/2014, da Servidora JULIANA APARECIDA THOMAZZI SAMOURA (Matr. 3790), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até nomeação de servidor aprovado por concurso, limitado ao término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 229/2015

PORTARIA Nº 229/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1415/2014, da Servidora ELISANGELA A. GUIMARÃES DE QUADROS MARTINAZZO (Matr. 3823), a qual exerce a função de Segundo Professor, Nível -1, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até que perdue o atendimento ao(s) aluno(s) que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 230/2015

PORTARIA Nº 230/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1454/2014, do Servidor SIDINEI FERREIRA DE LIMA (Matr. 3818), o qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas semanais, turnos matutino e vespertino, disciplina de Informática, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/2015

PORTARIA Nº 231/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1414/2014, da Servidora EDIVANI BIZOGNIN (Matr. 3777), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até nomeação de servidor aprovado por concurso, limitado ao término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2015

PORTARIA Nº 232/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1407/2014, da Servidora ANDREA RIEPE PIRES (Matr. 3780), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até nomeação de servidor aprovado por concurso, limitado ao término do ano letivo de 2015, de conformidade

com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2015

PORTARIA Nº 233/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1432/2014, da Servidora LUCIANE REZENDE (Matr. 3806), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2015

PORTARIA Nº 234/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1429/2014, do Servidor LUAN PATRIC MELERE SOBRINHO (Matr. 3815), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, em substituição ao servidor Valdecir Pereira da Silva, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2015

PORTARIA Nº 235/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1409/2014, da Servidora CLARICE DUDAS (Matr. 3896), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 20 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Silvana Trevisol Gab, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 236/2015

PORTARIA Nº 236/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1439/2014, da Servidora MARIA LUIZA DEZANET (Matr. 3878), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Marlene Maria de Oliveira, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 237/2015

PORTARIA Nº 237/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1457/2014, da Servidora TAMI RAFAELA PASCOTTO DAHMER (Matr. 3877), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Carmen Teresinha Guiggi, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor

efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 238/2015

PORTARIA Nº 238/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1435/2014, da Servidora MAIRA ZAMBIAZZI (Matr. 3859), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Marilene Tanello Gomes, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 239/2015

PORTARIA Nº 239/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1458/2014, da Servidora THAIANE CRISTINA BONATTO (Matr. 3838), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora Jael Ribeiro dos Santos Carletti, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 240/2015

PORTARIA Nº 240/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1416/2014, da Servidora ERIKA RIBEIRO DE CAMPOS (Matr. 3870), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Adriane Bernardo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 241/2015

PORTARIA Nº 241/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1417/2014, da Servidora GABRIELA LETÍCIA BAZEI (Matr. 3860), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Marinez Couto de Oliveira, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 242/2015

PORTARIA Nº 242/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1431/2014, da Servidora LUCIANE FERREIRA BRANDÃO (Matr. 3778), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir à Servidora Lourdes Ferreira Brandão, a contar

de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 243/2015

PORTARIA Nº 243/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1442/2014, da Servidora MONALIZA APARECIDA SURDI GEMELLI (Matr. 3888), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Maria Raquel Barbosa, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244/2015

PORTARIA Nº 244/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1445/2014, da Servidora NEUSA TEREZINHA FORTES (Matr. 3779), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora Luzinete Oliveira, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 245/2015

PORTARIA Nº 245/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1450/2014, da Servidora RO-SANGELA RIBEIRO B. PINTRO (Matr. 3874), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora Adriana Lúcia Gandin Parizzi, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246/2015

PORTARIA Nº 246/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1459/2014, do Servidor VANDERLEI DE OLIVEIRA ALVES (Matr. 3775), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que o mesmo passará a substituir a Servidora Marizete Aparecida Dalmédico, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 247/2015

PORTARIA Nº 247/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1411/2014, da Servidora CLEONICE DE JESUS DE OLIVEIRA (Matr. 3781), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição

à Servidora Simone Aparecida Radavelli, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 248/2015

PORTARIA Nº 248/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1444/2014, da Servidora NEUSA DE FÁTIMA GERVÁSIO (Matr. 3879), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Francia Talita Cyrino Ramos, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 249/2015

PORTARIA Nº 249/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1443/2014, da Servidora MONICA LUCIA COSTA FELL (Matr. 3776), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora Márcia Proner Rebelatto, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 250/2015

PORTARIA Nº 250/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1437/2014, da Servidora MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ (Matr. 3873), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Eliziane Rodrigues, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 251/2015

PORTARIA Nº 251/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1430/2014, da Servidora LUANA LAIS FERRONATTO DE MORAES (Matr. 3872), a qual exerce a função de Professor, Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, em substituição à Servidora Lucinéia Regina Machado, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 252/2015

PORTARIA Nº 252/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1446/2014, do Servidor OTÁVIO RICARDO LAMIN (Matr. 3811), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, em substituição à servidora Michele da Silva

Coelho Trai, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, ou retorno do servidor efetivo, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 253/2015

PORTARIA Nº 253/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1403/2014, da Servidora MARIA MARGARETE RAMOS (Matr. 3887), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", em substituição ao Servidor Rodrigo Francisco da Silva, que se encontra afastado em Licença para Tratamento de Saúde, enquanto perdurar o afastamento deste servidor, ou até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 254/2015

PORTARIA Nº 254/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 765/2014, da Servidora LEILA TEREZINHA MOLINA DE MOURA (Matr. 3774), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", em substituição à Servidora Iria Ghiggi, que se encontra afastada em Licença para Tratamento de Saúde, enquanto perdurar o afastamento deste servidor, ou até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 255/2015

PORTARIA Nº 255/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO as Portarias Nº 1433 e 1434/2014, da Servidora LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA (Matr. 3808 e 3859), a qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Ensino Fundamental, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 256/2015

PORTARIA Nº 256/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1405/2014, do Servidor ANDERSON ANDRES (Matr. 3810), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, disciplina de Educação Física, turnos matutino e vespertino, sem vínculo com servidor efetivo.

E, ATRIBUIR EXERCÍCIO, ao Servidor supracitado para atuar junto ao Centro Esportivo Atílio Valmórbida Filho - "Tiassa", exercendo Atividades Esportivas Escolares com alunos do CME Pequeno Príncipe e EBM Estação Luzerna, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2015

PORTARIA Nº 257/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1406/2014, do Servidor ANDERSON CRISTIANO DA SILVA (Matr. 3848), o qual exerce a

função de Professor de Tênis de Mesa, Nível - 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 258/2015

PORTARIA Nº 258/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1428/2014, do Servidor LEONARDO MASCARELLO (Matr. 3814), o qual exerce a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Disciplina de Educação Física, sem vínculo com servidor efetivo.

E, ATRIBUIR EXERCÍCIO, ao Servidor supracitado para exercer suas atividades junto ao Departamento de Esportes, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até o término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 259/2015

PORTARIA Nº 259/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1410/2014, da Servidora CLAUDIA ROSANE CAMARA (Matr. 3822), a qual exerce a função de Segundo Professor, Nível - 2, Referência "A", 20 horas semanais, turno matutino, sem vínculo com servidor efetivo, a contar de 02 de fevereiro de 2015 até que perdue o atendimento ao(s) aluno(s) que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 260/2015

PORTARIA Nº 259/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor PAULO CÉZAR DOLEJAL BERTÉ (Matr. 516) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador, Nível - 12/1, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2013 e 01 de abril de 2014, para serem gozadas a partir de 09 de fevereiro de 2015 a 28 de fevereiro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 261/2015

PORTARIA Nº 260/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor WILLIAM SHI SENG YEH (Matr. 2680), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de março de 2013 e 12 de março de 2014, para serem gozadas a partir de 09 de fevereiro de 2015 a 10 de março de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Fevereiro de 2015
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 008/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CNPJ/MF 09.223.659/0001-81
Empresa: VIGA - Pavimentação e Obras Ltda
Endereço: Av. XV de Novembro, nº 468 - 1º andar - Centro
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 008/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa VIGA - Pavimentação e Obras Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 09.223.659/0001-81, estabelecida na Av. XV de Novembro, nº 4681, Bairro Centro, na Cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Felipe Ramos D'Agostini, brasileiro, portador CPF nº 008.482.959-19, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 041/2014, que tem por objeto a PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO EM CBUQ DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, em decorrência do Processo Licitatório nº 024/2014, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual bem como o prazo de execução das ordens de serviço nº 006 e 007/2014 até 12/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, § 1º inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como pareceres técnico e jurídico.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 041/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de fevereiro de 2015..
Nelson Guindani
Prefeito
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:
Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

TERMO ADITIVO Nº 009/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

CNPJ/MF 83.665.141/0001-50

Empresa: Setep Construções S/A

Endereço: Rua Francisco Martinhago, nº 258

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 009/2015 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Setep Construções S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 83.665.141/0001-50, estabelecida na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Ademir Locks, brasileiro, portador CPF nº 290.608.429-87, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 040/2014, que tem por objeto a PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO EM CBUQ DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, em decorrência do Processo Licitatório nº 024/2014, na Modalidade de Concorrência Pública para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2014 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual bem como o prazo de execução da ordem de serviço nº 005/2014 até 12/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, § 1º inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como pareceres técnico e jurídico.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 040/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 12 de fevereiro de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin

CPF: 052.051.949-36

Ibiam**PREFEITURA****PL 006**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

SRP: 002/2015

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços, visando futuras possíveis aquisições parceladas, de pedra brita nº 1, posta no município de Ibiam, para o período de doze meses.

Entrega dos envelopes: 02/03/2015 até as 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 02/03/2015 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 as 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiam, 11 de Fevereiro de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 015 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - COMBUSTÍVEL (GASOLINA)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Educação

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Esporte

Fundação Municipal Cultural

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO	Registro de Preço para aquisição de Gasolina Comum, inclusos os serviços de frentista, destinado ao abastecimento da frota de veículos das Secretarias Municipais desta Prefeitura, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 26/02/2015 às 10:00 hs (dez horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26/02/2015 às 10:00 hs (dez horas), após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA
PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 03 de fevereiro de 2015.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 - MULTIENTIDADES
REGISTRO PREÇO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 10:00 hs (dez horas), do dia 26 de fevereiro de 2015, na Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua Dr. Leoberto Leal nº 160, Centro, cidade de Ilhota, na sala do setor de Licitações, se reunirá a Comissão Permanente de Licitação, para realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM” com a finalidade de receber documentação e proposta do objeto descrito no item 01 deste instrumento.

1 - OBJETO E LOCAL DE FORNECIMENTO

1.1 - Registro de Preço para aquisição de Gasolina Comum, inclusos os serviços de frentista, destinado ao abastecimento da frota de veículos das Secretarias Municipais desta Prefeitura, conforme Anexo I do Edital.

1.2 - A empresa terá de fornecer um tanque instalado no pátio da garagem da Prefeitura (Rua Gelindro Furlani, s/n) com frentista incluso.

1.3 - O tanque de combustível deverá ser acoplado de bomba, devidamente auferida por órgão competente de fiscalização de metrologia legal e qualidade, para abastecimento. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) providenciar a instalação do(s) tanque(s) no pátio da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, sita a Rua Gelindro Furlani, s/n, Bairro Centro, Ilhota/SC; em regime de COMODATO.

2 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2.1 - O Município de Ilhota, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da adjudicação da vencedora, salvo eventuais situações adversas, fará sua convocação para assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente.

2.2 - Os fornecedores que tenham seus preços registrados, ao longo da validade do registro, serão convocados a retirar o pedido ou firmar as contratações, decorrentes da Ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da convocação expedida pelo Município ou da data da publicação no diário oficial do Município, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

2.2.1 - No ato da contratação, o representante da Licitante vencedora deverá apresentar contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade ou contrato social com documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

2.2.2 - A assinatura do contrato ou retirada da Ordem de fornecimento, estará condicionado ao compromisso de manutenção da regularidade da situação da habilitação exigida no edital.

3 - PRAZOS DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1 - O envelope nº 01 - “PROPOSTA” e o envelope nº 02 - “HABILITAÇÃO”, deverão ser entregues lacrados, até o horário previsto no preâmbulo deste Edital, no Departamento de Compras da Secretaria da Administração Municipal, contendo no anverso destes (respectivamente) os seguintes dizeres:

a) ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

ENDEREÇO COMPLETO:

CNPJ:

Email:

Fone:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00X/2015

b) ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

ENDEREÇO COMPLETO:

CNPJ:

Email:

Fone:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00X/2015

3.1.1 - Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do protocolo da equipe de apoio ao Pregoeiro;

3.1.2 - Caso a equipe de apoio ao Pregoeiro não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e a licitante chegar até o horário previsto, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Serão admitidos a participar desta licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto pleiteado.

4.2 - É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente licitação, de mais de uma empresa.

4.3 - Será admitida, em todas as etapas da licitação, a participação de no máximo um representante de cada proponente.

4.4 - A proponente deverá apresentar documento em papel timbrado da Empresa com a indicação do representante credenciado com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da mesma (Conforme modelo em Anexo III). O credenciamento: far-se-á Carta de Credenciamento, firmada por quem tenha poderes de administração e representação. Caso seja firmada por Procurador, o instrumento de procuração deverá ser público, ou particular com firma reconhecida em cartório e estar acompanhada de cópia autenticada do contrato social em vigor. Caso o Credenciado seja sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, faz-se necessário somente à apresentação de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5 - No ato de credenciamento, o representante da proponente deverá identificar-se, mediante a apresentação, ao Pregoeiro, de sua Cédula de Identidade ou documento equivalente, para conferência dos dados com aqueles informados no documento de credenciamento.

4.6 - Declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, assinado por quem de direito;

4.7 - Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes devidamente credenciados das proponentes.

4.8 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, entre si, e estrangeiras que não tenham filial estabelecida no Brasil.

5 - CONTEÚDO E CONDIÇÕES DA PROPOSTA

5.1 - A proposta financeira, deverá ser apresentada no "Envelope nº 1 - PROPOSTA", de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame pertinente, como também deverá, obrigatoriamente:

5.1.1 - Ser emitida nos mesmos moldes do Anexo VII deste Edital, por escrito, com redação clara, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada em todas as suas folhas, devendo, ainda, estarem presas entre si;

5.1.2 - Fazer menção ao número desta Licitação, conter a razão social da licitante, inclusive o CNPJ-MF, número(s) de telefone(s), de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP;

5.1.3 - Indicar as especificações do produto; marca e quantidade

5.1.4 - Indicar os preços unitários, subtotal e global, para pagamento conforme previsto no subitem 7.1 do edital.

5.1.5 - Indicar de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, da sua oferta;

5.2 - A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento, será da exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

5.3 - Somente será aceita cotação em moeda nacional do Brasil.

5.4 - A proposta deverá, obrigatoriamente, contemplar 100% (cem por cento) dos produtos constantes dos itens do edital.

5.5 - Sob pena de desclassificação, mesmo que os fatores impeditivos tenham sido conhecidos após a adjudicação, jamais serão aceitos propostas com oferta de qualquer dos produtos do objeto do edital:

- que não seja de primeira qualidade e dentro das normas exigidas;
- sem a procedência devida de fabricante ou distribuidor estabelecido no Brasil.

5.5.1 - Tratando-se de produto de procedência estrangeira, o(a) pregoeiro(a) ou a autoridade superior poderá exigir da licitante vencedora, mesmo após a fase de julgamento, a apresentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, dos documentos relativos à importação.

5.5.2 - Qualquer produto, objeto do edital, considerado de qualidade inferior ou não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos ou serão devolvidos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

5.6 - Sob as penas legais, não caberá desistência da proposta, salvo por motivos extremamente impeditivos e imprevisíveis que ocorrerem até à ocasião da apresentação da proposta, decorrente de fato superveniente ou excepcional, devidamente justificado no prazo de 24 (vinte e quatro horas), contados da ocorrência do imprevisto, e aceito pela Administração, a exemplo de: greve, grave perturbação da ordem, catástrofes e afins.

5.7 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação ou baseados nas das demais licitantes;

5.8 - Não será aceito proposta com valor excessivo ou extremamente baixo, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, salvo por razões que os justifiquem, através de justificativa fundamentada pela ofertante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da solicitação do(a) pregoeiro(a) ou da autoridade superior.

5.8.1 - Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este, através dos valores constantes da Especificações e Quantitativos (anexo I), devidamente atualizado até a data da abertura do envelope "Proposta", utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado na ocasião.

5.8.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei complementar 23 de 14/12/06, deverão apresentar a declaração conforme modelo constante neste Edital, assinado por quem de direito, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA.

5.8.2.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação do certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação relativo ao de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.8.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

5.8.2.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6 - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1 - RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1.1 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo V deste Edital, assinado por quem de direito;

6.1.2 - Declaração Art. 7, inciso XXXIII da CF, podendo ser utilizado o modelo "Anexo VI", declarando que a licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (Cumprimento das Obrigações Relativas ao Trabalho do Menor), conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

6.1.3 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.1.4 - Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados.

6.1.5 - Não será necessário apresentar os documentos constantes do item 6.1.4 que já tenham sido apresentados por ocasião do credenciamento.

6.2 - RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

6.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.2.4 - Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, dentro de seu período de validade. A CND somente será válida, mediante a apresentação do original, ou por processo de impressão, obtido on-line (via Internet), o qual não poderá ser cópia da impressão - na forma da Ordem de Serviço Nº. 207/99 do INSS (DOU de 15.4.99);

6.2.5 - Certificado de Regularidade do FGTS, dentro de seu período de validade (Lei Federal nº 9.012, de 31.03.95, publicada no DOU de 31.03.95), e/ou conforme regulamentação do próprio órgão emissor. A CRF somente será válida, mediante a apresentação do original, ou por processo de impressão, obtido via Internet, sendo que não poderá ser cópia da impressão obtida via on-line; e

6.2.6 - Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação de que a empresa não possui débitos trabalhistas.

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

6.3 - RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.3.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

6.4 - RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.4.1 - Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove ter fornecido os MATERIAIS/SERVIÇOS com presteza no processo de entrega e na assistência técnica permanente, sob as penalidades legais, no caso de perfídia. Neste documento deverá, também, informar o nível de satisfação no fornecimento e na assistência técnica do equipamento fornecido;

6.4.2 - Todos os documentos exigidos no subitem 6.2 (Regularidade Fiscal) deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para a abertura dos envelopes "HABILITAÇÃO". As Certidões sem a indicação do prazo de validade e que não é constatado desta exigibilidade neste Edital, serão considerados para este Pregão, válidos por 90 (noventa) dias, contados da sua emissão.

6.4.3 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser acondicionados em envelopes lacrados de modo a preservar a sua inviolabilidade.

6.4.4 - Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente, ou por funcionário do setor de licitações ou ainda mediante publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitas cópias ilegíveis, documentos cujas datas estejam rasuradas, sendo que ao (á) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento ou efetuar consultas via internet, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

6.4.5 - A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo (a) próprio (a) Pregoeiro (a), se os dados existirem em outro documento.

6.5 - Não será habilitada a empresa que:

6.5.1 - faltar com a entrega de algum documento exigido neste edital.

6.5.2 - Esteja sob falência, concordata, dissolução ou liquidação.

6.5.3 - por qualquer razão, esteja declarada inidônea ou punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou.

6.5.4 - Não apresente condições jurídicas e fiscais, econômico financeiro ou técnicas, exigidas na presente licitação.

6.5.5 - Que tenha faltado, com alguma condição legal ou editalícias.

6.5.6 - Participe deste Pregão sob qualquer forma de constituição de consórcio, associação ou cooperação.

6.6 - As Certidões Negativas de débitos fiscais poderão ser fornecidas mediante documentação obtida via sistema eletrônico (on-line), porém somente serão aceitas se apresentadas sob a forma original impressa (sem ser cópia), e que esta forma de comprovação esteja prevista em regulamentação própria, do órgão declarante.

6.6.1 - Aceitação das Certidões Negativas via sistema eletrônico, fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor, pelo Município.

6.7 - Exceto as certidões obtidas via internet, indicadas no Item 6.6, os demais documentos somente poderão se apresentados no original ou em Processo de cópias autenticadas por cartório competente.

6.8 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante com número do CNPJ-MF e endereço respectivo, observando que:

a) se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e

c) se a licitante for à matriz e a fornecedora for à filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;

c.1) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser, preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração até antes da sessão de abertura de envelopes. NÃO SERÁ AUTENTICADO NENHUM DOCUMENTO NO DECORRER DA SESSÃO.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro.

7 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

7.1 - O pagamento será efetuado através de Depósito na Conta Bancária, indicada na Nota Fiscal, até 30 (trinta) dias após a entrega dos ITENS mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento, acompanhada da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite.

8 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, ABERTURA E JULGAMENTO.

8.1 - Até o dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, serão recebidos os envelopes, "Proposta e Habilitação", devidamente lacrados, que serão protocolados pela equipe de apoio

ao(à) Pregoeiro(a).

8.2 - No dia, hora e local designados no Preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.

8.3 - Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento das licitantes, nos termos do item 4 - Do Credenciamento, devendo providenciar a assinatura dos representantes na Declaração de que Cumprem os Requisitos Habilitatórios, subitem 4.6 deste Edital e após, encaminhará os envelopes distintos, às licitantes credenciadas para conferência dos lacres e protocolos.

8.4 - Serão abertos, primeiramente, os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

8.5 - A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

8.6 - As propostas de cooperativas, em que os fornecimentos ou serviços deverão ser prestados exclusivamente por associados, deverão ser limpas, ou seja, não incidirá o percentual de 15% (quinze por cento), referente à contribuição destinada à seguridade social, prevista no art. 22, inciso IV, da Lei n. 8.212/1991, alterada pela lei 9.876 - DOU de 26.11.99 (lei das cooperativas).

8.6.1 - Para a verificação do menor preço, será acrescido ao valor da proposta apresentada por cooperativa, o percentual acima citado, visando a aplicação do princípio da igualdade entre as licitantes, visto que o valor acrescido deverá ser recolhido pelo contratante, à ocasião do pagamento da remuneração.

8.6.2 - Caso houver previsão em qualquer outro item deste edital, da proibição para participação cooperados, prevalecerá esta regra, tornando sem efeito os subitem 8.6 e 8.6.1, acima mencionados.

8.7 - Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais, a exemplo dos seguintes casos:

Serão corrigidos, automaticamente, pelo Pregoeiro, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, nas formas abaixo:

- 1) Erro na multiplicação de preços unitários, pelas quantidades correspondentes - será retificado mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto;
- 2) Erro na adição - será retificado conservando-se as parcelas corretas, trocando-se o total proposto pelo total calculado;
- 3) No caso de discordância entre o preço unitário e o total de cada item - prevalecerá o primeiro; e
- 4) Ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão do Pregão;

A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser preenchida tomando por base os dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 - Habilitação;

8.8 - As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.

8.9 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.10 - No curso da sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.11 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 8.10, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.12 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.13 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.14 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.15 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagado pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.16 - Encerrada a etapa competitiva de lances e ordenadas as ofertas de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-os com os preços estimados pela Administração ou com os preços praticados no mercado.

8.17 - para verificação da aceitabilidade das propostas, o(a) pregoeiro(a) levará em consideração o previsto no item 5, deste edital.

8.18 - Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "habilitação" da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 "CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO" e Item 5 "CONTEÚDO DA PROPOSTA E CONDIÇÕES", ambos deste Edital.

8.19 - Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor.

8.20 - Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 8.18.

8.21 - Frustrada a negociação, o Pregoeiro desclassificará a proposta e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.22- Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 6 "CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO" e Item 5 "DO CONTEÚDO DA PROPOSTA E CONDIÇÕES", ambos deste Edital.

8.23 - Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimados as causas referidas no ato desclassificatório.

8.24 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 - Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizará os mesmos.

8.25 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro e por todas as licitantes presentes.

9 - FORMA DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO

9.1 - Para os efeitos de julgamento desta Licitação, levar-se-á em consideração, a proposta que apresentar o "MENOR PREÇO POR ITEM", considerando-se apenas os numerais inteiros, seguidos de centavos com até 02 (dois) dígitos.

9.2 - O objeto deste Pregão será adjudicado à licitante, cuja proposta for considerada vencedora.

9.3 - Após declarada a firma vencedora desta licitação, não havendo manifestação das demais licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado e após será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal.

9.4 - No caso de interposição de recursos, após proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação adjudicado pelo pregoeiro, e após será submetido ao Sr. Prefeito Municipal para a homologação.

10 - IMPUGNAÇÃO/RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Qualquer cidadão ou licitante, desde que haja irregularidade ou vício no edital, contrariando a fiel e estreita observância da Lei federal nº 8.666/93, poderá, através do recurso da impugnação, impugnar o Edital, em até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas.

10.2 - Nos termos do inciso XVIII, do art. 4º da Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (DOU DE 18.07.2002), ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) pregoeiro(a), poderá fazê-lo, de imediato, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais, no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3 - A falta de manifestação imediata e suas razões importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto, ao proponente vencedor, salvo se a decisão não seja proferida na própria sessão, quando o prazo de recurso passará a contar a partir da publicação do resultado do certame, no Diário Oficial do Município.

10.4 - Os recursos deverão ser protocolados no Departamento de Protocolo - da Prefeitura Municipal de Ilhota, fazendo, obrigatoriamente, constar fora do envelope (devidamente lacrado), o "número da licitação", seu conteúdo ("Interposição de Recurso") e seu encaminhamento a/c do(a) Pregoeiro(a), sob pena da não apreciação e tornar o procedimento nulo.

10.5 - Não serão conhecidas às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

10.6 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios, ou quando não justificada as razões (síntese) da intenção de interpor o recurso pelo proponente.

10.7 - Os recursos contra decisões do(a) pregoeiro(a), não terão efeito suspensivo.

10.8 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9 - Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e no futuro contrato, caberá recurso, no prazo e nas condições estabelecidas.

11 - DOTAÇÃO/PROGRAMA DE TRABALHO/ATIVIDADE/RECURSOS

11.1 - Os recursos para execução do contrato estão assegurados no orçamento do ano de 2015, constante do QUADRO DE DOTAÇÕES E RECURSOS.

12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Ilhota - SC, sua administração direta, sociedade de economia mista, fundos especiais e demais órgãos ou entidades controlados diretas ou indiretamente pelo mesmo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Licitante e/ou Contratada que:

a - deixar de assinar o Contrato ou retirar o termo equivalente, no prazo estabelecido neste edital.

b - ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

c - deixar de manter a proposta, injustificadamente;

d - comportar-se de modo inidôneo;

e - fazer declaração falsa;

f - cometer fraude fiscal;

g - falhar ou fraudar na execução do contrato.

12.2 - Pelos motivos que seguem, principalmente, as licitantes vencedoras estarão sujeitas às penalidades tratadas na condição anterior:

a - pelo fornecimento do objeto, desconforme com o especificado e aceito;

b - pela não substituição/reparação, no prazo estipulado, do fornecimento dos produtos recusado;

c - pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste

Pregão e no futuro contrato.

12.3 - Além das penalidades citadas, as licitantes vencedoras ficarão sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município (CRC) e, no que couber, às demais penalidades referidas no futuro contrato e nos artigos 81 a 109, da Lei Federal nº 8666/93, de 21.06.93 e demais alterações posteriores.

12.4 - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, as licitantes ou contratadas ficarão isentas das penalidades mencionadas.

12.5 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com Município de Ilhota - SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e suas entidades controladas, poderão ser aplicadas às licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no edital e/ou no contrato.

12.6 - Se a licitante convocada recusar-se a assinar o contrato ou deixar de comparecer no prazo estabelecido para o mesmo fim, sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e assim sucessivamente.

12.6.1 - Quaisquer dos descumprimentos previstos no subitem 12.6, imediatamente acima, implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da futura contratação, a ser cobrada diretamente ou na forma da lei, sem prejuízo nas penalidades aludidas no subitem 12.1, deste Edital.

12.7 - Se as licitantes convocadas para assinar o contrato, não apresentarem situação regular, no ato da assinatura do contrato, igualmente, será aplicada a regra prevista no subitem 12.6 e 12.6.1, deste Edital.

13 - DEMAIS DISPOSIÇÕES

13.1 - Jamais será motivo para inabilitação ou desclassificação de Licitante, a falta de alguma condição do edital de pequena consequência ou de forma inexpressiva e que não prejudique a boa interpretação, aos direitos iguais e aos princípios básicos legais. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.2 - As multas aplicadas à CONTRATADA, a critério do Município, poderão ser descontadas no ato da liquidação do débito referente ao Contrato respectivo.

13.3 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo previsto neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no Art. 81 da Lei que rege o presente processo licitatório, exceto aquela convocada nos termos do art. 64, § 2º da mesma lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

13.3.1 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela futura Contratante.

13.4 - O conteúdo do presente Edital, bem como os elementos nele referidos, especificações, Documentos de Habilitação, Documentos Financeiros, Proposta Comercial, Planilha da proposta efetiva (reduzida), Relação dos Itens do Objeto do Edital, etc., farão parte integrante do futuro Contrato ou Autorização de Fornecimento, independente de transcrição.

13.5 - A participação nesta licitação implica, por parte das licitantes, na aceitação, em caráter irretratável, de todos os termos do edital.

13.6 - Os casos não previstos neste Edital, serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

13.7 - Ultrapassada a fase da habilitação, a licitante somente

poderá ser desqualificada por motivos relacionados com a habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e/ou qualificação econômico-financeira, ou em razão de fatos supervenientes, e só conhecidos após o julgamento.

13.8 - É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

13.9 - Quando da assinatura do contrato ou da retirada da Autorização de Fornecimento do objeto, bem como do pagamento de qualquer remuneração do contrato, o futuro contratante poderá solicitar nova prova de regularidade fiscal, especialmente as perante o fisco municipal, INSS, FGTS, Receita Federal e Fazenda Estadual sob pena de não recebimento da remuneração, perda da contratação ou até mesmos de rescisão contratual.

13.10 - As decisões referentes a este processo licitatório, poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

13.11 - Não serão motivos para arguir invalidade ou ilegalidade editalícia, pequenas falhas ou especificações que não prejudicam a boa interpretação e os princípios legais da escolha da melhor proposta, a exemplo da eventual descrição no objeto, de marcas ou especificações que levem à pressupor tendências, pois, para todos os efeitos, serão considerados como referenciais básicos, podendo, desta forma, ser ofertado outro bem de outro fornecedor, porém, com especificações técnicas e parâmetros de rendimento, desempenho e de qualidade de níveis iguais ou superiores.

13.12 - Nenhuma indenização será devida às licitantes, por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente Pregão.

13.13 - O objeto da futura contratação, poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

13.14 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.15 - É recomendada às licitantes, que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

13.16 - É fundamental a presença da licitante ou de sua representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.17 - À Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova.

13.18 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

13.19 - Mediante apresentação dos documento de declaração de situação regular a proponente é inteiramente responsável pela fidelidade, integralidade e legitimidade das informações prestadas, bem assim com relação aos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. Em assim sendo, a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas, ou até mesmo quanto à ausência de quaisquer dos documentos exigidos, implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, de conotação grave.

13.20 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.21 - Quando do julgamento da habilitação ou das propostas dos concorrentes, houver ausência de alguma informação em documento exigido, poderá ser suprida a falta, se os dados existirem em outro documento, adotando-se o princípio da razoabilidade.

13.22 - Para esta Licitação e/ou futura contratação, define-se como:

Autorização de Fornecimento: Instrumento bilateral de ajuste contratual, para fornecimento dos materiais, constantes do objeto do edital.

Fornecimento do objeto: Fornecimento dos materiais, constantes do objeto do edital ou do contrato, mediante contrato e/ou Autorização de Fornecimento.

Licitante: Empresa que se propõe a participar da Licitação, mediante manifesto interesse ou aquisição do edital, como Competidor;

Proponente: Empresa licitante que se propõe a fornecer ou executar, por determinado preço, materiais ou serviços - objeto do edital.

CRC: Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de Ilhota.

Contratante: Administração Pública que contrata, sob a forma de execução indireta.

Contratada: Empresa executora, prestadora ou fornecedora da Administração Pública, por meio de Contrato, Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Fornecimento e/ou de Serviços.

Fiscalização: Comissão ou pessoa designada para acompanhar o fornecimento do objeto do contrato.

13.23 - Quaisquer esclarecimentos adicionais a este Edital, poderão ser objetos de consultas endereçadas à Prefeitura Municipal de Ilhota, no prazo de até 02 (dois) dias anteriores, em relação à data prevista para a abertura dos envelopes, pelo email: licitacao@ilhota.sc.gov.br ou no endereço acima indicado, em dias úteis e horários das 08:00 às 12:00 hs e das 13:30 às 17:30 hs, os quais serão respondidos, via expressa, através de Carta Circular para todas as licitantes, sendo que estes esclarecimentos adicionais não serão considerados como motivo para qualquer prorrogação de data estabelecida neste Edital.

13.24 - Demais documentos e maiores informações, poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Ilhota, no endereço e telefone mencionados neste edital.

13.25 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não frustrem o interesse Administrativo, a finalidade e a segurança da contratação.

14 - ANEXOS INTEGRANTES

14.1 - Encontram-se em anexo e fazem parte integrante e inseparável deste Edital:

- Anexo I - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS;
- Anexo II - QUADRO DE DOTAÇÕES E RECURSOS;
- Anexo III - MODELO DE CREDENCIAMENTO;
- Anexo IV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E REQUISITOS HABILITATORIOS;
- Anexo V - MODELOS DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE;
- Anexo VI - MODELO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR;
- ANEXO VII - MODELO DE CARTA PROPOSTA;
- ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;
- ANEXO IX - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- ANEXO X - RELATÓRIO DE CONTROLE.

15 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

15.1 - O certame obedecerá as regras previstas no edital, sendo que, dentre as demais obrigações, o(a) pregoeiro(a) terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior, para homologar e autorizar a contratação;
- l) encaminhar à Secretaria da Administração, as razões que motivam abertura de processo administrativo, diante da apuração de irregularidades, visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

16 - RECEBIMENTO/OBRIGAÇÕES/PENALIDADES/RESCISÃO

16.1 - A forma e condições de recebimento, obrigações, penalidades e rescisão contratuais, estão previstas na Minuta da Ata de Registro (anexo IX).

17 - DO FORO

17.1 - Para dirimir as questões oriundas deste Edital e da futura Autorização de Compras, será competente o Foro da Comarca de Gaspar - SC, com renúncia aos demais.

Ilhota, 03 de fevereiro de 2015.

Tatiana R. Reichert

Secretário(a) de administração

Alex Miranda

Pregoeiro

CIENTE:

Janete Custódio

Controlador Interno

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 - MULTIENTIDADES
ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

OBJETO - Registro de Preço para aquisição de Gasolina Comum, inclusos os serviços de frentista, destinado ao abastecimento da frota de veículos das Secretarias Municipais desta Prefeitura.

Item	Especificações	Unidade	Qtde	Previsão de Custo	
				Unitário Máximo	Total
1	Gasolina comum, de aparência incolor à amarela, com adição de álcool etílico, conforme legislação vigente (Resolução da CIMA). Sem qualquer outro tipo de aditivo. Límpido, isendo de impureza	LTS	61.000,00	3,23	197.030,00

OBSERVAÇÕES:

No valor da proposta deverão estar incluídos todos os custos com impostos, taxas, fretes, assim como todos os custos necessários ao completo fornecimento do material e a prestação dos serviços ora solicitado.

A proposta de preços deverá apresentar prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.

O abastecimento deverá ser efetuado de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

A entrega deverá ser efetuada diariamente ou quando necessário, mediante a apresentação da requisição de solicitação quantitativa devidamente assinada pelo SECRETÁRIO da pasta ou quem este designar.

A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do processo, o Projeto de instalação dos equipamentos (tanques, bombas de combustível e afins), acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's (de Projeto e de Execução) do profissional responsável.

A licitante vencedora deverá disponibilizar, no pátio da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, os equipamentos (tanques, bombas de combustível e afins), instalados e prontos para o uso, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, após a homologação do processo.

Todos os equipamentos serão fornecidos em regime de comodato, sendo que: a) Os tanques e as bombas poderão ser produtos novos ou usados, desde que estejam reformados e em plenas condições de utilização e devidamente auferidos por órgão competente de fiscalização de metrologia legal e qualidade.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015 - MULTIENTIDADES
ANEXO II - QUADRO DE DOTAÇÕES E RECURSOS

Os recursos orçamentários utilizados serão: dentro do quadro de dotações do exercício de 2015 da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Saúde, Educação, Assistência Social e demais secretarias do Município de Ilhota.

ANEXO III - MODELO DO DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00x/2015 - MULTIENTIDADES

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade Nº. _____ e CPF sob Nº. _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Ilhota, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2015.

Carimbo, Nome e Assinatura do Credenciante

- Anexar (este documento deverá estar fora do envelope).
- No caso do credenciado ser Sócio-Administrador, Diretor, ou assemelhado: Fotocópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto e da Ata de Eleição da Diretoria, nos quais constem os poderes delegados.
- No caso do credenciado ser Procurador: anexar o modelo de credenciamento com firma reconhecida em cartório ou fotocópia autenticada de Procuração Pública, ou Procuração Particular, com firma reconhecida em cartório, ambas com poderes específicos, acompanhada de prova dos poderes delegados; deve estar acompanhada de cópia autenticada do contrato social em vigor.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E REQUISITOS HABILITATORIOS

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Licitante _____ (nome), _____ (CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de Pregão nº 00x/2015 - MULTIENTIDADES, do Município de Ilhota (conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

Cidade _____, ____ de _____ de 2015.

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Licitante _____ (nome), _____ (CNPJ), sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.
Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2015.

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

Obs: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

Declaramos para fins de participação no Pregão Presencial nº 00x/2015 - MULTIENTIDADES, que a empresa _____, CNPJ nº _____, cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima durante a vigência do contrato acarretará em rescisão deste.

_____, ____ de _____ de 2015.

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2015 - MULTIENTIDADES ANEXO VII - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Obs.: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

_____, ____ de _____ de 2015.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

TELEFONE E FAX:

CNPJ:

E-MAIL:

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2015 - MULTIENTIDADES - A presente licitação tem por objeto:

Registro de Preço para aquisição de Gasolina Comum, inclusos os serviços de frentista, destinado ao abastecimento da frota de veículos das Secretarias Municipais desta Prefeitura, conforme Anexo I do Edital.

Item	Descrição	Quant	Marca	Preço unitário	Preço total
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
...					

Valor total por extenso:

Prazo para Pagamento: (em conformidade com o item 7.1 do edital)

Prazo de Entrega: (em conformidade com o item 1.2 da ata de registro).

Os preços cotados são fixos e irrevogáveis, neles já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Banco: Agência:

Conta-Corrente:

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE
E CARIMBO DA EMPRESA
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE

(Modelo a ser preenchido pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

· Obs.: Este anexo deve ser apresentado em papel timbrado da empresa participante do Pregão Presencial.

· Este documento deverá estar dentro do envelope de Proposta de Preço.

Nome da empresa, qualificação, endereço, inscrita no CNPJ, neste ato representada por _____, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao artigo 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Cidade _____, ____ de _____ de 2015.

NOME (RG e CPF) e ASSINATURA DO REPRESENTANTE RESPONSÁVEL
E CARIMBO DA EMPRESA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00x/2015 - MULTIENTIDADES

ANEXO IX - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE.

Ata nº ____/2015 - MULTIENTIDADES

Aos *** _____ (_____) dias do mês de *** de 2015, o Município de Ilhota/Secretaria Municipal de Saúde, com sede à Rua Dr. Leoberto Leal, nº 160 - Centro - Ilhota/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/301-53, doravante denominado «MUNICÍPIO», neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor Daniel Christian Bosi, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Firma _____, estabelecida à _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominada "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no processo, referente ao Pregão Presencial nº 00x/2015 - MULTIENTIDADES para Registro de Preços do tipo Menor Preço por item, nos termos da Lei Federal nº 8666/93 e demais alterações posteriores, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente ata, Contratação de empresa(s) pelo sistema de Registro de Preço para aquisição de Gasolina Comum, inclusos os serviços de frentista, destinado ao abastecimento da frota de veículos das Secretarias Municipais desta Prefeitura, conforme Anexo I do Edital deste Município pelo período de 12 meses.

1.1.1 - A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que

caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições, de acordo com o a lei.

1.2 - A empresa terá de fornecer um tanque instalado no pátio da garagem da Prefeitura (Rua Gelindro Furlani, s/n) com frentista incluso.

1.3 - O tanque de combustível deverá ser acoplado de bomba, devidamente auferida por órgão competente de fiscalização de metrologia legal e qualidade, para abastecimento. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) providenciar a instalação do(s) tanque(s) no pátio da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, sita a Rua Gelindro Furlani, s/n, Bairro Centro, Ilhota/SC; em regime de COMODATO.

1.3 - Os produtos/serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos, com as garantias previstas no edital, bem assim, estar em conformidade com as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os itens considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, deverão ser recompostos e o pagamento de toda a parcela ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Órgão da Administração contratante, poderá ser renovado, no prazo previsto no subitem 4.2 da ata, sem prejuízo nas penalidades previstas, pelo atraso inicial.

1.3.1 - Entende-se por produto/serviço inadequado, aquele que apresentar: inferior qualidade, fora das especificações acima exigidas, contendo defeitos.

2 - DO PREÇO

2.1 - As descrições dos materiais, marcas e preços unitários, ficarão assim firmados:

2.1.1 - O valor Global desta Ata de Registro de Preços importa em R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) que serão pagos parceladamente em até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega de cada parcela.

2.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), leis sociais, administração, lucros, veículo, equipamentos e ferramental, e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital e nesta Ata.

3 - DO REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 - Os preços constantes do registro de preços serão reajustados pelo IGP - DI, publicado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o vier a substituir legalmente, sendo que em quaisquer casos, na aplicação do reajuste previsto, o preço não poderá ser ultrapassado ao praticado no mercado, nem mesmo ir de encontro as determinações insertas nas leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município, à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da Ata. Por conseguinte, independentemente de provocação do Órgão Gerenciado do SIREP, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a beneficiária do Registro de Preço, obriga-se, voluntariamente, a comunicar ao Órgão Gerenciado do SIREP, o novo preço que substituirá o então registrado.

3.2 - Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão gerenciador.

3.3 - O disposto no item anterior aplica-se igualmente, no caso de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas já existentes e/ou nas demais situações, com respaldo no art. 65,

inc. II, alínea d, da lei 8666/93, em que a revisão contratual pode ser tentada a qualquer tempo, independentemente de previsão expressamente pactuada, visto que são situações inusitadas que, dada a sua imprevisibilidade, não foram cogitadas pelas partes, isto baseado no "Fato do Príncipe" e na teoria da imprevisão ou se previsto, porém, de consequências incalculáveis, que implicou no desequilíbrio econômico do contrato, quebrando a primitiva equação econômico-financeira, reduzindo os preços de mercado, devidamente comprovados.

3.4 - A Contratada, em função da dinâmica do mercado, poderá, com base no art. 65, inc. II, alínea "d" da lei 8666/93, solicitar a atualização (revisão) dos preços vigentes através de solicitação formal a Administração Municipal, por meio de planilha de composição de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição (por ocasião da proposta inicial, anterior e após o aumento) de matérias-primas, taxas e afins, introdução de taxas e impostos, componentes e/ou de outros documentos, que comprovem o real desequilíbrio financeiro, sendo que:

a) A atualização de preços deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço da proposta e o de mercado vigente à época do fato superveniente, na busca ideal para melhor manutenção do lucro da beneficiária, podendo, quando não for possível se obter, tecnicamente, amostragens técnicas aplanilhadas, ser utilizado como parâmetros ponderados, pesquisas divulgadas por órgãos oficiais, como: DIEESE, FGV, IBGE, e demais afins.

b) Independentemente da solicitação de que trata o item 3.4, o Município poderá, a qualquer momento, reduzir os preços registrados, em conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado regional, nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Município, com efeitos financeiros a partir da ocorrência real do fato.

c) Caso a Contratada venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente, sob as penalidades previstas no edital.

4 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DA ATA

4.1 - A Detentora da Ata de Registro de Preço, ao longo da validade do registro, será convocada a retirar o pedido ou a firmar as contratações decorrentes da Ata, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da convocação expedida pelo Município ou da data da publicação no diário oficial do Município, nos termos e condições preconizadas pelo Art. 64 da Lei federal nº 8.666/93, sob pena de perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital e nesta ata.

4.1.1 - No ato da contratação, o representante da adjudicada deverá, caso exigido, apresentar contrato social ou instrumento equivalente que comprove sua titularidade, ou contrato social com documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório competente, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

4.1.2 - Quando do contrato e/ou da retirada do Pedido, caso solicitado, a fornecedora deverá apresentar novas provas de regularidade fiscal, regularidade com o INSS e FGTS e demais exigida na fase licitatória, sob pena de rescisão.

4.2 - A CONTRATADA terá um prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data de recebimento da autorização de fornecimento, para estruturar-se e fornecer o objeto lícito.

4.3 - Quaisquer dos prazos estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2, poderão ser prorrogados, quando solicitado pela detentora da ata, e desde que ocorra algum motivo fortuito ou força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.

4.4 - O prazo de validade deste registro de preço será de 12 meses, contado da assinatura da ata de registro.

5. DOS PAGAMENTOS

5.1 - O pagamento será efetuado através de Depósito na Conta Bancária, indicada na Nota Fiscal, até 30 (trinta) dias após a entrega dos ITENS mediante a apresentação da Autorização de Fornecimento, acompanhada da Respectiva Nota Fiscal com o devido aceite.

6 - DA CONTRATAÇÃO

6.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento de materiais, constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO e a DETENTORA DA ATA, serão formalizadas através de Pedido, contrato ou outro termo equivalente, observando-se as condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro e demais anexos integrantes.

6.2 - Na hipótese do primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato e/ou pedido, no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, exceto o preço que será o de seu último lance ofertado, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

6.3 - Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um detentor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6.4 - Os pedidos de fornecimento/prestação deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências da administração direta, autarquias, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, sob o controle do Órgão Gerenciador do Sistema do SIREP (Departamento de Compras).

6.5 - Os pedidos deverão ser efetuados através de emissão de Ordens de Fornecimento, devidamente enumeradas e nominais à Detentora da Ata ou Contratada, deles constando: data, valor unitário, quantidade, carimbo e assinatura do responsável da unidade do órgão requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia dos mesmos aos processos de requisição e de liquidação, segundo as conveniências da administração direta, autarquias, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, sob o controle do Departamento de Compras.

7 - DO RECEBIMENTO/OBRIGAÇÕES/PENALIDADES/RESCISÃO

7.1 - O recebimento e aceitação dos produtos se farão das formas seguintes:

7.1.1 - O material será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73 inciso II da Lei federal nº 8666/93, sendo que a aferição, recebimento e fiscalização serão exercidos pelo servidor designado.

7.1.2 - O Contratante inspecionará e verificará o cumprimento das especificações legais, sendo que caso estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado, os rejeitará ou devolverá.

7.1.2.1 - Quando da não aceitação ou devolução do produto, objeto do edital, a critério do Contratante, na forma do sub-item 4.2, da ata, poderá ser concedido novo prazo para o cumprimento pendente, sem prejuízo nas penas contratuais ou rescisórias.

7.1.3 - Correrão por conta da fornecedora, as despesas e custos decorrentes da não aceitação ou devolução do objeto do contrato.

7.1.4 - A fornecedora deverá fornecer os materiais, constantes do objeto desta ata, conforme os pedidos feitos pelos órgãos relacionados no item 1.2 da ata de registro.

7.1.5 - O fornecedor deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro, ainda que a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

7.2 - Constituem obrigações da detentora da ata, dentre outras inerentes ou decorrentes do edital, desta ata e do futuro pedido:

7.2.1.1 - Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o "Pedido", o mesmo deverá ser enviado pelo Correio, devidamente registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

7.2.2 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das especificações exigidas no anexo I do edital de licitação origem.

7.2.3 - Responsabilizar-se pelos recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos, que incidam ou venham a incidir sobre os materiais, objeto contratual.

7.2.4 - Arcar com todos os impostos, taxas, encargos, ônus e despesas relativas ao cumprimento do Contrato.

7.2.5 - Acatar, á medida da necessidade do Contratante, com as eventuais alterações contratuais, nos limites da lei.

7.2.6 - Cumprir os prazos das obrigações propostas, bem como no que se refere às garantias de reposição, no caso de entrega de material inadequado, previsto no subitem 1.3 da ata de registro.

7.2.7 - Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do faturamento, que impliquem em aumento de despesas ou perdas.

7.2.8 - Fornecer, caso solicitado pelo Município ou Órgão CONTRATANTE, Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo INSS, o Certificado Regularização de Situação - CRF, junto ao FGTS e provas de quitação com as Fazendas Públicas, Federal ou Municipal, sob a pena de sustação de quaisquer créditos, até a efetiva comprovação da inexistência dos referidos débitos.

7.2.9 - Cumprir, durante a execução do Contrato, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes, a que houver dado causa.

7.2.11 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

7.2.13 - Observar, no decorrer das contratações, decorrentes do Registro de Preços, os termos da Lei e regulamento pertinentes, previstos nesta ata e no edital de Pregão origem.

7.2.14 - Manter efetivo controle sobre o saldo do objeto do edital a fornecer por conta do registro de preço, visando dar garantias ao seu direito de paralisação do fornecimento, quando do seu esaurimento.

7.2.15 - Comunicar por escrito ao CONTRATANTE, toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução do Contrato.

7.2.16 - Emitir as notas fiscais no ato do abastecimento e entregá-las imediatamente ao CONTRATANTE.

7.3 - Constituem obrigações do Município ou órgão Contratante, dentre outras inerentes ou decorrentes da Contratação:

7.3.1 - liquidar os documentos de cobrança, conforme o prazo previsto no edital;

7.3.2 - publicar extrato do Contrato, na forma da Lei;

7.3.3 - dar o devido recebimento do objeto do contrato, através da unidade requisitante, após a devida análise e aprovação prévia;

7.3.4 - Através de quaisquer dos órgãos requisitantes, administração direta, sociedade de economia mista, fundações, fundos especiais e demais entidades controladas diretas ou indiretamente, emitir os Pedidos ou contratos, a seu critério, segundo as conveniências de momento, ao longo da validade do registro.

7.3.5 - Emitir as Ordens de Fornecimento devidamente enumeradas e nominais á Contratada, medida da necessidade dos itens.

7.4 - Pelos motivos e condições, previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a Detentora da Ata ou contratada estará sujeita, são as seguintes:

7.4.1 - Advertência, para descumprimentos contratuais previstos

no edital, nesta Ata e legais, todos de natureza leve e não reincidentes, á juízo do Município ou Contratante.

7.4.3 - Multa correspondente a 2% (dois cento) do valor total da Ata de Registro de Preço, na ocorrência de atraso no início para estruturação ou na solução de eventuais problemas no fornecimento ou na qualidade dos produtos, bem como na ocasional falta destes, conforme prevê os subitens 1.3,1.3.1 e 4.2, desta ata.

7.4.4 - Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos produtos contemplados à Detentora da Ata, constantes da Ata de Registro, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993;

7.4.5 - Multas variáveis entre 0,01 % (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor contemplado à Detentora da Ata, constantes da Ata de Registro, caso a CONTRATADA:

a) fornecer produto fora das especificações legais e exigidas nesta ata;

b) desrespeitar quaisquer das obrigações e demais cláusulas desta ata e do edital origem.

7.4.6 - Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor da contratação correspondente, pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando solicitado por qualquer órgão da administração, dentro do prazo estabelecido;

7.4.7 - Multa de 20,0% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando cabível ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido;

7.4.7.1 - Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a detentora que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, mencionados nos itens 4.1.1 e 4.1.2, desta Ata.

7.4.8 - Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do material a ser fornecido pela detentora da ata, pela entrega em desconformidade com as condições desta Ata, independentemente da obrigação de trocá-lo dentro do prazo previsto.

7.5 - A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da Detentora da Ata ou Contratada, se a fatura for insuficiente;

7.5.1 - No caso de cobrança de multa diretamente da Contratada, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

7.6 - A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que o Município de Ilhota adote as medidas judiciais cabíveis.

7.7 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com Município de Ilhota/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta, poderão ser aplicadas à licitante ou contratada, juntamente com as de multa prevista no contrato, conforme dispõe o subitem 12.1, do Edital de Pregão Origem.

7.7.1 - A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Município.

7.8 - A Contratada poderá, ainda, sujeitar-se às sanções previstas desta ata, caso:

7.9.1 - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

7.9.2 - Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

7.9.3 - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município de Ilhota, em virtude de atos ilícitos praticados.

7.10 - Poderá, ainda, a FORNECEDORA, a juízo do Contratante, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

7.11 - No caso de rescisão contratual, cessará automaticamente todas as atividades relativas ao fornecimento, objeto desta ata.

7.12 - Caso o MUNICÍPIO não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.13 - A Contratada reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

7.18 - A rescisão da Ata de Registro, da Autorização de Compra ou do contrato, será aplicada, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso de interpelação judicial ou extrajudicial, no caso de qualquer inadimplemento contratual previsto nesta ata ou no edital origem, pelos motivos elencados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, em especial, se a detentora da ata ou futura Contratada:

7.18.2 - Incorrer em atraso no início para estruturação ou na solução de eventuais problemas no fornecimento ou na qualidade dos produtos, bem como na ocasional falta destes, conforme prevê os subitens 1.3,1.3.1 e 4.2, desta ata;

7.18.3 - desrespeitar os dispositivos legais ou pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando solicitado por qualquer órgão da administração, dentro do prazo estabelecido;

7.18.4 - Promover alteração social ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo do contratante, prejudique a execução do Contrato.

7.18.5 - Transferir o contrato a terceiros ou acobertar o fornecimento do objeto contratual, com razão social diferente.

7.18.6 - Contrair falência;

7.19 - Rescindido o Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, em acerto de contas, as despesas aprovadas e efetivamente realizadas.

7.20 - Com base no artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração do Município contratante, que a exemplo da rescisão administrativa, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

7.21 - A Contratada reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1- O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a previa defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - pela Administração, quando:

- a) a Fornecedor não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços, notadamente nas hipóteses de inexecução total ou parcial ou rescisão dos ajustes dela decorrentes;
- b) a adjudicatária, injustificadamente, deixar de assinar a Ata de Registro de Preço ou de firmar o contrato ou de retirar o Pedido decorrente do registro de preços;
- c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa ou contratual, pelos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar reduzir o(s) seu(s) preço(s) registrado(s);
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

II - pelo Detentor da ata, quando, mediante solicitação por escrito,

comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços, devidamente justificado e aceito pelo Município.

8.2 - O cancelamento da ata de registro de preço e demais sanções administrativas serão precedidos de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador do sistema (Departamento de Compras do Município Contratante), sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.3 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 8.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.4 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do quinto dia útil, contado da publicação, pelo decurso de prazo.

8.5 - A solicitação da fornecedora ou prestadora de serviços para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8.6 - Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de materiais, constantes do registro de preços.

9 - DA DISCRICIONALIDADE DA CONTRATAÇÃO

9.1 - A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações decorrentes deste registro, que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada à Administração, a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços.

10 - DA AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1 - Poderão fazer uso desta Ata todos os órgãos dos Poderes Executivo do Município de Ilhota - SC, inclusive, os fundos, fundações públicas, do Município, ainda que dela não participantes, mediante consulta prévia e autorização expressa da Secretaria da Administração do Município de Ilhota - SC.

10.1.1 - A utilização da Ata por órgãos dela não participantes, nos termos do item 10.1, que dependerá da anuência da detentora, não poderá acarretar prejuízo do atendimento dos quantitativos inicialmente estimados.

10.2 - A contratação e a emissão de nota de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer o órgão participante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando a Unidade responsável pelo cumprimento das disposições da presente Ata, bem assim da estrita observância das normas aplicáveis à matéria.

10.3 - A retificação do empenho ou seu cancelamento total ou parcial obedecerão à mesma regra.

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores em vigor.

11.2 - Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços, ou do futuro contrato ou Pedido.

12 - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da cidade de Gaspar/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata de Registro de Preço, pelo futuro contrato ou Pedido, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Ilhota/SC, de de 2015

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal CNPJ:

FORNECEDORA/DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

DE ACORDO:

Tatiana R. Reichert
Secretária de Administração

Amarildo Avelino Laureano
Secretário de Saúde

Lauri A. Adão Junior
Secretário de Educação

Fernando Neves
Secretário de Assistência Social

Cidnei Thome
Secretário de Obras e Transporte

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 025/2014 – FME

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 025/2014 - FME
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Fundo Municipal de Educação
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 025/2014 - FME
Processo: Pregão nº 006/2014 - FME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE ESTUDANTES PARA LOCAÇÃO DE 2 ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 LUGARES

Fornecedor: ILHOTA TRANSPORTE DE TURISMO LTDA - ME

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
Prazo: 01/01/2015 até 31/12/2015

Assinatura: 19/12/2014

Vigência: 31/12/2015

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 007/2015

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Nº 007/2015

COMUNICAMOS, que está suspenso o pregão 007/2015 (objeto: registro de preço para aquisição de tubos de concretos para uso da secretaria Municipal de transportes, obras e serviços urbanos - Processo Administrativo 038/2014, para análise do pedido de esclarecimento interposto pela associação brasileira de tubos de concretos ABTC, para uma possível alteração de itens. A nova data da seção publica será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizadas anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no setor de Licitação e Compras da Prefeitura de Imaruí/SC, na Rua José Inácio da rocha nº 109, Centro ,ou através do fone (48)3643-0161.

Eloisa Machado Rodrigues
Pregoeira

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 002.2015

DECRETO PMI Nº 002, DE 22 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do C.R.E.A.S.			
08.243.0013-2.068			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0785	Aplicações Diretas	46.000,00	
Total		46.000,00	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos do Cofinanciamento Social Especial de Média Complexidade do FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 22 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - interino

DECRETO PMI Nº 10.2015

DECRETO PMI Nº 10, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de

Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - saúde pública e medicina preventiva;
- II - atividades médicas e odontológicas;
- III - educação para a saúde;
- IV - administração ambulatorial;
- V - vigilância sanitária e epidemiológica;
- VI - gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII - controle, regulação, avaliação e auditoria.
- IX - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:
a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde
 - 1. Gerência de Controle Administrativo
 - 2. Gerência de Compras
 - 3. Gerência de Logística de Suprimentos
 - 3.1. Coordenadoria de Planejamento
 - 4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde
- b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria
 - 1. Auditoria Técnica

- 1.1. Supervisão de Controle da Auditoria
- 1.2. Coordenadoria de Atenção Básica
- 1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica
- 1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar
- 2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família
- 3. Gerência de Programas e Ações Estratégicas
- 4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde
- 5. Gerência de Apoio à Saúde da Família
- 5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola
- 5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF
- 6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde
- 6.1. Coordenação Executiva da Policlínica
- 6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas
- 6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO
- 7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas
- 7.1. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS
- c) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
 - 1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
 - 2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV
 - 2.1 Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti

III - órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores

e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	7	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	6	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	3	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 329, de 30 de dezembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único
(Decreto PMI nº 10/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:
Descrição Específica:

- saúde pública e medicina preventiva;
- atividades médicas e odontológicas;
- educação para a saúde;
- administração ambulatorial e controle hospitalar;
- vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;
- gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- assistência básica à saúde;
- controle, regulação, avaliação e auditoria.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo às suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle

Interno.

- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;

- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente

aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

-apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III**Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV**Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das

demandas que se apresentam;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:**Denominação: Diretor(a)****Descrição Sumária:**

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;

- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento**Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)**Descrição Sumária:**

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos

legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao

órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam

determinadas pelo superior hierárquico.

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente às aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 11.2015

DECRETO PMI Nº 11, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- c) instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;

- f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- h) zelar pela aplicação do plano diretor do município;

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
 - b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
 - c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
 - d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento;
- III - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação, especialmente:
- a) traçar diretrizes, metas e planejamento dos projetos de obras e edificações referentes a programas habitacionais de interesse social;

- b) a fiscalização e acompanhamento do destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação de Imbituba;
 - c) o acompanhamento da fiscalização da execução das obras habitacionais de interesse social;
 - d) o desenvolvimento e a elaboração de projetos habitacionais de interesse social;
 - e) o desenvolvimento de projetos habitacionais, a elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;
 - f) o desenvolvimento de convênios com a finalidade de construção de moradias habitacionais de interesse social;
 - g) a seleção de famílias a serem beneficiadas, atendendo a legislação de critérios dos programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos;
- IV - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Departamento de Projetos Edifícios e Urbanos Sustentáveis

1. Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística

2. Unidade Gestora de Viabilidade Urbanística

Gerência de Saneamento Ambiental

Gerência de Desenvolvimento Habitacional

1. Unidade Gestora de Habitação de Interesse Social

Departamento de Monitoramento de Processos

III - órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;

b) Conselho Municipal de Saneamento; e

Conselho Municipal de Habitação.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes

públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerência	2	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 261, de 29 de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único (Decreto PMI nº 11 /2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- zelar pela aplicação do plano diretor do município;
- coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder

Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;

- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

-assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua

gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 12.2015

DECRETO PMI Nº 12, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município - PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 11, de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Procuradoria-Geral do Município compete prestar assistência e assessoramento jurídico ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como:

- I - defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- II - emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- III - redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.
- IV - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Procuradoria Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Procurador(a) Geral: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Departamento de Atos Contratuais

Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor

Departamento de Registro e Acompanhamento de Feitos

Procuradoria

Gerência do Contencioso Trabalhista

Gerência do Contencioso Tributário

III - órgão colegiado:

Conselho Municipal de Defesa do Consumidor

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas, com intervenção da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.300,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a)IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	2	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 292, de 28 de novembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 12 /2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Procurador(a) Geral

Descrição Específica:

- defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de

inquérito administrativo, sempre que necessário;

- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas

opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Procurador(a)

Descrição Sumária:

- acautelar-se em os processos judiciais ou administrativos que envolvem o Município e seus agentes públicos, nesta qualidade, seja de forma ativa, com o Município como autor das ações, seja de forma passiva, quando o Município e seus agentes integram o pólo passivo da ação judicial;
- promover todas as diligências internas e externas necessárias à instrução processual e seu controle, bem como, emitir pareceres em expedientes administrativos referentes ao discutido processualmente;
- zelar pela conservação do patrimônio do Município, à disposição do órgão sob sua gestão, estabelecendo registros e controles específicos;
- propor ao Procurador Geral novas alternativas de trabalho, quando houver necessidade de atender eventual demanda de serviço, até que este volte à normalidade;
- adotar condutas que venham a ser necessárias, em vista da dinâmica da administração e no interesse público;
- assessorar o Procurador Geral, e na sua ausência ou quando solicitado, o Chefe do Poder Executivo e os demais titulares de órgãos superiores da Administração Municipal;
- zelar pelo bom desempenho dos servidores do órgão sob sua gestão, cobrando funções e realizando treinamentos;
- promover o acompanhamento da execução física e financeira dos convênios, contratos e acordos na área de sua atuação;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais,

administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficientes.

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento,

encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

-assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente

aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 13.2015

DECRETO PMI Nº 13, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria-Geral do Município - CGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Controladoria-Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Controladoria-Geral do Município compete:

I - assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes:

- a) à defesa do patrimônio público;
- b) ao controle interno;
- c) à auditoria pública;
- d) à correição;
- e) à prevenção;
- f) ao combate à corrupção;
- g) ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal;

IV - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Controladoria-Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Controlador Geral: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Coordenadoria de Auditoria

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Controladoria-Geral para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Controladoria-Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Controlador(a)-Geral	Controladoria-Geral	1	Remuneração	3.700,00

II - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 125, de 29 de maio de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vnicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo-Interino

Anexo Único
(Decreto PMI nº 13/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Controlador(a)- Geral

Descrição Específica:

À Controladoria-Geral do Município compete assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção, ao combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público

e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;

- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

II - Funções Gratificadas:

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 14.2015

DECRETO PMI Nº 14, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas do Gabinete do Prefeito - GAB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das

Funções de Representação e Gratificadas do Gabinete do Prefeito, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º O Gabinete do Prefeito - GAB compete prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das atividades relacionadas com:

- I - as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- II - executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- III - assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- IV - representação, atendimento e articulação política e social;
- V - serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- VI - coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- VII - integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- VIII - orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- IX - constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio;
- X - edição e controle de atos normativos de cunho geral, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito, constituída pelos seguintes órgãos:

- I - órgãos de assistência direta e imediata ao Chefe de Gabinete:
 - a) Assessoria
- II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:
 - a) Secretaria Executiva
 - 1. Departamento de Cerimonial
 - 2. Departamento de Jornalismo
 - 3. Gerência de Atos Normativos
- III - órgãos colegiados:
 - a) Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage
 - b) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno do Gabinete do Prefeito para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional do Gabinete do Prefeito, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional do Gabinete do Prefeito ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gabinete do Prefeito	1	Remuneração	4.500,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.300,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) de Imprensa	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gratificação	2.700,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.620,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) de Gabinete	Gratificação	2.700,00
Motorista Executivo	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) de Imprensa	Gratificação	855,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 325, de 30 de dezembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único
(Decreto PMI nº 14 /2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Chefe de Gabinete

Descrição Específica:

- as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- representação, atendimento e articulação política e social;
- serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder

Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;

- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Secretário(a) Executivo

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus aspectos protocolares;
- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;
- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do

Chefe do Poder Executivo;

- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor de Imprensa

Descrição Sumária:

- supervisionar internamente as atividades governamentais de comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;
- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos de divulgação em geral;
- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do

mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Gabinete

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;

- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal

de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;

- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Secretário(a) Executivo

Descrição Sumária:

- preparar a agenda diária do Chefe do Poder Executivo e coordenar o atendimento do público interno e externo;
- coordenar o trâmite de documentos levados à apreciação ou para assinatura do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar as relações do Chefe do Poder Executivo com os órgãos superiores e colegiados;
- organizar as viagens do Chefe do Poder Executivo nos seus aspectos protocolares;
- desenvolver outras atividades de natureza administrativa, de aprimoramento da qualidade dos serviços e ações e de representação política e social determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- recepcionar, marcar audiência e encaminhar as autoridades, servidores e pessoas em geral que desejarem comunicar-se com o Chefe do Poder Executivo;
- manter atualizado o registro de visitas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos contatos por eles mantidos;
- organizar e manter atualizado o cadastro de autoridades, entidades e pessoas de relacionamento do Chefe do Poder Executivo;
- executar a redação oficial de assuntos de ordem administrativa do Chefe do Poder Executivo;
- coordenar e supervisionar o trâmite dos documentos oficiais do Chefe do Poder Executivo;
- organizar, programar e controlar a expedição de convites para as solenidades oficiais;
- controlar o registro das correspondências dirigidas ao Chefe do Poder Executivo;
- exercer outras atribuições que lhe sejam determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do

Departamento;

- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) de Gabinete**Descrição Sumária:**

- assistência direta e imediatamente ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, especialmente, realizar estudos e análises que lhe sejam determinados, em assuntos que subsidiem a coordenação de ações em setores específicos da Administração Municipal;
- promover a articulação com os titulares dos órgãos superiores sobre assuntos submetidos à sua consideração pelo Chefe do Poder Executivo;
- avaliar as proposições normativas encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo;
- assistir ao Chefe do Poder Executivo na supervisão e coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura municipal e das entidades vinculadas;
- colaborar no planejamento e coordenar as ações integradas de gestão e modernização institucional;
- contribuir na promoção e disseminação de melhores práticas de gestão e desenvolvimento institucional;
- auxiliar o Chefe do Poder Executivo na definição de diretrizes e na implementação das ações da Administração Municipal;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Motorista Executivo**Descrição Sumária:**

- dirigir veículo oficial, com dedicação integral, zelando pelas normas de trânsito e segurança viária;
- aferir o funcionamento de equipamentos de sinalização sonora e luminosa;
- efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo;
- preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho;
- informar-se sobre o itinerário e conduzir veículo em viagens dentro e fora do território nacional;
- controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação do veículo, assim como as revisões nos prazos estabelecidos;
- zelar pela conservação e segurança do veículo e seus equipamentos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário;
- manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito;
- participar de programa de treinamento, quando convocado;
- executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos;
- executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Denominação: Assessor(a) de Imprensa**Descrição Sumária:**

- supervisionar internamente as atividades governamentais de comunicação social e informações, no âmbito do órgão de atuação, fazendo cumprir os procedimentos de publicidade legal e institucional;
- atuar como unidade coletora e repassadora de informações técnicas necessárias à criação e produção de campanhas institucionais e promocionais de interesse da Administração Municipal, proporcionando os dados imprescindíveis à deflagração de procedimentos de divulgação em geral;
- transmitir aos veículos de comunicação informações de caráter jornalístico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar estudos e projetos especiais de divulgação de interesse da Administração Municipal, submetendo-os à apreciação e aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- assessorar o Chefe do Poder Executivo e os titulares dos órgãos superiores nos assuntos de sua competência;
- articular-se com os órgãos da Administração Municipal, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à viabilização de suas atividades;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor IV**Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:**Denominação: Gerente****Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado

na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 15.2015

DECRETO PMI Nº 15, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - administração e normas de pessoal;
- II - gestão de materiais e do patrimônio;
- III - aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- IV - reprografia e digitalização de documentos públicos;
- V - elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- VI - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Documentação e Patrimônio
 - 1. Coordenadoria do Arquivo Público Municipal - APM
 - 2. Coordenadoria de Emissão de Carteira do Trabalho
 - 3. Coordenadoria de Serviço Conveniados
 - 3.1. Unidade Gestora do Serviço Postal Comunitário de Araçatuba
 - 3.2. Unidade Gestora do Serviço de Identificação Civil do IGP/SC
 - 3.3. Unidade Gestora da Secretaria da Junta do Serviço Militar
- b) Diretoria de Licitações
 - 1. Departamento de Análise Procedimental
- 2. Departamento de Atos Licitatórios
- d) Diretoria de Suprimentos
 - 1. Departamento de Recepção e Expedição de Materiais
- e) Superintendência de Gestão e Inovação
 - 1. Gerência de Pessoal
 - 1.1. Coordenadoria de Segurança e Medicina do Trabalho
 - 2. Gerência de Tecnologia da Informação
 - 3. Gerência de Defesa Civil

III - órgãos colegiados:

- a) Conselho de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal;
- b) Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) II	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	5	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.760,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	4	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções

constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 222 de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 15/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- administração e normas de pessoal;
- gestão de materiais e do patrimônio;
- aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- reprografia e digitalização de documentos públicos;
- elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- edição e controle de atos normativos, com a respectiva publicidade legal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;

- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;

- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;

- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.

- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;

- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;

- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;

- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;

- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;

- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;

- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;

- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;

- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;

- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;

- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;

- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;

- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;

- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;

- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;

- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;

- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos

de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;

- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação : Assessor Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao

órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente:

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 16.2015

DECRETO PMI Nº 16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
- e) realização de eventos de cunho turístico;
- f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias;

III - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
 - h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
 - i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
 - j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
 - k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
 - l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
 - m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- IV - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Diretoria de Desenvolvimento Turístico

1. Departamento de Articulação e Ordenamento Turístico

Diretoria de Infraestrutura Turística

Superintendência de Esporte e Lazer- SESPORTE

1. Diretoria de Desenvolvimento do Esporte

1.1. Departamento de Esportes

1.1.1. Unidade Gestora de Projetos Sócioesportivos

1.2. Departamento de Infraestrutura Esportiva

1.3. Departamento de Lazer e Inclusão Social

d) Superintendência de Cultura - SECULT

1. Departamento de Gestão Cultural

1.1. Gerência de Fomento e Incentivo à Cultura

1.1.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livros, Leitura e Literatura

1.1.2. Unidade Gestora do Arquivo Histórico Municipal

1.1.3. Unidade Gestora do Patrimônio Cultural

III - órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Turismo

b) Conselho Municipal de Esporte

Conselho Municipal de Política Cultural

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	3	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	3	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	5	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	3	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,000
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira
		33% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	1	
Gestor(a) de Unidade	3	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Ficam revogados os seguintes Decretos:
Decreto PMI nº 326, de 30 de dezembro de 2014;
Decreto PMI nº 327, de 30 de dezembro de 2014, e
Decreto PMI nº 328, de 30 de dezembro de 2014.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 16/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de infraestrutura turística;
- incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
- realização de eventos de cunho turístico;
- divulgação das potencialidades turísticas do Município.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade

na realização das despesas;

- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;

- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando

alcançar os

- melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação

própria ou de outros agentes públicos;

- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:**Denominação:** Gerente**Descrição Sumária:**

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)**Descrição Sumária:**

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade**Descrição Sumária:**

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 17.2015

DECRETO PMI Nº 17, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- a) proporcionar nutrição adequada ao educando;
- b) prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- c) estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
- d) transporte escolar;
- e) proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- f) manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas;
- g) apoiar a educação inclusiva.

II - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Educação, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

Unidade Gestora Educacional

Unidade Gestora da Captação de Recursos e Prestação de Contas

Unidade Gestora do Material Didático

Unidade Gestora do Programa de Alimentação Escolar

5. Unidade Gestora do Transporte Escolar

Unidade Gestora do Controle Administrativo

Unidade Gestora Pedagógica

Unidade de Apoio à Gestão Escolar

Unidade Gestora de Projetos Educacionais

Unidade Gestora de Projetos Culturais

Unidade Gestora do Sistema de Ensino

Unidade Gestora do Ensino Fundamental

. Escola Básica Municipal Basileu José da Silva

. Escola Municipal Ugero Pittigliani

. Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa

. Escola Municipal Belarminda de Souza Pires

. Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer

. Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos

. Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira

. Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza
 . Escola Municipal Herminia de Souza Marques
 Escola Municipal João Pedro Tavares
 Departamento de Educação Infantil
 1. Unidade Gestora da Educação Infantil
 1.1. Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol
 1.2. Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini
 1.3. Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel
 1.4. Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares
 1.5. Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe
 1.6. Centro Municipal de Educação Infantil Altona
 1.7. Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige
 1.8. Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes
 1.9. Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus
 1.10. Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito
 1.11. Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson
 1.12. Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos
 1.13. Centro Municipal de Educação Infantil Profª Doraci da Silva Spillere
 1.14. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares
 c) Departamento de Gestão do Centro Integrado de Tecnologia e Qualificação Técnica, Social e Profissional de Imbituba - CEITEC
 Unidade Gestora da Educação Especial e Inclusão Educacional
 Unidade Gestora da Inovação Tecnológica
 Departamento de Manutenção Patrimonial

III - órgãos colegiados:

Conselho Municipal de Educação.

b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Educação, ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00

Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO		
	VAGAS	VALOR DA FG	
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira	
Diretor(a) de Escola	3	Acima de 300 alunos	R\$ 550,00
	7	Até 300 alunos	R\$ 450,00
Coordenador(a) de CEI	14	R\$ 450,00	
Gestor(a) de Unidade	15	R\$ 430,00	
Secretário(a) de Escola	3	Acima de 300 alunos	R\$ 420,00
	7	Até 300 alunos	R\$ 350,00
Secretário(a) de CEI	14	R\$ 350,00	
Coordenador(a) Pedagógico(a)	3	Acima de 300 alunos	R\$ 200,00
	7	Até 300 alunos	R\$ 150,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 155, de 30 de junho de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo-Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 17 /2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- implantação e coordenação da política municipal de educação;
- proporcionar nutrição adequada ao educando;
- prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;
- transporte escolar;
- proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;
- manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;

- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a) de Escola

Descrição Específica:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Unidade Escolar;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas à Unidade Escola que dirige;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Direção Escolar;

- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno da Unidade Escolar, de acordo com as diretrizes da política educacional;

Descrição Sumária:

- apresentar relatórios mensais das atividades da Direção Escolar e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- garantir que a Unidade Escolar sob sua responsabilidade cumpra sua função social de promover a apropriação e a construção do conhecimento por parte dos alunos, preparando-os para o exercício da cidadania e o trabalho, envolvidos no contexto e na complexidade da sociedade atual;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área, articulado com os demais planos dos segmentos escolares;
- dirigir, juntamente com o Coordenador Pedagógico, a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual, do Regimento Interno e do planejamento dos demais eventos e promoções da Unidade Escolar;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, a avaliação da Unidade Escolar, buscando a identificação de causas dos resultados insatisfatórios e de alternativas para superá-las;
- cumprir e fazer cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar da Unidade Escolar;
- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes;
- promover a integração e o bom relacionamento humano entre os membros da comunidade escolar, fazendo-os sentir a importância do seu trabalho para o êxito da Unidade Escolar, dando especial atenção aos novos profissionais da equipe;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- supervisionar e colaborar com o funcionamento das entidades (Associação de Pais e Professores - APP, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Clube de Mães e outras que forem criadas), objetivando o equilíbrio entre a atuação destas e as demais atividades escolares, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares;
- definir as responsabilidades de todos os profissionais da Unidade Escolar, reforçando a importância da ação integrada dos Especialistas em Educação Escolar (Coordenador Pedagógico Escolar, Orientador Educacional e Supervisor Escolar) para que se fortaleça o espírito de equipe, na tarefa educativa comum, principalmente na busca da gestão democrática da escola ;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do Corpo Docente e funcionários da Unidade Escolar, sob pena de responsabilização;
- garantir que a organização das turmas e do horário escolar seja realizada considerando as reais necessidades dos alunos;
- cuidar para que o prédio escolar e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e merenda escolar destinado

a Unidade Escolar;

- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- representar a Unidade Escolar, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento, perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- supervisionar de forma direta a aplicação dos projetos e metas propostos pela Secretaria Municipal de Educação, desenvolvidos pelo Corpo Docente e Especialistas em Assuntos Educacionais;
- estimular e propiciar, na medida do possível, o aperfeiçoamento e atualização de todos os profissionais da Unidade Escolar, desde que não acarrete prejuízo aos alunos;
- ter postura ética, especialmente com as pessoas da comunidade escolar;
- incentivar o desporto e o lazer no âmbito da comunidade escolar;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) de CEI

Descrição Específica:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência do respectivo CEI;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências relacionadas ao CEI que coordena;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Coordenação do CEI;
- dirigir o trabalho coletivo, tendo como funções a articulação, a proposição, a mediação, a operacionalização e o acompanhamento do pensar e do fazer pedagógico-administrativo-jurídico e financeiro da comunidade escolar, a partir das deliberações e encaminhamentos do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, de acordo com as diretrizes da política educacional;

Descrição Sumária:

- garantir que o CEI cumpra sua função social, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade;
- responsabilizar-se pelo processo de articulação pedagógica, implementação e dinamização da Proposta Pedagógica, levando em consideração às particularidades do desenvolvimento da criança de zero a cinco anos, cumprindo as duas funções indissociáveis desta etapa da educação básica: educar e cuidar.
- criar e otimizar condições que garantam à criança o pleno exercício de seus direitos como sujeito ativo e em processo de desenvolvimento, através da ampliação de suas experiências e de seus conhecimentos sobre a realidade local e universal.
- coordenar a construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Interno do CEI, envolvendo a comunidade escolar e local na sua elaboração, promovendo a aproximação e cooperação entre os mesmos, de modo a integrá-los nas atividades escolares de forma democrática e participativa;
- convocar e coordenar reuniões de natureza administrativa e/ou pedagógica, bem como as comemorações de datas cívicas e fazer cumprir os deveres sociais;
- promover, periodicamente, junto ao corpo docente, a avaliação do CEI, buscando a identificação de causas dos resultados

insatisfatórios e de alternativas para superá-las;

- conhecer a legislação educacional e manter-se atualizado quanto às normas emitidas pelos órgãos competentes, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais, relativas à organização didática, administrativa e disciplinar do CEI;
- atuar como elemento de ligação entre o Corpo Docente, funcionários, APP, Conselho Escolar, pais, comunidade local e a Secretaria Municipal de Educação;
- manter a higiene e a segurança no ambiente do CEI, garantindo que a organização das turmas, a rotina e os horários, considerem as reais necessidades dos alunos;
- zelar pelo fiel cumprimento do horário e do calendário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas, determinando o controle de frequência do corpo docente e funcionários do CEI, sob pena de responsabilização;
- cuidar para que o prédio do CEI e suas instalações sejam mantidos em boas condições, providenciando, diretamente junto aos órgãos competentes, a execução imediata dos reparos necessários a sua conservação, bem como propor reformas, ampliações e provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;
- determinar a manutenção de controle do material didático, de expediente, limpeza e conservação e da merenda escolar destinados ao CEI;
- administrar os recursos financeiros, em conjunto com a Associação de Pais e Professores - APP, respeitando a legislação vigente;
- zelar pela imagem do CEI, mantendo conduta e postura condizentes com a função, responsabilizando-se pelo seu bom funcionamento perante a comunidade escolar, aos órgãos do Poder Público e à comunidade em geral;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Secretário(a) de Escola

Descrição Específica:

- cabe ao Secretário de Escola, a execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo da Unidade Escolar, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Diretor de Escola e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração da Unidade Escolar, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;
- redigir e expedir a correspondência da Unidade Escolar, submetendo-a à assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais da Unidade Escolar, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pela Unidade Escolar;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento da Unidade Escolar;
- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse da Unidade Escolar;
- manter controle do material didático e de expediente da Unidade Escolar, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados à limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio da Unidade Escolar, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão de controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades da Unidade Escolar nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Secretário(a) de CEI

Descrição Específica:

- execução dos trabalhos pertinentes à escrituração, correspondência e ao arquivo do Centro de Educação Infantil - CEI, bem como participar na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da mesma, em acompanhamento e assessoramento ao Coordenador do CEI e aos Especialistas em Assuntos Educacionais.

Descrição Sumária:

- participar, cooperativamente da construção do Projeto Pedagógico, do Plano Escolar Anual, e do Regimento Escolar;
- elaborar anualmente o Plano de Ação específico da sua área;
- executar e manter em dia a escrituração do CEI, correspondência, protocolo, dossiê e arquivos passivos e ativos, efetuando

matrículas, transferências, digitação e impressão de diários de classe, boletins e históricos, mantendo organizada toda a documentação;

- redigir e expedir a correspondência do CEI, submetendo-a a assinatura do Diretor;
- manter atualizada a ficha cadastral dos alunos e profissionais do CEI, bem como os dados dos alunos no programa informatizado realizando periodicamente backup de segurança;
- organizar e divulgar o período de matrícula pelos meios definidos pelo CEI;
- repassar para os Professores e Especialistas em Educação Escolar, as matrículas novas e transferências efetuadas no decorrer do ano letivo e demais documentos solicitados sobre a vida escolar do aluno;
- responder e encaminhar, anualmente, o Censo Escolar e arquivar cópia do documento do CEI;
- organizar e manter atualizados regulamentos, leis, circulares e outros documentos de interesse do CEI;
- manter controle do material didático e de expediente do CEI, bem como do estoque de merenda escolar e materiais destinados a limpeza e conservação da unidade;
- manter controle do patrimônio do CEI, como móveis e utensílios, através de arquivo atualizado, informando a Secretaria Municipal de Educação, sobre a aquisição, recebimento de doação ou inutilização de bens patrimoniais, para encaminhamento ao órgão responsável pelo controle do patrimônio, afim de que o mesmo possa providenciar o seu registro, tombamento ou baixa;
- encaminhar à Secretaria Municipal de Educação os documentos solicitados com exatidão, sem rasuras e nos prazos solicitados, protocolando-os em livro específico com a assinatura do receptor;
- participar das reuniões e outras atividades do CEI nas quais for necessário, elaborando atas e demais registros;
- expedir Históricos Escolares, guias de transferências e vagas, assinando juntamente com o Diretor, cumprindo as formalidades legais;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas, objetivando manter-se atualizado no contexto de secretaria escolar;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

Denominação: Coordenador(a) Pedagógico(a)

Descrição Sumária:

- participar com a comunidade escolar da construção do Projeto Político Pedagógico, do Plano Escolar Anual e do Regimento Escolar;
- subsidiar a Direção na definição do Calendário Escolar- zelando pela sua execução -bem como na organização das classes e do horário semanal na distribuições das aulas;
- auxiliar o professor no sentido de fazer as devidas articulações curriculares, considerando suas áreas específicas de conhecimento, os alunos com quem trabalha, a realidade sociocultural em que a escola se situa e os demais aspectos das relações pedagógicas e interpessoais que se desenvolvem na sala de aula e na escola.
- participar da elaboração do planejamento curricular, objetivando que a realidade do aluno seja o ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo;
- contribuir para que aconteça a articulação entre a teoria e a prática pedagógica;
- acompanhar o processo ensino-aprendizagem, atuando junto aos alunos, pais, professores, no sentido de propiciar a aquisição do conhecimento científico, erudito e universal, para que o aluno reelabore conhecimentos adquiridos e elabore novos conhecimentos;
- influir para que todos os profissionais da Unidade Escolar se

comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos, especialmente àqueles que apresentam necessidades educacionais especiais com ou sem deficiências;

- mediar eventuais situações de conflito entre alunos e professores, ou pais e Professores, de forma a resgatar as relações que primam pela qualidade na educação;
- garantir, juntamente com o Diretor, o acesso e a permanência de todos os alunos na Unidade Escolar;
- coordenar, juntamente com o Diretor, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e encaminhamentos;
- contribuir para que a avaliação enfoque o processo pedagógico como um todo, visando ao (re) planejamento em benefício da aprendizagem dos alunos;
- acompanhar com o Corpo Docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- responsabilizar-se pela análise do Processo Ensino Aprendizagem, coordenando, organizando e atualizando a coleta dos dados estatísticos que possibilitem a constante avaliação do processo educacional, contribuindo para o aumento dos índices de desenvolvimento da educação da Unidade Escolar;
- promover e coordenar reuniões sistemáticas de trabalho, de estudo e discussão da proposta pedagógica da escola, objetivando o aperfeiçoamento constante de todo os envolvidos no processo de ensino aprendizagem;
- acompanhar com o corpo docente o processo didático-pedagógico, garantindo a execução do currículo e a recuperação de estudos, através de novas oportunidades a serem oferecidas aos alunos, previstos na lei vigente;
- acompanhar a adaptação de estudos, em casos de recebimento de transferências, de acordo com a legislação vigente;
- coordenar o processo de análise e seleção de livros didáticos, obedecendo as diretrizes e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar cooperativamente das programações e realizações da Unidade Escolar;
- participar, quando solicitado, do planejamento, coordenação e execução de programas, projetos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- participar de congressos, seminários, palestras e conhecer outras realidades educativas objetivando manter-se atualizado;
- executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

DECRETO PMI Nº 18.2015

DECRETO PMI Nº 18, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- c) estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- d) incentivo e apoio à economia solidária;
- e) realização de eventos de cunho econômico e social;
- f) divulgação das potencialidades econômicas do Município;

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal do meio ambiente, especialmente:

- a) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- b) licenciamento, controle e fiscalização ambiental;

III - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:
Gerência de Meio Ambiente

III - órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Desenvolvimento
- b) Conselho Municipal de Meio Ambiente

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico Sustentável, ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	1	50% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI n 171, de 15 de julho de 2014.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único

(Decreto PMI nº 18/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
- promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
- estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
- incentivo e apoio à economia solidária;
- realização de eventos de cunho econômico e social;
- divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- elaboração e coordenação da execução da política e do plano municipal de meio ambiente;
- elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- licenciamento, controle e fiscalização ambiental.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades

organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;

- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.

- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer

violação expressa à lei;

- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os

nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;

- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 19.2015

DECRETO PMI Nº 19, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- a) desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- b) preservação e conservação do solo e da água no meio rural;
- c) prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- d) estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- e) estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- f) motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
- b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- c) manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
- e) estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;

f) controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.

III - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Superintendência de Agricultura e Pesca

1. Departamento de Agricultura

2. Departamento de Pecuária

2.1. Supervisão de Inspeção Municipal

Gerência de Serviços Públicos

1. Coordenadoria de Execução de Obras Públicas

1.1. Supervisão de Execução de Edificações

1.2. Supervisão de Execução de Vias

2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

3. Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba

Supervisão do Cemitério de Vila Nova

Supervisão do Cemitério do Mirim

4. Departamento de Praças, Parques e Jardins

5. Diretoria de Mobiliade Urbana

5.1. Departamento de Trânsito

6. Diretoria de Controle de Frota

6.1. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores

c) Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte - SDR/Norte

1. Gerência de Infraestrutura Regional/Norte

d) Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul - SDR/Sul

1. Diretoria de Infraestrutura Regional/Sul

1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Sul

e) Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste - SDR/Oeste

1. Diretoria de infraestrutura Regional/Oeste

1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste

1.2. Departamento de Apoio Operacional/Oeste

III - órgão colegiado:

Conselho Municipal de Trânsito e Transporte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	3	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	7	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	7	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	9	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	3	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	5	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Ficam revogados os seguintes Decretos:
Decreto PMI nº 260, de 29 de outubro de 2014;
Decreto PMI nº 117, de 29 de junho de 2014;
Decreto PMI nº 173, de 16 de julho de 2014;
Decreto PMI nº 128, de 29 de março de 2014;
Decreto PMI nº 291, de 28 de novembro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interno

Anexo Único
(Decreto PMI nº 19/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças e parques;
- conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
- gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
- estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
- instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- a Instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;

- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao

desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e

- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para

aprimoramento das atividades

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
 - liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
 - diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
 - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes;
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais

que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do

mesmo;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessora estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais

que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os

melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de

processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;

- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;

- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 20.2015

DECRETO PMI Nº 20, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:

- I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política fazendária municipal, especialmente:
 - a) a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
 - b) a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
 - c) a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
 - d) a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o

controle e registro do seu pagamento;
 e) a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
 f) a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
 g) a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
 h) o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
 i) o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
 j) o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes;
 II - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Superintendência da Fazenda
 - 1. Gerência de Cobrança e Dívida Ativa
 - 1.1. Coordenadoria de Arrecadação e Lançamento
 - 1.1.1 Unidade Gestora de Isenção e Remissão
 - 1.2. Coordenadoria de Fiscalização Tributária
 - 2. Gerência do Cadastro Fiscal
 - 2.1. Departamento de Apoio Operacional
 - 2.2. Departamento de Apoio Estratégico
 - 3. Gerência de Mapeamento Sistemático Cadastral
 - 4. Gerência de Atualização Cadastral Imobiliária
 - 5. Gerência de Contabilidade Pública
 - 5.1. Departamento de Controle Contábil
 - 6. Gerência de Gestão, Orçamento e Planejamento
 - 7. Gerência de Administração Fazendária
 - 8. Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas
 - 8.1. Gerência de Captação de Recursos
 - 9. Tesouraria

III - órgão colegiado:

Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	2	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Tesoureiro(a)	Gratificação	1.620,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	8	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 223, de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
 Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
 Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único
 (Decreto PMI nº 20/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal**Descrição Específica:**

- a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
- a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
- a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
- a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
- a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
- a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
- a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
- o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
- o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder

Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;

- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Superintendente**Descrição Sumária:**

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites

de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;

- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua

natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Superintendente

Descrição Sumária:

- superintender as atividades administrativas e finalísticas do órgão superior a que estiver vinculado, em consonância com as diretrizes gerais emanadas do titular da pasta;
- promover reuniões com os demais dirigentes do órgão superior ou específico para a coordenação das atividades operacionais do órgão superior;
- substituir e representar o titular do órgão superior a que estiver vinculado em suas ausências e impedimentos legais, quando designado;
- apreciar e aprovar os programas de trabalho das unidades organizacionais subordinadas, bem como acompanhar o desenvolvimento de sua execução;
- designar e coordenar a atuação de grupos de estudos específicos de interesse do órgão superior a que estiver vinculado;
- emitir parecer final, conclusivo, sobre os assuntos submetidos à sua apreciação;
- assinar, por delegação do titular do órgão superior a que estiver vinculado, atos próprios do órgão;
- solicitar, periodicamente, a elaboração dos relatórios de atividades das unidades organizacionais subordinadas;
- articular-se com os órgãos da administração pública, nos limites de suas atribuições, visando à coleta de dados e informações necessárias à solução de assuntos submetidos à sua apreciação, coordenação ou decisão;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Tesoureiro(a)

Descrição Sumária:

- assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente;
- participar em reuniões periódicas de coordenação do órgão superior;
- elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da tesouraria e submetê-las a apreciação superior;
- efetuar os recebimentos, de acordo com os documentos próprios e dar deles o respectivo documento de quitação;
- efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
- elaborar diariamente a folha de caixa (diário de caixa);
- elaborar o resumo diário de tesouraria;
- proceder à guarda, conferência e controlo sistemático do numerário e valores de caixa e bancos;
- controlar o movimento das contas bancárias, através do sistema informado instalado na tesouraria;
- assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas;
- efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores;
- assistir à verificação do estado de responsabilidade do tesoureiro, efetuado por quem for nomeado para verificar os fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade;
- assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e

proceder ao seu registro no diário de caixa e no resumo de tesouraria;

- enviar, diariamente, para a contabilidade os originais e duplicados da folha de caixa (diário de tesouraria) e do resumo diário de tesouraria, acompanhados dos duplicados das guias de recebimento (guias de receita) e de todos os restantes documentos;
- recepcionar os duplicados dos diários de caixa e dos resumos de tesouraria e arquivá-los; e
- executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;

- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 21.2015

DECRETO PMI Nº 21, DE FEVEREIRO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 11 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:

- 1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- 2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
- 3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

c) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;

d) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;

e) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;

f) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:

a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;

b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;

c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;

d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;

e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador; e

f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

III - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica Estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, constituída pelos seguintes órgãos:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal: Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

Gerência de Proteção Básica

1. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

1.1. Unidade Gestora de Transferência e Complementação de

Renda

1.2. Unidade Gestora de Segurança Alimentar e Nutricional

2. Coordenadoria do Programa ACALENTO

3. Departamento de Inclusão da Pessoa Idosa

b) Gerência do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente

c) Gerência de Trabalho e Renda

1. Unidade Gestora de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda

d) Departamento Administrativo-Financeiro

1. Unidade Gestora do Controle Administrativo

2. Unidade Gestora do Controle Social

3. Unidade Gestora de Programas, Serviços e Projetos

III - órgãos colegiados:

Conselho Municipal de Assistência Social;

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;

Conselho Municipal do Idoso;

Conselho Municipal Antidrogas;

Conselho Municipal da Juventude;e

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Assistência Social, Trabalho e Renda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor (a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	5	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor (a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	2	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	6	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 227, de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

Anexo Único
(Decreto PMI nº 21/2015)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento social relacionada com:

a) a assistência social, apoiando e supervisionando sua execução, direta ou indireta;

b) a habitação e regularização fundiária;

- implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;

- formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;

- elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:

a) dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

b) da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

c) defesa da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

- elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de habitação de interesse social e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;

- manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;

- apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;

- promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;

- desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;

- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;

- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;

- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;

- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;

- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;

- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;

- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;

- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;

- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;

- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;

- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;

- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;

- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;

- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;

- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.

- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;

- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;

- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;

- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;

- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;

- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;

- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;

- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;

- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;

- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;

- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando

alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição Sumária:

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Gestor(a) de Unidade

Descrição Sumária:

- gerir as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos necessários ao desenvolvimento da unidade sob sua gestão, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente àquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

EXTRATO PMI SETUR 28/2015 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2015/28 A00

Contratada: UNIÃO S P LTDA ME

C.N.P.J: 19.252.213/0001-39

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA DESARMADA DURANTE O CARNAVAL POPULAR DE IMBITUBA/SC

Valor: R\$ 15.000,00 Prazo: 16/02/2015

Fundamento: Processo nº. 17/2015 Pregão 12/2015

Imbituba, 12 de fevereiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Interino Municipal de Turismo

Contratante

União S P Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2015/29 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2015/29 A00

Contratada: PAULO MARCIO CISLAGHI ME

C.N.P.J: 85.145.423/0001-52

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O CARNAVAL POPULAR, DE 14 À 16 DE FEVEREIRO EM IMBITUBA/SC

Valor: R\$ 13.900,00 Prazo: 16/02/2015

Fundamento: Processo nº. 16/2015 Pregão 11/2015

Imbituba, 12 de fevereiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Interino Municipal de Turismo

Contratante

Paulo Marcio Cislaghi ME

Representante Legal

Contratada

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.514.2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.514, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba efetua-se através dos princípios constitucionais de administração pública, mediante os seguintes preceitos: I - responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;

II - modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;

III - autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo; e

IV - transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA GESTÃO PÚBLICA

Art. 2º As atividades do Governo Municipal abrangem os seguintes princípios:

I - planejamento estratégico;

II - execução;

III - coordenação.

Seção I

Do Planejamento Estratégico

Art. 3º O Governo Municipal adotará o Planejamento Estratégico como instrumento de ação para o desenvolvimento sustentável do município.

§ 1º O Planejamento Estratégico compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos básicos de gestão:

I - Plano Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentárias;

III - Orçamentos Anuais;

IV - Plano Diretor.

§ 2º A elaboração e execução do Planejamento Estratégico do município deverão guardar consonância com os planos e programas da União e do Estado.

§ 3º O Governo Municipal estabelecerá, na elaboração e execução de seus programas, o critério de prioridade, segundo a disponibilidade de recursos orçamentários, a essencialidade da obra ou serviço e o atendimento do interesse público.

Seção II

Da Execução

Art. 4º Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e as normas regulamentares, observando os critérios de organização, racionalização e produtividade.

Seção III

Da Coordenação

Art. 5º As atividades da Administração Municipal, especialmente a execução de planos e programa de governo, serão de permanente coordenação.

Art. 6º A coordenação será exercida em todos os níveis da

Administração Municipal, mediante atuação dos dirigentes individuais, realização sistemática de reuniões com a participação dos dirigentes subordinados e a instituição e funcionamento de colegiados.

CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 7º São instrumentos de realização das atividades administrativas:

- I - controle;
- II - delegação de competência;
- III - descentralização;
- IV - desconcentração.

Seção I Do Controle

Art. 8º O controle das atividades da Administração Municipal deve ser exercido em todos os órgãos e em todos os níveis, compreendendo:

- I - O controle, pelo dirigente competente, da execução dos planos e dos programas e da observância das normas que regulam a atividade específica do órgão controlado; e
- II - O controle da aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens do Município pelos órgãos da administração financeira e patrimonial.

Seção II Da Delegação de Competência ou Atribuições

Art. 9º A delegação de competência ou de atribuições será utilizada como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez às decisões, situando-se na proximidade dos órgãos, fatos ou pessoas a atender.

Art. 10. É facultado ao Chefe do Poder Executivo delegar competências ou atribuições a órgãos, dirigentes ou servidores subordinados, para a prática de atos administrativos.

Seção III Da descentralização

Art. 11. A execução das atividades da Administração Municipal deverá ser, tanto quanto possível, descentralizada.

Art. 12. O Governo Municipal recorrerá para a execução e serviços sempre que admissível e aconselhável, mediante concessão, permissão, autorização, convênio, contrato ou parceria, a órgãos ou entidades do setor público federal, estadual, municipal ou a pessoas ou entidades do setor privado, de forma

a alcançar melhor rendimento, evitando novos encargos permanentes e a ampliação desnecessária do quadro de servidores.

Seção IV Da desconcentração

Art. 13. As atividades da Administração Municipal serão, tanto quanto possível, desconcentradas, através da distribuição de competências, no âmbito de sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços.

TÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

Art. 14. A Estrutura Organizacional Básica do Governo Municipal compõe-se dos seguintes órgãos:

I - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO DIRETO E IMEDIATO AO PREFEITO:

- a) Gabinete do Prefeito - GAB;
- b) Procuradoria-Geral do Município - PGM;
- c) Controladoria-Geral do Município; e
- d) Assessoria - ASS.

II - ÓRGÃOS DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SEAGP;
- b) Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ;
- c) Secretaria Municipal de Educação - SEDUC;
- d) Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA;
- e) Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST;
- f) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB;
- g) Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI;
- h) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SEDES; e
- i) Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO DIRETO E IMEDIATO AO PREFEITO

Seção I Do Gabinete do Prefeito - GAB

Art. 15. Ao Gabinete do Prefeito - GAB compete prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das atividades relacionadas com:

- I - as relações político-administrativas com os municípios e com os órgãos e entidades públicas e privadas;
- II - executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- III - assessorar o Governo Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;

- IV - representação, atendimento e articulação política e social;
- V - serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- VI - coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- VII - integração do Plano de Metas de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- VIII - orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do Orçamento Municipal;
- IX - constituir projetos estratégicos para o Município e buscar o meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio;
- X - edição e controle de atos normativos de cunho geral, com a respectiva publicidade legal.

Seção II Da Procuradoria-Geral do Município - PGM

Art. 16. À Procuradoria-Geral do Município compete prestar assistência e assessoramento jurídico ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como:

- I - defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;

II - emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
III - redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.
IV - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção III

Da Controladoria-Geral do Município - CGM

Art. 17. À Controladoria-Geral do Município compete:

I - assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes:

- a) à defesa do patrimônio público;
- b) ao controle interno;
- c) à auditoria pública;
- d) à correição;
- e) à prevenção;
- f) ao combate à corrupção;
- g) ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.

II - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção IV

Da Assessoria - ASS

Art. 18. À Assessoria compete prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Prefeito e aos dirigentes das unidades organizacionais internas da Prefeitura.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Seção I

Da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - SE-AGP

Art. 19. À Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - administração e normas de pessoal;
- II - gestão de materiais e do patrimônio;
- III - aquisição de bens e serviços, mediante procedimentos legais;
- IV - reprografia e digitalização de documentos públicos;
- V - elaboração, coordenação e execução das atividades relacionadas à tecnologia da informação;
- VI - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção II

Da Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ

Art. 20. À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:

- I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política fazendária municipal, especialmente:
 - a) a formulação, a coordenação, a administração e a execução da política de administração tributária e fiscal do Município, bem como o aperfeiçoamento e atualização da legislação tributária municipal;
 - b) a arrecadação, o lançamento e a fiscalização dos tributos e receitas municipais;
 - c) a organização e a manutenção do cadastro fiscal do Município;
 - d) a inscrição na dívida ativa, a promoção da sua cobrança, o controle e registro do seu pagamento;
 - e) a promoção de estudos e a fixação de critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município, em articulação com o

- órgão superior responsável pelo desenvolvimento econômico;
 - f) a promoção da educação fiscal da população como estratégia integradora de todas as ações da administração tributária, visando à realização da receita necessária aos objetivos do Município;
 - g) a cobrança extrajudicial dos créditos inscritos na dívida ativa do Município;
 - h) o assessoramento aos órgãos do Município em assuntos de finanças e tributos;
 - i) o registro e controle contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
 - j) o planejamento econômico e a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária, em articulação com os demais órgãos competentes.
- II - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção III

Da Secretaria Municipal de Educação- SEDUC

Art. 21. À Secretaria Municipal de Educação compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- a) proporcionar nutrição adequada ao educando;
- b) prover assistência e apoio ao educando de todos os níveis;
- c) estímulo ao ensino médio, tecnológico, superior, especial e de jovens e adultos;

d) transporte escolar;

e) proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais da educação;

f) manter, preferencialmente, uma educação integrada, no âmbito do município, associando ao ensino convencional as iniciativas científicas e tecnológicas;

g) apoiar a educação inclusiva.

II - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção IV

Da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA

Art. 22. À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - saúde pública e medicina preventiva;
- II - atividades médicas e odontológicas;
- III - educação para a saúde;
- IV - administração ambulatorial;
- V - vigilância sanitária e epidemiológica;
- VI - gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- VII - assistência básica à saúde;
- VIII - controle, regulação, avaliação e auditoria;
- IX - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção V

Da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda - SEAST

Art. 23. À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
- b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais do governo e em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal;
- c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de

atendimento, promoção e defesa:

1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.

c) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;

d) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;

e) promover e facilitar a intersectorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;

f) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:

a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;

b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;

c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;

d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;

e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador; e

f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.

III - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção VI

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB

Art. 24. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;

b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;

c) instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;

d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;

e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;

f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;

g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;

h) zelar pela aplicação do plano diretor do município.

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;

b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas,

convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;

c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;

d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

III - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação, especialmente:

a) traçar diretrizes, metas e planejamento dos projetos de obras e edificações referentes a programas habitacionais de interesse social;

b) a fiscalização e acompanhamento do destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação de Imbituba;

c) o acompanhamento da fiscalização da execução das obras habitacionais de interesse social;

d) o desenvolvimento e a elaboração de projetos habitacionais de interesse social;

e) o desenvolvimento de projetos habitacionais, a elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;

f) o desenvolvimento de convênios com a finalidade de construção de moradias habitacionais de interesse social;

g) a seleção de famílias a serem beneficiadas, atendendo a legislação de critérios dos programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos.

IV - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção VII

Da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI

Art. 25. À Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

a) desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;

b) preservação e conservação do solo e da água no meio rural;

c) prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;

d) estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;

e) estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;

f) motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;

b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;

c) manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;

d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;

e) estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;

f) controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.

III - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção VIII

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

- SEDES

Art. 26. À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
 - b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
 - c) estímulos à implantação de empreendimentos econômicos;
 - d) incentivo e apoio à economia solidária;
 - e) realização de eventos de cunho econômico e social;
 - f) divulgação das potencialidades econômicas do Município;
- II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal do meio ambiente, especialmente:

- a) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
 - b) licenciamento, controle e fiscalização ambiental;
- III - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

Seção IX

Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SETEC

Art. 27. À Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
 - b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como outras organizações;
 - c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
 - d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
 - e) realização de eventos de cunho turístico;
 - f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;
- II - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover as ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.

III - desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das

expressões culturais presentes no município;

- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
 - f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
 - g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
 - h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
 - i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
 - j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
 - k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
 - l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
 - m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- IV - edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO IV**DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

Art. 28. Ficam criados na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo Municipal de Imbituba os cargos de provimento em comissão, correspondentes aos órgãos mencionados no artigo 14 supra, na forma do Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

§ 1º Os cargos em comissão mencionados neste artigo são regidos pelos critérios de confiança e de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A forma remuneratória e seus respectivos valores, dos cargos de provimento em comissão, estão dispostos no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 3º Aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão, será aplicado o regime jurídico adotado pela Administração Municipal, com os condicionantes impostos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 29. Ficam definidos como Agentes Políticos os cargos de Secretários Municipais e Procurador Geral, na forma do Art. 39, § 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998.

CAPÍTULO V**DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 30. Ficam criadas a Função de Representação (FR) e a Função Gratificada (FG), regidas pelos critérios de confiança e de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, com os seguintes atributos:

I - A Função de Representação (FR,) constante do Anexo II desta Lei, é conferida ao servidor de carreira do Poder Executivo Municipal, inclusive do Magistério, investido em Cargo em Comissão, que optar pela remuneração do seu emprego público de carreira, abdicando obrigatoriamente da remuneração conferida ao Cargo em Comissão.

II - A Função Gratificada (FG) é conferida exclusivamente a(o) servidor(a):

da carreira do Magistério, investido nas funções de Diretor(a) de Escola; Coordenador(a) de CEI - Centro de Educação Infantil; Gestor(a) de Unidade; Secretário(a) de Escola ou Secretário(a) de CEI e Coordenador(a) Pedagógico(a), conforme estabelecido no Anexo III desta Lei; ou

de carreira do Poder Executivo Municipal, exceto do Magistério, investido(a) nas funções de Supervisor(a), Coordenador(a) ou Gerente, na forma do artigo 31 desta Lei.

§ 1º É facultado ao servidor investido em cargo de provimento

em comissão optar pela remuneração do seu emprego público, acrescido da Função de Representação (FR).

§ 2º A carga horária do servidor em Função Gratificada (FG) ou Função de Representação (FR) será reduzida ou ampliada para 40 (quarenta) horas semanais, ajustada, por consequência, a sua remuneração para este patamar.

Art. 31. Objetivando a desconcentração das atividades públicas, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a estabelecer unidades administrativas, mediante a constituição de Supervisões de Serviços, Coordenadorias e Gerências, redistribuindo competências, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços aos cidadãos.

§ 1º A unidade organizacional constituída na forma do caput será dirigida por um Supervisor, Coordenador(a) ou Gerente, designado pelo Chefe do Poder Executivo, na forma do artigo precedente.

§ 2º A Função Gratificada (FG) para o exercício da respectiva função pública será de:

I - 17% (dezesete por cento) do salário-base do servidor designado para a função de Supervisor(a);

II - 33% (trinta e três por cento) do salário-base do servidor designado para a função de Coordenador(a); e

III - 50 % (cinquenta por cento) do salário-base do servidor designado para a função de Gerente.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DA GESTÃO MUNICIPAL

Art. 32. Constituem premissas éticas fundamentais dos agentes públicos:

I - exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;

II - abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

III - ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

§ 1º É vedado ao agente público:

I - o uso do cargo, emprego ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

II - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda ou valor financeiro, gratificação, prêmio, comissão, doação, honorários ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

III - conduzir pleitos ou elaborar projetos de cunho privado para atendimento a interesse particular, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

IV - exercer atividade profissional privada em consonância com as mesmas atividades desenvolvidas no serviço público, exceto quando houver expressa previsão legal.

§ 2º As disposições deste artigo não invalidam outras normas regedoras da conduta ética.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 33. Ficam consignadas as alterações necessárias na redação de todas as normas vigentes no âmbito municipal, adequando-as as denominações dos órgãos relacionados nesta Lei Complementar,

no que for pertinente à preponderância das atividades relacionadas ao respectivo órgão.

Art. 34. O Chefe do Poder Executivo disporá, em Decreto, a estrutura regimental e organizacional dos órgãos de assistência e assessoramento direto e imediato ao Prefeito Municipal, dos órgãos de atividades específicas; dos órgãos de desconcentração territorial e demais órgãos, sobre as competências e atribuições, denominação das unidades, quantificação e especificação dos cargos e funções públicas.

Parágrafo único. A estrutura dos órgãos será implementada observados os quantitativos totais de cargos em comissão e funções de representação e gratificada previstos nesta Lei e demais normas em vigor.

Art. 35. O sistema administrativo previsto na presente Lei Complementar entrará em funcionamento gradativamente, à medida que os órgãos que o compõem forem sendo implantados, segundo a conveniência da Administração Municipal e as disponibilidades de recursos.

Art. 36. A ementa da Lei nº 4.234, de 14 de agosto de 2013, passa a ter a seguinte redação:

"Dispõe sobre a criação do cargo de Gestor Institucional para a atenção básica no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ e dá outras providências."

Parágrafo único. O Artigo 1º da Lei nº 4.234/2013, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criada, na Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo Municipal de Imbituba, o cargo de provimento em comissão de 'Gestor(a) Institucional'.

Parágrafo único. Para o exercício do cargo ou da função de 'Gestor(a) Institucional' é exigida formação na área de saúde, sendo a remuneração fixada pela lei que estabelece a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo Municipal de Imbituba.

Art. 37. O artigo 6º da Lei nº 4.230, de 14 de agosto de 2013, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º Ao Fundo Municipal de Saúde será destinado 35% (trinta e cinco por cento) do valor do repasse do Ministério da Saúde para manutenção e benfeitorias das Unidades da Atenção Básica, bem como para custeio do Gestor Institucional.

Parágrafo único. Nos casos de ausência injustificada nas atividades educativas e de planejamento da Equipe de Saúde da Família, os valores das gratificações, previstas nesta lei, não pagos aos servidores, serão destinados, exclusivamente ao Fundo Municipal de Saúde para manutenção e benfeitorias das Unidades da Atenção Básica."

Art. 38. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a expedir Decretos e os demais atos necessários à plena execução da presente Lei Complementar.

Art. 39. As despesas decorrentes da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 40. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 41. Ficam revogadas as seguintes leis e demais disposições em contrário:

I - Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013;

II - Lei Complementar nº 4.169, de 04 de abril de 2013;

III - Lei Complementar nº 4.203, de 22 de maio de 2013;

IV - Lei Complementar nº 4.349, de 12 de fevereiro de 2014; e

V - Lei Complementar nº 4.446, de 12 de setembro de 2014.

Imbituba, 10 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto

Secretário Municipal de Governo - Interino

ANEXO I

LC nº 4.514, de 10/02/2015

NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	9	Subsídio	5.200,00
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Chefe de Gabinete	Gabinete do Prefeito	1	Remuneração	4.500,00
Controlador(a) Geral	Controladoria Geral	1	Remuneração	3.700,00
Superintendente	Superintendência	8	Remuneração	3.700,00
Secretário(a) Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.300,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.300,00
Diretor(a)	Diretoria	14	Remuneração	1.900,00
Assessor Especial	Assessoria	4	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Programa - PMAQ	1	Remuneração	1.800,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	3	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) de Imprensa	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) I	Assessoria	7	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	33	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	16	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	26	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	35	Remuneração	800,00

ANEXO II

LC nº 4.514, de 10/02/2015

NOMINATA DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Gabinete	Gratificação	2.700,00
Assessor(a) de Gabinete	Gratificação	2.700,00
Controlador(a) Geral	Gratificação	2.160,00

Superintendente	Gratificação	2.160,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.620,00
Tesoureiro(a)	Gratificação	1.620,00
Procurador(a)	Gratificação	1.260,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor Especial	Gratificação	1.260,00
Motorista Executivo	Gratificação	1.260,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	1.000,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) de Imprensa	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

ANEXO III

LC nº 4.514, de 10/02/ 2015.

NOMINATA DA FUNÇÃO GRATIFICADA - FG

NOMENCLATURA		REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	550,00
	Até 300 alunos	Gratificação	450,00
Coordenador(a) de CEI		Gratificação	450,00
Gestor(a) de Unidade		Gratificação	430,00
Secretário(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	420,00
	Até 300 alunos	Gratificação	350,00
Secretário(a) de CEI		Gratificação	350,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)	Acima de 300 alunos	Gratificação	200,00
	Até 300 alunos	Gratificação	150,00

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.515.2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.515, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
Concede complementação salarial aos servidores públicos especificados e aos servidores dos Quadros Suplementares dos Programas da área de saúde pública e desenvolvimento social que específica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica concedida complementação salarial de 8,840%(oito inteiros e oitocentos e quarenta milésimos por cento), aos seguintes servidores dos Quadros Suplementares dos Programas da área de saúde pública:

I - Motorista - ESF;

II - Atendente de Consultório Odontológico - PSFB;

III - Atendente de Consultório Odontológico - CEO;

IV- Servente Merendeira - CAPS;

V -Auxiliar de Enfermagem - CAPS;

VI - Digitador - DST;

VII - Auxiliar de Laboratório - DST;

VIII - Auxiliar de Enfermagem - DST;

IX - Agente de Combate às Endemias - PCAA;

X - Digitador - PCAA; e
XI - Auxiliar de Enfermagem - ESF.

Art. 2º Fica concedida complementação salarial de 8,840%(oito inteiros e oitocentos e quarenta milésimos por cento), aos seguintes servidores dos Quadros Suplementares dos Programas da área de desenvolvimento social:

I - Servente Merendeira - PETI; e
II - Servente Merendeira - SENT.

Art. 3º Fica concedida complementação salarial ao Servidor Público Municipal instituído pela Lei 1.144/1991, pertencente ao:

I - Nível 1, Subnível 1.1, Padrão A, 15,8909%
II - Nível 1, Subnível 1.2, Padrão A, 12,1053%
III - Nível 1, Subnível 1.3, Padrão A, 8,1510%
IV - Nível 2, Subnível 2.1, Padrão A, 1,9454%
V - Nível 1, Subnível 1.1, Padrão B, 12,3871%
VI - Nível 1, Subnível 1.2, Padrão B, 8,4442%
VII - Nível 1, Subnível 1.3, Padrão B, 4,3249%
VIII - Nível 2 Subnível 2.1, Padrão B, 1,2589%
IX - Nível 1, Subnível 1.1, Padrão C, 8,7360%
X - Nível 1, Subnível 1.2, Padrão C, 4,6294%

XII - Nível 1, Subnível 1.3, Padrão C, 0,3376%
XIII - Nível 1, Subnível 1.1, Padrão D, 3,9721%
XIV - Nível 1, Subnível 1.1, Padrão E, 0,2157%

Art. 4º Os percentuais de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta Lei tem caráter exclusivamente supletivo visando complementar o valor do salário-base dos servidores especificados para alcançar o valor do salário mínimo nacional conforme Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, e Decreto nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014, devendo ser compensado posteriormente, por ocasião da Revisão Geral Anual.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 2015.

Imbituba, 10 de fevereiro de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

LEI Nº 4.516.2015

LEI Nº 4.516, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Institui o auxílio-alimentação aos servidores públicos de Carreira da Administração Pública Municipal de Imbituba, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o auxílio-alimentação, benefício a ser concedido mensalmente aos servidores públicos de Carreira da Administração Pública Municipal de Imbituba, que estejam em efetivo exercício e cumpram efetivamente jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º O auxílio-alimentação destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo-lhe pago diretamente.

§ 2º O servidor fará jus ao auxílio-alimentação na proporção dos dias trabalhados, salvo na hipótese de afastamento a serviço com percepção de diárias.

§ 3º Na hipótese de acúmulo lícito de cargos ou funções públicas, o auxílio-alimentação será concedido apenas uma vez.

§ 4º É vedada a concessão de auxílio-alimentação a servidores que detêm, por imposição legal, jornada especial de trabalho inferior a 40 horas semanais, inclusive aqueles que cumprem horário especial de expediente da Administração Pública Municipal de 30 horas semanais, embora tenham sido contratados para cumprimento de jornada de 40 horas semanais.

§ 5º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias.

§ 6º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em conferências, congressos, treinamentos, cursos ou outros eventos similares, sem deslocamento do município.

Art. 2º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia e terá caráter indenizatório, no valor de:

I - R\$ 100,00 (cem reais) mensais até o mês de dezembro de 2015;

II - R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais durante o ano de 2016; e

II - R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais a partir do ano de 2017.

Art. 3º O auxílio-alimentação não será:

I - incorporado ao salário ou remuneração do servidor;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição previdenciária;

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial "in natura"; e

IV - concedido a servidores que não estejam efetivamente em exercício;

V - concedido aos servidores que não cumpram efetivamente jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, inclusive aqueles que detêm, por imposição legal, jornada especial de trabalho inferior a 40 horas semanais;

VI - concedido aos servidores que desempenham suas funções em horário especial de expediente da Administração Pública Municipal de 30 horas semanais, mesmo aqueles que tenham sido contratados para cumprimento de jornada de 40 horas semanais.

Art. 4º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, mediante consignação de crédito em folha de pagamento.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput os servidores que:

I - não esteja em efetivo exercício, inclusive por motivo de cessão a outro órgão ou entidade;

II - não cumpra efetivamente jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais;

III - estejam afastados por motivo de penalidade administrativa, nos casos previstos em Lei;

IV - estejam afastados por motivo de reclusão;
V - não estejam em efetivo exercício em razão do seu afastamento por auxílio-doença; e
VI - foram cedidos por outros órgãos ao Poder Público.

Art. 5º O pagamento indevido do auxílio-alimentação caracteriza falta grave, sujeitando o agente público responsável pelo apontamento da frequência ou a autoridade competente às penalidades previstas em lei.

Parágrafo único. Os valores indevidamente recebidos serão restituídos ou compensados no mês subsequente à constatação da irregularidade.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 7º As despesas para a implementação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento anual do Poder Executivo.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de fevereiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

PORTARIA PMI SEAGP Nº 006.2015

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 006, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (INTERINO), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;
Considerando as informações dos Processos nº 1591/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública constituída pelo Parque Municipal de Eventos, localizada na Rua Três de Outubro, Centro, à Associação Cultural e Esportiva Raiz de Cinco, CNPJ nº 10.756.784/0001-36 representada pelo Sr. Jair Figueiredo Alves, inscrito no CPF nº 047.228.309-08, residente a Rua Santana nº 620, Vila Nova, Imbituba/SC, para explorar a referida área no dia 14 de fevereiro de 2015, para a execução do projeto intitulado "Botequim Folia".

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o dia 14 de fevereiro de 2015 das 16h às 3h, a título precário e de caráter gratuito e intransferível, nos moldes do Processo Administrativo nº

1591/2015.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Imbituba, 10 de fevereiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Claudia Jeremias Ávila
Assessora da Diretoria de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI SEAGP Nº 007.2015

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 007, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (INTERINO), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;
Considerando as informações dos Processos nº 549/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública constituída pelo Parque Municipal de Eventos, localizada na Rua Três de Outubro, Centro, à Associação Cultural e Recreativa Bloco da Eskina, CNPJ nº 08.943.641/0001-91 representada pelo Sr. Vinícius de Souza Pires, inscrito no CPF nº 065.992.969-47, residente a Rua Santana s/nº, Vila Nova, Imbituba/SC, para explorar a referida área no dia 15 de fevereiro de 2015, para a execução do projeto intitulado "Concentração do Bloco da Eskina."

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o dia 15 de fevereiro das 16h às 3h, a título precário e de caráter gratuito e

intransferível, nos moldes do Processo Administrativo nº 549/2015.
Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Imbituba, 10 de fevereiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Registra-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Claudia Jeremias Ávila
Assessora da Diretoria de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI SEAGP Nº 008.2015

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 008, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (INTERINO), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;
Considerando as informações dos Processos nº 1697/2015 e 1701/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública constituída pelo Parque Municipal de Eventos, localizada na Rua Três de Outubro, Centro, à Associação Cultural e Esportiva Raiz de Cinco, CNPJ nº 10.756.784/0001-36 representada pelo Sr. Jair Figueiredo Alves, inscrito no CPF nº 047.228.309-08, residente a Rua Santana nº 620, Vila Nova, Imbituba/SC, para explorar a referida área no dia 16 de fevereiro de 2015, para a execução do projeto intitulado "Concentração do Bloco Carnavalesco Me Leva.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o dia 16 de

fevereiro de 2015 das 16h às 3h, a título precário e de caráter gratuito e intransferível, nos moldes do Processo Administrativo 1697/2015.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de fevereiro de 2015.
Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Registra-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Claudia Jeremias Ávila
Assessora da Diretoria de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI SEAGP Nº 12.2015

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 012, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (INTERINO), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;
Considerando as informações no Processo nº 594/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada em frente ao prédio da Prefeitura Municipal localizada na Rua Ernani Cotrim, Centro, à entidade Lanche da Amizade de Imbituba, CNPJ nº 78624947/0001-60 representada pela Sra. Doroti Martins, inscrito no CPF nº 313.536.229-91, residente a Rua Bráulino Miranda Quadra nº 18 Lote nº 26, Vila Nova Alvorada, Imbituba/SC, para explorar a referida área no período de 12 a 16 de fevereiro de 2015, com a finalidade de angariar fundos para a entidade supra citada.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 12 a 16 de fevereiro de 2015, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de fevereiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Claudia Jeremias Ávila

Assessora do Departamento de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/GGP Nº 78/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 78, de 11 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, admitida através da PORTARIA PMI/DGP Nº 103, de 25 de março de 2014 com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Cássia Donato Zacanaro	Agente Comunitário de Saúde - PACS	008.727.690-97	28/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 79/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 79, de 11 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 17 de fevereiro de 2010, através do Concurso Público Edital - 02/2009 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 077, de 16 de março de 2010, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Angelita de Souza Alves	Professora III – 20h	041.588.619-85	10/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 11 de fevereiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 032/2015

CONTRATO Nº 032/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA D.J LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, D.J. LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.091.177/0001-20, estabelecida à Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 194, Bairro Centro, Sala 06, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu representante legal Sr. Diogenes Leonardi Luz, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 871.668.019-72 e Cédula de Identidade nº 4/R 2.685.825 residente à Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 145, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 011/2015 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 001/2014-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a locação de um imóvel comercial, constituído de terreno com área de 3.608,28 m² (em condomínio), e área construída aproximada de 700,00 m², sendo galpão de alvenaria, com área de salas de aula, refeitório, banheiros, e depósito. O imóvel é destinado à instalação do CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos, e depósito de materiais da Secretaria de Educação. Imóvel registrado sob Matrícula no 1378, do Livro 02 do Registro de Imóvel da Comarca de Indaial.

Parágrafo Único: O imóvel objeto deste contrato, destina-se a Instalação do CEJA, UAB e depósito da Secretaria de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 20 de fevereiro de 2015 até 20 de fevereiro de 2017

2.1.1 O prazo poderá ser prorrogado, sucessivamente, por períodos de 12 (doze) meses, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O preço unitário contratado é de R\$8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), perfazendo o valor total (24 meses) de R\$ 201.600,00 (duzentos e um mil e seiscentos reais).

3.2. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente

realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal-fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários do contrato.

3.4. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

3.5. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

3.6. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

Parágrafo Primeiro: Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

Parágrafo Segundo: O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA QUARTA: DA MULTA

4.1. Ultrapassada a data de pagamento sem que o mesmo seja efetuado sem os encargos legais e contratuais, obriga-se o Locatário ao pagamento de multa de 2% (dois por cento), mais juros constitucionais, e correção monetária na forma legal.

CLÁUSULA QUINTA: DAS CONDIÇÕES GERAIS DA LOCAÇÃO

5.1. O Locatário, neste ato declara que recebeu o imóvel nas condições especificadas na vistoria que assinou e que fará parte integrante do presente contrato e assim se compromete a entregá-lo, finda a locação.

Parágrafo Primeiro: O Locatário terá um prazo improrrogável, de 05 (cinco) dias da data da vistoria realizada, para apresentar por escrito ao Locador, a relação dos defeitos que eventualmente tenha encontrado no imóvel. Decorrido este prazo, quaisquer defeitos serão entendidos como de uso, e portanto de plena e total responsabilidade do Locatário.

Parágrafo Segundo: Caso o imóvel, por ocasião da entrega não se encontre nas condições da vistoria da entrada, o Locatário terá de promover a sua imediata reparação, respondendo pelo valor dos consertos e aluguéis, e a efetiva e definitiva entrega. Não

cumprida esta obrigação de reparar, serão os serviços feitos pelo Locador cobrando-se o valor despendido pelo meio adequado. Para fixação do valor dos reparos e extensão dos estragos, bastarão dois (02) orçamentos de profissionais idôneos.

Parágrafo Terceiro: Não sendo o imóvel entregue nas condições apontadas pela vistoria de entrada, persistirá a responsabilidade por alugueis e encargos, ainda que restituídos provisoriamente as chaves do imóvel, até a conclusão dos reparos, ocasião que a entrega se tornará definitivamente realizada. Sobre o valor dos reparos incidirá a correção monetária legal.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Compete ao Locador:

- a)- manter durante a locação a forma e o destino do imóvel;
- b)- dar ao Locatário, recibo das importâncias por este paga, discriminando alugueis, e demais encargos;
- c)- promover os reparos que não forem de responsabilidade do Locatário.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7.1. Compete ao Locatário:

- a)- acompanhar e assinar o termo de vistoria;
 - b)- apresentar toda documentação requerida e contratualmente exigida;
 - c)- servir-se do imóvel locado para o uso convencionado, compatível com sua natureza e com fins a que se destina, devendo tratá-lo com o mesmo cuidado como se fosse seu;
 - d)- pagar pontualmente o aluguel, no prazo e nas condições ajustadas, sob pena de sofrer as cominações contratuais legais;
 - e)- pagar os encargos de limpeza, energia elétrica, água/saneamento, seguro (dos bens de propriedade do município), reparos de sua responsabilidade e demais encargos, além das elevações que os mesmos sofrem no curso da locação;
 - f)- não ceder, transferir, emprestar, sublocar, total ou parcialmente o imóvel, a não ser com autorização do Locador;
 - g)- entregar ao Locador, todas as intimações ou avisos de autoridades públicas, bem como guias de impostos ou taxas, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de responder pelos acréscimos ou multas devidos pelo Locador;
 - h)- pagar as multas e demais obrigações que forem consequência de atos seus.
- #### CLÁUSULA OITAVA: DA ENTREGA DO IMÓVEL
- 8.1. Ao restituir o imóvel o Locatário se obriga:
- a)- comunicar ao LOCADOR, com 30 (trinta) dias de antecedência, a entrega do imóvel, a fim de marcar-se dia e hora para realizar-se a vistoria final de entrega de chaves, sob pena de ter que pagar 01 (um) mês de aluguel, caso isto ocorra;
 - b)- na data de comunicação mencionada na letra anterior o Locatário deverá apresentar os comprovantes do pagamento de luz, água, telefones, seguros de seus bens e demais encargos de sua responsabilidade, dos três (03) últimos meses, devidamente

quitados;

c)- a acompanhar e assinar o termo de vistoria de entrega, para constatação do real estado do imóvel e avaliação dos reparos que o mesmo necessitar, sendo que, a recusa em assinar a vistoria será interpretada como reconhecimento dos danos apurados;

d)- a fazer a entrega de todas as chaves internas, externas do imóvel;

e)- a entrega efetiva das chaves só ocorrerá após a realização dos reparos necessários para que a vistoria final não apresente divergência com a vistoria inicial (cláusula quinta e seus parágrafos) quer feitos pelo Locatário ao Locador. Sendo os reparos feitos pelo Locador, o aluguel será devido até o efetivo reembolso das despesas, devidamente corrigidas monetariamente.

Parágrafo Primeiro: Caso os comprovantes mencionados na letra "b" não sejam apresentados devidamente quitados e havendo divergência quanto aos laudos de vistoria inicial e final, a obrigação do pagamento de aluguel não cessará, mesmo que as chaves tenham sido entregues para o Locador. Enquanto não for realizada qualquer situação pendente o Locatário continuará com a total responsabilidade dos débitos dos alugueis e pela regularização das pendências existentes.

Parágrafo Segundo: Só após o cumprimento de todas as obrigações mencionadas nesta cláusula e em outras, pelo Locatário é que será considerada ENTREGUE AS CHAVES.

CLÁUSULA NONA: DA PENA

9.1. Todas as obrigações estipuladas no presente contrato são exigíveis nos prazos e nas formas convencionadas. A falta de cumprimento de qualquer das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo do disposto no artigo 570 do Código Civil, importará na imediata rescisão do presente instrumento, independentemente da notificação ou aviso de qualquer espécie, e sujeitar-se-á em sendo a parte infratora, a multa de três (03) vezes o valor do aluguel na época da infração, que poderá ser corrigida cumulativamente com o cumprimento da obrigação violada, e sem prejuízo da ação de despejo ou das ações que couberem, ficando ainda ajustado que, em caso do procedimento judicial, correrão por conta do inadimplente todas as custas e a título de honorários advocatícios a parcela de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. A cláusula penal fixada neste instrumento, bem como as despesas referentes a perdas e danos serão corrigidas monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1. No caso de incêndio no imóvel, ficará plenamente rescindido o contrato, respondendo o Locatário pelo prejuízo que ocorrer, se culpados do fato ou se não provarem o caso fortuito, força maior ou prorrogação do fogo originado em outro imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11.1. Poderá a Locadora por si ou por seus procuradores vistoriar periodicamente o imóvel e exigir a realização de reparos dos danos ocasionados pelo mau uso do mesmo (cláusula décima sétima). Esses reparos serão feitos com obediência às normas legais e ao que se convencionou no presente contrato. Não consentindo a Locadora, se caracteriza grave infração contratual, para efeito de sua rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12.1. Se no curso da locação ocorrer a desapropriação do imóvel, se rescindirá a locação, sem que tenha o Locatário direito a

qualquer indenização, ressaltando ao mesmo o direito de pleitear do poder expropriante aquilo que for de seu direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

13.1. No presente ato, expressamente renúncia o Locatário à faculdade contida no artigo 413 do Código Civil, pois na hipótese de aplicação da cláusula penal deverá a mesma ser cumprida pelo seu total, independentemente de qualquer cumprimento parcial da obrigação, não devendo em hipótese alguma ser reduzida proporcionalmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

14.1. É vedado ao Locatário fazer no imóvel locado obras, modificações ou benfeitorias, sejam elas úteis, voluptuárias ou necessárias sem expressa autorização do Locador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

15.1. Em caso de ser colocado o imóvel à venda (respeitado o artigo 27 da Lei nº 8.245/91), ou para vistorias intermediárias, ao Locador e Locatário estabelecem as partes para atendimento ao disposto no item IX do artigo 23, da Lei nº 8245/91, o horário que será utilizado para mostrar o imóvel ocupado pelo inquilino a terceiros será o das 14 :00 horas até 17 :00 horas, de segundas-feiras a sextas -feiras.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

16.1. Se o imóvel necessitar de reparos urgentes o Locatário obriga-se a consenti-los. Se tais reparos deteriorarem o imóvel, poderá pleitear as medidas judiciais que achar necessárias quanto ao abatimento do aluguel, bem como a rescisão do contrato (artigo 567 do Código Civil).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

17.1. O Locatário utilizará o imóvel com fiel observância das posturas determinadas pelas autoridades públicas, não cabendo ao Locador quaisquer responsabilidades ou ônus em decorrência da atividade do Locatário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

18.1. O Locatário exonera expressamente o Locador de imiscuir-se em questões de vizinhança, empreendimento sob sua exclusiva responsabilidade, sem nenhum abuso de direito, as reclamações ou ações cabíveis para resguardar sua comodidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

19.1. O Locatário é solidariamente responsável pelos atos de seus empregados, contratados, colaboradores e clientes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

20.1. Fica o Locatário conhecedor que sua permanência no imóvel locado, descrito na cláusula primeira - objeto, sem a renovação após a sua notificação que ocorrerá 30 (trinta) dias antes do vencimento do mesmo, implicará automaticamente no arbitramento do aluguel pena, a partir do vencimento do contrato, e que durará até a efetiva entrega do imóvel.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Os contratantes elegem o foro da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, ou derivado da locação, com renúncia expressa

de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou que de futuro, venha a ter uma das partes contratantes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - OUTRAS DISPOSIÇÕES

22.1. Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.245/91, em especial o contido no artigo 58, item 04, sendo que o Locatário autoriza expressamente o Locador, no caso das ações de despejo promover a citação, intimação, ou notificação por correspondência com A.R. (Aviso de Recebimento), ou nas outras formas mencionada naquele dispositivo da lei.

22.2. Qualquer pagamento de obrigação posterior jamais poderá ser invocado como prova de pagamento anterior, de obrigação por qualquer caso não cobrada nas épocas próprias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas provenientes da Locação do objeto do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2014:

•05.01.012.361.005.2106.339039100000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:

24.1. O Locador reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 04 de fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	D.J LUZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS Diogenes Leonardi Luz Locador
--	--

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
--	---

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF.: _____

Nome Legível: _____
CPF.: _____

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 023/2015.

Pregão Presencial nº 011/2015-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de troféus e medalhas.

Entrega dos envelopes: 03/03/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 03/03/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 344/2013

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 344/2013

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.789.410/0001-02, com sede na Rua Olímpia, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Ademir Packer, Diretor Executivo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 480.968.309-53 e Cédula de Identidade nº 1.293.554-9, residente e domiciliado à Rua Eng. Emílio Odebrecht, nº 98, Bairro das Nações, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EDITORA JORNAL DO MÉDIO VALE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.290.090/0001-02, com sede à Rua Caçador, nº 406, Bairro das Nações, na cidade de Timbó - Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Representante Legal, Sr. Evandro Loes, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 566.447.109-30, e Cédula de Identidade nº 2.027.214-6, residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 732, Bairro dos Estados, na cidade de Timbó - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA :

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula terceira, item 3.1, do contrato original, que tem como objeto a concessão à empresa privada de espaço para exploração publicitária no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters e na realização do Torneio de Verão de Indaial, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO:

3.1. O valor anual do contrato passa a ser de R\$10.365,43 (dez mil trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos), dividido em 02 (duas) parcelas a serem pagas até o último dia útil do mês de janeiro e fevereiro, respectivamente.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único

efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 28 de janeiro de 2015.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Contratante	EDITORA JORNAL DO MÉDIO VALE LTDA Evandro Loes Contratada

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet

OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1596/2015

DECRETO Nº 1596 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015
Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo em todas as repartições públicas do Município de Iomerê, conforme segue:

Prefeitura Municipal

Dia 16/02 - não haverá expediente
Dia 17/02 - não haverá expediente
Dia 18/02 - expediente das 13h às 17h

Secretaria de Saúde

Dia 16/02 - não haverá expediente
Dia 17/02 - não haverá expediente
Dia 18/02 - expediente das 13h às 17h

Escolas Municipais

Dia 16/02 - não haverá expediente
Dia 17/02 - não haverá expediente
Dia 18/02 - expediente das 13h às 17h

Creche Municipal

Dia 16/02 - não haverá expediente
Dia 17/02 - não haverá expediente
Dia 18/02 - expediente normal

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 12 de fevereiro de 2015
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário De Administração E Finanças

TERMO DE DISTRATO Nº 01/2015

TERMO DE DISTRATO Nº 001/2015

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, LCOM COMUNICACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 12.002.995/0001-90, com endereço na Rua Afonso Berwanger, n. 215, bairro Marafon, Videira, SC., resolvem rescindir o contrato nº CT13/035, o que o fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes mantêm entre si contrato de prestação de serviços de assessoria de imprensa, CT13/35, que foi objeto de aditivos(-TA13/37) e (TA 14/42)

CLÁUSULA SEGUNDA

Considerando a manifestação da empresa contratada, de que não possui mais condições de dar cumprimento ao objeto contratual, e efetuar a prestação dos serviços nos moldes pactuados, resolvem rescindir o contrato(CT13/35), dando a contratada, dando ampla e geral quitação da relação contratual mantido com a contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtira efeitos retroativos a de 05 de janeiro de 2015, inclusive no tocante à eventuais pagamentos.

CLÁUSULA QUARTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir questões oriundas da presente rescisão, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente duas testemunhas.

Iomerê, 21 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

LCOM COMUNICAÇÃO LTDA

TESTEMUNHAS

NOME

NOME

CPF

CPF

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 170/2.015 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2.015.

HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal em exercício de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 4º da Lei nº 0866/91 de 30 de Setembro de 1991.

HOMOLOGA

Ficam homologados os seguintes membros para constituírem o Conselho Municipal de Assistência Social de Ipumirim - SC.

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Márcia Faccin de Conto

Suplente: Cássia Regina Anater

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Moira Comboski

Suplente: Adriana Bortolanza

Representante da Secretaria Municipal de Educação, cultura e Desporto.

Titular: Marilei Salete Frigeri Carpinelli

Suplente: Adriana Ongaratto Hilleschein

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria. e Comercio.

Titular: Gerson Mario Wildner

Suplente: Amarildo de Marco Filho.

Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças:

Titular: Tatiane Zanella

Suplente: Mireli Frigeri

Representantes Entidades Socioassistenciais:

Titular: Carmen Longo Tecchio

Suplente: Luiz Carlos Port.

Titular: Melania Lucia Stedile Francio

Suplente: Nelsi Cason de Mello

Representantes usuários:

Titular: Salete Aparecida Borges de Moraes Martins

Suplente: Jurandir Bogoni Locatelli

Titular: Inelir Baldissera Giombelli

Suplente: Rosa Comboski

Titular: Erculino Accadrolli

Suplente: Marli Gasperin

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria
Produzira efeitos a partir de 12 de Fevereiro de 2015.

Ipumirim - SC, 12 de Fevereiro de 2015.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT.

Prefeito em Exercício

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP 31/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº 81/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31/2014

AQUISIÇÃO DE 20.000 TONELADAS DE PEDREGULHO SUJO E 20.000 TONELADAS DE AREIA, PARA USO DIVERSOS, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 81/2014, Pregão Presencial nº 49/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. Fernando Soares Santos - representante da empresa Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda., segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Empresa vencedora - Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
01	20.000	Tonelada	Pedregulho sujo	HOBÍ	16,00	320.000,00
02	20.000	Tonelada	Areia	HOBÍ	27,00	540.000,00
TOTAL R\$						860.000,00

Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata. Irineópolis, 22 de dezembro de 2014.

DECRETO N.º 2.757/2015

Decreto nº 2.757/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art. 11,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, nas dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 875.449,10 (oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dez centavos), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
2.030 – Despesas não consideradas nos Índices Legais - Saúde			
3.3.90.00.00.00.00.03.0213.0	Aplicações Diretas	R\$	3.936,17
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em saúde			
3.3.90.00.00.00.00.03.0220.0	Aplicações Diretas	R\$	78,59
3.3.90.00.00.00.00.03.0223.0	Aplicações Diretas	R\$	250,06
3.3.90.00.00.00.00.03.0251.0	Aplicações Diretas	R\$	22.004,08
3.3.90.00.00.00.00.03.0266.0	Aplicações Diretas	R\$	2.936,93
4.4.90.00.00.00.00.03.0220.0	Aplicações Diretas	R\$	564.044,31

4.4.90.00.00.00.00.03.0223.0	Aplicações Diretas	R\$ 25.915,31
4.4.90.00.00.00.00.03.0248.0	Aplicações Diretas	R\$ 2.919,76
2.032 – Atendimento através do Piso de Atenção Básica		
3.3.90.00.00.00.00.03.0214.0	Aplicações Diretas	R\$ 1.166,51
3.3.90.00.00.00.00.03.0223.0	Aplicações Diretas	R\$ 4.337,82
2.033 – Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00.00.00.03.0219.0	Aplicações Diretas	R\$ 7.554,68
3.3.90.00.00.00.00.03.0221.0	Aplicações Diretas	R\$ 8,11
3.3.90.00.00.00.00.03.0223.0	Aplicações Diretas	R\$ 2.413,35
3.3.90.00.00.00.00.03.0265.0	Aplicações Diretas	R\$ 4.298,13
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.1.90.00.00.00.00.03.0216.0	Aplicações Diretas	R\$ 17.426,71
3.1.90.00.00.00.00.03.0260.0	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.03.0261.0	Aplicações Diretas	R\$ 8.535,84
3.3.90.00.00.00.00.03.0223.0	Aplicações Diretas	R\$ 4.176,08
3.3.90.00.00.00.00.03.0260.0	Aplicações Diretas	R\$ 55.573,39
3.3.90.00.00.00.00.03.3427.0	Aplicações Diretas	R\$ 3.788,30
2.035 – Manutenção do Programa Agentes Comunitários da Saúde		
3.1.90.00.00.00.00.03.0249.0	Aplicações Diretas	R\$ 22.097,25
2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.1.90.00.00.00.00.03.0250.0	Aplicações Diretas	R\$ 4.202,45
2.037 - Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.3.90.00.00.00.00.03.0223.0	Aplicações Diretas	R\$ 7.717,79
3.3.90.00.00.00.00.03.0252.0	Aplicações Diretas	R\$ 10.085,43
2.038 – Compensações de Especificidades Regionais		
3.3.90.00.00.00.00.03.0255.0	Aplicações Diretas	R\$ 2,60
2.039 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
4.4.90.00.00.00.00.03.0218.0	Aplicações Diretas	R\$ 12.404,55
2.040 - Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.03.0217.0	Aplicações Diretas	R\$ 2.972,24
3.3.90.00.00.00.00.03.0223.0	Aplicações Diretas	R\$ 4.430,84
3.3.90.00.00.00.00.03.3441.0	Aplicações Diretas	R\$ 431,90
2.056 – MAC – Média e Alta complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00.00.00.03.0215.0	Aplicações Diretas	R\$ 1.527,12
3.3.90.00.00.00.00.03.0223.0	Aplicações Diretas	R\$ 727,37
3.3.90.00.00.00.00.03.3437.0	Aplicações Diretas	R\$ 66.594,23
3.3.90.00.00.00.00.03.3439.0	Aplicações Diretas	R\$ 891,20
T O T A L		R\$ 875.449,10

Art. 2º - Para dar face aos créditos suplementares acima citados serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do ano anterior nas referidas especificações de recursos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.760/2015

Decreto nº 2.760/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art. 11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 145.200,00 (Cento e quarenta e cinco mil e duzentos reais.)

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0220 (08)	Aplicações Diretas	R\$ 145.200,00
T O T A L		R\$ 145.200,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 220 - Demais Transferências SUS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 11 de fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.761/2015

Decreto nº 2.761/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art. 11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificadas, no montante de R\$ 220.288,01 (Duzentos e vinte mil, duzentos e oitenta e oito reais e um centavos).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0251 (07)	Aplicações Diretas	R\$ 220.288,01
T O T A L		R\$ 220.288,01

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificadas que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0251 (12)	Aplicações Diretas	R\$ 220.288,01
T O T A L		R\$ 220.288,01

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015

Secretaria Municipal de Educação

A Secretária Municipal de Educação do Município de Irineópolis, SC, torna pública, pelo presente, as normas da CHAMADA PÚBLICA das vagas remanescentes do Edital 01/2015 para a contratação temporária de Professores para atuar no ano de 2015.

Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação do dia 09/02/2015 a 11/02/2015 das 08:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 17:00hs.

Vagas

Geografia e História	20 hs	Matutino e Vespertino	NE Guilherme Bossow
Inglês	10 hs	Matutino	Escolas do Campo
Artes	10 hs	Matutino e Vespertino	GE Zélia Milles

3 - Critérios para escolha:**3.1 - Para Professores:**

Professores habilitados: Licenciatura na disciplina.

Professores não habilitados: Cursando a disciplina ou outro curso completo de graduação ou curso completo de magistério.

3.3 - Havendo dois ou mais interessados na vaga com a mesma formação o primeiro critério de desempate será curso de especialização, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso.

3.4 - Havendo dois ou mais profissionais não habilitados interessados na vaga será dada a preferência ao que tiver cursando maior fase do curso de graduação, persistindo o empate ficará com a vaga o mais idoso.

3.5 - Somente poderão escolher a vaga quem tiver em mãos o Diploma da Graduação e ou atestado de frequência na fase atual e ou diploma de magistério e ter a idade igual ou superior a18 (dezoito) anos.

3.6 - Os casos omissos nesse edital serão julgados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação.

3.7 - Este edital justifica-se à necessidade urgente de profissionais nas respectivas escolas.

3.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 06 de fevereiro de 2015.

Lillian Eliane Batschauer Ferreira

Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2015

Secretaria Municipal de Educação

ANEXO I**FICHA INSCRIÇÃO****DADOS PESSOAIS:**

Nome:			
RG:	CPF:	Data Nasc.:	
Endereço:			Nº:
Bairro:	Cidade		
Fone Resid.:	Celular:		
Fone Recado:	E-mail:		

DADOS FUNCIONAIS:

Cargo:
Formação:

Irineópolis, ____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato Carimbo e assinatura responsável pela Inscrição

EDITAL RESULTADO CHAMADA PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Irineópolis
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ 83.102.558/0001-05

EDITAL 04/2015/SME

A Secretária Municipal de Educação do município de Irineópolis, SC, conforme o Edital Nº 03/2015/SME, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, o resultado final da Chamada Pública das vagas remanescentes do Edital nº 04/2014 e 02/2015 para a contratação temporária de professores para atuar no ano de 2015.

1. DO RESULTADO FINAL

NOME	FORMAÇÃO	CARGO DE INSCRIÇÃO
1º - Wilson de Jesus Almeida	Geografia	Geografia e História
2º - Andréa Calza Martins	Cursando Pedagogia	Geografia e História
1º - Mariane Juraszek	Magistério	Inglês
1º - Andréa Aparecida Kopecki	Artes	Artes
2º - Heloíse Cristiane Barbosa	Pedagogia e Magistério	Artes
3º - Alecsandra de Cácia Bendlin	Educação Física	Artes
4º - Kellin Cristiane Michahouski Boesing	Educação Física	Artes
5º - Michelle Maria Ferraz Guimarães Jung	Pedagogia	Artes
6º - Gislaíne Aparecida Koderer Kracinski	Cursando Pedagogia e Magistério	Artes

2. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

2.1. O prazo para entrar com recurso será de 03 (três) dias após a publicação deste edital, sendo através de requerimento próprio, entregue junto a Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

2.3. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, SC, 12 de fevereiro de 2015.

Lillian Eliane Batschauer Ferreira
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - DESPACHO - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015

ERRATA DO DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Onde se lê: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n.º 01/2015.

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação.

Um imóvel Rural de propriedade do Senhor Antonio Mauro Moissa, inscrito no CPF sob o n.º 854.167.709-53 e portador da Cédula de Identidade n.º 3.111.330-SC, com a área de 82.359,97 m2 (oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove metros e noventa e sete centímetros quadrados), sito à localidade de Santo Antonio, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 12.235, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do procedimento administrativo em epígrafe, para nos termos do art. 24, X da Lei n.º 8.666/93, declarar a dispensa de licitação para a celebração do Contrato com o Senhor Antonio Mauro Moissa, no valor total de R\$ 8.293,92 (oito mil duzentos e noventa e três reais noventa e dois centavos), conforme discriminados: Um imóvel Rural de propriedade do Senhor Antonio Mauro Moissa, inscrito no CPF sob o n.º 854.167.709-53 e portador da Cédula de Identidade n.º 3.111.330-SC, com a área de 82.359,97 m2 (oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove metros e noventa e sete centímetros quadrados), sito à localidade de Santo Antonio, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 12.235, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. Conforme consta dos autos, os preços se apresentam compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações imobiliárias. Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 15 de janeiro de 2015.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015

ERRATA DO DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Lê-se: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação n.º 01/2015.

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação.

Um imóvel Rural de propriedade do Senhor Antonio Mauro Moissa, inscrito no CPF sob o n.º 854.167.709-53 e portador da Cédula de Identidade n.º 3.111.330-SC, com a área de 82.359,97 m2 (oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove metros e noventa e sete centímetros quadrados), sito à localidade de Santo Antonio, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 12.235, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do procedimento administrativo em epígrafe, para nos termos do art. 24, X da Lei n.º 8.666/93, declarar a dispensa de licitação para a celebração do Contrato com o Senhor Antonio Mauro Moissa, no valor total de R\$ 7.999,92 (Sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), conforme discriminados: Um imóvel Rural de propriedade do Senhor Antonio Mauro Moissa, inscrito no CPF sob o n.º 854.167.709-53 e portador da Cédula de Identidade n.º 3.111.330-SC, com a área de 82.359,97 m2 (oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove metros e noventa e sete centímetros quadrados), sito à localidade de Santo Antonio, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 12.235, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. Conforme consta dos autos, os preços se apresentam compatíveis com os praticados no mercado, conforme avaliações imobiliárias. Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 15 de janeiro de 2015.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - JUSTIFICATIVA - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015

ERRATA DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Onde se lê: Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Irineópolis necessita local o seguinte imóvel: Um imóvel Rural de propriedade do Senhor Antonio Mauro Moissa, inscrito no CPF sob o n.º 854.167.709-53 e portador da Cédula de Identidade n.º 3.111.330-SC, com a área de 82.359,97 m2 (oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove metros e noventa e sete centímetros quadrados), sito à localidade de Santo Antonio, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 12.235, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC; Razão da Escolha: O imóvel ora cedido destina-se, à utilização pelo LOCATÁRIO, exclusivamente, para a retirada de pedra-ferro. Do preço e sua justificativa: O preço a ser pago pelo objeto da presente dispensa são da ordem mensal de R\$ 691,16 (Seiscentos e noventa e um reais e dezesseis centavos) e no total dos 12 (doze) meses de contrato de R\$ 8.293,92 (Oito mil duzentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), conforme indicado no Ofício nº 006/2015. Sendo que após consulta às empresas da região, constatou-se que referidos valores estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado. Justificativa - O imóvel ora cedido destina-se, à utilização pelo LOCATÁRIO, exclusivamente, para a retirada de pedra-ferro. Do fundamento Legal: A contratação encontra respaldo legal nos termos do art. 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)". Dotação

orçamentária: Projeto Atividade 2018 - Manutenção do Transporte Rodoviário - 3.3.90.00.00.00.00.0100 (112) - Aplicações Diretas; É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 15 de janeiro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - ERRATA

Lê-se: Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Irineópolis necessita local o seguinte imóvel: Um imóvel Rural de propriedade do Senhor Antonio Mauro Moissa, inscrito no CPF sob o n.º 854.167.709-53 e portador da Cédula de Identidade n.º 3.111.330-SC, com a área de 82.359,97 m2 (oitenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove metros e noventa e sete centímetros quadrados), sito à localidade de Santo Antonio, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 12.235, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC;

Razão da Escolha: O imóvel ora cedido destina-se, à utilização pelo LOCATÁRIO, exclusivamente, para a retirada de pedra-ferro. Do preço e sua justificativa: O preço a ser pago pelo objeto da presente dispensa são da ordem mensal de R\$ 666,66 (Seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) e no total dos 12 (doze) meses de contrato de R\$ 7.999,92 (Sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), conforme indicado no Ofício nº 006/2015. Sendo que após consulta às empresas da região, constatou-se que referidos valores estão dentro dos parâmetros praticados pelo mercado. Justificativa - O imóvel ora cedido destina-se, à utilização pelo LOCATÁRIO, exclusivamente, para a retirada de pedra-ferro. Do fundamento Legal: A contratação encontra respaldo legal nos termos do art. 24, inciso X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)". Dotação orçamentária: Projeto Atividade 2018 - Manutenção do Transporte Rodoviário - 3.3.90.00.00.00.00.0100 (112) - Aplicações Diretas; É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 15 de janeiro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 04/2015

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC

Objeto - Contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados.

Valor - R\$ 19.335,40 (dezenove mil e trezentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).

Vigência - 01/01/2015 a 31/12/2013.

Base Legal - Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993, consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 05/2015

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC

Objeto - contrato de programa a prestação de serviços na área da saúde melhorar a capacidade e eficiência do SUS, assegurando assistência médica especializada, mediante consultas e exames de média e alta complexidade para os munícipes de Irineópolis/SC, conforme os procedimentos/consultas previstas na Resolução nº01/2014 limitado aos valores indicados pelo Contratado conforme orçamento aprovado em lei.

Valor - R\$ 165.528,00(cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte oito reais)

Vigência - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o Município de Irineópolis for consorciado ao CISAMURC, ou enquanto este existir.

Base Legal - Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993, consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2015 - PM

CONTRATO Nº 28/2015

Contrato de Prestação de Serviços para Manutenção da Iluminação Pública que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Quantum Engenharia Elétrica Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 82.094.640/0001-72, com sede a rua Dom Pedro II, nº 63, bairro Capoeiras, no Município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Vieira Filho, portado do CPF sob nº 531.195.419-15 e RG 1.326.682 SSPSC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, e de acordo com o Ofício nº .../2015, do Senhor Virlei da Silva - Secretário Municipal da Infraestrutura, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a prestação de serviços para Manutenção da Iluminação Pública, em nosso Município, incluindo mão de obra e fornecimento de materiais.

Parágrafo Primeiro - O presente contrato se justifica devido ao fato de que o processo licitatório aberto ainda não ter sido concluído, tendo sido revogado em razão da necessidade de readequação das planilhas, especificando melhor a prestação dos serviços a serem realizados, bem como do tipo de licitação ao ser utilizada.

Parágrafo Segundo - Os valores dos materiais serão pagos, mediante relatório da empresa especificando os materiais utilizados,

e confirmados por um responsável da Secretaria da Infra Estrutura, visto que, a Prefeitura já possui alguns materiais.

Parágrafo Terceiro - Os serviços prestados serão somente para a manutenção da iluminação, em área urbana e rural do município, onde se fizer necessário.

CLÁUSULA SEGUNDA - BASE LEGAL

O presente instrumento contratual é realizado com dispensa de licitação por tratar-se de contratação de pequeno valor para obras e serviços de engenharia (abaixo de 15.000,00), regendo-se pelas disposições expressas no art. 24, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA executará os serviços objeto do presente instrumento contratual sempre que se fizer necessário, de segunda à domingo durante 24:00 horas.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

O valor a ser pago pela prestação dos serviços será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensal e pelos materiais a serem utilizados, o valor máximo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensal, de acordo com relatório e/ou planilha.

Parágrafo Primeiro. No relatório deverão constar os lugares onde foram prestados os serviços e os materiais utilizados durante a manutenção.

Parágrafo Segundo. No valor estão incluídas todas as despesas necessárias para a sua execução, incluindo encargos trabalhistas e demais tributos que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços executados durante o mês será efetuado até o décimo dia do mês subsequente, mediante apresentação do relatório e da competente nota fiscal ou fatura, que deverá obrigatoriamente conter o número do Contrato que a originou, especificando os serviços e materiais executados.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSO FINANCEIRO

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto do Contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: à Manutenção da Iluminação Pública- 3.3.90.39.00.00.00.0100 (105) do Orçamento vigente para o Exercício de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

O Preço contratado não sofrerá reajuste durante sua vigência.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro - Constituem responsabilidades da CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- Dar a CONTRATADA condições necessárias a regular execução do contrato;
- Cumprir todas as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA;
- Fornecer as normas, diretrizes e informações necessárias para

que os serviços sejam desempenhados de acordo com as condições e peculiaridades dos locais a serem atendidos pelo monitoramento eletrônico;

Parágrafo Segundo - Constituem responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- b) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- c) Responsabilizar-se pela boa qualidade dos serviços e materiais executados;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto as obrigações assumidas em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como responsabilizar-se por todos os ônus concernentes as obrigações acima referidas;
- e) Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes;
- f) Realizar os serviços com pessoal, seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei ou terceiros devidamente contratados e habilitados pela CONTRATADA;
- g) Emitir e recolher a competente ART - Anotação de Responsabilidade Técnica referente aos serviços objetos do presente.

Parágrafo Terceiro. O presente Contrato não será, de nenhuma forma e por nenhum motivo, considerado como fundamento para a constituição de vínculo trabalhista, responsabilização solidária ou subsidiária.

Parágrafo Quarto. Nos termos da legislação vigente, o CONTRATANTE pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar, caso a execução não seja comprovadamente a do objeto do presente contrato, indenizando a CONTRATADA pelos serviços até então prestados.

Parágrafo Quinto. O CONTRATANTE reserva-se no direito de adjudicar os serviços ora contratados no todo ou em parte, de acordo com a sua disponibilidade financeira e necessidade, sem que caiba à CONTRATADA direito de indenização.

CLÁUSULA NONA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A supervisão na execução do objeto ora contratado, bem como a fiscalização na prestação dos serviços será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração e da Secretaria da Infra Estrutura ou comissão designada para este fim, a quem caberá verificar se estão sendo cumpridos os termos deste Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO. A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DECIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá a 10% sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme o previsto nos Artigos 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de

1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra Forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato terá início em 11 de fevereiro de 2015 término em 11 de abril de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, como o único competente para dirimir dúvidas ou questões acaso surgidas, oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 04 (quatro) vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 11 de fevereiro de 2015.

Município de Irineópolis	Quantum Engenharia Elétrica Ltda.
Juliano Pozzi Pereira	Gilberto Vieira Filho
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Patricia Fabiane Fronczak	Sidney Wagner
CPF: 037.425.669-11	CPF: 302.634.259-91

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2015 - PM

CONTRATO Nº 30/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 71/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 15/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 83/2014, prestação de serviços para reforma e ampliação, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Rocha Empreendimentos Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Rocha Empreendimentos Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.279.711/0001-60, com sede a Rodovia BR 280, nº 4517, Bairro Boa Vista, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina neste ato representada pelo senhor Aristeu Tibes da Rocha, portador do CPF nº 893.936.949-15, e RG nº 2.312.961 SESP/SC de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 71/2014, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 15/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima do Contrato nº. 83/2014, e deferido em 09 de fevereiro de 2015, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 10/04/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 10 de fevereiro de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Contratante	Rocha Empreendimentos Ltda Aristeu Tibes da Rocha Contratado
Testemunhas:	
Nome: Gilsen Merschner Neppel CPF: 302.634.259-91	Nome: Rodrigo Antonio Jurk CPF: 089.370.669-47

PORTARIA N º 037/2015

PORTARIA N º. 037/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001

e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR PRICILA BISOGNIN, nascida em 21/07/1991, portadora do CPF n º 024.624.060-18, RG. n º 610.415.47-01, SESP/RS, para no período de 09/02/2015 a 17/07/2015, exercer as atividades de Professora de Artes ACT (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital n º 001/2015, homologado em 21/01/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº13/2015/SME, para atuar no ensino fundamental do NE Guilherme Bossow no Programa "Mais Educação".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 038/2015

PORTARIA N º. 038/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR ELISABETE SILVEIRA, nascida em 31/10/1979, portadora do CPF n º 035.504.749-70, RG. n º 4.662.241 SESP/SC, para no período de 09/02/2015 a 17/07/2015, exercer as atividades de Professora de Artes ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital n º 001/2015, homologado em 21/01/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº15/2015/SME, para atuar no ensino fundamental da ER. Jandira Brandel de Souza, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 039/2015

PORTARIA N º. 039/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de

10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR VANESSA POLIANA WEIWANKO, nascida em 13/03/1987, portadora do CPF nº 056.068.019-81, RG. nº 9.804.362-7, SESP/PR, para no período de 09/02/2015 a 17/07/2015, exercer as atividades de Professora de Artes ACT (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação, Edital nº 001/2015, homologado em 21/01/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº14/2015/SME, para atuar com carga horária de 20 h/sem no ensino fundamental do NE Adolfo Konder em substituição a servidora efetiva Edeltraut Passol Moreira, em gozo de Licença à Título de prêmio por Assiduidade até a data de 16/04/2015, e com carga horária de 20h/sem em substituição ao servidor efetivo Amilton de Souza em exercício do cargo comissionado de Diretor de Esportes e Lazer, até a data de 18/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 040/2015

PORTARIA N º. 040/2015.

"DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo VI - Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, de 19/04/2013,

RESOLVE:

Art 1º - DESIGNAR EDSON LUIZ ROSA, ocupante do cargo de Agente Administrativo (44h/sem), em Exercício do Cargo Comissionado de Coordenador do Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal, para exercer a Função Gratificada de Responsável pelo Sistema e-Sfinge, percebendo gratificação mensal equivalente a Chefia I do Quadro de Funções Gratificadas.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 041/2015

PORTARIA N º 041/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo

105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora CIBELE KARINA DOS SANTOS, nascida em 02/06/1988, portadora do CPF nº 010.350.919-41 RG nº 9.673.448-4 SSP/PR, contratada para as atividades de Professora ACT através da Portaria nº 026/2015 de 03/02/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 008/2015/SME, passando de 20 para 40 h/sem, para no período de 06/02/2015 à 17/07/2015, atuar como 2º Professor junto ao NE Guilherme Bossow.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 06/02/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 042/2015

PORTARIA N º 042/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora ANDRIELI APARECIDA DENK, nascida em 24/11/1992, portadora do CPF nº 087.683.059-90, RG. nº 6.227.226 SESP/SC, contratada para as atividades de Professora ACT através da Portaria nº 020/2015 de 02/02/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 006/2015/SME, passando de 30 para 40 h/sem, para no período de 06/02/2015 à 17/07/2015, atuar na disciplina de Inglês junto ao Programa "Mais Educação" do NE Guilherme Bossow.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 06/02/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 043/2015

PORTARIA N º. 043/2015.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a CELIA KONOPKA TRETTO, servidora efetiva no cargo de Professora de Educação Infantil, em exercício do Cargo Comissionado de Diretora do Departamento de Ensino Médio e Superior, portadora da CNH Registro nº 00897569703 categoria B, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Secretaria Municipal da Educação, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 044/2015

PORTARIA N º. 044/2015.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - DELEGAR a MARIA CECILIA BRAUHARDT DA SILVA, servidora efetiva no cargo de Professora de Artes, em exercício do Cargo Comissionado de Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, portadora da CNH Registro nº 04511691213 categoria AB, competência para dirigir os veículos de uso e propriedade da Secretaria Municipal da Educação, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 045/2015

PORTARIA N º 045/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora THAIS REGINA CHAVES, nascida em 29/09/1992, portadora do CPF n º 087.683.069-62, RG. n º 5.241.251-2, SESP/SC, contratada para as atividades de Professora ACT através da Portaria nº 019/2015 de 02/02/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 010/2015/SME, passando de 30 para 40 h/sem, para no período de 06/02/2015 à 17/07/2015, atuar na disciplina de Matemática junto ao Programa "Mais Educação".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06/02/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 046/2015

PORTARIA N º 046/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR EFETIVO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - ALTERAR, em caráter temporário, a carga horária de trabalho do professor MARCELO MARTINS DE CARVALHO, passando de 20 para 40 horas semanais cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei, equivalente ao nível 1-A da Tabela de valores dos professores ACTs do município.

Art 2º - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade a partir de 06/02/2015 até 17/07/2015, para atuação no Programa "Mais Educação" junto ao GE Zélia Milles.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/02/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 047/2015

PORTARIA N º 047/2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA EFETIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - ALTERAR, em caráter temporário, a carga horária de trabalho da professora CIDILAINÉ ZIELINSKI, passando de 20 para 40 horas semanais cuja remuneração complementar corresponderá ao valor fixado em Lei, equivalente ao nível 1-A da Tabela de valores dos professores ACTs do município.

Art 2º - A referida alteração será em caráter não efetivo e terá validade a partir de 06/02/2015 até 17/07/2015, para atuação no Programa "Mais Educação" junto ao GE Zélia Milles.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/02/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Fevereiro de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

RGF ANEXO 01 06 BIM 2014 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.066.227,33	1.249,57
Pessoal Ativo	12.267.505,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	798.721,53	1.249,57
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	13.066.227,33	1.249,57
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	13.067.476,90	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	25.072.195,14	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	52,12	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	15.043.317,08	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	14.291.151,23	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	13.538.985,38	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

RGF ANEXO 01 54 06 BIM 2014 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.066.227,33	1.249,57
Pessoal Ativo	12.267.505,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	798.721,53	1.249,57
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	13.066.227,33	1.249,57
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	13.067.476,90	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	25.072.195,14	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	52,12	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	13.538.985,38	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	12.862.036,11	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	12.185.086,84	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

RGF ANEXO 02 06 BIM 2014 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.821.815,16	2.824.925,70	2.865.585,78	2.581.049,90
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	247.317,69	235.745,43	233.001,85	0,00
Interna	247.317,69	235.745,43	233.001,85	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	2.574.497,47	2.589.180,27	2.632.583,93	2.581.049,90
DEDUÇÕES (II)	3.218.688,58	3.813.922,01	3.350.851,26	3.035.669,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.385.857,18	4.260.167,19	3.712.848,79	3.280.057,68
Demais Haveres Financeiros	3.931,11	32,67	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	171.099,71	446.277,85	361.997,53	244.388,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-396.873,42	-988.996,31	-485.265,48	-454.619,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.216.360,68	22.947.382,55	24.036.490,09	25.072.195,14
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	12,70%	12,31%	11,92%	10,29%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-1,79%	-4,31%	-2,02%	-1,81%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	26.659.632,82	27.536.859,06	28.843.788,11	30.086.634,17
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	23.993.669,53	24.783.173,15	25.959.409,30	27.077.970,75

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	247.317,69	235.745,43	233.001,85	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	247.317,69	235.745,43	233.001,85	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	247.317,69	235.745,43	233.001,85	0,00
Previdenciárias	247.317,69	235.745,43	233.001,85	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	92.936,65	127.658,19	157.839,91	77.899,95
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.652.560,57	3.012.961,56	2.460.104,84	1.819.681,14

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RGF ANEXO 03 06 BIM 2014 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.216.360,68	22.947.382,55	24.036.490,09	25.072.195,14
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^a	4.887.599,35	5.048.424,16	5.288.027,82	5.515.882,93
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.398.839,41	4.543.581,74	4.759.225,04	4.964.294,64

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

RGF ANEXO 04 06 BIM 2014 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	147.116,90
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	147.116,90
Interna	0,00	147.116,90
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	147.116,90
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	25.072.195,14	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	147.116,90	0,59
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.011.551,22	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.610.396,10	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.755.053,66	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	147.116,90	0,59

FONTE:

RGF ANEXO 05 06 BIM 2014 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens - Fundo de Saúde	2.900,00	0,00	2.900,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	3.318,45	36,14	3.282,31
Recurso PAB	14.196,20	0,00	14.196,20
Recursos Alienações de Bens Moveis	146.636,45	0,00	146.636,45
Recursos Assistência Farmacêutica	7.785,71	0,00	7.785,71
Recursos Conv. SSP SC	12.111,19	0,00	12.111,19
Recursos Demais Transferências SUS	482.444,31	0,00	482.444,31
Recursos Farmácia - Estado	7.729,71	0,00	7.729,71
Recursos FUNDEB 40%	883.331,10	59.914,97	823.416,13
Recursos FUNDEB 60%	91.122,89	93.241,80	(2.118,91)
Recursos MAC	989,46	0,00	989,46
Recursos Operação de Crédito	281,22	0,00	281,22
Recursos Ordinários - FIA	268,30	0,00	268,30
Recursos Outros Convenios da União - Educação	367.645,00	0,00	367.645,00
Recursos PACS	22.077,81	63,71	22.014,10
Recursos PNAE	20.107,61	10.991,79	9.115,82
Recursos PNATE	16.504,40	0,00	16.504,40
Recursos PSF	17.244,54	18,71	17.225,83
Recursos PSF - Estado	8.535,84	0,00	8.535,84
Recursos Salário Educação	99.892,66	0,00	99.892,66
Recursos SAMU	9.916,99	1.816,66	8.100,33
Recursos Saúde Bucal	4.202,45	0,00	4.202,45
Recursos Transferências da União	98.737,96	0,00	98.737,96
Recursos Transferências do Estado	52.972,24	0,00	52.972,24
Recursos Transferências FNAS	55.206,16	8.280,24	46.925,92
Recursos Vigilância Epidemiológica	1.740,43	0,00	1.740,43
Recursos Vigilância Epidemiológica - Estado	431,90	0,00	431,90
Recursos Vinculados - Serviços de Saúde	7.435,86	325,00	7.110,86
Rede Brasil Sem Miséria (BSOR-SM)	70.344,23	0,00	70.344,23
REDE DE ATENÇÃO AS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS	10.475,93	0,00	10.475,93
Saldo ano anterior - Alienação de Bens	19,76	0,00	19,76
Saldo ano anterior - Assist. Farmacêutica	0,34	0,00	0,34
Saldo ano anterior - Demais transf. do Estado	8,11	0,00	8,11
Saldo ano anterior - PAB Fixo	451,15	0,00	451,15
Saldo ano anterior - Rec.Específidades Regionais	2,60	0,00	2,60
Saldo ano anterior - Rec.Vigilância Epidemiológica	1.491,81	0,00	1.491,81
Saldo ano anterior - Recursos Demais Transferências SUS	81.678,59	0,00	81.678,59
Saldo ano anterior - Recursos MAC	537,66	0,00	537,66
Saldo ano anterior - Recursos PACS	83,15	0,00	83,15
Saldo ano anterior - Recursos PSF	200,88	0,00	200,88
Saldo ano anterior - Recursos SAMU	1.985,10	0,00	1.985,10
Saldo ano anterior - Saúde na Escola	2.600,00	0,00	2.600,00
Saúde na Escola	1.188,30	0,00	1.188,30
Transferência de Recursos do SUS - CAPS Monte Castelo	1.044,43	153,23	891,20
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.607.878,88	174.842,25	2.433.036,63
Rec. Transf. do Município (Exercícios Anteriores)	204,36	0,00	204,36
Recursos Alienações Bens - Hospital	179,70	0,00	179,70

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Recursos de Rendimentos Não Vinculados - Fundo Saude	2.936,93	0,00	2.936,93
Recursos de Rendimentos Vinculados-Fundo Saude	44.146,65	0,00	44.146,65
Recursos MDE - 25%	263.683,56	21.915,23	241.768,33
Recursos Ordinários	178.390,72	125.521,73	52.868,99
Recursos Ordinários - FMS	234,49	0,00	234,49
Recursos Ordinários - Fundo de Saúde	1.903,79	0,00	1.903,79
Recursos Ordinários - Hospital	497,15	0,00	497,15
Recursos PMAQ	72.064,78	539,62	71.525,16
Recursos Rend. Financeiros Ordinarios - Hospital	702,82	0,00	702,82
Recursos Saúde 15%	1.324,64	0,00	1.324,64
Recursos Vigilância Sanitária	12.915,08	0,00	12.915,08
Saldo ano anterior - Recurso PMAQ	4.198,09	0,00	4.198,09
Saldo ano anterior - Recursos Ordinários	2.032,38	0,00	2.032,38
Saldo ano anterior - recursos ordinarios Hospital	43,49	0,00	43,49
Saldo Ano Anterior - Recursos Proprios	0,00	20.075,54	(20.075,54)
Saldo ano anterior - Recursos Vigilância Sanitaria	433,87	0,00	433,87
Saldo ano anterior - Rendimento de Rec. Vinculados	9.953,59	0,00	9.953,59
Saldo ano anterior - Transf. do Município 15%	361,07	0,00	361,07
Transferencia do Município para Hospital	13.952,31	1.060,41	12.891,90
Transferências do Município 15%	62.019,33	726,99	61.292,34
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	672.178,80	169.839,52	502.339,28
TOTAL (III) = (I + II)	3.280.057,68	344.681,77	2.935.375,91
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RGF ANEXO 06 06 BIM 2014 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienações de Bens - Fundo de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00	0,00	
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	17,04	0,00	151,98	3.282,31	0,00	
Recurso PAB	0,00	0,00	0,00	13.109,29	14.196,20	0,00	
Recursos Alienações de Bens Moveis	0,00	0,00	0,00	2.787,00	146.636,45	0,00	
Recursos Assistência Farmaceutica	0,00	0,00	0,00	231,37	7.785,71	0,00	
Recursos Conv. SSP SC	0,00	0,00	0,00	0,00	12.111,19	0,00	
Recursos Demais Transferencias SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	482.444,31	0,00	
Recursos Farmácia - Estado	0,00	0,00	0,00	3.431,58	7.729,71	0,00	
Recursos FUNDEB 40%	4.170,16	47.725,66	0,00	938.794,19	823.416,13	0,00	
Recursos FUNDEB 60%	0,00	67.530,17	0,00	0,00	(2.118,91)	0,00	
Recursos IMAC	0,00	0,00	0,00	0,00	989,46	0,00	
Recursos Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	281,22	0,00	
Recursos Ordinarios - FIA	0,00	0,00	0,00	0,00	268,30	0,00	
Recursos Outros Convenios da Uniao - Educação	0,00	0,00	0,00	346.673,46	367.645,00	0,00	
Recursos PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	22.014,10	0,00	
Recursos PNAE	0,00	10.991,79	0,00	48,95	9.115,82	0,00	
Recursos PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	16.504,40	0,00	
Recursos PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	17.225,83	0,00	
Recursos PSF - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	8.535,84	0,00	
Recursos Salario Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	99.892,66	0,00	
Recursos SAMU	350,00	1.448,00	0,00	0,00	8.100,33	0,00	
Recursos Saude Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	4.202,45	0,00	
Recursos Transferencias da Uniao	0,00	0,00	0,00	0,00	98.737,96	0,00	
Recursos Transferencias do Estado	0,00	0,00	0,00	123.339,82	52.972,24	0,00	
Recursos Transferencias do Estado-FMAS	0,00	0,00	0,00	208,67	0,00	0,00	
Recursos Transferencias FNAS	0,00	8.280,24	0,00	0,00	46.925,92	0,00	
Recursos Vigilancia Epidemiologica	0,00	0,00	0,00	260,00	1.740,43	0,00	
Recursos Vigilancia Epidemiologica - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	431,90	0,00	
Recursos Vinculados - Serviços de Saude	0,00	0,00	0,00	4.266,16	7.110,86	0,00	
Rede Brasil Sem Miséria (BSOR-SM)	0,00	0,00	0,00	3.750,00	70.344,23	0,00	
REDE DE ATENÇÃO AS URGENCIAS E EMER	0,00	0,00	0,00	0,00	10.475,93	0,00	

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOSA PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Saldo ano anterior - Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	19,76	0,00
Saldo ano anterior - Assist. Farmaceutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34	0,00
Saldo ano anterior - Demais transf. do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	8,11	0,00
Saldo ano anterior - PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	371,55	451,15	0,00
Saldo ano anterior - Rec.Especificidades Regio	0,00	0,00	0,00	0,00	2,60	0,00
Saldo ano anterior - Rec.Vigilancia Epidemiológ	0,00	0,00	0,00	0,00	1.491,81	0,00
Saldo ano anterior - Recursos Demais Transferen	0,00	0,00	0,00	0,00	81.678,59	0,00
Saldo ano anterior - Recursos IMAC	0,00	0,00	0,00	0,00	537,66	0,00
Saldo ano anterior - Recursos PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	83,15	0,00
Saldo ano anterior - Recursos PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	200,98	0,00
Saldo ano anterior - Recursos SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	1.985,10	0,00
Saldo ano anterior - Saúde na Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	2.600,00	0,00
Saldo Ano AnteriorRecursos PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde na Escola	0,00	0,00	0,00	16.504,40	0,00	0,00
Transferencia de Convênios do Estado - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	1.188,30	0,00
Transferência de Recursos do SUS - CAPS Mo	0,00	0,00	0,00	1.377,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	4.520,16	136.146,13	325,00	1.455.305,42	2.433.036,63	0,00
Rec. Transf. do Município (Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	204,36	0,00
Recursos Alienações Bens - Hospital	0,00	0,00	0,00	0,00	179,70	0,00
Recursos Alienações de Bens Moveis	0,00	0,00	0,00	1.418,00	0,00	0,00
Recursos de Rendimentos Não Vinculados - Fu	0,00	0,00	0,00	0,00	2.936,93	0,00
Recursos de Rendimentos Vinculados-Fundo S	0,00	0,00	0,00	4.131,62	44.146,65	0,00
Recursos MDE - 25%	0,00	14.686,63	0,00	240.822,26	241.768,33	0,00
Recursos Ordinários	0,00	67.023,25	22.000,00	39.635,43	52.868,99	0,00
Recursos Ordinários - FIMAS	0,00	0,00	0,00	0,00	234,49	0,00
Recursos Ordinários - Fundo de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	1.903,79	0,00
Recursos Ordinários - Hospital	0,00	0,00	0,00	0,00	497,15	0,00
Recursos PIMAQ	0,00	475,99	0,00	10.149,86	71.525,16	0,00
Recursos Rend. Financeiros Ordinários - Hospit	0,00	0,00	0,00	0,00	702,82	0,00
Recursos Saúde 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.324,64	0,00

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 3/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						RS 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	944,40	12.915,08	0,00
Saldo ano anterior - Recurso PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	4.198,09	0,00
Saldo ano anterior - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	2.032,38	0,00
Saldo ano anterior - Recursos Ordinários - Hospitais	0,00	0,00	0,00	0,00	43,49	0,00
Saldo ano anterior - recursos ordinarios Hospitais	0,00	0,00	0,00	0,00	43,49	0,00
Saldo Ano Anterior - Recursos Proprios	0,00	20.075,54	0,00	898,45	(20.075,54)	0,00
Saldo ano anterior - Recursos Vigilância Sanita	0,00	0,00	0,00	0,00	433,87	0,00
Saldo ano anterior - Rendimento de Rec. Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	9.953,59	0,00
Saldo ano anterior - Transf. do Município 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	361,07	0,00
Transferencia do Município para Hospital	0,00	991,61	68,80	4.332,57	12.891,90	0,00
Transferencias do Município - 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	61.292,34	0,00
Transferencias do Município 15%	0,00	468,71	0,00	39.649,33	61.292,34	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	103.721,73	22.068,80	341.981,92	563.675,11	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	4.520,16	239.867,86	22.393,80	1.797.287,34	2.996.711,74	0,00

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: * A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

RGF ANEXO 07 06 BIM 2014 REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.067.476,90	52,12
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	15.043.317,08	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	14.291.151,23	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-454.619,76	-1,81
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	30.086.634,17	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.515.882,93	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	147.116,90	0,59
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.011.551,22	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.755.053,66	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.797.287,34	2.996.711,74

FONTE:

RREO ANEXO 01 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.977.770,00	25.977.770,00	5.098.116,20	19,62	28.313.298,66	108,99
RECEITAS CORRENTES	22.909.070,00	22.909.070,00	5.075.216,20	22,15	25.072.195,14	109,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.293.500,00	2.293.500,00	272.438,35	11,88	2.014.361,53	87,83
IMPOSTOS	1.725.000,00	1.725.000,00	249.678,24	14,47	1.693.192,88	98,16
TAXAS	528.500,00	528.500,00	22.760,11	4,31	321.168,65	60,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	140.100,00	140.100,00	111.553,18	79,62	273.935,41	195,53
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	140.000,00	140.000,00	111.553,18	79,68	273.935,41	195,67
RECEITA PATRIMONIAL	298.800,00	298.800,00	55.395,03	21,39	368.216,58	142,28
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	229.800,00	229.800,00	51.187,10	22,27	348.242,88	151,54
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	28.000,00	28.000,00	4.059,20	14,50	19.737,50	70,49
Outras Receitas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	118,73	11,87	236,20	23,62
RECEITA DE SERVIÇOS	11.500,00	11.500,00	0,00	0,00	85.864,57	746,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.016.850,00	20.016.850,00	4.219.357,21	21,08	21.673.845,56	108,28
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.519.250,00	19.519.250,00	4.139.808,35	21,21	21.284.794,46	109,05
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	492.600,00	492.600,00	79.548,86	16,15	398.051,10	78,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	188.320,00	188.320,00	416.502,43	221,17	665.971,49	348,33
Multas e Juros de Mora	67.770,00	67.770,00	19.938,94	29,42	103.042,75	152,05
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.500,00	5.500,00	377.667,90	866,69	447.767,21	141,22
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	81.500,00	81.500,00	18.101,13	22,21	91.593,09	112,35
RECEITAS DIVERSAS	33.550,00	33.550,00	794,46	2,37	13.598,44	40,53
RECEITAS DE CAPITAL	3.068.700,00	3.068.700,00	22.900,00	0,75	3.241.103,52	105,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	992.200,00	992.200,00	0,00	0,00	147.116,90	14,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	992.200,00	992.200,00	0,00	0,00	147.116,90	14,83
ALIENAÇÃO DE BENS	21.000,00	21.000,00	2.900,00	13,81	177.640,00	845,90
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	21.000,00	21.000,00	2.900,00	13,81	177.640,00	845,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.055.500,00	2.055.500,00	20.000,00	0,97	2.916.346,62	141,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	20.000,00	0,00	569.600,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	2.055.500,00	2.055.500,00	0,00	0,00	2.346.746,62	114,17
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	26.399.770,00	26.399.770,00	5.098.116,20	19,31	28.313.298,66	107,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	26.399.770,00	26.399.770,00	5.098.116,20	19,31	26.313.298,66	107,25
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	377.028,55	—
TOTAL VII = (V + VI)	26.399.770,00	26.399.770,00	5.098.116,20	19,31	26.690.327,21	107,25
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.611.846,60	—	—	1.171.539,40	—
Superávit Financeiro	—	1.531.940,71	—	—	1.111.222,32	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	79.905,89	—	—	60.317,08	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LÍQUIDAS No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.977.770,00	7.521.398,68	33.499.168,68	4.284.667,75	28.690.327,21	5.430.305,27	1.797.287,34	4.808.841,47
DESPESAS CORRENTES	21.482.820,00	4.154.290,18	25.637.110,18	4.391.772,43	23.811.032,28	4.989.541,42	379.839,04	1.826.077,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.537.000,00	1.398.882,76	13.935.882,76	2.894.687,66	13.298.644,10	3.200.361,36	1.249,57	637.238,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	214.000,00	-50.708,37	163.291,63	25.231,41	155.758,28	25.231,41	0,00	7.533,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.731.820,00	2.806.115,79	11.537.935,79	1.471.853,36	10.356.629,90	1.763.948,65	9.978.040,43	1.181.305,89
DESPESAS DE CAPITAL	4.376.950,00	3.367.108,50	7.744.058,50	-107.104,68	4.879.294,93	440.763,85	1.417.448,30	2.864.763,57
INVESTIMENTOS	3.943.950,00	3.562.498,50	7.506.448,50	-128.642,84	4.743.476,67	419.225,69	1.417.448,30	2.762.971,83
INVERSOES FINANCEIRAS	300.500,00	-200.490,00	100.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.010,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	132.500,00	5.100,00	137.600,00	21.538,16	135.818,26	21.538,16	0,00	1.781,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.000,00	0,00	118.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	422.000,00	0,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	237.000,00	0,00	237.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	237.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	175.000,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00
INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00

Continua 2/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%	
						No Bimestre (l)	Até o Bimestre (g)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	422.000,00	0,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.399.770,00	7.521.398,68	33.921.168,68	4.284.667,75	28.690.327,21	5.430.305,27	26.893.039,87	1.797.287,34	84,58	5.230.841,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	26.399.770,00	7.521.398,68	33.921.168,68	4.284.667,75	28.690.327,21	5.430.305,27	26.893.039,87	1.797.287,34	84,58	5.230.841,47
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	26.399.770,00	7.521.398,68	33.921.168,68	4.284.667,75	28.690.327,21	5.430.305,27	28.690.327,21	84,58	84,58	5.230.841,47

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

RREO ANEXO 02 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c) / Total (b + c))		
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.977.770,00	33.499.168,68	4.284.667,75	28.690.327,21	5.430.305,27	26.893.039,87	1.797.287,34	100,00	85,64	4.808.841,47
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	227.664,49	926.980,97	227.984,80	926.980,97	0,00	3,23	84,27	173.019,03
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	227.664,49	926.980,97	227.984,80	926.980,97	0,00	3,23	84,27	173.019,03
Administração	2.070.870,00	2.910.337,48	435.875,42	2.872.720,67	514.440,38	2.867.502,10	5.218,57	10,01	98,71	37.616,81
Planejamento e Orçamento	347.000,00	461.500,00	109.647,85	460.790,95	122.518,73	460.670,95	120,00	1,61	99,85	709,05
Administração Geral	1.103.870,00	1.670.760,48	188.166,31	1.645.523,71	236.117,20	1.641.030,38	4.483,33	5,74	98,49	25.236,77
Administração Financeira	385.000,00	534.177,00	94.480,46	530.498,63	112.223,65	529.893,39	605,24	1,85	99,31	3.678,37
Previdência Básica	235.000,00	243.900,00	43.580,80	235.907,38	43.580,80	235.907,38	0,00	0,82	96,72	7.992,62
Segurança Pública	58.700,00	93.472,30	4.239,39	44.474,06	4.669,07	44.474,06	0,00	0,16	47,58	48.998,24
Defesa Civil	58.700,00	93.472,30	4.239,39	44.474,06	4.669,07	44.474,06	0,00	0,16	47,58	48.998,24
Assistência Social	850.550,00	1.462.099,04	160.554,32	1.303.250,92	303.095,24	1.176.090,00	127.160,92	4,54	89,14	158.808,12
Assistência ao Idoso	64.000,00	153.004,71	42.060,10	123.638,56	51.293,95	123.429,89	208,67	0,43	80,81	29.366,15
Assistência ao Portador de Deficiência	9.000,00	11.370,00	3.151,04	9.453,12	3.151,04	9.453,12	0,00	0,03	83,14	1.916,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	159.550,00	226.334,25	31.206,01	191.527,09	39.169,41	191.527,09	0,00	0,67	84,62	34.807,16
Assistência Comunitária	618.000,00	1.071.350,08	84.137,17	978.632,15	209.480,84	851.679,90	126.952,25	3,41	91,35	92.717,93
Saúde	7.044.400,00	9.503.620,15	494.952,84	7.436.460,85	1.590.964,42	7.351.833,12	84.627,73	25,92	78,25	2.067.159,30
Administração Geral	3.500,00	700,00	0,00	122,13	0,00	122,13	0,00	0,00	17,45	577,87
Atenção Básica	5.527.500,00	7.737.926,15	235.288,25	6.123.549,09	1.266.301,31	6.052.474,49	71.074,60	21,34	79,14	1.614.377,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.478.400,00	1.649.998,38	254.224,78	1.225.775,30	269.808,91	1.213.426,57	12.348,73	4,27	74,29	424.223,08
Vigilância Sanitária	14.000,00	73.639,21	3.250,50	62.612,52	49.940,10	61.668,12	944,40	0,22	85,03	11.026,69
Vigilância Epidemiológica	21.000,00	41.356,41	2.188,31	24.401,81	4.914,10	24.141,81	260,00	0,09	59,00	16.954,60
Educação	9.056.550,00	10.635.538,24	2.370.017,44	9.619.752,15	1.985.174,46	8.074.759,24	1.544.982,91	33,53	90,45	1.015.786,09
Administração Geral	151.000,00	144.240,00	57.004,77	143.240,00	57.004,77	143.240,00	0,00	0,50	99,31	1.000,00
Ensino Fundamental	7.414.050,00	7.902.199,74	1.103.469,73	7.490.733,16	1.435.946,86	6.708.349,76	782.383,40	26,11	94,79	411.466,58
Ensino Médio	22.000,00	28.760,00	0,00	28.750,00	14.375,00	28.750,00	0,00	0,10	98,97	10,00
Ensino Superior	101.000,00	155.000,00	28.000,00	140.000,00	28.000,00	140.000,00	0,00	0,49	90,32	15.000,00
Educação Infantil	1.210.000,00	2.162.145,33	1.147.578,46	1.619.348,41	407.458,33	857.470,55	761.877,86	5,64	74,90	542.796,92
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	46.383,17	3.835,95	29.620,06	4.017,90	29.468,08	151,98	0,10	63,86	16.763,11

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			Até o Bimestre	No Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Educação	25.977.770,00	33.499.166,68	4.284.667,75	28.690.327,21	5.430.305,27	26.893.039,87	1.797.287,34	100,00	85,64
Educação Especial	9.056.550,00	10.635.538,24	2.370.017,44	9.619.752,15	1.985.174,46	8.074.759,24	1.544.992,91	33,53	90,45
Desporto Comunitário	42.500,00	80.800,00	17.100,00	75.134,23	20.400,00	75.134,23	0,00	0,26	92,99
Cultura	106.000,00	116.010,00	13.028,53	92.926,29	17.971,60	92.346,62	579,67	0,32	80,10
Diffusão Cultural	52.000,00	23.695,00	6.367,73	6.542,73	6.367,73	6.542,73	0,00	0,02	27,61
Urbanismo	52.000,00	23.695,00	6.367,73	6.542,73	6.367,73	6.542,73	0,00	0,02	27,61
Infra-Estrutura Urbana	2.227.700,00	1.606.525,33	161.636,99	1.444.247,48	263.854,95	1.426.132,54	18.114,94	5,03	86,90
Habitação	2.227.700,00	1.606.525,33	161.636,99	1.444.247,48	263.854,95	1.426.132,54	18.114,94	5,03	86,90
Habitação Urbana	165.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	165.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	1.019.500,00	1.294.875,77	141.773,29	805.313,20	166.912,04	799.829,26	5.483,94	2,81	62,19
Indústria	1.019.500,00	1.294.875,77	141.773,29	805.313,20	166.912,04	799.829,26	5.483,94	2,81	62,19
Promoção Industrial	201.500,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	201.500,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	21.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	21.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	200.000,00	357.000,00	96.007,71	315.848,95	92.874,41	312.715,65	3.133,30	1,10	88,47
Transporte	200.000,00	357.000,00	96.007,71	315.848,95	92.874,41	312.715,65	3.133,30	1,10	88,47
Transporte Rodoviário	1.790.000,00	4.282.835,37	185.578,13	3.914.735,23	273.967,77	3.906.180,20	8.555,03	13,64	91,41
Reserva de Contingência 1	1.790.000,00	4.282.835,37	185.578,13	3.914.735,23	273.967,77	3.906.180,20	8.555,03	13,64	91,41
Reserva de Contingência	118.000,00	118.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Saúde	118.000,00	118.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	118.000,00	118.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-
	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	-	-	0,00	-	422.000,00
Saúde	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.000,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	422.000,00	422.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	26.399.770,00	33.921.168,68	4.284.667,75	28.690.327,21	5.430.305,27	26.893.039,87	1.797.287,34	100,00	5.230.841,47

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO ANEXO 03 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.297.086,53	2.178.523,56	1.942.984,59	2.235.103,21	2.410.901,48	2.128.738,03	2.493.188,97	2.190.377,97	2.132.663,47	2.231.984,98	3.076.846,55	27.890.940,14	25.596.070,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	51.916,94	68.316,66	64.616,99	200.651,48	182.260,05	224.342,33	480.638,21	165.729,04	181.297,71	120.822,57	169.044,93	2.014.361,53	2.235.500,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	543,90	59.520,86	248.110,10	12.337,31	7.191,47	9.337,85	3.836,90	344.856,27	480.000,00
IR-RJF	21.750,31	18.126,90	11.892,46	24.344,68	28.971,28	27.012,38	39.915,37	30.321,67	30.490,05	33.974,69	83.340,03	390.813,89	250.000,00
I.S.S.	24.399,26	34.391,96	39.837,55	101.625,87	88.880,66	97.132,96	93.167,34	91.275,10	105.889,49	59.544,81	49.528,28	824.342,61	680.000,00
I.T.E.D.	2.698,00	10.998,00	10.077,84	2.767,92	8.294,07	6.134,00	9.490,86	19.948,63	25.663,39	4.706,85	18.110,81	133.380,11	315.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.698,37	6.290,00	3.016,14	72.213,01	54.693,14	34.538,13	88.014,74	11.446,33	11.141,31	13.288,37	6.831,20	321.188,65	568.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.645,90	0,00	26.879,84	13.935,23	13.279,28	13.131,38	24.941,21	28.449,59	6.866,75	22.282,45	64.268,43	273.935,41	140.100,00
RECEITA PATRIMONIAL	26.765,72	27.591,72	31.270,06	29.833,35	30.653,79	27.524,78	44.690,61	37.316,66	28.593,11	29.211,73	28.059,01	368.216,59	258.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.367,50	3.592,00	4.739,50	11.975,00	32.521,45	6.111,12	16.612,50	7.625,50	1.200,00	120,00	0,00	86.984,57	11.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.185.329,28	2.055.871,24	1.797.175,46	2.054.877,66	2.128.101,65	1.842.143,52	1.904.493,46	1.932.108,88	1.904.255,63	1.994.797,32	2.582.677,11	24.532.590,56	22.705.850,00
Cota-Parte do FPM	793.103,49	846.923,96	902.391,05	573.394,90	764.119,07	573.039,99	492.188,85	597.901,41	524.110,57	495.338,47	1.054.541,43	7.872.681,80	7.920.000,00
Cota-Parte do ICMS	504.068,81	477.629,75	482.048,19	471.937,45	481.066,45	485.046,87	461.394,70	472.269,96	506.974,70	523.287,09	576.427,93	5.987.450,88	4.900.000,00
Cota-Parte do IPVA	21.898,46	41.594,99	47.102,45	72.762,37	78.533,42	59.331,52	72.642,92	56.763,88	53.467,78	53.059,02	12.625,06	568.011,53	535.000,00
Cota-Parte do ITR	3.892,51	64,73	183,70	0,00	136,13	47,95	138,91	135,47	10.027,78	29.521,38	3.045,11	52.525,18	15.000,00
Outras Transferências Correntes	344.242,35	182.883,19	299.210,28	464.394,69	283.943,95	235.949,86	434.761,74	319.770,11	311.766,53	371.476,73	419.671,18	4.026.077,92	3.943.890,00
Transferências da LC 81/1989	7.902,25	6.690,23	6.537,21	7.117,92	7.741,93	7.375,16	7.575,16	7.898,31	7.346,03	7.899,11	9.035,10	8.915,99	9.191,01
Transferências da LC 87/1996	2.088,19	2.088,19	0,00	2.088,19	2.088,19	2.088,19	2.088,19	2.088,19	2.088,19	2.088,19	4.176,38	25.088,28	30.000,00
Transferências do FUNDEB	599.180,02	498.006,30	459.701,58	463.177,24	506.442,51	479.263,37	443.782,99	474.121,55	484.452,25	503.157,33	528.970,84	5.878.888,88	5.395.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.062,89	20.251,74	18.300,72	23.529,49	23.865,26	15.494,90	21.792,98	19.150,30	64.793,91	163.720,38	246.781,86	665.971,49	183.200,00
DEDUÇÕES (II)	266.581,10	274.996,18	207.652,58	225.459,97	265.902,14	255.385,87	205.189,51	227.457,02	220.807,19	222.232,39	255.357,42	2.858.745,00	2.693.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	266.581,10	274.996,18	207.652,58	225.459,97	265.902,14	255.385,87	205.189,51	227.457,02	220.807,19	222.232,39	255.357,42	2.858.745,00	2.693.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.030.505,53	1.903.527,38	1.735.332,01	2.109.643,24	2.143.999,34	1.903.352,16	2.287.979,46	1.962.920,95	1.911.856,28	2.009.762,59	2.818.123,02	25.072.195,14	22.903.070,00
FONTE													

RREO ANEXO 04 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,		

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014			
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013		
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							
Valor	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recorta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 2/3

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS					
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Em 2014		Em 2013
			LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			-	-	
			0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO ANEXO 05 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.821.815,16	2.854.651,96	2.581.049,90
DEDUÇÕES (II)	3.218.688,58	3.571.498,74	3.035.669,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.385.857,18	4.088.747,10	3.280.057,68
Demais Haveres Financeiros	3.931,11	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	171.099,71	517.248,36	244.388,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-396.873,42	-716.846,78	-454.619,76
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	290.361,52	276.045,68	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-687.234,94	-992.892,46	-454.619,76

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	538.272,70	232.615,18

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RREO ANEXO 06 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.228,28	168.871,43	166.584,24	4.165,47	350,00	227.348,77	1.425.211,80	1.592.406,48	1.588.236,32	37.760,29	26.563,96
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.228,28	168.388,24	166.081,05	4.165,47	350,00	227.348,77	1.423.645,67	1.591.301,38	1.587.131,22	37.693,06	26.170,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	19.277,18	19.277,18	0,00	0,00	95,98	817,89	812,89	812,89	100,98	0,00
PODER EXECUTIVO	350,00	1.037,14	1.037,14	0,00	350,00	80.000,00	109.795,53	187.800,47	187.800,47	1.995,06	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	1.878,28	148.053,92	145.766,73	4.165,47	-0,00	147.252,79	1.313.032,25	1.402.688,02	1.396.517,86	35.597,02	26.170,16
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	503,19	503,19	0,00	0,00	0,00	1.596,13	1.105,10	1.105,10	67,23	393,80
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	503,19	503,19	0,00	0,00	0,00	1.596,13	1.105,10	1.105,10	67,23	393,80
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	2.228,28	168.871,43	166.584,24	4.165,47	350,00	227.348,77	1.425.211,80	1.592.406,48	1.588.236,32	37.760,29	26.563,96

ONTE:

FONTE:

RREO ANEXO 07 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	2.228,28	168.871,43	166.584,24	4.165,47	350,00	227.348,77	1.425.211,80	1.592.406,48	1.588.236,32	37.760,29	26.563,96
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.228,28	168.388,24	166.081,05	4.165,47	350,00	227.348,77	1.423.645,67	1.591.301,38	1.587.131,22	37.693,06	26.170,16
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	19.277,18	19.277,18	0,00	0,00	95,98	817,89	812,89	812,89	100,98	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	350,00	1.037,14	1.037,14	0,00	350,00	80.000,00	109.795,53	187.800,47	187.800,47	1.995,06	0,00
PODER EXECUTIVO	1.878,28	148.063,92	145.766,73	4.165,47	-0,00	147.252,79	1.313.032,25	1.402.688,02	1.396.517,86	35.597,02	26.170,16
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	503,19	503,19	0,00	0,00	0,00	1.596,13	1.105,10	1.105,10	67,23	393,80
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	0,00	503,19	503,19	0,00	0,00	0,00	1.596,13	1.105,10	1.105,10	67,23	393,80
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	2.228,28	168.871,43	166.584,24	4.165,47	350,00	227.348,77	1.425.211,80	1.592.406,48	1.588.236,32	37.760,29	26.563,96

ONTE:

FONTE:

RREO ANEXO 08 06 BIM REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.783.000,00	1.783.000,00	270.454,01	1.797.621,40	100,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	523.000,00	523.000,00	20.210,48	413.544,41	79,07
1.1.1- IPTU	480.000,00	480.000,00	6.610,78	344.656,27	71,80
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	18.000,00	18.000,00	6.907,57	31.700,03	176,11
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	6.692,13	37.188,11	148,75
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	315.500,00	315.500,00	34.132,06	138.516,67	43,90
1.2.1- ITBI	315.000,00	315.000,00	33.028,75	133.380,11	42,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	233,31	866,56	173,31
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	870,00	4.270,01	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	694.500,00	694.500,00	91.790,37	854.746,43	123,07
1.3.1- ISS	680.000,00	680.000,00	85.717,61	824.342,61	121,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.500,00	2.500,00	3.117,79	16.768,63	670,75
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	12.000,00	12.000,00	2.954,97	13.635,19	113,63
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	124.321,10	390.813,89	156,33
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	124.321,10	390.813,89	156,33
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.465.000,00	13.465.000,00	2.914.772,13	14.627.643,66	108,63
2.1- Cota-Parte FPM	7.920.000,00	7.920.000,00	1.710.185,24	7.872.681,80	99,40
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	-	0,00	1.710.185,24	7.872.681,80	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	7.920.000,00	7.920.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.900.000,00	4.900.000,00	1.131.107,89	5.987.450,86	122,19
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	6.264,57	25.058,28	83,53
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	65.000,00	65.000,00	17.952,09	91.916,01	141,41
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	8.416,62	52.525,18	350,17
2.6- Cota-Parte IPVA	535.000,00	535.000,00	40.845,72	598.011,53	111,78
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.248.000,00	15.248.000,00	3.185.226,14	16.425.265,06	107,72
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	517.000,00	517.000,00	149.276,53	641.465,46	124,07
5.1- Transferências do Salário-Educação	517.000,00	517.000,00	149.276,53	641.465,46	124,07
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.092.600,00	1.092.600,00	32.437,76	598.902,04	54,81
6.1- Transferências de Convênios	1.092.600,00	1.092.600,00	32.437,76	598.902,04	54,81
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	291.350,00	291.350,00	74.062,49	345.506,90	118,59
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.900.950,00	1.900.950,00	255.776,78	1.585.874,40	83,43
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.693.000,00	2.693.000,00	516.081,05	2.858.745,00	106,15
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.584.000,00	1.584.000,00	275.164,04	1.507.663,12	95,18
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	980.000,00	980.000,00	226.221,40	1.197.489,14	122,19
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	1.252,89	5.011,56	83,53
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.000,00	13.000,00	3.590,42	18.383,21	141,41
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.000,00	3.000,00	1.683,31	10.504,91	350,16
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	107.000,00	107.000,00	8.168,99	119.693,06	111,86
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.395.000,00	5.395.000,00	1.053.992,84	5.878.868,98	108,97
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.395.000,00	5.395.000,00	1.053.992,84	5.878.868,98	108,97
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.702.000,00	2.702.000,00	537.911,79	3.020.123,98	111,77
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.271.000,00	3.682.462,91	874.835,65	3.681.993,08	0,00	99,99	
13.1- Com Educação Infantil	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00	100,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	3.021.000,00	3.432.462,91	624.835,65	3.431.993,08	0,00	99,99	
14- OUTRAS DESPESAS	2.158.000,00	2.834.201,51	427.692,24	1.525.792,88	938.794,19	86,96	
14.1- Com Educação Infantil	40.000,00	871.625,33	10.350,80	28.581,73	552.700,00	66,69	
14.2- Com Ensino Fundamental	2.118.000,00	1.962.576,18	417.341,44	1.497.211,15	386.094,19	95,96	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.429.000,00	6.516.664,42	1.302.527,89		6.146.580,15	94,32	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					6.146.580,15		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					62,83		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					41,92		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					-4,55		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²						0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.812.000,00	3.812.000,00	796.306,54	4.106.316,27	107,72		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.080.500,00	2.057.125,33	397.022,35	793.585,85	761.828,91	75,61	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	5.722.500,00	6.305.716,54	1.241.361,58	5.679.983,38	417.787,54	96,70	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.139.000,00	5.395.039,09	1.042.177,09	4.929.204,23	386.094,19	98,52	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	583.500,00	910.677,45	199.184,49	750.779,15	31.693,35	85,92	
25- ENSINO MÉDIO	22.000,00	28.760,00	14.375,00	28.750,00	0,00	99,97	
26- ENSINO SUPERIOR	101.000,00	155.000,00	28.000,00	140.000,00	0,00	90,32	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	46.000,00	84.300,00	20.400,00	75.281,93	0,00	89,30	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.972.000,00	8.630.901,87	1.701.158,93		7.897.217,61	91,50	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						3.020.123,98	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (501)						—	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						19.991,51	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						3.040.115,49	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						4.613.070,19	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						28,09	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	519.000,00	545.804,18	98.329,03	545.804,18	0,00	100,00	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.420.050,00	1.299.634,27	167.646,86	713.291,90	363.378,79	82,84	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.939.050,00	1.845.438,45	265.975,89		1.622.474,87	87,92	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	8.911.050,00	10.476.340,32	1.967.134,82		9.519.692,48	90,87	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM DÉBITO FINANCEIRO DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.996,60	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.878.868,98	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.773.201,63	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.944.167,95	0,00
49.2 Restos a Pagar	829.033,68	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.108.663,95	0,00

IRINEOPOLIS , 12/02/2015

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 19.991,51, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

RREO ANEXO 09 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	992.200,00	147.116,90		845.083,10
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	7.754.058,50	3.461.846,63	1.417.448,30	2.874.763,57
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	7.754.058,50	3.461.846,63	1.417.448,30	2.874.763,57
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-6.761.858,50	-4.732.178,03		-2.029.680,47

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO ANEXO 10 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2014	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2015	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2016	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2017	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2018	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2019	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2020	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2021	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2022	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2023	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2024	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2025	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2026	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2027	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2028	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2029	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2030	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2031	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2032	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2033	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2034	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2035	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2036	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2037	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2038	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2039	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2040	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2041	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2042	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2043	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2044	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2045	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2046	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2047	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2048	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2049	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2050	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2051	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2052	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2053	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2054	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2055	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2056	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2057	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2058	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2059	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2060	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2061	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2062	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2063	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2064	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2065	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2066	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2067	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2068	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2069	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2070	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2071	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2072	0,00	0,00	0,00	2.014,00

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2074	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2075	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2076	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2077	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2078	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2079	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2080	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2081	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2082	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2083	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2084	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2085	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2086	0,00	0,00	0,00	2.014,00
2087	0,00	0,00	0,00	2.014,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

RREO ANEXO 11 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/MÊS DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	21.000,00	177.640,00	-156.640,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	21.000,00	177.640,00	-156.640,00
TOTAL	21.000,00	177.640,00	-156.640,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	201.105,41	37.900,64	4.205,00	158.999,77
Investimentos	201.105,41	37.900,64	4.205,00	158.999,77
TOTAL	201.105,41	37.900,64	4.205,00	158.999,77

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	6.855,19	135.534,36	142.389,55

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO ANEXO 12 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO O

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.783.000,00	1.783.000,00	1.793.351,39	100,58
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	480.000,00	480.000,00	344.656,27	71,80
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	315.000,00	315.000,00	133.380,11	42,34
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	680.000,00	680.000,00	824.342,61	121,23
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	390.813,89	156,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	21.000,00	21.000,00	49.335,21	234,93
Dívida Ativa dos Impostos	37.000,00	37.000,00	50.823,30	137,36
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.465.000,00	13.465.000,00	14.627.643,66	108,63
Cota-Parte FPM	7.920.000,00	7.920.000,00	7.872.681,80	99,40
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	52.525,18	350,17
Cota-Parte IPVA	535.000,00	535.000,00	598.011,53	111,78
Cota-Parte ICMS	4.900.000,00	4.900.000,00	5.987.450,86	122,19
Cota-Parte IPI-Exportação	65.000,00	65.000,00	91.916,01	141,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	25.058,28	83,53
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	25.058,28	83,53
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.248.000,00	15.248.000,00	16.420.995,05	107,69
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.611.400,00	2.611.400,00	2.563.205,18	98,15
Provenientes da União	2.353.900,00	2.353.900,00	2.281.426,57	96,92
Provenientes dos Estados	257.500,00	257.500,00	263.778,61	102,44
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	18.000,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	90.500,00	90.500,00	263.810,31	291,50
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.701.900,00	2.701.900,00	2.827.015,49	104,63

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	6.737.900,00	7.991.921,86	6.917.610,42	81.714,43	87,58
Pessoal e Encargos Sociais	4.233.500,00	5.186.525,71	4.591.126,00	1.249,57	88,54
Juros e Encargos da Dívida	8.500,00	8.500,00	998,91	0,00	11,75
Outras Despesas Correntes	2.495.900,00	2.796.896,15	2.325.485,51	80.464,86	86,02
DESPESAS DE CAPITAL	299.000,00	1.506.998,29	431.769,45	2.913,30	28,84
Investimentos	299.000,00	1.506.998,29	431.769,45	2.913,30	28,84

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	299.000,00	1.506.998,29	431.769,45	2.913,30	28,84
Investimentos	299.000,00	1.506.998,29	431.769,45	2.913,30	28,84
TOTAL (IV)	7.036.900,00	9.498.920,15	7.349.379,87	84.627,73	78,26

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.263.400,00	3.986.787,28	2.372.327,70	40.645,83	32,46
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.189.400,00	3.893.586,74	2.335.906,35	36.514,21	31,91
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	74.000,00	93.200,54	36.421,35	4.131,62	0,55
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	2.263.400,00	3.986.787,28	2.372.327,70	40.645,83	32,46

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]	4.773.500,00	5.512.132,87	5.021.034,07	67,54
--	--------------	--------------	--------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4	30,58
--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h+i) - (15 x IIIb)/100]	2.557.884,81
--	--------------

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013	0,00	1.609,48	77.698,01	-77.698,01	0,00
TOTAL	0,00	1.609,48	77.698,01	-77.698,01	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	1.609,48		0,00		1.609,48
TOTAL (VIII)	1.609,48		0,00		1.609,48
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º					
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL					
-		-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
				% ((f+g)/e)
Atenção Básica	5.527.500,00	7.737.926,15	6.052.474,49	71.074,60
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.474.400,00	1.645.998,38	1.211.095,45	12.348,73
Vigilância Sanitária	14.000,00	73.639,21	61.668,12	944,40
Vigilância Epidemiológica	21.000,00	41.356,41	24.141,81	260,00
Outras Subfunções	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00
				82,37
				16,46
				0,84
				0,33
				0,00

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NAO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Outras Subfunções	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.053.900,00	9.515.920,15	7.349.379,87	84.627,73	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

- 4)Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
 - 2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
 - 3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

RREO ANEXO 13 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IRINEOPOLIS , 12/02/2015

RREO ANEXO 14 06 BIM REPUBLICAÇÃO

Município de IRINEOPOLIS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	26.399.770,00	
Previsão Atualizada		—	26.399.770,00	
Receitas Realizadas		5.098.116,20	28.313.298,66	
Déficit Orçamentário		—	377.028,55	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.171.539,40	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	26.399.770,00	
Créditos Adicionais		—	7.521.398,68	
Dotação Atualizada		—	33.921.168,68	
Despesas Empenhadas		4.284.667,75	28.690.327,21	
Despesas Executadas		5.430.305,27	28.690.327,21	
Liquidadas		5.430.305,27	26.893.039,87	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	1.797.287,34	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.284.667,75	28.690.327,21	
Despesas Executadas		5.430.305,27	28.690.327,21	
Liquidadas		5.430.305,27	26.893.039,87	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	1.797.287,34	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			25.072.195,14	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	232.615,18	0,00
Resultado Primário		0,00	-758.412,01	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.652.560,57	37.760,29	1.588.236,32	26.563,96
EXECUTIVO	1.652.560,57	37.760,29	1.588.236,32	26.563,96
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	171.099,71	4.165,47	166.584,24	350,00
EXECUTIVO	171.099,71	4.165,47	166.584,24	350,00
TOTAL:	1.823.660,28	41.925,76	1.754.820,56	26.913,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.613.070,19	25%	28,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.681.993,08	60%	62,63
Liquidadas		3.681.993,08		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2

Município de IRINEOPOLIS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			147.116,90	845.083,10
Despesa de Capital Líquida			4.879.294,93	2.874.763,57
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			177.640,00	-156.640,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			42.105,64	158.999,77
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Bimestre
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.021.034,07	15,00		30,58
Liquidadas	4.977.052,17			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	43.981,90			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

HOSPITAL BOM JESUS**DECRETO 2758/2015**

Decreto nº 2758/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento do Hospital Municipal Bom Jesus, nas dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 23.507,48 (vinte e três mil, quinhentos e sete reais e quarenta e oito centavos), sendo:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS		
03.01 - HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS		
2.028 – Manutenção do Hospital Municipal Bom Jesus		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0166	Aplicações Diretas	R\$ 2.844,70
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0235	Aplicações Diretas	R\$ 179,70
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0238	Aplicações Diretas	R\$ 702,82
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0247	Aplicações Diretas	R\$ 8.763,69
3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0258	Aplicações Diretas	R\$ 10.475,93
3.3.90.00.00.00.00.00.00.06.0264	Aplicações Diretas	R\$ 540,64
T O T A L		
..... R\$ 23.507,48		

Art. 2º - Para dar face aos créditos suplementares acima citados serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do ano anterior nas referidas especificações de recursos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de fevereiro de 2015
JULIANO POZZI PEREIRA
 Prefeito Municipal

Itá**PREFEITURA****EDITAL 017 - PROCESSO SELETIVO 017/2014**

EDITAL 017 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
 Nº 017/2014 - 7º CHAMADA 13/02/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências” convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 13 de FEVEREIRO 2015, às 8h EDUCAÇÃO INFANTIL, SERIES INICIAIS E FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e
 Finais do Ensino Fundamental

Pedagogia (20h) - 2 vagas
 Pós graduada

Colocação	Nº da Inscrição	Nome	Assinatura
64º	028	Vanessa Pessoa de Chaves	
65º	101	Valdenizia de Souza	
66º	174	Margô Rodrigues	
67º	102	Elaine Rocha da Silva	

Itá, 12 de Fevereiro de 2015
LEIDE MARA BENDER
 Prefeita Municipal de Itá

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

LICITAÇÃO Nº 02/2015

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC. Processo Licitatório nº 02/2015; Pregão Presencial nº 02/2015; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, carga de gás de cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem e material de copa e cozinha para uso na FHMSA. Entrega dos Envelopes: Até às 08:45 horas do dia 26 de fevereiro de 2015; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 26 de fevereiro de 2015 na Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Avenida Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fone 047 3652 1893 ou no site www.itaiopolis.sc.gov.br. Liandra Teresinha Koppe – Administradora Hospitalar.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Extrato de Licitação Nº 02/2015. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Material de Construção e Equipamentos para uso em reformas e manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e nas Unidades Sanitárias e ESF's da Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Mello Materiais de Construção Ltda, Valor: R\$ 58.212,40; Girasol Atacadista de Louças Sanitárias Eireli-EPP, Valor: R\$ 8.885,50; Joinmix Comercio Casa e Construção Ltda-ME, Valor: 13.941,65; Igor Correia de Siqueira – ME, Valor: 4.815,00 e Danna Comercial Eireli – ME, Valor: 22.345,15. Vigência: 10 de fevereiro de 2016. Itaiópolis, 12/02/2015. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, CRIADA PELA LEI 133/1953

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC

PREÂMBULO

Itapiranga, instalada em 14 de fevereiro de 1954, criada pela Lei nº 133 de 30 de dezembro de 1953, esta situada no extremo oeste catarinense, sob a proteção de Deus e consciente da sua responsabilidade, promulga e adota, através dos Vereadores eleitos e integrantes do Poder Legislativo, a seguinte Lei Orgânica do Município de Itapiranga, conclamando a todos para assegurar a autonomia municipal, os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, a unidade, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, o território próprio, a defesa da democracia, a proteção ao meio ambiente, o repúdio ao terrorismo, à violência, ao tóxico e ao racismo, a cooperação entre os Municípios, a solução política dos conflitos, a integração econômica, política, social, educacional, cultural da nossa gente e a administração pública local transparente e voltada ao bem-estar de todos cidadãos.

TÍTULO I

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Município de Itapiranga, pessoa jurídica de direito público interno, integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil e a divisão administrativa do Estado, com a autonomia assegurada pela Constituição da República.

Art. 2º O Município de Itapiranga rege-se pelos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil e fundamenta sua existência, principalmente:

- I - na autonomia;
- II - na dignidade do homem;
- III - na liberdade da pessoa humana;
- IV - na justiça social;
- V - na livre iniciativa;
- VI - na igualdade perante a lei;
- VII - na democracia com responsabilidade, segurança e justiça;
- VIII - no respeito à ordem constitucional e à lei moral;
- IX - no território próprio;
- X - no direito à vida em ambiente ecologicamente equilibrado.

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

Art. 3º A sede do Município dá-lhe o nome e tem categoria de cidade, enquanto as comunidades terão categoria de distritos e sub-distritos.

Art. 4º Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Parágrafo único. Lei Municipal disporá sobre administração, alienação, aquisição e uso dos bens municipais.

Art. 5º O Município defenderá o direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, recursos minerais e naturais de seu território.

Art. 6º São símbolos do Município de Itapiranga o Brasão, a Bandeira e o Hino.

Parágrafo único. Lei Municipal determinará normas sobre os símbolos do Município e as características histórico-culturais de Itapiranga que devam simbolizar.

TÍTULO III

COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS

Art. 7º Compete ao Município:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;
- III - atuar em cooperação com a União e o Estado, no exercício das competências comuns, tendo em vista o equilíbrio e desenvolvimento e o bem estar da Comunidade local, regional e nacional, preservados os interesses municipais;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual pertinente;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão os serviços públicos;
- a) - o serviço público de água e esgoto é atribuição precípua do Município, que deverá estendê-lo progressivamente a toda a população;
- b) - o serviço público de que trata a alínea anterior, será organizado, prestado, explorado e fiscalizado diretamente pelo Município, vedada a outorga mediante concessão, permissão ou autorização, exceto à entidade pública municipal existente ou que venha a ser criada para tal fim.
- VI - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas nos prazos fixados em lei;
- VII - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- VIII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- IX - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- X - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico, natural e paisagístico local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual;
- XI - instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;
- XII - elaborar e executar o Plano Diretor;
- XIII - elaborar e executar as diretrizes orçamentárias, os planos plurianuais e orçamentos anuais;
- XIV - administrar seus bens móveis e imóveis;
- XV - executar obras de interesse local no âmbito de sua competência técnica, científica, financeira e constitucional;
- XVI - conceder licenças para atividades econômicas, sociais, culturais, esportivas, científicas, turísticas, tecnológicas de interesse local;
- XVII - planejar e executar medidas de defesa civil e ambiental em coordenação com a União e o Estado;
- XVIII - fixar tarifas dos serviços públicos.
- XIX - determinar horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- XX - sinalizar as vias públicas urbanas e rurais para garantia da segurança;
- XXI - regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;
- XXII - fomentar e apoiar o ensino superior local de acordo com o interesse da Comunidade;
- XXIII - constituir, finalmente, uma Comunidade livre, justa, solidária, desenvolvida e principalmente:
 - a) promover a erradicação da pobreza, da marginalização e do analfabetismo;
 - b) reduzir as desigualdades sociais;

- c) aperfeiçoar a Comunidade prioritariamente pela saúde, pela educação formal e informal visando também sentimentos e atitudes de vivência comunitária;
- d) promover o bem-estar da população;
- e) assegurar a associação com os Municípios limítrofes e da micro-região para planejamento integrado de interesse regional;
- f) promover a defesa da flora e da fauna;
- g) garantir a promoção da cultura e do lazer;
- h) assegurar apoio às produções agropecuárias e econômicas de ordem geral, principalmente à micro e pequena empresa, estabelecendo, neste caso, tratamento diferenciado;
- i) prestar serviços de assistência social e de saúde, nas áreas urbana e rural, à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso, conforme a lei municipal de diretrizes da saúde e do bem-estar social;
- j) adotar política de apoio e de desenvolvimento à prática desportiva;
- I) promover e incentivar o turismo como fonte de desenvolvimento social e econômico;
- m) fomentar a participação popular na administração pública pelos Conselhos Municipais de caráter consultivo, pela consulta popular, pela iniciativa de propor projetos de lei, nos termos da legislação pertinente, entre outros procedimentos;
- n) definir em lei complementar municipal as infrações político-administrativas do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Servidores Públicos Municipais;
- o) conceder auxílio financeiro, nos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias anual, a entidades sociais privadas sem fins lucrativos, desde que declaradas de utilidade pública por lei deste Município ou por lei estadual e que tenham sede e foro jurídico neste Município.

TÍTULO IV

GOVERNO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

PODERES MUNICIPAIS

Art. 8º São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

CAPÍTULO II

PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

CÂMARA MUNICIPAL

Art. 9º O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal.

Art. 10. A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo voto direto e secreto para cada legislatura entre cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos e no exercício dos direitos políticos. Parágrafo único. Cada legislatura tem a duração de 04 (quatro) anos.

Art. 11. O número de Vereadores da Câmara Municipal é de 11 (onze) vereadores, conforme estabelecido na Constituição Federal.(alterado pela ELOM nº 07/2011)

Art.12. As deliberações da Câmara Municipal e das Comissões Permanentes e Temporárias serão tomadas por maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica. (alterado pela ELOM nº 08/2011)

Art. 13. Nenhuma deliberação sobre projetos em trâmite no Plenário da Câmara Municipal ou nas Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias será tomada por voto de lideranças dos partidos, do governo e de blocos parlamentares.

SEÇÃO II**ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

Art. 14. Compete à Câmara Municipal com sanção do Prefeito Municipal, legislar sobre as matérias de competência do município, especialmente sobre:

- I - assuntos de interesse local;
- II - suplementação da legislação federal e da estadual;
- III - tributos municipais;
- IV - autorização de isenções e anistias fiscais e remissões de dívidas;
- V - orçamento anual, plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorização de abertura de créditos suplementares e especiais;
- VI - autorização para obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- VII - concessão de auxílios e subvenções;
- VIII - concessão e permissão para prestação de serviços públicos;

- IX - concessão de direito real de uso de bens municipais;
- X - alienação e concessão de bens imóveis;
- XI - aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;
- XII - criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação da respectiva remuneração;
- XIII - elaboração do Plano Diretor Físico-Territorial de Desenvolvimento Integrado;
- XIV - criação da Guarda Municipal nos termos da Constituição Federal;
- XV - delimitação do perímetro urbano;
- XVI - organização e prestação de serviços públicos;
- XVII - autorização de convênios com entidades públicas ou particulares e consórcios com outros municípios;
- XVIII - denominação de próprios municipais, de vias e logradouros públicos;
- XIX - criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas municipais;
- XX - instituição de penalidades e multas pela infração de leis e regulamentos municipais;
- XXI - fixação dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica. (alterado pela ELOM nº 08/2011)

Art. 15. Compete, privativamente, a Câmara Municipal, entre outras atribuições:

- I - elaborar o Regimento Interno;
- II - eleger sua Mesa Diretora, bem como, destituí-la na forma da Lei Orgânica e do Regimento Interno;
- III - Fixar o orçamento da câmara de vereadores;
- IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos ou funções de seus serviços e a iniciativa da lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V - dar posse ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;
- VI - fixar os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais, através de lei de sua iniciativa, e o Subsídio dos Vereadores e Presidente da Câmara, através de Resolução de Plenário, observados os termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica; (alterado pela ELOM nº 06/2008).
- VII - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas à fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;
- VIII - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução do plano plurianual;
- IX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem

- do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- X - autorizar o Prefeito, por necessidade de serviço, a ausentar-se do País ou do Município, e neste último caso, por mais de 15 (quinze) dias;
- XI - convidar e ou solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração, marcando prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, para que preste as referidas informações pessoalmente ou encaminhe os documentos requisitados pela Câmara Municipal na forma desta Lei Orgânica;
- XII - convocar e solicitar informações sobre matéria de sua competência nas mesmas condições e prazos do Prefeito, aos responsáveis pelos órgãos da administração direta, indireta, fundacional e institucional do Município para que prestem as informações pessoalmente e ou encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal nos termos desta Lei Orgânica;
- XIII - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta e fundacional;
- XIV - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;
- XV - mudar temporariamente a sua sede;
- XVI - proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara dentro do prazo determinado nesta Lei Orgânica;
- XVII - processar e julgar os Vereadores na forma desta Lei Orgânica e do disposto no Regimento Interno. (alterado pela ELOM nº 06/2008)
- XVIII - representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação de dois terços dos seus membros, contra o Prefeito, o Vice-Prefeito, e os Secretários ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública de que tiver conhecimento;
- XIX - criar comissões de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal sempre que o requer pelo menos dois terços dos membros da Câmara;
- XX - autorizar referendo e convocar plebiscito;
- XXI - decidir sobre a perda de mandato de vereador, por voto de dois terços, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica; (alterado pela ELOM nº 06/2008)
- XXII - aprovar a escolha de titulares de cargos que a lei determinar previamente;
- XXIII - deliberar sobre adiamentos e suspensão de suas reuniões;
- XXIV - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem à pessoa ou entidade que tenham prestado relevantes serviços ao Município, mediante, Projeto de Resolução aprovado por dois terços de seus membros; (alterado pela ELOM nº 06/2008)
- XXV - solicitar intervenção do Estado no Município;
- XXVI - (revogado pela Lei nº. 009/2013).

Parágrafo único. O não atendimento no prazo estipulado nos incisos X e XI faculta ao Presidente da Câmara Municipal solicitar, de acordo com a legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a legislação. (alterado pela ELOM nº 08/2011)

SEÇÃO III**SESSÕES DA CÂMARA**

Art. 16. A Câmara reunir-se-á em Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, conforme dispuser o seu Regimento Interno. (alterado pela ELOM nº 06/2008)

SEÇÃO IV**MESA DIRETORA**

Art. 17. A Mesa Diretora da Câmara Municipal é composta de Presidente, Vice-Presidente, de Primeiro e Segundo Secretários.
Parágrafo único. As competências, atribuições, formas de

substituição, de destituição da Mesa Diretora serão definidas no Regimento Interno da Câmara Municipal.

SEÇÃO V

A ELEIÇÃO DA MESA

Art. 18. Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do Vereador mais votado e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - O mandato da Mesa será de 01 (um) ano, possibilitando a recondução para igual cargo e período, por uma única vez na mesma legislatura.

§ 2º - O Regimento Interno regulamentará:

I - a forma da eleição;

II - os procedimentos de eleição.

SEÇÃO VI

COMISSÕES

Art. 19. A Câmara terá Comissões Legislativas Permanentes e Temporárias externas, na forma e com as atribuições e competências definidas nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação. (alterado pela ELOM nº 06/2008)

§ 1º - É assegurada, em cada Comissão, tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara Municipal. (alterado pela ELOM nº 06/2008)

§ 2º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008)

§ 3º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008)

§ 4º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008)

§ 5º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008)

Art. 20. REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008)

SEÇÃO VII

VEREADORES

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 22. Os Vereadores não são obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas a quem confiaram ou de quem receberam informações.

Art. 23. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

SUBSEÇÃO II

INCOMPATIBILIDADES

Art. 24. O Vereador não poderá:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes e houver permissão constitucional;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior, salvo o exercício de 01 (um) cargo

de professor;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum nas entidades referidas na alínea "a" do inciso I;

c) patrocinar causas em que seja parte interessada qualquer das entidades a que se refere à alínea "a", do inciso I;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 25. Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara ou das reuniões das Comissões Legislativas Permanentes, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - que deixar de residir no Município;

VIII - que deixar de tomar posse, sem motivo justificado dentro do prazo estabelecido no Regimento Interno.

§ 1º Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

§ 2º Nos casos da perda do mandato será decidida pela Câmara por dois terços, mediante iniciativa da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa. (alterado pela LOM nº 06/2008)

§ 3º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008)

Art. 26. Aplica-se às normas da Constituição Federal ao servidor público no exercício da vereança, inclusive a inamovibilidade de ofício pelo tempo de duração de seu mandato quando ocupante o Vereador de cargo, emprego ou função pública municipal.

SUBSEÇÃO III

LICENÇAS E SUPLENTES

Art. 27. O Vereador pode licenciar-se:

I - para tratamento de saúde, devidamente comprovado;

II - para tratar de assuntos de interesse particular apenas quando o período de licença não for inferior a 30 (trinta) dias e superior a 120 (cento e vinte) dias por Sessão Legislativa; (alterado pela LOM nº 06/2008)

III - para ser investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Adjunto de Estado, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado Adjunto do Desenvolvimento Regional, sendo neste caso automaticamente licenciado.

§ 1º Nos casos dos incisos I e II não pode o Vereador reassumir antes de esgotado o prazo de sua licença.

§ 2º Não tem direito à remuneração o Vereador licenciado para tratar de assuntos de interesse particular.

§ 3º (Revogado pela LOM nº 08/2008)

§ 4º O Vereador afastado, com devida aprovação do Plenário, para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado licenciado, fazendo jus à remuneração estabelecida.

§ 5º A Vereadora gestante poderá licenciar-se, por 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 28. O Suplente de Vereador será convocado pelo Presidente da Câmara nos termos do Regimento Interno. (alterado pela LOM

nº 06/2008)

§ 1º O Suplente convocado deverá tomar posse dentro de 15 (quinze) dias, salvo, motivo justo aceito pela deliberação da Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º Na ocorrência de vaga não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior, não for preenchida, calcula-se o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

SUBSEÇÃO IV

PRESIDÊNCIA, VICE-PRESIDÊNCIA E SECRETÁRIOS

Art. 29. O Presidente da Câmara Municipal representa o Poder Legislativo judicial e extrajudicialmente.

Art. 30. Ao Vice-Presidente cabe substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças.

Art. 31. As atribuições e procedimentos do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários serão definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal.

SEÇÃO VIII

PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 32. O Processo Legislativo Municipal compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - (REVOGADO pela LOM nº 06/2008)

V - REVOGADO pela LOM nº 06/2008)

VI - resoluções.

Parágrafo único. O Regimento Interno da Câmara Municipal disporá sobre as resoluções, que não dependem da sanção ou do veto do Prefeito Municipal. (alterado pela LOM nº 06/2008)

SUBSEÇÃO II

EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orgânica Municipal será emendada mediante proposta:

I - da maioria absoluta, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - de 2/3 (dois terços) das lideranças de bancadas, (ALTERADO pela Lei nº. 009/2013);

III - do Prefeito Municipal;

IV - de iniciativa popular, subscrita por, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;

V - (REVOGADO pela Lei nº. 009/2013);

§ 1º A proposta de emenda à Lei Orgânica será votada em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de 10 dias entre uma votação e outra, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros da Câmara. (ALTERADO pela Lei nº. 009/2013)

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º A matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

SUBSEÇÃO III

LEIS

Art. 34. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão Legislativa Permanente, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 35. É de competência privativa do Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I - o regime jurídico dos servidores públicos municipais;

II - criação de cargos, empregos e funções na Administração Pública direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública do Município.

Art. 36. A iniciativa popular é exercida pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores inscritos no Município, com conteúdo de interesse específico do Município, da Cidade, do Distrito, do Sub-Distrito ou do Bairro.

Art. 37. Os procedimentos da iniciativa popular serão previstos no Regimento Interno, respeitadas as normas relativas ao processo legislativo.

Art. 38. São objetos de leis complementares as seguintes matérias:

I - lei da estrutura administrativa;

II - Plano Diretor;

III - Código Tributário do Município;

IV - Código de Obras ou de Edificações;

V - Código de Zoneamento Urbano e direitos suplementares de uso e ocupação do solo;

VI - Código de Parcelamento do Solo;

VII - Código de Posturas;

VIII - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

IX - organização da Guarda Municipal;

X - criação de cargos, empregos e funções na Administração Pública direta e autárquica do Município;

XI - criação, estruturação e atribuição dos órgãos da Administração Pública Municipal.

XII - regime jurídico único dos servidores e plano de carreira;

XIII - Sistema Municipal de ensino e suas diretrizes;

XIV - diretrizes municipais da saúde e da assistência social;

XV - infrações político-administrativa do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Vereador e do Servidor Público Municipal.

XVI - REVOGADO pela LOM nº 08/2011)

Parágrafo único. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara. (Alterado pela LOM nº 08/2011)

Art. 39. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal.

Art. 40. O Prefeito poderá solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Decorrido sem deliberação, o prazo fixado no "caput" deste artigo, o projeto será obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia para que se ultime sua votação, sobrestando-se a deliberação quanto às demais matérias com exceção do veto e das leis orçamentárias.

§ 2º O prazo previsto neste artigo não corre nos períodos de recesso da Câmara, nem se aplica aos Projetos de Codificação.

§ 3º Através de requerimento assinado por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, submetido ao Plenário e mediante a manifestação favorável da maioria de 2/3 (dois terços), será descaracterizado o regime de urgência.

Art. 41. O projeto aprovado pela Câmara em, será no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, que concordando, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis e comunicará dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Presidente da Câmara. (Alterado pela LOM nº 06/2008)

§ 1º Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção, sendo o projeto de lei promulgado pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º A aprovação que trata este artigo segue o trâmite geral do artigo 19 e seus parágrafos, com exceção das emendas à Lei Orgânica, que são deliberadas em dois turnos de discussão e votação do Plenário, após terem recebido pareceres das Comissões Legislativas Permanentes. (Alterado pela LOM nº 06/2008)

§ 3º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008)

Art. 42. Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do Veto.

§ 1º O veto deverá ser sempre justificado e, quando parcial, abrangerá o texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º O veto será apreciado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, em uma única discussão e votação.

§ 3º O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 4º Esgotado, sem deliberação, o prazo previsto no § 2º deste artigo, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 5º Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 6º Se o Prefeito não promulgar a lei em 48 (quarenta e oito) horas, e, ainda, nos casos de sanção tácita, o Presidente da Câmara promulgá-la-á e, se este não o fizer no mesmo prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 7º A lei promulgada, nos termos do parágrafo anterior, produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 8º Nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, com o mesmo número da lei original observado o prazo estipulado no parágrafo 6º.

§ 9º O prazo previsto no parágrafo 2º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

§ 10. A manutenção do veto, não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11. Na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art. 43. A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta dar maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 44. REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

§ 1º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

§ 2º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

§ 3º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

SEÇÃO IX

CONTROLE DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 45. A fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle interno é mantido de forma integrada pelos Poderes Executivo e Legislativo baseado nas informações contábeis objetivando:

I - a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;

II - a comprovação de legalidade e avaliação de resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da Administração Municipal, bem como, da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;

III - o exercício do controle dos empréstimos e dos financiamentos,

avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município; IV - o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 2º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara devem apresentar anualmente só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 4º Sujeitam-se à tomada ou prestação de contas os agentes da Administração Municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Fazenda Pública Municipal.

Art. 46. O Prefeito Municipal encaminhará as contas do Município até o dia 31 de março subsequente ao encerramento da Sessão Legislativa à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado. Parágrafo único. Lei Ordinária determinará a documentação necessária para apresentação das contas do Município.

Art. 47. Se até o prazo do artigo anterior não tiverem sido apresentadas às contas do Município à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas, a Comissão Legislativa Permanente competente fá-lo-á em 30 (trinta) dias.

Art. 48. Apresentadas as contas, o Presidente da Câmara colocá-las-á pelo prazo de 60 (sessenta) dias a disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei.

§ 1º O Regimento Interno da Câmara disporá sobre o procedimento do exame público das contas municipais, observadas as normas desta Lei Orgânica.

§ 2º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

§ 3º REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

§ 4º. REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

Art. 49. A Comissão Legislativa Permanente competente diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos, não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar da autoridade responsável que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste os esclarecimentos.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos ou considerados estes insuficientes, a Comissão Legislativa Permanente solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria em caráter de urgência.

§ 2º Entendendo o Tribunal de Contas irregular a despesa, a Comissão Legislativa Permanente responsável, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Câmara Municipal a sua sustação.

Art. 50. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidade das contas do Município perante a Comissão Legislativa Permanente competente da Câmara, que tomará as providências previstas no Regimento Interno.

SEÇÃO X

REMUNERAÇÃO

Art. 51. Através de projeto de lei, de exclusiva iniciativa da Câmara Municipal, fixarão em parcela única, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, e através de projeto de resolução o subsídio do Presidente da Câmara e dos Vereadores. (Alterado PELA ELOM nº 06/2008)

Parágrafo único. REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

CAPÍTULO III

PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

PREFEITO MUNICIPAL

Art. 52. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, com funções políticas, executivas e administrativas.

Art. 53. O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos em pleito direto e simultâneo, para cada legislatura, em sufrágio universal e secreto.

Art. 54. O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1.º de janeiro do ano subsequente à eleição e prestarão compromisso nos termos desta Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 1º Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada, salvo motivo de força maior, não tiver um ou outro assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

§ 3º O Prefeito e o Vice-Prefeito, este quando remunerado, deverão desencompatibilizar-se no ato da posse; quando não remunerado, o Vice-Prefeito cumprirá essa exigência ao assumir o exercício do cargo.

Art. 55. O Vice-Prefeito substitui o Prefeito em caso de licença ou impedimento e o sucede no caso de vaga ocorrida após a diplomação.

§ 1º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem concedidas pela lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele convocado para missões especiais.

§ 2º A investidura do Vice-Prefeito, em Secretaria Municipal não impedirá as funções previstas no parágrafo anterior.

Art. 56. Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito far-se-á eleição 30 (trinta) dias depois de aberta a última vaga.

§ 2º Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período a eleição para ambos os cargos será feita 30 (trinta) dias depois da última vaga pela Câmara Municipal na forma da Lei.

§ 3º Em qualquer dos casos os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

Art. 57. O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias, sob pena de perda do cargo.

Art. 58. O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença comprovada.

Parágrafo único. No caso deste artigo e de ausência em missão oficial o Prefeito licenciado não perderá sua remuneração.

Art. 59. Compete privativamente ao Prefeito:

I - nomear e exonerar os Secretários Municipais, os titulares de outros cargos de confiança, dos Órgãos da Administração Descentralizada e, de acordo com a Lei ou Estatutos, os dirigentes da Administração Indireta e Fundacional;

II - exercer com auxílio dos Secretários Municipais a direção superior da Administração Municipal;

III - iniciar o Processo Legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV - enviar à Câmara Municipal, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais e plurianuais do Município até as seguintes datas: (NR pela ELOM 004/2007)

a) o Projeto de Lei do Plano Plurianual, até o dia 31 de agosto do primeiro ano de mandato; (Acrescido pela ELOM 004/2007)

b) o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, até o dia 10 de outubro de cada ano; (Acrescido pela ELOM 004/2007)

c) o Projeto de Lei Orçamentária Anual, até o dia 10 de novembro de cada ano. (Acrescido pela ELOM 004/2007)

V - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

VI - vetar projetos de lei total ou parcialmente;

VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

VIII - comparecer ou remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião de abertura de Sessão Legislativa expondo a situação do Município e solicitando as providências que

julgar necessária;

IX - prestar, anualmente, a Câmara Municipal, até dia 31 de março, as contas do Município, referentes ao exercício anterior.

X - prover e extinguir os cargos públicos municipais na forma da lei;

XI - representar o Município em Juízo ou fora dele, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, na forma estabelecida em lei;

XII - celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse do Município, na forma da lei;

XIII - decretar, nos termos da lei, desapropriações por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

XIV - prestar a Câmara, dentro de 15 (quinze) dias, as informações solicitadas, podendo ser prorrogado por igual prazo, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção de dados solicitados;

XV - publicar até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

XVI - entregar à Câmara Municipal até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias;

XVII - solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da guarda municipal, na forma da lei;

XVIII - decretar calamidade pública ou estado de emergência, sempre que ocorrerem fatos, que o justifiquem;

XIX - convocar extraordinariamente a Câmara;

XX - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

XXI - requerer à autoridade competente a prisão administrativa de servidor público municipal omissor ou remisso na prestação de contas dos dinheiros públicos;

XXII - superintender a arrecadação de tributos e preços, bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara;

XXIII - aplicar multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como relevá-las quando for o caso;

XXIV - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da Comunidade;

XXV - resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidos.

§ 1º O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XII, XXII, XXIII e XXV deste artigo.

§ 2º O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, segundo seu único critério, avocar a si a competência delegada.

Art. 60. No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, resumidas em atas e divulgadas para conhecimento público.

SEÇÃO II

LIMITAÇÕES AO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 61. O Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito, desde a posse, sob pena de perda de mandato, não poderão:

I - firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, institucionais, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se nesta hipótese, a regra constitucional e o exercício de 01 (um) cargo de professor;

III - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

IV - ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze

de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;

V - fixar residência fora do Município.

SEÇÃO III

RESPONSABILIDADE DO PREFEITO

Art. 62 Os crimes que o Prefeito Municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infrações penais comuns ou por crime de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre as infrações político-administrativas e estabelecerá normas de processo e julgamento, obedecendo à legislação federal.

SEÇÃO IV

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 63. Cabe ao Prefeito Municipal, por ato administrativo, dizer sobre as atribuições, competências, deveres e responsabilidades dos Secretários Municipais, de acordo com a lei.

§ 1º Os Secretários Municipais são solidariamente responsáveis, junto com o Prefeito Municipal, pelos atos que assinarem e ordenarem ou praticarem.

§ 2º Lei Complementar, de iniciativa do Prefeito, disporá sobre a criação, estruturação e atribuição de Secretarias.

§ 3º A Chefia de Gabinete do Prefeito, a Procuradoria Geral do Município e as Intendências Distritais equivalem, em nível e hierarquia, às Secretarias Municipais.

§ 4º Os Secretários Municipais, auxiliares diretos do Prefeito Municipal, deverão fazer a declaração de bens no ato de sua posse em cargo ou função pública municipal e quando de sua exoneração.

SEÇÃO V

CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 64 O município criará conselhos por lei e os regulamentará através de decreto. (Alterado PELA ELOM nº 08/2011)

I - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

II - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

III - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

IV - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

V - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

VI - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

VII - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

VIII - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

IX - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

Parágrafo único. REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

Art. 65 - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

Art. 66 - REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

Art. 67 REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

Art. 68 REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

Parágrafo único. REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

SEÇÃO VI

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 69. REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

Art. 70. REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011

SEÇÃO VII

CONSULTA POPULAR

Art. 71. O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para ouvir a opinião pública e para decidir sobre assuntos de

interesse específico do Município, do distrito e do sub-distrito ou do bairro.

Art. 72. Cabe ao Prefeito Municipal, por ato próprio, propor procedimentos e forma de implantação de consulta popular, observado o seguinte:

I - a consulta popular será realizada quando a Câmara Municipal em sua maioria absoluta, ou pelo menos 2 % (dois por cento) do eleitorado inscrito no Município, no bairro ou no distrito, com qualificação comprovada, apresentarem proposição nesse sentido e sobre assunto específico;

II - a votação organizada pelo Poder Executivo em dois meses após apresentação da proposição;

III - a proposição será aprovada pelo voto da maioria dos eleitores presentes às urnas P. representando obrigatoriamente pelo menos 50 % (cinquenta por cento) da totalidade dos eleitores envolvidos na e pela proposição;

IV - a proposição aprovada em consulta popular tem caráter de decisão devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para a sua consecução;

V - a realização de no máximo duas consultas por ano, vedadas, nos quatro meses que antecedem as eleições para qualquer nível de Governo.

TÍTULO V

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 73. A Administração Pública Municipal direta e indireta do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, aos demais princípios da Constituição Federal, no que couber, sobre administração pública, e a esta lei Orgânica considerando ainda que:

I - o Município assegura a seus servidores ativos, inativos e dependentes, na forma da lei municipal, sistema previdenciário de assistência médica, odontológica, assistência social, pensão e aposentadoria, com instituição de contribuição cobrada dos servidores para custeio;

II - o Município adota política de oportunidade de crescimento profissional aos seus servidores, bem como, proporcionará remuneração compatível com o mercado de trabalho para a função respectiva, oportunidade de progresso funcional e acesso a escalão superior;

III - o Município veda a conversão de férias em dinheiro, ressalvados os casos previstos na legislação federal;

IV - o Município assegura aos servidores de carreira técnica ou profissional especializada do próprio Município, para provimento dos cargos em comissão e das funções de confiança, a ocupação de trinta por cento desses cargos;

V - o Município assegura o percentual não inferior a cinco por cento dos cargos e empregos do Município a pessoas portadoras de deficiências, cujos critérios serão definidos em lei. (ALTERADO PELA ELOM 08/2011)

§ 1º Para efeito das disposições deste artigo, ficam proibidas as nomeações, contratações, designações, inclusive para pessoal em caráter temporário, de cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos secretários do Poder Executivo ou dos titulares de cargos que lhes sejam equiparados, e dos dirigentes dos órgãos da Administração Pública direta e indireta municipal, bem como dos Vereadores e dos titulares de cargos de direção no âmbito da Câmara Municipal. (acrescido pela ELOM 001/2007)

§ 2º Na contratação de pessoal admitido em caráter temporário, para atender necessidade de excepcional interesse público, a proibição deixa de existir no caso em que tais servidores forem selecionados mediante teste seletivo, aplicado por entidade ou empresa não integrante da Administração Municipal. (acrescido pela ELOM 001/2007)

CAPÍTULO II

ATOS MUNICIPAIS

Art. 74. Os Atos Municipais que produzam efeitos externos, serão publicados no órgão oficial do Município, definido em lei ou, na falta desta, em diário da respectiva Associação Municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer. (ALTERADO pela Lei nº. 009/2013);

Parágrafo único: A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais e a sua devida regulamentação. (ACRESCENTADO pela Lei nº. 009/2013).

Art. 75. Os atos administrativos de competência do Prefeito Municipal dar-se-ão:

I - por decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:

- a) regulamentação de lei;
- b) criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei;
- c) aberturas de créditos extraordinários na forma da lei;
- d) declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa, na forma da lei;
- e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autorizadas em lei;
- f) definição de competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas de lei;
- g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta;
- h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada;
- i) fixação e alteração dos preços dos serviços públicos prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;
- j) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais, autorizados em lei;
- l) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta;
- m) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei;
- n) medidas executórias do Plano Diretor;
- o) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas da lei.
- p) criação de comissões e designação de seus membros. (Acrescido pela ELOM nº 08/2011

II - por portaria, quando se tratar de:

- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores públicos municipais;
- b) lotação e relotação, nos quadros de pessoal;
- c) REVOGADO PELA ELOM nº 08/2011
- d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;
- e) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa, autorizada em lei;
- f) abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades;
- g) atos outros que, por sua natureza e finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo único. Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

CAPÍTULO III

SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 76. O Município instituirá, por lei complementar, conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos Poderes Executivo e Legislativo, observados os princípios da Constituição Federal.

Art. 77. O Município estabelecerá o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e os Planos de Carreira e salário para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, em lei complementar e no âmbito de sua competência.

CAPÍTULO IV

OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 78. A realização das obras públicas municipais deverá estar adequada às diretrizes do Plano Diretor e às diretrizes das leis orçamentárias, não podendo ser iniciadas sem a prévia elaboração do respectivo projeto da obra no qual contará obrigatoriamente:

I - a viabilidade do empreendimento e sua conveniência visando interesse comum;

II - detalhamento de sua execução;

III - orçamento do seu custo;

IV - especificação dos recursos financeiros e origem para a sua execução;

V - prazos para seu início e término.

Art. 79. As obras e os serviços públicos poderão ser executados pelo Município, pela sua administração direta, indireta ou fundacional, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população ou sob regime de concessão ou permissão, no caso dos serviços, podendo o Município contratar as obras públicas com particulares através do processo licitatório.

Art. 80. A lei disporá sobre:

I - a concessão ou permissão de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de capacidade, fiscalização, rescisão e outros da concessão e da permissão, que serão sempre autorizados por lei;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - as obrigações de manter serviço adequado;

V - os mecanismos de atenção às reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública;

VI - os planos e programa de expansão de serviços;

VII - a revisão da base de cálculo dos custos operacionais;

VIII - o regime das empresas concessionárias e permissionárias.

Art. 81. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, empresas e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, que somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 82. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares ou mediante consórcio com, outros Municípios.

Parágrafo único. A constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa.

CAPÍTULO V

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SEÇÃO I

RECEITA MUNICIPAL

Art. 83. A receita pública municipal constitui-se dos recursos ordinários e extraordinários locais, e os estabelecidos pelas normas

constitucionais e gerais de direito tributário.

Art. 84. O Poder Público Municipal, por ato próprio, poderá instituir preços, consideradas as rendas provenientes de serviços de natureza industrial, comercial ou civil, suscetíveis de exploração econômica.

§ 1º Os preços de que trata este artigo serão cobrados pelo valor aproximado e se caracteriza pela sua utilidade, determinada segundo critérios econômicos e decorrentes de uma relação jurídica contratual.

§ 2º Os preços podem ser alterados em qualquer época do ano, sempre que houver modificação nos fatores de custo de operação ou produção.

Art. 85. Nenhum contribuinte está obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado sem aviso prévio ou notificação, na forma estabelecida em lei municipal, assegurada à interposição de recurso próprio.

Art. 86. É facultado ao Município a criação de órgão de composição paritária, com atribuição de decidir em grau de recurso, as reclamações relativas às questões tributárias.

SEÇÃO II

DESPESA PÚBLICA

Art. 87. O Município proverá as necessidades de seu Governo e de sua administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público, ou privado, para fins de cooperação intergovernamental, execução de leis, serviços, decisões, assistência técnica ou aplicação de recursos.

Art. 88. São despesas municipais as destinadas ao custeio de seus serviços e encargos, às transferências e à execução de obras e serviços do Município, bem como programas sociais, destinadas à satisfação das necessidades públicas locais.

Art. 89. Nenhuma despesa será realizada, sem a devida cobertura orçamentária ou de créditos adicionais.

Art. 90. O Município não aceitará encargos nem obrigações de despesa, por imposição da União e do Estado, sem que os mesmos proporcionem ao Município os meios necessários, salvo a hipótese de realização de convênio ou acordo para execução de serviço de interesse comum.

SEÇÃO III

DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 91. As operações de crédito, de qualquer natureza, realizadas pelo Município, observarão as normas fixadas na legislação federal pertinente.

Art. 92. A obtenção de empréstimos ou financiamentos pelo Município, suas fundações e entidades da administração indireta só pode ser efetivada mediante autorização legislativa, em que se especifiquem a destinação, o valor e o prazo da operação, a taxa de remuneração do capital e a época dos pagamentos, e espécie dos títulos e a forma de resgate.

Art. 93. Os empréstimos destinados a estabilizar o fluxo de recursos financeiros, autorizados no orçamento anual não podem exceder de 25 % (vinte e cinco por cento) da receita total estimada para o exercício e serão, obrigatoriamente, liquidados dentro do próprio exercício em que foram realizados.

Art. 94. O Município, suas Fundações e Entidades de Administração Indireta, por ele mantido mediante transferência de dotações orçamentárias, farão constar dos respectivos orçamentos anuais dotações destinadas especificamente ao pagamento de juros, amortização ou resgate das obrigações decorrentes do empréstimo ou financiamento.

Art. 95. O Município centralizará o controle da dívida interna ou externa de suas fundações e entidades da Administração Indireta, de forma a facilitar sua administração.

Art. 96. O Município, observadas as normas gerais de Direito

Financeiro estatuídas pela União, pode alterar as características da dívida pública mediante consolidação da dívida flutuante e, por conversão ou reescalonamento da dívida fundada, segundo condições estabelecidas em lei.

Art. 97. É facultado ao Município antecipar o resgate da dívida pública total ou parcialmente, na forma da lei.

CAPÍTULO VI

ORÇAMENTOS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 98. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais, estes distribuídos da seguinte forma:

a) Administração Direta;

b) Administração Indireta e Fundacional;

Art. 99. O Município observará as normas gerais de direito financeiro e da legislação pertinente para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços.

Art. 100. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, aos orçamentos anuais e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados e votados pela Câmara Municipal de conformidade com as normas constitucionais e com o Regimento Interno da Câmara Municipal.

TÍTULO VI

DIRETRIZES ECONÔMICAS E SOCIAIS

CAPÍTULO I

DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO, DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Art. 101. A Educação, direito de todos, dever do Poder Público e da família, ficará assegurada no Município de Itapiranga através da coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

Art. 102. É dever do Município ministrar, ensino preferencialmente pré-escolar e fundamental, observados os princípios da gratuidade e da obrigatoriedade, assegurando amplas condições de funcionamento da Rede Pública das Escolas Municipais.

Art. 103. É garantido aos pais, professores, alunos e funcionários organizarem-se em todos os estabelecimentos municipais de ensino através de associações, grêmios estudantis e outras formas, admitindo-se estabelecer contribuições para o seu perfeito funcionamento.

Art. 104. O Município de Itapiranga organizará o sistema municipal de ensino, articulado com o sistema estadual, fixando-lhe as diretrizes em lei e garantindo:

I - o acesso do educando ao ensino fundamental e a educação infantil;

II - o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;

III - o atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, especialmente nas regiões carentes urbanas e rurais;

IV - b ensino fundamental gratuito aos que a ele não tiveram acesso na idade própria;

V - o ensino religioso, de matrícula facultativa, que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

VI - prioridade às necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano municipal de educação.

VII - programa de transporte escolar no município, em

conformidade com a lei.

Art. 105. O Município estimulará:

I - o desenvolvimento da ciência, da pesquisa e da tecnologia;

II - o estudo ao ensino superior.

Art. 106. O Município fará anualmente o recenseamento da população escolar e chamamento dos educandos para o ensino fundamental e estimulará:

I - a permanência na escola;

II - o prosseguimento aos demais níveis de ensino.

Art. 107. O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências do Estado e da União, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

CAPÍTULO II

DIRETRIZES DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 108. A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurado mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 109. O Município integra, com a União e o Estado, com recursos da Seguridade Social e de seu orçamento próprio, o Sistema Único de Saúde, cujas ações e serviços públicos, na sua circunscrição territorial, urbana e rural, são por ele dirigidos, com as seguintes diretrizes:

I - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

II - participação da Comunidade, assegurando, que:

a) a assistência à saúde é livre à iniciativa privada;

b) as instituições privadas poderão participar de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de Direito Público ou convênio, tendo preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos.

III - esforços na promoção:

a) da formação de consciência sanitária individual desde a infância, bem como, em ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

b) de serviços de assistência à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

c) de combate às moléstias específicas, contagiosas e infecto-contagiosas;

d) de serviços hospitalares e ambulatoriais, cooperando com a União, o Estado e as iniciativas particulares e filantrópicas.

IV - realização:

a) de inspeção médica, nos estabelecimentos de ensino municipal;

b) de serviço social, no âmbito de sua competência, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a este objetivo;

c) de obras que, por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado;

d) de plano de assistência social do Município, nos termos que a lei estabelecer, tendo por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados e visando desenvolvimento social harmônico.

V - sistema de tratamento médico-odontológico para escolares e comunidades urbanas e rurais, de acordo com as disponibilidades orçamentárias;

VI - controle da qualidade da água de abastecimento do Município, bem como a ampliação e o aperfeiçoamento da sua fluoretação;

VII - apoio à pesquisa na área médico-hospitalar;

VIII - tratamento específico ao lixo hospitalar;

IX - garantia de acesso dos interessados à informação de todos os aspectos inerentes à Saúde Pública;

X - implantação de sistema de unidades ambulatoriais móveis ou permanentes integrado a sistemas educacionais, culturais, assistenciais e de lazer;

XI - colaboração no combate e na prevenção ao uso do tóxico;

XII - estimulação à formação de recursos humanos na área de

saúde e da assistência social;

XIII - proibição de comercialização de produtos cariogênicos nos estabelecimentos escolares;

XIV - prioridade dos recursos humanos e econômicos destinados à Odontologia Pública, para ações, métodos, sistemas ou tratamento preventivo e educativo, concentrando-se no combate à causa da doença cárie dental e gengival;

XV - viabilizar recursos humanos e econômicos à Medicina Pública, para ações, métodos, sistemas ou tratamento preventivo e educativo no combate de doenças infecciosas e similares;

XVI - igualdade à assistência de saúde sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

Art. 110. Lei Complementar de diretrizes municipais da saúde determinará políticas e ações da saúde e da assistência social do Município de Itapiranga obedecidos os princípios e preceitos desta lei Orgânica.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES DA CULTURA

Art. 111. O Município garante aos munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, o incentivo à cultura em suas múltiplas manifestações e o acesso às suas fontes, apoiando e estimulando a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 112. O Município promoverá:

I - defesa do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e artístico;

II - preservação das características culturais da cidade, manutenção e afirmação da identidade itapiranguense;

III - integração com a comunidade regional visando à defesa do patrimônio histórico, paisagístico, cultural, artístico comum;

IV - centralização da documentação de característica da administração pública no Arquivo Público e Histórico do Município;

V - preservação dos sítios, edificações e monumentos de valor histórico, artístico e cultural;

VI - programas culturais junto às escolas públicas, à zona rural e à população dos bairros, distritos e sub-distritos.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES ECONÔMICAS

Art. 113. O Município de Itapiranga adota os princípios fundados na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, buscando a justiça social e promovendo:

I - o desenvolvimento industrial, com preferência para as não poluentes;

II - o cooperativismo e outras formas associativas;

III - o tratamento fiscal diferenciado às micro-empresas, às empresas de pequeno porte e aos produtores rurais que trabalham em regime de economia familiar;

IV - o desenvolvimento da informática;

V - a função social da propriedade;

VI - a defesa da propriedade privada;

VII - a busca do pleno emprego;

VIII - o tratamento fiscal diferenciado à pequena produção artesanal;

IX - os programas de apoio às pessoas idosas, aos deficientes físicos e de limitação sensorial no exercício de comércio eventual ou ambulante do Município;

X - programas de apoio e incentivo econômico aos portadores de necessidades especiais, no âmbito do Município.

Parágrafo único. A exploração direta da atividade econômica, pelo Município, apenas será permitida em caso de relevante interesse público.

CAPÍTULO V**DIRETRIZES DO MEIO AMBIENTE E DA AGRICULTURA**

Art. 114. Todos terão direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum da população e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo sua máxima preocupação:

- I - solução à nível de bacias hidrográficas para questões de poluição por efluentes industriais, domésticos, agrícolas, ou tratamento de lixo, ou outras formas de poluição;
- II - identificação e proteção permanente dos mananciais do Município, bem como sua recuperação e fiscalização pelo Poder Público Municipal e pela Comunidade;
- III - mapeamento das áreas de preservação permanente estabelecidas (APPs) pela legislação estadual e federal e garantindo-as de forma efetiva, com a participação da coletividade;
- IV - saneamento básico e a defesa ambiental como forma auxiliar para atingir os objetivos da saúde pública;
- V - preservação das características paisagísticas da zona rural;
- VI - o incentivo de práticas biológicas próprias ao uso e manejo do solo e a restrição do uso de agrotóxicos ao prévio e obrigatório receituário agrônomo. VII - formação de convênios com órgãos ambientais e afins na esfera estadual e federal.

Art. 115. O Município promoverá:

- I - a implantação de agroindústrias;
- II - co-participação com o Governo do Estado e da União na manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural oficial ao pequeno produtor prioritariamente;
- III - incentivo à organização rural, à racionalização do uso e à preservação dos recursos naturais;
- IV - a melhoria de condições de vida e bem-estar da população rural;
- V - plano de desenvolvimento rural, com assistência técnica e econômica à manutenção da atividade agrícola de subsistência em propriedades de minifúndio;
- VI - reflorestamento preferencialmente às áreas sem potencial para a produção de alimentos e às áreas que necessitam de florestas protetoras.

CAPÍTULO VI**DIRETRIZES URBANAS**

- Art. 116. O Município tem no Plano Diretor o instrumento básico da política urbana a ser executada, visando entre outros aspectos:
- I - política de desenvolvimento urbano objetivando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, dos bairros, dos distritos e sub-distritos, garantindo o bem-estar dos seus habitantes;
 - II - desapropriação das áreas de comprovada especulação imobiliária;
 - III - áreas de atividade rural produtiva;
 - IV - critérios que assegurem a função social da propriedade;
 - V - áreas especiais de interesse social, urbanístico, paisagístico e ambiental;
 - VI - acesso às pessoas portadoras de deficiência física ao transporte público e às edificações;
 - VII - prioridade a pedestres e usuários de serviços de transporte coletivo;
 - VIII - proteção ambiental contra a poluição;
 - IX - adoção política habitacional articulada com o Estado e com a União.

CAPÍTULO VII**DIRETRIZES DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DA FAMÍLIA**

Art. 117. O Município promoverá:

- I - programas que assegurem a convivência familiar ideal com a comunidade;
- II - estímulo às famílias e às organizações sociais para formação moral, cívica, física e intelectual da juventude;
- III - colaboração com as entidades assistenciais que visem a proteção e a educação da criança;
- IV - amparo às pessoas idosas assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida e ao lar;
- V - conscientização de seus munícipes para com a paternidade responsável, divulgando os métodos de planejamento familiar, respeitando a fisiologia e a psicologia;
- VI - colaboração com a União e o Estado para a solução do problema da criança e do adolescente em situação de abandono, risco social ou com desvio de conduta;
- VII - isonomia de tratamento entre a criança rural e urbana;
- VIII - o acesso das crianças carentes ao ensino formal profissionalizante.

CAPÍTULO VIII**DIRETRIZES DO ESPORTE**

Art. 118. É dever do Município, incentivar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de todos, observado:

- I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações quanto a sua organização e funcionamento;
- II - o apoio à promoção prioritária do desporto educacional e, em casos especiais, do desporto de alto rendimento;
- III - o incentivo às manifestações desportivas de tradição local;
- IV - o apoio às entidades organizadas para coordenar e administrar o desporto nas respectivas áreas.

Art. 119. O Município desenvolverá programas de esporte para todos construindo, no âmbito do planejamento urbano e rural, quadras polivalentes para prática dos esportes coletivos.

Art. 120. O Município considera o esporte e o lazer fundamentais ao aperfeiçoamento da Comunidade.

Art. 121. A educação física é de matrícula obrigatória na rede municipal de ensino.

TÍTULO VII**DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 122. REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

Art. 123. REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

Art. 124. REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

Art. 125. REVOGADO PELA ELOM nº 06/2008

Art. 126. O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuição gratuita nas escolas e nas entidades representativas da Comunidade.

Art. 127. Esta Lei Orgânica aprovada pela Câmara Municipal será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 01 de Abril de 2013.

Composição da Câmara de Vereadores - 2004

VEREADOR Presidente Milton Hahn
VEREADOR Vice-Presidente Aloísio Kessler
VEREADOR 1º Secretário Ani Haas
VEREADOR Relator Artemio Scalón
VEREADOR Luiz Carlos Steffenon
VEREADOR Afonso Utzig
VEREADOR Waldemar Weigel
VEREADOR Milton Simon
VEREADOR Francisco Grings

VEREADOR Elisabeth Frantz
VEREADOR Antonio Lauer
Composição da Câmara de Vereadores - 2007

VEREADORA Presidente Elisabeth H.R. Frantz
VEREADORA Vice-Presidente Ani Reichert Haas
VEREADOR 1º Secretário Gelson Luiz Petry
VEREADOR 2º Secretário Nilo A. Ripplinger
VEREADOR Aloisio Kessler
VEREADOR Artêmio A. Scalon
VEREADOR Waldemar Weigel
VEREADOR Milton Hahn
VEREADOR Marino Spies

Composição da Câmara de Vereadores - 2008

VEREADORA Presidente Ani Reichert Haas
VEREADOR Vice-Presidente Otávio José Hofer
VEREADORA 1ª Secretária Elisabeth H.R. Frantz
VEREADOR 2º Secretário Gelson Luiz Petry
VEREADOR Aloisio Kessler
VEREADOR Artêmio A. Scalon
VEREADOR Milton Hahn
VEREADOR Marino Spies
VEREADOR Nilo A. Ripplinger

Composição da Câmara de Vereadores - 2011

VEREADOR Presidente Aloisio Kessler
VEREADOR Vice-Presidente Albano A. Bourscheidt
VEREADOR 1º Secretário Gelson Luiz Petry
VEREADORA 2ª Secretária Ani Reichert Haas
VEREADOR Artêmio A. Scalon
VEREADORA Elisabeth H.R. Frantz
VEREADOR Guido João Soehn
VEREADOR Milton Hahn
VEREADOR Paulino Eidt

Composição da Câmara de Vereadores - 2012

VEREADORA Presidente Ani Reichert Haas
VEREADOR Vice-Presidente Albano A. Bourscheidt
VEREADOR 1º Secretário Paulino Eidt
VEREADOR 2º Secretário Guido João Soehn
VEREADOR Aloisio Kessler
VEREADOR Artêmio A. Scalon
VEREADORA Elisabeth H.R. Frantz
VEREADOR Gelson Luiz Petry
VEREADOR Milton Hahn

Composição da Câmara de Vereadores - 2013

VEREADORA Presidente Ani Reichert Haas
VEREADOR Vice-Presidente Jair Antonio Imich
VEREADOR 1º Secretário Gabriel A. Celuppi
VEREADORA 2ª Secretária Loni S. Heckler
VEREADOR Afonso Utzig
VEREADOR Alcério F. Cardoso
VEREADOR Edgar Hickmann
VEREADOR Marino Spies
VEREADOR Nelson Klein
VEREADOR Nilo A. Ripplinger
VEREADOR Paulino Eidt

Composição da Câmara de Vereadores - 2014

VEREADOR Presidente Jair Antonio Imich
VEREADOR Vice-Presidente Gabriel A. Celuppi
VEREADORA 1ª Secretária Loni S. Heckler

VEREADOR 2º Secretário Marino Spies
VEREADORA Ani Reichert Haas
VEREADOR Afonso Utzig
VEREADOR Alcério F. Cardoso
VEREADOR Edgar Hickmann
VEREADOR Nelson Klein
VEREADOR Nilo A. Ripplinger
VEREADOR Paulino Eidt

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº06/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº06/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, com sede na Rua Jacob Eisenhuth, nº 85, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.475.225/0001-46 e Inscrição Estadual Isento, representada neste ato pelo sócio, o Sr. MARCOS ROBERTO CARRER, portador do CNPF/MF nº 026.133.939-71 e do CI. RG nº 6/R 3.376.733 SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 17/2014 - PROCESSO Nº 160/2014.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço técnico para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e formatação de Plano Integrado de Saneamento Básico, conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital.

VALOR R\$: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 180 (cento e oitenta) dias.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 09 de fevereiro de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSO FEDERAL - REVITALIZAÇÃO AV BEIRA MAR

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSO FEDERAL

O Município de Itapoá-SC, nos termos da Lei Federal 9.452 de 20/03/97, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais que foi creditado no dia 03/02/2015, pelo Ministério do Turismo o valor de R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais), depositado na conta 006647001-4 da Caixa Econômica Federal, agência 033642, referente a parcela do Contrato nº 1.011.235-76, Programa Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, Convênio nº 794921/2013/MTUR objetivando a Revitalização e Modernização da Avenida Beira Mar.

Itapoá, 05 de Janeiro de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
Prefeito Municipal

RESULTADO PARCIAL DA LISTA DE ESPERA DO EDITAL 02/2015 SME PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO – INSCRIÇÃO

RESULTADO PARCIAL EDITAL 02/2015 SME
PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO - INSCRIÇÃO

LISTA DE ESPERA
JOINVILLE NOTURNO

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	VICTÓRIA MARIA GIOVANA CALDEIRA SANTIN	06 ANOS	00 ANOS	N	-	
	PÂMELA FLÔRES DALL AGNOL	05 ANOS	06 ANOS	N	-	
	NARAYENE DIUNÍSIO ALEXANDRE	05 ANOS	05 ANOS	N	660.0	
	MARIANA DOS SANTOS	05 ANOS	04 ANOS	N	380.0	
	ANA CAROLINA DOS SANTOS DA SILVA	03 ANOS	-	N	640.0	
	VICTOR HUGO NASCIMENTO CLAUDINO	03 ANOS	-	N	540.0	
	EMANOELE DE SOUZA SILVA	03 ANOS	-	N	500.0	
	JÉSSICA LANA LEMONIE	03 ANOS	-	N	480.0	
	CRISTIANE DE ARAÚJO GONÇALVES	03 ANOS	-	N	440.0	
	PRICILA JUBANSKI GONÇALVES	03 ANOS	-	N	400.0	
	POLIANE RODRIGUES ALVARENGA	03 ANOS	-	N	340.0	
	ROGEL VIEIRA	03 ANOS	-	N	-	1046/15

	RENATO MATU-CHESKI	03 ANOS	-	N	-	1055/15
	MARIANA DE SOUZA DE GON-SALVEZ	03 ANOS	-	N	-	1062/15
	LUCAS JOSÉ GUI-MARÃES	03 ANOS	-	N	-	1132/15
	HAIMON HENRIQUE SOEIRA	02 ANOS	1 ANO	N	480.0	
	DAR-THAGNAN GERMANO CARVALHO	01 ANO	08 ANOS	N	800.0	
	MICHEL ROCHA NUNES	01 ANO	06 ANOS	N	-	
	RAFAEL CLAUDIO MARCELIO	01 ANO	02 ANOS	N	580.0	
	MARIA ALICE FERREIRA SANCHES	01 ANO	-	N	880.0	
	GISLAINE SCHULTZ	-	11 ANOS	N	-	
	TAWANY COITO SUYAMA	-	7 ANOS	N	-	
	PAOLA NICHELE PIENTA	-	6 ANOS	N	380.0	
	DAIANE ERCEGO ALVES DE ALMEIDA	-	3 ANOS	N	520.0	
	LUCIANA PEDROSO SPRICIGO	-	3 ANOS	N	500.0	
	CARLA MANOELA ROLOFF	-	3 ANOS	N	-	0988/15
	PEDRO DANIEL MARTINS BRITO	-	3 ANOS	N	-	1044/15
	LARISSA PATRYCIA COELHO	-	-	N	-	0987/15
	SOLANGE APARE-CIDA DE CAMARGO MOREIRA	-	-	N	-	1144/15

LISTA DE ESPERA
JOINVILLE NOTURNO DISTÂNCIA- Linha 3042

Ordem	CANDI-DATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desem-pate: Ordem de Protocolo
	KETY JUCIMAR BOR-CHARDT	-	03 ANOS	N	-	1133/15

Itapoá, 12 de fevereiro de 2015.

A Comissão

Cenita Schizzi Dani: _____
 Roseli Gonçalves Pinheiro: _____
 Sandra Regina Fernandes da Silva: _____
 Thays Nascimento Vieira: _____

RESULTADO PARCIAL DOS CLASSIFICADOS EDITAL 02/2015 SME PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO – INSCRIÇÃO

RESULTADO PARCIAL EDITAL 02/2015 SME
PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO - INSCRIÇÃO

CLASSIFICADOS
JOINVILLE MATUTINO

Ordem	CANDI-DATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desem-pate: Ordem de Protocolo
	PATRÍCIA CORRÊA CANDIDO	08 ANOS	03 ANOS	N	700.0	
	JULIA DA COSTA ZANARDI	07 ANOS	04 ANOS	N	-	
	MARCOS SIKORA DE ARAUJO	05 ANOS	06 ANOS	N	640.0	
	JANIFFER DE QUEVEDO	01 ANO	02 ANOS	N	-	
	CLEBERSON IDALÉCIO	-	-	N	-	

CLASSIFICADOS
JOINVILLE NOTURNO DISTÂNCIA - Linha 3042

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	JOARI SOARES ROSA	11 ANOS	-	N	-	1064/15
	ARIANE FERREIRA MACHADO	11 ANOS	-	N	-	1069/15
	JULIANA DE CASSIA NICOLAK DEUNÍSIO	05 ANOS	-	N	520.0	
	ROBERTO DE ALMEIDA	03 ANOS	-	N	-	
	CINTIA BEATRIZ MACHADO PEREIRA	02 ANOS	01 ANO	-	-	
	THAIS CORREA DE LIMA	-	03 ANOS	N	-	1115/15

CLASSIFICADOS
JOINVILLE NOTURNO

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	GEISIANE CALDEIRA	11 ANOS	-	S	580.0	1043/15
	SANDRO MARCELO CAVALLHEIRO	11 ANOS	-	S	580.0	1081/15
	ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CARDOSO	11 ANOS	-	N	860.0	
	CRISLAINE NUNES MARTINDAL	11 ANOS	-	N	640.0	

	LUAN CARLOS GALESKI	11 ANOS	-	N	620.0	
	KETLEN PEREIRA VAZ	11 ANOS	-	N	600.0	
	PAMELA RAYZA SOUZA BATISTA	11 ANOS	-	N	600.0	
	LORRAYNE MADEIRA PITTA	11 ANOS	-	N	580.0	
	KAROLINE HUNIKA FRANCO PINTO	11 ANOS	-	N	560.0	
	PAMELA THAÍS LICHESKI	11 ANOS	-	N	520.0	
	FRANCINE BAPTISTA DOS SANTOS	11 ANOS	-	N	520.0	
	LUCAS MARCHETTI FILLA	11 ANOS	-	N	480.0	
	THIAGO VINÍCIUS DA SILVEIRA	11 ANOS	-	N	400.0	
	DJONATA MAFFEZOLLI ALVES	11 ANOS	-	N	-	
	FRANCIELY CHAGAS DA SILVA	11 ANOS	-	N	-	
	DAIANA DE ALMEIDA STALBAUM	10 ANOS	01 ANO	N	700.0	
	VITÓRIA MARCHETTI FILLA	10 ANOS	01 ANO	N	680.0	
	MATEUS HENK NOGUEIRA	09 ANOS	02 ANOS	S	740.0	
	JOSÉ OTÁVIO ZAMBONI PAESE	09 ANOS	02 ANOS	N	540.0	
	BRUNO AUGUSTO DE SOUZA	08 ANOS	-	N	600.0	

	LUIZ HENRIQUE LOPES	07 ANOS	-	N	680.0	
	JAKLIN JOJAN-NEKE SCHAF-FAZICK	07 ANOS	04 ANOS	N	400.0	
	THAILA GEISY KUBOSKI	07 ANOS	04 ANOS	N	-	

**CLASSIFICADOS
GUARATUBA NOTURNO**

Ordem	CANDIDATO	Tempo de Escolaridade em Itapoá	Tempo de Escolaridade em escola pública (fora de Itapoá)	Bolsista (S) Sim (N) Não	Nota ENEM (Redação)	Desempate: Ordem de Protocolo
	LAYS ELINA DA SILVA GUEIROS PARTIKA	-	03 ANOS	N	-	
	CARLOS ROBERTO DE SOUZA JÚNIOR	-	-	N	-	1108/15
	JOSÉ LUIZ JORDÃO BRAND	-	-	N	-	1159/15

Itapoá, 12 de fevereiro de 2015.

A Comissão

Cenita Schizzi Dani: _____

Roseli Gonçalves Pinheiro: _____

Sandra Regina Fernandes da Silva: _____

Thays Nascimento Vieira: _____

**RESULTADO PARCIAL DOS INDEFERIDOS DO
EDITAL 02/2015 SME PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS
UNIVERSITÁRIO – INSCRIÇÃO**

RESULTADO PARCIAL EDITAL 02/2015 SME

PROCESSO SELETIVO ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO - INSCRIÇÃO

PROTOCOLOS INDEFERIDOS

PROTOCOLOS INDEFERIDOS			
Qdade	Nº	Candidato	Motivo do Indeferimento
	1023/15	Afonso da Conceição Miranda Jr	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1072/15	Amanda Carmi-natti Frizzo	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1091/15	Amanda Cristina Ferraz	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1149/15	Ana Paula Felici dos Santos	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1145/15	Ana Paula Mesquita	Não atende item 2.3 do Edital 02/15: segunda graduação.
	1051/15	Andre Gomes da Silva	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1024/15	Angelo dos Santos Miranda	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1068/15	Cleberon Idalecio	Não atende o Edital nº 02/2015: candidato não é público alvo do edital.
	1136/15	Cleverson Nascimento de Souza	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1157/15	Dalton Eduardo Novais	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1035/15	Diego Kalbusch	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1104/15	Diego Tolfo Mansur	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: fez inscrição para Curso Técnico.

	1160/15	Elaine Cristina Nemoto	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada. Não atende item 2.1 do Edital 02/15: não apresentou Comprovante de Residência de Itapoá.
	1153/15	Elaine Cristine Tessaro	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1105/15	Flavia Rejane Dias Lemonie	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1048/15	Gisele da Silva	Não atende item 3.3.1 do Edital 02/15: não apresentou foto.
	1020/15	Gislaine Pereira Aquino	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1000/15	Gustavo Lenart	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1083/15	Ihago Ihambinski Farias	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1036/15	Jean Paolo Braga da Rocha	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	0989/15	Jéssica Fagundes de Chaves	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1094/15	Jonny Rhitterson Oliveira Neves	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1079/15	Karla Cristina Estevam Daro	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: Fez inscrição para Curso Técnico.
	1005/15	Keven Gulla	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1127/15	Leonardo Célio Pereira	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.

	1077/15	Marcio Giovani Gueseler	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada. Não atende o Edital nº 02/2015: candidato não é público alvo do edital.
	1078/15	Matheus Refosco Comin	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Declaração de Matrícula.
	1098/15	Mayara de Freitas Marcondes	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1060/15	Naiara Pinheiro Bragato	Não atende item 2.1 do Edital 02/15: não apresentou Comprovante de Residência de Itapoá
	1010/15	Nicolas Tiburske	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1090/15	Nicolle Cristina Mota	Não atende item 2.3 do Edital 02/15: segunda graduação.
	1089/15	Paola kaufmann da Silva	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1087/15	Renan Gustavo da Silva Suze	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1014/15	Renato Gabriel Rolim Vieira	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1146/15	Ricardo Bueno	Não atende item 2.3 do Edital 02/15: 2ª graduação.
	1034/15	Tainara Luciana Pilger Neves	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1143/15	Tchesley Cabral Vieira de Azevedo	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.
	1016/15	Valdinei Pacheco	Não atende item 2.2 do Edital 02/15: não apresentou Contrato da Instituição de Ensino Assinada.

Itapoá, 12 de fevereiro de 2015.

A Comissão

Cenita Schizzi Dani: _____
 Roseli Gonçalves Pinheiro: _____
 Sandra Regina Fernandes da Silva: _____
 Thays Nascimento Vieira: _____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO EDITAL Nº 009/2015

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 09/2015

MATEMÁTICA

Class.	Protocolo	Nome
01	01	Marcia Odete da Silva
02	02	Daniele da Silva de Lima

Itapoá, 12 de fevereiro de 2014
 Terezinha Fávaro da Silveira
 Secretária de Educação

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 09/2015

PORTUGUÊS

Class.	Protocolo	Nome
01	01	Luciano dos Santos
02	02	Maria Anita Kuboski Mundel

Itapoá, 12 de fevereiro de 2014
 Terezinha Fávaro da Silveira
 Secretária de Educação

SECRETARIA DE SAÚDE: COMUNICADO LOCAL DA PROVA - EDITAL 003-2015

Itapoá, 12 de Fevereiro de 2015.

COMUNICADO

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA abaixo o local e horário da Prova Objetiva, referente ao Processo Seletivo Simplificado - Edital 003/2015 - Agente Comunitário de Saúde da localidade do Saí Mirim

Data: 22/02/2015.

Local: Escola Municipal Alberto Speck, sito a Estrada Geral S/N; Localidade: Saí Mirim.

Início: 8:30hs com término previsto para às 12:00hs, lembrando que o candidato deve comparecer ao local da prova com 10 minutos de antecedência, munido de documento com foto, conforme item 6.6 do Edital.

Marciane Rech
 Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
 Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
 Agente Administrativo II

TERMO ADITIVO Nº08/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2014. (2º ADITIVO).

TERMO ADITIVO Nº08/2015 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2014. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, o Sr. CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR, portador do CI.RG. nº 4.250.140-7/SC, e do CNPF/MF: 802.858.999.53, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, com sede à Rua Alberto Torres, nº 2001 - sala nº 02, Bairro: Centenário, na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.391.386/0001-63 e Inscrição Estadual nº 255.711.239, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. FERNANDO CESAR VILLAIN, portador do CNPF/MF nº 065.588.199-96 e do CI.RG nº 428155-6-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução 4647,33m2 de pavimentação tipo lajota sextavada, e Urbanização com área total de 1771,39 m2 na Rua Bento Francisco da Silva, localizada no Balneário Itapema do norte, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 10/2014 - PROCESSO Nº 86/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 61/2014, em 90 (noventa) dias corridos contados a partir do dia 26/02/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme

disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº61/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 61/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	
CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR SECRETÁRIO DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA	CONTRATADA EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA FERNANDO CESAR VILLAIN
Testemunhas: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 101/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 101/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 16, 17 E 18 DE FEVEREIRO DE 2015 NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 261 do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado como Ponto Facultativo, nas dependências da Câmara Municipal de Itapoá, nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2015, segunda, terça e quarta-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 12 de fevereiro de 2015.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

3º QUADRIMESTRAL**CAMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ**

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Poder: Legislativo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2014 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.477.566,45	0,00
Pessoal Ativo	1.360.993,86	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	116.572,59	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	20.280,79	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	20.175,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	105,49	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.457.285,66	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1.457.285,66
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		65.607.115,42
% da DESP. COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		2,22
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 06,00%		3.936.426,93
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 05,70%		3.739.605,58
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 05,40%		3.542.784,23

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CAMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ

Data Emissão: 12/fev/2015 Hora de emissão: 01h e 08m

Notas:

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 363, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 363, de 09 de fevereiro de 2015.

Institui Comissão Especial para Organizar e o Processo de Chamada Pública na Secretaria da Educação do Município de Ituporanga.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, de 30 de março de 1990 e a Lei nº 1839, de 31 de janeiro de 2000 e de acordo com as alterações.

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial para organizar e ordenar o Processo de Chamada Pública dos profissionais da educação no quadro dos Admitidos em caráter temporários - ACTs na área do Magistério na Secretaria da Educação, do Município de Ituporanga, a qual será composta pelas Senhoras: Adriana Momm Fernandes, Pâmela Medeiros e Maria Fernanda Nienkötter Müller, sob a presidência da senhora Adriana Momm Fernandes.

Parágrafo Único. A comissão a que se refere este artigo irá perdurar pelo prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogada pelo período que for necessário para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 09 de fevereiro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 364, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 364, de 09 de fevereiro de 2015

Revoga os Decretos nº 325, de 18 de novembro de 2014, que Instituiu Comissão permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde e Decreto nº. 326, de 18 de novembro de 2014, que Instituiu e designou pregoeiro para Comissão permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do art. 65 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 020/08,

CONSIDERANDO, que a Administração Pública pode revogar ou anular seus próprios atos,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado os Decretos nº 325, de 18 de novembro de 2014, que Instituiu Comissão permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde e o Decreto nº. 326, de 18 de novembro de 2014, que Instituiu e designou pregoeiro para Comissão permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 09 de fevereiro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 365, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 365, de 12 de fevereiro de 2015

"Institui e nomeia membros para compor a equipe técnica do Fórum Permanente de Educação e Comissão Permanente de Acompanhamento".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 2.389, de 07 de março de 2012,

DECRETA

Art. 1º - Nomeia os membros para compor à Equipe Técnica do Fórum Permanente de Educação e a Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação da Educação, que será composta por membros titulares e seus respectivos suplentes.

I - Coordenação da Comissão Permanente do Plano Municipal de Educação;

Titular : Solange Aparecida Goedert Petry

Suplente: Márcia Schmidt Fernandes

a)Comissão Permanente de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação;

Adriana Momm Fernandes,

Carícia Bilk Vieira

Janaina Schafer

Luciane Borba Voight

Maria Aparecida Ferreira da Silva

Maria Elena Goulart Sebold

Maria Fernanda Nienkotter Muller

Pâmela Medeiros

Art. 2º Equipe Técnica do Processo de Revisão do Plano Municipal de Educação:

I - Um representante da Secretaria da Administração;

Titular: Maria Angélica Nienkötter Müller

Suplente: Anelore Strube Lima

II- Um representante da Gerência Regional de Educação Estadual;

Titular: Cassiane Laurindo Garcia

Suplente: Maria Etelvina Zen Santana

III - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais;

Titular: Marceli Errardth Westphal

Suplente: Juliana Godinho Demarchi

Titular: Eliza Goedert Mees

Suplente: Rita de Cássia Jacomelli Luchtenberg

Titular: Jane Maria Petri

Suplente: Marise Wulff da Silva

Titular: Jacqueline Sommer da Rocha

Suplente: Bernadete Moraes

Titular: Maria Suzete Ferreira
Suplente: Sidney Hammers

Titular: Patrícia Heurer Voltz
Suplente: Greici Aparecida dos Santos

Titular: Leila Klaumann
Suplente: Janete Borges dos Santos

Titular: Paulo Roberto Ribeiro
Suplente: Maria Marize Kammers Bosio

Titular: Letícia Longen Lombardi
Suplente: Gisele Popenga Francener

Titular: Marciane Katiusci Schmitt
Suplente: Neudeti Marta Schafer Medeiros

Titular: Sandra Minelli May
Suplente: Danieli Wenke Rode

Titular: Vale Regina Claudino
Suplente: Vanessa Hinckel

Titular: Márcia Aparecida Melcher
Suplente: Adriana Espindola

IV- Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

Titular: Sônia Amâncio Martins
Suplente: Silvana Montibeller da Cruz

V- Dois representantes dos pais de alunos das Escolas Públicas Municipais;

Titular : Andréia Coelho Broering

Titular: Keli Ponte Maldaner

Titular : Josiane Cristina Weber

Suplente: Luciléia Eger Vavassori

VI - Um representante do FUNDEB;

Titular: Celso Daniel Boa Ventura

Suplente: Franciele Kuhn

VII- Seis representantes dos professores da Rede Municipal;

Titular: Claudinéia Montibeller

Suplente: Carmelita Dal Pont

Titular: Angelita Mees Frutuoso

Suplente: Maristela Mees Rosa

Titular: Helena de Moraes Sens

Suplente: Sandra Regina de Souza Tomazoni

Titular: Mario Errath

Suplente: Ana Paula Abreu

Titular: Cleonice Nogueira

Suplente: Anita Terezinha da Silva

Titular: Nilva Irene Finta Krull

Suplente : Bernardina Garcia Rengel

VIII - Quatro representantes dos professores da Rede Estadual;

Titular: Valmor Krieger

Titular: Maria Rosmery Damann

Titular: Muriel Clasen dos Santos Eyng

Titular: Rosi Martendal

IX- Um representante dos Diretores das Escolas Particulares;

Titular: Janete Schmitz
Suplente: Valéria Borba

X - Um representante da Secretaria de Assistência social;

Titular: Ana Lúcia Alves Vieira

Suplente: Alessandra Hoffmann Moratelli

XI - Um representante da Polícia Militar;

Titular: João Soares da Rocha Filho

Suplente: Sidnei Will

XII- Um representante da Secretaria Municipal da Saúde;

Titular: Aglais Moraes

Suplente: Luis Carlos Suzzena

XIII- Um representante do Conselho Tutelar;

Titular: Vilma Hasse

Suplente: Corina Ludvig Steinbach

XIV- Um representante da Educação Especial da Rede Municipal;

Titular: Andréia Dooze Vieira

Suplente: Ester Aparecida Alves Klaumann

XV- Um representante de Instituição de Ensino Superior;

a)UNIDAVI

Titular: Jaison Rosa

Suplente: Luciana Hoffmann

b)CLICK SOLUÇÕES

Titular: Jeancarlo Souza

Suplente: Iraci Hames Souza

c)UNICESUMAR

Titular: Lucimara Longem

Suplente: Maria Etelvina Zen Sant'Ana

XVI- Um representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular: Marli Melcher Rosa

Suplente: Isaurea Martini dos Santos

XVII- Um representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Titular: Dulce Maria Franciozi

Suplente: Elionar Claudia Petris

XVIII- Um representante do Departamento de Cultura;

Titular: Édio Daniel Fernandes

Suplente: Sandra Terezinha Ferreira Melo

XIX- Um representantes do Conselho da Comunidade;

Titular: Isabel Cristina Grah

Suplente: Marinelma Michels

XX- Um representante da 3ª Idade;

Titular: Nilva Senen Longen

Suplente: Terezinha Luis

Art. 3º - Compete a Comissão Permanente do PME- Plano Municipal de Educação:

I - Coordenar o processo de acompanhamento, avaliação, revisão e emendas do PME;

II - Orientar os professores Públicos e a iniciativa privada na realização dos objetivos e emendas do PME;

III - Empenhar-se na mobilização e divulgação do PME;

IV - Planejar e coordenar a realização do PME, bem como divulgar as suas deliberações;

V - Oferecer suporte técnico às escolas e entidades educacionais para revisão do PME;

Art. 4º - Compete a Equipe Técnica Permanente do PME- Plano Municipal de Educação:

I-Discutir,acompanhar, avaliar e revisar o PME.

Art. 5º - A Comissão Permanente do Fórum de Educação e a Equipe Técnica do Processo de revisão do PME, não serão remunerados, sendo seu trabalho pautado no entendimento de Gestão democrático.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de fevereiro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

SOLANGE APARECIDA GOEDERT PETRY

Secretária da Educação

DECRETO Nº 366, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO N.º 366, de 12 de fevereiro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do art. 65, da Lei Orgânica do Município e com a Lei nº 2.342, de 21 de dezembro de 2010. DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída de forma permanente, a Comissão que dispõe sobre os procedimentos para realização do transporte escolar de alunos matriculados na rede pública de ensino do município de Ituporanga, com a finalidade de disciplinar e regular as rotinas e procedimentos para gerenciamento e controle do Transporte Escolar, a fim de garantir a segurança e o bem-estar dos usuários.

Art. 2º. A comissão de que trata o art. 1º deste Decreto será composta pelos seguintes membros:

a)Representantes da Secretaria da Educação:

Solange Aparecida Goedert Petry

Adriana Momm Fernandes

Maria Elena Goulart Sebold

Márcia Schmidt Fernandes

Luciane Borba Voight

Pâmela Medeiros

b)Representantes do Conselho Municipal da Educação

Mário Errath - Titular

Isaurea Martini dos Santos - Suplente

c)Representantes da Secretaria do Desenvolvimento Regional SDR:

Maria Etelvina Sant'Ana - Titular

Daniel Phillipe - Suplente

d)Representantes do Transporte Escolar:

Ademir Klaumann - Titular

Arni Lichtenfels - Suplente

e)Representantes do Conselho do Fundeb:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal e Secretaria da Educação;

Carícia Bilk Vieira- Titular

Maria Fernanda Nienkötter Muller- Suplente

Bruna Rudolfo - Titular

Luis Augusto Wagner Scheeren - Suplente

II - Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais;

Rita de Cássia Souza Pereira - Titular

Lídia de Medeiros - Suplente

III - Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais;

Eliza Goedert Mees - Titular

Marceli Errath Wesphal - Suplente

IV - Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Públicas Municipais;

Cátia Staloch - Titular

Keyla Dias do Nascimento Nogueira - Suplente

V - Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais;

Celso Daniel Boaventura - Titular

Clara Regina Kuhn Duarte - Suplente

Franciele Hoepers - Titular

Mariza dos Santos Freitas Mello - Suplente

VI - Representante do Conselho Tutelar;

Corina Ludvig Steinbach - Titular

Rosângela Aparecida França Wiese - Suplente

VII - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública;

Geneilson Guimarães Souza - Titular

Osmarina Terezinha Espíndola - Suplente

Euclesionei Foster - Titular

Marise Eger Antunes - Suplente

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 12 de fevereiro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

SOLANGE APARECIDA GOEDERT PETRY

Secretária da Educação

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02/2015 PARA ORÇAMENTO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

CHAMAMENTO PÚBLICO nº 02/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 10h00min do dia 11 de março de 2015, Chamamento público, objetivando o "levantamento de valores para futura contratação de empresa jurídica técnica especializada em assessoria administrativa em adequação e recuperação econômica/financeira, no pagamento das tarifas de energia elétrica, com a conferência dos valores pagos a maior na verificação dos contratos de cada unidade consumidora e acompanhamento mensal de redução da tarifa por reenquadramento, nos termos da redação de Resoluções Normativas da ANEEL". - de 120 Unidades Consumidoras - UCs. Maiores informações poderão ser direcionadas ao Departamento de Patrimônio, sito a Rua Joaquim Boeing, nº 40, Centro - Ituporanga, por telefone (47) 35331211 ou pelo endereço eletrônico:

bruna_prefeituraituporanga@hotmail.com, em horário comercial.
Ituporanga, 13 de fevereiro de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

EDITAL DE PREGÃO 02/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 150 CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº02/2015

Processo: 02/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 150 CESTAS BÁSICAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 02 de março de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 02 de março de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 13 de fevereiro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL DE PREGÃO 03/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PÃES PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº03/2015

Processo: 03/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PÃES PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 03 de março de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 03 de março de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 13 de fevereiro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL Nº 019/2015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

EDITAL Nº 019/2015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Edital nº. 002/2014"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 002/2014 CONVOCA os candidatos relacionados nos Anexos I e II, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, nº 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 10/02/2015 a 11/03/2015 e do horário das 8h às 12h e das 14h às 17h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 dos Editais nº. 001/2014 e 002/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado os candidatos aprovados convocados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº. 020, de 17 de dezembro de 2008.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 09 de fevereiro de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

ANEXO I

EDITAL Nº. 02/2014

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS:

CARGO: Professor Educação Infantil (40h)

Além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014, apresentar Diploma de conclusão do curso em Licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil.

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
34	Eime das Graças Oliveira

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2015 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, que CONVOCA para Nomeação e posse no Serviço Público Municipal, os aprovados em Concurso Público nº 001/2014, conforme classificação, para comparecer à Secretária Municipal de Administração, Departamento Pessoal, para efetivar a nomeação e posse. A contar da presente data passam a valer os prazos previstos na Lei n. 245/2000. Solicitamos o comparecimento antecipado do candidato no Departamento Pessoal para regulamentação do Ato. Os abaixo convocados, tornam-se ciente dos prazos acima citados.

ANEXO I DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Agente de Defesa Civil Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
6	30215	1º.Bráz Pereira Moro	03/02/1979
Auditor Fiscal Ensino Médio Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
49	29887	1º.Gislene Recco De Araujo Onorio	03/02/1981
46	29890	2º.Denize Gonçalves Cararo	13/01/1980
Auditor Sanitário Ensino Médio Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
70	34724	1º Tamara Belletini Munari	01/03/1991
Auxiliar Administrativo Ensino Médio Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
79	25433	1º Samuel Selau Da Cunha	18/08/1989
73	34502	2º Laura Kochhann Trikeis	22/09/1996
75	30593	3º Lisiane Bratti Rosso	08/08/1985
78	34700	4º Richard Cunha Cardoso	17/05/1996
Auxiliar de Biblioteca Ensino Médio Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
89	34586	1º Leocir Bristot	24/06/1965

Auxiliar de Ensino | Ensino Médio Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
200	25162	1º.Ronaldo Fernandes	11/09/1972
114	26639	2º.Daniela Sartor Paulino	29/06/1986
99	29960	3º.Angélica De Bitencourt Candeo Apolinario	22/06/1983
209	26922	4º.Simone Mateus Réus Vieira	19/07/1989
144	25782	5º.Janaina Montovani Manarin	17/12/1992
190	34543	6º.Mirdes Bohn	11/05/1982
132	32333	7º.Fabiane Borges Martins Gabriel	05/07/1985
130	29917	8º.Elisabete Antônio Rodrigues	09/12/1984
198	24770	9º.Pricila De Fáveri Candiotto De Melo	11/04/1985
223	30528	10º.Vilma Antoneli Furlaneto	23/11/1968
179	29126	11º.Maria Terezinha Zanatta	01/10/1979
101	25855	12º.Angelita Bada Ronconi	14/03/1982
180	24596	13º.Mariana Montovani Manarin Monteiro	03/12/1984
161	30358	14º.Liezer Piva Pereira	22/08/1985
168	31105	15º.Lucila Brogni Albuquerque	26/01/1988
139	33091	16º.Gerusa Zanatta De Oliveira	17/03/1986
189	23868	17º.Michelle Do Rocio Costa De Oliveira	10/08/1980
145	29821	18º.Janete Pelissari Prestes Goulart	09/09/1976
95	24545	19º.Aline Frassetto Borges	30/11/1993
213	26422	20º.Susana Schmidt Ranakoski (vaga deficiente)	10/06/1984
123	24383	21º.Edlaine De Melo Recco	27/04/1995
207	34295	22º.Seloir Gomes Machado	28/03/1974
212	25829	23º.Suelen Titoni Elias	03/08/1990
178	27069	24º.Maria Roselani Baesso	25/03/1962
170	33509	25º.Marcia Maria De Farias Zanatta	04/07/1979
154	25282	26º.Juliana Arminda Borges Tuon	02/11/1983
204	26481	27º.Roseli Cambruzzi De Borba	20/06/1996

Auxiliar de Mecânico | Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
229	28767	1º Mateus Nascimento Borges	08/03/1995

Auxiliar de Serviços Gerais | Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
232	32909	1º Edilane Mezzari Gomes	06/01/1986
234	23307	2º Gerusa Dos Santos Monteiro	25/08/1996
240	23666	3º Teresinha De Oliveira Monteiro	20/04/1962
235	23472	4º Ionir Terezi-nha Bratti Sartor	24/08/1962
243	28426	5º Vorlei Darabas Policarpo	01/10/1966
239	34334	6º Sabrina Lucia-no Elias	27/07/1995
241	30521	7º Valdecir Darabas Policarpo	06/08/1960
238	31241	8º Luiz Vanio Vieira Dos Santos	11/09/1989

Carpinteiro | Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
244	30832	1º João Batista Dos Santos Paulo	10/03/1990

Contador | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
253	30224	1º.Katiane Da Cunha Mafioleti	10/10/1987

Enfermeiro | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
267	31166	1º Renato Bellet-tini Bristot	30/10/1980

Engenheiro Agrimensor | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
271	26831	1º Anderson Fernando Rocha	13/06/1986

Engenheiro Civil | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
277	24843	1º Evandro Boff De Mello	21/04/1965

Fiscal de Desenvolvimento Municipal | Ensino Médio Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
281	34754	1º Alan De Noni Dos Santos	29/08/1995

Fisioterapeuta | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
295	24166	1º Luana Gracieli Bettiol	21/03/1988
292	34524	2º Jonas Américo Walther	16/03/1982

Fonoaudiólogo | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
297	29893	1º Gabriela Sala Bianchini	04/08/1988

Médico Veterinário | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
301	31403	1º Moacir Vieira Semprebon Júnior	25/07/1990

Mecânico | Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
303	34591	1º Ramon Mezzari Elias	09/03/1997
302	31153	2º Hilario Anelli	13/01/1959

Motorista | Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
331	24420	1º.Sander Fonta-na Tomasi	17/12/1971
325	29147	2º.Julio Cesar Mario Da Silva	03/04/1977
332	25717	3º.Valdomiro Dos Santos	23/12/1975
330	30009	4º.Rafael De Quadros Moretto	18/02/1980
317	24425	5º.Jailson Dos Santos Poko-maier	06/10/1986
304	30465	6º.Adriano Bere-znicki	10/03/1998
306	27999	7º.Antonio Jose De Bitencourt	16/09/1960
319	23872	8º.Joao Paulo Burin Bristot	27/09/1990
315	28419	9º.Hildo Giusti	18/06/1962
309	27102	10º.Eder Mota Ferreira	11/10/1983
324	33446	11º.Jucinei Medeiros Dos Santos	02/03/1976

Nutricionista (20h) | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
337	25632	1º Flávia Da Rosa Silveira	10/12/1992

Nutricionista (40h) | Ensino Superior Completo

Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
346	34815	1º Rubia Furlanetto De Souza	04/01/1985
Odontólogo Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
350	32212	1º Bruna Casagrande Cechella	01/12/1988
Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
356	32820	1º Evani Alves	04/04/1981
357	29807	2º Normelio Tramontin	28/09/1964
Operador de Máquinas Pesadas Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
369	26849	1º.Tiago Candido Darabas	18/12/1990
363	31871	2º.João Antonio Dos Santos	24/03/1991
359	23969	3º.Ademir Possamai	05/09/1966
368	25438	4º.Lourivaldo De Medeiros Elias	03/04/1958
360	32948	5º.Carlo Dolizete Paulino	02/05/1973
361	31783	6º.Claudionor Nicoleti	01/12/1966
364	24551	7º.Joelson Morgerot Policarpo	23/04/1974
365	28855	8º.Jonas Da Cruz	21/08/1976
362	25739	9º.Everaldo Alexandrino	08/12/1975
Pedreiro Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
372	27205	1º Amarildo Saviato Tramontin	19/05/1967
371	30744	2º Alexandre Mauro Dos Santos Da Silva	12/06/1969
Professor de Artes (20h) Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
378	32662	1º Tanya Ribeiro Schaukoski	06/01/1994
Professor de Educação Infantil Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
395	26367	1º.Jucimar Gomes Tomaz	25/07/1980
392	27960	2º.Grasiela De Carvalho Dagoistin	02/02/1979

389	25770	3º.Doralice Fabiana Pokomaier De Betio	24/10/1977
Professor de Espanhol Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
407	24369	1º Giseli Terezinha De Souza Verones	12/12/1980
Psicólogo Ensino Superior Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
420	23823	1º Tiago Matias Vitali	06/02/1986
Servente Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
456	23754	1º.Valdete Tonetto Salvaro	14/08/1970
428	24778	2º.Cristiane Vieira	10/12/1994
440	24421	3º.Jane Beatriz De Souza Elias	02/11/1978
429	29992	4º.Danúbia Bárbara De Assunção Laurindo	22/06/1987
442	27188	5º.Jucimara Cardoso Votri Bellettini	03/07/1983
444	26357	6º.Lucimar Lentz De Carvalho	03/02/1984
423	25281	7º.Aline Pereira Rocha	08/09/1988
453	24269	8º.Rosane Mezzari	01/01/1900
433	24782	9º.Elenice Paraol Possamai	30/06/1968
425	25451	10º.Bernadina Jesus Da Rosa	06/07/1974
422	31874	11º.Adriane Dos Santos Bormann	01/03/1976
441	31781	12º.Joice Teresinha Silveira	12/01/1985
446	25000	13º.Madalena José Monsani	21/08/1960
449	24184	14º.Marilda Da Rocha Pereira Titoni	22/05/1964
448	29315	15º.Maria De Fatima Prestes	08/11/1965
443	24089	16º.Luciléia Mateus Da Silva De Aguiar	26/12/1974
436	25825	17º.Elisandra De Carvalho Monteiro Bettiol	26/02/1976
426	23899	18º.Cleonice Gomes Clarinda	21/11/1976
438	23293	19º.Giane Dos Santos Monteiro	11/01/1982

Técnico de Enfermagem Ensino Médio Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
473	28920	1º.Mônica Dorde- te De Freitas	27/08/1985
475	32814	2º.Patricia Mota De Quadros	29/04/1978
461	24681	3º.Dihessica Dos Santos Bozello	17/05/1991
Vigia Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
492	23312	1º.Rafael Henri- que Maria	13/01/1989
485	32826	2º.Adão Erni Ve- lho De Castilhos	01/03/1955
490	28839	3º.Osmar Dorva- lino Machado	14/07/1955
489	30655	4º.Magno Olivei- ra Homem	25/04/1995

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacinto Machado (SC),
em 04 de fevereiro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado a presente Homologação nesta Secretaria,
na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 1, 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre nomeação dos membros para compor as Comissões
Permanentes da Câmara Municipal de Jacinto Machado.

Art. 1º Ficam nomeados os Vereadores abaixo relacionados para
compor às Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Jacinto
Machado, cujo mandato tem início em 9 de fevereiro de 2015 e
se encerra em 31 de dezembro de 2016, conforme se estabelece:

I - Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:

Laudir Possamai-Presidente
Valdir Furlanetto-Vice-Presidente
Vilmar Nardi Pereira-Membro
Joci Gomes-Membro
José Francisco de Aguiar - Membro

II - Comissão de Finanças e Orçamento:

Vanio de Melo-Presidente
Vilmar Nardi Pereira-Vice-Presidente
José Talau-Membro
Moacir Candiottto-Membro
Valdir Furlanetto-Membro

III - Comissão de Obras e Serviços Públicos:

José Francisco de Aguiar -Presidente

Moacir Candiottto-Vice-Presidente

José Talau-Membro

Vilmar Nardi Pereira-Membro

Vanio de Melo-Membro

IV - Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social:

Joci Gomes-Presidente

Valdir Furlanetto-Vice-Presidente

José Francisco de Aguiar -Membro

José Talau-Membro

Vilmar Nardi Pereira-Membro

V - Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente:

Valdir Furlanetto-Presidente

Vanio de Melo-Vice-Presidente

José Francisco de Aguiar-Membro

Laudir Possamai-Membro

Joci Gomes-Membro

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado:

I - a Resolução nº 1, de 4 de fevereiro de 2013.

Jacinto Machado, 10 de fevereiro de 2015; 56º da Instalação da
Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPÓLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se;

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)

Primeiro Secretário

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 2, 10 de fevereiro DE 2015

Altera os arts. 20 e 21 da Resolução nº 8, de 31 de julho de 2014,
que institui o Programa Câmara Mirim no âmbito da Câmara Muni-
cipal de Jacinto Machado.

Art. 1º Os arts. 20 e 21 da Resolução nº 8, de 31 de julho de 2014,
passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. A sessão solene de instalação será realizada no mês de
março do ano seguinte ao de realização do concurso de redação,
em dia e horário a serem definidos pela presidência da Câmara,
onde os Vereadores Mirins prestarão o compromisso de posse e
escolherão, mediante votação, os componentes da Mesa Diretora
da Câmara Mirim, ficando automaticamente empossados.

Art. 21. O programa Câmara Mirim terá duração anual, iniciando-
se no mês de março do ano seguinte ao de realização do concurso
com a posse dos Vereadores Mirins e eleição da Mesa Diretora,
bem como se reunirão em sessão ordinária no Plenário Vereador
Bonifácio Bratti da Câmara Municipal, no mínimo, uma vez por
mês, findando-se o mandato no mês de dezembro do mesmo ano,
com a escolha dos novos Vereadores Mirins".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 10 de fevereiro de 2015; 56º da Instalação da
Câmara de Vereadores.

Vereador DANIEL HIPÓLITO (PSDB)
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador VANIO DE MELO (PMDB)

Primeiro Secretário

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 4/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2015/PMJ

Objeto: contratação de serviços especializados para a realização de Teste Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, de Engenheiro Agrônomo e Advogado para atuarem junto à Gerência de Meio Ambiente e à Procuradoria Geral do Município. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 02/03/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 02/03/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828/3527-8805 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 12 de fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

EDITAL N. 001/2015/CMDCA

EDITAL N. 001/2015/CMDCA PARA MANDATO TAMPÃO DO CONSELHO TUTELAR DE JOAÇABA

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO DE ESCOLHA DE MANDATO EXTRAORDINÁRIO "TAMPÃO" DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE JOAÇABA, ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ivone Zanatta, Juliana Chiamulera e Renan Zilio, integrantes da Comissão Eleitoral e Cheila Sacchetti, Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, e com base nas Leis Federais nº 8069/1990, 12.696/12, na Lei Municipal n. 158/2007 e na Resolução n. 001/2015 do CMDCA, tornam público este Edital que determina realização de processo eleitoral para escolha de CONSELHEIROS TUTELARES PARA O PRAZO EXTRAORDINÁRIO desde a data da posse até 09.01.2016, para o Município de Joaçaba.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, incluindo seleção prévia e eleição, a Comissão Eleitoral, constituída através da reunião do CMDCA ocorrida no dia 12.02.2015, com a seguinte composição: Presidente: Ivone Zanatta e Membros: Juliana Chiamulera e Renan Zilio.

Art. 2º - Compete a Comissão Eleitoral:

- Organizar, coordenar e executar o processo eleitoral em todas as suas etapas, para escolha dos membros do Conselho Tutelar;
- Elaborar o edital, a prova escrita, gabarito, responder a todos os recursos e impugnações;
- Providenciar espaço físico e fiscais para a prova;

d) Receber e processar toda a documentação referente ao processo eleitoral;

e) Providenciar espaço físico e organizar a eleição indireta.

f) Decidir os casos omissos.

Art. 3º - A presente eleição tem como finalidade a posse imediata de 02 (dois) Conselheiros Tutelares, sendo que os demais classificados ficarão como suplentes, podendo ser chamados e empossados, em caso de necessidade, para ocupar mandato tampão até 09.01.2016.

Art. 4º - A escolha dos membros do Conselho Tutelar para o mandato tampão ocorrerá pela apresentação de Certificado de Curso de Informática no momento da inscrição, atingimento de nota mínima (5,0) na prova escrita e posterior submissão dos classificados à eleição indireta, mediante voto secreto, na qual votarão os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com a fiscalização do Ministério Público.

Art. 5º - O quórum mínimo para validação do pleito é 2/3 dos membros do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

II - DAS ETAPAS

Art. 6º - O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares se realizará em três etapas classificatórias e eliminatórias:

a) 1ª etapa: inscrição;

b) 2ª etapa: prova de conhecimentos específicos (ECA), composta por prova escrita.

c) 3ª etapa: eleição.

Da Inscrição

Art. 7º - A candidatura à Conselheiro Tutelar será individual.

Art. 8º - São requisitos para inscrição como candidato a membro do Conselho Tutelar:

a) Reconhecida idoneidade moral;

b) Idade superior a vinte e um anos;

c) Residir no Município de Joaçaba - SC;

d) Estar em gozo dos direitos civis e políticos;

e) Ter conhecimentos básicos em informática, com apresentação de certificado de no mínimo 20h aula.

f) Possuir nível médio de escolaridade.

g) Não poderão inscrever-se candidatos que possuam vínculo de parentesco até 3º grau com a Comissão Eleitoral ou o CMDCA.

Art. 9º - Os interessados formalizarão o pedido de inscrição no protocolo central da Prefeitura de Joaçaba, sito à Av. XV de Novembro, 378 - Joaçaba, sem pagamento de taxa de inscrição, apresentando:

a) Formulário de inscrição (modelo anexo) devidamente preenchido e assinado;

b) Cópia de documento de identificação com foto, acompanhado do original para conferência, (RG, ou Cédula de Identidade de Classe Profissional ou Carteira Nacional de Habilitação com foto);

c) CPF (original e cópia);

d) Título Eleitoral (original e cópia);

e) Comprovante de votação na última eleição ou de justificação (original e cópia);

f) Deverá ser apresentado um comprovante que demonstre a residência em Joaçaba. Serão admitidos cópia de conta de água, luz, telefone ou declaração com firma reconhecida em cartório;

g) Certidão negativa de antecedentes criminais fornecidos pelo Fórum da Comarca de Joaçaba e Justiça Federal de Joaçaba;

h) Certidão do Cartório da Zona Eleitoral local, de estar em gozo dos direitos políticos;

i) Comprovante de conclusão do ensino médio;

j) Certificado de informática com no mínimo 20 horas;

Art. 10 - O protocolo do pedido de inscrição implica por parte do candidato no conhecimento e aceitação de todos os termos do presente edital e em prévia aceitação do cumprimento do que estabelece a Lei Federal 8069/90 e 12.696/12; Lei Municipal n. 158/2007 e Resolução n. 001/2015/CMDCA.

Parágrafo único: O candidato deverá manter atualizado seu

endereço desde a inscrição até a publicação dos resultados finais, junto à Comissão Eleitoral.

Art. 11 - O pedido de inscrição que não atender as exigências deste Edital será cancelado, bem como anulados todos os atos dele decorrentes.

Art. 12 - Será admitida a inscrição de forma pessoal ou por procuração, acompanhada de documento de identificação do Outorgado.

Art. 13 - Terminado o prazo para o registro de inscrição, será publicada a relação dos candidatos no site oficial do Município www.joacaba.sc.gov e no Diário Oficial dos Municípios.

§ Único - As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela Comissão Eleitoral no prazo previsto no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

Da prova escrita

Art. 14 - O candidato deverá comparecer à prova escrita, que será realizada no dia 08.03.2015 das 08h30min às 11h30min, no Centro de Educação Roberto Trompowski, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de:

- a) Comprovante de inscrição;
- b) Documento de identificação (RG, CNH ou Carteira de Identificação Profissional com foto)
- c) Caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

Art. 15 - Durante as provas, não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, comunicação entre os candidatos e utilização de máquina calculadora, relógio de pulso digital, boné, chapéu, gorro, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, ou de qualquer material que não seja o descrito no artigo anterior.

Art. 16 - O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal.

Art. 17 - A aplicação da prova deverá ter a duração de 03 (três) horas, sendo que o candidato só poderá retirar-se da sala depois de decorrida 01 (uma) hora do início da prova.

Art. 18 - Em cada uma das salas de aplicação das provas haverá pelo menos 02 (dois) fiscais, sendo 01 (um) representante da Comissão Eleitoral e 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 19 - Será automaticamente excluído dessa etapa do Processo Seletivo o candidato que:

- a) Apresentar-se após o horário estabelecido;
- b) Não apresentar um dos documentos exigidos nos incisos do art. 14 deste Edital;
- c) Não comparecer à prova, conforme convocação oficial seja qual for o motivo alegado;
- d) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- e) For surpreendido em comunicação com outras pessoas por qualquer meio, ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;
- f) Lançar mão de meios ilícitos para executar a prova;
- g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

Art. 20 - A prova terá caráter eliminatório, será de múltipla escolha, cujo conteúdo programático é o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo 40 questões, sendo que cada questão correta vale 0,25 ponto.

§ Único. A nota da prova escrita será obtida através do número de questões corretas multiplicado por 0,25 (zero vírgula vinte e cinco).

Art. 21 - O CMDCA divulgará o gabarito provisório, o qual poderá ser objeto de recurso na data prevista no Anexo I e posteriormente o definitivo e a relação de todos os candidatos que atingiram a nota mínima, qual seja, 5,0 pontos, os quais passarão em situação de igualdade para a etapa seguinte, independente da nota obtida.

§ 1º Caberá recurso à Comissão Eleitoral contra os resultados das notas, no prazo previsto no Anexo I.

§ 2º Após o julgamento dos recursos, a Comissão Eleitoral publicará a relação dos candidatos habilitados a concorrer ao pleito no

site oficial www.joacaba.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 22 - Estarão habilitados a concorrer aos cargos de Conselheiro Tutelar todos os candidatos que atingirem a nota mínima de 5,0 pontos, não havendo classificação por nota.

Da eleição

Art. 23 - O processo eleitoral dar-se-á através de votação em cédula e urna física, de papel, sendo que na cédula de votação constarão os nomes de todos os candidatos que atingiram nota igual ou superior a 5,0 na prova escrita.

Art. 24 - No local de votação os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Eleitoral, com a apresentação oral de no máximo três minutos para cada candidato classificado para ser votado.

§ 1º Após a apresentação os candidatos deverão retirar-se do local para que se proceda a eleição.

§ 2º Cada Conselheiro do CMDCA tem direito a votar em apenas um único candidato.

§ 3º Não havendo suplentes eleitos, será realizada nova votação para eleição dos mesmos logo após a apuração dos votos.

Art. 25 - A apuração se iniciará imediatamente após o término da eleição, no mesmo local da votação.

III - DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 26 - A Comissão Eleitoral proclamará o resultado do pleito, por ordem decrescente de votos, sendo que os dois mais votados serão convocados para tomar posse após a conclusão do presente processo eleitoral, e os demais classificados ficarão como suplentes, para se necessário, exercerem mandato tampão até 09 de janeiro de 2016.

§ Único. Se houver empate no número de votos, será considerado eleito o candidato com a maior nota na prova escrita.

Art. 27 - Após a proclamação do resultado da eleição, caberá recurso na forma do Anexo I, o qual será analisado pela Comissão Eleitoral, que emitirá a decisão e comunicará o CMDCA para edição de Resolução com o resultado final, publicando no site oficial www.joacaba.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 28 - Os candidatos eleitos e proclamados nos termos deste Edital serão convocados e empossados em data fixada pelo CMDCA, devendo assumir o cargo no prazo de até 10 dias.

IV - DOS RECURSOS

Art. 29 - Qualquer entidade ligada à área de defesa dos direitos ou atendimento à criança e adolescente ou qualquer cidadão, poderá impugnar perante a Comissão Eleitoral qualquer candidatura, no prazo de impugnação de inscrições previsto no Anexo I deste edital, mediante a apresentação de petição acompanhada das respectivas provas de que a candidatura impugnada não atende requisitos estabelecidos neste edital.

§ 1º O candidato impugnado poderá apresentar contestação à impugnação, no previsto no cronograma (Anexo I), sendo que a Comissão Eleitoral decidirá no prazo deste edital.

V - DA REMUNERAÇÃO

Art. 30 - Os Conselheiros Tutelares, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população, obedecerão ao calendário municipal e funcionarão nos dias úteis, no horário de segunda a sexta-feira 7:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30, dispondo seu Regimento Interno sobre a organização de plantões.

Art. 31 - O Conselheiro Tutelar fará jus ao subsídio de R\$ 1.515,55 (um mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos).

Joaçaba(SC), 13 de fevereiro de 2015.

Comissão Eleitoral Presidente do CMDCA

ANEXO I
CRONOGRAMA PREVISTO SUJEITO A ALTERAÇÕES.

ATOS	DATAS
Publicação do Edital	13/02/2015
Período de Inscrições	13/02 a 02.03.15
Divulgação da Homologação das Inscrições	03.03.2015
Recursos quanto às Inscrições/ Impugnação inscrições (art. 29 do edital)	04.03.2015
Contestação à impugnação (art. 29 do edital)	05.03.2015
Homologação Final das Inscrições	06.03.2015
Realização da Prova – 08h30min às 11h30min Prédio do CERT- Centro de Educacional Roberto Trompowsky	08.03.2015
Divulgação do Gabarito Provisório	09.03.2015
Recursos quanto ao Gabarito	10.03.2015
Divulgação do Gabarito Oficial	12.03.2015
Divulgação dos Aprovados	13.03.2015
Recursos quanto à Classificação	16 e 17/03/2015
Divulgação da Classificação Final do Processo de Escolha (após recursos)	19.03.2015
Homologação do Resultado Final do Processo de Escolha	20.03.2015
Eleição Indireta, escrutínio, divulgação do resultado – início às 14 horas na antiga Câmara de Vereadores. (Avenida XV de Novembro, nº 378)	25.03.2015
Recuso do resultado da eleição	26.03.2015
Divulgação resultado final e encaminhamento ao CMDCA para elaboração de Resolução	27.03.2015

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO PARA MANDATO TAMPÃO DO CONSELHO TUTELAR - EDITAL Nº 001/2015/CMDCA			
Número da Inscrição:			
Formação:			
Nome do Candidato(a):			
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: Masc. () Fem. ()	
	____/____/____		
CPF nº:	Título Eleitoral nº:		
Estado civil: () – Casado(a) () – Divorciado(a) () Viuvo(a)			
Endereço:	Bairro:		
			Fone: ()
Município:	Estado:		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas neste Edital, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.			

Local e data:	Assinatura do Candidato:
---------------	--------------------------

Via da Prefeitura

.....

INSCRIÇÃO PARA MANDATO TAMPÃO DO CONSELHO TUTELAR - EDITAL Nº 001/2015/CMDCA			
Número da Inscrição:			
Formação:			
Nome do Candidato(a):			
Identidade:	Data de Nascimento:	Sexo: Masc. () Fem. ()	
	____/____/____		
CPF nº:	Título Eleitoral nº:		
Estado civil: () – Casado(a) () – Divorciado(a) () Viuvo(a)			
Endereço:	Bairro:		
			Fone: ()
Município:	Estado:		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas neste Edital, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.			
Local e data:	Assinatura do Candidato:		

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 001/2015

Estabelece regras a serem adotadas em caráter emergencial para eleição e posse imediata de dois Conselheiros Tutelares; cria a Comissão Eleitoral responsável pelo processo eleitoral extraordinário e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução nº 152/2012 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre as diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da lei 12.696/12.

CONSIDERANDO a Resolução nº 004/2012 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamenta o processo dos Conselheiros Tutelares no Município de Joaçaba, mandato 2012/2015.

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2012 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a posse dos novos membros do Conselho Tutelar de Joaçaba, gestão 2012/2015.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 158/2007 e suas alterações.

CONSIDERANDO o desligamento das conselheiras tutelares Daiani Cristina Samora Hoff e Tânia Maria Schneider.

CONSIDERANDO que os suplentes nomeados não assumiram o cargo de Conselheiro Tutelar quando convocados.

CONSIDERANDO que obrigatoriamente o Conselheiro Tutelar de Joaçaba deve ter cinco membros e que de acordo com a Lei n. 12.696/12 e n. 158/2007 as eleições regulares deve acontecer somente em outubro de 2015 para posse em 10.01.2016 e que tais normas não prevêm a forma de eleição em caso de inexistência de suplentes e fora dos períodos acima citados;

CONSIDERANDO as atribuições privativas do Conselho Tutelar a fim de assegurar os direitos da criança e do adolescente, as quais preponderam sobre o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a orientação do Ministério Público pela adoção de eleição indireta, ante a urgência de posse de dois conselheiros para ocupar o mandato que finda-se em 09.01.2016;

CONSIDERANDO o disposto no art. 38, parágrafo único da LC n. 158/2007;

O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Joaçaba, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.995/93, resolve:

Art. 1º. Fica admitido o mandato tampão, com eleição indireta, quando decorridos mais de dois anos de mandato do Conselho Tutelar, houver necessidade de empossar conselheiros e inexistir lista de suplentes.

Parágrafo 1º. Votarão na eleição indireta, por voto secreto, somente os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA.

Parágrafo 2º. Considera-se quorum mínimo para eleição a presença de 2/3 dos membros do CMDCA.

Parágrafo 3º. O CMDCA designará Comissão Eleitoral, que será composta de no mínimo três membros, preferencialmente não integrantes do CMDCA.

Art. 2º. No processo eleitoral para mandato tampão, tendo em vista a urgência e a eleição indireta, a publicação do edital pode ocorrer apenas no Diário Oficial dos Municípios e na página oficial do Município, devendo conter prazo para inscrição de no mínimo 10 dias.

Art. 3º. Os conhecimentos de informática deverão ser comprovados, obrigatoriamente no momento da inscrição, mediante a apresentação de Certificado de Curso de Informática de no mínimo 20 horas aula.

Art. 4º. Os candidatos serão submetidos a prova escrita, eliminatória, relativa ao ECA, sendo que aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 pontos terão seus nomes levados para votação, em igualdade de condições, sendo considerados eleitos os candidatos mais votados. Os demais, classificados em ordem decrescente de votos, serão suplentes para o mandato tampão que se encerra na posse e diplomação do Conselho Tutelar eleito na forma dos art. 5º e 16 da LC n. 158/2007.

Art. 5º. Os candidatos mais votados serão diplomados e empossados tão logo encerrado o processo eleitoral extraordinário, tendo o prazo de até 10 (dez) dias para entrar em exercício.

Art. 6º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 12 de fevereiro de 2015.

Cheila Sacchetti

Presidente do Conselho Municipal de
Direitos da Criança e do Adolescente.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO 001/2015 - IMPRESSORA

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 001/2015

PREGÃO PRESENCIAL NR. 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor LUIZ VASTRES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO GLOBAL nos termos da Lei nº 10.520/2005, Lei nº 8.666/1993 e demais disposições legais aplicáveis, bem como, de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de impressão, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de insumos, exceto papel por demanda, conforme especificações constantes do ANEXO I do Edital.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 27 de fevereiro de 2015, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba - SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba - SC.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 27 de fevereiro de 2015, às 14h30min na Câmara Municipal de Vereadores, no endereço acima descrito. O Edital na íntegra se encontra disponível no site www.cmj.sc.gov.br e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 12 de fevereiro de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

EXTRATO REAJUSTE CONTRATO 001/2014 - RADIO

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01/2015

ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2014

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

CONTRATADA: RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA - EPP

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato de Prestação de Serviços nr. 01/2014 assinado em 10 de fevereiro de 2014 e Termo Aditivo nr. 11/2014 assinado em 25 de novembro de 2014, oriundo do Edital de Pregão Presencial 001/2014, cujo objeto é "a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com frequência modulada (FM) e abrangência comprovada no Município de Joaçaba, visando à transmissão integral das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Joaçaba; a veiculação semanal, às sextas-feiras, de um programa de 10 (dez) minutos produzido pela jornalista da Casa, com 3 (três) chamadas durante o dia da programação normal da emissora e, ainda, 200 (duzentas) inserções produzidas pela emissora e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Joaçaba" com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.666/93 e conforme cláusulas a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE: os valores contratados ficam reajustados pelo índice IGPM-FGV acumulado em 3,964% correspondente ao período de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015, desmembrados da seguinte forma, conforme contrato: Item 01: 200 (duzentas) inserções produzidas pela contratada e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Joaçaba; quantidade: 200 (duzentas); valor unitário:

R\$ 24,85 (vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos); valor total: R\$ 4.970,00 (quatro mil, novecentos e setenta reais). Item 02: Um programa semanal de no mínimo (10) dez minutos produzido pela Jornalista da Câmara de Vereadores de Joaçaba, com 03 (três) chamadas durante o dia na programação normal da emissora; quantidade: 46 (quarenta e seis); valor unitário: R\$ 602,99 (seiscentos e dois reais e noventa e nove centavos); valor total: R\$ 27.737,54 (vinte e sete mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). Item 03: Transmissão das sessões ordinárias e sessões extraordinárias da Câmara de Vereadores em emissora de rádio difusão local com frequência modulada (FM) e abrangência comprovada na região de Joaçaba, estimadas de fevereiro a março de 2014; quantidade: 63 (sessenta e três); valor unitário: R\$ 1.403,51 (hum mil, quatrocentos e três reais e cinquenta e um centavos); valor total: R\$ 88.421,13 (oitenta e oito mil, quatrocentos e vinte e um reais e treze centavos). Valor total global: R\$ 121.128,67 (cento e vinte e um mil, cento e vinte e oito reais e sessenta e sete centavos). CLÁUSULA SEGUNDA - As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

DATA DE ASSINATURA: 10/02/2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

RESOLUÇÃO 013/2015 - COMISSÃO LICITAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 0013/2015 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015
NOMEIA PREGOEIRO OFICIAL E COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, incisos II do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - Nomear o servidor JEAN CARLOS DA SILVA para atuar como Pregoeiro Oficial e Presidente da Comissão de Licitações da Câmara de Vereadores de Joaçaba.

Art. 2º - Nomear os servidores a seguir relacionados para compor a Comissão de Licitações da Câmara de Vereadores de Joaçaba, responsável pela promoção dos trabalhos gerais de Licitação do Poder Legislativo:

Membros: Cristiane Maria Denardi e Márcio Roberto Piccoli
Membros Suplentes: Leandro Sartori e Janaina Ferrandin

Parágrafo Único - A Comissão de Licitações de que trata o caput deste artigo fica designada para funcionar também como equipe de apoio para atuar nos Processos Licitatórios na modalidade Pregão.

Art. 3º - A Comissão designada é caracterizada por múnus publico.

Art. 4º - Esta Resolução tem seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Joaçaba, 12 de fevereiro de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

SIMAE - JOAÇABA

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA TP 01/2014 SIMAE

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0024/2015 de 02/02/2015 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0001/2014, Edital de Licitação 0001/2014 decorrente do Contrato JHL nº 0014/2014 de 19 de fevereiro de 2014 e seu aditivo JHL nº 0031/2014 de 02 de maio de 2014, e os Senhores Simar José Rosa, Sócio Administrador e Engº Jucenei Silva de Andrade, Engenheiro Responsável pela obra, ambos da empresa Andrade Construções Ltda, após o recebimento Provisório da Obra de Implantação de Rede Coletora de Esgoto Sanitário na Vila Pedrini, no Município de Joaçaba-SC, conforme Termo Provisório assinado em 13 de novembro de 2014, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de execução da implantação de redes coletoras de esgoto, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que a contratada apresentou Cadastramento da Rede e das Ligações em forma digital;
3. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 13 de fevereiro de 2015.

Membro da Comissão: Engº João Carlos Ungericht

Membro da Comissão: Engº Wilian Sartor Sganzerla

Membro da Comissão: Tec. Aluir Flemming

Membro da Comissão: Tec. Valdesir Spier

Representante da Contratada: Simar José Rosa

Engenheiro da Contratada: Engº Jucenei Silva de Andrade

Visto da Direção do SIMAE: Elisabet Maria Zanela Sartori

Lages

PREFEITURA

ANULAÇÃO TP 01-2014 FME ANULAÇÃO

ASSUNTO:TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014 FME
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES IVO SILVEIRA.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, face os erros contidos no projeto, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe. Atenciosamente.

Lages, 12 de fevereiro de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 339/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 339/2013 - 2º TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.908.992/0001-85, estabelecida à Rua Dos Andradas nº 1.121 - sala 502, em Porto Alegre/RS - CEP: 90.020-015.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Solução em Gestão de frota de Veículos Terrestres e de Equipamentos Motorizados, Acoplados e Rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, o gerenciamento dos custos sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, Fica prorrogada até 30/04/2015;

2.2 Do contrato, Fica prorrogado até 30/04/2015;.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 02 de Janeiro de 2015.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 46/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 46/2015 PML.

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADO: EVALDINO PEREIRA DE FRETITAS O. TEIXEIRA EPP inscrita no CNPJ n.º 80.065.188/0001-95, com sede a Rua Antônio de Oliveira Waltrick, 110 - Santa Catarina - Lages/SC - CEP: 88.512-370.

Contrato decorrente do do Processo 14/2015, Correlato ao Pregão Presencial 11/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção de Pontes do Interior do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em ate 05 (cinco) dias, conforme solicitação, mediante autorização, da Secretaria Municipal da Agricultura;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretario da Fazenda. CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 94.900,00 (noventa e quatro mil e novecentos reais).

LAGES, SC, em 03 de Fevereiro de 2015

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 47/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 47/2015 PML.

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA inscrita no CNPJ n.º 94.510.682/0001-26, com sede a Rua Mal Humberto de Alencar Castelo Branco, 56 - Planalto - Bento Gonçalves/RS - CEP: 95.700-0000.

Contrato decorrente do do Processo 19/2015, Correlato ao Pregão Presencial 14/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Pneus para uso das Viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 30 (trinta) dias da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Corpo de Bombeiros de Lages, à Rua Mato Grosso nº 171, Bairro São Cristóvão, nesta cidade, no horário das 13:00 às 19:00 horas;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretario da Fazenda TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 17.610,00 (dezessete mil seiscentos e dez reais).

LAGES, SC, em 12 de Fevereiro de 2015
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

PP 04-2015 PML RERRATIFICADO E PP 22-2015 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 04-2015 PML - RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Artefatos de Cimento

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 02/03/2015 às 15:30

Valor Estimado: R\$ 3.662.680,50

Modalidade: PP 22-2015 PML

Objeto: Locação Mensal de Veículo Executivo

Tipo: Melhor Preço Mensal

Abertura: 03/03/2015 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 4.256,60

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de fevereiro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PP 2/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 02/2015

O OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS TÉCNICAS NA MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DO CIRCUITO INTERNO DE TV, DA CENTRAL TELEFÔNICA E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, MONITORES, NOBREAK E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, SALVO A MANUTENÇÃO REGULAR DE PC'S PARA A CÂMARA MUNICIPAL. Dos envelopes contendo Proposta Comercial e os documentos de Habilitação deverá ocorrer até as 13h30min do dia 27/02/2015, no Depto. de Compras da Câmara Municipal sito a Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 280, Centro, Lages/SC. A ABERTURA do certame será dia 27/02/2015 às 13h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras da Câmara Municipal de Vereadores ou PELO site www.camaralages.sc.gov.br, maiores informações pelo fone (49) 3251-5422.

Lages (SC), 10 de fevereiro de 2015.

Adilson Rodrigues de Appolinário

Presidente

Lebon Régis**PREFEITURA****LICITAÇÕES 2015**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO Pregão Nº PR47/2014 RP01/2015 - Processo Administrativo: 68/2014

OBJETO: Ata de Registro de Preços, para aquisição futura e eventual de serviços de mão de obra e peças para manutenção mecânica de veículos e máquinas das diversas secretarias e fundos pelo período de 12 (doze) meses. Data de Homologação: 23/01/2015
Licitantes Homologados: Mecânica Exclusiva LTDA-Valor R\$ 141.822,50 / Paulo Ademir Turkot ME- Valor R\$ 495.212,50 / Pavimáquinas Com. De Peças e Serviços LTDA-Valor R\$537.600,00.
Lebon Régis, 11/02/2015

Ludovino Labas - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

OBJETO: Ata de Registro de Preços, para aquisição futura e eventual de serviços de mão de obra e peças para manutenção mecânica de veículos e máquinas das diversas secretarias e fundos pelo período de 12 (doze) meses. Licitantes com preços registrados: Mecânica Exclusiva LTDA-Valor R\$ 141.822,50 / Paulo Ademir Turkot ME- Valor R\$ 495.212,50 / Pavimáquinas Com. De Peças e Serviços LTDA-Valor R\$537.600,00. Vigência: 23/01/2015 á 22/01/2016. Lebon Régis, 11/02/2015. Ludovino Labas - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO Pregão Nº PR01/2015 RP02/2015 - Processo Administrativo: 02/2015

OBJETO: Aquisição de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) e serviços de lavagem para máquinas e veículos da frota municipal. Data de Homologação: 02/02/2015. Licitantes Homologados: Chacau Com. Importadora e Exportadora LTDA Valor R\$408.690,00 / Auto Posto RDA LTDA-Valor R\$617.738,20 / Fabian Comercio e representações LTDA-Valor R\$10.880,00. Lebon Régis, 12/02/2015. Ludovino Labas - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

OBJETO: Ata de Registro de Preços, Aquisição de combustível (gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10) e serviços de lavagem para máquinas e veículos da frota municipal. Licitantes com preços registrados: Chacau Com. Importadora e Exportadora LTDA - Valor R\$408.690,00 / Auto Posto RDA LTDA-Valor R\$617.738,20 / Fabian Comercio e representações LTDA-Valor R\$10.880,00 Vigência: 03/02/2015 á 02/02/2016.

Lebon Régis, 12/02/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2015

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2015

TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS E A ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE NOVA VIDA, CONFORME CLÁUSULAS ABAIXO.

OMUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, inscrito no CNPJ nº

83.074.310/0001-88, com sede administrativa localizada na Rua Artur Barth, nº 20, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Ludovino Labas, portador do CPF nº. 568.368.309-25 e a Associação Da Terceira Idade Nova Vida, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por sua Presidente Senhora Germa Veiga de Oliveira portadora do CPF nº _____.____.____-____, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E OBJETIVO

1.1 - OBJETO: O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, de um pavilhão de alvenaria medindo 200 m² (duzentos metros quadrados) com piso polido e cobertura de telha de fibrocimento, localizado na esquina com a Rua: Vilson Aprígio no bairro Abraão Santos Maciel;

1.2 - OBJETIVO: a cessão de uso tem por finalidade cooperar com as atividades realizadas pela Associação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - DO CESSIONÁRIO: Obriga-se o cessionário:

- I - a observar o disposto no presente instrumento;
- II - a pagar todas as despesas com a execução desta cessão, inclusive impostos, taxas e contribuições de melhoria e outros encargos incidentes sobre o imóvel cedido, tais como água e esgoto, luz, telefone, internet e outras, se houver, parte integrante deste instrumento, observando o prescrito na cláusula terceira;
- III - a não transferir a terceiros, sob qualquer forma, os direitos adquiridos com a presente cessão de uso, total ou parcialmente.
- IV - a não oferecer o imóvel como garantia de dívida ou obrigação de qualquer natureza, incluídas as benfeitorias existentes;
- V - a não desviar a finalidade desta cessão e a observar as disposições contidas neste Termo de Cessão, sob pena de retomada imediata do imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, que caso ocorra não gerará ao cessionário o direito de retenção por benfeitorias eventualmente construídas;
- VI - a devolver ao cedente o imóvel, nas condições previstas neste pacto, no caso de cessarem as atividades estabelecidas no objetivo ou ao término do prazo desta cessão de uso;
- VII - a conservar, a zelar e a dar segurança ao imóvel cedido, sendo admitido o seguro contra riscos de qualquer natureza;
- VIII - a não edificar benfeitorias no imóvel cedido, salvo com expressa autorização escrita do cedente, que posteriormente deverão ser submetidas à apreciação dos órgãos competentes para obtenção das licenças regulamentares necessárias;
- IX - a averbar em nome do cedente, no Ofício de Registro de Imóveis competente, da Comarca de Lebon Régis, as benfeitorias edificadas no imóvel cedido;
- X - a recuperar os danos sofridos pelo imóvel, em qualquer caso, enquanto vige o presente termo de cessão, mesmo na hipótese de retomada antes de findo o prazo fixado;
- XI - a não utilizar e a impedir que o imóvel cedido seja usado para atividades estranhas aos objetivos da cessão ou contrários ao interesse público;
- XII - a restituir o imóvel e suas benfeitorias ao cedente, ao término do prazo da cessão, ou antes, se ocorrer hipótese de desvio de finalidade ou inobservância de quaisquer dispositivos do Termo;
- XIII - a defender o imóvel cedido contra esbulhos, invasões e outros perigos potenciais ou iminentes e a mantê-lo incólume, enquanto durar a cessão, as suas próprias custas, sob pena de cabal indenização;
- XIV - a responder civilmente, perante o cedente, por todo e qualquer dano ou prejuízo que o imóvel e suas benfeitorias vier a sofrer durante o prazo desta cessão de uso.

2.2 - DO CEDENTE: Obriga-se o cedente:

I - a entregar a posse do imóvel ao cessionário, para que o mesmo dele possa usufruir, conforme o estabelecido neste Termo de Cessão;

II - a respeitar todas as condições pactuadas no presente Termo

de Cessão.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

O prazo da presente cessão de uso é de 2 (dois) anos a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - REVERSÃO

As partes têm entre si certo e ajustado que a reversão do imóvel ocorrerá por inadimplemento de quaisquer das condições pactuadas neste termo, sendo o cedente obrigado a realizar a devida indenização ao cessionário relativo à investimentos realizados no imóvel, fato que também se dará no término do prazo acordado, se não for acertado novo período de cessão.

CLÁUSULA SEXTA- RESCISÃO E FORO:

7.1 - RESCISÃO: o presente termo poderá ser rescindido por motivo superveniente, considerando o interesse público devidamente justificado, mediante aviso antecipado de, no mínimo, 30 (trinta) dias, ao cessionário.

7.2 - FORO: fica eleito o Foro da Comarca de Lebon Régis do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente termo.

E por estarem justos e concordes assinam as partes, o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Lebon Régis - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

de	Ludovino Labas Prefeito Municipal	Germa Veiga de Oliveira Presidente da associação
	Lebon Régis	

Testemunhas:	
	Cleuza Mª R. Tomacheuski Secretaria de Administração e Finanças
Membro Da Associação	

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 010/2015

DECRETO Nº 010, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

“PRORROGA O PRAZO DO ART.2, DO DECRETO MUNICIPAL Nº 001 DE 07 DE JANEIRO DE 2015.”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita municipal de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando as fortes chuvas de verão, típicas desta época do ano, que atingiram e vêm atingindo o município de Leoberto Leal nas últimas semanas, prejudicando o tráfego de veículos no interior do município, sendo identificada também a queda de barreiras no perímetro urbano e nas localidades do interior, bueiros entupidos pelo escoamento do barro e das pedras, tífis e estradas de agricultores danificadas, e;

Considerando que ainda estão sendo realizados os serviços de manutenção nas estradas em virtude das chuvas ocorridas;

Considerando continuidade dos serviços da Secretária Municipal de Agricultura e Obras, dentro do planejamento que vem sendo efetuado para a manutenção habitual das estradas e atendimento a agricultores;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para mais 30 dias, o prazo previsto no Art. 2º, do Decreto nº 001 de 07 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de fevereiro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.118/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº1.118 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

“Dá nova redação ao art. 182 da Lei Complementar nº615/2008, transformando o seu parágrafo único e acrescentando-lhe o parágrafo segundo e outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela, tendo sancionado, publica a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 182 Lei Complementar nº615 de 31 de dezembro de 2008, a qual Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Leoberto Leal” passar a vigorar com a seguinte redação:

Art. 182. A presente lei não se aplica:

I.Aos projetos definitivos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos que, na data da sua publicação, já estiverem com os seus projetos definitivos protocolados ou aprovados pela Prefeitura, para os quais continua prevalecendo a legislação anterior até o prazo previsto pelo respectivo cronograma de obras;

II.Às vias públicas que, antes da publicação desta lei:

a)Já se encontravam abertas e denominadas oficialmente, dentro

das medidas determinadas por Lei Municipais, como a:

- 1 - Rua Jorge Lacerda até o fim do perímetro urbano;
- 2 - Rua Leonardo Franzen e Rua Mainolvo Lehmkuhl até o fim do perímetro urbano;
- 3 - Rua Angelo Silva até o fim do perímetro urbano;
- 4 - Avenida Adolfo Scheidt;
- 5 - Rua Aquino de Campos;
- 6 - Rua Padre José Eli;
- 7 - Rua Padre Augusto Schwirling até o fim do perímetro urbano;
- 8 - Rua Plácido Valeriano de Souza;
- 9 - Rua Paulo Guchert;
- 10 - Rua Hilário Guchert até se encontrar com a Rua Gustavo Marian;
- 11 - Rua Vendelino Franzen
- 12 - Rua Irma França da Silva;
- 13 - Rua Raulino Lopes;
- 14 - Rua Padre Afonso Prech;
- 15 - Rua Norberto Schmitt.

b)Davam acesso a localidades rurais como o denominado PATRI-MÔNIO (localidade).

Parágrafo primeiro. Após vencido o prazo do cronograma de obras de que trata o Inciso I deste artigo, os pedidos de revalidação da licença dos referidos parcelamentos somente serão concedidos se obedecidas as disposições desta lei.

Parágrafo Segundo. O Município poderá executar a melhoria, manutenção, pavimentar ou asfaltar, tubular, colocar meio-fio, bocas-de-lobo, rede elétrica, construir as calçadas das vias públicas a que se refere este artigo, respeitando a lei mencionada na alínea “a” do inciso II deste artigo, independentemente de qualquer prazo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, passando a produzir efeito após o seu encaminhamento ao Conselho de Desenvolvimento Territorial.

Leoberto Leal, 12 de Fevereiro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.119/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.119 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

“Dá nova redação ao art. 285 da Lei Complementar nº 615/2008, cria a Diretoria e o cargo que menciona e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 258 da Lei Complementar nº 615, de 31 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a redação da presente Lei Complementar:

“Art. 258. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados a partir da publicação da presente Lei:

I - 60 (sessenta) dias para que o Executivo promova a instalação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Município de Leoberto Leal, na forma desta Lei;

II - 60 (sessenta) dias para que o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Município, uma vez instalado e a partir da data de

sua primeira reunião, elabore e aprove o seu Regimento Interno;

III - 10 (dez) anos para que o Poder Executivo Municipal promova reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Diretor Participativo e de seus instrumentos;

IV - 10 (dez) anos para que os Poderes Executivo, Legislativo e o Conselho de Desenvolvimento Territorial definam as regras do processo de gestão orçamentária participativa;

V - 10 (dez) anos para implantação e pleno funcionamento do Sistema de Informações Municipais;

VI - 10 (dez) anos para a criação e implementação do Código de Obras e Código de Posturas do Município.”

Art. 2º Fica criada, na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, a DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTROLE E EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, com as atribuições de:

I - coordenar, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Participativo de Leoberto Leal, todas as ações de planejamento e gestão territorial e urbanística, assim como, realizar a adequação de suas políticas, planos, programas, projetos e instrumentos em função dos mesmos;

II - coordenar a elaboração e revisão do Plano Diretor Participativo;

III - implementar as diretrizes da política urbana e territorial para o desenvolvimento físico-territorial e sócio-econômico do Município;

IV - coordenar e articular, de forma sistêmica, as ações de planejamento setorial dos órgãos da Administração Municipal, com vistas à consolidação das estratégias de desenvolvimento expressas neste Plano Diretor Participativo;

V - executar políticas e ações articuladas com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não governamentais, seja no âmbito da Região Metropolitana em que se insere o Município de Leoberto Leal, seja nos âmbitos estadual ou federal;

VI - implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais, na forma prevista nas disposições finais e transitórias da presente Lei, proporcionando acesso amplo a documentos e informações a todos os interessados, indistintamente;

VII - manter atualizado o Sistema de Informações Municipais para o gerenciamento do Plano Diretor Participativo, utilizando-se de convênios com órgãos das esferas municipal, estadual, federal e outras entidades que se fizerem necessárias;

VIII- submeter à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Leoberto Leal as ações necessárias à implementação dos instrumentos previstos no Plano Diretor Participativo;

IX - promover a realização de audiências públicas, na forma da Lei;

X - participar da elaboração do plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual em conformidade com as Diretrizes e prioridades do Plano Diretor Participativo.

XI - colaborar com o Conselho de Desenvolvimento Territorial, auxiliando-o em suas reuniões e serviços administrativos, respeitando e cumprindo as suas deliberações;

XII - Coordenar, implementar e incentivar a realização das

audiências públicas, segundo a Lei 615/2008.

XIII - Desempenhar outras atividades específicas e correlatas, mediante articulação com a Câmara Municipal de Vereadores e a Sociedade Civil.

Art. 3º Fica criado o cargo de DIRETOR EXECUTIVO DE CONTROLE E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO com estas características:

I - Provimento em Comissão;

II - Escolaridade: Nível Médio

III - Jornada Semanal: 40 (quarenta) horas;

IV - Vencimento: R\$ 1.900,08 (um mil reais, novecentos e oito centavos) por mês;

V - Lotação: Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças e respectiva Diretoria; e as;

VI - Atribuições de cumprir e fazer cumprir as da DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTROLE E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO e as demais especificadas na Lei Complementar nº 615 de 31 de dezembro de 2008, relativas ao Poder Executivo.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de Fevereiro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.120/2015

LEI Nº 1.120, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

“Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente”

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente, na dotação com a seguinte estrutura, até o limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	119.200,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DES-PORTO	119.200,00
Função	12	Educação	119.200,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	119.200,00
Programa	0004	Educação é Tudo	119.200,00
Projeto/ Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	119.200,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	119.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	119.200,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	119.200,00

Fonte de Recurso	0.3.0087	Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica	47.900,00
Fonte de Recurso	0.3.0089	Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	45.797,24
Fonte de Recurso	0.1.0089	Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica	550,62
Fonte de Recurso	0.10019	Transferências do FUNDEB	24.952,14
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL			119.200,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes de recursos :

I - Anulação de Dotação

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	24.952,14
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	24.952,14
Função	12	Educação	24.952,14
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	24.952,14
Programa	0004	Educação é Tudo	24.952,14
Projeto/Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental	24.952,14
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	24.952,14
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	24.952,14
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	24.952,14
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	24.952,14
TOTAL DA ANULAÇÃO			24.952,14

II- Superávit Financeiro

Fonte	Código Fonte	Valor
Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica	0.1.0087	47.900,00
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	0.1.0089	45.797,24
TOTAL DO SUPERAVIT FINANCEIRO		93.697,24

III - Excesso de Arrecadação

Fonte	Código Fonte	Valor
Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica	0.1.0089	550,62
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		550,62

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de fevereiro de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

LEI N.º 1.121/2015

LEI Nº 1.121, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Especial no Orçamento Fiscal vigente, com as seguintes classificações, até o limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	50.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	50.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	50.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	50.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	50.000,00
Projeto/Atividade	1.042	Construção de Campo de Futebol Alto Vargedo	50.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	50.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	50.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	50.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			50.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	30.000,00
Função	4	Administração	30.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	30.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	30.000,00
Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração Contabilidade e Finanças	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	30.000,00
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	20.000,00
Função	04	Administração	20.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	20.000,00
Programa	0002	Gestão com excelência	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 12 de Fevereiro de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL CREDENCIAMENTO 01/2015 FMS PSIQUIATRIA PSICOTERAPIA

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIZAÇÃO EM PSIQUIATRIA E PSICOTERAPIA

Ronaldo Piscini, Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul - SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade geral e irrestrita, para proceder ao Credenciamento de Prestadores de serviços médicos com especialização Concentração em psiquiatria e psicoterapia. O credenciamento inicia-se a partir do dia 18 de fevereiro de 2015. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao setor de compras, no Prédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua Tamandaré, 98, Município de Lindóia do Sul - SC, telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 12 de fevereiro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 1990

DECRETO Nº 1990 de 10 de fevereiro de 2015.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES - COMEN DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- O CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES - COMEN do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), na forma do art.3º da Lei nº 909 de 18.05.2010, fica assim constituído:

I - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

Setor de Saúde

JOANA REGENSBURGER - Titular

JOVIANE COLOMBELLI - Suplente

Setor de Bem Estar Social

MICHELE TEDESCO - Titular

SILVIA MIAZZI - Suplente

II - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

VALI CAROLINA SPIER - Titular

REGINA JACOBY CUREAU - Suplente

III - Associação de Pais e Professores

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA - Titular

QUENIA CRISTINE DE AGOSTINHO FREIBERGER - Suplente

IV - Representante de Escola Estadual

MARIA ASSUNTA KLEIN FIORENTIN - Titular

NOELY FIORIM UNGERICH- Suplente

V- Representante da juventude de instituições religiosas

DIEGO OLIARI - Titular

MATEUS ZANG - Suplente

VI - Representante das Associações de Moradores

ILÁRIO SPIER - Titular

IVONE CASSEL DAHMER - Suplente

VII - Representante da Policia Militar

JESSÉ RODRIGUES DA SILVA - Titular

NIVALDO DA SILVA - Suplente

VIII - Representante da Policia Civil

GILMAR BONAMIGO - Titular

ELIANE BONAMIGO - Suplente

IX - Representante do Conselho Tutelar

MÁRCIA GATELLI PATZLAFF - Titular

MARLEI SALETE BRESSAN DIESEL - Suplente

X- Representante do Hospital São Roque Sociedade Beneficente

MARISTELA BONATTO - Titular

ANDREA HILBERT - Suplente

XI - Representante do AA

OLMAR CARLOS DIESEL - Titular

TARCISIO AFONSO REISDORFER - Suplente

Art. 2º- O desempenho da função de membro do COMEN será gratuito e considerado de relevância para o Município.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1991

DECRETO Nº 1991 de 12 de fevereiro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 0.3.52 - PB Fixo

..... R\$ 10.000,00

Detalhamento de Recursos - 303 - Piso Básico Fixo

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 007/2015 - PP 003/2015 - MATERIAL - FMAS

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 007/2015 - PML

Pregão Presencial nº 003/2015 - PML

O Gestor do FMAS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 007/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de necessárias e canetas personalizadas, para atender o serviços ofertados e realizados pelo CRAS – PAIF, SCFV e ACESSUAS/Pronatec-BSM, incluindo a confecção dos produtos com todo material e mão-de-obra necessários, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ON LINE COMERCIO DE BOLSAS LTDA - EPP

- Valor total: R\$ 18.299,00

Luzerna (SC), 12 de fevereiro de 2015.

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

Gestor do FMAS

EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML.001.10

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.001.10 - Décimo Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)

CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do contrato pml.001.10, em razão de estar em tramitação o novo processo licitatório, passando a vigência de 05 de janeiro de 2015 para 05 de fevereiro de 2015.

Luzerna(SC), 05 de janeiro de 2015.

JULIANO SCHNEIDER Prefeito em exercício CONTRATANTE	SHEILA MANTOANI MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA CONTRATADA
---	--

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO ECT

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912344978.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato originário de 28/02/2015 a 28/02/2016

Luzerna(SC), 11 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna	PAULO OLIVEIRA DE ANDRADE Diretor Regional
PAULO ROBERTO ZUCCO Coordenador Regional de Negócios	

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS.001.10

EXTRATO DE CONTRATO

FMS 2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fms.001.10 - Nono Termo Aditivo
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS

CONTRATADA: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do contrato pml.001.10, em razão de estar em tramitação o novo processo licitatório, passando a vigência de 05 de janeiro de 2015 para 05 de fevereiro de 2015.

Luzerna(SC), 05 de janeiro de 2015.

JULIANO SCHNEIDER Prefeito em exercício Respondendo como Gestor do FMS CONTRATANTE	SHEILA MANTOANI MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA CONTRATADA
---	--

LEI 1336

LEI Nº 1336 de 13 de fevereiro de 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM O TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o transporte de estudantes universitários até a UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba(SC), garantindo a gratuidade a esses alunos durante o período escolar de 2015.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão à conta da dotação orçamentária nº 0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Parágrafo Único - A autorização prevista nesta Lei, não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1337

LEI Nº 1337 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A - EPAGRI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS com a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A - EPAGRI, que tem por objeto a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EPAGRI aos produtores rurais do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), ações descritas no PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

Art.2º- O MUNICÍPIO repassará para a EPAGRI pelos serviços prestados de Assistência Técnica e Extensão Rural o valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pagos em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Art.3º- As despesas provenientes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária nº 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1338

LEI Nº 1338 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM O TRANSPORTE QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com o transporte de estudantes que cursam o ensino superior a distância na UNIASSELVI e UNINTER, educação de jovens e adultos no CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos em Joaçaba(SC) e o ensino profissionalizante no SENAC, CETESC, SEBRATEP em Joaçaba(SC), magistério na Escola de Educação Básica São José em Herval d'Oeste, garantindo a gratuidade a esses alunos durante o ano de 2015.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias nºs 08.0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior - Categoria

Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários, 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação e 08.0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Reduzido 69 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1339

LEI Nº 1339 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA PLANTE MAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.874.989/0001-88, com sede neste Município de Luzerna(SC), no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no exercício de 2015, visando à operacionalização do PROGRAMA PLANTE MAIS criado pela Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013.

Parágrafo Único - Fica reservado ao Poder Executivo Municipal o direito de através de suas Secretarias, acompanhar, fiscalizar e verificar a realização dos serviços.

Art.2º- O valor do Convênio será liberado em 04 (quatro) parcelas, em março, abril, maio e setembro de 2015 e destina-se a aquisição de óleo diesel a ser utilizado pela ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR no desenvolvimento do PROGRAMA PLANTE MAIS, cabendo a entidade efetuar a prestação de contas dos recursos recebidos até 31 de janeiro de 2016.

Art.3º- As despesas provenientes desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: Atividade - 0901.20.606.0052.1087 - Programa Plante Mais - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1340

LEI Nº 1340 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A BAIXA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PRESCRITOS DE CONTRIBUINTE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica autorizado o Poder Executivo, através dos Setores de Tributação e Contabilidade, a realizar a baixa dos créditos tributários prescritos, com base no art. 174 do Código Tributário Nacional e art. 302 do Código Tributário Municipal, dos contribuintes abaixo relacionados:

Contribuinte	Cadastro	Tributo	Parcela/Ano	Valor Original
--------------	----------	---------	-------------	----------------

Galpão Materiais de Construção LTDA - ME	518	TLL	00/2002	R\$ 75,17
			00/2003	R\$ 80,48
			00/2004	R\$ 94,57
	518	TP	01/2001	R\$ 50,44
			01/2002	R\$ 38,84

Idacir Hofstatter	15568	CM	04/1997	R\$ 19,51
	13541	CM	05/1997	R\$ 19,51
	15679	CM	06/1997	R\$ 19,51
	13652	CM	07/1997	R\$ 19,51
	15347	CM	08/1997	R\$ 19,51
	13304	CM	09/1997	R\$ 19,51
	15454	CM	10/1997	R\$ 19,51
	13417	CM	11/1997	R\$ 19,51
	15121	CM	12/1997	R\$ 19,51
	13083	CM	13/1997	R\$ 19,51
	15233	CM	14/1997	R\$ 19,51
	13192	CM	15/1997	R\$ 19,51
	12515	CM	16/1997	R\$ 19,51
	14640	CM	17/1997	R\$ 19,51
	12630	CM	18/1997	R\$ 19,51
	14785	CM	19/1997	R\$ 19,51
	12314	CM	20/1997	R\$ 19,51
	14418	CM	21/1997	R\$ 19,51
	12410	CM	22/1997	R\$ 19,51
	14531	CM	23/1997	R\$ 19,51
	12097	CM	24/1997	R\$ 19,51

Inafel - Ind. Artefatos de Ferro - LTDA	283	ISS	06/1997	R\$ 50,00
	283	ISS	07/1997	R\$ 205,00
	283	ISS	01/1998	R\$ 139,30
	283	ISS	02/1998	R\$ 87,85
	283	ISS	04/1998	R\$ 131,25
	283	ISS	05/1998	R\$ 103,25
	283	ISS	07/1998	R\$ 105,87
	283	ISS	08/1998	R\$ 129,65
	283	ISS	09/1998	R\$ 65,00
	283	ISS	11/1998	R\$ 3,50
	283	TLL	00/1998	R\$ 85,70
	283	TLL	00/1999	R\$ 248,10
	283	TLL	00/2002	R\$ 45,34
	283	TLL	00/2003	R\$ 49,19
	283	TLL	00/2004	R\$ 57,80

Vanderlei Vastres	382	ISS	01/1999	R\$ 15,00
	382	ISS	02/1999	R\$ 15,00
	382	ISS	01/2000	R\$ 15,00
	382	ISS	02/2000	R\$ 15,00
	382	ISS	01/2001	R\$ 15,96
	382	ISS	02/2001	R\$ 15,96
	382	ISS	01/2002	R\$ 15,96
	382	ISS	02/2002	R\$ 15,96
	382	ISSO	01/2003	R\$ 17,48
	382	ISSO	02/2003	R\$ 17,48
	382	ISSO	01/2004	R\$ 20,54
	382	ISSO	02/2004	R\$ 20,54
	382	TLL	00/1999	R\$ 15,50
	382	TLL	00/2000	R\$ 15,50
	382	TLL	00/2001	R\$ 16,49
	382	TLL	00/2002	R\$ 16,49
	382	TLL	00/2003	R\$ 18,06
	382	TLL	00/2004	R\$ 21,22

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1341

LEI Nº 1341 de 13 de fevereiro de 2015.

"ALTERA O "CAPUT" DO art. 1º da Lei nº 1247 de 30 de julho de 2014 QUE DEFINE OS DÉBITOS E AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 100, §§ 3º E 4º, DA CONSTITUÇÃO FEDERAL, E ART. 78 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º - Fica corrigido para o exercício de 2015, de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, constatada no período de agosto a dezembro de 2014, em conformidade com o §1º do art. 1º da Lei nº 1247 de 30 de julho de 2014 que "DEFINE OS DÉBITOS E AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 100, §§ 3º E 4º, DA CONSTITUÇÃO FEDERAL, E ART. 78 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", o valor máximo definido como de pequeno valor para pronto pagamento de débitos ou obrigações da Administração Direta do Município, oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, alterando o "caput" do art. 1º que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º- Ficam definidos como de pequeno valor, para os fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos ou obrigações da Administração Direta do Município, oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, cujo montante não exceda a R\$ 5.110,00 (cinco mil, cento e dez reais), independentemente da natureza do crédito."

Art.2º- Os demais dispositivos da Lei nº 1247 de 30 de julho de 2014 permanecem inalterados.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 13 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1342

LEI Nº 1342 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA MELHORIA DA PROPRIEDADE AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.874.989/0001-88, com sede neste Município de Luzerna(SC), no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no exercício de 2015, visando à operacionalização do

PROGRAMA MELHORIA DA PROPRIEDADE criado pela Lei nº 989 de 21 de junho de 2011, alterada pela Lei nº 1103 de 23 de abril de 2013.

Parágrafo Único - Fica reservado ao Poder Executivo Municipal o direito de através de suas Secretarias, acompanhar, fiscalizar e verificar a realização dos serviços.

Art.2º- O valor do Convênio será liberado segundo a disponibilidade financeira do Município, cabendo a entidade efetuar a prestação de contas da parcela anterior para receber a subsequente, sendo a prestação de contas final até 20 de dezembro de 2015.

Art.3º- As despesas provenientes desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: Atividade - 0901.20.606.0052.1086 - Programa de Melhoria da Propriedade Rural - Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1343

LEI Nº 1343 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais) objetivando a realização de evento 17º ENCONTRO MUNICIPAL DE MULHERES AGRICULTORAS de Luzerna a realizar-se no dia 15 de março de 2015 na Comunidade de Linha do Salto, neste Município de Luzerna(SC).

Art.2º- As despesas provenientes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1344

LEI Nº 1344 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO, À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover

o repasse de recursos financeiros, mediante Termo de Convênio, à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA - APAE, sociedade civil, filantrópica, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.780.396/0001-00 e com sede no Município de Joaçaba(SC), no valor de R\$ 407,00 (quatrocentos e sete reais) aluno/mês, em 11 (onze) parcelas durante o exercício de 2015.

Parágrafo Único - A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos e deverá mantê-los sempre atualizados.

Art.2º - As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária nº 0801.12.367.0040.2035 - Contribuição para Entidades de Atendimento aos Deficientes Físicos e Mentais - Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º- O repasse de recursos será realizado mensalmente, mediante efetiva comprovação do número de pessoas provenientes de Luzerna atendidas na entidade.

Art.4º- A prestação de contas da subvenção concedida deverá ser efetuada até 31 de julho de 2015, referente às parcelas liberadas até julho, e até 28 de fevereiro de 2016 referente às parcelas liberadas de agosto à dezembro de 2015.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1345

LEI Nº 1345 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A CETEPI - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS com a CETEPI - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL, que tem por objeto a prestação de serviços de CONSULTORIA e ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA para a implantação e gestão do Pólo INOVALE alinhado ao 'Plano de Desenvolvimento do Pólo de Inovação Vale do Rio do Peixe', com o propósito de incrementar o empreendedorismo inovador no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- O MUNICÍPIO repassará para a CETEPI - FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL, pelos serviços prestados de ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA através do INOVALE - POLO DE INOVAÇÃO VALE DO RIO DO PEIXE o valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), pagos em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art.3º- As despesas provenientes desta Lei no exercício de 2015 correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Atividade -1001.22.661.0058.2051

- Manutenção da Incubadora Tecnológica de Luzerna - Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Elemento 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Fonte 00 - Recursos Ordinários e no exercício seguinte por dotações orçamentárias consignadas no orçamento de 2016.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1346

LEI Nº 1346 de 13 de fevereiro de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUBSIDIAR PARCIALMENTE AS DESPESAS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a subsidiar parcialmente as despesas de transporte de estudantes universitários e do ensino profissionalizante residentes no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e que se deslocam diariamente à UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Videira e à UnC - Campus de Concórdia, no valor de R\$ 1.767,45 (hum mil, setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) aluno/ano regular normal e proporcional aluno/ano não regular; à UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Campos Novos e de Capinzal e CEICAN UNITINS - Pólo de Campos Novos no valor de R\$ 1.546,46 (hum mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos) aluno/ano; de Linha Roça Grande - Luzerna a UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba, no valor de R\$ 946,83 (novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos) aluno/ano; aos que se deslocam periodicamente a outros Municípios da região e que se cadastraram junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura de Luzerna até o início do ano letivo, no valor de R\$ 447,11 (quatrocentos e quarenta e sete reais e onze centavos) aluno/ano e aos que se deslocam de comunidades de Luzerna que margeiam as rodovias estaduais sentido Água Doce/Luzerna e Ibiraré/Luzerna e que cursam o ensino profissionalizante no período noturno no SENAI Luzerna e Instituto Federal Catarinense - IFC-SC - Campus de Luzerna, no valor de R\$ 867,05 (oitocentos e sessenta e sete reais e cinco centavos) aluno/ano e os que cursam SENAC em Joaçaba no valor de até R\$ 527,95 (quinhentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos) aluno/ano.

§1º- O subsídio será pago às empresas que efetuam o transporte dos estudantes conforme o "caput" deste artigo, de acordo com o número de estudantes que utilizam o transporte, mediante cadastro junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

§2º- O valor do subsídio será liberado parceladamente, sendo uma parcela no primeiro semestre e a outra no segundo semestre de 2015, segundo a disponibilidade financeira do Município.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias nºs 08.0801.12.364.0034.2033 - Manutenção do Transporte do Ensino Superior - Categoria Econômica 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários e 08.0801.12.363.0037.2034 - Manutenção das Atividades do Ensino Profissionalizante - Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras

Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO I

VALORES SUBSIDIADOS

ANO 2015

Trajeto	Valor do auxílio dado ao ano proporcional à quantidade de dias de deslocamentos a campus universitários ou centros de educação profissionalizante				
	1 dia	2 dias	3 dias	4 dias	5 dias
UNOESC - Campus de Videira	353,49	706,98	1.060,47	1.413,96	1.767,45
UNC - Campus de Concórdia	353,49	706,98	1.060,47	1.413,96	1.767,45
UNOESC - Campus de Campos Novos e CEICAN UNITINS - Pólo de Campos Novos	309,29	618,58	927,87	1.237,16	1.546,46
UNOESC - Campus de Capinzal	309,29	618,58	927,87	1.237,16	1.546,46
Alunos da Linha Roça Grande a UNOESC - Campus de Joaçaba	189,36	378,72	568,08	757,44	946,83
Outros Municípios da região	89,42	178,84	268,26	357,68	447,11
Alunos de comunidades de Luzerna que margeiam as rodovias estaduais sentido Água Doce/Luzerna e Ibicaré/Luzerna no período noturno no SENAI Luzerna e IFC/SC - Núcleo de Luzerna	173,41	346,82	520,23	693,64	867,05
SENAC	105,59	211,18	316,77	422,36	527,95

LEI 1347

LEI Nº 1347 de 13 de fevereiro de 2015.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 8.190,00 (oito mil, cento e noventa reais) à conta de anulação da dotação abaixo especificada no art. 2º, para custear as despesas de administração de pessoal e investimentos dos serviços do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, criando a Modalidade de Aplicação, Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2015, atribuído à atividade:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

06 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Elemento - 3.1.71.70.99 - Outras Despesas de Pessoal

Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento 00 - Sem detalhamento

Valor R\$ 5.400,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Elemento - 4.4.71.70.99 - Outros Investimentos

Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento 00 - Sem detalhamento

Valor R\$ 2.790,00

TOTAL R\$ 8.190,00

Art.2º- Os recursos para cobertura das despesas descritas no art. 1º, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

06 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Fonte de Recursos - 00 - Recursos Ordinários

Detalhamento 00 - Sem detalhamento

TOTAL
..... R\$ 8.190,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 13 de fevereiro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

TERMO ADITIVO A ATA DE RP Nº 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº0012/2014

REGISTO DE PREÇO Nº 0006/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - Reequilíbrio econômico financeiro.

Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

3º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 13/2014.

Contratada: POSTO SERIBA LTDA.

Valor registrado: O valor do litro da gasolina comum passa de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) para o valor de R\$ 3,44 (três reais e quarenta e quatro centavos) sofrendo um acréscimo de 9,12% (nove vírgula doze por cento), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo e Cláusula Terceira, item 3.1. da Ata de Registros de Preços nº 13/2014.

Macieira - SC, 10 de fevereiro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO A ATA DE RP Nº 16/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0027/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº0021/2014

REGISTO DE PREÇO Nº 0009/2014.

TERMO ADITIVO DE ATA - Reequilíbrio econômico financeiro.

Objeto: Registro de Preço para a contratação futura de empresa especializada para o fornecimento de combustível - tipo óleo diesel S10 - destinado ao abastecimento dos veículos e máquinas da Frota Municipal Município de Macieira, conforme quantidades e especificações constantes no Edital.

3º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 16/2014.

Contratada: SAFRA DIESEL LTDA.

Valor registrado: O valor do litro do óleo diesel S10 passa de R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) para o valor de R\$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos) sofrendo um acréscimo de 7% (sete por cento), de acordo com as justificativas do Termo Aditivo e Cláusula Terceira, item 3.1. da Ata de Registros de Preços nº 16/2014.

Macieira - SC, 10 de fevereiro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

TERMO ADITIVO Nº 2/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº0036/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0036/2014.

Tomada de Preços nº 0002/2014.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0041/2014.

Contrato Aditivo nº 2/2015 -

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de conclusão (segunda etapa) de ginásio de esportes na localidade do km 30, Município de Macieira, conforme Projeto, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: VERONA ENGENHARIA LTDA.

Vigência do Contrato: Fica prorrogado para mais 40 (quarenta) dias, ou seja, até 16/03/2015 .

Valor Total:Conforme Contrato nº 0041/2014.

Pagamento: Conforme Boletim de Medição emitido pelo engenheiro responsável.

Macieira - SC, 05 de fevereiro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROPOSTAS CONTRIBUIÇÃO AUXILIO FINANCEIRO E SUBVENÇÃO SOCIAL

COMUNICADO N. 001/2015

A Comissão de Análise de Propostas de Subvenções Sociais, ao final identificada, comunica que o prazo para divulgação das propostas aprovadas fica prorrogado para o dia 23/02/2015.

Caso haja questionamentos a respeito devem ser direcionados à respectiva comissão.

Aline Maria Eckel

Dircélia Pilz Mazur

Danielle Kondlatsch Valério

Joice Krzesinski

Juarez Rodrigues de Lima

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 007/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa especializada para realização de seguro com cobertura contra terceiros e seguro total para o veículo do Conselho Tutelar Palio Weekenk Attractive 1.4 2013 Placa MLX 0598 da frota oficial da Secretaria Municipal da criança e Ação Social através do através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08:30hr do dia 03/03/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 12 de fevereiro de 2015.

Roberto Agenor Scholze Diego Ricardo Krachinski

Prefeito Municipal

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios para Alimentação Escolar das Unidades Escolares do Município de Mafra - SC, com recursos Ordinários e Convênios FNDE/PNAF, FNDE/PNAP, FNDE/PNAC e FNDE/PNAE-AEE, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 27/02/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 12 de fevereiro de 2015.

Roberto Agenor Scholze Diego Ricardo Kracchinski
Prefeito Municipal
Pregoeiro Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 17/2015

PORTARIA Nº 17/2015, de 10 de fevereiro de 2015.

NOMEIA SERVIDOR, NÃO OCUPANTE DE CARGO DE OPERADOR DE SOM, PARA OPERAR OU SUPERVISIONAR A OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Mafra e, no Regimento Interno,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear o servidor, EDENILSON FERREIRA, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 2246575 e inscrito no CPF/MF sob o nº 694.166.729-04, como responsável pela operação de áudio e vídeo nas Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Itinerantes e Solenes da Câmara Municipal de Mafra.

Art. 2º Compete ao servidor nomeado;

I - verificar se os alto-falantes e microfones estão nos locais apropriados, verificar se os amplificadores e conectores elétricos estão bem instalados, testando todas as instalações e, quando necessário, solicitar reparos a fim de apoiar a realização das sessões e eventos;

II - verificar a correta instalação de equipamentos de sonorização, retroprojetores, slides e películas, DVD e similares;

III - colaborar na produção de cópias dos áudios e vídeos das sessões, sempre que solicitado;

IV - auxiliar a empresa de informática na transmissão via Web das

Sessões;

V - realizar gravação e backup do áudio das Sessões e eventos;

VI - operar mesa de som durante as sessões, controlando o adequado funcionamento sonoro, e, sempre que necessário, solicitar de forma célere os devidos reparos técnicos objetivando o bom funcionamento do áudio e vídeo nas sessões.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 10 de fevereiro de 2015.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DA LICITAÇÃO 08/2015 IN

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos da rede municipal de ensino Infantil e Fundamental, para o exercício de 2015, conforme credenciamento na Chamada Pública nº 01/2015.

Fonecedor: Cooperativa da Agricultura Familiar de Maracajá - Nova Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 13.518.726/0001-62.

Valor: R\$ 41.831,60 (quarenta e um mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

Base Legal: artigo 14 da Lei nº 11.947/2009.

Justificativa: A Inexigibilidade se faz necessária para o cumprimento da aplicação de no mínimo 30% (trinta por cento) do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, de conformidade com a Lei 11.947/2009 e resolução/CD/FNDE nº 26/2013. A escolha dos produtores e do preço justifica-se pelo credenciamento na chamada pública nº 01/2015.

Maracajá /SC, 12 de fevereiro de 2015.

Itaionara Tramontin Recco

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO 01/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 01/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Colix Soluções para Resíduos Ltda EPP

Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte e destino final (Incineração) dos resíduos do serviço de saúde ("lixo hospitalar") gerados na Contratante.

Valor: R\$ 637,00 (seiscentos e trinta e sete reais) mensal

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 02/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 02/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: WGS Sistemas Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços de Assessoria nos Controles Administrativos do Departamento Municipal de Saúde, acompanhamento das documentações junto às repartições Públicas na Capital do Estado, 22ª Gerência Regional de Saúde - GERSA e Assessoria Técnica em novos planos de saúde.

Valor: R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais) mensal

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 03/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 03/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Eduardo Goulart Pereira 00961208945

Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e sistemas de informática, compreendendo os microcomputadores e assemelhados do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá.

Valor: R\$ 312,00 (trezentos e doze reais) mensal

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 04/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 04/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Newsystem Comércio de Relógio Ponto Ltda

Objeto: Locação de 02 (dois) relógios ponto com leitura biométrica de impressão digital e suporte técnico especializado, para controle do ponto dos servidores públicos do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá/SC.

Valor: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensal

Vigência: 02/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 07/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 07/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Extra Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda EPP

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2015.

Valor: R\$ 9.061,50 (nove mil, sessenta e um reais e cinquenta centavos) global estimado.

Vigência: 19/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 08/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 08/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Isamed Materiais Médico Hospitalares Ltda ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2015.

Valor: R\$ 24.038,51 (vinte e quatro mil, trinta e oito reais e cinquenta e um centavos) global estimado.

Vigência: 19/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 09/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 09/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda
Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2015.
Valor: R\$ 22.413,10 (vinte e dois mil, quatrocentos e treze reais e dez centavos) global estimado.
Vigência: 19/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 10/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 10/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial Ltda
Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2015.
Valor: R\$ 11.528,00 (onze mil quinhentos e vinte e oito reais) global estimado.
Vigência: 19/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 11/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 11/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Hospclin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares Eireli ME
Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2015.
Valor: R\$ 82.018,80 (oitenta e dois mil, dezoito reais e oitenta centavos) global estimado.
Vigência: 19/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 12/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 12/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: La Dalla Porta Junior
Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2015.
Valor: R\$ 4.560,70 (quatro mil, quinhentos e sessenta reais e setenta centavos) global estimado.
Vigência: 19/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DO CONTRATO 13/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 13/2015
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Produvale Produtos Hospitalares Ltda
Objeto: Fornecimento parcelado de material médico hospitalar para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2015.
Valor: R\$ 5.039,90 (cinco mil trinta e nove reais e noventa centavos) global estimado.
Vigência: 19/01/2015 a 31/12/2015

Maravilha

CÂMARA DE VEREADORES DE MARAVILHA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2015, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2015.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2015.

Dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes e da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Vereadores para o ano legislativo de 2015 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina e os Vereadores das Bancadas do PMDB, PSDB, PTB, PP, PSD, PPS e PT, com base nos artigos 61, 64 e 71 da Resolução nº 001/2012 - Regimento Interno - combinado ainda com o artigo 69 do mesmo Diploma definiram:

Art. 1º Fica por esta Resolução Administrativa assim composta as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Vereadores para o ano legislativo de 2015:

1ª - Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação. (RI - art. 71, inciso I)

Membros: Eder Moraes (PMDB), Sergio Bourscheid (PPS) e Eliana Maria Simionato (PT).

2ª - Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização e Contas do Município. (RI - art. 71, inciso II)

Membros: Ivo Badia (PMDB), Lúrio Stieler (PP) e Doraci Felisiak (PSD).

3ª - Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social (RI - art. 71, inciso III)

Membros: Ivo Badia (PMDB), Eliana Maria Simionato (PT), e Atenor Waslaviki (PMDB).

4ª - Comissão de Transportes, Comunicações, Tecnologia, Informática, Obras Públicas e Urbanismo. (RI - art. 71, inciso IV)

Membros: Doraci Felisiak (PSD), Sergio Bourscheid (PPS), e Janir Antônio Signor (PSDB).

5ª - Comissão de Economia, Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor. (RI - art. 71, inciso V)

Membros: Sergio Bourscheid (PPS), Claudir Kuhn (PTB) e Eliana Maria Simionato (PT).

6ª - Comissão de Ética e Decoro Parlamentar (RI - art. 71, inciso VI - 06 membros, 03 titulares e 03 suplentes).

Membros titulares: Doraci Felisiak (PSD), Janir Antônio Signor (PSDB) e Marclei Lizete Radin Grando (PMDB);

Membros suplentes: Claudir Kuhn (PTB), Ivo Badia (PMDB) e Lúrio Stieler (PP).

Art. 2º As Comissões Permanentes mencionadas no artigo anterior, reunir-se-ão, individualmente, cada uma, sob a Presidência do membro mais idoso, entre os presentes, para elegerem o Presidente e o Secretário, na forma do artigo nº 68 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Resolução Administrativa nº 001/14.

Maravilha, SC, 03 de fevereiro de 2015.

Odair José Batistello

Presidente

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 02/2015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2015.

Designa Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores da Câmara Municipal de Vereadores, nomeados em decorrência do Edital de Concurso Público nº 001/2014, de 26/09/2014 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e de acordo com o artigo 41 da Constituição Federal, com a nova redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 19/98 de 04/06/2000, a Lei Complementar Municipal nº 003/2004 e as Leis Municipais nºs 3.369/09, 3.579/11, 3.773/14 e 3774/14 promulga a seguinte Resolução Administrativa:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Estágio Probatório dos Servidores da Câmara Municipal de Vereadores, nomeados em decorrência do Edital de Concurso Público nº 001/2014 de 26/09/2014, composta pelos seguintes membros, sob presidência do primeiro:

I - Nei Guzatti;

II - Marizete Savaris Utzig;

III - Rubiane Seidel.

Parágrafo Único. A referida nomeação é em caráter relevante, não onerando ônus para o Serviço Público Municipal.

Art. 2º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha, 10 de fevereiro de 2015.

Odair José Batistello

Presidente

QUADRO DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

SERVIDOR:	NÍVEL:
CARGO:	

O QUADRO ABAIXO DEVERÁ SER PREENCHIDO, ASSINALANDO COM X O CONCEITO QUE MELHOR IDENTIFICA O DESEMPENHO DO SERVIDOR.

FATORES AVALIADOS	ÓTIMO		BOM		SATISFATÓRIO		REGULAR		INSUFICIENTE	
	10	09	08	07	06	05	04	03	02	01
IDONEIDADE MORAL E BONS COSTUMES										
ASSIDUIDADE										
ORDEM E DISCIPLINA										
PRODUTIVIDADE										
CRIATIVIDADE E ATUALIZAÇÃO										
ZELO NA EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO										
RESPONSABILIDADE (Conduta Moral e Ética Profissional)										
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS (AVALIAÇÃO...)										

LEITURA CONCEITUAL;

Entende-se por:

Idoneidade Moral e Bons Costumes - As atitudes e comportamentos concernentes e adequados às expectativas da comunidade, especialmente aquelas condizentes com as atribuições do cargo, do servidor em avaliação, em relação à administração Pública Municipal.

Assiduidade - Cumprimento com o horário de início dos trabalhos, a presença e permanência regular do servidor na repartição ou local de seu trabalho, com o desempenho eficiente e tempestivo das atribuições do respectivo cargo, conforme grupo de atividades e área de lotação.

Ordem e Disciplina - A boa disposição e organização na execução das atribuições do cargo, respeitando autoridades hierárquicas e normas disciplinares pertinente.

Produtividade - Os resultados positivos e eficiente que decorrem da execução das tarefas inerentes às atribuições do cargo, conforme grupo de atividades e área de lotação.

Criatividade e atualização - A capacidade eficiente de criar, de empreender e de buscar alternativas, soluções de inventividade e aprimoramento profissional para situações novas ou inesperadas no trabalho, dentro das atribuições do respectivo cargo, conforme grupo de atividades e área de lotação.

Zelo na execução das atribuições do cargo - As atitudes positivas que dizem respeito à segurança no trabalho, conservação e manutenção de equipamentos usuais, bens públicos sendo prestativo e diligente no serviço público conforme grupo de atividades e área de lotação.

Responsabilidade (conduta moral e ética profissional) - entende-se por responsabilidade: agir com discrição, demonstrar agilidade mental, firmeza e coerência de atitudes. Inspirar confiança evidenciar-se um indivíduo honesto, sincero, utilizando critério consciente e justo para julgamento. Fidelidade aos seus compromissos, cumprir a legislação vigente assumir as obrigações do trabalho. Apreciar fatos com sensatez, clareza e ponderação. Ser resoluto/decidido. Decidir com propósito de acertar.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

O período de acompanhamento e avaliação será de três anos, porém os últimos seis meses serão reservados à comissão, para a produção dos respectivos relatórios.

O Servidor em Estágio Probatório será acompanhado e avaliado permanentemente, mediante relatório semestral, do que será dado ciência ao respectivo servidor, mediante assinatura.

O Servidor que, em um, ou qualquer dos itens avaliados, não alcançar a nota ou pontuação igual ou superior a média aritmética final 7 (sete), será tido como ineficiente para o serviço público, devendo ser exonerado, assegurando-se-lhe o direito à produção do contraditório administrativo.

A Comissão de Acompanhamento e de Avaliação será constituída por Resolução Administrativa composta por 3 (três), servidores Municipais. A avaliação respeitam às pontuações e demais itens deste Quadro.

Os casos não previstos neste Quadro, serão apreciados e decididos pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento de Estágio Probatório, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e, no caso de recurso ao Presidente da Câmara, a decisão será proferida no mesmo prazo.

A Comissão quando julgar necessário, poderá solicitar Assessoria Jurídica ou pareceres dos profissionais que prestam tal serviço ao Município.

O Quadro de Acompanhamento e Avaliação dos Servidores Municipais em Estágio Probatório deverá ser corretamente preenchido e completado, nos espaços pertinentes, com a assinatura do Presidente da Câmara de Vereadores de Maravilha, dos Membros da Comissão e com o ciente do Servidor.

A avaliação final será a média aritmética da soma dos pontos ou notas obtidas em cada avaliação, nas condições deste Quadro.

OBSERVAÇÕES DO PRESIDENTE, QUANDO JULGAR NECESSÁRIO:

VISTO _____

PARECER CONCLUSIVO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

VISTO _____

APOSTILA:

O servidor que concluir, com eficiência, nas condições deste Quadro, o seu respectivo estágio probatório, terá apostilado junto ao seu ato de nomeação a condição de servidor estável.

Fluido o prazo para recursos, a decisão da Comissão será definitiva e o Relatório de Conclusão encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal para acatamento e determinação de Apostilamento.

Período da avaliação	Servidor;	Visto Presidente da Comissão;
----------------------	-----------	-------------------------------

MARAVILHA-SC, em de de

Assinaturas da Comissão:

Presidente Membros:

Massaranduba

PREFEITURA

CO 38/2013 AD 38/6 - SUPRESSÃO - PAV. 1º BRAÇO (SÃO PAULINHO - STO ANJO)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 38/2013

SEXTO TERMO ADITIVO 38/6 - SUPRESSÃO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 57/2013

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº.05/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização da estrada 1º Braço do Norte, trecho São Paulinho ao morro do Santo Anjo.

Valor da Supressão: R\$ 29.489,35

Massaranduba, 02 de Fevereiro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CO 44.2014 - AD 44.2 - UBS BENJAMIN CONSTANT-VB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 44 / 2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO 44 / 2

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 24/2014- FMS

Tomada de Preços O. S. Engª nº.01/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a reforma e ampliação de USB - Unidade Básica de Saúde, na localidade de Benjamin Constant, conforme projeto e planilha orçamentária. Área total de 215,85m2.

VALOR: R\$ 9.844,34

Massaranduba, 09 de Fevereiro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE - Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

CO48/2013 AD48/4 - SUPRESSÃO E VALOR - E. 1º BRAÇO TRECHO 2

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 48/2013

QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 48/4 - SUPRESSÃO E VALOR

Processo Licitatório nº. 79/2013

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº. 07/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização da estrada 1º Braço do Norte, trecho 2, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e orçamento quantitativo. Motivos anexos ao contrato.

SUPRESSÃO DE: R\$ 44.015,49

ADITIVO DE: R\$ 71.807,06

Massaranduba, 06 de Fevereiro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

FASS LICITAÇÃO 3.2015 - PRP 1.2015 - AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA GRUPOS DE CONVIVENCIA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3/2015 - FASS

PREGÃO PRESENCIAL REG. PREÇOS - Nº. 1.2015

O Fundo Municipal de Assistência Social de Massaranduba, torna público conforme Decreto Municipal nº. 2.051, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, adjudicando o menor preço por item, inerente a aquisição de alimentação para os grupos de convivência familiar e fortalecimento.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 13:30h do dia 25/02/2015

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:00h do dia 25/02/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 12 de Fevereiro de 2015.

ANNA K. R. FRANZ

Gestora

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA Nº 003/2015**

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2015

OBJETO: Fornecimento de diversos gêneros de alimentação (água mineral, café, açúcar, leite) e materiais de copa e cozinha (coador de papel) para manutenção da copa da Câmara de Vereadores de Massaranduba (SC).

CONTRATADO: MERCADO SPÉZIA LTDA EPP.

CNPJ: 03.916.528/0001-01

PROCESSO Nº.: 003/2015

VALOR: R\$ 4.963,33 (Quatro mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos).

ITEM	QTDE	UNID.	DESCRIÇÃO	Unit. R\$	Total R\$
01	850	frascos	Água mineral sem gás 500 ml, SCHIN	0,98	833,00
02	750	frascos	Água mineral com gás 500 ml, SCHIN	1,18	885,00
03	145	galão	Água mineral 20 litros, VILA NOVA	8,45	1.225,25
04	90	pacote	Café em Pó Tradicional, torrado e moído, 500 gramas, MELLITA	8,95	805,50
05	07	pacote	Açúcar refinado embalagem de 1 kg, CARAVELAS	1,64	11,48
06	10	caixa	Leite longa vida, desnatado, com tampa de rosquear 1l, PIA	1,55	15,50
07	100	lata	Leite em Pó Integral 400 gramas, NINHO	11,48	1.148,00
08	20	caixa	Coador de papel 103 com 30 unidades, MELLITA	1,98	39,60

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

JUSTIFICATIVA:

A Câmara de Vereadores realizou orçamento de gêneros alimentícios e materiais para manutenção da copa da Câmara de Vereadores a serem utilizados no decorrer do exercício de 2014, com três empresas, sendo que a empresa Mercado Spézia apresentou menor preço para os itens pretendidos e que estes itens são indispensáveis para a manutenção da copa, sendo justificável a sua aquisição.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foram realizados orçamentos para a contratação do objeto os quais farão parte integrante deste processo de dispensa. O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 12 de Fevereiro de 2015.

SILVIO MAINKA

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (acréscimo de valor)
Contrato nº. 001/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: AUTO POSTO MELEIRO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Gasolina Comum), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor acrescido: R\$ 5.785,50
Data da assinatura: 10 de fevereiro de 2015.

EXTRATO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (acréscimo de valor)
Contrato nº. 002/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: AUTO POSTO MELEIRO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Gasolina Comum), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor acrescido: R\$ 5.766,00
Data da assinatura: 10 de fevereiro de 2015.

EXTRATO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (acréscimo de valor)
Contrato nº. 002/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel e Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor acrescido: R\$ 7.000,00
Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2015.

EXTRATO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (acréscimo de valor)
Contrato nº. 003/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel e Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor acrescido: R\$ 53.400,00
Data da assinatura: 06 de fevereiro de 2015.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇOS FMAS 004/2015

Fundo Municipal de Assistência Social de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 004/2015. Objeto: contratação de empresa para aquisição de Contratação de empresa de consultoria para realização de Projeto Ocupacional tendo como objetivo desenvolvimento de projeto de capacitação em trabalhos manuais das técnicas de (Bordado Crivo e Patchwork) sendo o mesmo voltados aos grupos de idosos, famílias carentes assistidas pelos programas sociais Bolsa Família e CRAS do Município de Morro da Fumaça com materiais para o desenvolvimento das atividades, para uso imediato, emergencial e cumprimento de mandados judiciais. Data: 26/02/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Michel Antônio Maccari – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO Nº 11/2014 PMN

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Processo Licitatório nº 11/2015.

Ao(s) 10 de Fevereiro de 2015, às 17:29 horas, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 71, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 11/2015, Licitação nº. 11/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME, BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP, EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA ME, FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL LTDA - ME, DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANCA LTDA - EPP, RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - ME, COMERCIAL MULTIVILLE LTDA, AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, MARA TEREZINHA MOREIRA - EPP, PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME, TAYU QUIMICA LTDA, JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP, BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA - ME, NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME, LUIZ MINIOLI NETTO - EPP, PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP (13370), LICITAL COMERCIAL LTDA - ME, COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA,,PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - M, ZELI ODETE DA SILVA - ME, DANNA COMERCIAL EIRELI - ME, IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA - ME, HIGI PLUS DISTRIBUIDORA DE PRDUTOS DE HIGIENE PESS, ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, MAYCON WILL - ME.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- REABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES CREDENCIADAS ANTERIORMENTE COM EXCEÇÃO DA EMPRESA VENCOLI QUE APRESENTOU NOVO CREDENCIADO.FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS E VISTADAS PELOS PRESENTES. FOI ACORDADO ENTRE OS LICITANTES QUE OS REGISTROS SOLICITADOS NO EDITAL SERIAM ANALISADOS SOMENTE DOS LICITANTES QUE FOREM PARA A ETAPA DE LANCES PARA AGILIZAR O PROCESSO. COM A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELOS PRESENTES VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA LICITAL APRESENTOU PROPOSTA ASSINADA COM CARIMBO E CNPJ DE OUTRA EMPRESA SENDO DESCLASSIFICADA. COM RELAÇÃO À EMPRESA MARA TEREZINHA FOI DESCLASSIFICADA O ITEM 31 (VASSOURA) POR NÃO APRESENTAR MARCA. AS EMPRESAS EXPRESSÃO, NOVA ESPERANÇA E HIGIPLUS FORAM DESCLASSIFICADOS NO ITEM 01 POR NÃO APRESENTAREM REGISTRO DO MS. A EMPRESA IMPELL FOI DESCLASSIFICADA NO ITEM 02 POR NÃO APRESENTAR REGISTRO NO MS. AS EMPRESAS LUIZ MINIOLI, EXPRESSÃO E COMERCIALIZZA TAMBÉM NÃO ATENDERAM AO SOLICITADO NO EDITAL CONFORME REGISTRO NO MS.AS EMPRESAS NOVA ESPERANÇA E EXPRESSÃO APRESENTARAM REGISTRO VENCIDO DO MS. A EMPRESA JP APRESENTOU CA DO M.T.E PARA LUVA DE LATEX E NÃO DE VINIL CONF ITENS DO EDITAL 10, 11 E 12 E COMERCIAL STORINNY NÃO APRESENTOU. A EMPRESA LUIZ MINIOLI NÃO APRESENTOU C.A DO ITEM 13 SENDO DESCLASSIFICADA.PARA O ITEM 14 A EMPRESA APRESENTOU CA PARA LUVA DE VINIL E NÃO DE LATEX COMO SOLICITA O EDITAL. AS EMPRESAS RARIDADE, SATELITE, EXPRESSÃO E IMPELL TAMBÉM NÃO CUMPRIRAM COM O SOLICITADO NO EDITAL COM RELAÇÃO AO C.A DO M.T.E. E FORAM DESCLASSIFICADAS. PARA O ITEM 22 A DISTRIB. NOVA ESPERANÇA FOI DESCLASSIFICADA

POR APRESENTAR REGISTRO NO M.S. VENCIDO. PARA O ITEM 24 AS EMPRESAS LUIZ MINIOLI, TIAGO, MAXIMA HIGIPLUS, SATELITE E A EMPRESA NOVA ESPERANÇA (APRESENTOU REGISTROU DE SABONETE INFANTIL) NÃO APRESENTARAM O REGISTRO DO MS EM CONFORMIDADE COM O SOLICITADO NO EDITAL E A EMPRESA COMERCIALIZZA APRESENTOU REGISTRO NO MS VENCIDO E A EMPRESA BARKI SÓ APRESENTOU FICHA TÉCNICA. PARA O ITEM 34 A EMPRESA MAXIMA FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR REGISTRO NO MS. A LICITANTE PJ SALIENTOU QUE VERIFICARÁ AS AMOSTRAS DOS ITENS COTADOS. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE A EMPRESA EXPRESSÃO APRESENTOU A CERTIDÃO ESTADUAL VENCIDA EM 09/02/2015 COMO A MESMA É ME/EPP TEM PRAZO LEGAL PARA APRESENTÁ-LO. NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. REABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES CREDENCIADAS ANTERIORMENTE COM EXCEÇÃO DA EMPRESA VENCOLI QUE APRESENTOU NOVO CREDENCIADO.FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS E VISTADAS PELOS PRESENTES. FOI ACORDADO ENTRE OS LICITANTES QUE OS REGISTROS SOLICITADOS NO EDITAL SERIAM ANALISADOS SOMENTE DOS LICITANTES QUE FOREM PARA A ETAPA DE LANCES PARA AGILIZAR O PROCESSO. COM A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELOS PRESENTES VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA LICITAL APRESENTOU PROPOSTA ASSINADA COM CARIMBO E CNPJ DE OUTRA EMPRESA SENDO DESCLASSIFICADA. COM RELAÇÃO À EMPRESA MARA TEREZINHA FOI DESCLASSIFICADA O ITEM 31 (VASSOURA) POR NÃO APRESENTAR MARCA. AS EMPRESAS EXPRESSÃO, NOVA ESPERANÇA E HIGIPLUS FORAM DESCLASSIFICADOS NO ITEM 01 POR NÃO APRESENTAREM REGISTRO DO MS. A EMPRESA IMPELL FOI DESCLASSIFICADA NO ITEM 02 POR NÃO APRESENTAR REGISTRO NO MS. AS EMPRESAS LUIZ MINIOLI, EXPRESSÃO E COMERCIALIZA TAMBÉM NÃO ATENDERAM AO SOLICITADO NO EDITAL CONFORME REGISTRO NO MS.AS EMPRESAS NOVA ESPERANÇA E EXPRESSÃO APRESENTARAM REGISTRO VENCIDO DO MS. A EMPRESA JP APRESENTOU CA DO M.T.E PARA LUVA DE LATEX E NÃO DE VINIL CONF ITENS DO EDITAL 10, 11 E 12 E COMERCIAL STORINNY NÃO APRESENTOU. A EMPRESA LUIZ MINIOLI NÃO APRESENTOU C.A DO ITEM 13 SENDO DESCLASSIFICADA. PARA O ITEM 14 A EMPRESA APRESENTOU CA PARA LUVA DE VINIL E NÃO DE LATEX COMO SOLICITA O EDITAL. AS EMPRESAS RARIDADE, SATELITE , EXPRESSÃO E IMPELL TAMBÉM NÃO CUMPRIRAM COM O SOLICITADO NO EDITAL COM RELAÇÃO AO C.A DO M.T.E. E FORAM DESCLASSIFICADAS. PARA O ITEM 22 A DISTRIB. NOVA ESPERANÇA FOI DESCLASSIFICADA POR APRESENTAR REGISTRO NO M.S. VENCIDO. PARA O ITEM 24 AS EMPRESAS LUIZ MINIOLI, TIAGO, MAXIMA HIGIPLUS, SATELITE E A EMPRESA NOVA ESPERANÇA (APRESENTOU REGISTROU DE SABONETE INFANTIL) NÃO APRESENTARAM O REGISTRO DO MS EM CONFORMIDADE COM O SOLICITADO NO EDITAL E A EMPRESA COMERCIALIZZA APRESENTOU REGISTRO NO MS VENCIDO E A EMPRESA BARKI SÓ APRESENTOU FICHA TÉCNICA. PARA O ITEM 34 A EMPRESA MAXIMA FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR REGISTRO NO MS. A LICITANTE PJ SALIENTOU QUE VERIFICARÁ AS AMOSTRAS DOS ITENS COTADOS. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE A EMPRESA EXPRESSÃO APRESENTOU A CERTIDÃO ESTADUAL VENCIDA EM 09/02/2015 COMO A MESMA É ME/EPP TEM PRAZO LEGAL PARA APRESENTÁ-LO. NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

DOUGLAS LEMOS

MARIA BENEDITA CORREA

PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

ADRIANA CORREA

Navegantes, 10 de Fevereiro de 2015

ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS48/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS048/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 48/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 48/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMU DE NAVEGANTES NAS OCORRENCIAS DE EMERGENCIA E URGENCIA A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC

Fornecedor: ALTERMED MAT MED. HOSPITALAR

Valor Total: R\$ 19.882,90

Fornecedor: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA.

Valor Total: R\$ 44.219,00

Fornecedor: MAURO MARCIANO GARCIA FREITAS.

Valor Total: R\$ 6.270,00

Fornecedor: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor Total: 2.385,00.

Vigência: 06/02/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 06 de fevereiro de 2015.

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2014 FMS

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS.

Informamos para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial nº 055/2014 que as amostras apresentadas pelos vencedores do Pregão Presencial nº 055/2014 foram analisadas pela Secretaria de Saúde do Município, conforme:

Item 01 – Altermed Mat. Méd.Hospitalar Ltda - Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item “embalagem com 30 unidades”.

Item 02 – Jacques Brião Moreira Me – Aprovado.

Item 03 – Fraldas CK Ind e Comércio Ltda. Aprovado.

Item 04 – Fraldas CK Ind e Comércio Ltda. Aprovado.

Item 05 – Jacques Brião Moreira Me Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item “embalagem com 30 unidades”.

Item 06 - Jacques Brião Moreira Me Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item “embalagem com 30 unidades”.

Item 07 – Jacques Brião Moreira Me Reprovado. A quantidade apresentada inferior ao descrito no item “embalagem com 30 unidades”.

Item 08 - Jacques Brião Moreira Me A quantidade apresentada inferior ao descrito no item “embalagem com 30 unidades”.

Departamento de Compras e Licitações / Secretaria de Administração.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 07/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 07/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGENCIA, INTERNAÇÕES HOSPITALARES E ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM A FINALIDADE DE ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 06/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 06/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 13/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 13/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA - COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS - EM DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO SEXTAVADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DE DIVERSAS RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES Nº 0400738-78, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 19/03/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 19/03/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 243/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 243/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, OBJETIVANDO A REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS PRÉDIOS PÚBLICOS. Data da entrega dos envelopes: 27/02/2015

até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 27/02/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 27/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS) COM OPERADORES E MOTORISTAS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 27/02/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 27/02/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

PORTARIA 163 CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA Nº 163 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com a lei 2681 de 25/3/2013,

RESOLVE:

I NOMEAR o Conselho Municipal da Mulher, de acordo com o que determina a lei 2681 de 25/3/2013, cujos integrantes são os seguintes:

Secretaria de Assistência Social - Titular: Maria José Flor
Suplente: Maria Solange Pereira Fornari

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão
Titular: Regiane Nilzer
Suplente: Mariana Inácio Fernandes

Secretaria da Educação - Titular: Marta Eni Dutra
Suplente: Beatriz Pacheco da Rocha

Secretaria de Comunicação Social - Titular: Lilian Balelo
Suplente: Ilva Maila Santos Gaya

Secretaria da Saúde - Titular: Aline Vieira
Suplente: Lizete de Souza

II A Presidência do Conselho ora nomeado fica a cargo da representante titular da Secretaria da Assistência Social, Maria José Flor.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO 005/2015

CONTRATO Nº 005/2015

Origem: Compra Direta. Homologação: 05/02/2015. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, centro, 88270-000, CNPJ nº 08.858.200/0001-91. Contratada: DEMARCHI INFORMÁTICA LTDA. ME., inscrita no CNPJ nº 17.981.360/0001-14, com sede à Rodovia João Gualberto Soares, nº 9067, Bairro São João do Rio Vermelho, cidade de Florianópolis/SC, CEP 88060-000. Objeto do Contrato: É objeto deste contrato a Prestação de serviço remoto de manutenção, configuração, capacitação e demais tarefas que possam surgir referente ao sistema SIA, SCNES, SIGTAP, MAXPPI, SISREG, E-SUS (CDS e PEC), BPAMAG, SISCAN, SISPRENATAL, HÓRUS, FPO, APAC, RAAS, SISRCAA, TABWIN, TABNET, SIAB, CADWEB (Cartão Nacional de Saúde), SI-PNI, SISVAN, TELESAUDE, PMAQ, SISMOB, FNS (Projetos), SISPACTO, SARGSUS, SAIPS, SCPA, SGP além de Prontuários Eletrônicos dos mais diversos, voltados para atenção básica e média complexidade em saúde. Valor total do Contrato R\$ 7.584,00 (Sete mil, quinhentos e oitenta e quatro reais) por 12 meses. Vigência do contrato: 05/02/2015 até 04/02/2016.

Nova Trento, 05 de fevereiro de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito

DECRETO Nº 017/2015

DECRETO nº 017/2015

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 11/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Edital de Classificação Final do Processo Seletivo, realizado de acordo com o Edital nos 11/2014, conduzido pela Comissão de Processo Seletivo, para provimento das vagas no âmbito do Poder Executivo Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, cuja relação dos classificados consta no Anexo Único do respectivo Edital objeto da homologação.

Art. 2º O prazo de validade do processo seletivo simplificado ora homologado é de caráter excepcional e temporário, em postos de trabalho, respeitando o prazo máximo correspondente ao tempo de afastamento, ou no caso de vacância, o prazo máximo de 12 (doze) meses, em ambos os casos limitado ao período letivo remanescente no ano de 2015 a contar da data de publicação deste Decreto, nos termos da legislação municipal de regência.

Art. 3º A convocação dos aprovados para a posse nos respectivos cargos dar-se-á por Decreto, na medida das necessidades da Administração Pública municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 05 de fevereiro de 2015.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 018/2015

DECRETO nº 018/2015

convoca os aprovados no processo seletivo 10/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 09 fevereiro de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 05 de fevereiro de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 018/2015)

CARGO: FISCAL DE OBRAS

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Aline Boso

CARGO: INSTRUTOR DE INFORMÁTICA - AGUTI

CLASS.	NOME COMPLETO
02	Fernanda Ingrid Battisti

PORTARIA Nº 115/2015

PORTARIA Nº 115/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, convocado conforme Decreto nº 011/2015, LUAN DANIEL KOCH, matrícula nº 6526, para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, a contar de 02 de fevereiro de 2015 a 31 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LUAN DANIEL KOCH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Irmãos Pedro e José Feller, nº 130, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 010.568.699-92, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 02 de fevereiro de 2015 a 31 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Luan Daniel Koch

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 116/2015

PORTARIA Nº 116/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, convocado conforme Decreto nº 011/2015, DOGLAS DALRI, matrícula nº 6527, para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, no Município de Nova Trento, a contar de 02 de fevereiro de 2015 a 31 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor DOGLAS DALRI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Virgílio Dallabrida, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 062.878.309-48, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, no Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.559,04 (hum mil quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, a partir de 02 de fevereiro de 2015 a 31 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Doglas Dalri

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 117/2015

PORTARIA Nº 117/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 10/2014, de 27/11/2014, convocada conforme Decreto nº 011/2015, GIOVANA CADORIN HOFFMANN, matrícula nº 6528, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, (Ensino Fundamental Área I - Sala Multifuncional) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento, a contar de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GIOVANA CADORIN HOFFMANN, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua João Manoel de Souza Filho, nº s/n, Bairro Carmelo Dentro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 068.924.579-32, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, (Ensino Fundamental Área I - Sala Multifuncional) com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, no Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.304,18 (dois mil trezentos e quatro reais e dezoito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos

mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de fevereiro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Giovana Cadorin Hoffmann

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 121/2015

PORTARIA Nº 121/ 2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal BRUNA MINATTI, matrícula nº 5469, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento, a partir do dia 30 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 122/2015

PORTARIA Nº 122/ 2015

Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto dos Servidores do Magistério Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação à Servidora Pública Municipal INÊS DE AGUIRRE TAMANINI, matrícula nº 11, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência E, (Ensino Fundamental - Inglês), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na E. E. Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Reis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de fevereiro de 2016, conforme resultado pericial datado de 02/02/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 123/2015

PORTARIA Nº 123/ 2015

Remoção

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com os arts. 24 e 26, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

REMOVER a Servidora Pública Municipal MIRIELLE DEMONTI AMORIN, matrícula nº 1060, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência I, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, para o Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a partir de 15 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 124/2015

PORTARIA Nº 124/ 2015

Remoção

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com os arts. 24 e 26, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, (Estatuto do Magistério Público Municipal),

RESOLVE:

REMOVER a Servidora Pública Municipal MARIA MARLENE GANDIN BOSO, matrícula nº 1055, ocupante do cargo de Professor Nível I, Referência L (Área IV - Educação Infantil), com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, para a Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin - Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, a partir de 15 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 126/2015

PORTARIA Nº 126/ 2015

Atribui Exercício

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

ATRIBUIR Exercício na Escola de Ensino Fundamental Aguti, à Servidora Pública Municipal IVONE ARMELINI TOMASI, matrícula nº 422, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, por motivo de encerramento das atividades da Escola de Ensino Fundamental Pitanga, conforme Decreto nº 246, de 01 de dezembro de 2014, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria, em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 127/2015

PORTARIA Nº 127/ 2015

Atribui Exercício

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

ATRIBUIR Exercício na Escola de Ensino Fundamental Aguti, à Servidora Pública Municipal APARECIDA GILLI TOMIO, matrícula nº 529, concursada no cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, por motivo de encerramento das atividades da Escola de Ensino Fundamental Pitanga, conforme Decreto nº 246, de 01 de dezembro de 2014, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria, em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 132/2015

PORTARIA Nº 132/ 2015

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal IVANA TEREZINHA VALLE REZZINI, matrícula nº 6535, para exercer o cargo de Provedor em Comissão de Chefe de Creche, Nível CC-20, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Nova Trento, a partir do dia 02 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de fevereiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO 015/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - Registro de Preços Nº 003

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição parcelada de Oxigênio Medicinal e Óxido Nitroso Medicinal, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, conforme condições, especificações e quantidades contidas no Anexo I, parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 27/02/2015 até as 09:30 horas. Abertura: 27/02/2015 - 09:30 horas.

Outras Informações: Fone(s): 48.32673211 - 48.32673213 ou através do e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br e pelo site www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO 018/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015 - Registro de Preços Nº 005

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de AREIA, para utilização no conserto e pavimentação de vias públicas e para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Obras do Município de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, nas quantidades e especificações constantes do anexo I, que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 02/03/2015 até as 14:30 horas. Abertura: 02/03/2015 - 14:30 horas.

Outras Informações: Fone(s): 48.32673211 - 48.32673213 ou através do e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br e pelo site www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015 – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 019/2015 - Tomada de Preços nº 001/2015
Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material para Construção dos Banheiros e Cozinha no Galpão da Cancha Municipal de Bocha, Município de Nova Trento, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: Menor Preço Global no regime de Empreitada Global por preço Unitário. Entrega dos envelopes: 05/03/2015 até as 09:00 horas. Abertura: 05/03/2015 - 09:05 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267 3211 - (48) 3267 3213; e-mail: comprasnovatrento@gmail.com; compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL PL Nº 016/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

1- O Prefeito Municipal do Município de Novo Horizonte, do estado de Santa Catarina, torna público aos interessados a alteração da descrição do item 2.1 letra "a" do objeto do edital de licitação relativo ao Processo Licitatório Nº 016/2015 - Pregão Presencial nº 005/2015 e consequentemente no Anexo III, VII e VIII do edital. Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual Contratação de Rádio AM para a prestação de Serviços de Radiodifusão com alcance em toda extensão territorial do Município de Novo Horizonte/SC, para veiculação de notícias, avisos, comunicados, programas, campanhas das diversas Secretarias/Departamentos, compreendendo:

a)-Divulgação do Informativo Semanal com 10 (dez) minutos de duração a ser realizado todos os Sábados no horário das 12:45 às 12:55 horas, com redação feita a critério da Administração.
(...)

2- Alteração da descrição da letra "a" do item 2.1 e nos Anexos III, VII e VIII do edital:

Onde se lê:

"a)-... todos os Sábados no horário das 12:45 às 12:55:00 horas"

Lê-se:

"a)-...todas as Sextas feiras no horário das 12:25 às 12:35 horas"

3- Ficam mantidas e ratificadas as demais condições e disposições estabelecidas no edital.

Novo Horizonte/SC, em 12/02/2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

EXTRATO TA Nº 001 AO CA FMS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo FMS Nº : 001 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 003/2015

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor (Acréscimo) : 2.654,74 (dois mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (11), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (14)

Objeto : Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (acréscimo) de Preço do valor do litro dos combustíveis constante nos itens 01 (R\$ 0,13), 02 (R\$ 0,19) e 03 (R\$ 0,12) da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - para aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015, do Contrato Administrativo Nº 003/2015.

Novo Horizonte/SC, em 12 de Fevereiro de 2015

DIRCEU MEZOMO

Gestor FMS

EXTRATO TA Nº 001 AO CA Nº 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 008/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME

Valor (Acréscimo) : 25.650,97 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos)

Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2014

Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (4),

2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93),

2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (95), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto : Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (acréscimo) de Preço do valor do litro dos combustíveis constante nos itens 01 (R\$ 0,13), 02 (R\$ 0,19) e 03 (R\$ 0,12) da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - para aquisição de combustíveis e prestação de serviço de lavagem, conserto e montagem de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2015.

Novo Horizonte/SC, em 12 de Fevereiro de 2015

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

EXTRATO TA Nº 001 AO CA Nº 099/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Nº: 099/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: RICARDO M. EBERT - ME

O valor deste aditivo consiste na redução de R\$ 1.630,00 (Um mil seiscentos e trinta reais), passando a ser o valor do contrato de R\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais).

Vigência : Início: 11/02/2015 Término: 22/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2014

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na redução do valor do item 03, constante da CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, item 2.1 - Pelo objeto descrito na Cláusula Primeira deste Contrato, o Contratante pagará ao Contratado o valor de R\$ 18.130,00 (Dezoito mil cento e trinta reais) referente ao OBJETO - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULO PARA ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE -SC - Contrato Administrativo Nº 099/2014 de 23 de Dezembro de 2014.

Novo Horizonte/SC, em 11 de Fevereiro de 2015.

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 18/2015/FMS SEGUROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGUROS DOS VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS CONFORME ANEXOS

Recebimento das Propostas: até o dia 10/03/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 10/03/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:

- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas,

- Telefone (48) 3886.0100,

- Email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou licitacao3@orleans.sc.gov.br

- Site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 12 de Fevereiro de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretaria de Saúde

AVISO Nº 34/2015 GINASIO RIO DAS FURNAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 34/2015.

Tipo: Menor Preço/Global

Objeto: CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO GINASIO DE ESPORTES DA COMUNIDADE DE RIO DAS FURNAS, ORLEANS, SC, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR003613, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICIPIO DE ORLEANS

Recebimento das Propostas: até o dia 05/03/2015 às 16h00m.

Abertura das Propostas: dia 05/03/2015, às 16h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 12 de Fevereiro de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

AVISO Nº 35/2015 BRASIL CARINHOSO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, AR CONDICIONADO, VENTILADORES, NOTEBOOKS PARA USO DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - PROJETO BRASIL CARINHOSO.

Recebimento das Propostas: até o dia 10/03/2015 às 15h45m.

Abertura das Propostas: dia 10/03/2015, às 16h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 12 de Fevereiro de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

ERRATA DO EDITAL CONCURSO PUBLICO Nº001/2015

ERRATA AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015

O MUNICIPIO DE ORLEANS, através da Comissão de Concurso Público, nomeada pelo Decreto nº 3.734 de 01 de outubro de 2014, no uso de suas atribuições legais, torna público a presente errata ao edital de Concurso Público n.º 001/2015.

O item 6.7.3. As 9h os portões serão fechados e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário.

Passa a vigorar com a seguinte redação:

6.7.3. As 8h os portões serão fechados e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário.

Orleans, SC, 12 de fevereiro de 2015.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão do Concurso Público

Fica homologado a presente ERRATA ao EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015.

Orleans, SC, 12 de fevereiro de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Ouro Verde

PREFEITURA

0001/2015CV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
AVISO DE CONVITE 0001/2015

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Convite Objeto: O objeto da presente licitação para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na manutenção em Equipamentos informatizados compreendendo: Microcomputador, monitor, servidor, impressoras, nobreak, softwares, modems, roteadores e redes de internet da estrutura administrativa do município de Ouro Verde/SC. Entrega dos Envelopes: Até as 11h00min dia 24 de fevereiro de 2015. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 11h05min dia 24 de fevereiro de 2015. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 12 de fevereiro de 2015.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 018, DE 30 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO Nº 018, DE 30 DE JANEIRO DE 2015.

Convênio que celebram entre si, o Município de Palhoça/Secretaria Municipal de Educação e a Associação Catarinense para a Integração do Cego- ACIC.

O MUNICIPIO DE PALHOÇA, com sede á Av. Hilza Terezinha Pagani, 289, Parque Residencial Pagani, CEP: 88130-000 - Palhoça/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.316/0001-00, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, aqui representada pelo Prefeito o SR. CAMILO NAZARENO MARTINS, de um lado, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO - ACIC, oradito(a) INSTITUIÇÃO, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 83.598.136/0001-72, Utilidade Pública Municipal Lei nº 1.606 de 28/08/78, estabelecido (a) à Rodovia Virgílio Várzea, 1300- Saco Grande II - Florianópolis- SC, neste ato representado pelo Presidente Senhor JAIRO DA SILVA, amparada no que dispõe a Lei nº 4.105, de 23 de setembro de 2014 e Decreto Legislativo nº 371/2014, celebram o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O Presente Convênio consiste na cooperação técnica entre o MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a INSTITUIÇÃO, que sejam comunitárias, filantrópicas ou confessionais, sem fins econômicos regularmente constituídas para o atendimento aos educandos, conforme prevê o Decreto nº 6.571/2008 do Ministério da Educação e Cultura (MEC)- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICIPIO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Prestar orientação técnica e supervisionar a execução dos programas que estejam relacionados com o objetivo deste convênio;

Assessorar, através do Setor Pedagógico, a Instituição Conveniada;

Garantir a formação continuada dos profissionais, quando oferecida para a Rede Municipal de ensino;

Oferecer traslado conforme horário pré estabelecido pela instituição, e em conformidade com a presente CLÁUSULA TERCEIRA deste objeto, para ida de Palhoça até Sede da Instituição, e retorno da Sede da Instituição até Palhoça, aos educandos cegos ou com baixa visão regularmente matriculados na rede municipal de educação de Palhoça, estando devidamente acompanhados pelos seus genitores ou responsáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO:

Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização do MUNICÍPIO, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;

Realizar atendimento especializado nas áreas de habilitação, reabilitação e profissionalização, promovendo a inclusão do aluno com cegueira ou baixa visão;

Participar quando convocada das reuniões promovidas pela

Secretaria Municipal de Educação de Palhoça;

Seguir as orientações e diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação de Palhoça;

Participar das discussões relacionadas à educação que ocorram no âmbito Municipal vinculadas a formação continuada de profissionais e gestores;

O Plano de Trabalho entregue na Prefeitura para dar início ao convênio, deverá ser cumprido e quando houver alteração, será necessário apresentar justificativa.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO:

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO:

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pelo MUNICÍPIO ou pela INSTITUIÇÃO, quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando neste caso, a imediata suspensão do convênio.

Poderá haver rescisão também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

Palhoça, 30 de janeiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

Camilo Nazareno Pagani Martins - Prefeito Municipal

Associação Catarinense Para Integração do Cego - ACIC

Jairo da Silva - Presidente da ACIC

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIO Nº 019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONVÊNIO Nº 019, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça e o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, CEP: 88.130-000, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, e de

outro lado o GRÊMIO RECREATIVO E ESCOLA DE SAMBA NAÇÃO GUARANI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 14.756.565/0001-08, com sede na Rua Augusto Haeming, n. 98, CEP 88.130-090, Centro, Palhoça/SC, representado neste ato por seu Presidente Sr. MARCIO JOSE SCHITZ, portador da cédula de identidade nº 133695 e CPF nº 298.422.639-91, doravante denominado CONVENIADO, resolvem Celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.194, de 12 de fevereiro de 2015 e Decreto Legislativo nº 371/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, a concessão do auxílio financeiro no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em parcela única, com o objetivo de custear e equipar os Blocos Carnavalescos e o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani que participará do Projeto de Desfile do Carnaval 2015, no município de Palhoça, conforme Plano de Aplicação (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamento legal, no que couber, na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO, repassará a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em parcela única, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio, proveniente da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 209

Órgão: 24 - SECRET. MUNIC. DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

Unidade: 001 - Secret Munic. De Turismo Esporte e Cultura

Função: 0013 - Cultura

Subfunção: 0392 - Difusão Cultura

Programa: 0040 - Manutenção do esporte turismo e cultura

Ação: 1117 - Carnaval nas Praias e Bairros

Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituição privada s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000142 - Recursos Ordinários Livres

I - Para atendimento ao disposto nesta Cláusula, o MUNICÍPIO repassará a importância de: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em parcela única, efetivados conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, parte integrante deste Convênio.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva de recompor a parcela do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pelo MUNICÍPIO ao CONVENIADO, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em

desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo MUNICÍPIO sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao MUNICÍPIO os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, até o prazo de vigência, contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica junto a Caixa Econômica Federal, ou seu substituto legal, sob o título a ser definido pelo

Executivo Municipal;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o inciso XV da Cláusula Anterior, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas até 30 dias, a partir do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;

2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;

3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas, efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em...../...../.....

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA NONA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, dois (2) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Documentos pertinentes às Conveniada

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO, por Secretaria Municipal a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo, decidirá sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do MUNICÍPIO, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 12 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

MARCIO JOSE SCHITZ
Presidente do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

LEI Nº 4.194, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 4.194, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o GRÊMIO RECREATIVO E ESCOLA DE SAMBA NAÇÃO GUARANI, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº. 14.756.565/0001-08, com sede na Rua Augusto Haeming, n. 98, CEP 88.130-090, Centro, Palhoça/SC, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em parcela única, com o objetivo de custear e equipar os Blocos Carnavalescos e o Grêmio Recreativo e Escola de Samba Nação Guarani que participará do Projeto de Desfile do Carnaval 2015, no município de Palhoça, conforme Plano de Aplicação.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 209

Órgão: 24 - SECRET. MUNIC. DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

Unidade: 001 - Secret Munic. De Turismo Esporte e Cultura

Função: 0013 - Cultura

Subfunção: 0392 - Difusão Cultura

Programa: 0040 - Manutenção do esporte turismo e cultura

Ação: 1117 - Carnaval nas Praias e Bairros

Elemento: 3335000000000000 - Transferências a instituição privada s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000142 - Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de fevereiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

RESULTADO PREGÃO Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para locação de materiais e serviços para organização e execução do Carnaval 2015 deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

HDR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E COMERCIO LTDA ficou classificada em 1º lugar totalizando R\$ 43.990,00 (quarenta e três mil novecentos e noventa reais).

Palhoça, 12 de fevereiro de 2015.

Papanduva

PREFEITURA

2ª TERMO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

2ª TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015. Objeto: Retificação ao edital cujo extrato foi publicado na edição nº 1681 do DOM dia 10/02/2015, página 286. Onde lê-se "potencia de no mínimo de 79 HPs", leia-se "potencia bruta de no mínimo de 94 HPs"; onde lê-se "transmissão sincronizada possuindo no mínimo 04 velocidades a frente e 03 a ré" leia-se: "transmissão sincronizada possuindo no mínimo 04 velocidades a frente e 04 a ré"; onde lê-se "O recebimento das propostas se dará das 08:30 horas do dia 17 de fevereiro de 2015 até as 08:55 horas do dia 24 de fevereiro de 2015, sendo que o início da sessão de disputa de lances se dará as 09:35 horas do dia 24 de fevereiro de 2015", leia-se: "O recebimento das propostas se dará das 08:30 horas do dia 17 de fevereiro de 2015 até as 08:55 horas do dia 03 de março de 2015, sendo que o início da sessão de disputa de lances se dará as 09:35 horas do dia 03 de março de 2015. Demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Papanduva, 12 de fevereiro de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2015

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 129/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/02/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 11.608.673/0001-45, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de gêneros alimentícios que compõe a merenda escolar da rede municipal de ensino para o primeiro semestre letivo de 2015, conforme especificações constantes na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima especificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 30.769,50 (quarenta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), relativos aos itens 01, 02, 05, 06, 08, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 40, 42,

44, 46, 50, 51, 56, 77 e 78, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 129/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura ou até entrega total do objeto licitado, o que ocorrer primeiro;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 129/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue durante o 1º semestre letivo de 2015 no Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, a saber:

4.1.1 - O Fornecedor obriga-se a fazer as entregas de todos os Gêneros Alimentícios diretamente nas Unidades Escolares, sendo:

a) Previsão de 3 entregas para os gêneros não perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino Fundamental da Área Urbana e Rural, que deverá ocorrer em 5 (cinco dias) a partir da data de solicitação pelo Setor de Alimentação Escolar;

b) Previsão de entregas semanais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Área Urbana deverá ocorrer toda Terça-feira de manhã, exceto se este dia coincidir com dia de feriado, sendo que, neste caso, a entrega deverá ser feita no dia útil imediatamente subsequente;

c) Previsão de entregas quinzenais para os Gêneros Perecíveis nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Área Rural.

4.1.2 - Todos os gêneros perecíveis deverão apresentar o peso afixado em suas embalagens.

4.1.3 - Previsão de entregas mensais para os gêneros não perecíveis nos CEIS.

4.1.4 - As quantidades a serem entregues serão conforme cronograma definido pela Secretaria de Educação.

4.1.5 - Os produtos que não estiverem dentro das especificações

exigidas serão rejeitados no momento da entrega, sendo exigida a sua substituição dentro de um prazo de 24 horas.

4.1.6 – Horário das entregas: as entregas deverão ocorrer a partir das 08 horas até as 15:30 horas.

4.2 – Não serão aceitos os itens que a contratada entregar fora da especificação do edital e anexo I.

4.3 – A disponibilização dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 3 (três) dias após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante.

4.4 – Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto.

4.5 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(o) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes no edital do Pregão Presencial nº 129/2014 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará a contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata de

registro de preços;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de não entrega ou entrega parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 03 de fevereiro de 2015.

– Fábio José Padilha - Pregoeiro
– Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

– Otávio Hunka - Equipe de Apoio
– Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

– Irmãos Martins Distribuição Ltda

- Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 093/2014

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 123/2014 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 21/11/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa SAFRA DIESEL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.578.202/0001-87, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de combustíveis, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – o valor da presente Ata de Registro de preços é de R\$ 610.000,00 (seiscentos e dez mil reais), relativos ao item 01, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 123/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Após registrado, o combustível manter-se-á inalterado pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 123/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue no Município de Papanduva, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O combustível deverá ser entregue parceladamente, conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.3 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) até o 12º(décimo segundo) dia do mês subsequente ao de fornecimento;

4.4 – A critério da Administração, poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 123/2014 e seus anexos;

5.2 – Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

5.3 – Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

5.4 – Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

5.5 – Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

5.6 – Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no

total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

5.7 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Edital e nesta Ata de Registro de Preços, a Registrada deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o objeto no prazo estabelecido nesta Ata;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 21 de novembro de 2014.

_____- Fáblio José Padilha - Pregoeiro
_____- Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____- Márcio Wisniewski - Equipe de

Apoio

_____- Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____- SAFRA DIESEL LTDA

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo em geral, para a manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 27 de fevereiro de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 27/02/2015 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 05 de fevereiro de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015. Objeto: Contratar serviços de publicidade institucional de emissora de radio com frequência modulada, para divulgação das ações, programas, informativos, campanhas educativas e de orientação social do município de Papanduva. Tipo: Menor preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 27 de fevereiro de 2015 às 14:45hs; Início da Sessão Pública: 27/02/2015 – 15:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de fevereiro de 2015

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ERRATA - EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ERRATA

Na publicação do dia 22 de dezembro de 2014, edição nº 1645 do Diário Oficial dos Municípios (DOM), página 542, referente a publicação do extrato do contrato nº 114/2014, onde lê-se: Referente a Inexigibilidade de Licitação 010/2014, Leia-se: Referente a Inexigibilidade de Licitação 131/2014.

Papanduva/SC, 12 de fevereiro de 2014
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 012/2015

DECRETO Nº. 12, DE 30 DE JANEIRO DE 2015.

"EXONERA, ADILSON MOACIR MARTINS DO CARGO DE SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Adilson Moacir Martins do cargo de Secretário de Educação e Cultura.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 30 de janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 30 de janeiro de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças

DECRETO 013/2015

DECRETO Nº. 013, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA, KARINI LUMMERTZ COLARES DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Karini Lummertz Colares do cargo de Chefe de Gabinete - DAS 1.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Fellippe
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças

DECRETO 014/2015

DECRETO Nº. 014, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"NOMEIA KARINI LUMMERTZ COLARES, PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 598/2007;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada, Karini Lummertz Colares para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação e cultura, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO 015/2015

DECRETO Nº. 015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 16 de fevereiro de 2015, (segunda - feira) ; em comemoração ao Carnaval.

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais normais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo - Único - Os serviços Municipais da Secretaria de Saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 010/2015

PORTARIA 010 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Antonio Pinto Gomes, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Antonio Pinto Gomes, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de fevereiro de 2015.

Alexandre AngeloFelippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 011/2015

PORTARIA Nº 011, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA DE LOURDES APOLINÁRIO PEREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Maria de Lourdes Apolinário Pereira, referente ao período aquisitivo de 14/12/2009 a 13/12/2014.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 04/02/2015 e com término em 04/05/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Felippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 012/2015

PORTARIA Nº 012, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SUZANA TEIXEIRA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Suzana Teixeira da Silva, referente ao período aquisitivo de 01/01/2000 a 31/12/2005.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 04/02/2015 e com término em 04/05/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Felippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 013/2015

PORTARIA Nº 013, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"EXONERA, POR APOSENTADORIA, JOSE PORTO PERES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria, Jose Porto Peres, do Cargo de Operador de Maquinas.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 09 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Felippe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº014/2015

PORTARIA Nº 014, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ERIZETE PORTO DE MATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Erizete Porto de Matos, referente ao período aquisitivo de 15/12/2009 a 14/12/2014.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 09/02/2015 e com término em 09/05/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 09 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº015/2015

PORTARIA Nº 015, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ADRIANA ARAUJO DA ROSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Adriana Araujo da Rosa, referente ao período aquisitivo de 20/07/2007 a 19/07/2012.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 10/02/2015 e com término em 10/05/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 10 de fevereiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 10 de fevereiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Passos Maia**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO N. 0011/2015**

EXTRATO CONTRATO n. 0011/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0001/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0001/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA

Objeto: Contratação de empresa especializada em educação, para contratação de Sistema Pedagógico de Ensino para a Educação Infantil de 4 e 5 anos e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano (neste último grupo conteúdo língua estrangeira - inglês), para o ano letivos de 2015.

Valor: O preço, certo e ajustado entre as partes é de R\$ 196.357,00 (cento e noventa e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais)

Vigência: O Presente contrato terá sua vigência a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2015.

Passos Maia, SC, 12 de fevereiro de 2015.

Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0017/2015

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0006/2015

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, torna público a Dispensa de Licitação para Contratação de serviço de organização, elaboração e realização de Concurso Público, para admissão de novos servidores para o Município de Passos Maia - SC. Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil).

Amparo Legal: Art.24, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 12 de fevereiro de 2015.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015**

Extrato do contrato nº 04/2015 conforme Processo Licitatório nº 010/2015 Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: PEREIRA E OLIVEIRA COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva em 02 (dois) veículos tipo ônibus da marca VW, modelo VW/MASCA GRANMIDI, ano 2007 e 2008, pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com fornecimento de peças genuínas ou originais e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como mão de obra para manutenção dos respectivos veículos, conforme especificações e quantitativos constante do edital de licitação Pregão Presencial 03/2015 e proposta comercial da contratada. Valor do Contrato: R\$ 42.607,53 (Quarenta e dois mil seiscentos e sete reais e cinquenta e três centavos). Vigência: 10/04/2015.

Penha**PREFEITURA****AVISO DE CANCELAMENTO - PP03/2014 - FUMTUR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - FUMTUR
PROCESSO LICITATÓRIO Nº09/2014 - FUMTUR

AVISO DE CANCELAMENTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de organização e realização da 20ª edição da festa nacional do marisco a ser realizada dos dias 12/02 à 15/02 de 2014, com artista, shows regionais e nacionais, estruturas de stands de indústria e comércio e pavilhão de gastronomia.

Motivo: A Prefeitura Municipal de Penha atendendo ao Interesse Público em relação ao Processo Licitatório em epígrafe, após ter convocado os dois primeiros colocados no certame que não atenderam as exigências do Edital e por considerar não haver mais tempo hábil para divulgação da 20ª Festa do Marisco no prazo estabelecido, resolve CANCELAR o processo licitatório.

Penha, 10 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONCURSO PUBLICO PARA EMPREGO PUBLICO Nº01/2013 - CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Concurso Público – Emprego Público nº 01/2013

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 23/02/2015, das 13:30hs às 17:30hs, conforme cláusula 8 do Edital do Concurso Público 01/2013.

Cargo: SERVENTE - MERENDEIRA

CPF NOME

13º. 558.631.759-15 ROZANA APARECIDA DE OLIVEIRA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;

- n) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- o) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2015.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

PORTARIA Nº 52/2015

PORTARIA Nº 52/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar a os danos causados no Núcleo de Assistência a Família, conforme B.O nº 00464-2015-00547, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Penha, 12 de fevereiro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

PORTARIA Nº 18/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 18/2015

NOMEIA: WILSON MISTURA, como membro do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, na condição de 2º suplente, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09/02/2015 a 07/07/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 19/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MARIA APARECIDA DOS SANTOS LACAVA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 20/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora WAGNER LUIS DE MENEZES, de 10 (dez) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 21/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora CLAUDIA CORREA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 22/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora CLAUDIA ROSANE TRICHES TULIO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 23/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora DJESSICA SIEDSHLAG, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 24/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ROSELI HELENA ADRIANO GONÇALVES, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 25/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ISABELA CUSTÓDIO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 26/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 26/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JAQUELINE DO NASCIMENTO DE BORBA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 27/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora LILIANE LACAVA DA ROSA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 28/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora CAMYLLA EMANUELLY PRINCIPE DE MORAIS, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 29/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ALESSANDRA APARECIDA HERMES DA SILVA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 30/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 30/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora RITA DE CASSIA NASCIMENTO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 31/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora NELYANA KOT-TWITZ, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 32/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 32/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora GABRIELA COR-RADI DE PAULA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 33/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 33/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MÔNICA BAS-SANI PINTO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 34/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 34/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ELISANE ZIL-MAR ARAGÃO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 35/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 35/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ROSIANE CI-PRIANO BRUNNER LEITE, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 36/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 36/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora SILVIA MISS-FELD, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 37/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 37/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JULIETA SOA-RES, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 38/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 38/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora ROSILENE DE ALMEIDA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 39/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 39/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora, TERESINHA APARECIDA DA COSTA ALVES de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 40/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 40/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora NEIDE MARIA BENTO PEREIRA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 41/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 41/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MARILURDES LEITE CUNHA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 42/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 42/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora PATRICIA SARAIVA CORREA BENITES, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 43/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 43/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MARIA ELIETE DA COSTA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 44/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 44/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora SANDRA MARIA PEREIRA, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 45/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 45/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora RAQUEL ENGRACIA DE SOUZA FRANCISCO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 46/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MARIA AMALIA DE ABREU, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 47/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 47/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JUCELIA APARECIDA AGOSTINHO BENTO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 48/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 48/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora LUANDA SEVERINO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 49/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 49/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora MAURILIA CASAGRANDE, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 50/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 50/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora CLADECI MARIA KUZMA BORGES, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 51/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 51/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária da Professora JANE MARIA LEITE TEODORO, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 09/02/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 09 de fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PP07/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECARGA DE BOTTLE DE GÁS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 02/03/2015 até às 17:00 horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 03/03/2015 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 12 de Fevereiro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº01/2014 - CONVOCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 20/02/2015, das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Processo Seletivo nº 01/2014 - ACT Educação.

Cargo: SERVENTE-MERENDEIRA

Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º. 000110	LUZIANA SCHMIDT FERREIRA
2º. 000422	GISELE APARECIDA CORDEIRO
3º. 000547	DORLI IZABEL CÔRREA DA SILVA
4º. 000584	MALANI VICENZI
5º. 000053	DAIANI DOS SANTOS
6º. 000138	SILVIA DE OLIVEIRA BERNADO
7º. 000586	SHIRLEIA MARISA DOS SANTOS CAROLINA
8º. 000425	TATIANE IVANI DE SOUZA PSCHIEDT
9º. 000299	LUCINETE APARECIDA MATEUS
10º. 000519	HENRIET APARECIDA DA SILVA
11º. 000546	CRISTINA CUGNIER
12º. 000005	REGIANE ELEOTERIO NICOCCELLI
13º. 000538	FRANCISCA ERNESTINA COSTA
14º. 000550	SOLANGE MARIA DOS SANTOS ROZA
15º. 000557	MARILENI MATUSZEWSKI
16º. 000430	LEILA RENATA NUNES DE OLIVEIRA
17º. 000411	EDILENE ERONDINA ANACLETO
18º. 000558	IVONETE CARDOSO DA SILVA
19º. 000567	ADELIN BLIHARSCKI DE ANDRADE
20º. 000457	JUREMA CONINK FIEDLER

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;

- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2015.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

PROCESSO SELETIVONº01/2015-ESTAGIÁRIOS- HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - SC

EDITAL PROCESSO SELETIVO - ESTAGIÁRIO Nº 01/2015

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

Classificação	Inscrição	Nome	Nascimento	CG	ESP	Nota Final
001	0000040	Luana Rocha Gimenes	11/04/1989	3,60	5,50	9,10
002	0000002	Vivian Graziela Serpa Santos	16/04/1983	3,30	4,95	8,25
003	0000008	Jucimara Perpétua Agostinho De Moraes	27/06/1984	2,70	5,50	8,20
004	0000001	Beatriz Vanzuita	01/10/1996	3,60	4,40	8,00
005	0000041	Nayara Beatriz Boni Da Silva	27/12/1994	3,30	3,85	7,15
006	0000035	Regina Maria Da Silva	08/03/2015	3,30	3,85	7,15
007	0000038	Krystiely Wilgen Da Silveira Pinheiro	09/11/1990	3,60	3,30	6,90
008	0000018	Amanda Da Silva	09/11/1995	3,30	3,30	6,60
009	0000014	Anelize Agostinho	16/12/1979	2,70	3,85	6,55
010	0000032	Cibele Maria De Carvalho	05/03/1992	2,40	3,85	6,25
011	0000025	Simoni Valeria Romão	22/01/1989	2,10	3,85	5,95
012	0000044	Hérica Todeskatto Wagner	20/01/1996	2,10	3,85	5,95
013	0000050	Merieli Da Costa	23/05/1984	2,40	3,30	5,70
014	0000028	Stephany Amorim Dos Santos	21/08/1993	1,80	3,85	5,65
015	0000012	Vitoria Gabriela Pereira	02/01/1996	1,80	3,85	5,65
016	0000053	Taiane Nilsa Leite	11/01/1996	1,80	3,85	5,65
017	0000024	Daniela Castelo Sampaio	13/11/1975	1,20	4,40	5,60
018	0000037	Lucilene Terezinha Nascimento Pinto	30/10/1984	2,10	3,30	5,40
019	0000033	Elenice Gomes Fischer	23/12/1971	2,40	2,75	5,15
020	0000017	Talitta Anny Leite Celista	19/02/1994	1,80	3,30	5,10
021	0000015	Danuzia Saruza Dos Santos	15/04/1997	2,10	2,75	4,85
022	0000005	Roseli Valtrich Ponick	25/08/1971	0,90	3,30	4,20
023	0000003	Jessica Caroline Dos Santos	25/01/1997	1,80	2,20	4,00
024	0000036	Michele Daiana Dos Santos	28/09/1981	1,20	2,75	3,95
025	0000027	Mariana Cristina Bento	20/01/1989	1,50	2,20	3,70

Penha, 12 de fevereiro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 012/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 012/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 03 de Março de 2015, licitação modalidade Pregão presencial n. 012/2015, visando a CONTRATAÇÃO DE SEGURO DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 03/03/2015 até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

AVISO PROCESSO SELETIVO 001 / 2015

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto as inscrições para prova seletiva referente à contratação de servidor em caráter temporário, para as seguintes funções:

Nomenclatura	C/H	Vagas	Requisitos Especiais
Farmacêutico	40h	01	Nível Superior Completo com registro no órgão de classe

Data período da inscrição: Presencialmente de 19/02 à 03/03/2015, no Setor de Recursos Humanos do Município, sito na Rua Arthur Costa e Silva, 111, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30hs às 17:30hs.

Centro Administrativo, em 12 de fevereiro de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2015 (Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS "FOCA NA BALANÇA",
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 007/2015
EMPRESA CONTRATADA: VL DA CRUZ & CIA LTDA
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE CAMISETAS "FOCA NA BALANÇA", MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: 100 (Cem) camisetas.
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais).

DATA DO CONTRATO: 02 de Fevereiro de 2015
PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 030/2015 (Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 030/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 012/2015
EMPRESA CONTRATADA: DIGIMAQ MULTIMARCAS COM MAQ E SUPRIMENTOS LTDA
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato aquisição de toners, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: 1|Toner SP232A Amarelo, 1| Toner SP 232 Magenta, 1| Toner SP232 Cyan, 1| Toner SP 232 Preto.
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).

DATA DO CONTRATO: 02 de Fevereiro de 2015
PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 026/2015 (Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 026/2015
OBJETO: CONserto NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DA SAÚDE
LICITAÇÃO: Dispensa de licitação nº 08/2015
EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de conserto nos veículos da Saúde, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: Veículo MCE 7523: amortecedor dianteiro, coxim suspensão 3008, sensor rotação, mão de obra suspensão e troca de óleo | Veículo MJS 7523: lavagem, troca de óleo e outros | Veículo MLZ 9143: Lavagem | Veículo MHU 4450: serviço de freio e suspensão, solda, conserto de mangueiras, pastilhas de freio 652, bieleta 1101, reparo pinça freio 9495, bucha bandeja 7620 | Veículo MJA 5183: lâmpada, conserto radiador, aditivo, partilha de freio P42, bateria 60, troca de óleo, mangueiras e serviço de suspensão | Veículo MET 7376: troca de óleo e outros, conserto no ar condicionado | Veículo MJX 0844: balanceamento, lavagem, suspensão e outros, jogo pastilha de freio PD 652, rolamento ASH 3080, suporte amortecedor 7071, kit amortecedor 702, amortecedor GR 52848, rolamento cubo 1011, pivô direção 503079, coxim amortecedor 7070.
VALOR DO CONTRATO): A CONTRATADA obriga-se a fornecer o

material e serviços de conserto, no valor de R\$ 6.754,39 (seis mil setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

DATA DO CONTRATO: 03 de fevereiro de 2015
PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 027/2015 (Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º : 027/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE HERBICIDAS PARA SECRETARIA DA AGRICULTURA
LICITAÇÃO: Dispensa de licitação nº . 009/2015
EMPRESA CONTRATADA: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TANGARÁ - COOTAN
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de AQUISIÇÃO HERBICIDA PARA SECRETARIA DA AGRICULTURA, MODALIDADE DISPENSA que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, consistente: herbicida glisofato, Herbicida Post.
VALOR DO CONTRATO): A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 6.560,40 (seis mil quinhentos e sessenta reais e quarenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 03 de fevereiro de 2015
PREFEITO: Euzebio Vieceli

DECRETO N.º 4.163, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015 DECRETO N.º 4.163, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015 DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO o Carnaval no dia 17 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO que referida data será na segunda-feira;

CONSIDERANDO que somente os serviços essenciais funcionarão, o que importará em economia aos cofres públicos,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no Município, no dia 16 de fevereiro de 2015 (segunda-feira).

§ 1º. O serviço de coleta de lixo domiciliar funcionará normalmente na data designada como ponto facultativo.

§ 2º A Unidade de Saúde local deverá efetuar escala de plantão para atender os casos de emergência, com afixação em local visível ao público externo e respectivo número de telefone.

Art. 2º No dia 18/02/2015 (quarta-feira de cinzas), o expediente ao público será das 13:30hs às 17:30hs.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser encaminhada cópia às empresas municipais e a todos os Órgãos e Entidades Públicas Municipais.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de fevereiro de 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.159, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.159, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação a proceder suplementação no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), vinculada a destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Transportes e Obras
Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Atividade: 1.15 - Aquisição de Máquinas e Veículos

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 0300

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão pelo Contrato de Repasse nº 807311/2014 Processo nº 2623.1019862-46/2014 do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Caixa. Destinado a aquisição de um Rolo Compactador para este município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.161, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.161, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPRAVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 3.655,42 (Três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 3000 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde com qualidade
Atividade: 2.57 - Manutenção Assist. Farmacêutica- Estado
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 03.38

Total Suplementado R\$ 3.655,42

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Farmácia Básica Estado).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.162, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.162, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 2.783,99 (Dois mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 3000 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde com qualidade
Atividade: 2.56 - Manutenção Assist. Farmacêutica- União
Modalidade de Aplicação: 3390-0000
Fonte: 03.38

Total Suplementado R\$ 2.783,99

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Farmácia Básica União).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.164 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.164 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte AUGUSTINO DOTTA, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 181.962.179-00, residente na Rua Antonio Costenaro Filho, 600, São José, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 03/2015, do Livro 18 folhas 22.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.165, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.165, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte FIORAVENTE VIEIRA, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 460.939.669-68, residente na Rua Frederico Denardi, São José, para o exercício fiscal de 2014. Considerando o Processo Administrativo nº 15/2015, do Livro 18 folhas 23.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.166, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.166, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2.010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte AUGUSTO RODRIGUES, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 950.766.119-00, residente na Rua Pedro Zago, 90, São José, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 01/2015, do Livro 18 folhas 22.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.167, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.167, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2.010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ANTONIO CAMILO LOCH, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 337.782.139-20, residente na Rua Luiz Vieceli, 20, São José, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 04/2015, do Livro 18 folhas 22.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.168, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.168, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ENEIDA RABUSKE BAVARESCO, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 003.932.109-60, residente na Rua Pedro Zago, 115, São José, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 11/2015, do Livro 18 folhas 23.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.169, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.169, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte LEOTILDE ALVES RIBEIRO, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 907.856.739-20, residente na Rua Frederico Denardi, 18, São José, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 09/2015, do Livro 18 folhas 23.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.170, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.170, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ILTER DAL PIZZOL, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 296.597.609-49, residente na Rua Padre Trudo Plesseres, nº 292, Centro, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 42/2014, do Livro 18 folhas 22.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.171, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.171, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte LOURDES ZELINDA NEIS, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 927.931.779-20, residente na Rua Acesso Guilherme Mattana, centro, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 08/2015, do Livro 18 folhas 23.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.172 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.172 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte MARIA ESTELA OLIVO BEE, brasileira, aposentada, inscrito no CPF sob nº 799.945.479-68, residente na Rua Valmor Bogoni, 160, Centro, Pinheiro Preto-SC, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 06/2015, do Livro 18 folhas 22.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.173, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.173, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos às contribuintes MARIA ZÉLIA RIGO E MARIA RIGO, brasileiras, aposentadas, inscritas no CPF sob nº 065.712.719-15 e 065.712.809-06, respectivamente, residente na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, Centro, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 05/2015, do Livro 18 folhas 22.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.174, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.174, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2.010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2.010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte PAULINA ALMEIDA, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 215.351.089-91, residente na Rua Luiz Vieceli, 187, São José, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 07/2015, do Livro 18 folhas 23.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.175, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.175, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte ITACIR SCARABOTO, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 220.824.419-20, residente na Rua Frederico Denardi, São José, para o exercício fiscal de 2015. Considerando o Processo Administrativo nº 10/2015, do Livro 18 folhas 23.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.176, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.176, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento de 50% (cinquenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte VALDEMAR PILLONETO, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 274.860.360-53, residente na Rua Luiz Vieceli, 139, São José, para o exercício fiscal de 2014. Considerando o Processo Administrativo nº 12/2015, do Livro 18 folhas 23.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 11 de Fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 45, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 45, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS À SERVIDORA TANIA ZANELLA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora TANIA ZANELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO (lotada no Órgão da Secretaria da Saúde), 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 03/02/2014 a 02/02/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 02 de fevereiro de 2015 a 03 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 11 de fevereiro 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 46, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 46, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR GUILHERME ANTONIO FLAVIO MATTANA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor GUILHERME ANTONIO FLAVIO

MATTANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTO-RISTA, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 27/03/2013 a 26/03/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 11 de fevereiro de 2015 a 12 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 11 de fevereiro 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 47, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 47, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS À SERVIDOR MARIA DE LOURDES PIEREZAN

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora MARIA DE LOURDES PIEREZAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 02/04/2013 a 01/04/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 02 de fevereiro de 2015 a 03 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 11 de fevereiro 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 48, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 48, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS À SERVIDORA SANDRA PARAVISI BRESSAN

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora SANDRA PARAVISI BRESSAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, 30 (Trinta) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 31/08/2013 a 30/08/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 02 de fevereiro de 2015 a 03 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 11 de fevereiro 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 49, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 49, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR DERLI PIEREZAN

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor DERLI PIEREZAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO, 30 (Trinta) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 04/04/2013 a 03/04/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 02 de fevereiro de 2015 a 03 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 11 de fevereiro 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 50, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 50, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR AUGUSTINHO CARLOS LOAT

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor AUGUSTINHO CARLOS LOAT, ocupante do cargo de provimento efetivo de VIGIA, 30 (Trinta) dias de FÉRIAS, referente período aquisitivo de 16/10/2013 a 15/10/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 10 de fevereiro de 2015 a 11 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 11 de fevereiro 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 005/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 005/2015

CONTRATO N.º: 278/2014

OBJETO: REFORMA INTERNA DA SALA DO CONSELHO TUTELAR. LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 013/2014

EMPRESA CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

VALOR ADITADO: Considerando de a necessidade de acréscimo na obra, na forma do parecer técnico emitido pelo Arquiteto da AMARP, Jean Marcelo Ziero, cujo custo montará R\$ 5.716,84 (cinco mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos), faz-se necessário aditar o contrato; Considerando também de a necessidade de supressão na obra, na forma do parecer técnico emitido pelo Arquiteto da AMARP, Jean Marcelo Ziero, cujo valor montará R\$ 562,65 (quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), FICA O CONTRATO n. 278/2014 aditado em R\$ 5.154,19 (cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos), na forma do PARECER TÉCNICO emitido por profissional da AMARP, parte integrante do presente aditamento.

DATA DO CONTRATO: 19 de janeiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO 014/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 014/2015

CONTRATO N.º: 278/2014

OBJETO: REFORMA INTERNA DA SALA DO CONSELHO TUTELAR.

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS. nº 013/2014

EMPRESA CONTRATADA: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

VALOR ADITADO: 2.1 Considerando as intempéries do tempo;

2.2 Considerando os imprevistos ocorridos na execução da obra.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 278/2014, onde seu término será para 07/04/2015.

DATA DO CONTRATO: 09 de fevereiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Viecele

TERMO ADITIVO Nº 011/2015

TERMO ADITIVO Nº 011/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS N.º 285/2014

Segundo Termo aditivo ao contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e DAYANE FRANÇA, autorizado através do Processo nº 238/2014, Licitação n. 038/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Nome: DAYANE FRANÇA

CPF n.º. 079.828.649-02

Endereço: Rua Armando Chuller, 268 - Bairro Vitória

CEP 89560-000 Videira/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO E OBJETO A SER ADITADO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS N.º 285/2014, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e DAYANE FRANÇA, autorizado através do Processo nº 238/2014, Licitação n. 038/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Tendo em vista a não aprovação de candidatos para o cargo de farmacêutico pelo processo seletivo 005/2014 realizado no Município de Pinheiro Preto, fica aditado o contrato de prestação de serviços descrito na cláusula primeira em mais 13 (treze) dias, compreendido entre o período de 01/02/2015 à 13/02/2015.

2.2 E considerando ainda tratar-se de serviço imprescindível, de natureza de saúde pública, cujo funcionamento da farmácia não pode dar-se sem o trabalho de profissional farmacêutico, e tendo em vista ainda o concurso público para contratação de servidor para provimento de tal cargo estar ainda em andamento, o aditamento do contrato é medida que se impõe, pois atende as necessidades e interesse público existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 01 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

DAYANE FRANÇA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Pomerode

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066/2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066/2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 119/2013.
Dispensa de Licitação n.º 020/2013.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: ISMÊNIA MILCHERT.
Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 2.619/2014.
Prorrogação - 12 meses - Prazo final - 30/11/2015.
Valor mensal contratado - R\$1.480,63 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e três centavos).
Valor total contratado - R\$17.767,56 (dezesete mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Pomerode/SC, 17 de Novembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 021/2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 026/2013.
Dispensa de Licitação n.º 009/2013.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratados: NORBERTO GLATZ e GUISELA GLATZ.
Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 2.619/2014.
Prorrogação - 12 meses - Prazo final - 31/12/2015.
Valor mensal contratado - R\$1.480,63 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e três centavos).
Valor total contratado - R\$17.767,56 (dezesete mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023/2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 028/2013.
Dispensa de Licitação n.º 011/2013.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratados: ELSIRA DAHLKE e NELSON DAHLKE.
Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 2.619/2014.
Prorrogação - 12 meses - Prazo final - 31/12/2015.
Valor mensal contratado - R\$1.480,63 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e três centavos).
Valor total contratado - R\$17.767,56 (dezesete mil, setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020/2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
DIRETORIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020/2013
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 025/2013.
Dispensa de Licitação n.º 008/2013.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratados: DALILA JANDRE e INGOBERT JANDRE.
Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL N.º 2.619/2014.
Prorrogação - 12 meses - Prazo final - 31/12/2015.
Valor mensal contratado - R\$2.961,26 (dois mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos).
Valor total contratado - R\$35.535,12 (trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e doze centavos).

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2015
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 002/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007/2015
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 002/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004/2015

OBJETO: CREDENCIAMENTO de Clínicas ou Profissionais (especializados), para a seleção e prestação de serviços de assistência à saúde, na ÁREA DE PROCEDIMENTOS EM FISIOTERAPIA, para atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS, em conformidade com os prazos, procedimentos e demais condições descritas no edital de Credenciamento e em seus anexos.

INSCRIÇÕES: A partir de 18 de Fevereiro de 2015.

INFORMAÇÕES: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 12 de Fevereiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

SAMAE - POMERODE**EXTRATO DE CONTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 10/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE POMERODE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010/2014

Processo Administrativo n.º 17/2014.

Modalidade Pregão Tipo Eletrônico 15/2014

Contratante: SAMAE POMERODE.

Contratada: LIVRARIA ACADÊMICALTDA ME, com sede na(o) RUA ANTÔNIO DA VEIGA Nº 303 BAIRRO - VICTOR KONDER - BLUMENAU - SC, sob o CNPJ n.º 83.440.529/0001-53

Objeto: O objeto do presente contrato: Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA.

De acordo com o item 6.1 da Cláusula Sexta, as partes resolvem prorrogar por mais 30 (dias), o prazo de validade do Contrato ora aditado, a partir de 03 de fevereiro de 2015.

Pomerode (SC), 02 de fevereiro de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE POMERODE

Ponte Serrada**PREFEITURA****DECRETO 118/2015**

DECRETO Nº 118, DE 28 DE JANEIRO DE 2015.

"NOMEIA COMISSÃO AVALIATIVA DE AMOSTRAS DE PRODUTOS/EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS EM PROCESSOS LICITATÓRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de aquisição de produtos e equipamentos destinados à manutenção das Secretarias Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Avaliativa de amostra de produtos/equipamentos a serem adquiridos pela Secretaria Municipal de Saúde que será composta pelos seguintes membros:

- Ana Paula Lorezent, Secretária Municipal de Saúde;
- Maristela Giombelli, Enfermeira;
- Gabriela Pavelski, Enfermeira;
- Edina Gugel da Silva, Enfermeira.

Art. 2º Constituir a Comissão Avaliativa de amostra de produtos de limpeza destinados à manutenção das Secretarias Municipais que será composta pelos seguintes membros:

- Alessandra Daiane Andognini, Assessora;
- Janice de Fatima Farias, Agente Administrativo;
- Denise Barbosa, Agente de Serviços Gerais;
- Ciana Berté de Abreu, Agente de Serviços Gerais;

Art. 3º As Comissões acima nominadas compete avaliar previamente os produtos/equipamentos, emitindo parecer de aprovação ou recusa, deliberando inclusive acerca de eventuais controvérsias, bem como:

- a) definir critérios técnicos de avaliação da qualidade do material a ser testado;
- b) avaliar tecnicamente os produtos para realização de procedimentos, normatizando os produtos a serem utilizados bem como o seu parecer técnico;
- c) elaborar instrumento para Parecer Técnico a ser repassado após análise do artigo às demais instâncias, como por exemplo, ao setor de compras que venha aprovar ou reprovar determinado produto;
- d) receber e conferir os produtos licitados.

Parágrafo Único: A avaliação prévia será pautada em critérios qualitativos e quantitativos não podendo especificar marcas.

Art. 4º - As decisões serão proferidas com a presença de no mínimo três membros.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registra-se e publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE JANEIRO DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 004 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 004/2015 FMS PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2015 FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando contratação de empresa especializada para prestação de serviços com profissional habilitado para realizar consultas e avaliação medica especializada na área de ginecologia.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 02/03/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 02/03/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 12 de fevereiro de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 652/2015

DECRETO Nº 652, de 11 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 70.644,17 (Setenta mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e dezessete centavos):

ÓRGÃO ÓRGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3390 – 3104 – Aplicações Diretas	novo	7.695,95
ATIVIDADE	2012 – Transporte Escolar		
MODALIDADE	3390 – 3110 – Aplicações Diretas	novo	71,65
MODALIDADE	3390 – 3164 – Aplicações Diretas	novo	2.950,98
ATIVIDADE	2011 – Programa de Alimentação Escolar		
MODALIDADE	3390 – 3109 – Aplicações Diretas	novo	3.809,78
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 3112 – Aplicações Diretas	novo	14.183,63
MODALIDADE	3390 – 3108 – Aplicações Diretas	novo	41.932,18
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		70.644,17

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do Exercício 2014, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 11 de fevereiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças
e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO 001/2015 - FIA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 001/2015 - FIA
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 001/2012 - FIA
Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO
Reajusta-se o aludido contrato superior em 3,67 % (três vírgula sessenta e sete por cento).
CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS
Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 27 de janeiro de 2015.
Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 002/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 002/2015 - FUNREBOM
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 001/2012 - FUNREBOM
Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO
Reajusta-se o aludido contrato superior em 3,67 % (três vírgula sessenta e sete por cento).
CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS
Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 27 de janeiro de 2015.
Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 007/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 007/2015 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 017/2012 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

Reajusta-se o aludido contrato superior em 3,67 % (três vírgula sessenta e sete por cento).

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 27 de janeiro de 2015.
Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 001/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 001/2015 - Educação
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 001/2012 - Educação
Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO
Reajusta-se o aludido contrato superior em 3,67 % (três vírgula sessenta e sete por cento).
CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS
Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 27 de janeiro de 2015.
Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 001/2015- CULTURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 001/2015 - Cultura
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 001/2012 - Cultura
Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO
Reajusta-se o aludido contrato superior em 3,67 % (três vírgula sessenta e sete por cento).
CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS
Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 27 de janeiro de 2015.
Aloísio Francisco Salvatti
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 001/2015- FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 001/2015 - FAS
Aditivo ao Contrato de Locação de Veículo 042/2014 - FAS
Partes: Município de Porto União e Franco Empreendimentos Ltda-ME

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 06 (seis) meses, a contar de 25 de janeiro de 2015.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 23 de janeiro de 2015.

Aloísio Francisco Salvatti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 002/2015 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 002/2015 - FAS

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 003/2012 - FAS

Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

CLAUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

Reajusta-se o aludido contrato superior em 3,67 % (três vírgula sessenta e sete por cento).

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 27 de janeiro de 2015.

Aloísio Francisco Salvatti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 009/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 009/2015 - Prefeitura

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 133/2013 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Kerber & Cia Ltda.

CLAUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Altera-se para R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) o valor da tonelada de CBUQ.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de fevereiro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 015/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 015/2015 - Prefeitura

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 125/2014 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Keila Adriane Pacheco Magnani Eireli - EPP.

CLAUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 36.528,25 (trinta e seis mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos) ao aludido contrato superior, equivalente a 13,65 % (treze vírgula sessenta e cinco por cento).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de fevereiro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo**PREFEITURA****PROCESSO 003 2015 PMPR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 03/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que dia 27/02/2015 às 10:00horas, julgará o Edital com objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PRESENCIAL, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I EDITAL. Maiores informações e o Edital Completo com posteriores retificações serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousore-dondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 12 de Fevereiro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****DECRETO Nº 4530, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015. REPUBLICAÇÃO**

DECRETO Nº 4530, de 03 de fevereiro de 2015.

"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 005/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado o processo licitatório representado pela Carta Convite Nº 005/2015 de 15.01.2015

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá por não haver licitante interessado em participar do certame licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/15

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 005/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Nelson da Cunha	Xxx.324.629-xx	148989
Márcia Correa Ribeiro	Xxx.069.509-xx	150443
Antonio Ademir Che- quetto	Xxx.353.639-xx	150847
Andreia Pauli	Xxx.747.409-xx	142475
Sergio dos Santos	Xxx.743.439-xx	150541

Rio do Sul, 12 de Fevereiro de 2015

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA N. 0099/2015

PORTARIA N. 0099/2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art..1º Exonerar, o servidor DIOGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA, matrícula n. 348401, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, da função comissionada de Procurador Geral do Município, sendo 11/02/2015 o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lso

PORTARIA Nº 0089/2015

PORTARIA Nº. 0089/2015

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/02/2015, o cargo de provimento efetivo de ALMOXARIFE, ocupado pelo(a) servidor(a) MARIA LUCIA ANDRE, matrícula nº 80829, em virtude de sua Aposentadoria, conforme Decreto nº 4522 de 28 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

TERMO DE CONVOCAÇÃO - DIANDRA ROCHA ZUCATELLI

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DIANDRA ROCHA ZUCATELLI com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª, para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- EDUCAÇÃO INFANTIL, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte,

respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 13 de fevereiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**TERMO ADITIVO 14/2015 FMS**

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 22/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde DE RIO DO SUL E A FUSAVI/FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CNES 2568713

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti - 154, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde, Sr. Luiz Carlos Zanis, brasileiro, portador da carteira de identidade Nº. RG 627.094, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF Nº. 147.480.939-91, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, CNPJ nº. 73.433.427/0001-57, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Osmar Peters, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº. 135.621, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº. 094.906.559-53, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA, representados, neste ato, por seu diretor clínico, Dr. Nilson Carvalho Correa, CRM/SC nº. 11.301, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs. 1.034/2010, 3.114/2010, 2.035/2013, 2.833/2013, 3.166/2013, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO, que se regerá pelas normas gerais da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, com ênfase na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: adicionar ao componente Pré-Fixado o valor mensal de R\$ 114.109,18 (cento e quatorze mil, cento e nove reais e dezoito centavos), de acordo com a Portaria/MS/GM nº. 1.858, de 4 de setembro de 2014, com base na Portaria/MS/GM nº. 3.166/2013, de 20 de dezembro de 2013, e regras da Portaria/MS/GM nº. 2.035, de 17 de setembro de 2013 e 2.833, de 25 de novembro de 2013.

Parágrafo Primeiro - Do valor mensal, R\$ 76.045,01 (setenta e seis mil e quarenta e cinco reais e um centavos), a ser adicionado ao teto financeiro da média complexidade hospitalar e, R\$ 38.064,17 (trinta e oito mil e sessenta e quatro reais e dezessete centavos), ao Incentivo de Adesão à Contratualização-IAC.

Parágrafo Segundo - ficam alterados os quadros dos recursos financeiros da CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA do respectivo Convênio, os quais serão transferidos em parcelas mensais (1/12) e recebem a seguinte descrição respectivamente:

Resumo Programação Orçamentária	Mensal	Anual
Pós-fixado (alta complexidade hospitalar)	560.872,14	6.730.465,68
Pós-fixado (FAEC - Fundo de Ações Estratégicas e Compensações)	37.073,27	444.879,24

Pré-fixado	2.537.140,02	30.445.680,24
TOTAL	3.135.085,43	37621.025,16

Componente Pré-Fixado	Mensal	Anual
Média Complexidade Hospitalar	1.068.970,00	12.827.640,00
Média Complexidade Ambulatorial	124.600,26	1.495.203,12
Alta complexidade Ambulatorial	32.980,13	395.761,56
Termos de Compromisso Alta Complexidade Ambulatorial	20.933,45	251.201,40
Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde – INTEGRASUS	57.453,67	689.444,04
IAC - Programa Reestruturação dos Hospitais Filantrópicos IAC/MS	592.688,45	7.112.261,40
IAPI – Incentivo Atendimento à População Indígena	1.320,00	15.840,00
Incentivo à Contratação / Hospital Filantrópico-IAC/SES/SC	78.699,67	944.396,04
Incentivo Estadual/SES/SC de Ações Relacionadas à Transplantes	3.553,47	42.641,64
Incentivo Rede Urgência / Porta Entrada, Tipo II	300.000,00	3.600.000,00
Incentivo Adesão Rede Urgência / Leitos UTI/qualificados	149.515,68	1.794.188,16
Incentivo Adesão Rede Cegonha/Leitos de UTI/qualificados	106.425,24	1.277.102,88
TOTAL	2.537.140,02	30.445.680,24

CLÁUSULA SEGUNDA: o presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a competência setembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 30 de janeiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde CONVENIENTE	Osmar Peters Presidente FUSAVI CONVENIADA
---	---

Testemunhas:

1) Siegfried Hildebrand Gerente Geral / FUSAVI CPF 019.336.209-00	Luciane Araújo Mattana Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF 882.569.600-00
---	--

CONTRATO Nº. 05/2015 FMS

CONTRATO Nº. 05/2015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) ELAINE CRISTINA NEVES VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Elaine Cristina Neves inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 024.768.129-60, residente / localizado no município de Aurora, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010072	Consulta Médica em Atenção Especializada	30,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico (a) Elaine Cristina Neves inscrita (a) no CPF sob nº 024.768.129-60 com registro no conselho CRM sob o nº. 13770, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica de Referência do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.080 - BLMAC - Manutenção da Gestão Plena (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na

execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até

31/12/2015, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 06 de Fevereiro de 2015.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Drª. Elaine Cristina Neves
--	----------------------------

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 882.569.600-00

2) Fabíola kreusch
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 037.134.899-47

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2015 FMS

E D I T A L

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2015 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS,: até o dia 26/02/2015, às 08:30 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00 horas do dia 26/02/2015.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique Figueira de Oliveira Telefone: (47) 3531-1437
e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretário de Saúde

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

189 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
195 - Blatb - Nucleo de Apoio a Saude da Familia
206 - Blmac - Samu
208 - Blmac - Ceo
220 - Blmac - Caps
236 - Blvgs - Vigilancia Epidemiologica
251 - Blvgs - Pam - Dst/hiv/aids
255 - Blvgs - Vigilância Sanitária

O edital completo pode ser obtido no site www.riodosul.sc.gov.br no link Portal dos Cidadão Serviços Municipais em seguida Consultas de Licitações. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro, Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1427, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação.

Rio do Sul, 13 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Santa Cecilia

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 011/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO Nº 011/2015

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, no dia 02 de Março de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a contratação de empresa de assessoria e consultoria técnica, incluindo as áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, junto à secretaria de administração e finanças. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 12 de Fevereiro de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL 018/2015 CV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Processo de Licitação nº 018/2015-Carta Convite

O Município de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de pessoa física ou jurídica para assessoria e apoio técnico na área Social para execução das políticas públicas de assistência social, junto a Secretaria de Assistência Social e ao CRAS, para o pleno desenvolvimento das questões teórica-prática e documental durante o exercício 2015, conforme anexo I do Edital. Com recebimento da documentação e proposta até às 13h:45min., do dia 24/02/2015 com abertura dos envelopes às 14:00horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul/SC.fone: (0xx48)3534-1113

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 12 de fevereiro de 2015

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº 01/2015

CÂMARA DE VEREADORES SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: Betha Sistemas

OBJETO: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos(s) de Betha Sapo e Betha Folha com acessos simultâneos em ambiente Windows e Fly Transparência com acessos ilimitados, em ambiente WEB, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$7.680,00 (SETE MIL E SEISCENTOS E OITENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 02/01/2015 a 31/12/2015.

CONTRATO Nº 02/2015

CÂMARA DE VEREADORES SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2015

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: Dunet Ltda. ME.

OBJETO: Fornecimento dos serviços de internet banda larga para a Câmara Municipal de Vereadores.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 1.558,80 (um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 02/01/2015 a 31/12/2015.

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 36/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015
MENOR PREÇO POR CM COLUNA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA COM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, COM ABRANGÊNCIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA E EMPRESA JORNALÍSTICA COM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE ATÉ 60 MESES, COM CONTRATOS DE 12 MESES RENOVÁVEIS.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração - Autoridade Competente
SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2015 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa FAPOSS INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Manutenção do Equipamento Gerador de Ozônio Completo da Piscina Pública Municipal, e Verificações quando das Visitas Corretivas e Preventivas a cada 30 dias, com elaboração de Relatórios Técnicos sobre o Equipamento, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Compra Direta nº 026/2015, de 30 de janeiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 3.480,00 - Valor Total

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 02 de fevereiro de 2015 e a terminar em 01 de fevereiro de 2016.

São Bento do Sul, 02 de fevereiro de 2015.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.
FAPOSS INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 014/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 014/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 159/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 15 de MAIO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 121/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 159/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária

e pavimentação asfáltica da Rua Getúlio Vargas, Bairro Boehmerwald, com extensão total de 363,48 m e área total a ser pavimentada de 2.923,20 m2, conforme Memorial Descritivo, Projetos e de acordo com o Programa Juro Zero - BADESC CIDADES; Considerando que o objeto acima descrito está conveniado junto a BADESC CIDADES pelo Programa Juro Zero - Contrato nº 2013030602;

Considerando que devido ao período eleitoral não permitir transferência voluntária de recursos, conforme inciso V, alínea a, Art. 73 da Lei nº 9.504/1997, optou-se em comum acordo entre Contratante e Contratada por iniciar as obras após o término deste período;

Visto que foi emitida nova ordem de serviço com data de 15 de outubro de 2014 com prazo de execução de 4 (quatro) meses, de modo a ajustar as datas contratuais, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos; Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 27 (vinte e sete) dias, a contar de 19 de janeiro de 2014 e com término em 14 de fevereiro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHELIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.
CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 361/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 361/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Bancários de nº 105/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Instituição Bancária BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A., em 04 de ABRIL de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 24/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 105/2014, que consiste na prestação de serviços de implantação de sistema de emissão e cobrança de boleto bancário, referente à Taxa de Alvará de Funcionamento, Taxa de Análise de Projeto, Taxa de Habite-se e Boleto Avulso, para Taxas Diversas, emitidas pela Seção de Atividades Técnicas - SAT, da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul/SC, através do Sistema Integrado de Gerenciamento das Atividades Técnicas - SIGAT, disponível na página do CBM/SC na internet (www.cbm.sc.gov.br), e com base no Convênio nº 11.291/2011-7 de 29/08/2011;

Considerando o término do contrato 105/2014 em 31 de dezembro de 2014 e que a demanda na emissão de Taxas de Segurança Contra Incêndios na forma de boleto bancário no início do ano é proporcionalmente maior que nos outros períodos, e visto que existe um saldo estimado de 4.733 boletos ainda disponíveis para emissão, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com Base na Cláusula Quinta - da Vigência, não sendo necessária abertura de novo processo licitatório para tal, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 08 (oito) meses e 28 (vinte e oito) dias, a contar de 01 de janeiro de 2015 até 28 de setembro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2014.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, como Contratada.

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA- FATMA

JUSTIFICATIVA: PAGAMENTO DE TAXA PARA ANÁLISE DE RENOVAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE SERRA ALTA, COM FUNDAMENTO NO ART. 25, DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

PROCESSO ADM. Nº 14/2015

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 138/2015

DO VALOR: R\$ 9294,48 (NOVE MIL DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)

SÃO BENTO DO SUL, 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

OSVALCIR PETERS

DIRETOR PRESIDENTE

São Carlos**PREFEITURA****AVISO DE LIC N.21/2015- TOMADA DE PREÇOS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Aviso de Licitação

Processo Adm. Nº.21/2015

Edital:Tomada de Preços p/compras e serv.- N.21/2015.

Tipo : Menor preço

Objeto: Contratação de serviços para limpeza pública no perímetro Urbano. Entrega dos Envelopes:09:00hrs -dia 04 de março de 2015.Abertura dos Envelopes:09:00 horas- dia 04 de março de 2015.O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda/ Sexta, horário de expediente, fone 014 493325.3000.

São Carlos, 12 de fevereiro de 2015-

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO N.17/2015 -MERENDA

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.17/2015

Edital:PREGÃO PRESENCIAL -N.17/2015

Tipo : Menor preço

Objeto:AQUISIÇÃO GEN. ALIMENTICIOS -MERENDA ESCOLAR

Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 27 de fevereiro de 2015.

Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 27de fevereiro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49-3325.3000

SAO CARLOS, 12 de fevereiro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO N.18/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.18/2015

Edital:PREGÃO PRESENCIAL - registro de preços n..18/2015

Tipo : Menor preço

Objeto:Aquisição de combustíveis p/veículos e equipamentos

Entrega dos Envelopes:09:30 horas -dia 27 de fevereiro de 2015.

Abertura dos Envelopes:09:30 horas- dia 27de fevereiro de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49-3325.3000

SAO CARLOS, 12 de fevereiro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

AVISO N.19/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.19/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL -N.19/2015
Tipo : Menor preço
Objeto:AQUISIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZAS-ESCOLAS
Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 03 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 03 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 49-3325.3000

SAO CARLOS, 12 de fevereiro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N04/2015

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.04/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- N. 04/2015
Tipo : Menor preço
Objeto: SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAUDE- MÉDICO PSF-OBSTETRA E CIRURGIAS ELETIVAS
Entrega dos Envelopes ;10:30 horas -dia 27 de fevereiro de 2015
Abertura dos Envelopes 10:30 horas- dia 27 de fevereiro de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800
SAO CARLOS, 12 de fevereiro de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO N20/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.20/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL -N.20/2015
Tipo : Menor preço
Objeto:SERV. LOCAÇÃO E MONTAGENS DE EQUIPAMENTOS P/ SHOWS P/VII EXPAINCO
Entrega dos Envelopes:09:00 horas -dia 03 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes:09:00 horas- dia 03 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 12 de fevereiro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

EDIATAL N.16 /2015-INEXIGIBILIDADE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório: 16/2015
Edital: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.16/2015
Contratado:CHIMARRUTS -GRUPO MUSICAL LTDA ME
Objeto : CONT. SHOW GRUPO MUSICAL CHIMARRUTS
Valor :R\$42.000,00(quarenta e dois mil reais)
JUSTIFICATIVA FUNDAMENTADA NO ART.25 -INCISO - III DA LEI 8.666/93
Data: 13 de março de 2015-

SAO CARLOS- SC , 11 de fevereiro de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

CONT. FMS N. 001 AMPLIAÇÃO UBS BAIRRO ESPERANÇA - BIGOLIN

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JANEIRO/2015

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 001 DE 28/01/2015

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 43.510,97

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/01/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório FMS n. 039/2014 Modalidade: Tomada de Preços n. 006/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO ESPERANÇA.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: CONSTUTORA E INCORPORADORA BIGOLIN LTDA CNPJ sob n. 14.494.057/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 meses após expedição da ordem de serviço

DEC 1846 DE 09 02 15 NOMEIA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ADRIANA ANGHINONI GEREMIA

DECRETO Nº 1846, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12 atualizada; e:

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

- Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Adriana Anghinoni Geremia, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 11.02, Grupo 1 (Serviços Gerais - SEGER), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de fevereiro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DEC 1848 09 02 15 ADMITE ODONTOLOGA TAMARA VIZOLLI

DECRETO Nº 1848, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Admite empregada pública aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012, e;

- Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 05 de novembro de 2014;

- Considerando o Edital 007/2015 de 30/01/2015, que homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2014, de 05 de novembro de 2014;

- Considerando a necessidade de cumprir com as normas do Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF), que demanda de profissionais odontólogos, para a sua execução neste município de São Domingos (SC), o que motiva a contratação de servidores;

- Considerando a necessidade da realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da saúde pública do município;

- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora Tamara Vizolli, para exercer o emprego público de Odontólogo, Admitida em Caráter Temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão será de 24 meses de acordo com o art. 4º inciso III da Lei Complementar 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora ora admitida perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela específica, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

São Domingos (SC), 09 de fevereiro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº. 012 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 012 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NA DATA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso V, Art. 55, da Lei Orgânica do Município, resolve;

Considerando, a Portaria n.º 015, de 03 de fevereiro de 2015, do Ministério de Estado do Planejamento, que divulga os dias de feriado nacional em 2015 e estabelece datas de ponto facultativo para órgãos públicos federais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo no dia 16 de fevereiro de 2015 (segunda - feira), na Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar, CRAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Secretaria Municipal de Saúde, em virtude das festividades de Carnaval. No dia 17 de fevereiro de 2015 (terça - feira), em todas as Repartições Públicas Municipais.

Art. 2º - Permanecerão atendendo a população, em regime de Plantão, os serviços essenciais de Saúde.

Art. 3º - - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 11 de fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1.747 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 1.747 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A Ceder ESPAÇO FÍSICO PARA O CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, POR INTERMÉDIO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Ar. 1º - Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a ceder espaço físico vinculado a Secretaria Municipal de Educação, para o CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 02.261.854/0001-57, com sede na Rua Saldanha Marinho, 131, Bairro Centro, cidade de Curitiba/PR, mantenedor do Centro Universitário Integrado - UNINTER, com o objetivo de desenvolver atividades de ensino na área de graduação, pós-graduação, visando atender a necessidade do Município, contribuindo para que os municípios tenham acesso a cursos universitários.

Ar. 2º - Fica autorizado a ceder um profissional da Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 20 horas semanais, para fornecer apoio técnico pedagógico aos municípios que frequentarem os cursos ofertados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
05 de fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim**PREFEITURA****PREGÃO 06/2015 TRANSPORTE ESCOLAR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 037/2015

Pregão Presencial 06/2015 - Registro De Preço

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de
Transporte Escolar no Interior do Município

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 27/02/2014 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 2.131.335,80

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo
contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital,
no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expedien-
te ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf.
(49)3233-0411.

São Joaquim, 12 de fevereiro de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

**PROCESSO 02/2015 CONTRATAÇÃO DE
INSTRUTORES PARA O CRAS - SUSPENSÃO DATA
PARA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão n. 02/2015 (objeto:
Contratação de Instrutores para o CRAS) - Processo nº02/2015,
para análise de valores. A nova data da seção pública será infor-
mada através dos mesmos meios de divulgação utilizados ante-
riormente. Outras informações poderão ser obtidas no Dep. de
Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda
solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos
sites inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 12 de fevereiro de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

São José**PREFEITURA****ANULAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Anulação da Dispensa de Licitação 001/2014 - Processo nº
001/2014 - Objeto: Dispensa de licitação para contratação emer-
gencial de empresa especializada na locação de sistema de rádio
comunicação para a Guarda Municipal de São José/SC. Motivo:
Tendo em vista a referida contratação ter sido realizada através de
processo licitatório.

DECRETO Nº 3935/2015

DECRETO Nº 3935/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições
que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica
Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora MARIA TEREZINHA BEZ VITÓ-
RIO do cargo de Assessor V Administrativo - CCM 05, com lotação
na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3936/2015

DECRETO Nº 3936/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições
que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica
Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada MARIA TEREZINHA BEZ VITÓRIO, para o
cargo em comissão de Diretor III de Centro de Saúde - CCM 6,
com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Comple-
mentar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3937/2015

DECRETO Nº 3937/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DALVA HORTÊNCIA SCHWAHN do cargo de Assessor III Administrativo - CCM 04, com lotação na Secretaria da Receita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3938/2015

DECRETO Nº 3938/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora CAROLINA LONGO DIAS do cargo de Coordenador de Saúde Mental - CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3984/2015

DECRETO Nº 3984/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada DALVA HORTÊNCIA SCHWAHN para exercer o cargo de Coordenador de Hanseníase- CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 3985/2015

DECRETO Nº 3985/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada CAROLINA LONGO DIAS para exercer o cargo de Diretor III de Centro de Saúde - CCM 6, com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4004/2015

DECRETO Nº 4004/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora ILZA MARIA CENCI do cargo de Assessor II Administrativo - CCM 02, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4005/2015

DECRETO Nº 4005/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada SCARLET SILVA para exercer o cargo em comissão de Assessor II Administrativo - CCM 02, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de janeiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4010/2015

DEFINE O PISO DE VENCIMENTO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O ANO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 2º, § 2º, da Lei Municipal nº 5.396, de 20 de maio de 2014,

CONSIDERANDO o artigo 5º da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e o artigo 2º da Lei Municipal nº 5.396, de 20 de maio de 2014,

CONSIDERANDO que o Ministério de Estado da Educação atualizou o valor do Piso Nacional do Magistério da Educação Básica para o ano de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - O piso de vencimento para os servidores membros do Magistério Público Municipal de São José que atuam na Educação Básica, referente ao ano de 2015, fica definido em R\$ 1.917,78 para a jornada de 40 horas semanais.

Art. 2º - Caberá à Secretaria de Administração tomar as medidas necessárias para a implementação deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Paço Municipal, em São José (SC), 12 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral do Município

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº. 012/2015 - SF

DECRETO Nº. 012/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"197" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"192" 3.3.90.11.00.00.1.0000 Venc. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernando Júlio Will,
Secretário Municipal da Fazenda.

DECRETO Nº. 013/2015 - SF

DECRETO Nº. 013/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.335/2015 de 10 de fevereiro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 36.151,57 (trinta e seis mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS
"394"4.4.90.39.00.00.1.00 Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
..... R\$36.151,57

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação, oriundos dos recursos do FUNDAM, Fonte 1.00, no valor de R\$ 36.151,57 (trinta e seis mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernando Júlio Will,
Secretário Municipal da Fazenda.

DECRETO Nº. 014/2015 - SF DECRETO Nº. 014/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.335/2015 de 10 de fevereiro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$556.504,17 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quatro reais e dezessete centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
10.02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS.

"___"4.4.90.51.00.0.3.0000.0 Obras e Instalações . R\$ 556.504,17

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes da Operação de Crédito com o Badesco, Contrato Nº2014004601, Fonte Nº0.1.0083, no valor de R\$556.504,17 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quatro reais e dezessete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernando Júlio Will,
Secretário Municipal da Fazenda.

DECRETO Nº. 015/2015 - SF DECRETO Nº. 015/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.337/2015, de 10 de fevereiro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.317/2014 de 26/11/2014 - LOA, no valor de R\$ 28.216,50 (vinte e oito mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL-FMAS
18.01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.073 CONSTRUÇÃO DO CRAS

"___"4.4.90.51.00.0.3.0000.0 Obras e Instalações R\$28.216,50

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro dos Recursos Ordinários, Fonte Nº0.3.0000, verificados no Balanço Patrimonial de 2014, no valor de R\$ 28.216,50 (vinte e oito mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernando Júlio Will,
Secretário Municipal da Fazenda.

DECRETO Nº. 016/2015 - SF DECRETO Nº. 016/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 4.345/2015, de 10 de fevereiro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 28.801,50 (vinte e oito mil, oitocentos e um reais e cinquenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"395"3.3.30.93.00.00.1.0000 Indenizações e Restituições
..... R\$28.801,50

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 28.801,50 (vinte e oito mil, oitocentos e um reais e cinquenta centavos), relativos ao superávit financeiro verificado em balanço patrimonial do exercício anterior, Recursos Ordinários, Fonte Nº. 3.0000.00.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 DE FEVEREIRO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernando Júlio Will,
Secretário Municipal da Fazenda.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015, PR Nº 008/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna NULA A PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA COMPOSTA POR ESTAÇÕES REPETIDORAS DIGITAIS E RESPECTIVOS LINKS ENTRE SI, NECESSÁRIOS PARA ESTABELECEER A COMUNICAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, publicado no DOM em 11/02/2015, edição nº 1682, pag. 389, por motivo de equívoco no envio da matéria. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015, PR Nº 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/02/2015, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE TONER PARA IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015, SRP - PR Nº 010/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/02/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAREM SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, CAMINHÃO TOCO E CAMINHÃO TRUK A SEREM EXECUTADOS NOS DISTRITOS DE PRESIDENTE

JUSCELINO, SÃO ROQUE E FREDERICO WASTNER NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 2.200, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

LEI Nº 2.200, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública Associações de Máquinas de São Lourenço do Oeste - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública as seguintes Associações:

I - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Presidente Juscelino, com sede neste, inscrita no CNPJ sob nº 04.142.272/0001-87, fundada em 29 de abril de 2000; e

II - Associação de Máquinas do Setor 2 de Presidente Juscelino, com sede na Vila Alvorada, Distrito de Presidente Juscelino, inscrita no CNPJ sob nº 11.382.344/0001-29, fundada em 17 de outubro de 2009.

Parágrafo único. As entidade mencionada no caput, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

Aviso de Licitação Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, através do Sr. Presidente, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/03/2015, às 15h, na Câmara de Vereadores, no endereço, Rua Duque de Caxias, 522, Centro, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015, OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços radiofônicos em Modulação em Amplitude (AM), com ampla abrangência no território do Município de São Lourenço do Oeste, visando a veiculação de programa de rádio semanal, com divulgação de atos, avisos e notícias da Câmara Municipal e seus Vereadores, conforme item e descrição detalhadas no Anexo I do presente Edital de Processo Licitatório. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-2666. Site www.camarasaolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, SC, 12 de fevereiro de 2015.

Edu Antonio Borges

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

Aviso de Licitação Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, através do Sr. Presidente, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/03/2015, às 16h, na Câmara de Vereadores, no endereço, Rua Duque de Caxias, 522, Centro, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços radiofônicos em Frequência Modulada (FM), com ampla abrangência no território do Município de São Lourenço do Oeste, visando a veiculação de programa de rádio semanal, com divulgação de atos, avisos e notícias da Câmara Municipal e seus Vereadores, conforme item e descrição detalhadas no Anexo I do presente Edital de Processo Licitatório. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-2666. Site www.camarasaolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, SC, 12 de fevereiro de 2015.

Edu Antonio Borges

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Schroeder**PREFEITURA****DECRETO Nº 3.243/2015 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº 3.243/2015 de 10 de fevereiro de 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.271,56 (um mil duzentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.304.3013.2.337 - Vigilância Sanitária

3.3.90.39.00.00.00.00 - 0159 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.271,56

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 10 de fevereiro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ERRATA DECRETO 3241/2015.

ERRATA DECRETO 3241/2015.

Onde se lê:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Médico para atuar na Unidade Básica de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Leia-se:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional Médico - ESF para atuar na equipe do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 03/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 03/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 05/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 03/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VERIFIC TACÓGRAFOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.764.008/0001-00, estabelecida Rod. BR 280 nº. 15610, Imigrantes, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a regularização do cronotacógrafo do veículo Sprinter MEK 7789, da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Manutenção do tacografo do veiculo Sprinter MEK 7789	01	Unidade	910,00	910,00
TOTAL R\$					910,00

Valor do contrato: R\$ 910,00 (novecentos e dez reais)

Data da Assinatura: 12/02/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.928/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.928/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº. 3.241/2015, de 09 de fevereiro de 2015, que autoriza a contratação emergencial de médico para atender a necessidade de especial interesse público, na secretaria de saúde do município de Schroeder;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Erden Ramirez Pestana para exercer o cargo de Médico - ESF, percebendo o nível salarial nº 001 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de fevereiro de 2015.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.929/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.929/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o aumento de turmas (Anos Finais) nas Escolas Municipais Profº. Emílio da Silva e Profº Santos Tomaselli;

Considerando o Decreto nº. 3.239/2015, de 09 de fevereiro de 2015, que autoriza a contratação emergencial de professor B na disciplina específica de matemática para atender a necessidade de especial interesse público, na secretaria de educação, cultura, esporte e lazer do município de Schroeder;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Adriano Dias Furtado para exercer o cargo de Professor B - Matemática, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de fevereiro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.930/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.930/2015, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Luis Fernando Gois da Luz em 19 de dezembro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Camila Michele Wackerhage, para exercer o cargo de Professora B - História, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de fevereiro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.931/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.931/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a criação da Diretoria de Saúde através da Lei Complementar nº158/2014, de 10 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a servidora Sra. Nadia Cristiane Hefter Tambosi, do cargo comissionado de Diretora Administrativa e NOME-Á-LA, para exercer o Cargo Comissionado de Diretora de Saúde, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados, com efeitos retroativos a partir de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de fevereiro de 2015.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.932/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.932/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Carlos Alberto Gomes, para exercer o cargo de Professor B - Artes, subárea Educação Infantil e Fund. - Anos Iniciais e Finais, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de fevereiro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.933/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.933/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015
REESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SCHROEDER - COMED.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.786/2010, de 16 de março de 2010,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a composição do Conselho Municipal de Educação de Schroeder - COMED, a saber:

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL:
- Greice Maiara Denker

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL: - Sheila Adriana Müller

III - REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

- REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 1º AO 5º ANO:
- Dionata dos Santos Ramos
- REPRESENTANTE DO ENSINO FUNDAMENTAL DO 6º AO 9º ANO:

- Adriana de Fátima Dorigon Adams

- REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:
- Geziane Machado

- REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL:
- Edna Maria da Rocha

IV - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS:

- Roseli Salete Kerber Rieger

V - REPRESENTANTE DOS DIRETORES ESCOLARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Daniele Luciano Gross

VI - REPRESENTANTE DOS DIRETORES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL:

- Sílvia dos Santos Batista

VII - REPRESENTANTE DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO:

- Silvânia Ferreira

VIII - REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

- Vanderlei Clever Junkes

IX - REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"

- Marcelo Ronaldo de Lima

X - REPRESENTANTE DAS APPs DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Gilson Godnei de Oliveira

XI - REPRESENTANTE DAS APPs DOS JARDINS DE INFÂNCIA MUNICIPAIS:

- Valério de Oliveira Onofre

XII - REPRESENTANTE DAS APPs DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL:

- Djuli Cristiane Konell

SUPLENTE:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

- Fabiane Heller

REPRESENTANTE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

- Sueli Rohweder Eurich

REPRESENTANTE DAS APPs:

- Eberton Vargas Trentin

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de fevereiro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DISPENSA 03/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 3/2015 - DL**Processo Nr.: 5/2015**
Data: 12/02/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: VERIFIC TACOGRAFOS LTDA - ME
Endereço: ROD BR-280, 15610
Cidade: Guaramirim - SC
CNPJ: 15.764.008/0001-00

Código: 12785

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Regularização do cronotacógrafo do veículo Sprinter MEK 7789, da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Manutenção do tacografo do veiculo Sprinter MEK 7789	UN	910,00	910,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Justificamos o aditamento do conserto deste veículo com certa urgência, para continuarmos a transportar os pacientes para consultas e exames já agendados em outras cidades. A escolha da prestadora de regularização do cronotacografo, Verific Tacografos Ltda, pelos excelentes trabalhos prestados anteriormente, sempre que solicitados, pelo melhor preço oferecido, empresa que esta autorizada pelo INMETRO, a realizar este serviço. Certos de podermos provar legalmente o que afirmamos, como melhor para o bem público municipal no momento, solicitamos este aditamento

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 12 de Fevereiro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 3/2015 - DL**

Processo Nr.: 5/2015
Data: 12/02/2015

Folha: 2/2

12/02/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 12 de Fevereiro de 2015

Valor da Despesa: 910,00 (novecentos e dez reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 011/2015 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 011/2015
ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, cumprindo o estabelecido na Lei Municipal nº. 934/2012 de 13/11/2012 e Lei Federal nº. 10.257/2001 torna público que, a 3ª Audiência Pública, para a Apresentação e Validação da Atualização do Plano Diretor, fica agendada para:

Data: 04/03/2015 - Quarta-Feira;

Horário: 20h00min;

Local: Auditório do Centro Municipal de Educação (Rua Sete de Setembro, 530, Centro).

Ficando assim convocados todas as associações, representantes dos vários segmentos da comunidade e toda a população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 12 de fevereiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015
CARTA CONVITE Nº 001/2015

1 - DO PROCESSO

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 17.165.981/0001-20, com sede na Rua 28 de Abril, 370, através de seu Presidente Senhor JEFERSON MARTINI, torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações que realizará Licitação Pública, na Modalidade CARTA-CONVITE, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com a finalidade de contratar pessoa jurídica para a prestação de serviços na realização de concurso público, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber a Lei Complementar 123/2006 e suas respectivas alterações, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e na minuta de contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

1.1 ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 13h30min do dia 25 de fevereiro de 2015 na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC.

2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços, objetivando a realização de CONCURSO PÚBLICO para provimento dos cargos constantes do ANEXO I deste

edital, incluindo todos os procedimentos administrativos necessários, englobando todas as fases do processo até a homologação do resultado final, especialmente:

- 2.1. Elaboração de Edital de Inscrições;
- 2.2. Aplicação de provas escritas;
- 2.3. Revisão de questões e recursos;
- 2.4. Processamento da classificação final dos candidatos.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação empresas convidadas ou não, que satisfaçam às exigências concernentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica, e que tenham manifestado interesse até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de abertura e em conformidade com o edital.

3.2. Em observância aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, não poderão participar da elaboração das provas e das Bancas Examinadoras parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau, de candidatos inscritos para o concurso, sob pena de anulação do concurso e responsabilização da empresa licitante.

3.3. Encontram-se impedidos de participar do presente certame as empresas:

3.3.1. Declaradas inidôneas por ato do poder público;

3.3.2. Sob processo de falência ou concordata;

3.3.3. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública.

3.4. Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o processo licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento/procuração, conforme modelo constante no anexo IV, a qual deverá ser entregue ao responsável pela licitação na data de abertura do envelope 1, reconhecida em cartório, mediante cópia da Carteira de Identidade.

4 - DA HABILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 Os envelopes contendo a documentação e a proposta deverão ser entregues na CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA, com sede na Rua 28 de Abril, 370, centro, município de Serra Alta/SC, CEP 89871-000, em envelope fechado, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal de forma a não permitir sua violação, até às 13h30min do dia 25 de fevereiro de 2015.

4.2. A documentação e a proposta serão recebidas pelo responsável pela licitação, em DOIS envelopes distintos, contendo, em sua parte externa e frontal, a seguinte inscrição:

ENVELOPE Nº. 01

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: _____

CNPJ: _____

À: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA
PROCESSO Nº.: 01/2015 - CARTA CONVITE Nº.: 01/2015
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE Nº. 02

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: _____

CNPJ: _____

À: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA
PROCESSO Nº.: 01/2015 - CARTA CONVITE Nº.: 01/2015
PROPOSTA DE PREÇO

4.3. O ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - deverá conter os seguintes documentos, apresentadas por cópias autenticadas por cartório ou por servidor público designado, desde que acompanhadas dos originais:

4.3.1. Habilitação Jurídica e de regularidade fiscal:

4.3.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedades comerciais

ou no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.3.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

4.3.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

4.3.1.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.3.1.5. Prova de regularidade com a União, através da apresentação de Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

4.3.1.6. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede do licitante;

4.3.1.7. Certidão de regularidade de débito com Fazenda Municipal, da sede da licitante autenticada, se não for emitida via internet;

4.3.1.8. Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);

4.3.1.9. Certidão o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) da sede da licitante;

4.3.1.10. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, de acordo com a Lei 12.440 de 07.07.2011;

4.3.1.11. Certidão de antecedentes criminais para fins cíveis expedida pela Comarca em que se encontra a sede da empresa.

4.3.2 Qualificação Econômica Financeira

4.3.2.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, passada pelo Distribuidor Judicial da sede da proponente autenticada, se for cópia;

Obs.: Se a certidão não constar prazo de validade, será considerada 30 (trinta) dias, após sua emissão.

4.3.3. Qualificação Técnica:

4.3.2.2. Comprovar com no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração, emitidos por pessoa de direito público que comprove ter realizado serviços pertinentes ao objeto desse convite.

4.4. A licitante deverá apresentar, conforme modelo constante no Anexo II, declaração:

4.4.1. De inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores;

4.4.2. De que não está inadimplente com fornecimento de itens ou descumprimento de Contrato junto à Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, não configurando como tal as licitantes que solicitaram, formalmente, prorrogação de prazo, desde que este tenha sido devidamente acatado;

4.4.3. Declaração de inexistência, em seu quadro de pessoal, de empregado(s) menor(es) de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, inciso V, artigo 27, da Lei nº. 8.666/93.

4.5. O ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO - deverá conter proposta financeira, devendo ser preenchida de acordo com o modelo que segue no ANEXO

III, de forma clara, sem rasuras, borrões ou emendas. Os valores devem ser expressos em moeda corrente nacional.

4.5.1. Não serão consideradas propostas que ultrapassem o valor máximo R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por cargo e total de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

4.5.2. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos e demais encargos, devendo ser discriminado em moeda corrente nacional, numericamente e por extenso.

4.5.3. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

4.5.4. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua apresentação.

4.5.5. É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

4.6. O não cumprimento destas exigências implicará na desclassificação da proposta.

4.7. Da participação de microempresas e de empresas de pequeno porte que quiserem usufruir os benefícios concedidos pela Lei Complementar n.º 123/06.

4.7.1. As empresas enquadradas na condição de micro empresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, conforme art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, que pretenderem fazer jus ao tratamento diferenciado e favorecido, deverão apresentar declaração emitida por contador da sede da empresa comprovando seu enquadramento.

5 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES PARA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os envelopes que forem entregues e protocolados após o horário e data estabelecidos no item 4.1, serão devolvidos "fechados" ao respectivo Licitante na abertura da assembleia, o que não impedirá o representante de estar presente na sessão, porém não participará do processo, face sua inabilitação (art. 41, § 4º da Lei nº. 8.666/93).

5.1.1 Em hipótese alguma serão considerados habilitados os envelopes fora de prazo de apresentação ou permitida à alteração, substituição do conteúdo dos mesmos ou a correção do que constar nos documentos das propostas.

5.1.2 Poderá o Licitante desistir oficialmente da Licitação antes da abertura dos envelopes contendo os documentos para Habilitação, por escrito, quando serão devolvidos fechados os envelopes contendo "DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA".

5.1.3 Nas sessões de abertura dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO e das PROPOSTAS DE PREÇO, somente poderão fazer uso da palavra, rubricar

documentos e propostas, apresentar reclamações, assinar ata ou interpor recursos, os representantes devidamente credenciados por Carta de Representação, Procuração ou outro documento equivalente, na forma deste Edital;

5.2. Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO serão abertos às 13h30min do dia 25 de fevereiro de 2015.

5.2.1. Em nenhuma hipótese serão aceitos documentos em envelopes trocados, ou concedido prazo para apresentação de documentos exigidos e não inseridos no envelope correspondente.

5.2.2. Será INABILITADA a licitante que deixar de apresentar, no todo ou em parte, os documentos exigidos no item 4.3 e a declaração prevista no item 4.4.

5.2.3. Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes do direito de recorrer, o responsável pela licitação devolverá, fechados, os envelopes de proposta às licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subsequentes.

6 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento e classificação das propostas será o MENOR PREÇO GLOBAL, sendo a classificação feita pela ordem crescente dos preços propostos.

6.2. No caso de empate, será assegurada preferência, por bens produzidos por empresas brasileiras, micro e pequenas empresas.

6.3. Persistindo o empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio feito pelo responsável pela licitação, devendo ser comunicados os licitantes empatados.

6.4. Desta fase será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelo responsável pela licitação e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.

6.5. Se ocorrer a suspensão da reunião para julgamento, e a mesma não puder ser realizada no mesmo dia, o resultado será divulgado aos interessados.

6.6. À Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC fica reservado o direito de anular ou revogar a presente licitação, não cabendo à

licitante vencedora direito a nenhuma indenização.

6.7. Não serão consideradas as propostas com ofertas de vantagens não previstas neste edital.

6.8. Somente terão direito a usar da palavra, rubricar documentos, apresentar reclamações ou recursos, fazer consignações e assinar atas, os licitantes ou seus representantes, devidamente identificados, e o responsável pela licitação.

6.9. Se a empresa licitante se fizer representar por Procurador ou preposto, o mesmo deverá apresentar sua credencial ou procuração na sessão de julgamento da habilitação ou em qualquer momento posterior do processo.

7 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

7.1. A documentação poderá ser apresentada em original ou por qualquer cópia autenticada por cartório competente e/ou servidor público designado, mediante apresentação dos originais para confronto, ou publicação em órgão da imprensa oficial na forma da lei.

7.2. Os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de (60) sessenta dias, a partir da data de sua expedição.

7.3. Os documentos emitidos via internet poderão ser conferidos pelo responsável pela licitação.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Abertas, rubricadas e lidas às propostas, o responsável pela licitação poderá julgá-las em outra reunião, se assim achar conveniente.

8.2. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, considerando-se vencedor dentre os qualificados, o licitante que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL somando os valores dos níveis fundamental e superior. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexequíveis ou excessivos. Serão desconsideradas propostas que ultrapassem o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por cargo e global de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

8.3. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, poderão ser concedidos, de acordo como § 3.º do art. 48 da Lei 8.666/93, 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, conforme o caso, escoimadas das causas determinantes da inabilitação ou desclassificação.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

9.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação a presente licitação, ou ainda para impugnar este edital observado o disposto no art. 41, § 2º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

9.2. O responsável pela licitação deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

9.3. Quando acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização desta licitação.

9.4. A impugnação, feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar do certame, até o trânsito em julgado da pertinente decisão.

9.5. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação, a LICITANTE que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do art. 41, parágrafo 2.º, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

10 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. Para fazer frente as despesas oriundas do presente processo licitatório, serão utilizadas dotações orçamentárias do orçamento municipal vigente.

10.2. A despesa máxima aceitável com a execução do objeto desta licitação é de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), sendo

o valor máximo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por cargo.

11 - DO PRAZO DE ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. O prazo para assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias corridos, contados da convocação do vencedor, através de notificação encaminhada por intermédio de ofício oriundo desta Câmara Legislativa.

11.2. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou entidade vencedora (diretor, sócio ou procurador), mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

11.3. A critério da Administração, o prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que haja tempestiva e formal solicitação da adjudicatária. 11.4. Os serviços terão início imediato após assinatura do contrato.

DO PRAZO

11.5. O serviço deve ser executado em sua totalidade até 15 de junho de 2015, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, mediante apresentação de toda a documentação fiscal e econômica.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. A Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta SC, se compromete a efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias após a entrega do resultado final do concurso, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Município.

12.2. Do valor a ser pago pela Câmara serão descontados a integralidade do valor arrecadado pela Licitante vencedora dos boletos pagos pelos candidatos inscritos em conta específica para geração de doc.

12.3. O valor total da arrecadação das taxas ficará para a empresa contratada, em caso de insuficiência de arrecadação para arcar com as despesas de realização total do certame a Câmara Municipal arcará com o restante do valor contratado.

13 - DOS RECURSOS

13.1. Do resultado do julgamento da habilitação e das propostas caberá recurso na forma do artigo 109, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

13.2. Os recursos deverão ser interpostos, nos termos do art. 109, § 6.º, da Lei 8.666/93, no prazo de dois (02) dias úteis, contados da data da divulgação da decisão do responsável pela licitação, protocolados junto à Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC.

13.3. Os recursos deverão ser elaborados em petição própria, dirigida a Presidente da Câmara, e encaminhados através do responsável pela licitação.

14 - DAS PENALIDADES

14.1. São aplicáveis as sanções previstas no capítulo II, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

14.2. A licitante, que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou fizer declaração falsa, estará sujeita à pena de suspensão de seu direito de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

14.3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Câmara Municipal convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços e prazos de execução, sem prejuízo da pena de multa, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor da contratação, mais a suspensão do direito de contratar com o Legislativo Municipal de Serra Alta/SC por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.4. No contrato a ser assinado com o vencedor, constarão as

cláusulas necessárias do art. 55 e a possibilidade de rescisão, na forma dos artigos 77 à 79, todos da Lei n.º 8.666/93.

15 - DAS INFORMAÇÕES

15.1. Mais informações serão prestadas aos interessados no horário das 07h30min às 17h30min, na sede da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, localizada na Rua 28 de Abril, 370, centro, município de Serra Alta/SC, CEP 89871-000, pelo telefone: 49 3364-0112 ou pelo correio eletrônico camara@serraalta.sc.gov.br.
15.2. Cópia deste edital e quaisquer informações ou esclarecimentos para o seu cumprimento podem ser obtidas junto à Câmara Municipal de Serra Alta/SC.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Esta licitação será regida pelo disposto na Lei n.º 8.666/93, e suas alterações, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, e demais normas pertinentes, e poderá ser revogada por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente ou anulada por motivos de ilegalidade no seu processo, através de publicidade geral.

16.2. É facultada ao responsável pela licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, solicitar demonstração dos serviços propostos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

16.3. O contrato a ser celebrado poderá ser alterado, além do previsto no presente Edital, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

16.4. A Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta, a critério de seu Presidente, reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, nos casos previstos em lei ou por motivos de conveniência e oportunidade, técnica ou financeira, sem que, com isso, caiba às licitantes reclamarem qualquer espécie de indenização.

16.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir todas as questões deste Convite, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

16.6 Fazem parte integrante desde Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - Descrição dos cargos e vagas;
- b) ANEXO II - Modelo de Declaração;
- c) ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial;
- d) ANEXO IV - Modelo de Procuração;
- e) ANEXO V - Minuta do Contrato;
- f) ANEXO VI - Recibo de Entrega do Edital.

Serra Alta - SC, 10 de fevereiro de 2015.

Jeferson Martini
Presidente da Câmara

ANEXO I

CARGO	ESCOLARIDADE	VAGAS	CARGA HORÁRIA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Ensino Fundamental Completo	1	20 horas
TESOUREIRO	Ensino Superior Completo	1	20 horas
CONTADOR	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis com registro no órgão fiscalizador da profissão ou técnico em contabilidade	1	20 horas

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE CONVITE Nº 001/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa _____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____ (nome completo do representante), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei:

- a) Que não existe fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Que não está inadimplente com fornecimento de itens, nem descumpriu quaisquer contratações junto à Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- c) Que inexistem em seu quadro de pessoal empregado(s) menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do que preconiza o inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei nº 8.666/93;

(Local e Data)

(Nome e Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa)

OBS.: A Declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE CONVITE Nº 001/2015

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC

Convite n.º 001/2015

Assunto: Proposta Comercial

Razão Social do Proponente:

CNPJ do Proponente:

Encaminhamos, pela presente, nossa proposta referente ao conjunto do objeto previsto no Convite 001/2015 declarando que, no preço abaixo ofertado, estão incluídos todos os custos referentes ao cumprimento do objeto, bem como tributos, treinamento e outros.

Valor cargo de Auxiliar de Serviços Gerais:

Valor cargo Tesoureiro: _____

Valor cargo Contador: _____

OBS: Escolaridade, vagas e carga horária conforme anexo I.

Valor Global: R\$ _____

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital.

Local e Data,

Assinatura do responsável.

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONVITE Nº 001/2015

Pelo presente instrumento particular de procuração
 (Nome da Empresa), nomeia e constitui seu bastante
 procurador o Sr (nome do outorgado,
 profissão, n.º Carteira de Identidade), com poderes para repre-
 sentá-la perante à Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/
 SC, no Convite nº 001/2015, podendo participar das sessões rea-
 lizadas, assinar propostas, bem como formular propostas verbais,
 decidir sobre desistência ou interposição de recursos, assinar atas,
 enfim, praticar todos os atos que se façam necessários ao cumpri-
 mento regular do presente mandato.

....., de de 2015.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

CPF

Carimbo do CNPJ da Empresa

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA, Esta-
 do de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 17.165.981/0001-20,
 com sede na Rua 28 de Abril, 370, centro, neste ato represen-
 tada pelo seu Presidente Senhor JEFERSON MARTINI, portador
 do CPF nº 044.414.139-12 doravante denominada simplesmente
 CONTRATANTE, e de do outro lado, pessoa
 jurídica de direito privado, CNPJ n.º, com sede na Rua
, nº, na cidade,
 estado de neste ato devidamente representada
 pela (o) Sr.(a), doravante denominada simplesmente
 CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação
 de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamen-
 te aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida.

DO PROCEDIMENTO E AMPARO LEGAL

CLÁUSULA PRIMEIRA. As partes acima identificadas têm, entre
 si, justas e acertadas o presente Contrato Administrativo de Pres-
 tação de Serviços Técnicos, nos termos da Lei n.º 8.666, 21 de
 junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinen-
 tes, assim como, pelas condições do Edital de Licitação Convite
 001/2015, cujo processo, foi homologado em, e ainda, pelas
 cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações
 e responsabilidades das partes.

DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA. A CONTRATADA executará para o CONTRA-
 TANTE, serviços técnicos especializados para a realização de con-
 curso público para provimento de três vagas do Quadro de Cargos
 da Câmara Municipal de Serra Alta/SC, em conformidade com o
 disposto no Convite n.º 001/2015 e seus Anexos. Incluindo todos
 os procedimentos administrativos necessários, especialmente:

I - Elaboração de Edital de Inscrições, abrangendo:

a) Elaboração e montagem da minuta dos editais para apresenta-
 ção ao Presidente da Câmara Municipal e análise juntamente com
 o responsável pela licitação;

b) Definição de critérios para recebimento das inscrições;
 c) Especificação de disciplinas e peso de provas, bem como média
 para aprovação;
 d) Elaboração e definição do conteúdo e bibliografias;
 e) Seleção e convocação das bancas examinadoras;
 f) Contratação de instituição bancária para pagamento de inscri-
 ções
 g) Treinamento aos encarregados do recebimento das inscrições;
 h) Análise de todas as inscrições efetivadas, objetivando suas ho-
 mologações;
 i) Emissão de relatório de candidatos em ordem alfabética, con-
 tendo cargo e número de inscrição e as inscrições indeferidas,
 mediante fundamentação.

II - Aplicação de provas escritas, compreendendo:

a) Elaboração de questões inéditas, em conformidade como nível
 de escolaridade do cargo, bem como com as atribuições, dispondo
 de profissionais especializados;
 b) Análise técnica das questões, com revisão de português;
 c) Digitação e edição;

d) Impressão dos cadernos de questões;
 e) Manutenção do sigilo das questões e da segurança da prova;
 f) Verificação e contratação dos locais para aplicação das provas
 e definição das datas em conjunto com o Presidente da Câmara;
 g) Distribuição dos candidatos no local das provas;
 h) Emissão da relação geral dos candidatos em ordem alfabética,
 contendo o local de realização das provas;
 i) Mapeamento e identificação das salas para a realização das pro-
 vas;
 j) Elaboração dos materiais de apoio para a realização das provas,
 tais como etiquetas para envelopamento dos cartões de respostas,
 listas de presença, etiquetas para envelopamento de questões,
 cartões de respostas e relatórios;
 k) Acondicionamento e transporte dos cadernos e grades ao local
 das provas, com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança;
 l) Treinamento e contratação do pessoal envolvido na aplicação
 da prova;
 m) Aplicação efetiva das provas, com a presença de equipe de
 coordenação;
 n) Elaboração de atas e listas de presença;
 o) Ampla divulgação do gabarito oficial, logo após o término das
 provas;
 p) Correção dos cartões respostas;
 q) Emissão de boletins individuais e relatório de notas de todos
 os candidatos;
 r) Correção e entrega dos resultados das provas escritas;
 s) Emissão do relatório das notas dos candidatos para publicação.

III - Revisão de questões e recursos, compreendendo:

a) Promoção da coleta dos recursos encaminhados segundo as
 regras definidas em edital;
 b) Encaminhamento dos pedidos de revisão às bancas examina-
 doras para análise;
 c) Fundamentação das respostas aos pedidos de recursos impe-
 trados, com emissão de parecer individualizado;

d) Atualização, quando necessário, dos gabaritos oficiais e das
 notas das provas.

IV - Processamento da classificação final dos candidatos, compre-
 endendo:

a) Emissão dos relatórios de notas englobando todas as etapas do
 concurso público;
 b) Aplicação dos critérios de desempate de notas, de acordo como
 previsto no edital de inscrições;
 c) Elaboração de relatórios de homologação final, contemplando
 todos os aprovados por ordem de classificação.

V - Elaboração de Dossiê contemplando todos os elementos administrativos concernentes ao certame, que servirá de base para a Câmara Municipal, bem como para o Tribunal de Contas da União, quando da realização de auditoria.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA TERCEIRA. Compete ao CONTRATANTE:

- a) Cumprir as obrigações previstas no Convite n.º 001/2015 e seus Anexos;
- b) Fiscalizar a execução deste Contrato e subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento do contrato;
- c) Publicação dos atos oficiais deste certame;
- d) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA. Compete à CONTRATADA:

- a) Cumprir o disposto no Convite n.º 001/2015 e seus Anexos, obedecendo ao objeto e às disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PROCESSO DE LICITAÇÃO - CONVITE N.º 001/2015.
- c) Refazer, sem ônus, os serviços impugnados pela CONTRATANTE;
- d) Manter sigilo absoluto do conteúdo das provas;
- e) Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços objeto deste contrato, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos profissionais;

CLÁUSULA QUINTA. A CONTRATADA fica responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por todos os danos causados ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando da execução dos serviços prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art. 65, da Lei 8.666/93.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA. O CONTRATANTE, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre a execução do presente contrato.

CLÁUSULA NONA. A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA. A existência e atuação da fiscalização do CONTRATANTE em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste contrato.

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA. Pela prestação dos serviços previstos neste

contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$

Parágrafo Primeiro: O valor contratado não sofrerá reajustes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O valor total da arrecadação das taxas ficará para a empresa CONTRATADA, em caso de insuficiência de arrecadação para arcar com as despesas de realização total do certame a Câmara Municipal arcará com o restante do valor contratado.

DA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente contrato regular-se-á no que concerne à sua execução, inexecução, alteração ou rescisão pelas disposições da Lei n.º 8666/93, de 21 de junho de 1993, observadas suas posteriores alterações.

DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O presente contrato terá vigência até 1º de julho de 2016, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. Os serviços ora contratados deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. O presente instrumento não gera qualquer tipo de vínculo trabalhista, entre os funcionários das partes contratantes com a outra parte, arcando cada qual com o pagamento de todos os tributos e encargos, decorrente deste instrumento, que sejam de sua responsabilidade, quer sejam trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários, fiscais ou parafiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA. O objeto do presente contrato não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresse consentimento do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-los, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA. As penalidades poderão ser aplicadas conforme o artigo 87 e seguintes da Lei 8666/93, conforme segue:

a) Advertência verbal ou escrita;

- b) Multas;
- c) Declaração de inidoneidade e;
- d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

- a) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;
- b) 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;
- c) 10% (dez por cento) sobre valor contratual restante, na

hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;

d) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município por prazo não superior a dois anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro. De qualquer sanção imposta a Contratada poderá oferecer recurso a Contratante, devidamente fundamentada, no prazo máximo de dois dias, contados da intimação do ato;

Parágrafo segundo. As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Modelo/SC. Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Serra Alta (SC), de fevereiro de 2015.

Contratante

Jeferson Martini

Presidente da Câmara de Vereadores

Contratada

Nome do representante

Testemunha: _____

CPF: _____

Testemunha: _____

CPF: _____

Siderópolis

PREFEITURA

01 2015 CREDENCIAMENTO FARMACIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO FMS N. 01/2015

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, que estará realizando o CREDENCIAMENTO de farmácias locais para fornecimento de medicamentos constantes do guia da farmácia, para uso emergencial e cumprimento de mandados judiciais, perante prescrição médica, para o exercício de 2015. O edital na íntegra esta disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3435.3188, ou através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 09 de fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

02 2015 CREDENCIAMENTO LABORATORIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO FMS N. 02/2015

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas LOCAIS para a realização de exames, para o exercício de 2015, de acordo com os preços estabelecidos na tabela do SUS. O edital na íntegra esta disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3435.3188, ou através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 09 de fevereiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 047/2015

PORTARIA Nº. 047/2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal Sra. IEDA MARIA BADIN BOURSCHIEDT, Professora de Geografia, inscrita sob matrícula nº 303/03, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 02 de Fevereiro de 2015, nos termos do art. 82 da Lei Municipal Complementar nº. 014 de 13 de Dezembro de 2010 (Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado e deferido.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 82 Ao membro do Magistério Público Municipal será concedida licença:

[...]

II- Por motivo de doença de pessoa da família;

[...]

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de fevereiro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Timbé do Sul

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 05/2015_FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 05/2015 - Pregão Presencial - menor preço por item.

Objeto: Aquisição parcelada de material odontológico para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul, para o ano de 2015.

Data da entrega dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2015.

Data de abertura dos envelopes: a partir das 08:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2015

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07:00 as 13:00 horas, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133.

Jucevania Netto

Gestora do FMS

DECRETO 29/2015

DECRETO Nº 29, de 11 de fevereiro de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VINGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais):

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0080(2) - Aplicações diretas
..... R\$ 2.800,00

14.01 - Encargos Gerais do Município

0.001 - Amortização da Dívida Fundada

3.2.90.00.00.00.00.0080(138) - Aplicações diretas
..... R\$ 6.800,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.00.00.00.0080(3) - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.800,00

14.01 - Encargos Gerais do Município

0.001 - Amortização da Dívida Fundada

4.6.90.00.00.00.00.0080(139) - Aplicações diretas

..... R\$ 6.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de fevereiro de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA DELIBERAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 01 2015 - FCT - FRACASSADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE DELIBERAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2015 - FCT

Às dez horas, do décimo segundo dia, do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para deliberação referente documentos constantes do processo licitatório Tomada de Preços nº 01/2015 - FCT conforme segue:

Na data designada (03/02/2015) para a sessão pública de abertura da licitação, a empresa CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA entregou tempestivamente os envelopes de habilitação e proposta (conforme Ata de fl. 0111).

Após abertura e análise dos documentos de habilitação pela Comissão de Licitação e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a empresa CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA foi inabilitada no certame, tendo em vista que não cumpriu todas as exigências do Edital, conforme publicação na Imprensa Oficial em 04/02/2015.

Transcorrido o prazo legal, a licitante CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA não apresentou recurso contra a decisão de inabilitação.

Desta forma, analisada toda documentação juntada aos autos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, considerando os fundamentos acima apresentados bem como os já constantes na ata de fl.0111, restou, portanto, fracassada a licitação Tomada de Preços nº 01/2015 - FCT que tem objeto a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) para construção de casa enxaimel, a ser executada na Avenida Getúlio Vargas, face a inabilitação de todos os licitantes.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pelos presentes, encaminhando-se os autos à autoridade instauradora do certame para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intímem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro
--	-------------------------------------	--

ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 13 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 13/2015 - PMT

Às oito horas e dez minutos, do décimo segundo dia, do mês de fevereiro de dois mil e quinze, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taíse Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e, representando a empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA, o Sr. Elvis Oswald Luchtenberg, para a abertura dos envelopes de habilitação da Tomada de Preço nº 12/2015 - PMT.

As empresas ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA e AMPER SERVIÇOS LTDA protocolaram os envelopes de Habilitação e Proposta fora do prazo estabelecido no Edital, sendo que a ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA protocolou às 08h01min, e a AMPER SERVIÇOS LTDA protocolou às 08h02min. No entanto, tendo em vista o princípio do interesse público e da competitividade, a Comissão de Licitação decidiu receber os envelopes.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Aberta a palavra o representante da empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA em relação aos documentos de habilitação da empresa AMPER SERVIÇOS LTDA se manifestou no seguinte sentido:

- O contrato social encontra-se autenticado apenas na última página; o balanço patrimonial não está autenticado; não foi apresentada a Certidão do Poder Judiciário informando a quantidade de distribuidores existentes no Município sede da proponente (item 7.1.4, letra "d" do edital); não foi apresentado o currículo do engenheiro preposto (item 7.1.6, letra "d", inc. I do Edital); não foi apresentado o Atestado ou Declaração de vistoria técnica do local dos serviços, subscrita por engenheiro preposto da empresa, declarando que a proponente tem ciência do local da obra e da situação existente (item 7.1.6, letra "d", inc. II do Edital); o Atestado de Capacidade Técnica apresentado não está vinculado com a Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA; a empresa AMPER SERVIÇOS LTDA não possui o software constante no item 9 do memorial descritivo.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, bem como encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil dos mesmos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação Técnica.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e representante legal presente.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro
ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA		

CERTIDÃO Nº 031 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

CERTIDÃO Nº 031 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015

ALTERA dispositivo da Certidão nº 026, de 25 de novembro de 2014, com a seguinte descrição:

"01 - Lote nº 01 (um) - com área de 654,45m2 (Seiscentos e cinquenta e quatro metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Seara, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 113,10 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Caçador; estremando na frente em 25,00 metros com o lado par da Rua Seara; fundos estrema em 27,62 metros com terras de Alfredo Viebrantz, matrícula nº 3.713, livro 2; lado direito estrema em 24,89 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 25,00 metros com o lote 42 de propriedade de Marlise Lewin, matrícula nº 24.069, livro 2."

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 10 de fevereiro de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 34 2014 FMS - MEDICAMENTOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de medicamentos destinados a distribuição aos usuários do Serviço Municipal de Saúde e consumo interno das Unidades de Saúde e Policlínica de Referência.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Medilar Importações e Distribuição de Produtos Méd, Coml. Cirúrgica Rioclarense Ltda, Angeomed Com. de Prod. Med. Hosp. Eireli, Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda, Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda, Pontamed Farmacêutica Ltda, Cristalia Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda, Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda, Cirurgica Santa Cruz Com. de Produtos Hospitalares, Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda, CentermedI-Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, Aglon Com. Repr. Ltda, Lici-med Distrb. Medic. Mat Med Hosp. Ltda, Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda, Promefarma Repr. Comerciais Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 631.890,82 (seiscentos e trinta e um mil oitocentos e noventa reais e oitenta e dois centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/02/2016

Timbó, 12/02/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DE DISPENSA N.º 20 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (FILÉ DE PEIXE)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 20/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - COO-MAPEIXE

OBJETO: Aquisição de gênero alimentício (filé de peixe) destinado ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 02/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 40.630,00 (quarenta mil seiscentos e trinta reais).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 23,90 (vinte e três reais e noventa centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 12 de fevereiro de 2015

SERGI MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 77 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a aquisição de materiais de higiene, limpeza e copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do Município de Timbó (repetição parcial da licitação nº 56/2014).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Celia Regina W. Sani ME; Supermercado Fistarol Ltda; Máxima Papelaria Ltda; Dial Departamentos Eireli - EPP; Coml. Storinny Ltda ME; PKB Produtos Químicos Ltda EPP; AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda; Amanda Comércio de Papeis e Embalagens Ltda; L & E Comércio Varejista Ltda - EPP; J. P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda - EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 87.706,83 (oitenta e sete mil setecentos e seis reais e oitenta e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/08/2015

Timbó, 13/08/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 39 2014 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de lubrificantes, aditivos e combustíveis destinados à manutenção e abastecimento dos equipamentos (veículos e máquinas) da administração direta e indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Posto Fratelli LTDA; Dyspef Com. e Repres. LTDA; Maucor Distribuidora de Lubrificantes LTDA; Agri-copel Com. Deriv. De Petróleo LTDA; Siga Bem Distribuidora de

Lubrificantes LTDA; e Forta Comercial LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 205.938,40 (duzentos e cinco mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/05/2015

Timbó, 15/05/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SAMAE

PORTARIA NO SAMAE -029 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA No SAMAE -029 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Ivo Pires, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo na Autarquia Municipal, a contar de 05 de fevereiro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal IVO PIRES, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 017, de 19 de janeiro de 2015, a contar de 05 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 025, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 025, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Auxiliar Operacional I				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
VANIA DE FÁTIMA MACHADO DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	21/09/1982	062.899.529-60	44 horas	04/02/2015 a 28/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Auxiliar Administrativo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
DANRLEI ANDERSON PEYERL (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	21.08.1995	095.212.429-73	35 horas	02/02/2015 a 31/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 027, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 027, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
DEVAIR JOSE FAGUNDES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	18/05/1994	091.976.319-73	44 horas	10/02/2015 a 28/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 028 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 028 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015
Concede Licença Prêmio convertida em Pecúnia Total ao Servidor Paulo Henrique Wanser

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE

Art.1º Conceder Licença Prêmio convertida em pecúnia total ao Servidor PAULO HENRIQUE WANSER ocupante de cargo efetivo de Agente de Manutenção, lotado no SAMAE, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.02.2010 a 01.02.2015, conforme Processo RH n. 19/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2015

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital do CP 004/2014, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer durante o período de 18 de fevereiro de 2015 a 27 de fevereiro de 2015, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:15 às 16:30 horas, na Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, situada à Avenida Santa Catarina nº 616, Centro de Três Barras - SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº 004/2014.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, em 12 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 004/2014.

NOME DO CANDIDATO	CARGO
Alcione Mara Saiboth Bornatto	Técnico de Enfermagem
Marcela Cristina de Lima	Técnico de Enfermagem
Evanir Kondras	Técnico de Enfermagem
Sandrieli Cecilia Pires de Lima	Técnico de Enfermagem
Marlene Tomelin Nunes	Técnico de Enfermagem
Eloa Veiga	Técnico de Enfermagem
Sônia Luzia de Lima Gassner	Técnico de Enfermagem
Ana Maria Moreira Lescovitz da Silva	Técnico de Enfermagem
Silvana Aparecida Lescovitz de Souza	Técnico de Enfermagem
Goreti Leme Maciel	Técnico de Enfermagem
Franciele Daiane Teixeira Muller	Técnico de Enfermagem

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 01/2015 - Edital Pregão nº. 01/2015. A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 10 h e 00 min. do dia 04 de março de 2015. Propostas para "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA.". Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Câmara Municipal, às 10 h e 15 min. do dia 04 de março de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Câmara de Vereadores, na Avenida Rigesa, nº. 2949 João Paulo II – Fone/Fax: 47 3623-0645 ou pelo e-mail camaratb@gmail.com - Três Barras - SC

Três Barras - SC, 12 de Fevereiro de 2015.

GILSON HIDEAKI NAGANO
PRESIDENTE

Treze Tílias**PREFEITURA****LEI 1850**

LEI Nº 1.850/2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS A FIRMAR CONVÊNIO COM A CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, ASSETT - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E ASTURTILIAS - ASSOCIAÇÃO DE TURISMO PARA REALIZAÇÃO DA EXPOTILIAS 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, ASSETT - Associação Empresarial do Município e ASTURTILIAS - Associação de Turismo, do município de Treze Tílias, para realização da III EXPOTILIAS 2015, XLII EXPOSIÇÃO DE GADO LEITEIRO e XXXVIII FEIRA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, nas datas de 23 a 26 de abril de 2015.

Art. 2º. O objeto do convênio visa a execução da montagem, organização, exploração e comercialização dos stands dos expositores e da praça de alimentação, nos termos das cláusulas do contrato (ANEXO I), parte integrante da presente Lei, no intuito de promover as atividades econômicas e sociais do município de Treze Tílias/SC, atendendo mais especificamente o que dizem os artigos 143 e ss. e 166 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. Do convênio deverão constar cláusulas e condições que assegurem as responsabilidades de cada conveniente.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 10 de Fevereiro de 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

ANEXO I da lei nº 1.850/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS com a CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, ASSETT - Associação Empresarial do Município e ASTURTILIAS - Associação de Turismo, do município de Treze Tílias, para realização da III EXPOTILIAS 2015, XLII EXPOSIÇÃO DE GADO LEITEIRO e XXXVIII FEIRA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, nas datas de 23 a 26 de abril de 2015.

Pelo presente instrumento, de um lado MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.777.251/0001-41, com endereço na Praça Ministro Andreas Thaler, nº. 25, centro, CEP 89650-000, Treze Tílias/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, MAURO DRESCH, brasileiro, divorciado, inscrito no RG sob o nº. 1.074.960 - SSP/SC e no CPF/MF sob o nº. 460.440.609-00, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, S/N, centro, CEP: 89650-000, na cidade de Treze Tílias/SC, denominado CONVENIENTE, e de outro lado a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, associação privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.352.857/0001-48, como sede na

Rua Pedro Nelcido Kafer, nº. 195, sala 03, centro, CEP: 89.650-000, na cidade de Treze Tílias/SC, neste ato representada pelo seu Presidente (a qualificar); ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, associação privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.642.833/0001-19, com sede na Rua Gisela Thaler, nº. 106, centro, CEP: 89650-000, na cidade de Treze Tílias/SC, neste ato representada pelo seu Presidente (a qualificar); ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE TREZE TÍLIAS, associação privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.557.486/0001-63, com endereço na Rua Pedro Nelcido Kafer, nº. 195, centro, CEP: 89.650-000, na cidade de Treze Tílias/SC, neste ato representada pelo seu Presidente (a qualificar), doravante denominadas CONVENIADAS, com autorização da conferida pela Lei Municipal nº. (...), celebram entre si o presente TERMO DE CONVÊNIO de conformidade com as cláusulas seguintes, que mutuamente outorgam e aceitam.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETIVO

O presente convênio tem por objetivo a cooperação mútua entre os partícipes, objetivando à execução da montagem, organização, exploração e comercialização dos stands dos expositores e da praça de alimentação durante a realização da III EXPOTÍLIAS 2015, XLII EXPOSIÇÃO DE GADO LEITEIRO e XXXVIII FEIRA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, nas datas de 23 a 26 de abril de 2015, no parque de exposições do município, no intuito de promover as atividades econômicas e sociais do município de Treze Tílias/SC, atendendo mais especificamente o que dizem os artigos 143 e ss. e 166 da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA 2ª - DAS OBRIGAÇÕES

À CONVENIENTE, por seus órgãos competentes, enquanto vigente o presente convênio e, em conformidade com suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, caberá:

I - acompanhar e supervisionar a execução das ações deste convênio, visando o alcance das metas estabelecidas;

II - prestar cooperação técnica às CONVENIADAS na execução do objetivo deste convênio, de acordo com as diretrizes fixadas;

III - ceder um espaço público para a realização do evento;

IV - fornecer os stands, devidamente montados, através da contratação de empresa especializada.

Às CONVENIADAS caberá:

I - prestar contas da receita e despesa geradas pelo evento ao final, pormenorizando o destino das verbas e comprovando que as sobras de dinheiro, por conta da comercialização dos stands foi aplicada para fins dos objetivos sociais das entidades;

II - dar contrapartida financeira no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por conta da comercialização dos stands, mais contrapartida de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada stand comercializado da praça de alimentação;

III - ser responsável por todo o procedimento de divulgação e comercialização dos stands, podendo valer-se de serviços de divulgação e comercialização de terceiros.

CLÁUSULA 3ª - DA EXECUÇÃO

Este convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial a que tiver dado causa.

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data infra e se estenderá até o dia 26 de abril do corrente ano, devendo as CONVENIADAS prestar contas imediatamente após a realização do evento, inclusive o pagamento da contrapartida.

CLÁUSULA 5ª - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido a qualquer momento, por qualquer dos partícipes, mediante simples aviso com antecedência de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA 6ª - DA AÇÃO PROMOCIONAL

A publicação dos atos praticados em função deste convênio deverá restringir-se ao caráter informativo ou de orientação social, ficando proibida a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou pessoas, nos termos do artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA 7ª - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos que surgirem na vigência deste convênio serão solucionados por acordo entre os CONVENIENTES, através de termos aditivos específicos, desde que respeitado o objeto do convênio.

CLÁUSULA 8ª - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem em função do presente instrumento.

Treze Tílias/SC, 10 de Fevereiro de 2015.

CONVENIENTE:

Município de Treze Tílias
Mauro Dresch Prefeito

CONVENIADAS:

Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL
Armando Ansiliero Junior

Associação Empresarial Treze Tílias - ASSETT
Rosalinda Felder Koroll

Associação de Turismo Treze Tílias - ASTURTÍLIAS
Markus Bierbaum

PORTARIA 22/2015

PORTARIA Nº 022/15 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias no uso de suas atribuições, e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o senhor abaixo descrito para atender como LEILOEIRO, com a finalidade específica de comercialização de "Lote de peixes" oriundos do lago do Parque Dos Imigrantes, localizado na Rua Franz Pointl, centro, neste município.

- Marcelo Mantovani

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias (SC) 11 de fevereiro de 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Mun. de Administração e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS CNPJ: 82.777.251/0001-41 PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25 C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2015 - DL
	Processo Nr.: 9/2015 Data: 09/02/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: TICKET MAIS EVENTOS LTDA - ME Endereço: R AUGUSTO HULSE,310 - Cidade: Tubarão - SC CNPJ: 15.097.979/0001-35	Código: 3366 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada na gestão de até 12.500 ingressos para os shows da III EXPOTÍLIAS, incluindo bobinas personalizadas, suporte técnico durante o evento, acompanhamento 24 horas através de painel de acompanhamento, instalação de ponto de vendas, capacitação dos atendentes e validação dos ingressos vendidos.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa especializada na gestão de até 12.500 ingressos para os shows da III EXPOTÍLIAS, incluindo bobinas personalizadas, suporte técnico durante o evento, acompanhamento 24 horas através de painel de acompanhamento, instalação de ponto de vendas, capacitação dos atendentes e validação dos ingressos vendidos. (8829)	UN	7.500,00	7.500,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Treze Tílias, 9 de Fevereiro de 2015

MAURO DRESCH
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 9/2015 - DL**

Processo Nr.: 9/2015
Data: 09/02/2015

Folha: 2/2

09/02/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Treze Tílias, 9 de Fevereiro de 2015

Valor da Despesa: 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Pagamento.....: Cfe cronograma.

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO ELETRONICO FMS Nº 01/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO FMS Nº 01/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO visando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA FARMACIA BASICA DO MUNICIPIO. O prazo de recebimento de propostas será a partir das 16:00h do dia 13/02/2015 até as 16:00h do dia 25/02/2015, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 08:30h do dia 26/02/2015 e o início da disputa as 09:00h do dia 26/02/2015, sendo feito através do endereço eletrônico: bll.org.br. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br ou encontrada no site bll.org.br.

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1672/2015

DECRETO Nº 1672/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1202/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 849.359,13 (Oitocentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e treze centavos), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. FINANÇAS
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PALNEJAMENTO E FINANÇAS
Proj./Ativ.	04.122.0002.2009	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração
3.1.90.00.00.00.00.00.3104		Aplicações Diretas 100.000,00
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ.	06.181.0000.2.008	Manutenção da Segurança Pública (Convênios Trânsito e Rádio Patrulha)
3.3.90.00.00.00.00.00.3117		Aplicações Diretas 8.586,07
3.3.90.00.00.00.00.00.3118		Aplicações Diretas 6.297,42
3.3.90.00.00.00.00.00.3115		Aplicações Diretas 10.095,91
3.3.90.00.00.00.00.00.3104		Aplicações Diretas 12.752,41
4.4.90.00.00.00.00.00.3117		Aplicações Diretas 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3118		Aplicações Diretas 8.000,00
Proj./Ativ.	06.181.0000.2.056	Manutenção do Programa de Videomonitoramento
3.3.90.00.00.00.00.00.3115		Aplicações Diretas 10.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.01	ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
Proj./Ativ.	12.361.0005.1.006	Aquisição de Veículos, Materiais Permanentes p/ Administração da Educação
4.4.90.00.00.00.00.00.3105		Aplicações Diretas 40.000,00
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.010	Manutenção dos serviços de Educação, Cultura e Esportes
3.1.90.00.00.00.00.00.3105		Aplicações Diretas 20.000,00
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL
Proj./Ativ.	12.361.0005.1.007	Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.3110		Aplicações Diretas 8.450,00
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.011	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.3018		Aplicações Diretas 8.471,15
3.3.90.00.00.00.00.00.3110		Aplicações Diretas 5.551,12
3.3.90.00.00.00.00.00.3105		Aplicações Diretas 20.000,00
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.013	Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.3124		Aplicações Diretas 3.350,92

Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ.	12.365.0005.1.027	Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física de Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.3110	Aplicações Diretas	10.444,00
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.012	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.3110	Aplicações Diretas	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3105	Aplicações Diretas	20.000,00
Unidade:	04.09	ESPORTES
Proj./Ativ.	27.812.0016.2.022	Manutenção das Atividades Esportivas
3.3.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas	20.000,00
Órgão:	06.00	SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR
Proj./Ativ.	26.782.0015.1.017	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos Rodoviários
4.4.90.00.00.00.00.00.3166	Aplicações Diretas	39.156,30
Proj./Ativ.	26.782.0015.2.017	Manutenção dos Serviços de Transportes
3.1.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3042	Aplicações Diretas	1.958,63
3.3.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas	150.000,00
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ.	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões
3.3.90.00.00.00.00.00.3260	Aplicações Diretas	6.875,02
3.3.90.00.00.00.00.00.3044	Aplicações Diretas	20.813,46
3.3.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3044	Aplicações Diretas	12.223,27
Proj./Ativ.	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.3111	Aplicações Diretas	2.165,85
Proj./Ativ.	25.752.0009.2.029	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.3127	Aplicações Diretas	11.558,75
Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ.	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços do Idoso
3.3.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas	48.287,38
Proj./Ativ.	08.244.0022.2.033	Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.3231	Aplicações Diretas	7.855,73
3.3.90.00.00.00.00.00.3236	Aplicações Diretas	14.505,77
3.3.90.00.00.00.00.00.3237	Aplicações Diretas	37.353,40
Proj./Ativ.	08.244.0003.2.035	Manutenção dos Benefícios Eventuais
3.3.90.00.00.00.00.00.3235	Aplicações Diretas	1.025,39
Proj./Ativ.	08.244.0022.2.036	Manutenção do Programa Bolsa Família (PBF)
3.3.90.00.00.00.00.00.3230	Aplicações Diretas	4.282,14
3.3.90.00.00.00.00.00.3330	Aplicações Diretas	2.480,42
Órgão:	09.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	09.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Proj./Ativ.	08.243.0018.2.031	Manutenção de Centros de Atendimento à Crianças e Adolescentes
3.3.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas	2.200,00
Proj./Ativ.	08.243.0018.2.048	Manutenção da Assistência à Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas	4.600,88
Órgão:	11.00	FUNDO DE HABITÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade:	11.01	FUNDO DE HABITÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ.	16.482.0010.1.023	Aquisição de Área e Unidades Habitacionais
4.4.90.00.00.00.00.00.3104	Aplicações Diretas	27.017,74

TOTAL 849.359,13

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o superávit financeiro do exercício anterior, causado nestas fontes de recursos

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 20 de janeiro de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em controladoria Interna.

DECRETO 1673/2015

DECRETO Nº 1673/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.202/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 377.579,91 (Trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa e um centavos), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	10.00	SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.301.0012.1.003	Aquisição de Veículos, Equipamentos Permanentes para Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.3070	Aplicações Diretas	16.518,53
Proj./Ativ.	10.301.0012.1.024	Construção, Ampliação e Conservação Unidade de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.3033	Aplicações Diretas	3.845,27
4.4.90.00.00.00.00.00.3109	Aplicações Diretas	70.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.3002	Aplicações Diretas	15.320,00
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.3223	Aplicações Diretas	4.921,93
3.1.90.00.00.00.00.00.3259	Aplicações Diretas	80,16

3.1.90.00.00.00.00.00.3265	Aplicações Diretas	615,50
3.1.90.00.00.00.00.00.3271	Aplicações Diretas	5.072,99
3.1.90.00.00.00.00.00.3002	Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3107	Aplicações Diretas	3.583,11
3.3.90.00.00.00.00.00.3260	Aplicações Diretas	11.382,50
3.3.90.00.00.00.00.00.3002	Aplicações Diretas	35.000,00
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.034	Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS
3.3.90.00.00.00.00.00.3264	Aplicações Diretas	3.091,85
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.037	Manutenção do Programa Farmácia Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.3269	Aplicações Diretas	6.434,29
3.3.90.00.00.00.00.00.3262	Aplicações Diretas	5.203,61
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.043	Manutenção do Programa SIS-Fronteiras
3.3.90.00.00.00.00.00.3266	Aplicações Diretas	8.530,57
4.4.90.00.00.00.00.00.3266	Aplicações Diretas	6.000,00
Proj./Ativ.	10.301.0012.2.047	Manutenção do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
3.1.90.00.00.00.00.00.3147	Aplicações Diretas	171,19
Proj./Ativ.	10.302.0012.2.039	Manutenção do Programa de Próteses Dentárias - LRPD
3.3.90.00.00.00.00.00.3002	Aplicações Diretas	24.680,00
Proj./Ativ.	10.302.0012.2.045	Manutenção do Programa de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.00.3148	Aplicações Diretas	22.462,95
3.3.90.00.00.00.00.00.3002	Aplicações Diretas	25.000,00
Proj./Ativ.	10.304.0012.2.040	Manutenção da Vigilância e Promoção em Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.3000	Aplicações Diretas	3.038,10
3.3.90.00.00.00.00.00.3261	Aplicações Diretas	8.194,84
4.4.90.00.00.00.00.00.3261	Aplicações Diretas	3.000,00
Proj./Ativ.	10.305.0012.2.041	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde - ECD
3.3.90.00.00.00.00.00.3263	Aplicações Diretas	32.911,47
4.4.90.00.00.00.00.00.3263	Aplicações Diretas	5.000,00
Proj./Ativ.	10.306.0012.2.054	Manutenção do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.3109	Aplicações Diretas	7.521,05

TOTAL 377.579,91

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o superávit financeiro do exercício anterior, causado nestas fontes de recursos

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 20 de janeiro de 2015.
VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em controladoria Interna.

DECRETO 1675/2015

DECRETO Nº 1674/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.202/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 319.440,00 (Trezentos e dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	10.00	SECRETARIA DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.301.0012.1.024	Construção, Ampliação e Conservação Unidade de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.1033	Aplicações Diretas	319.440,00

TOTAL 319.440,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o superávit financeiro do exercício anterior, causado nestas fontes de recursos

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 20 de janeiro de 2015.
VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em controladoria Interna.

DECRETETO 1674/2015

DECRETO Nº 1674/2015, DE 20 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR PEDRO LAWISCH, Prefeito em Exercício do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1202/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 743.415,51 (Setecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e um centavos), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	04.00	SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ-ESCOLA
Proj./Ativ.	12.365.0005.1.027	Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física de Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.3037	Aplicações Diretas	254.216,27

Órgão:	06.00	SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ.	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos de Passageiros, Pontes e Pontilhões	
	4.4.90.00.00.00.00.00.1125	Aplicações Diretas	245.850,00
	4.4.90.00.00.00.00.00.1226	Aplicações Diretas	97.075,79
Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Proj./Ativ.	22.661.0014.1.018	Construção, Ampliação e Conservação de Área Industrial	
	4.4.90.00.00.00.00.00.1141	Aplicações Diretas	146.273,45

TOTAL 743.415,51

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o superávit financeiro do exercício anterior, causado nestas fontes de recursos

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 20 de janeiro de 2015.
VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em controladoria Interna.

EDITAL 01/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS/SC torna público que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "menor preço por item" (quilômetro rodado), para selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de serviços de fretamento de veículo VAN, sob demanda, para transporte rodoviário de Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis.

Local: Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis- Rua da Matriz nº53, Centro -Tunápolis/SC.

Entrega dos envelopes e credenciamento: 26 de Fevereiro de 2015, às 17h15min.

Abertura dos Envelopes: 26 de Fevereiro de 2015, às 17h30min. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria da Câmara Municipal ou pelo telefone 49) 3632-1300, das 13:00 às 18:00 horas.

PORTARIA 05/15

PORTARIA Nº 005/2015

Em 10 de Fevereiro de 2015.

CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO LUNKES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento

Interno Cameral, RESOLVE:

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 8666/93, e suas alterações, e que, conforme contido no art. 51, parágrafo 4º, da Lei 8666/93, expirou o mandato dos integrantes da Comissão anterior;
CONSIDERANDO, o número de servidores efetivos insuficiente;
CONSIDERANDO, o número de servidores desimpedidos insuficiente para compor a Comissão de Licitação;

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, responsável pela análise e julgamento das Licitações de aquisições de móveis, utensílios, equipamentos, materiais de expediente, de consumo e serviços necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da Câmara de Vereadores de Tunápolis.

Art. 2º Ficam designados integrantes da Comissão acima citada, as Servidoras Luciane SkrsypcsakKist e Liane Jacinta FingerHeck, e o Vereador Elói Wink, sendo presidida por este último, para o período legislativo de 2015(DOIS MIL E QUINZE).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Aos 10 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO LUNKES

Presidente

PORTARIA 06/15

PORTARIA Nº 006/2015

Em 11 de Fevereiro de 2015

DESIGNA PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE PREGÃO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO LUNKES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Servidora da Casa, Liane Jacinta Finger Heck, como Pregoeira Oficial da Câmara de Vereadores de Tunápolis.

Art. 2º Ficam designadas como integrantes da Equipe de Apoio as Servidoras Luciane Skrsypcsak Kist e Madalena Hofer Baumgratz.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até 31 de Dezembro do corrente ano.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Aos 11 de Fevereiro de 2015

GILBERTO LUNKES

Presidente

RESOLUÇÃO 02.15

RESOLUÇÃO Nº 002/2015

DESIGNA OS LÍDERES DAS BANCADAS QUE COMPÕEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os Líderes das Bancadas da seguinte forma:

1) O Bloco parlamentar, composto pela Coligação Unidos Por Tunápolis, terá como Líder o Vereador Elói Rhoden e Vice-Líder, a Vereadora Cleni Dias Wiggers.

2) O Bloco Parlamentar composto pela Coligação A Força Do Povo, terá como Líder o Vereador Mauro Luíz Bamberg e Vice-Líder, o Vereador Flávio Albano Wendling.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis-SC.

Em 10 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO LUNKES

Presidente

ELÓI WINK

Vice- Presidente

CLENI DIAS WIGGERS

1ª Secretária

NILSI SEHN

2ª Secretária

RESOLUÇÃO 03/15

RESOLUÇÃO Nº 003/2015

DESIGNA O NÚMERO, OS MEMBROS E O HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PARA O EXERCÍCIO DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido que as Comissões Permanentes da Casa, durante o período legislativo de 2015, terão 3(três) membros, conforme deliberação em Plenário.

Art. 2º Ficam designados membros efetivos das Comissões Permanentes da Casa, atendendo as indicações dos líderes das bancadas os seguintes vereadores e Comissões:

JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS;

Presidente: MAURO LUÍZ BAMBERG

Vice-Presidente: ELÓI WINK

Membro: ELISE GRETZLER TRENHAGO

EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OBRAS PÚBLICAS:

Presidente: FLÁVIO ALBANO WENDLING

Vice-Presidente: NILSI SEHN

Membro: ELÓI RHODEN

FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS DO MUNICÍPIO:

Presidente: NILSI SEHN

Vice-Presidente: MAURO LUÍZ BAMBERG

Membro: SÉRGIO LUÍS EIDT

Art. 3º Que os horários das reuniões serão de acordo com a necessidade e cumprindo os prazos regimentais, da seguinte forma: A Comissão de Justiça e Redação de Leis, terá reuniões às 18:00 horas;

A Comissão de Educação, Assistência Social e Obras Públicas, terá reuniões às 18 horas e 15 minutos

A Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, terá reuniões às 18 h e 30 minutos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis- SC.

Em 11 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO LUNKES

Presidente

ELÓI WINK

Vice- Presidente

CLENI DIAS WIGGERS

1ª Secretária

NILSI SEHN

2ª Secretária

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 27 de Fevereiro de 2015 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição de alimentação pronta (marmitex de isopor tipo nº 09 com tampa) e refrigerante de qualidade resfriado de diversos sabores em embalagem de 2 litros, destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que estiverem a serviço no interior do município, solicitadas conforme a necessidade, ao longo do Exercício 2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 12 de fevereiro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 009/2015 PR 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015

PREGÃO Nº 008/2015

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de Cestas Básicas para distribuição gratuita a pessoas carentes, cadastradas no serviço social do Município.

Abertura dos Envelopes: 02 de março de 2015, às 09h00min.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 12 de fevereiro de 2015.

Melania Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.506/15

DECRETO Nº 11.506/15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
Nomeia Odontólogo - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FERNANDA PAULA DE ALMEIDA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 02 de julho de 2013, para exercer o emprego público de Odontólogo - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.507/15

DECRETO Nº 11.507/15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, NATHALIA PADILHA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.508/15

DECRETO Nº 11.508/15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 04 de fevereiro de 2015, ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON, Chefe da Casa Lar, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, admitida pelo Decreto nº 11.311/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2015.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.509/15

DECRETO Nº 11.509/15, 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
Nomeia Chefe da Casa Lar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, IOHANA MARIA SPÖRR ARALDI, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Casa Lar, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.510/15

DECRETO Nº 11.510/15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
Torna sem efeito o Decreto nº 11.428/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Termo de Desistência de Concurso Público constante do Processo Administrativo nº 1872/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.428/14, que nomeou ADRIANA REGINA SCHNEIDER PERGHER, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.511/15

DECRETO Nº 11.511/15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.
Torna sem efeito o Decreto nº 11.422/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Termo de Desistência de Concurso Público constante do Processo Administrativo nº 1995/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.422/14, que nomeou VANUSA APARECIDA MELO DE GODOI, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.512/15

DECRETO Nº 11.512/15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOCEANE FURCKEL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.513/15

DECRETO Nº 11.513/15, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DAISY NICE UGOLINI RIGO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.516/15

DECRETO Nº 11.516/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 31, §4º, da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, ANDREA CAROLINE DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Área de atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Língua Portuguesa, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, admitida pelo Decreto nº 11.407/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.517/15

DECRETO Nº 11.517/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Enfermeiro - ESF

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EVERTON TURKE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 02 de julho de 2013, para exercer o emprego público de Enfermeiro - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.518/15

DECRETO Nº 11.518/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de fevereiro de 2015, EUNICE APARECIDA GUARNIERI, Assessor de Projetos Educacionais, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo Decreto nº 11.018/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2015.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.519/15

DECRETO Nº 11.519/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Assessor de Projetos Educacionais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EDUARDA CLARISSA DA SILVA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos Educacionais, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.520/15

DECRETO Nº 11.520/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAMILA ROSTIROLA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2015.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.521/15

DECRETO Nº 11.521/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Assessor de Informática.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EUNICE APARECIDA GUARNIERI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Informática, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.522/15

DECRETO Nº 11.522/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 09 de fevereiro de 2015, CRISTYANE FIORELLI MENDES, Chefe de Administração, símbolo DAS-3, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pela Portaria nº 0707/11.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.523/15

DECRETO Nº 11.523/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Diretor do Departamento de Pessoal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CRISTYANE FIORELLI MENDES, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Pessoal, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.524/15

DECRETO Nº 11.524/15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

Nomeia Chefe de Administração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Administração, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.525/15

DECRETO Nº 11.525/15, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

Altera o valor das passagens do Transporte Coletivo Urbano na cidade de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e no artigo 4º, da Lei Municipal nº 631/99 e, ainda, à vista do que consta dos Processos Administrativos nº 0969/15;

DECRETA

Art. 1º O valor das passagens do Transporte Coletivo Urbano da cidade de Videira, fica reajustado de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) para R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos), a partir de 14 de fevereiro de 2015.

Art. 2º O preço da passagem fixada no artigo anterior terá a redução de 50% (cinquenta por cento) para estudantes e servidores municipais, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da Lei nº 631/99 e alterações.

Art. 3º Ficam ressalvados os casos de gratuidade do Transporte Coletivo Urbano, estabelecido no art. 9º, § 3º, da Lei nº 631/99 e alterações, para os deficientes físicos, mentais, auditivos, visuais e respectivos acompanhantes, idosos a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, professores e atendentes de creches municipais, devidamente identificados e cadastrados pela concessionária.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 006/15

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 005/2012:

CONVOCADADA	EMPREGO	DECRETO NOMENÇÃO
1. CARLA CAROLINE PAULETTO IANNUZZI	ODONTÓLOGO - ESF	11.504/15, DE 05/02/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 12 de Fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2015

Ata de Registro de Preços nº: 31/2015

Data de Assinatura: 02.02.2015

Fornecedor....: Total Sports Ltda ME

Valor : R\$ 136.091,00

Licitação : Pregão Presencial nº 166/2014-PMV

Vigência : Início: 02.02.2015 Término: 02.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA ENCAPAR COLCHÕES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2015

Ata de Registro de Preços nº: 32/2015

Data de Assinatura: 02.02.2015

Fornecedor....: Cooperativa de Pequenos Agricultores de Videira e Iomerê- COPAVIDI

Valor : R\$ 641.570,05

Licitação : Pregão Presencial nº 01/2015-PMV

Vigência : Início: 02.02.2015 Término: 02.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIARRURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES DE ACORDO COM O ART. 24 DA RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17/06/13 DO FNDE PARA MERENDA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2015

Ata de Registro de Preços nº: 33/2015

Data de Assinatura: 05.02.2015

Fornecedor....: Krenke Brinquedos Pedagógicos Ltda.

Valor : R\$ 140.010,00

Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV

Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2015

Ata de Registro de Preços nº: 34/2015

Data de Assinatura: 05.02.2015

Fornecedor....: Videlivros Com. de Livros e Jogos Pedagógicos Ltda.

Valor : R\$ 48.260,00

Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV

Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2015

Ata de Registro de Preços nº: 35/2015

Data de Assinatura: 05.02.2015

Fornecedor....: Regis Comércio de Brinquedos Ltda.

Valor : R\$ 144.772,00

Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV

Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2015

Ata de Registro de Preços nº: 36/2015

Data de Assinatura: 05.02.2015

Fornecedor....: Multiarte Indústria Comércio de Brinquedos Ltda.

Valor : R\$ 11.895,00

Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV

Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2015

Ata de Registro de Preços nº: 37/2015

Data de Assinatura: 05.02.2015

Fornecedor....: Didática Livraria e Brinquedos Ltda ME

Valor : R\$ 230.368,00

Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV

Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2015

Ata de Registro de Preços nº: 38/2015

Data de Assinatura: 05.02.2015

Fornecedor....: Total Sports Ltda ME.

Valor : R\$ 30.932,00

Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV

Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2015

Ata de Registro de Preços nº: 39/2015

Data de Assinatura: 05.02.2015

Fornecedor....: Sulbrinquedos Indústria e Comércio Ltda ME

Valor : R\$ 28.740,00

Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV

Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2015

Ata de Registro de Preços nº: 40/2015

Data de Assinatura: 05.02.2015

Fornecedor....: Brinqmóveis Ltda ME

Valor : R\$ 22.644,00

Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV
Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2015

Ata de Registro de Preços nº: 41/2015
Data de Assinatura: 05.02.2015
Fornecedor....: Rsul Ltda ME
Valor : R\$ 24.092,00
Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV
Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2015

Ata de Registro de Preços nº: 42/2015
Data de Assinatura: 05.02.2015
Fornecedor....: Verônica Maria Ferreira de Albuquerque ME.
Valor : R\$ 5.548,00
Licitação : Pregão Presencial nº 169/2014-PMV
Vigência : Início: 05.02.2015 Término: 05.02.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS E PARQUES INFANTIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2015

Ata de Registro de Preços nº: 43/2015
Data de Assinatura: 06.02.2015
Fornecedor....: IBF - Ind. Bras. Filmes S/A - Matriz
Valor : R\$ 31.209,00
Licitação : Pregão Presencial nº 02/2015-FMS
Vigência : Início: 06.02.2015 Término: 06.02.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FIXADOR E FILME PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA REALIZADOS NO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2015

Ata de Registro de Preços nº: 44/2015
Data de Assinatura: 09.02.2015
Fornecedor....: Funerária São Judas Tadeu Ltda.
Valor : R\$ 93.606,00
Licitação : Pregão Presencial nº 01/2015-FMAS
Vigência : Início: 09.02.2015 Término: 09.02.2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE URNAS MORTUÁRIAS E TRANSLADO PARA AUXÍLIO FUNERAL PARA AS PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO, PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0008/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0008/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0430/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI ALVES PEREIRA VEIGA
CPF: 046.636.669-81
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 01 de fevereiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0009/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0009/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0522/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LEONARDO PAULO BUSS
CPF: 098.074.809-73
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir de 30 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0011/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0011/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0511/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA
CPF: 061.104.929-57
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 12 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0015/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0015/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0019/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: GEVERSON LUIZ RODRIGUES BATISTA
CPF: 006.396.670-07
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir de 23 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0016/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0016/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0455/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MARCIO OGLIARI
CPF: 035.561.779-00
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir de 31 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0019/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0019/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0338/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: AIRTO GONÇALVES PADILHA
CPF: 619.707.789-20
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir de 31 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0021/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0021/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0096/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EDENIR SCHMITE DE LIMA RIBEIRO
CPF: 758.002.339-34
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 28 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0022/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0022/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0586/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANE MONARI
CPF: 038.106.689-40
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 30 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0023/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0023/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0335/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN
CPF: 057.437.479-54
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 23 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0024/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0024/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0719/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: HEMILY RAAP DO NASCIMENTO
CPF: 074.920.469-95
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 31 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0156/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0156/2014
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0015/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS
CPF: 022.595.629-22
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir de 02 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0157/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0157/2014
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0498/13
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ADEMAR BONIATTI
CPF: 825.061.089-04
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado
VIGÊNCIA: A partir de 05 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 0070/15

PORTARIA nº 0070/15
Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 1165/2015;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Causa Animal Videira, no dia 07 de fevereiro de 2015, das 08h00min às 18h00min, a fim de realizar evento de adoção de animais.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0076/15

PORTARIA nº 0076/15
Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 7564/2014, nomeada pela Portaria nº 1338/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 10 de fevereiro

de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 7564/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2015.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0077/15

PORTARIA nº 0077/15
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20030/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora LUCIANA OLIVEIRA PEREIRA, Agente Administrativo II, de 02 de março de 2015 até 02 de junho de 2015, referente ao quinquênio de 17 de fevereiro de 2008 até 16 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0078/15

PORTARIA nº 0078/15
Declara estável servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 1858/2015;

RESOLVE

Declarar estável a servidora MIGUEL ALBERTO VIECELI, Analista de Nível Superior, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 13 de janeiro de 2015.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0079/15

PORTARIA nº 0079/15
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 932/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor TIAGO SILVEIRA, Trabalhador Braçal, de 02 de março de 2015 até 02 de junho de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0053/15.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0080/15

PORTARIA nº 0080/15
Autoriza o Uso das dependências do Estacionamento da Prefeitura Municipal de Videira

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 1029/2015,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências do estacionamento localizado ao lado da Prefeitura Municipal de Videira, pela BRF S/A, na data de 01 de março de 2015, para a realização da largada da Caminhada e Corrida 5Km BRF.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;

- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0081/15

PORTARIA nº 0081/15
Revoga a Portaria nº 0951/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 0951/14, que nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13219/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0082/15

PORTARIA nº 0082/15

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados pelos órgãos abaixo relacionados, os seguintes servidores:

I - Representantes da Procuradoria Jurídica:

KALYNE DANIELEWICZ
MARIO PEDRO FONTANELLA
RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA
LUCIANE MARIA DOS SANTOS

II - Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

CARLISE PIERDONA
SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT
CLEMIR BERTOTTO ERDMANN
CRISTINA KLOCK
ALVAIR LIRIO BARZOTTO
LUCÉLIA GRUTZMACHER

III - Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

POLIANA CARLA HAAS
IZABEL APARECIDA BALBINOTT
DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO
MÁRCIA REGINA VANZ
JEAN CARLOS ANDREOLA
VALCIR JOSÉ RIGO

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento:

ARNALDO POSANSKE
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI
MIGUEL ALBERTO VIECELLI

V - Representantes da Fundação Municipal de Esportes:

HELY DE FREITAS E SILVA
SÉRGIO PERETTI
ADELMO ALBIERO
SÉRGIO ANTONIO OZELAMI

VI - Representantes do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID:

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
MARIA CRISTINA DE SOUZA
JOICEANE SAVIAN

VII - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação:

LEONARDO BOM GUSE
VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI
JANAINA CORREIA COUTO
ELISANDRA MARA BARETTA

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso,

do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a pres-tá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as dispo-sições em contrário, em especial a Portaria nº 0075/15.

Videira, 10 de fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL`AGNOL

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 14/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO SENDO O ÓRGÃO GERENCIADOR O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 05/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/9032.

Videira/SC, 12 de Fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 15/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE TOLDOS PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE). 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 02/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/9032.

Videira/SC, 12 de Fevereiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 004/2015

Processo de Licitação 004/2015

Modalidade: Convite 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Carta Convite

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Carta Convite, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h00min horas, do dia 24 de fevereiro de 2015, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Claudinei Feliciano, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 11 de fevereiro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 006/2015

DECRETO DE N.º 006/2015

REGULAMENTA E ESTABELECE CRITÉRIOS PARA O AUXÍLIO DE BOLSA DE ESTUDOS E INCENTIVOS NO APERFEIÇOAMENTO EM ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR (PRIMEIRA GRADUAÇÃO), CURSOS DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO-PROFISSIONALIZANTES E PROFIS-SIONALIZANTES REALIZADOS FORA DO MUNICÍPIO.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Ficam estabelecidos os seguintes critérios para concessão de auxílio de bolsas de estudo e incentivos no ingresso e permanência de alunos do município:

Art. 1º - Os interessados em obter o auxílio, deverão realizar "Cadastro de Pedido de Auxílio", junto à Secretaria de Educação deste município, onde será avaliada a situação em que se enquadra o pedido.

Art. 2º - Terão direito ao auxílio as seguintes situações e cursos realizados:

- I) Os alunos devidamente matriculados em Ensino Superior (primeira graduação);
- II) Cursos técnico-profissionalizantes;
- III) Cursos profissionalizantes;
- IV) Residentes no Município.

Art. 3º - Para análise e concessão do auxílio, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

- I) Comprovante de Residência;
- II) Cópia de RG e CPF;
- III) Comprovante de pagamento da mensalidade;
- IV) Atestado de frequência para os que não pagam mensalidade;
- V) Apresentar documentação informando a modalidade de frequência (presencial ou semipresencial);

VI) Comprovante de conta corrente para depósito dos valores.
Art. 4º - Para critérios de valores a serem adotados no auxílio, serão levados em consideração os seguintes aspectos:

- I) Se o interessado estuda em instituição privada e necessita de transporte para se deslocar fora do município na modalidade presencial;
II) Se o interessado estuda em instituição privada e necessita de transporte para se deslocar fora do município na modalidade à distância, semipresencial;
III) Se o interessado estuda em instituição privada e necessita de transporte para se deslocar fora do município e for contemplado com FIES;
IV) Se o interessado estuda em instituição gratuita e necessita de transporte para se deslocar fora do município.

Art. 5º - O valor integral para auxílio fica fixado em R\$ 120,00 (cento e vinte reais), sendo que o aluno tem direito a 10 (dez) parcelas durante o ano, desde que apresente o comprovante de pagamento ou atestado de frequência até o dia 25 de cada mês, podendo receber retroativamente até no máximo 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Conforme artigo anterior, fica fixado para o auxílio as seguintes proporções:

- 70% do valor integral estabelecido como auxílio para os alunos enquadrados nos incisos II do Art. 4º;
- 100% do valor integral estabelecido como auxílio para os alunos enquadrados nos incisos I e III do Art. 4º;
- 50% do valor integral estabelecido como auxílio para os alunos enquadrados no inciso IV do Art. 4º.

Art. 7º - O recebimento do auxílio será concedido mensalmente, e sempre no mês subsequente ao do pagamento da mensalidade. O interessado deverá trazer cópia do comprovante de pagamento na Secretaria de Educação, onde formalizou o pedido, até o dia 25 do mês, caso não entregue até esta data, será considerado como entregue no mês seguinte. O pagamento será efetuado até o dia 10 do mês subsequente.

Art. 8º - O aluno contemplado com o auxílio assinará o Termo de Compromisso, após a conferência da documentação, o qual se comprometerá com a veracidade das informações declaradas e com ciência e concordância dos termos deste regulamento. O aluno contemplado, em contrapartida, deverá participar e colaborar com as atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal que precise de colaboradores.

Art. 9º - O aluno que não participar ou colaborar no que se refere o artigo 8º perderá o auxílio no mês subsequente ao da convocação.

Art. 10 - Em caso de negligência nas informações prestadas o bolsista perderá todos os direitos contidos neste decreto.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 006/2014.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 12 de fevereiro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

Homologa inscrições no Processo Seletivo nº 001/2015 de 30/01/2015, para Contratação de Servidores em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Senhor LOURIVAL LUNELLI, no uso de suas atribuições e no cumprimento do Edital de Processo Seletivo para Contratação de Servidores em Caráter Temporário nº 001/2015, homologa as inscrições dos candidatos:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E/OU SERVENTE/MERENDEIRA

INSCRIÇÃO	NOME
002	Roselene do Carmo Ferreira
006	Marlene Beatriz Berkenbrock
007	Caroline Aparecida Mazoti
010	Tainá Luchtenberg

SERVENTE/MERENDEIRA (E.M. RIO DENECKE)

INSCRIÇÃO	NOME
005	Leonda Cusungu
009	Bu Cutscho

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CME

INSCRIÇÃO	NOME
001	Artur Santana Gonçalves
003	Amanda Bogo
004	Wagner de Brito
008	Elton Paulo

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 12 de fevereiro de 2015.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 038/2015

PORTARIANº. 038/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VILMAR CANI
Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 15 (quinze) dias de férias, pelo período de 18/02/2015 a 04/03/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 01/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: ECON - EMPRESA CONCÓRDIA DE ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA.

Termo de Rescisão nº: 01/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CONSULTORIA.

Data da Assinatura: 11/02/2015.

Rescisão de Contrato.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº004/2015

PORTARIA nº 004/2015

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE ATENDIMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DE XAVANTINA-SC NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2015 (CARNAVAL)".

HELIO DOMINGOS SORDI, Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso I, alínea 'h', do Regimento Interno,

CONSIDERANDO que o feriado de carnaval será na terça-feira dia 17 de fevereiro de 2015 e a sessão desta Casa Legislativa costumemente ocorre nas segundas-feiras;

CONSIDERANDO tratar-se de feriado nacional de amplo conhecimento, usado para visitas entre familiares e para interação social;

CONSIDERANDO que é ínfima a probabilidade de a população necessitar dos serviços prestados pela Câmara de Vereadores e edis durante a festividade cultural;

CONSIDERANDO que grande parte do comércio e instituições bancárias não darão expediente no dia 16 de fevereiro de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1º. Determinar o retorno aos trabalhos legislativos para o dia 18 de fevereiro de 2015, quarta-feira, data na qual ocorrerá sessão ordinária.

Artigo 2º. Determinar ponto facultativo no dia 16 de fevereiro de 2015, segunda-feira, aos servidores da Câmara de Vereadores de Xavantina-SC.

Artigo 3º. A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação junto ao Edital da Câmara de Vereadores de Xavantina-SC.

Xavantina-SC, 12 de fevereiro de 2015.

HELIO DOMINGOS SORDI

Presidente da Câmara de Vereadores

Xaxim**PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA 012/2015**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015

HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2015

CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S/A- CNPJ 00.000.000/0001-91

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEJAX) DE XAXIM -SC.

VALOR DA DESPESA MENSAL: R\$ 4.100,00 (QUATRO MIL E CEM REAIS)

VIGÊNCIA: 31/12/2015

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

XAXIM, 12/02/2015

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

DECRETO 078

DECRETO Nº. 078/2015

ATUALIZA VALORES DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO, REBOQUE, REMOÇÃO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1. Em observância à redação do parágrafo único, do art. 4º, da Lei 3.852 de 17 de maio de 2013, a atualização da tabela de remunerações cobrada pela concessionária totalizará os seguintes valores:

I - Guincho, Reboque e Remoção (valor por unidade):

- a) Viaturas: serviço diurno, R\$ 44,19; serviço noturno, R\$ 55,23;
- b) Motocicletas, automóveis e similares: serviço diurno, R\$ 88,37; Serviço noturno R\$ 110,47;
- c) Caminhões: serviço diurno, R\$ 132,56; serviço noturno R\$ 165,70;

II - Serviços de Estadia e Guarda (valor por diária):

- a) Motocicleta e similares, R\$ 11,05;
- b) Veículos em geral, R\$ 16,57;
- c) Caminhão, R\$ 27,62;

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim, 12 de fevereiro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro

Procurador-geral do Município.

Associações**FECAM****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 – COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE GESTORES DE CONVÊNIOS/CEGMC.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Gestores de Convênios/CEGMC.

O presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Gestores de Convênios, Roberto Albertino de Souza, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 24 de fevereiro de 2015.

Hora: 13h30 às 17h00.

Local: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito - Florianópolis/SC - CEP: 88.070-101. Tel.: (48) 3221-8800.

Ordem do dia:

1. Debate OBTV com técnicos da Caixa Econômica Federal;
2. Definição de temas e demais assuntos para realização do I Seminário de Gestores Municipais de Convênios; e
3. Apresentação do calendário 2015.

Florianópolis/SC, 12 de fevereiro de 2015.

ROBERTO ALBERTINO DE SOUZA

Presidente do Colegiado Estadual de Gestores de Convênios/CEGMC

Consórcios

ARIS

PORTARIA DIRETOR GERAL Nº 003/2015

PORTARIA/Diretor Geral nº 003, de 12 de fevereiro de 2015
Estabelece os dias 16 e 17 de 2015 como ponto facultativo de serviço público na ARIS.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição,
RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo os dias 16 e 17 de fevereiro de 2015.

Parágrafo único. Retorna o expediente normal de serviço a partir das 13 horas do dia 18 de fevereiro.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2015.
ADIR FACCIO
Diretor Geral

CIGA

EXTRATO CONTRATO 114 - PGC - MASSARANDUBA

Extrato de Contrato nº 114/2015
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Massaranduba

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Massaranduba
CNPJ: 83.539.668/0001-39
CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 04/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2015.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

CIS/AMARP

RESOLUÇÃO 01 2015 CPL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 01/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA, com endereço a Rua Dr. Cruz Machado, nº 468, centro, União da Vitória - Estado do Paraná, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços de procedimentos em:

CARDIOLOGIA	Código SUS	Valor CIS
Monitoramento pelo sistema holter 24 hs (3 canais)	02.11.02.004-4	80,00
Teste de esforço/teste ergométrico	02.11.02.006-0	88,00
Ecocardiograma com doppler	02.05.01.003-2	150,00
M.A.P.A Monitorização Ambulatorial De Pressão Arterial	02.11.02.005-2	140,00
Eletrocardiograma (ECG)	02.11.02.003-6	30,00
Consulta	03.01.01.007-2	60,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 11 de fevereiro de 2015.
VERA MATHEUS DE CASTRO
Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 02 2015 CPL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 02/2015-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o Credenciamento, REABILITAR CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA - ME, CNPJ 03.173.847/0001-66, situada na Avenida João Marques Vieira, 861, Fraiburgo - SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de procedimentos em:

FISIOTERAPIA	CÓDIGO	VALOR CIS
Atendimento fisioterapêutico em pacientes c/disfunções uroginecológicas	0.30.20.10.02-5	7,00
Atendimento Fisioterapêutico nas alterações motoras	0.30.20.50.02-7	7,00
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes no Pré/Pós operatório de neurologia	0.30.20.60.05-7	9,52
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes oncológico clínico	0.30.20.20.02-0.	7,00
Atendimento Fisioterapêutico de pacientes com cuidados paliativos	0.30.20.20.01-2	9,52
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes no Pré e Pós-Operatório nas Disf. Mú.	0.30.20.50.01-9	9,52
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes c/Distúrbios Neuro-Cinético-Fun.	0.30.20.60.02-2	9,52
Atendimento Fisioterapêutico nas Desordens do Desenvolvimento Neuro-Motor	0.30.20.60.03-0	7,00
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes c/Trans. Respiratório c/Comp.	0.30.20.40.01-3	9,52
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes c/Trans.Respiratório s/Comp.	0.30.20.4002-1	7,00
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes c/ transtorno clín. cardiovascular	0.30.20.40.03-0	7,00
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes pré/pós cirurgia cardiovascular	0.30.20.40.04-8	9,52
Atendimento Fisioterapêutico nas disfunções vasculares periféricas	0.30.20.40.05-6	7,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 11 de fevereiro de 2015.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 08 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 08/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de DIAGNÓSTICO POR EXAME E CONSULTAS ESPECIALIZADAS, a seguir:

CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSE HERNER EPP, com endereço a Rua Dr. Cruz Machado, 468, Centro, União da Vitória PR, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 70/2015.

CARDIOLOGIA		
Monitoramento pelo sistema holter 24 hs (3 canais)	02.11.02.004-4	80,00
Teste de esforço/teste ergométrico	02.11.02.006-0	88,00
Ecocardiograma com doppler	02.05.01.003-2	150,00

M.A.P.A Monitorização Ambulatorial De Pressão Arterial	02.11.02.005-2	140,00
Eletrocardiograma (ECG)	02.11.02.003-6	30,00
Consulta	03.01.01.007-2	60,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 11 de fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 09 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br

Resolução nº 09/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços de PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS, a seguir:

REABILITAR CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA - ME, CNPJ 03.173.847/0001-66, situada na Avenida João Marques Vieira, 861, Fraiburgo - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 71/2015.

FISIOTERAPIA	CÓDIGO	VALOR CIS
Atendimento fisioterapêutico em pacientes c/disfunções uroginecológicas	0.30.20.10.02-5	7,00
Atendimento Fisioterapêutico nas alterações motoras	0.30.20.50.02-7	7,00
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes no Pré/Pós operatório de neurologia	0.30.20.60.05-7	9,52
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes oncológico clínico	0.30.20.20.02-0.	7,00
Atendimento Fisioterapêutico de pacientes com cuidados paliativos	0.30.20.20.01-2	9,52
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes no Pré e Pós-Operatório nas Disf. Mú.	0.30.20.50.01-9	9,52
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes c/Distúrbios Neuro-Cinético-Fun.	0.30.20.60.02-2	9,52
Atendimento Fisioterapêutico nas Desordens do Desenvolvimento Neuro-Motor	0.30.20.60.03-0	7,00
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes c/Trans. Respiratório c/Comp.	0.30.20.40.01-3	9,52
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes c/Trans.Respiratório s/Comp.	0.30.20.4002-1	7,00
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes c/ transtorno clín. cardiovascular	0.30.20.40.03-0	7,00
Atendimento Fisioterapêutico em pacientes pré/pós cirurgia cardiovascular	0.30.20.40.04-8	9,52
Atendimento Fisioterapêutico nas disfunções vasculares periféricas	0.30.20.40.05-6	7,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 11 de fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Presidente CIS-AMARP

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM/MO Nº 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

“Estabelece feriado e ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido feriado no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste no dia 16 de fevereiro de 2015, em comemoração à Emancipação Político-Administrativa do Município de Capinzal/SC.

Art. 2º Fica estabelecido ponto facultativo no CISAM Meio Oeste no dia 17 de fevereiro de 2015, em comemoração alusiva as festividades carnavalescas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 12 de fevereiro de 2015.
Andevir Isganzella
Presidente CISAM Meio Oeste

Editais de Notificação

DOUTOR PEDRINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 259/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 259/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWY8212	54771311C	25/10/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 264/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 264/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DAU8233	54771360C	03/12/2009	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 266/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 266/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKM6269	54771582C	22/03/2010	70302	244 * I	191.53
AKM6269	54771583C	22/03/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 272/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 272/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD3588	54771290C	31/08/2010	51851	167	127.69
MDV0244	54771654C	10/08/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 273/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 273/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYN5576	54771596C	19/08/2010	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 256/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 256/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGA3116	54771559C	08/12/2009	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 257/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 257/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYV6749 54771560C 08/12/2009 65992 230 * V
MCT8140 54771361C 03/12/2009 65992 230 * V
MGB1629 54771563C 14/12/2009 65561 230 * I
MHJ0564 54771562C 09/12/2009 70640 244 * IV
MHJ0564 54771561C 09/12/2009 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 258/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 258/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACJ7435 54771570C 05/01/2010 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 260/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 260/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYW2385 54771568C 17/12/2009 51852 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOCTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 261/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 261/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBW3867 54771575C 12/02/2010 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 262/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 262/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHL5162	54771497C	24/01/2010	50100	162 * I
MHL5162	54771498C	24/01/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 263/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 263/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CEI6937	54771577C	20/02/2010	52743	175
IIV5872	54771571C	17/01/2010	65992	230 * V
LZQ2808	54771417C	11/03/2010	65992	230 * V
MDD5509	54771574C	07/02/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOCTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8274 265/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 265/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAR4304	54771587C	01/05/2010	70301	244 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 267/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 267/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LX00458	54771597C	19/08/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 268/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 268/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZA2067 54771206C 19/08/2010 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 269/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 269/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHU3683 54771594C 12/08/2010 65561 230 * I
ALE2999 54771207C 29/08/2010 52743 175
ALE2999 54771286C 25/08/2010 59670 203 * V
ALE2999 54771287C 25/08/2010 66372 230 * IX
MFM2420 54771278C 16/08/2010 50531 162 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 270/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 270/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJL5833	54771321C	02/09/2010	65992	230 * V
MBH5336	54771320C	02/09/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 271/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 271/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAP0470	54771333C	08/10/2010	70302	244 * I
MAP0470	54771334C	12/10/2010	70302	244 * I
MBI8662	54771332C	14/10/2010	50450	162 * V
MCG5338	54771284C	18/08/2010	50100	162 * I
MGF1062	54771653C	29/07/2010	58350	195
MGF1062	54771652C	29/07/2010	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 274/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 274/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAE1498	54771593C	06/08/2010	51851	167
MAO1347	54771602C	19/09/2010	50100	162 * I
MAT6115	54771433C	12/11/2010	51851	167
MGZ9986	54771330C	14/10/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 275/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 275/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZM4145	54771296C	05/11/2010	51851	167
MHK9878	54771295C	02/11/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

ERVAL VELHO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 122/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 122/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFA8835	54126786B	23/10/2009	65992	230 * V	191.53
MFA8835	54126847B	23/10/2009	70301	244 * I	191.53
MFA8835	54126849B	23/10/2009	50100	162 * I	574.61
MFA8835	54126850B	23/10/2009	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 124/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 124/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCB6909	55144902C	26/10/2009	51851	167	127.69

MEG2068 55144570C 02/11/2009 70481 244 * II 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 126/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 126/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN8510	54126793B	11/12/2009	65482	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 129/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 129/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHE5003	54126796B	01/01/2010	50100	162 * I	574.61
CHE5003	54126797B	01/01/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MDL0059	55144904C	05/12/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 133/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 133/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYM0304	55144903C	07/11/2009	65482	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 137/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 137/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACM5488	55144580C	28/05/2010	50100	162 * I	574.61
ACM5488	55144581C	28/05/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 142/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 142/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIF5146	55144645C	27/08/2010	50100	162 * I	574.61
MIF5146	55144646C	27/08/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 144/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 144/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDF7587	55144969C	16/09/2010	50100	162 * I	574.61
MDF7587	55144970C	16/09/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 118/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 118/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHZ3509 55144622C 17/01/2010 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 119/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 119/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXD3401 55144952C 28/11/2009 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 120/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 120/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB9262	55144571C	28/11/2009	69120	232
MAB9262	55144572C	28/11/2009	50371	162 * III
MAB9262	55144573C	28/11/2009	50881	163 c/c 162 * III
MDR1332	55144615C	26/11/2009	65992	230 * V
MDR1332	55144616C	26/11/2009	50610	163 c/c 162 * I
MDR1332	55144617C	26/11/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 121/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 121/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEW3621	55144621C	13/01/2010	65482	229
LYM0304	55144623C	23/01/2010	51851	167
MAS2938	54126799B	08/01/2010	65992	230 * V
MAS2938	55144620C	08/01/2010	50610	163 c/c 162 * I
MAS2938	54126798B	08/01/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 123/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 123/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAW8820	54126679B	15/12/2007	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 125/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 125/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASY0031 54126757B 22/07/2008 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 127/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 127/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXK3080 55144910C 21/02/2010 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8264 128/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 128/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHV4078 55144633C 12/03/2010 55250 181 * XV
CVY2676 55144629C 08/03/2010 50610 163 c/c 162 * I
CVY2676 55144630C 08/03/2010 51851 167
CVY2676 55144628C 08/03/2010 50100 162 * I
MAB3739 55144574C 24/03/2010 50100 162 * I
MAB3739 55144575C 24/03/2010 50610 163 c/c 162 * I
MAB3739 55144576C 24/03/2010 69200 233
MDL0059 55144954C 26/02/2010 50610 163 c/c 162 * I
MDL0059 55144953C 26/02/2010 50100 162 * I
MGA9656 55144915C 11/03/2010 50100 162 * I
MGA9656 55144916C 11/03/2010 50610 163 c/c 162 * I
MGI4628 55144631C 13/03/2010 50100 162 * I
MGI4628 55144632C 13/03/2010 65800 230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 130/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 130/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDA2058	55144956C	29/03/2010	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 131/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 131/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAC4335	55144651C	16/04/2010	50100	162 * I
AAC4335	55144652C	16/04/2010	50610	163 c/c 162 * I
MEC7475	55144919C	12/04/2010	65992	230 * V
MEC7475	55144920C	12/04/2010	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 132/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 132/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANK7980	55144634C	06/04/2010	51691	165
MBZ7528	55144944C	11/05/2010	65992	230 * V
MBZ7528	55144945C	11/05/2010	70481	244 * II
MDV4126	55144928C	12/04/2010	51691	165
MDV4126	55144929C	12/04/2010	50610	163 c/c 162 * I
MDV4126	55144926C	12/04/2010	50100	162 * I
MDV4126	55144927C	12/04/2010	65992	230 * V
MGV0224	55144935C	07/05/2010	55411	181 * XVII

MHL5250 55144930C 12/04/2010 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 134/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 134/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHV4078	55144943C	24/05/2010	55250	181 * XV
BUM4984	55144937C	07/05/2010	55411	181 * XVII
LYV4798	55144946C	27/05/2010	69120	232
MAF5792	55144939C	07/05/2010	65992	230 * V
MAF5792	55144940C	07/05/2010	67261	230 * XVIII
MAF5792	55144941C	07/05/2010	66020	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 135/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 135/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYZ8639 55144965C 30/06/2010 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 136/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 136/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYP4872 55144642C 05/08/2010 65992 230 * V

LYP4872	55144643C	05/08/2010	69120	232
LYP4872	55144644C	05/08/2010	67261	230 * XVIII
MAB9262	55144624C	31/01/2010	50100	162 * I
MAB9262	55144625C	31/01/2010	50610	163 c/c 162 * I
MAB9262	55144626C	31/01/2010	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 138/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 138/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGF0155	55144961C	15/06/2010	51691	165
MGF0155	55144963C	15/06/2010	51770	166

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 139/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 139/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXR1452 55144647C 07/09/2010 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 140/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 140/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXU1531 55144972C 16/09/2010 50450 162 * V

LXU1531	55144973C	16/09/2010	51420	164 c/c 162 * V
LZD2297	55144648C	10/09/2010	65992	230 * V
LZD2297	55144649C	10/09/2010	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 141/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 141/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBK4463	55144639C	07/06/2010	65992	230 * V
MBK4463	55144638C	07/06/2010	50100	162 * I
MEE7831	55145004C	06/11/2010	69120	232
MEE7831	55145003C	06/11/2010	65992	230 * V
MFE4092	55144583C	10/06/2010	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 143/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 143/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCI5982	55145007C	06/11/2010	69120	232
MCI5982	55145006C	06/11/2010	51180	164 c/c 162 * I
MCI5982	55145005C	06/11/2010	50100	162 * I
MEO2143	55145015C	27/11/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

GOVERNADOR CELSO RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 351/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 351/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFL6870	55073780B	07/01/2007	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 355/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 355/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA9951	54802581C	27/12/2009	55500	181 * XVIII	85.12
LYA9951	54802581C	27/12/2009	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 357/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 357/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DDB5158	54802583C	27/12/2009	55500	181 * XVIII	85.12
DDB5158	54802583C	27/12/2009	55250	181 * XV	85.12
ILH7540	54802568C	27/12/2009	55500	181 * XVIII	85.12
ILH7540	54802568C	27/12/2009	55250	181 * XV	85.12
IML5729	54802559C	26/12/2009	55411	181 * XVII	53.20
LYO9628	54567798C	26/12/2009	50100	162 * I	574.61
LYO9628	54567798C	26/12/2009	66102	230 * VII	127.69
MBL8444	54802701C	08/01/2010	65992	230 * V	191.53
MDY0451	54802362C	03/01/2010	55500	181 * XVIII	85.12
MFQ8260	54802577C	27/12/2009	55500	181 * XVIII	85.12
MGB6349	54802369C	15/01/2010	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 363/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 363/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBT4458	54802644C	07/02/2010	55680	181 * XIX	127.69
MEO3441	54567640C	07/02/2010	55500	181 * XVIII	85.12
MEQ5240	54802412C	17/01/2010	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 365/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 365/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEZ9757	54802774C	31/03/2010	70301	244 * I	191.53
MHI9231	54802780C	02/04/2010	70301	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 366/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 366/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CWJ2170	54802673C	21/03/2010	65300	228	127.69
MFZ4598	54567793C	15/12/2009	70301	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 368/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 368/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DDA1517	54802789C	08/04/2010	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 371/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 371/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DEB9033	54567633C	07/02/2010	55680	181 * XIX	127.69
MGE4244	54802735C	06/07/2010	66371	230 * IX	127.69
MGT8722	54802677C	20/04/2010	65992	230 * V	191.53
MGT8722	54802677C	20/04/2010	65800	230 * IV	191.53
MGT8722	54802677C	20/04/2010	66371	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 373/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 373/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZL1519	54802791C	11/04/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 376/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 376/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHB6781	54802473C	31/08/2010	54521	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 378/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 378/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD7883	54802793C	28/09/2010	65992	230 * V	191.53
MDR4142	54567637C	07/02/2010	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 343/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 343/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCJ4775	54567736C	15/11/2009	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 344/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 344/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFZ1518	54802513C	25/12/2009	55500	181 * XVIII
MHU0100	54567747C	06/12/2009	52151	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 345/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 345/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCQ7072	54802372C	18/01/2010	55500	181 * XVIII
MCV7207	54802598C	30/12/2009	55411	181 * XVII
MEH6723	54802633C	09/01/2010	65992	230 * V
MEH6723	54802634C	09/01/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 346/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 346/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACN0607	54802517C	26/12/2009	65300	228
ACN0607	54802518C	26/12/2009	54524	181 * VIII
ANF0507	54802361C	03/01/2010	55500	181 * XVIII
BHA7062	54802511C	25/12/2009	55500	181 * XVIII
CTJ3095	54802451C	30/12/2009	55411	181 * XVII
ICE6508	54802525C	01/01/2010	66372	230 * IX
ICE6508	54802526C	01/01/2010	66102	230 * VII
ICE6508	54802527C	01/01/2010	52741	175
ICE6508	54802528C	01/01/2010	58350	195
ICE6508	54802529C	01/01/2010	60171	206 * III
ICE6508	54802530C	01/01/2010	53470	178
ICE6508	54802531C	01/01/2010	57200	186 * I
LWW3598	54802551C	20/12/2009	64080	221
LYR2716	54802605C	01/01/2010	54521	181 * VIII
MAC5798	54802364C	03/01/2010	55500	181 * XVIII
MAT1500	54802359C	03/01/2010	55411	181 * XVII

MAW8835	54802532C	02/01/2010	55411	181	*	XVII
MBD3152	54802554C	22/12/2009	50100	162	*	I
MCH2104	54802592C	29/12/2009	55500	181	*	XVIII
MCO3649	54567797C	26/12/2009	65992	230	*	V
MCO3649	54567797C	26/12/2009	50100	162	*	I
MCZ3175	54802617C	03/01/2010	65992	230	*	V
MDD9381	54802553C	21/12/2009	55250	181	*	XV
MDH2421	54567620C	04/01/2010	54522	181	*	VIII
MET6195	54802356C	03/01/2010	55411	181	*	XVII
MEY9600	54802455C	02/01/2010	55500	181	*	XVIII
MFA7836	54802574C	27/12/2009	55500	181	*	XVIII
MFI3486	54802567C	26/12/2009	55411	181	*	XVII
MGA5089	54802507C	23/12/2009	69120	232		
MGA5089	54567794C	15/12/2009	70301	244	*	I
MHA6275	54802358C	03/01/2010	55411	181	*	XVII
MHD0584	54802354C	28/12/2009	55090	181	*	XIII
MHD8912	54802506C	23/12/2009	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 347/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 347/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAK3752 54567746C 06/12/2009 54100 181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 348/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 348/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANJ8453	54802614C	03/01/2010	54521	181 * VIII
LZC2780	54802501C	19/12/2009	65992	230 * V
LZP6513	54802604C	01/01/2010	54521	181 * VIII
MCK0220	54802640C	10/01/2010	53800	181 * I
MDL1704	54802656C	06/01/2010	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 349/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 349/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBL0682	54802596C	30/12/2009	55411	181 * XVII
MCZ4501	54802603C	01/01/2010	55411	181 * XVII
MEE2510	54802562C	26/12/2009	55411	181 * XVII
MEL5921	54802502C	19/12/2009	50100	162 * I
MEV2712	54802510C	24/12/2009	69120	232
MFA7214	54802594C	29/12/2009	55500	181 * XVIII
MFE6054	54802409C	02/01/2010	55411	181 * XVII
MFL9972	54802407C	02/01/2010	55411	181 * XVII
MFY9329	54802533C	09/01/2010	50100	162 * I
MFY9329	54802534C	09/01/2010	69120	232
MFZ1336	54802535C	10/01/2010	65992	230 * V
MGD6595	54802370C	15/01/2010	54522	181 * VIII
MHG3543	54802586C	29/12/2009	55500	181 * XVIII
MJH4250	54802757C	01/02/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 350/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 350/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CSX5088	54802762C	21/02/2010	55500	181 * XVIII
MDK4508	54802650C	22/02/2010	57200	186 * I
MGH2719	54567700C	18/02/2010	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 352/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 352/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZR5979	54802623C	07/01/2010	55411	181 * XVII
MFP4929	54802621C	05/01/2010	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 353/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 353/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGU2365 54802411C 17/01/2010 55500 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 354/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 354/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HGR3774 54802454C 02/01/2010 55500 181 * XVIII

LXM8269	54802416C	23/01/2010	68580	231	*	VII
LYX4157	54567632C	07/02/2010	55411	181	*	XVII
MAK5144	54802708C	20/02/2010	50100	162	*	I
MBA6535	54802408C	02/01/2010	55411	181	*	XVII
MFH2577	54802655C	06/01/2010	55500	181	*	XVIII
MGA1275	54802376C	14/02/2010	70561	244	*	III
MGA1275	54802376C	14/02/2010	58350	195		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 356/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 356/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALN8468	54567625C	07/02/2010	56650	182 * X
LBQ5682	54802375C	14/02/2010	66101	230 * VII
LZT8014	54567641C	07/02/2010	55500	181 * XVIII
MAK5144	54802664C	26/02/2010	50100	162 * I
MAU1978	54802783C	05/04/2010	73662	252 * VI
MCN3287	54802674C	26/03/2010	55500	181 * XVIII
MDA4053	54802771C	10/03/2010	65992	230 * V
MDA4053	54802771C	10/03/2010	65561	230 * I
MDK2324	54802667C	26/02/2010	50100	162 * I
MEI9204	54802378C	04/03/2010	54522	181 * VIII
MFC9364	54802772C	14/03/2010	54521	181 * VIII
MFF7330	54802666C	26/02/2010	65992	230 * V
MFT2644	54802371C	18/01/2010	54522	181 * VIII
MGA1275	54802429C	07/04/2010	66371	230 * IX
MGG1376	54802422C	02/03/2010	70481	244 * II
MGH3773	54802460C	04/04/2010	70481	244 * II
MGH3773	54802460C	04/04/2010	70301	244 * I

MGS6376	54802415C	20/01/2010	55500	181	*	XVIII
MHD8912	54802671C	18/03/2010	70561	244	*	III
MHD8912	54802671C	18/03/2010	52151	170		
MHD8912	54802672C	19/03/2010	66531	230	*	XI
MHD8912	54802672C	19/03/2010	65564	230	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 358/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 358/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEI1604	54802421C	01/03/2010	58350	195
MEI1604	54802420C	01/03/2010	70561	244 * III
MFG3884	54802779C	02/04/2010	70301	244 * I
MFG3884	54802779C	02/04/2010	70481	244 * II
MGN5347	54567650C	04/04/2010	70301	244 * I
MGN5347	54567650C	04/04/2010	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 359/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 359/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KOI4352	54567645C	03/04/2010	58350	195
KOI4352	54567648C	03/04/2010	65992	230 * V
MBU3478	54802788C	08/04/2010	54522	181 * VIII
MCN3137	54802770C	07/03/2010	70301	244 * I
MEA7746	54802426C	26/03/2010	55500	181 * XVIII
MFC0679	54802430C	07/04/2010	66371	230 * IX
MFJ8421	54802457C	11/03/2010	64910	227 * II
MGF4764	54802784C	05/04/2010	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 360/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 360/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFH1852 54802787C 08/04/2010 52742 175
MFI8857 54802432C 10/04/2010 66371 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 361/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 361/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZN8292 54802678C 01/05/2010 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 362/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 362/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DEL6225	54802724C	07/05/2010	65564	230 * I
MDD9368	54802722C	04/05/2010	70302	244 * I
MHG0129	54802382C	29/04/2010	50100	162 * I
MTP8066	54802380C	18/04/2010	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 364/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 364/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEE7489	54802679C	09/05/2010	64080	221
MEE7489	54802679C	09/05/2010	66531	230 * XI
MEE7489	54802680C	09/05/2010	66371	230 * IX
MEE7489	54802681C	09/05/2010	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 367/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 367/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXG3522	54802467C	02/07/2010	50100	162 * I
LXV6667	54802733C	24/06/2010	65992	230 * V
MCZ0016	54802727C	21/06/2010	69120	232
MFI8857	54802739C	09/07/2010	50610	163 c/c 162 * I
MHD8912	54802465C	17/06/2010	50610	163 c/c 162 * I
MHD8912	54802465C	17/06/2010	66610	230 * XII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 369/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 369/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEJ4737 54802736C 06/07/2010 66371 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 370/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 370/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRN0013	54567626C	07/02/2010	55680	181 * XIX
JFM7184	54802737C	09/07/2010	50610	163 c/c 162 * I
LZI5643	54802466C	02/07/2010	66371	230 * IX
MAD5332	54802642C	04/02/2010	50100	162 * I
MAD5332	54802642C	04/02/2010	65992	230 * V
MDN9736	54802646C	07/02/2010	55680	181 * XIX
MFY2544	54802648C	07/02/2010	55680	181 * XIX
MGH7286	54802792C	19/07/2010	55411	181 * XVII
MGY9602	54567627C	07/02/2010	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 372/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 372/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEP7677	54802726C	17/06/2010	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 374/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 374/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZV9073	54567573C	09/01/2009	65992	230 * V
LZY0486	54802802C	21/10/2010	66101	230 * VII
LZY0486	54802801C	21/10/2010	65992	230 * V
LZZ5372	54567574C	10/01/2009	65992	230 * V
MDS1913	54567572C	09/01/2009	50450	162 * V
NBQ1062	55074199B	10/01/2009	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 375/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 375/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBV0251 54802651C 06/01/2010 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 377/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 377/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZC1350 54802799C 14/11/2010 50100 162 * I
MAR1030 54802796C 22/10/2010 55250 181 * XV
MCZ4182 54802741C 03/10/2010 70301 244 * I
MFP0194 54802435C 27/10/2010 69120 232
MHR9406 54802436C 27/10/2010 66020 230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

HERVAL D'OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 501/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 501/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYH8877	54642190C	30/03/2010	58350	195	127.69
MCP8280	54771198B	25/03/2010	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO JOSE DURIGON
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 519/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 519/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEJ9380	54642479C	28/07/2010	69120	232	53.20
MEJ9380	54642452C	28/07/2010	50100	162 * I	574.61
MEJ9380	54642453C	28/07/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 478/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 478/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBM7627	54642180C	15/02/2010	73662	252 * VI
MEW4579	54771185B	15/01/2010	70301	244 * I
MGI1657	54642085C	12/02/2010	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GILBERTO JOSE DURIGON
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 505/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 505/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZN3745	54965319B	19/07/2010	50100	162 * I
LZO6220	54642528C	07/08/2010	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

JACINTO MACHADO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 350/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 350/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZW7644	54891272C	30/10/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 353/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 353/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJM2881	54891390C	12/01/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61
IJM2881	54891389C	12/01/2010	50100	162 * I	574.61
MCP9293	54891424C	18/11/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 357/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 357/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGH6780	54891583C	21/01/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 364/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 364/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMQ2627	54891450C	30/05/2010	66102	230 * VII	127.69
MAM9718	54891580C	04/12/2009	69200	233	127.69
MAW6221	55192729B	29/05/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 366/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 366/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GRR5898	54891426C	07/02/2010	51851	167	127.69
GRR5898	54891427C	07/02/2010	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 369/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 369/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANF4969	55192744B	20/06/2010	67002	230 * XVI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 371/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 371/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBZ4271	54892154C	06/07/2010	69200	233	127.69
MEH7984	54891518C	27/07/2010	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 372/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 372/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIB9484	54892115C	28/07/2010	50100	162 * I	574.61
MIB9484	54892116C	28/07/2010	70562	244 * III c/c 1\$	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 374/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 374/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CLO7600	54891516C	17/06/2010	69200	233	127.69
DCO2471	55192745B	23/07/2010	66700	230 * XIII	127.69
GET5777	55192576B	16/08/2010	69200	233	127.69
IJK6781	54892127C	28/07/2010	66532	230 * XI	127.69
IJK6781	54892128C	28/07/2010	58191	193	574.61
MDK2152	54892126C	28/07/2010	70481	244 * II	191.53

MDK2152	54892125C	28/07/2010	66532	230 * XI	127.69
MDM4921	54892160C	14/08/2010	65561	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 376/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 376/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYC1551	54892137C	12/08/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61
BYC1551	54892136C	12/08/2010	50100	162 * I	574.61
BYC1551	54892134C	12/08/2010	65992	230 * V	191.53
BYC1551	54892135C	12/08/2010	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 378/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 378/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CEJ8484	54892161C	03/09/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 347/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 347/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFC3883	54891386C	14/11/2009	65482	229
DEF9646	54891577C	28/11/2009	52741	175
DEF9646	54891578C	28/11/2009	69120	232
MHR5285	54891276C	05/12/2009	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 348/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 348/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MES7621	54891380C	12/09/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 349/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 349/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CLO5709	54891480C	19/11/2009	69200	233
CYR7987	54891482C	19/11/2009	69200	233
DEX5459	54891422C	28/11/2009	69120	232
GLS1847	54891481C	19/11/2009	69200	233
LCF6652	54891576C	22/11/2009	65481	229
LZG1181	54891274C	29/11/2009	70481	244 * II
LZP5566	54891581C	07/12/2009	69200	233
MCK7925	54891423C	18/11/2009	69200	233
MDA5585	54891579C	04/12/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 352/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 352/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CGS2991	54891400C	03/03/2010	69200	233
DSL6774	54891432C	14/03/2010	55250	181 * XV
FYT3232	54891278C	03/03/2010	69200	233
ILU9192	54891490C	24/02/2010	66532	230 * XI
ILU9192	54891489C	24/02/2010	50100	162 * I

LNC5403	54891486C	04/02/2010	69200	233	
LYE1505	54891431C	08/03/2010	65992	230	* V
LYE1505	54891430C	08/03/2010	51180	164	c/c 162 * I
LYE1505	54891429C	08/03/2010	50100	162	* I
LYN9991	54891488C	24/02/2010	69200	233	
MCS8426	54891584C	22/01/2010	65992	230	* V
MDO9020	54891436C	17/03/2010	65992	230	* V
MDO9020	54891435C	17/03/2010	51180	164	c/c 162 * I
MDO9020	54891433C	17/03/2010	50100	162	* I
MEP6292	54891487C	24/02/2010	69200	233	
MFI5010	54891494C	02/03/2010	66371	230	* IX
MFI5010	54891493C	02/03/2010	65992	230	* V
MGY4783	54891277C	28/02/2010	52070	169	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 354/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 354/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDK6246	54891428C	08/03/2010	69120	232
MGT4110	54891586C	13/03/2010	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 355/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 355/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IDT2718	54891585C	11/03/2010	65992	230 * V
MKS7930	54891499C	09/04/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 356/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 356/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCS9664	54891279C	05/03/2010	69200	233
MFW6800	54891280C	06/03/2010	70301	244 * I
MGI4648	54891438C	23/03/2010	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 358/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 358/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCB6347	54891288C	01/04/2010	66532	230 * XI
MCL5633	54891293C	07/04/2010	65992	230 * V
MCL5633	54891294C	07/04/2010	50100	162 * I
MCL5633	54891295C	07/04/2010	69120	232
MCS9770	55192728B	29/05/2010	65992	230 * V
MDU3143	54891282C	30/03/2010	65992	230 * V
MEA9822	54891590C	15/04/2010	65992	230 * V
MGD7061	54891292C	01/04/2010	50100	162 * I
MGT7205	54891591C	15/04/2010	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 359/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 359/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGI7929	54891596C	26/04/2010	65992	230 * V
IIE3896	54891507C	18/05/2010	69200	233
IKJ6453	54891246C	19/05/2010	69200	233
ING4529	54891299C	23/04/2010	69200	233
LXL7295	54891242C	14/05/2010	50371	162 * III
LXL7295	54891243C	14/05/2010	65992	230 * V
LXO0119	55192726B	29/05/2010	65992	230 * V
LXO0119	55192727B	29/05/2010	50450	162 * V
LXS9324	54891439C	21/05/2010	65992	230 * V
LZD6387	54891440C	21/05/2010	50100	162 * I
LZI2387	54891594C	20/04/2010	69200	233
LZW4801	54891248C	19/05/2010	69200	233
MAD5141	54891247C	19/05/2010	69200	233
MAG3846	54891245C	16/05/2010	65992	230 * V
MAP3923	54891593C	20/04/2010	54521	181 * VIII
MBJ9151	54891447C	21/05/2010	65992	230 * V
MCD2262	54891249C	19/05/2010	69200	233
MCI1052	54891595C	20/04/2010	66102	230 * VII
MCJ2077	54891298C	17/04/2010	50100	162 * I
MDJ9186	54891503C	28/04/2010	69200	233
MEA2463	54891446C	21/05/2010	65992	230 * V
MEN9081	55192560B	02/06/2010	60760	210
MHQ0163	54891598C	09/05/2010	66371	230 * IX
MHQ5274	54891509C	19/05/2010	70481	244 * II
MHQ5274	54891508C	23/05/2010	50100	162 * I
MIG1324	54891443C	21/05/2010	50610	163 c/c 162 * I
MIG1324	54891442C	21/05/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 360/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 360/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMM3167	54891511C	27/05/2010	69200	233
MAT7039	54891449C	25/05/2010	69200	233
MDW5021	54891510C	27/05/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 361/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 361/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGZ0260	54891281C	26/03/2010	55411	181 * XVII
KFD3455	54891512C	27/05/2010	69200	233
MBL9045	55192742B	11/06/2010	65992	230 * V
MDH3432	55192567B	24/06/2010	65992	230 * V
MFJ0810	54891514C	31/05/2010	65992	230 * V
MHU5955	54891445C	21/05/2010	50610	163 c/c 162 * I
MHU5955	54891444C	21/05/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 362/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 362/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CBL5659	55192740B	09/06/2010	69200	233
JGO1213	55192741B	09/06/2010	69200	233

LYJ8358	55192735B	01/06/2010	50100	162	* I
LYJ8358	55192736B	01/06/2010	51180	164	c/c 162 * I
MCX2384	54892152C	18/06/2010	52070	169	
MCX2384	54892153C	18/06/2010	66371	230	* IX
MCX2384	54892101C	18/06/2010	66532	230	* XI
MCX2384	54892102C	18/06/2010	59670	203	* V
MHE9819	55192562B	02/06/2010	60760	210	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 363/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 363/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CCG5518	55192566B	29/06/2010	69200	233
IIY9619	54892106C	13/07/2010	69200	233
MCV5860	54891393C	03/02/2010	50100	162 * I
MCV5860	54891394C	03/02/2010	50610	163 c/c 162 * I
MCV5860	54891395C	03/02/2010	65992	230 * V
MEG6008	54892114C	28/07/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 365/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 365/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IOF4292	54891498C	09/04/2010	69120	232
LXA0723	54891289C	01/04/2010	65992	230 * V
LXA0723	54891290C	01/04/2010	50100	162 * I
LXA0723	54891291C	01/04/2010	69120	232
MAC9071	54892120C	28/07/2010	50100	162 * I
MAC9071	54892122C	28/07/2010	66700	230 * XIII
MAC9071	54892123C	28/07/2010	70562	244 * III c/c 1S
MAC9071	54892124C	28/07/2010	66372	230 * IX
MAS1402	54891286C	01/04/2010	50100	162 * I
MBM3042	54891285C	30/03/2010	67001	230 * XVI
MBU1283	54891496C	09/04/2010	50100	162 * I
MBU1283	54891497C	09/04/2010	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 367/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 367/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXG1071	54892112C	23/07/2010	66700	230 * XIII
LXG1071	54892113C	23/07/2010	66371	230 * IX
MBH0351	54892103C	24/06/2010	69200	233
MBU0153	55192750B	28/07/2010	69120	232
MGG0672	55192564B	14/06/2010	50100	162 * I
MGG0672	55192565B	14/06/2010	51180	164 c/c 162 * I
MHH9412	55192746B	23/07/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 368/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 368/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAX6525	54892118C	28/07/2010	51851	167
AAX6525	54892117C	28/07/2010	66700	230 * XIII

BFC3883	54891515C	01/06/2010	65482	229
BRC0695	54892143C	30/08/2010	69200	233
BYF9987	55192575B	03/08/2010	69200	233
LXW5345	54892157C	13/07/2010	69200	233
LZC0730	54892119C	28/07/2010	66102	230 * VII
MDT1302	54892129C	03/08/2010	50100	162 * I
MFF6407	55192737B	02/06/2010	50100	162 * I
MFF6407	55192738B	02/06/2010	50610	163 c/c 162 * I
MKP4450	55192574B	04/08/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 370/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 370/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRN4686	54892164C	20/09/2010	65992	230 * V
HJJ2094	55192579B	22/08/2010	66102	230 * VII
IIW3549	54892131C	12/08/2010	69200	233
MBQ7336	54892140C	18/08/2010	69200	233
MBS6963	54892141C	22/08/2010	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 373/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 373/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HFR6629	54892016C	16/10/2010	51851	167
ICW8396	54892014C	16/10/2010	65992	230 * V
ICW8396	54892015C	16/10/2010	51851	167
IXX2111	54892150C	17/10/2010	51851	167
LWV9685	54892144C	19/09/2010	65992	230 * V
MAJ7893	54892064C	03/10/2010	69120	232
MAJ7893	54892063C	03/10/2010	51851	167
MAJ7893	54892062C	03/10/2010	65992	230 * V
MGN1237	54891526C	08/10/2010	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 375/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 375/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CRF0302	54892067C	16/10/2010	51851	167	
DAN3208	54892010C	14/10/2010	51851	167	
DNO0918	54891534C	14/10/2010	67001	230	* XVI
IFS6908	54891539C	14/10/2010	56300	182	* VII
IGF7426	54892068C	11/10/2010	51851	167	
IJQ8082	54891541C	17/10/2010	51851	167	
LZC0730	54892066C	13/10/2010	58350	195	
MAN4497	54892022C	16/10/2010	51851	167	
MAW8054	54892009C	10/10/2010	66610	230	* XII
MBU8903	54892018C	16/10/2010	51851	167	
MBV8449	54892017C	16/10/2010	51851	167	
MBX8497	54891536C	14/10/2010	70481	244	* II
MBZ6436	54892024C	16/10/2010	51851	167	
MCH1404	54892019C	16/10/2010	51851	167	
MET0821	54892023C	16/10/2010	51851	167	
MFC0510	54891530C	10/10/2010	66700	230	* XIII
MFC0510	54891531C	10/10/2010	66102	230	* VII
MFC0510	54891532C	10/10/2010	65564	230	* I
MFJ1515	54892065C	05/10/2010	51851	167	
MFM3645	54892003C	04/10/2010	51851	167	
MGC1776	54892074C	20/10/2010	65992	230	* V
MGE2473	54892012C	14/10/2010	51851	167	
MGJ2703	54892027C	22/10/2010	73400	252	* IV
MHH0119	54892052C	29/09/2010	53800	181	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 377/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 377/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAX6525	54892002C	03/10/2010	52070	169
AAX6525	54892001C	03/10/2010	51851	167
AFG0239	54892145C	06/10/2010	69120	232
CJT1404	54892163C	19/09/2010	65992	230 * V
CMQ2627	54891522C	23/09/2010	66102	230 * VII
ICR9912	55192581B	18/10/2010	50610	163 c/c 162 * I
ICR9912	55192580B	18/10/2010	50100	162 * I
IXX2111	54891533C	07/10/2010	51851	167
KLB3628	54892146C	06/10/2010	55250	181 * XV
KLB4156	54892007C	04/10/2010	66102	230 * VII
KLB4156	54892006C	04/10/2010	69120	232
KLB4156	54892005C	04/10/2010	51851	167
LXF8453	54891529C	09/10/2010	65800	230 * IV
LXF8453	54891528C	09/10/2010	65992	230 * V
LXF8453	54891527C	09/10/2010	50100	162 * I
LYT6202	54892008C	10/10/2010	66700	230 * XIII
LZP2520	54892132C	03/08/2010	57200	186 * I
MAY5525	54891521C	16/09/2010	69200	233
MCI3698	54892170C	19/10/2010	69200	233
MDA1203	54892055C	03/10/2010	65992	230 * V
MDA1203	54892056C	03/10/2010	50100	162 * I
MDA1203	54892057C	03/10/2010	51180	164 c/c 162 * I
MDA1203	54892058C	03/10/2010	58350	195
MDA1203	54892059C	03/10/2010	65800	230 * IV
MDZ2085	54892173C	24/10/2010	50610	163 c/c 162 * I
MDZ2085	54892172C	24/10/2010	50100	162 * I
MDZ2085	54892171C	24/10/2010	65992	230 * V
MEY1995	54892174C	24/10/2010	50100	162 * I
MEY1995	54892175C	24/10/2010	51180	164 c/c 162 * I
MGB7757	54891523C	04/10/2010	52070	169
MHU4706	54892061C	03/10/2010	65300	228
MHU6785	54892053C	03/10/2010	50100	162 * I
MHU6785	54892054C	03/10/2010	57200	186 * I
MIB1995	54892147C	06/10/2010	50100	162 * I
MIB1995	54892148C	06/10/2010	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

LEBON REGIS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 245/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 245/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXZ0703	54123687B	30/09/2009	52741	175	191.53
LXZ0703	54123688B	30/09/2009	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 247/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 247/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CKX2358	54681947C	01/12/2009	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 250/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 250/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDH7641	54068057B	26/12/2009	67691	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 252/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 252/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBW3291	54123743B	13/01/2008	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 260/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 260/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEU2821	54123326B	29/04/2010	52820	176 * I	957.69
AKD4739	54123692B	22/06/2010	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 264/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 264/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MER4163	54123336B	03/09/2010	65992	230 * V	191.53
MER4163	54123337B	03/09/2010	50450	162 * V	191.53
MER4163	54123338B	03/09/2010	51420	164 c/c 162 * V	191.53
MER4163	54123339B	03/09/2010	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 266/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 266/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZG2006	54123332B	06/08/2010	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

MORRO DA FUMAÇA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 448/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 448/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADK7518	55946727B	06/06/2009	65992	230 * V	191.53
LYP3220	55924598A	28/05/2008	50020	257 8S	574.61
LYP9381	55946728B	06/06/2009	50100	162 * I	574.61
LYQ1676	55946682B	30/05/2009	65992	230 * V	191.53
LZA6181	55946163B	27/04/2009	65992	230 * V	191.53
LZA6181	55946162B	27/04/2009	50100	162 * I	574.61
MAD1329	55946648B	09/04/2009	54100	181 * IV	85.12
MAO0548	55946165B	06/06/2009	51851	167	127.69
MAO0548	55946166B	06/06/2009	52070	169	53.20
MAO0548	55946731B	06/06/2009	60502	208	191.53
MAO0548	55946730B	06/06/2009	65992	230 * V	191.53
MBF1414	55946951B	04/05/2009	55411	181 * XVII	53.20
MEC7170	55946748B	17/07/2009	66102	230 * VII	127.69
MED2425	55946856B	18/05/2009	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 449/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 449/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CQC0440	55946071B	13/01/2009	50020	257 8S	85.12
MCK9566	55946918B	14/10/2009	50100	162 * I	574.61
MDZ4331	55946309B	22/06/2009	50100	162 * I	574.61
MDZ4331	55946960B	29/06/2009	58350	195	127.69
MDZ4331	55946962B	29/06/2009	52152	170	191.53
MDZ4331	55946961B	29/06/2009	52070	169	53.20
MED2425	55946855B	18/05/2009	50100	162 * I	574.61
MFJ5653	55946955B	12/06/2009	70481	244 * II	191.53
MFJ5653	55946959B	12/06/2009	57380	186 * II	191.53
MFJ5653	55946958B	12/06/2009	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 451/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 451/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHK9783	55946179B	12/06/2009	66102	230 * VII	127.69
AHK9783	55946180B	12/06/2009	57380	186 * II	191.53
AHK9783	55946178B	12/06/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 454/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 454/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAK4543	55946924B	29/10/2009	52741	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 456/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 456/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IMS3088	55946921B	17/10/2009	70481	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 459/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 459/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV5202	55946881B	23/12/2009	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8248 461/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 461/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDA9250	55946891B	28/01/2010	58350	195	127.69
MDA9250	55946890B	28/01/2010	52741	175	191.53
MGH2264	55946210B	05/01/2010	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8248 464/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 464/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILO6135	55946826B	13/12/2009	65992	230 * V	191.53
ILO6135	55946827B	13/12/2009	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 468/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 468/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDY3615	55946104B	06/01/2010	65992	230 * V	191.53
MFZ9235	55947114B	19/03/2010	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 470/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 470/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXF1990	55946200B	10/03/2010	65992	230 * V	191.53
LXF1990	55947017B	10/03/2010	50450	162 * V	191.53
LXP3931	55946321B	18/02/2010	65992	230 * V	191.53
LZE3007	55947253B	06/04/2010	50100	162 * I	574.61
MBN3533	55946324B	02/03/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBN3533	55946323B	02/03/2010	50100	162 * I	574.61
MBN3533	55946322B	02/03/2010	65992	230 * V	191.53
MBV7958	55947264B	07/04/2010	51851	167	127.69
MDR7778	55947106B	17/03/2010	73662	252 * VI	85.12
MFB6227	55947154B	30/03/2010	57380	186 * II	191.53
MFC8589	55946992B	07/03/2010	65992	230 * V	191.53
MFC8589	55946991B	07/03/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 473/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 473/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR8599	55947296B	15/04/2010	66102	230 * VII	127.69
LXK1080	55947158B	02/04/2010	65992	230 * V	191.53
MAM4137	55946126B	28/04/2010	65992	230 * V	191.53
MFY0367	55947259B	06/04/2010	51851	167	127.69
MGG7632	55946899B	20/03/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 475/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 475/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYP8700	55946816B	30/08/2009	65992	230 * V	191.53
LYP8700	55946316B	30/08/2009	50100	162 * I	574.61
MGE7339	55946735B	15/06/2009	66371	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 478/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 478/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV9092	55946988B	03/03/2010	50100	162 * I	574.61
MAZ0514	55946814B	29/08/2009	58350	195	127.69
MAZ0514	55946815B	29/08/2009	52742	175	191.53
MEP9895	55947164B	14/05/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 480/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 480/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC9929	55946990B	07/03/2010	65992	230 * V	191.53
AAP5071	55946176B	12/06/2009	50100	162 * I	574.61
AAP5071	55946177B	12/06/2009	65992	230 * V	191.53
IKX8528	55946191B	17/02/2010	54522	181 * VIII	127.69

LWY8952	55946133B	01/05/2010	65992	230	*	V	191.53
LWZ2375	55946699B	29/01/2010	50100	162	*	I	574.61
LWZ2375	55946887B	04/01/2010	50100	162	*	I	574.61
LWZ2375	55946700B	29/01/2010	70562	244	*	III c/c 1\$	191.53
LYG5319	55947048B	22/04/2010	65992	230	*	V	191.53
LYG5319	55947049B	22/04/2010	50450	162	*	V	191.53
LYP8700	55946622B	05/10/2008	50100	162	*	I	574.61
MAE6313	55947910B	23/06/2010	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MAE6313	55947909B	23/06/2010	65992	230	*	V	191.53
MAE6313	55947908B	23/06/2010	50100	162	*	I	574.61
MAL9570	55947963B	25/05/2010	50100	162	*	I	574.61
MAL9570	55947964B	25/05/2010	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MAL9570	55947965B	25/05/2010	65992	230	*	V	191.53
MAR2395	55947028B	13/03/2010	65992	230	*	V	191.53
MAR6309	55947134B	22/03/2010	51851	167			127.69
MAZ0253	55947288B	12/04/2010	55500	181	*	XVIII	85.12
MBI0902	55946112B	25/04/2010	50100	162	*	I	574.61
MBI0902	55946114B	25/04/2010	69120	232			53.20
MBI0902	55946113B	25/04/2010	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MBM6403	55946108B	01/02/2010	65992	230	*	V	191.53
MBM6403	55946107B	01/02/2010	50100	162	*	I	574.61
MBO0618	55946995B	07/03/2010	65992	230	*	V	191.53
MBY8211	55946877B	31/10/2009	70561	244	*	III	191.53
MCB5419	55946198B	10/03/2010	50100	162	*	I	574.61
MCI0023	55946828B	13/12/2009	65992	230	*	V	191.53
MDD7592	55947033B	03/04/2010	50100	162	*	I	574.61
MDN1692	55947130B	22/03/2010	55500	181	*	XVIII	85.12
MDT0455	55946137B	01/05/2010	50100	162	*	I	574.61
MDT0455	55946138B	01/05/2010	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MEP9895	55947163B	14/05/2010	65992	230	*	V	191.53
MEY7690	55947267B	07/04/2010	51851	167			127.69
MFE2420	55946189B	17/02/2010	65992	230	*	V	191.53
MFE2420	55946190B	17/02/2010	65561	230	*	I	191.53
MFF3743	55925056A	10/04/2008	65990	230	*	V	191.54
MFK2530	55946125B	28/04/2010	65992	230	*	V	191.53
MFL3510	55947969B	15/06/2010	50100	162	*	I	574.61
MGH3323	55947957B	22/05/2010	54600	181	*	IX	85.12
MGR9023	55946893B	12/02/2010	54522	181	*	VIII	127.69
MHI9420	55946127B	28/04/2010	73400	252	*	IV	85.12
MHY7374	55947045B	22/04/2010	50100	162	*	I	574.61
MHZ9943	55947041B	24/03/2010	50100	162	*	I	574.61
MHZ9943	55947042B	24/03/2010	65992	230	*	V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 482/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 482/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABZ8819	55947006B	12/08/2009	50100	162 * I	574.61
BIO9726	55946822B	04/12/2009	54522	181 * VIII	127.69
BTJ7573	55946868B	04/09/2009	65992	230 * V	191.53
CRD7281	55946218B	26/02/2010	67693	230 * XXII	85.12
CRD7281	55946217B	26/02/2010	58350	195	127.69
DVL0432	55947140B	25/03/2010	54522	181 * VIII	127.69
HOO3820	55946478B	11/10/2008	65992	230 * V	191.53
LWX8246	55946222B	20/03/2010	65992	230 * V	191.53
LWX8246	55946223B	20/03/2010	66531	230 * XI	127.69
LWZ5630	55947260B	06/04/2010	51851	167	127.69
LXI8947	55947005B	26/07/2009	65992	230 * V	191.53
LXL9677	55947292B	14/04/2010	51851	167	127.69
LXU3145	55947147B	03/04/2010	54100	181 * IV	85.12
LXU4576	55947047B	22/04/2010	65992	230 * V	191.53
LYI3519	55946219B	28/02/2010	65992	230 * V	191.53
MAJ6735	55946146B	01/05/2010	65992	230 * V	191.53
MAR2395	55947027B	13/03/2010	50100	162 * I	574.61
MAR2395	55947029B	13/03/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBO0618	55946993B	07/03/2010	50100	162 * I	574.61
MBQ6578	55946974B	12/10/2009	58350	195	127.69
MBQ6578	55946975B	12/10/2009	70640	244 * IV	191.53
MBW5209	55947167B	26/05/2010	73662	252 * VI	85.12
MBY2313	55946916B	11/09/2009	55250	181 * XV	85.12
MDD7592	55947032B	03/04/2010	65992	230 * V	191.53
MDH8567	55946971B	09/10/2009	58350	195	127.69
MDL4587	55947306B	26/04/2010	51851	167	127.69
MDL8002	55946215B	16/02/2010	65482	229	85.12
MEH6817	55947150B	03/04/2010	69120	232	53.20
MEH6817	55947149B	03/04/2010	65992	230 * V	191.53
MFH9386	55947297B	15/04/2010	65992	230 * V	191.53
MFK2530	55946124B	28/04/2010	50100	162 * I	574.61
MFP0467	55946208B	05/01/2010	54522	181 * VIII	127.69
MFQ0987	55947295B	15/04/2010	50100	162 * I	574.61
MGP0367	55947271B	07/04/2010	51851	167	127.69
MGR4873	55947152B	27/03/2010	57380	186 * II	191.53
MGR6484	55946694B	05/09/2009	66371	230 * IX	127.69
MHB9791	55946476B	09/10/2008	70562	244 * III c/c 1\$	85.12
MHB9791	55946477B	09/10/2008	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 483/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 483/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYD4349	55946820B	04/09/2009	52070	169	53.20
LZD9171	55947280B	12/04/2010	55500	181 * XVIII	85.12
MAM9165	55946892B	03/02/2010	54522	181 * VIII	127.69
MEJ1391	55947044B	18/04/2010	69120	232	53.20
MGT4923	55947052B	01/05/2010	65561	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 485/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 485/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACA1723	55946972B	12/10/2009	58350	195	127.69
ACA1723	55946973B	12/10/2009	70640	244 * IV	191.53
ACA1723	55947955B	10/05/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61
ACA1723	55947954B	10/05/2010	50100	162 * I	574.61
BBH1993	55946111B	15/04/2010	65561	230 * I	191.53
CRE8642	55947225B	28/08/2010	55250	181 * XV	85.12
CZL6961	55947204B	11/04/2010	58350	195	127.69
CZL6961	55947203B	11/04/2010	65300	228	127.69
DMC2436	55946832B	21/01/2010	54522	181 * VIII	127.69
IKT2619	55947279B	12/04/2010	55500	181 * XVIII	85.12
LWT0548	55947035B	03/04/2010	50100	162 * I	574.61
LWX9139	55947258B	06/04/2010	51851	167	127.69
LWY7883	55946121B	25/04/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LWY7883	55946120B	25/04/2010	50100	162 * I	574.61
LXD4194	55947025B	13/03/2010	65992	230 * V	191.53
LXM1780	55946106B	04/02/2010	65992	230 * V	191.53
LXM1780	55947960B	25/05/2010	50100	162 * I	574.61
LXM1780	55947961B	25/05/2010	65565	230 * I	191.53
LXM1780	55947962B	25/05/2010	69120	232	53.20
LXM9608	55946195B	17/02/2010	65992	230 * V	191.53
LXM9608	55946196B	17/02/2010	50100	162 * I	574.61
LXV6887	55947291B	14/04/2010	51851	167	127.69
LXZ9717	55947165B	14/05/2010	58350	195	127.69
LXZ9717	55947166B	14/05/2010	65992	230 * V	191.53
LYA0391	55946467B	23/09/2008	66700	230 * XIII	127.69
LZG4924	55946744B	13/07/2009	65992	230 * V	191.53
LZH2851	55946192B	17/02/2010	50100	162 * I	574.61
LZH2851	55946193B	17/02/2010	65992	230 * V	191.53
LZS3161	55946136B	01/05/2010	65992	230 * V	191.53
MAU9110	55946122B	28/04/2010	50100	162 * I	574.61
MAU9110	55946123B	28/04/2010	65992	230 * V	191.53
MAU9110	55947274B	12/04/2010	55500	181 * XVIII	85.12
MBS3463	55947112B	17/03/2010	70303	244 * I	191.53
MBS3463	55946586B	27/09/2008	70481	244 * II	191.53
MBS3463	55946583B	27/09/2008	58350	195	127.69
MBY4525	55946213B	16/02/2010	52741	175	191.53
MBY4525	55946212B	16/02/2010	50100	162 * I	574.61
MBY4525	55946211B	16/02/2010	65992	230 * V	191.53
MDF9814	55947202B	01/04/2010	69120	232	53.20
MDF9814	55946147B	04/05/2010	66020	230 * VI	191.53
MEA8074	55946117B	25/04/2010	50100	162 * I	574.61
MEO4233	55947293B	14/04/2010	65992	230 * V	191.53
MEV0134	55946110B	15/04/2010	65992	230 * V	191.53
MFD7110	55947298B	15/04/2010	55500	181 * XVIII	85.12
MGF4948	55946875B	30/10/2009	50100	162 * I	574.61
MGG8328	55946824B	10/12/2009	65992	230 * V	191.53
MGK7075	55947231B	31/08/2010	50100	162 * I	574.61
MGK7075	55947230B	31/08/2010	65992	230 * V	191.53
MGT4202	55946999B	16/03/2010	58780	199	85.12
MGT4202	55946997B	16/03/2010	50100	162 * I	574.61
MGT4202	55946998B	16/03/2010	65992	230 * V	191.53
MHJ2143	55946698B	23/10/2009	57380	186 * II	191.53
MHQ0715	55947031B	22/03/2010	55500	181 * XVIII	85.12
MHT1694	55947310B	27/04/2010	50100	162 * I	574.61
MHT1694	55947311B	27/04/2010	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 488/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 488/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CDC1396	55946769B	08/09/2010	65992	230 * V	191.53
LWW2285	55946280B	25/09/2008	58350	195	127.69
LWW2285	55946281B	25/09/2008	65992	230 * V	191.53
LXK4909	55947281B	12/04/2010	55500	181 * XVIII	85.12
LYR8347	55946872B	25/09/2009	55411	181 * XVII	53.20
LYS6226	55947110B	17/03/2010	70303	244 * I	191.53
LZX5617	55946311B	29/08/2009	65992	230 * V	191.53
MBH8129	55946116B	25/04/2010	65992	230 * V	191.53
MBH8129	55946115B	25/04/2010	50100	162 * I	574.61
MBV8210	55946883B	01/01/2010	50100	162 * I	574.61
MCD0780	55947026B	13/03/2010	50100	162 * I	574.61
MCJ3259	55947266B	07/04/2010	65992	230 * V	191.53
MDP8656	55947294B	15/04/2010	50100	162 * I	574.61
MFB1791	55946978B	26/12/2009	50100	162 * I	574.61
MGI6233	55947022B	13/03/2010	50100	162 * I	574.61
MHI9543	55947992B	27/07/2010	70481	244 * II	191.53
MIA6314	55947256B	06/04/2010	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

PINHEIRO PRETO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 130/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 130/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF0803	54622537C	17/08/2009	51770	166	191.53
LYF0803	54622538C	17/08/2009	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 131/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 131/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYF0803	54622499C	17/08/2009	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 133/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 133/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXS6996	54655723C	19/09/2009	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 135/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 135/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYK0175	54655695C	30/11/2009	51420	164 c/c 162 * V	191.53
LYK0175	54655694C	30/11/2009	50450	162 * V	191.53
MEP5028	54655738C	28/10/2009	65992	230 * V	191.53
MEP5028	54655739C	28/10/2009	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 139/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 139/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBC2883	54655746C	15/12/2009	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 142/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 142/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW5145	54622464C	13/12/2008	50100	162 * I	574.61
LXW5145	54622465C	13/12/2008	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXW5145	54622466C	13/12/2008	65992	230 * V	191.53
LYM2816	54622602C	19/04/2009	52741	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 143/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 143/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYG1148	54622610C	25/04/2009	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 147/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 147/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZY5182	54655809C	24/01/2010	73232	252 * II	85.12
MAK6817	54655819C	29/01/2010	50450	162 * V	191.53
MAK6817	54655816C	29/01/2010	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 151/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 151/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBT1338	54655817C	29/01/2010	69120	232	53.20
MHN4534	54655830C	12/03/2010	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 154/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 154/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYM2816	54622604C	19/04/2009	63943	220 * XIV	191.53
LYM2816	54622603C	19/04/2009	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 157/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 157/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYJ3409	55620056C	08/04/2010	69120	232	53.20
MAO8129	55620040C	18/04/2010	50100	162 * I	574.61
MGZ4900	55620019C	31/03/2010	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 158/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 158/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEZ3779	55620023C	06/04/2010	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 163/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 163/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDF1570	55620118C	30/05/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 165/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 165/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDI8509	54655825C	25/02/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDI8509	54655824C	25/02/2010	50100	162 * I	574.61
MDI8509	54655894C	12/03/2010	50100	162 * I	574.61
MDI8509	54655895C	12/03/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MHI7874	55620067C	06/06/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 166/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 166/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDI8509	54655826C	25/02/2010	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 169/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 169/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD8873	55620133C	06/06/2010	50100	162 * I	574.61
MCL5074	55620203C	11/07/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 170/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 170/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAZ4609	55620137C	19/06/2010	70301	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 176/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 176/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBB0628	55620168C	31/08/2010	66450	230 * X	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 127/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 127/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEU6451 54655688C 18/11/2009 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8542 128/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 128/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXG2422 54655755C 01/09/2009 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 129/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 129/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBG8385	54655745C	15/12/2009	51851	167
MEY7803	54655804C	09/12/2009	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 132/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 132/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYJ8559 54655805C 09/12/2009 73400 252 * IV
MGO0254 54655690C 21/11/2009 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 134/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 134/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCL2255 54655744C 15/12/2009 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 136/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 136/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DMS0110	54655875C	28/01/2010	65992	230 * V
DMS0110	54655814C	28/01/2010	50100	162 * I
DMS0110	54655815C	28/01/2010	51180	164 c/c 162 * I
LZO7938	54655813C	22/01/2010	50450	162 * V
LZO7938	54655812C	22/01/2010	65992	230 * V
MEG6439	54655808C	24/01/2010	69120	232
MGL2445	54655916C	31/01/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8542 137/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 137/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MFF7127 54655890C 06/03/2010 66372 230 * IX
MFF7127 54655889C 06/03/2010 66531 230 * XI
MFF7127 54655888C 06/03/2010 65561 230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 138/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 138/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCL2255 54655903C 06/01/2010 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 140/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 140/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAO8129	54655879C	12/02/2010	50100	162 * I
MEI1626	54655810C	24/01/2010	50100	162 * I
MEI1626	54655811C	24/01/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8542 141/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 141/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGW9981	55620004C	04/03/2010	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 144/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 144/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCI4440	55620018C	31/03/2010	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 145/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 145/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCQ7096 55620029C 09/04/2010 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 146/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 146/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGJ9471 55620028C 09/04/2010 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 148/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 148/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEL5413	55620021C	01/04/2010	73400	252 * IV
MGL2445	55620054C	02/04/2010	69120	232
MKM8310	54655831C	28/03/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 149/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 149/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZZ3445	55620034C	12/04/2010	51851	167
MGL2445	55620053C	02/04/2010	70481	244 * II
MKM8310	54655833C	28/03/2010	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 150/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 150/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV7191	54655931C	21/04/2010	55250	181 * XV
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 152/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 152/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJS7017	55620120C	04/06/2010	66102	230 * VII
AJS7017	55620121C	04/06/2010	66531	230 * XI
IBI6401	55620071C	06/06/2010	69120	232
LXB2334	55620123C	06/06/2010	66102	230 * VII
LXB2334	55620124C	06/06/2010	66531	230 * XI
LZP7942	54655842C	19/05/2010	66372	230 * IX
MAF6791	55620072C	06/06/2010	66102	230 * VII
MBL8740	54655939C	06/06/2010	66102	230 * VII
MCE4559	54655760C	06/06/2010	52743	175
MDZ0603	54655943C	06/06/2010	66450	230 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 153/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 153/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJS7017	55620062C	04/06/2010	68580	231 * VII
LYV9805	54655936C	16/05/2010	58433	196
MAF6791	55620075C	06/06/2010	62700	220 * II
MAF6791	55620074C	06/06/2010	58350	195
MFD3226	55620102C	30/04/2010	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 155/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 155/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHW4109	55620076C	07/06/2010	66102	230 * VII
LYO4546	55620066C	19/06/2010	50100	162 * I
LYO4546	55620068C	19/06/2010	65992	230 * V
LYO4546	55620078C	19/06/2010	67691	230 * XXII
MEC6937	55620119C	01/06/2010	69120	232
MGL2445	55620112C	27/05/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 156/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 156/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGL2445	55620113C	27/05/2010	63943	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 159/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 159/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGB7879 55620140C 25/06/2010 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 160/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 160/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BUM8276 54655948C 29/06/2010 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 161/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 161/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEF1057	55620088C	11/07/2010	66102	230 * VII
LXH9167	54655876C	28/01/2010	50450	162 * V
LXH9167	54655877C	28/01/2010	51420	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 162/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 162/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DJD2691	54655761C	02/07/2010	51851	167
LWZ0884	54655820C	02/02/2010	51851	167
MEG8040	54655750C	24/01/2010	51851	167
MHS3763	55620143C	01/07/2010	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 164/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 164/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGD6625	54655946C	06/06/2010	66102	230 * VII
---------	-----------	------------	-------	-----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 167/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 167/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP8791	54655763C	02/07/2010	69120	232
MBK0910	55620141C	25/06/2010	69120	232
MBX9694	54655765C	01/08/2010	50100	162 * I
MBX9694	54655766C	01/08/2010	51180	164 c/c 162 * I
MBX9694	54655767C	01/08/2010	52820	176 * I
MEU2926	55620085C	10/07/2010	65561	230 * I
MEU2926	55620148C	10/07/2010	50100	162 * I
MEU2926	55620149C	10/07/2010	69120	232
MEU2926	55620150C	10/07/2010	50610	163 c/c 162 * I
MFD0251	54622431C	27/07/2010	65992	230 * V
MFI5957	55620211C	09/08/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 168/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 168/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFT8669 55620167C 25/08/2010 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 171/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 171/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYR1370 55620214C 30/08/2010 50100 162 * I
LYR1370 55620215C 30/08/2010 66700 230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 172/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 172/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYR1370	55620091C	17/09/2010	50100	162 * I
LYR1370	55620092C	17/09/2010	51180	164 c/c 162 * I
LZL8188	55620093C	17/09/2010	50100	162 * I
LZL8188	55620094C	17/09/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 173/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 173/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKL9090	55620239C	21/10/2010	51851	167
MBW2746	55620220C	08/09/2010	51851	167
MCV3197	55620145C	04/07/2010	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 174/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 174/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWZ0744	54655846C	03/10/2010	65561	230 * I
LWZ0744	54655847C	03/10/2010	66372	230 * IX
MFD3226	55620233C	15/10/2010	66700	230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 175/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 175/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWZ0744	54655848C	03/10/2010	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 177/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 177/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAW4156	55620246C	08/11/2010	70302	244 * I
MAW4156	55620247C	08/11/2010	52070	169
MHG3609	55620163C	07/08/2010	73662	252 * VI
MHV2858	55620242C	30/10/2010	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDER FARINA

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 178/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 178/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICR1804	55620241C	27/10/2010	67691	230 * XXII
---------	-----------	------------	-------	------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

PORTO BELO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 516/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 516/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCG3023	55668979B	28/12/2008	70302	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 518/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 518/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFW6199	54345483B	15/06/2007	65990	230 * V	191.54
AKQ4091	54620673A	24/11/2007	50100	162 * I	574.61
AVC0005	54346317B	24/12/2007	69120	232	53.20
BPP5690	55670225B	21/07/2008	51851	167	127.69
IT453	54345265B	13/05/2007	50100	162 * I	574.61
IT453	54345266B	13/05/2007	65990	230 * V	191.54
IT453	54345267B	13/05/2007	70300	244 * I	191.54
IT453	54345268B	13/05/2007	70560	244 * III	191.54
LCQ4187	54345105B	03/03/2006	52740	175	191.53
LXC5330	54346384B	21/12/2007	65990	230 * V	191.54
LYO3693	54346018B	10/12/2007	65990	230 * V	191.54
LYO3693	54346019B	10/12/2007	50100	162 * I	574.61
LZC0537	54345917B	18/12/2007	51850	167	127.69
MAC6353	54345827B	08/12/2007	65300	228	127.69
MAL8827	54344899B	09/11/2007	73660	252 * VI	85.13
MAU4190	55670129B	19/01/2008	50100	162 * I	574.61
MBH8773	54346118B	31/12/2007	56140	182 * V	127.69
MBV2212	54346272B	23/12/2007	65640	230 * II	191.54
MCE3463	54346191B	04/01/2008	69120	232	53.20
MCE3463	54346192B	04/01/2008	70300	244 * I	191.54
MCE3463	54346190B	04/01/2008	50100	162 * I	574.61
MDS7514	55670215B	17/07/2008	50100	162 * I	574.61
MDS7514	55670216B	17/07/2008	65992	230 * V	191.53
MDS7514	55670217B	17/07/2008	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDT6074	55668322B	25/07/2008	69120	232	53.20
MDT6074	55668323B	25/07/2008	50100	162 * I	574.61
MDX0351	54620677A	25/11/2007	50100	162 * I	574.61
MDY4068	54345062B	06/05/2007	51690	165	957.69
MFH7870	54344960B	04/04/2007	50100	162 * I	574.61
MFP0641	54344441B	02/05/2007	69120	232	53.20
MFP0641	54345254B	02/05/2007	65990	230 * V	191.54
MHR2490	54346204B	22/12/2007	50100	162 * I	574.61
MHS6840	54346395B	22/12/2007	65990	230 * V	191.54
MIM6150	54346363B	19/12/2007	65990	230 * V	191.54
MMM1620	54346397B	22/12/2007	62700	220 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 520/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 520/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFF0283	54346392B	22/12/2007	69120	232	53.20
AFF0283	54346399B	22/12/2007	66370	230 * IX	127.69
AGM5193	54346271B	23/12/2007	65990	230 * V	191.54
ICL6940	55670239B	21/07/2008	51851	167	127.69
ICT8892	54620676A	25/11/2007	65990	230 * V	191.54
LXJ5843	54345308B	18/04/2007	66100	230 * VII	127.69
LXJ5843	54345307B	18/04/2007	65990	230 * V	191.54
LXJ5843	54345305B	18/04/2007	50100	162 * I	574.61
LXJ5843	54345306B	18/04/2007	65800	230 * IV	191.54
LXJ8904	54345392B	15/06/2008	65992	230 * V	191.53
LXJ8904	54345393B	15/06/2008	50371	162 * III	574.61
LYC8787	54344388B	07/01/2008	52740	175	191.54
LYC8787	54344389B	07/01/2008	70480	244 * II	191.54
LYX3889	54345770B	01/01/2008	69120	232	53.20
LYX9201	54345542B	16/11/2007	50100	162 * I	574.61
LYX9201	54345541B	17/11/2007	65990	230 * V	191.54
LZN6861	54346054B	19/12/2007	56220	182 * VI	53.20
LZR0422	55587776A	15/03/2006	51850	167	127.69
LZR4113	55670140B	23/01/2008	69120	232	53.20
MAN0630	55670054B	08/01/2008	50450	162 * V	191.54
MAV6741	54346085B	03/02/2008	50100	162 * I	574.61
MBI2706	55670223B	18/07/2008	51851	167	127.69
MBL3329	54346208B	23/12/2007	50100	162 * I	574.61
MBL3329	54346209B	23/12/2007	52070	169	53.20
MBL3329	54346212B	13/12/2007	52150	170	191.54
MBL3329	54346213B	23/12/2007	52740	175	191.54
MBW3388	54344921B	20/02/2008	56140	182 * V	127.69
MCQ9091	55670089B	09/02/2008	50450	162 * V	191.54
MCS8185	54345255B	05/05/2007	70480	244 * II	191.54
MDE9243	54620670A	24/11/2007	65990	230 * V	191.54
MDJ9643	54346245B	30/12/2007	69120	232	53.20
MDL7895	54346343B	15/01/2008	69120	232	53.20
MDQ0302	54344380B	14/12/2007	70720	244 * V	191.54
MDQ0302	54344381B	14/12/2007	65990	230 * V	191.54
MDQ2484	54345552B	22/07/2007	66530	230 * XI	127.69
MDQ2484	54345553B	22/07/2007	51690	165	957.69
MDR7014	54345911B	15/12/2007	55680	181 * XIX	127.69
MEE2216	54345550B	24/11/2007	50100	162 * I	574.61
MEH4951	54346020B	11/12/2007	70300	244 * I	191.54
MEH4951	54346021B	11/12/2007	58350	195	127.69
MEH7229	55670080B	05/02/2008	70300	244 * I	191.54
MEI5846	55670084B	05/02/2008	70300	244 * I	191.54
MEW3381	54346353B	18/12/2007	50100	162 * I	574.61
MEW3381	54346354B	18/12/2007	69120	232	53.20
MFC9148	55587825A	05/01/2008	73400	252 * IV	85.13
MFM5529	54346201B	22/12/2007	70480	244 * II	191.54
MFM5529	54346202B	22/12/2007	65990	230 * V	191.54
MFM5529	54346203B	22/12/2007	65800	230 * IV	191.54
MFS2911	54345063B	09/05/2007	65990	230 * V	191.54
MGK4070	54345789B	02/01/2008	69120	232	53.20
MGL0991	54620675A	24/11/2007	50100	162 * I	574.61
MHJ9742	54345655B	03/11/2007	68580	231 * VII	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 523/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 523/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALK5422	54346219B	25/12/2007	50450	162 * V	191.54
CCQ9348	55670269B	08/01/2008	50450	162 * V	191.54
IGO1754	54345841B	31/12/2007	52740	175	191.54
KLO8994	54345929B	19/12/2007	55680	181 * XIX	127.69
LWZ7487	55669122B	14/09/2009	73662	252 * VI	85.12
MAN6669	54346361B	19/12/2007	65990	230 * V	191.54
MAQ6225	55670255B	08/01/2008	69120	232	53.20
MBX1248	54345554B	26/07/2007	51690	165	957.69
MBX1248	54345555B	26/07/2007	52740	175	191.54
MBX1248	54345556B	26/07/2007	58350	195	127.69
MCA1903	54345944B	13/01/2008	70300	244 * I	191.54
MCA1903	54345945B	13/01/2008	70560	244 * III	191.54
MCQ1555	55670087B	05/02/2008	70300	244 * I	191.54
MDL1426	54620672A	24/11/2007	65990	230 * V	191.54
MDV7167	54346276B	25/12/2007	65990	230 * V	191.54
MEG2887	54346355B	18/12/2007	69120	232	53.20
MEL0847	54345652B	01/01/2008	69120	232	53.20
MEN1961	54346268B	22/12/2007	70300	244 * I	191.54
MEO7146	55670083B	05/02/2008	70300	244 * I	191.54
MFJ5908	54346077B	08/01/2008	50100	162 * I	574.61
MFJ5908	54346078B	08/01/2008	70300	244 * I	191.54
MGH7642	55668066B	17/07/2009	50450	162 * V	191.53
MHR8562	54346356B	18/12/2007	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 525/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 525/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AED8527	54345697B	09/02/2008	68580	231 * VII	85.13
CCL4556	54345332B	13/10/2007	54520	181 * VIII	127.69
CEB0667	54345670B	09/01/2008	50450	162 * V	191.54
CEB0667	54345671B	09/01/2008	65990	230 * V	191.54
CEB0667	54345672B	09/01/2008	69120	232	53.20
LXL3807	54344971B	24/04/2007	51850	167	127.69
MAJ2704	54344059B	18/02/2006	51690	165	957.69
MIG2620	55667805B	04/02/2008	65990	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 527/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 527/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYX7638	55670289B	13/01/2008	50100	162 * I	574.61
MAB9327	55668080B	14/08/2009	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 529/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 529/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYY3338	54345819B	02/12/2007	50100	162 * I	574.61
MDC6895	54344968B	23/04/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 531/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 531/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMP8236	55586897A	22/12/2005	53470	178	85.12
MDC8284	55669854B	29/12/2009	66102	230 * VII	127.69
MDC8284	55669856B	29/12/2009	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 534/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 534/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDJ9156	54977063C	24/12/2009	60844	211	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 536/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 536/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACD9532	55669922B	03/01/2010	69120	232	53.20
ACD9532	55669923B	03/01/2010	67261	230 * XVIII	127.69
ACD9532	55669925B	03/01/2010	50450	162 * V	191.53
AES6617	55669765B	07/01/2010	65992	230 * V	191.53
AES6617	55669764B	07/01/2010	58350	195	127.69
AES6617	55669763B	07/01/2010	51851	167	127.69
ANB5350	55669125B	13/12/2009	73662	252 * VI	85.12
CRD8196	54345326B	02/08/2007	73660	252 * VI	85.13
MAA5473	54977065C	24/12/2009	65992	230 * V	191.53
MAA5473	54977066C	24/12/2009	50450	162 * V	191.53
MAZ2742	55669599B	27/12/2009	51851	167	127.69
MEG0291	55669940B	04/01/2010	69120	232	53.20
MFH8180	55669459B	06/01/2010	69120	232	53.20
MHS2752	54346285B	23/01/2008	54520	181 * VIII	127.69
MOD4000	55669331B	27/12/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 537/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 537/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAR8042	55669497B	15/01/2010	73662	252 * VI	85.12
MAM0254	55668247B	09/01/2010	50100	162 * I	574.61
MAM0254	55668248B	09/01/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 539/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 539/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFL9299	55669941B	04/01/2010	65992	230 * V	191.53

AFL9299	55669942B	04/01/2010	66371	230	*	IX	127.69
API8352	55669157B	28/01/2010	50100	162	*	I	574.61
MDK9748	55667963B	24/01/2010	65992	230	*	V	191.53
MDK9748	55667965B	24/01/2010	50450	162	*	V	191.53
MDZ8272	55669297B	28/01/2010	51851	167			127.69
MEE6230	55669573B	23/12/2009	51851	167			127.69
MFB8116	55669128B	29/12/2009	65482	229			85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 541/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 541/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ4798	55668750B	28/01/2010	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 542/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 542/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDE4786	55667973B	31/01/2010	70481	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 544/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 544/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHO1083	55669760B	06/01/2010	65992	230 * V	191.53
CMP9279	55669795B	30/01/2010	64080	221	85.12
CMP9279	55669794B	30/01/2010	65992	230 * V	191.53
IJY4311	54977057C	23/12/2009	52070	169	53.20
KDL8234	55669317B	25/12/2009	58350	195	127.69
KDL8234	55669316B	25/12/2009	72340	250 * I * a	85.12
LZZ3629	55669935B	03/01/2010	70302	244 * I	191.53
MDC8284	55669853B	29/12/2009	70561	244 * III	191.53
MDQ5858	55667815B	18/06/2008	70562	244 * III c/c 1\$	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 546/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 546/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBA5836	55669485B	12/01/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 548/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 548/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBI2158	55667952B	22/01/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 552/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 552/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBW2455	54977115C	27/05/2010	50100	162 * I	574.61
MBW2455	54977116C	27/05/2010	65992	230 * V	191.53
MCI8219	54344982B	24/04/2007	51690	165	957.69
MFW3287	55669864B	01/01/2010	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 555/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 555/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CPK1880	55669788B	30/01/2010	65992	230 * V	191.53
IHG7627	55669416B	26/06/2010	70561	244 * III	191.53
MAJ5980	55669367B	02/07/2010	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 558/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 558/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDJ8820	55668735B	17/01/2010	66531	230 * XI	127.69
MFV8312	55668742B	11/01/2010	55250	181 * XV	85.12
MGN0466	55669777B	15/01/2010	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 560/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 560/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LNF4235	55669895B	15/01/2010	62700	220 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 562/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 562/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANN8865	55669195B	18/08/2010	69120	232	53.20
LYC3346	55669155B	24/01/2010	51691	165	957.69
MBI9504	54977336C	17/09/2010	65992	230 * V	191.53
MFA6324	55669145B	26/05/2010	52151	170	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 564/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 564/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCX5759	55669188B	12/08/2010	50100	162 * I	574.61
MCX5759	55669189B	12/08/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCX5759	55669190B	12/08/2010	70302	244 * I	191.53
MDL1426	54620671A	24/11/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 566/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 566/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDV2654	55669993B	28/09/2010	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 515/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 515/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAD6156	55669402B	23/11/2009	55680	181 * XIX
MFW7226	55669126B	13/12/2009	58197	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 517/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 517/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LNK7852	55669124B	29/11/2009	65564	230 * I
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 519/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 519/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAY4701 55669696B 10/12/2009 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8167 521/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 521/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KJP2760 55669754B 04/01/2010 69120 232
MEW6090 55668746B 20/01/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 522/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 522/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEO2025	54977060C	23/12/2009	59670	203 * V
BGG8297	55669047B	27/12/2009	65564	230 * I
BGG8297	55669045B	27/12/2009	69200	233
BGG8297	55669046B	27/12/2009	50450	162 * V
CFG1997	54977407C	20/12/2009	69120	232
CFG1997	54977406C	20/12/2009	51691	165
DEH1444	54977054C	22/12/2009	51851	167
DFS6633	55668576B	23/12/2009	52311	172
HWI2612	55669313B	22/12/2009	69120	232
IMQ1979	55669587B	25/12/2009	59670	203 * V
LXY9457	55668230B	27/12/2009	50450	162 * V
LZF8774	55669851B	28/12/2009	55090	181 * XIII
LZJ9299	55669311B	21/12/2009	50100	162 * I
LZJ9299	55669310B	21/12/2009	65991	230 * V
LZJ9299	55669309B	21/12/2009	58350	195
MBG6764	55668039B	09/01/2010	65992	230 * V
MBV5277	55669050B	29/12/2009	66102	230 * VII
MCA7516	55669590B	25/12/2009	69120	232
MCA7516	55669589B	25/12/2009	66102	230 * VII
MCO3225	55669315B	23/12/2009	69120	232
MDC8284	55669854B	29/12/2009	66102	230 * VII
MDC8284	55669856B	29/12/2009	50450	162 * V
MDL7734	55668024B	30/12/2009	69120	232
MDW3859	55669308B	21/12/2009	65992	230 * V
MEB8719	55669306B	20/12/2009	69120	232
MEE8072	55668020B	27/12/2009	55250	181 * XV

MFH6359	54977071C	25/12/2009	65992	230 * V
MFH6359	54977070C	25/12/2009	70302	244 * I
MFM9539	55668012B	25/12/2009	65992	230 * V
MGG7026	55669563B	21/12/2009	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 524/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 524/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AAI4352	55669755B	04/01/2010	69120	232
AKM3546	55669453B	05/01/2010	65992	230 * V
BKG6095	55668042B	09/01/2010	65992	230 * V
CPY3747	55668704B	05/01/2010	61220	214 * I
KAU1460	55669937B	04/01/2010	65992	230 * V
MAH1796	55669470B	11/01/2010	65992	230 * V
MAV1362	55668027B	01/01/2010	73662	252 * VI
MBI0913	55669762B	07/01/2010	58350	195
MBI0913	55669761B	07/01/2010	51851	167
MCB4139	55669770B	10/01/2010	50100	162 * I
MCB4139	55669771B	10/01/2010	65992	230 * V
MDE0244	55669451B	05/01/2010	70302	244 * I
MDG2120	55669880B	03/01/2010	65992	230 * V
MDG3714	55669908B	02/01/2010	70302	244 * I
MDL5001	55668227B	15/12/2009	55250	181 * XV
MFL9745	54977410C	22/12/2009	65992	230 * V
MFL9745	54977409C	22/12/2009	50100	162 * I
MFZ5838	55669347B	30/12/2009	50450	162 * V
MHJ6530	55668047B	10/01/2010	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 526/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 526/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHA4910	55669889B	09/01/2010	50100	162 * I
AHA4910	55669888B	09/01/2010	65992	230 * V
AYZ0600	55668705B	08/01/2010	65992	230 * V
AYZ0600	55668706B	08/01/2010	50450	162 * V
CIQ4473	55668246B	09/01/2010	51691	165
CJQ3517	54977099C	02/01/2010	66102	230 * VII
LXB7392	55669907B	02/01/2010	70302	244 * I
LXM5306	55669330B	27/12/2009	65992	230 * V
LYH5556	55668240B	05/01/2010	70301	244 * I
LZV3553	55669477B	11/01/2010	73400	252 * IV
MAB5449	55669779B	15/01/2010	65992	230 * V
MAP1498	55669129B	01/01/2010	55250	181 * XV
MBQ7404	55668730B	17/01/2010	65992	230 * V
MDH6292	55669776B	14/01/2010	58191	193
MDL7996	55668043B	09/01/2010	70302	244 * I
MDN6012	55669874B	02/01/2010	73662	252 * VI
MEF8830	55669873B	02/01/2010	51851	167
MEG0822	55668035B	01/01/2010	51691	165
MGZ0172	55669475B	11/01/2010	50450	162 * V
MGZ0172	55669476B	11/01/2010	65992	230 * V
MHV8810	55668025B	30/12/2009	65992	230 * V
MJE8430	55669860B	31/12/2009	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 528/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 528/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AES1030	55669786B	30/01/2010	69120	232
AES1030	55669787B	30/01/2010	65992	230 * V
AJG2046	55669807B	16/01/2010	51691	165
AJG2046	55669808B	16/01/2010	52152	170
AJG2046	55668720B	16/01/2010	52070	169
AJG2046	55668721B	16/01/2010	52152	170
AJG2046	55668723B	16/01/2010	59670	203 * V
AJG2046	55668724B	16/01/2010	63190	220 * VI
CGS4366	54977101C	04/01/2010	60412	207
CHO8154	55669469B	11/01/2010	65992	230 * V
ICA1606	55668041B	09/01/2010	73662	252 * VI
LWT2045	55668037B	03/01/2010	52152	170
LWT2045	55668036B	03/01/2010	52070	169
LYM4267	54977087C	30/12/2009	51851	167
LZW3409	55668738B	17/01/2010	69120	232
MAO0183	55669577B	23/12/2009	73662	252 * VI
MCC4996	55669939B	04/01/2010	66532	230 * XI
MCF3766	55668707B	15/01/2010	65561	230 * I
MCF3766	55668715B	15/01/2010	66371	230 * IX
MCF3766	55668714B	15/01/2010	65992	230 * V
MDE1684	55668741B	17/01/2010	51851	167
MEX1720	55668710B	15/01/2010	69120	232
MFP4706	55668029B	01/01/2010	73400	252 * IV
MGE0661	55669859B	31/12/2009	70561	244 * III
MGR8994	55667969B	25/01/2010	59670	203 * V
MGS2350	54977085C	30/12/2009	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 530/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 530/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARR5058	55669877B	03/01/2010	56143	182 * V
ARR5058	55669878B	03/01/2010	51691	165
HOX7932	55669955B	20/02/2010	69120	232
KJY9023	55669810B	17/02/2010	58350	195
KJY9023	55667996B	17/02/2010	69120	232
KJY9023	55667997B	17/02/2010	69120	232
KJY9023	55667995B	17/02/2010	51691	165
LXB4226	55669167B	14/02/2010	51691	165
LXB4226	55669171B	14/02/2010	69200	233
LXB4226	55669170B	14/02/2010	51180	164 c/c 162 * I
LXZ2591	55668737B	17/01/2010	66372	230 * IX
MCJ2068	55667957B	23/01/2010	65992	230 * V
MCK2353	55669404B	11/02/2010	52070	169
MCL5576	55669326B	26/12/2009	59320	203 * II
MEZ7950	55669490B	12/01/2010	67693	230 * XXII
MKM3330	55669790B	30/01/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 532/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 532/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAC1394	55669592B	25/12/2009	51691	165
AKH4520	55669931B	03/01/2010	65992	230 * V
MBI0913	55669276B	22/01/2010	51852	167
MCD9333	55668719B	15/01/2010	73400	252 * IV
MDE2999	55669887B	06/01/2010	51851	167
MFJ4835	55668537B	07/02/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 533/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 533/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJD1222	55668163B	19/02/2010	65992	230 * V
AYZ0600	55669169B	12/02/2010	69120	232
AYZ0600	55669166B	12/02/2010	51691	165
AYZ0600	55669165B	12/02/2010	62620	220 * I
AYZ0600	55669164B	12/02/2010	58350	195
AYZ0600	55669163B	12/02/2010	52151	170
AYZ0600	55669162B	12/02/2010	52070	169
JNT1540	55669080B	07/04/2008	55680	181 * XIX
LXE8587	55669804B	29/12/2009	57620	188
MDT3383	55667978B	31/01/2010	73662	252 * VI
MDT3383	55667977B	31/01/2010	59670	203 * V
MDY8197	55668156B	22/01/2010	50100	162 * I
MFR6478	54977411C	07/02/2010	65992	230 * V
MF5343	55667955B	22/01/2010	51180	164 c/c 162 * I
MF5343	55667954B	22/01/2010	50100	162 * I
MGM9461	55669917B	02/01/2010	58780	199
MHF5864	55667961B	24/01/2010	66102	230 * VII
MIE0380	55669138B	15/02/2010	58197	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 535/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 535/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADA9072	55669785B	30/01/2010	50100	162 * I
ARN3105	55667984B	04/02/2010	59670	203 * V
BKP6358	55669493B	15/01/2010	69120	232
CXH4466	55668152B	22/01/2010	50100	162 * I
DFK1582	55669896B	15/01/2010	51930	168
DJB9353	55667987B	06/02/2010	51851	167
KEX1721	55669869B	02/01/2010	59080	202 * I
KEX1721	55669868B	02/01/2010	51851	167
LYV1763	55669784B	30/01/2010	50100	162 * I
LZK8174	55668244B	06/01/2010	52151	170
LZK8174	55668243B	06/01/2010	58191	193
LZK8174	55668242B	06/01/2010	51691	165
LZU8742	55669953B	14/01/2010	65992	230 * V
LZU8742	55669954B	14/01/2010	69120	232
LZU8742	55669952B	14/01/2010	51691	165
MAD5284	55669962B	21/02/2010	69120	232
MAH1796	55669471B	11/01/2010	66372	230 * IX
MCX1992	55669140B	19/03/2010	50100	162 * I
MDK5034	55667985B	05/02/2010	65992	230 * V
MDK5034	55667986B	05/02/2010	50100	162 * I
MDU7693	55669970B	25/02/2010	69120	232
MDU7693	55669969B	25/02/2010	50371	162 * III
MDU7693	55669968B	25/02/2010	65992	230 * V
MEP4582	55667976B	24/01/2010	52742	175
MER0111	55669956B	20/02/2010	52311	172
MGT0245	55669283B	22/01/2010	69120	232
MGT0245	55669282B	22/01/2010	69120	232
MHI1451	55667971B	31/01/2010	50100	162 * I
MHI1451	55667972B	31/01/2010	51180	164 c/c 162 * I
MRW6080	55669173B	22/02/2010	53710	180
MVI5969	54977086C	30/12/2009	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 538/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 538/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANP8213 54977113C 20/02/2010 50450 162 * V
MDC8284 55669853B 29/12/2009 70561 244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 540/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 540/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBL3308 55669975B 11/03/2010 66102 230 * VII
MFW3287 55669864B 01/01/2010 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 543/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 543/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDJ6377	54977114C	15/05/2010	50100	162 * I
MEJ7481	55669208B	01/04/2010	65992	230 * V
MGJ3452	55669141B	19/03/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 545/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 545/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAO9728	55669147B	01/06/2010	50450	162 * V
MAO9728	55669146B	01/06/2010	51691	165
MCE1061	55668250B	29/04/2010	65992	230 * V
MEP2691	54977123C	27/05/2010	50100	162 * I
MEP2691	54977122C	27/05/2010	65992	230 * V
MHR8763	55668249B	29/04/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 547/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 547/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBI7617	55669409B	12/06/2010	50450	162 * V
MBI7617	55669408B	12/06/2010	50293	162 * II
MER9431	55669148B	07/06/2010	50100	162 * I
MER9431	55669150B	07/06/2010	65992	230 * V
MER9431	55669149B	07/06/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 549/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 549/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAR6947	55669978B	09/06/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 550/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 550/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZS0467 55669979B 03/07/2010 51691 165
MDQ2484 55669366B 02/07/2010 70302 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 551/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 551/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DGW5653 55669769B 10/01/2010 50450 162 * V
LWW8590 55669791B 30/01/2010 65992 230 * V
MAK0694 55668701B 04/01/2010 59080 202 * I
MBM1712 55668510B 03/02/2010 51851 167
MCB3962 55668511B 03/02/2010 57200 186 * I
MDX8236 54977109C 05/02/2010 57461 187 * I
MDX8236 54977108C 05/02/2010 65992 230 * V
MEA8404 55669482B 11/01/2010 51851 167
MFJ4244 55667974B 31/01/2010 70481 244 * II
MFJ4244 55667975B 31/01/2010 65992 230 * V
MFK8567 54977106C 05/02/2010 69120 232

MFP4706	55668028B	01/01/2010	51851	167
MFY5100	55669474B	11/01/2010	65992	230 * V
MFZ2711	55669576B	23/12/2009	51851	167
MGQ9150	55669789B	30/01/2010	69120	232
MGY7217	55669980B	02/08/2010	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 553/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 553/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGJ2824	55668911B	29/07/2010	50100	162 * I
MGJ2824	55668912B	29/07/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 554/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 554/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IDX9631	54977413C	14/05/2010	65992	230 * V
KDK9338	55669144B	26/04/2010	51691	165
MAY5898	55669977B	09/06/2010	65992	230 * V
MBI6481	55669413B	27/06/2010	66531	230 * XI
MCF6591	55669200B	24/08/2010	65561	230 * I
MCF6591	55668165B	24/08/2010	70561	244 * III
MEK7012	55668902B	14/07/2010	65992	230 * V
MFF2505	55668905B	14/07/2010	50100	162 * I
MFF2505	55668907B	14/07/2010	66020	230 * VI
MHS1132	55669981B	26/08/2010	65992	230 * V
MHS1132	55669983B	26/08/2010	69120	232
MHS1132	55669982B	26/08/2010	65800	230 * IV
MIF6795	55668166B	28/08/2010	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 556/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 556/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYC3346 55669155B 24/01/2010 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 557/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 557/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMA1099 54977335C 14/09/2010 69120 232
LYO1842 55668164B 04/09/2010 65992 230 * V
MBK8333 54977377C 11/09/2010 65992 230 * V
MBY5277 54977332C 11/09/2010 65992 230 * V
MDZ5267 54977376C 11/09/2010 65992 230 * V
MEF6875 55669195B 18/08/2010 50100 162 * I
MEH0035 54977378C 14/09/2010 65992 230 * V
MFC4243 55669419B 11/08/2010 65992 230 * V
MFC4243 55669418B 11/08/2010 50450 162 * V
MGD2632 55669214B 04/09/2010 65992 230 * V
MGD2632 55669213B 04/09/2010 50100 162 * I
MGZ6681 54977339C 20/09/2010 65992 230 * V

MHM2466 55669988B 10/09/2010 50100 162 * I
MHM2466 55669987B 10/09/2010 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 559/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 559/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDC3747	55668806B	07/01/2009	51691	165
LXQ7660	54977340C	26/09/2010	51691	165
LXU1700	55668481B	11/01/2009	51691	165
MAX8761	55668914B	21/09/2010	50100	162 * I
MAZ5017	55667861B	07/01/2009	58350	195
MAZ5017	55667860B	07/01/2009	65991	230 * V
MEW9781	55668655B	05/01/2009	65561	230 * I
MFH6101	54344329B	10/01/2009	53800	181 * I
MFH6101	54344328B	10/01/2009	58350	195
MFH6101	54344327B	10/01/2009	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 561/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 561/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APF9669	55668046B	10/01/2010	65992	230 * V
MCQ3960	55669560B	21/12/2009	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 563/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 563/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CBD8135	55669999B	31/10/2010	69471	235
LXR5419	54977548C	08/12/2009	65992	230 * V
LZJ8414	55669995B	25/10/2010	50100	162 * I
LZJ8414	55669997B	25/10/2010	65564	230 * I
LZJ8414	55669996B	25/10/2010	50610	163 c/c 162 * I
MDR5527	54977573C	07/11/2010	50100	162 * I
MDW1324	54977564C	01/11/2010	73662	252 * VI
MET6377	54977560C	01/11/2010	50100	162 * I
MET6377	54977561C	01/11/2010	65992	230 * V
MEZ0709	55667904B	29/10/2010	65992	230 * V
MGG4653	55669225B	06/11/2010	55680	181 * XIX
MGV4331	55669984B	26/08/2010	69120	232
MGV4331	55669986B	26/08/2010	65992	230 * V
MGV4331	55669985B	26/08/2010	65800	230 * IV
MGX3007	55669994B	25/10/2010	55680	181 * XIX
MGX5811	54977569C	05/11/2010	73662	252 * VI
MHY4443	54977341C	05/10/2010	50100	162 * I
MHY4443	54977342C	05/10/2010	51180	164 c/c 162 * I
MHY4443	54977343C	05/10/2010	57380	186 * II
MIO6038	54977602C	26/10/2010	55415	181 * XVII
MUT2192	55669222B	06/11/2010	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 565/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 565/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BOO9019	54977617C	13/11/2010	52741	175	
LXO3509	54977604C	26/10/2010	55250	181	* XV
LXO3509	54977605C	26/10/2010	69120	232	
LXO3509	54977606C	26/10/2010	50450	162	* V
LXT4998	54977655C	22/11/2010	65992	230	* V
MDH9129	54977625C	22/11/2010	65563	230	* I
MDH9129	54977626C	22/11/2010	66371	230	* IX
MDH9129	54977623C	22/11/2010	50100	162	* I
MDP2979	54977557C	24/10/2010	66102	230	* VII
MFB8185	54977576C	15/11/2010	69120	232	
MFS8127	54977590C	25/11/2010	54521	181	* VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 1183/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 1183/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACM5775	55892753B	18/08/2010	69200	233
ACQ8858	55892752B	18/08/2010	69200	233
AJB1945	55892961B	14/09/2010	69200	233
BNW7715	55892809B	07/09/2010	65992	230 * V
BNW7715	55892810B	07/09/2010	50450	162 * V
BQK9589	55670034C	20/08/2010	69120	232
LBO7745	55892768B	20/08/2010	69200	233
LWY5509	55892969B	15/09/2010	69200	233
LXL0410	55890796B	16/04/2010	67693	230 * XXII

LXY6555	55460500C	11/09/2010	65992	230	* V
LXY6555	55670041C	11/09/2010	69120	232	
LYT8929	55892766B	20/08/2010	69200	233	
LZL2350	55892783B	08/09/2010	69200	233	
LZW9061	55892800B	09/09/2010	69200	233	
MAC7668	55892487B	13/08/2010	69200	233	
MAD2115	55891891B	08/08/2010	65992	230	* V
MAP1511	55892602B	21/08/2010	50100	162	* I
MAP1511	55892606B	21/08/2010	51180	164	c/c 162 * I
MBQ3513	55890471B	28/08/2010	50450	162	* V
MBQ3513	55890472B	28/08/2010	65992	230	* V
MCR5260	55892796B	09/09/2010	69200	233	
MCT5803	55892785B	08/09/2010	69200	233	
MEO2388	55891797B	22/08/2010	51180	164	c/c 162 * I
MEO2388	55891796B	22/08/2010	50100	162	* I
MKS3130	55892774B	03/09/2010	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

SALTO VELOSO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 156/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 156/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAO8989	54980626C	16/05/2009	65992	230 * V	191.53
MGO6909	54980779C	19/09/2009	50100	162 * I	574.61
MGO6909	54980780C	19/09/2009	72690	250 * I * d	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 158/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 158/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXG4111	54980620C	22/03/2009	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 162/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 162/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHH9411	54980734C	22/03/2010	65992	230 * V	191.53
JZK5577	54980659C	03/03/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 164/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 164/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDO0494	54980875C	20/02/2010	50100	162 * I	574.61
MDO0494	54980876C	20/02/2010	65992	230 * V	191.53
MDO0494	54980877C	20/02/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 167/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 167/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHR8265	54980790C	19/11/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 168/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 168/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHA3160	54980879C	21/02/2010	50100	162 * I	574.61
MHA3160	54980880C	21/02/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 170/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 170/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHA3160	54980799C	27/01/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 173/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 173/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR7529	54980873C	18/02/2010	50100	162 * I	574.61
LYR7529	54980874C	18/02/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 153/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 153/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKO8821	54980558C	12/11/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 154/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 154/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCV2207 54980562C 26/11/2009 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 155/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 155/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAV1194 54980865C 14/12/2009 69200 233

LYI2194	54980791C	19/11/2009	69200	233
MGE3847	54980866C	15/12/2009	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 157/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 157/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZO8056	54980795C	21/12/2009	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 159/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 159/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BZY8656 54980868C 20/01/2010 69200 233
MEJ8672 54980867C 20/01/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8326 160/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 160/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXA2745 54980730C 08/03/2010 51691 165
LZW5275 54980800C 06/02/2010 70302 244 * I
MDD7934 54980727C 18/02/2010 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 161/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 161/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGW7090	54980741C	12/05/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 163/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 163/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAV1609	54980665C	05/05/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 165/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 165/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAL4568	54980667C	21/05/2010	50100	162 * I
MAL4568	54980668C	21/05/2010	51180	164 c/c 162 * I
MAL4568	54980669C	21/05/2010	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 166/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 166/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDK4425	54980956C	21/03/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 169/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 169/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APS8668 54980670C 15/07/2010 69200 233

LZI4521 54980882C 18/06/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO

DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 171/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 171/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACR7052 54980681C 10/09/2010 50100 162 * I

ACR7052 54980682C 10/09/2010 51180 164 c/c 162 * I

MGG0790 54980673C 25/08/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO

DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 172/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 172/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZZ7642 54980960C 05/09/2010 54870 181 * XI

MAI3963 54980679C 10/09/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO

DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 174/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 174/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZQ2873	54980689C	05/10/2010	51851	167
MDM1242	54980688C	01/10/2010	70481	244 * II
MFR7832	54980685C	24/09/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 175/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 175/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXN8168	54980871C	01/02/2010	50450	162 * V
LXN8168	54980872C	01/02/2010	65992	230 * V
LZY9078	54980690C	10/10/2010	50100	162 * I
LZY9078	54980691C	10/10/2010	51180	164 c/c 162 * I
LZY9078	54980692C	10/10/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO

DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

SÃO CRISTÓVÃO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 107/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 107/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEV4658	54680308C	05/03/2010	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROXANE FAVERO PEREIRA

DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 109/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 109/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

CGG2236 54680310C 10/03/2010 55250 181 * XV 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 104/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 104/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGK0434 54680292C 11/11/2009 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 105/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 105/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXK0093 54680296C 03/01/2010 65992 230 * V
LXK0093 54680297C 03/01/2010 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8480 106/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 106/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CGM0413 54680302C 21/02/2010 51691 165
CGM0413 54680303C 21/02/2010 65564 230 * I
CGM0413 54680304C 21/02/2010 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 108/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 108/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BQN8383	54680325C	05/06/2010	69120	232
BQN8383	54680326C	05/06/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 110/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 110/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIU8303	54680327C	16/06/2010	65992	230 * V
AIU8303	54680328C	16/06/2010	51180	164 c/c 162 * I
AIU8303	54680329C	16/06/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 111/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 111/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KCH8699	54680323C	01/06/2010	50100	162 * I
KCH8699	54680324C	01/06/2010	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 112/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 112/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DHQ5102	54680347C	06/09/2010	51851	167
DHQ5102	54680348C	06/09/2010	73662	252 * VI
IGD4440	54680349C	12/09/2010	50100	162 * I
IGD4440	54680350C	12/09/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 113/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 113/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEM0242	54680366C	14/11/2010	50100	162 * I
MEM0242	54680367C	14/11/2010	65992	230 * V
MEM0242	54680368C	14/11/2010	52070	169
MEM0242	54680370C	14/11/2010	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

São JOAQUIM

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 546/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 546/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MDW8613 55945150B 02/10/2009 50100 162 * I 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 549/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 549/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYX7689	55945211B	04/10/2009	66700	230 * XIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 555/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 555/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZP3078	55944941B	19/10/2009	54600	181 * IX	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 558/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 558/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZS3838	55945194B	15/10/2009	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 561/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 561/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCH1487	55944947B	09/11/2009	69120	232	53.20
MCH1487	55944949B	09/11/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 562/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 562/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCH1487	55944948B	09/11/2009	70301	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 568/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 568/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDG6278	55945452B	20/12/2009	65992	230 * V	191.53
MDG6278	55945453B	20/12/2009	50100	162 * I	574.61
MIL2960	55945457B	28/12/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 569/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 569/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MBT1927	55945219B	30/11/2009	54521	181	*	VIII	127.69
MCT7664	55945237B	21/12/2009	54522	181	*	VIII	127.69
MDG6278	55945454B	20/12/2009	58350	195			127.69
MDZ1148	55945380B	13/12/2009	73662	252	*	VI	85.12
MGJ9255	55945250B	24/12/2009	54522	181	*	VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 574/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 574/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZI3426	55945564B	29/01/2010	65992	230 * V	191.53
LZI3426	55945565B	29/01/2010	50100	162 * I	574.61
LZI3426	55945566B	29/01/2010	66102	230 * VII	127.69
LZI3426	55945567B	29/01/2010	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 580/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 580/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDV9285	55945579B	25/02/2010	54870	181 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 584/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 584/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHT4825	55945612B	23/04/2010	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 594/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 594/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CLA1556	55945609B	23/04/2010	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 597/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 597/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BRA4095	55945497B	31/05/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 600/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 600/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JKT3746	55945773B	22/07/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 601/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 601/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEQ3619	55944742B	13/05/2010	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 606/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 606/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCV3367	55945324B	02/08/2010	54522	181 * VIII	127.69
MEC5046	55945805B	11/08/2010	54522	181 * VIII	127.69
MKM2777	55945534B	05/08/2010	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 609/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 609/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BMV9823	55945659B	11/08/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 610/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 610/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHY3803	55945792B	17/09/2010	55411	181 * XVII	53.20

MDZ1148 55945337B 07/08/2010 55411 181 * XVII 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 613/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 613/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ5857	55945815B	31/08/2010	55411	181 * XVII	53.20
LYR3173	55945811B	20/08/2010	55411	181 * XVII	53.20
MFX8737	55945833B	06/09/2010	55414	181 * XVII	53.20
MIZ0555	55945806B	18/08/2010	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 616/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 616/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARS2211	55944837B	05/09/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MDO9037	55945269B	27/09/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 617/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 617/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CSB0507	55945797B	02/10/2010	54870	181 * XI	127.69
IFT4985	55944824B	24/02/2010	51930	168	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 544/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 544/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IND5444	55944326B	20/11/2009	69200	233
MBQ0887	55945375B	23/11/2009	65992	230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 545/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 545/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM2837	55944975B	06/11/2009	54870	181 * XI
MDT4716	55945027B	21/11/2009	70302	244 * I
MFL8534	55945215B	21/11/2009	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 547/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 547/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWU1429	55945371B	13/11/2009	50100	162 * I
MAS0986	55945033B	03/12/2009	69200	233
MHB0981	55945199B	05/11/2009	50100	162 * I
MHB0981	55944331B	05/11/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 548/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 548/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBX7934	55944811B	09/11/2009	55411	181 * XVII
MFF3217	55945034B	03/12/2009	54870	181 * XI
MHB0981	55945200B	05/11/2009	52152	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 550/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 550/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXZ4023	55945354B	05/10/2009	50100	162 * I
LXZ4023	55945355B	05/10/2009	65992	230 * V
MCX2094	55945356B	08/10/2009	50100	162 * I
MCX2094	55945357B	08/10/2009	65992	230 * V
MEA8717	55945403B	17/12/2009	69120	232
MEA8717	55945404B	17/12/2009	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 551/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 551/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KMX8846	55944346B	23/11/2009	51851	167
MDC3015	55944809B	09/11/2009	70482	244 * II
MEY3283	55945031B	27/11/2009	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 552/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 552/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ0507	55945551B	11/01/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 553/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 553/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAP5358	55945032B	03/12/2009	69200	233
AIR1965	55945455B	26/12/2009	65482	229
LXO7166	55945053B	10/12/2009	50100	162 * I
LXO7166	55945055B	10/12/2009	51691	165
LXO7166	55945052B	12/12/2009	65992	230 * V
LYZ3014	55944707B	29/12/2009	69200	233
LZE7301	55944599B	07/12/2009	50100	162 * I
LZE7301	55944600B	07/12/2009	65992	230 * V
LZE7301	55945379B	07/12/2009	65800	230 * IV
LZQ3252	55945376B	01/12/2009	50100	162 * I
LZX0404	55945316B	11/12/2009	69200	233
MBE2088	55945313B	11/11/2009	69200	233
MGL0667	55945406B	01/01/2010	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 554/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 554/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA6139	55945243B	21/12/2009	55414	181 * XVII
LZA2389	55945223B	09/12/2009	54870	181 * XI
LZE7301	55945378B	07/12/2009	70301	244 * I
MGL0667	55945405B	01/01/2010	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 556/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 556/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNP0148	55945458B	28/12/2009	69200	233
MBW5250	55944708B	07/01/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 557/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 557/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWZ4300 55945247B 24/12/2009 54870 181 * XI
MGY3510 55945461B 03/01/2010 57380 186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 559/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 559/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABR5613 55945460B 31/12/2009 51691 165
AKG5979 55945382B 16/12/2009 69200 233
LAE1135 55945381B 16/12/2009 69200 233
MAT0806 55945238B 21/12/2009 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 560/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 560/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFL2259	55945236B	21/12/2009	54522	181 * VIII
MGE7210	55945226B	12/12/2009	54525	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 563/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 563/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DKE1245	55945574B	19/02/2010	55250	181 * XV
MCP7143	55945563B	29/01/2010	54522	181 * VIII
MFV4957	55945385B	01/03/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 564/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 564/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYL1966	55944709B	07/01/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 565/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 565/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMI0980	55945557B	26/01/2010	69200	233
MDL9069	55945569B	01/02/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 566/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 566/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADA7457	55944819B	12/02/2010	69200	233
CFL7805	55945040B	31/03/2010	69200	233
LYJ1595	55944821B	21/02/2010	50610	163 c/c 162 * I
LYJ3469	55945558B	26/01/2010	69200	233
LZD4004	55945035B	16/03/2010	69200	233
LZY5710	55944818B	12/02/2010	69200	233
MAI5303	55945469B	20/03/2010	50100	162 * I
MAI5303	55945470B	20/03/2010	65992	230 * V
MDH0707	55945412B	16/03/2010	64321	223
MDH0707	55945411B	16/03/2010	69120	232
MHE1842	55945555B	20/01/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 567/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 567/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ECB1476	55945570B	07/02/2010	59080	202 * I
IGF4830	55945571B	10/02/2010	54870	181 * XI
LXW5291	55945392B	23/03/2010	51851	167
MAP9185	55944715B	29/03/2010	54870	181 * XI

MBH6757	55945462B	17/03/2010	51851	167
MDH0707	55945410B	16/03/2010	73662	252 * VI
MFR4550	55945318B	06/02/2010	54600	181 * IX
MJL0330	55945253B	31/03/2010	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 570/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 570/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GTG3910	55945594B	02/04/2010	50100	162 * I
LYE6964	55945466B	20/03/2010	65992	230 * V
LYE6964	55945468B	20/03/2010	65564	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 571/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 571/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BGJ7117	55944732B	07/04/2010	55414	181 * XVII
HRG1470	55945582B	06/03/2010	55250	181 * XV
LYW0404	55945504B	03/04/2010	56060	182 * IV
MFH9929	55945592B	30/03/2010	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 572/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 572/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXP3784	55945036B	16/03/2010	69200	233
LZH2371	55945597B	05/04/2010	69200	233
MBK4999	55945039B	31/03/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 573/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 573/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXC9264	55945600B	05/04/2010	54522	181 * VIII
LYP2353	55945610B	23/04/2010	54522	181 * VIII
MDJ3763	55945595B	02/04/2010	57380	186 * II
MDP6235	55944716B	29/03/2010	54870	181 * XI
MDR0148	55945417B	28/03/2010	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 575/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 575/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAD9837	55944729B	02/04/2010	51691	165
MAD9837	55944730B	02/04/2010	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 576/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 576/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZB1784	55944735B	25/04/2010	51691	165
MBZ2747	55945479B	16/04/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 577/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 577/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZR9324	55945414B	25/03/2010	51851	167
MBA1014	55945511B	07/04/2010	61810	215 * II
MFW7146	55945603B	08/04/2010	54521	181 * VIII
MGL3972	55945575B	22/02/2010	54870	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 578/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 578/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KQH7197	55945619B	05/05/2010	69200	233
LXE3297	55945614B	26/04/2010	69200	233
LYF2503	55945431B	24/04/2010	50100	162 * I
MDG1571	55945615B	26/04/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 579/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 579/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYF2503	55945432B	24/04/2010	72340	250 * I * a
LZQ6183	55945041B	09/04/2010	55411	181 * XVII
MCM6844	55945617B	05/05/2010	54870	181 * XI
MCS5604	55945488B	21/05/2010	54522	181 * VIII
MJS6000	55945044B	03/05/2010	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 581/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 581/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABI9855	55944976B	19/05/2010	69200	233
HVX4584	55945520B	13/05/2010	69200	233
LYG7174	55945496B	31/05/2010	69200	233
LZL5749	55944830B	20/05/2010	69120	232
LZZ9135	55945630B	26/05/2010	69200	233
MCT6058	55944743B	13/05/2010	69120	232
MCT6058	55944744B	13/05/2010	51691	165
MCT6058	55944745B	13/05/2010	50100	162 * I
MCT6058	55944746B	13/05/2010	50610	163 c/c 162 * I
MEM3534	55945629B	20/05/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 582/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 582/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEO9616	55945613B	26/04/2010	54870	181 * XI
LYH3252	55945492B	26/05/2010	55414	181 * XVII
MEM3534	55945628B	20/05/2010	70562	244 * III c/c 1S
MHZ3510	55945491B	25/05/2010	58350	195
MIJ0270	55945495B	28/05/2010	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 583/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 583/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACR9716	55945494B	26/05/2010	55414	181 * XVII
BNU5414	55945493B	26/05/2010	55414	181 * XVII
IDW6712	55945436B	24/05/2010	53800	181 * I
LZQ3401	55945636B	16/06/2010	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 585/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 585/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXF6931	55945634B	01/06/2010	69200	233
MGA3073	55944831B	07/06/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 586/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 586/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAN2279	55945632B	01/06/2010	54010	181 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 587/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 587/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXV1313	55945635B	10/06/2010	69200	233
LZZ6903	55945057B	11/06/2010	50100	162 * I
LZZ6903	55945058B	11/06/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 588/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 588/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZZ6903	55945059B	11/06/2010	52070	169
MDJ8790	55945607B	14/04/2010	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 589/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 589/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJX4742	55945658B	30/07/2010	69200	233
MDP2347	55945260B	08/07/2010	69200	233
MFx0192	55944512B	07/07/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 590/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 590/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFI5942	55945328B	05/08/2010	55414	181 * XVII
AKC4308	55945329B	06/08/2010	55411	181 * XVII
IFY4259	55945760B	19/07/2010	54521	181 * VIII
LYH7247	55945341B	09/08/2010	55411	181 * XVII
LYO0602	55945331B	06/08/2010	54522	181 * VIII
MAQ0970	55945774B	25/07/2010	52311	172
MGD3597	55945409B	31/01/2010	70481	244 * II
MJB9950	55945561B	29/01/2010	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 591/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 591/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MES0390	55945788B	18/08/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 592/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 592/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEF5711 55945265B 09/09/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 593/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 593/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DHX4856	55945650B	13/07/2010	55414	181 * XVII
LXC7874	55945808B	19/08/2010	54522	181 * VIII
LXI1375	55945641B	16/06/2010	54522	181 * VIII
MAU6079	55945834B	06/09/2010	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8284 595/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 595/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWV1590	55945654B	21/06/2010	69200	233
MDI7101	55945706B	20/07/2010	65561	230 * I
MDI7101	55945705B	20/07/2010	66101	230 * VII
MDI7101	55945704B	20/07/2010	65992	230 * V
MDI7101	55945703B	20/07/2010	50100	162 * I
MDI7101	55945707B	20/07/2010	66371	230 * IX
MGB3541	55945665B	28/08/2010	65992	230 * V
MHA2331	55945710B	20/08/2010	65992	230 * V
MHA2331	55945711B	20/08/2010	66371	230 * IX
MHB7997	55945663B	27/08/2010	69120	232
MHR8790	55944833B	26/08/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 596/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 596/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ESL0408	55945642B	25/06/2010	54870	181 * XI
LXX5977	55945664B	27/08/2010	60760	210
LXY5832	55945702B	11/07/2010	57380	186 * II
LYI1058	55945333B	07/08/2010	55411	181 * XVII
MAN5469	55945804B	10/08/2010	55411	181 * XVII
MBA9606	55945339B	07/08/2010	55411	181 * XVII
MDZ1003	55945769B	22/07/2010	54522	181 * VIII
MFA1653	55945349B	09/08/2010	55411	181 * XVII
MIF0077	55945327B	05/08/2010	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 598/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 598/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BNF2864	55945714B	23/09/2010	69200	233
LZD5973	55945661B	17/08/2010	69200	233
MAQ5142	55945715B	23/09/2010	69200	233
MDX7266	55945268B	24/09/2010	69200	233
MIJ5597	55945675B	17/09/2010	69120	232
MIJ5597	55945674B	17/09/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 599/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 599/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGW0040	55945848B	13/09/2010	55414	181 * XVII
MAS0986	55945795B	23/09/2010	55411	181 * XVII
MAW5766	55945822B	01/09/2010	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 602/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 602/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDK2112	55945264B	19/08/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 603/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 603/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKZ2847 55945875B 06/10/2010 55414 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 604/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 604/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DKX0131 55945271B 27/09/2010 69200 233

IBX7934	55945447B	01/10/2010	50100	162	* I
IIB8806	55945957B	14/10/2010	69200	233	
LXC6422	55944840B	13/10/2010	69200	233	
LZQ3640	55944519B	05/09/2010	67261	230	* XVIII
MBF8849	55945045B	15/10/2010	69200	233	
MCF3067	55945901B	18/10/2010	69200	233	
MCO3270	55945437B	23/07/2010	69200	233	
MEM7599	55944842B	13/10/2010	69200	233	
MFV3245	55944516B	04/09/2010	65992	230	* V
MHH4122	55945671B	17/09/2010	69200	233	
MJZ5740	55945261B	20/07/2010	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 605/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 605/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEU0380	55945841B	10/09/2010	55411	181 * XVII
AFH1926	55945846B	11/09/2010	54522	181 * VIII
CBR9893	55945813B	24/08/2010	73662	252 * VI
DDV3232	55945835B	09/09/2010	55414	181 * XVII
LXA3689	55945884B	14/10/2010	55411	181 * XVII
LZJ2969	55945838B	08/09/2010	55411	181 * XVII
MBB9290	55945829B	03/09/2010	55411	181 * XVII
MCD0936	55945850B	13/09/2010	54600	181 * IX
MDM6689	55945823B	01/09/2010	55411	181 * XVII
MFH4378	55945868B	04/10/2010	55414	181 * XVII
MGD9003	55945874B	06/10/2010	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 607/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 607/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBP3027	55944841B	13/10/2010	69200	233
MCD7097	55945902B	30/10/2010	50100	162 * I
MCD7097	55945907B	30/10/2010	65992	230 * V
MCD7097	55945908B	30/10/2010	73400	252 * IV
MCD7097	55945909B	30/10/2010	65561	230 * I
MCD7097	55945910B	30/10/2010	69120	232
MGW8811	55945926B	05/11/2010	69200	233
MHF8490	55945919B	02/11/2010	50100	162 * I
MHF8490	55945920B	02/11/2010	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 608/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 608/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGE7210 55945870B 04/10/2010 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 611/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 611/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BLU1438 55945955B 14/10/2010 69200 233

IBL2083	55944843B	22/10/2010	69200	233
KBE9046	55660201C	12/11/2010	69200	233
LYC8967	55944848B	22/10/2010	69200	233
LZV6456	55945953B	08/10/2010	69200	233
MBN6428	55945718B	10/11/2010	69200	233
MBP6123	55945890B	22/10/2010	50100	162 * I
MBP6123	55945887B	22/10/2010	65992	230 * V
MDA4268	55660261C	10/11/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA

DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 612/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 612/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGQ4244	55945046B	24/10/2010	55250	181 * XV
JDY0908	55945800B	05/10/2010	55411	181 * XVII
LYL3833	55945854B	15/09/2010	55414	181 * XVII
MAD4979	55945954B	11/10/2010	54870	181 * XI
MBP6123	55945888B	22/10/2010	71370	244 * 1\$ * C
MBR4325	55660252C	10/11/2010	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 614/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 614/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JZA9497	55946011B	18/11/2010	50100	162 * I
LYB2310	55660202C	18/11/2010	69200	233
MAQ9061	55945047B	27/10/2010	69200	233
MBD6428	55944846B	22/10/2010	69200	233
MBF8898	55660307C	02/12/2010	69120	232
MBQ2806	55945925B	05/11/2010	69200	233
MDU0918	55945895B	27/10/2010	69200	233
MEM3534	55660216C	03/12/2010	50100	162 * I
MEM3534	55945677B	01/11/2010	50100	162 * I
MHJ4811	55946001B	25/10/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 615/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 615/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

COQ0234	55945893B	25/10/2010	55413	181 * XVII
IIW4466	55944749B	07/11/2010	55411	181 * XVII
LWY5584	55945894B	27/10/2010	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 36/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 36/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MAP6178 55134272A 16/07/2006 57380 186 * II 191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8732 40/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 40/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX0436	55134310A	05/06/2008	69120	232	53.20
LXY9752	55134495A	31/05/2008	51690	165	957.69
LXY9752	55134495A	31/05/2008	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8732 41/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 41/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFY4269	54832529C	17/03/2009	70482	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 55/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 55/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEX5651	54832539C	09/04/2010	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 37/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 37/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCR9355 54832454C 11/03/2009 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8732 38/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 38/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFK9514 54832526C 01/03/2009 55500 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 39/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 39/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZT3990	54832527C	16/03/2009	50100	162 * I
LZT3990	54832528C	16/03/2009	65565	230 * I
LZT3990	54832527C	16/03/2009	69120	232
LZT3990	54832528C	16/03/2009	70301	244 * I
LZT3990	54832527C	16/03/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 42/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 42/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYT3503 54832603C 02/05/2009 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 43/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 43/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBA6116 54832531C 12/06/2009 69120 232
MBA6116 54832531C 12/06/2009 65992 230 * V
MBG7115 54832627C 16/05/2009 70303 244 * I
MBG7115 54832627C 16/05/2009 69631 237
MDF8856 54832532C 12/06/2009 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 44/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 44/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCI6793	54832628C	12/06/2009	66372	230 * IX
MCI6793	54832628C	12/06/2009	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 45/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 45/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZR2520 54832536C 30/07/2009 50100 162 * I

LZR2520 54832536C 30/07/2009 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 46/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 46/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DHO2463 54832629C 27/09/2009 51851 167

DHO2463 54832629C 27/09/2009 51852 167

DHO2463 54832629C 27/09/2009 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 47/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 47/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEA0336	54832505C	18/10/2009	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 48/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 48/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJI0069 54832630C 24/10/2009 67692 230 * XXII
MCZ5556 54832506C 18/10/2009 55500 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 49/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 49/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCV6881 54832631C 17/11/2009 50100 162 * I
MGO7529 54832607C 18/11/2009 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 50/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 50/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHO3281	54832632C	27/02/2010	70481	244 * II
MHO3281	54832632C	27/02/2010	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 51/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 51/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW3819	54832608C	29/01/2010	50450	162 * V
MCW3819	54832608C	29/01/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 52/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 52/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCT0984	54832481C	09/04/2010	65992	230 * V
MCT0984	54832481C	09/04/2010	66372	230 * IX
MDQ0829	54832512C	18/03/2010	50100	162 * I
MET2489	54832509C	25/02/2010	70561	244 * III
MET2489	54832509C	25/02/2010	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 53/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 53/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYE2711	54832455C	28/04/2010	55250	181 * XV
LYP2673	54832611C	02/05/2010	50100	162 * I
LYP2673	54832611C	02/05/2010	66531	230 * XI
MCT0873	54832612C	02/05/2010	50100	162 * I
MCT0873	54832612C	02/05/2010	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 54/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 54/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDK7823	54832610C	02/05/2010	50100	162 * I
MDK7823	54832610C	02/05/2010	66531	230 * XI
MGV3410	54832613C	02/05/2010	50100	162 * I
MGV3410	54832613C	02/05/2010	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8732 56/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 56/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZY2853	54832458C	01/08/2010	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 57/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 57/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAR5346	54832459C	16/08/2010	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 58/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 58/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAY4459	54832485C	01/08/2010	51851	167
MAY4459	54832485C	01/08/2010	52070	169
MAY4459	54832485C	01/08/2010	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 59/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 59/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JTZ7462	54832460C	27/08/2010	66020	230 * VI
JTZ7462	54832461C	27/08/2010	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 60/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 60/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IUM1200 54832637C 26/09/2010 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 61/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 61/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFN5134 54832635C 24/09/2010 66531 230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 62/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 62/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIE7428	54832615C	31/10/2010	57380	186 * II
MFA9199	54832466C	17/10/2010	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 63/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 63/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAP8175	54832618C	31/10/2010	57380	186 * II
MBO2094	54832652C	31/10/2010	55411	181 * XVII
MDR2842	54832620C	31/10/2010	57380	186 * II
MHB9504	54832653C	31/10/2010	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADA DE POLICIA

SERRA ALTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 96/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 96/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHK2401	55927894B	20/09/2010	70481	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 94/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 94/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGD7436	55940959B	19/09/2010	65992	230 * V
DOS4005	54221835B	28/08/2010	65482	229
DOS4005	54221836B	28/08/2010	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 95/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8458 95/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFJ8533	55940957B	19/09/2010	73400	252 * IV
BGD7436	55940958B	19/09/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

TIMBÉ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 206/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 206/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MFJ5535 54964384C 01/11/2009 65992 230 * V 191.53
MFJ5535 54964385C 10/11/2009 50100 162 * I 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8280 209/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 209/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU4956	54964383C	26/09/2009	70481	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8280 213/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 213/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DKW0679	54964388C	27/11/2009	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 216/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 216/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCB0277	54964426C	05/12/2009	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 220/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 220/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HSX6871	54964509C	23/02/2010	69200	233	127.69
LZB7865	54964275C	06/03/2010	50100	162 * I	574.61
LZB7865	54964276C	06/03/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 221/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 221/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EGY4758	54964510C	23/02/2010	69200	233	127.69
MFI8173	54964438C	02/02/2010	66371	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 223/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 223/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DYG0619	54964498C	20/04/2010	69200	233	127.69
LOH7759	54964499C	20/04/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 228/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 228/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

DYK0232 54964415C 21/07/2009 69200 233 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 230/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 230/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAU3576	54964425C	05/09/2009	52070	169	53.20
MAU3576	54964379C	05/09/2009	58350	195	127.69
MAU3576	54964380C	05/09/2009	70302	244 * I	191.53
MAU3576	54964381C	05/09/2009	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 232/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 232/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MED8860	54964363C	20/05/2009	65992	230 * V	191.53
MED8860	54964367C	20/05/2009	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MGO0212	54964365C	20/05/2009	65992	230 * V	191.53
MGO0212	54964366C	20/05/2009	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8280 234/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 234/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HRO8890	54964288C	21/06/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 236/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 236/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKW9384	54964295C	27/08/2010	50100	162 * I	574.61
IKW9384	54964296C	27/08/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXD3892	55674713C	05/08/2010	50100	162 * I	574.61
LXD3892	55674714C	05/08/2010	69120	232	53.20
LZS5385	54964469C	28/09/2009	65992	230 * V	191.53
LZS5385	54964470C	28/09/2009	51341	164 c/c 162 * III	574.61
LZS5385	54964471C	28/09/2009	50371	162 * III	574.61
LZS5385	54964472C	28/09/2009	51691	165	957.69
MEY4629	54964304C	26/07/2009	70301	244 * I	191.53
MEY4629	54964305C	26/07/2009	70481	244 * II	191.53
MEY4629	54964306C	26/07/2009	69120	232	53.20
MHF2664	54964466C	30/08/2009	70481	244 * II	191.53
MHJ8164	54964413C	19/07/2009	65991	230 * V	191.53
MHJ8164	54964414C	19/07/2009	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 205/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 205/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DGZ4798	54964266C	27/10/2009	69200	233
DIG0515	54964267C	27/10/2009	69200	233
IBR3373	54964475C	10/11/2009	55413	181 * XVII
IBR3373	54964476C	10/11/2009	65992	230 * V
MAA3129	54964386C	10/11/2009	69200	233
MDZ4824	54964312C	31/10/2009	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8280 207/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 207/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JNW1118	54964269C	26/11/2009	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

LZD2411	54964316C	16/12/2009	65992	230	*	V
MFO5741	54964396C	12/12/2009	65992	230	*	V
MFO5741	54964398C	12/12/2009	51180	164	c/c	162 * I
MFO5741	54964397C	12/12/2009	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 208/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 208/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DCK9415	54964390C	27/11/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 210/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 210/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD2411	54964399C	16/12/2009	50100	162 * I
LZD2411	54964400C	16/12/2009	51180	164 c/c 162 * I
MFJ8636	54964395C	27/11/2009	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8280 211/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 211/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KFT3082	54964428C	14/12/2009	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 214/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 214/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIQ8626	54964435C	15/01/2010	69200	233
DJS7784	54964436C	15/01/2010	69200	233
DLR3396	54964484C	27/01/2010	65992	230 * V
DLR3396	54964485C	27/01/2010	50450	162 * V
DLR3396	54964486C	27/01/2010	65800	230 * IV
DLR3396	54964487C	28/01/2010	69200	233
EAG7559	54964434C	15/01/2010	69200	233
LXW5094	54964481C	17/01/2010	50100	162 * I
LXW5094	54964482C	17/01/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 215/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 215/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DLR3396	54964488C	05/02/2010	54522	181 * VIII
LWZ2275	54964441C	26/02/2010	66371	230 * IX
LYO8592	54964442C	04/03/2010	69200	233
MAV5976	54964508C	20/02/2010	52070	169
MCS4560	54964489C	05/02/2010	69200	233
MEM8758	54964507C	08/02/2010	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 217/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 217/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBX0544	54964320C	15/04/2010	50450	162 * V
MBX0544	54964321C	15/04/2010	50960	163 c/c 162 * V
MBX0544	54964322C	15/04/2010	65992	230 * V
MBX0544	54964323C	15/04/2010	65800	230 * IV
MBX0544	54964324C	15/04/2010	66371	230 * IX
MGH2454	54964497C	19/04/2010	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 219/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 219/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BPE7794	54964493C	13/04/2010	69200	233
BYE4167	54964279C	28/04/2010	69200	233
MGA2867	54964278C	27/04/2010	51180	164 c/c 162 * I
MGA2867	54964500C	27/04/2010	50100	162 * I
MGV0186	54964280C	08/05/2010	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 222/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 222/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDJ6762	55674701C	09/05/2010	65992	230 * V
MDJ6762	55674702C	09/05/2010	64080	221
MGS2484	55674705C	09/05/2010	51180	164 c/c 162 * I
MGS2484	55674703C	09/05/2010	69120	232
MGS2484	55674704C	09/05/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 224/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 224/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DIK9551 54964289C 01/07/2010 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 225/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 225/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALD2568 54964332C 29/06/2010 69200 233
BON6383 55674707C 29/06/2010 69200 233
DMA4500 54964511C 08/06/2010 69200 233
IDI5854 54964331C 24/06/2010 69200 233
IFA9581 54964290C 01/07/2010 69200 233
LZO4205 55674711C 26/07/2010 69200 233
LZS8939 54964291C 01/07/2010 50100 162 * I
LZS8939 54964292C 01/07/2010 70481 244 * II
MBI2178 54964512C 12/07/2010 69120 232
MBL6272 54964514C 29/07/2010 50100 162 * I
MBL6272 54964515C 29/07/2010 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 227/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 227/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJE5917	55674717C	19/09/2010	51180	164 c/c 162 * I
IJE5917	55674715C	19/09/2010	50100	162 * I
IJE5917	55674716C	19/09/2010	65992	230 * V
MAJ5721	55674754C	17/09/2010	66371	230 * IX
MHT1430	54964334C	02/09/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 229/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 229/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGY9711 54964339C 18/09/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8280 231/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 231/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EFC2094 54964516C 08/09/2010 69200 233
EGY4758 54964299C 18/09/2010 50100 162 * I
EGY4758 54964300C 18/09/2010 51180 164 c/c 162 * I
LYH9989 55674751C 07/09/2010 65992 230 * V
LYH9989 55674752C 07/09/2010 50100 162 * I
LYH9989 55674753C 07/09/2010 51180 164 c/c 162 * I

LYI0921	54964520C	09/09/2010	65992	230	* V
MAJ5721	55674763C	09/10/2010	66371	230	* IX
MDV8140	55674759C	09/10/2010	52070	169	
MDZ3656	55674766C	20/10/2010	50100	162	* I
MDZ3656	55674767C	20/10/2010	51180	164	c/c 162 * I
MEC9865	54964293C	23/08/2010	69200	233	
MGU9416	54964523C	16/09/2010	50100	162	* I
MGU9416	54964524C	16/09/2010	65992	230	* V
MHR1427	54964519C	09/09/2010	65800	230	* IV
MIF9176	54964333C	24/08/2010	65991	230	* V
MXW8411	54964294C	23/08/2010	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 233/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 233/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDQ2076	55674757C	05/10/2010	69200	233
LZI2224	55674760C	09/10/2010	50100	162 * I
LZI2224	55674761C	09/10/2010	51180	164 c/c 162 * I
LZI2224	55674762C	09/10/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 235/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 235/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBU7526	54964521C	09/09/2010	65992	230 * V
MBU7526	54964522C	09/09/2010	69120	232
MCV4011	54964337C	27/10/2010	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 237/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 237/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICW8396	54964529C	04/11/2010	69200	233
MIA2753	54964342C	10/11/2010	65991	230 * V
MIA2753	54964338C	10/11/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

TREZE TÍLIAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 294/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 294/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MFG4124 54940185C 06/07/2010 69120 232 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TÍLIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 296/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 296/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCW6812	54940464C	04/05/2010	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 303/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 303/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCW6812	54940181C	04/05/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 304/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 304/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICK8325	55446918C	28/08/2010	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 275/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 275/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBT7140	8731003530	17/09/2009	74550	218 * I	85.12
LYC7908	8731002663	29/06/2009	74550	218 * I	85.12
LZT6686	8731001970	19/04/2009	50020	257 8\$	127.69
MBM3157	8731002730	30/06/2009	74550	218 * I	85.12
MFP6679	8731003542	19/09/2009	74550	218 * I	85.12
MGP4991	8731001751	10/04/2009	50020	257 8\$	85.12
MMF0148	8731003569	20/09/2009	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 286/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTIRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 286/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACL4775	8731003265	22/08/2009	74550	218 * I	85.12
ACL4775	8731003303	22/08/2009	74550	218 * I	85.12
AHF3716	8731002940	23/07/2009	74550	218 * I	85.12
CRF7096	8731003115	02/08/2009	74630	218 * II	127.69
DAX8948	8731003075	03/08/2009	74550	218 * I	85.12
DAX8948	8731003606	24/09/2009	74550	218 * I	85.12
DEW7269	8731001801	08/04/2009	74630	218 * II	127.69
FOF2702	8731002938	22/07/2009	74550	218 * I	85.12
KEG5300	8731003181	04/08/2009	74630	218 * II	127.69
LXO6648	8731003141	03/08/2009	74630	218 * II	127.69
LXO6648	8731003154	03/08/2009	74630	218 * II	127.69
LXO6648	8731003225	13/08/2009	74550	218 * I	85.12
LXO6648	8731003243	16/08/2009	74630	218 * II	127.69

LYV4334	8731002863	19/07/2009	74550	218	*	I	85.12
LZC2733	8731002952	21/07/2009	74550	218	*	I	85.12
LZH4409	8731002869	19/07/2009	74550	218	*	I	85.12
MAH3217	8731001713	03/04/2009	50020	257		8\$	85.12
MBB0746	8731003256	16/08/2009	74630	218	*	II	127.69
MDN0704	8731004075	01/11/2009	74550	218	*	I	85.12
MEY9711	8731001685	30/03/2009	50020	257		8\$	85.12
MEY9711	8731001874	08/04/2009	50020	257		8\$	85.12
MGI8649	8731003114	02/08/2009	74630	218	*	II	127.69
MGX4103	8731003132	09/08/2009	74550	218	*	I	85.12
MHK2780	8731003553	20/09/2009	74630	218	*	II	127.69
MHY3340	8731003885	20/10/2009	74550	218	*	I	85.12
NAJ0005	8731003415	02/09/2009	74630	218	*	II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 329/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 329/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDW4380	8731006301	24/04/2010	74630	218 * II	127.69
MDW4380	8731006309	24/04/2010	74630	218 * II	127.69
MEU3101	8731006315	26/04/2010	74550	218 * I	85.12
MHN9382	8731006168	19/04/2010	74550	218 * I	85.12
MIH8205	8731006887	28/07/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 337/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 337/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIQ8681	8731004961	04/01/2010	74630	218 * II	127.69
CEM9827	8731006900	29/07/2010	74630	218 * II	127.69
DHG5653	8731005343	04/02/2010	74630	218 * II	127.69
DHU1951	8731005309	30/01/2010	74710	218 * III	574.61
IAZ3325	8731006855	19/07/2010	74550	218 * I	85.12
IHE7541	8731006470	23/05/2010	74710	218 * III	574.61
JML2071	8731006298	23/04/2010	74550	218 * I	85.12
LXZ5271	8731005352	30/01/2010	74630	218 * II	127.69
LYC5326	8731004904	01/01/2010	74550	218 * I	85.12
LZS9947	8731004967	07/01/2010	74550	218 * I	85.12
LZW4096	8731006944	01/08/2010	74550	218 * I	85.12
MAJ5819	8731005252	31/01/2010	74550	218 * I	85.12
MBX6547	8731006255	20/04/2010	74550	218 * I	85.12
MCR0306	8731006476	31/05/2010	74550	218 * I	85.12
MDE1753	8731006123	01/04/2010	74550	218 * I	85.12
MDR6487	8731005138	21/01/2010	74550	218 * I	85.12
MFO5125	8731006424	16/05/2010	74550	218 * I	85.12
MGI7646	8731006059	02/04/2010	74630	218 * II	127.69
MGO9421	8731004940	01/01/2010	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 339/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 339/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALE0087	8731006614	13/06/2010	74630	218 * II	127.69
MCM6586	8731007122	23/08/2010	74630	218 * II	127.69
MCW3143	8731006655	14/06/2010	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 295/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 295/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAC7202	55446913C	28/08/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 302/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 302/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYK3056	55446512C	07/11/2010	55250	181 * XV
MBA3728	55446509C	07/11/2010	70482	244 * II
MBD6675	55446481C	13/09/2010	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 305/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 305/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DCE0255 55446942C 02/11/2010 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8731 274/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 274/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AOW9394 8731004022 01/11/2009 74710 218 * III
IDN1036 8731004036 30/10/2009 74550 218 * I
IDN1036 8731004071 31/10/2009 74550 218 * I
MBK9727 8731004086 01/11/2009 74550 218 * I
MEQ6701 8731004088 01/11/2009 74630 218 * II
MFP1407 8731004068 30/10/2009 74630 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 276/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 276/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGJ4762	8731004067	30/10/2009	74710	218 * III
AJU3703	8731003388	03/09/2009	74550	218 * I
AJZ5051	8731003741	13/10/2009	74630	218 * II
ALU2810	8731003729	14/10/2009	74550	218 * I
AML6418	8731003775	13/10/2009	74550	218 * I
APE1220	8731003882	19/10/2009	74550	218 * I
AST0690	8731003455	05/09/2009	74550	218 * I
AZE0993	8731003906	19/10/2009	74550	218 * I
BEL1044	8731003551	20/09/2009	74630	218 * II
BJF2933	8731003523	16/09/2009	74550	218 * I
BZM9079	8731003930	27/10/2009	74550	218 * I
CAP4058	8731003869	12/10/2009	74550	218 * I
CBN3064	8731003927	26/10/2009	74630	218 * II
CCE9719	8731003581	26/09/2009	74550	218 * I
DDL5082	8731004126	04/11/2009	74630	218 * II
DUC3173	8731004070	30/10/2009	74630	218 * II
IKW2463	8731002208	06/05/2009	74630	218 * II
ILK6522	8731003605	30/09/2009	74550	218 * I
JLD7672	8731003616	27/09/2009	74630	218 * II
KJA4945	8731004186	11/11/2009	74550	218 * I
KJO3748	8731003772	13/10/2009	74630	218 * II
LWS2013	8731004172	09/11/2009	74550	218 * I
LWY5827	8731003482	12/09/2009	74550	218 * I
LXG1053	8731003400	09/09/2009	74550	218 * I
LXI2508	8731003877	16/10/2009	74630	218 * II

LXI8097	8731003905	19/10/2009	74550	218	*	I
LXO6648	8731003566	17/09/2009	74550	218	*	I
LXS4459	8731003549	20/09/2009	74630	218	*	II
LYA4361	8731003881	18/10/2009	74630	218	*	II
LYZ5223	8731003967	26/10/2009	74550	218	*	I
LZG5290	8731003996	28/10/2009	74550	218	*	I
MAC8677	8731002391	29/05/2009	74550	218	*	I
MAO1701	8731003997	29/10/2009	74550	218	*	I
MAS5909	8731004216	11/11/2009	74550	218	*	I
MAT3449	8731003607	27/09/2009	74630	218	*	II
MBD8752	8731003774	13/10/2009	74710	218	*	III
MBF1154	8731004165	08/11/2009	74630	218	*	II
MBI6889	8731003903	18/10/2009	74550	218	*	I
MBK2461	8731004035	03/11/2009	74550	218	*	I
MBM3157	8731003917	22/10/2009	74550	218	*	I
MBO1865	8731002457	04/06/2009	74630	218	*	II
MBO8448	8731003896	21/10/2009	74550	218	*	I
MBT3392	8731003895	17/10/2009	74550	218	*	I
MBX6746	8731004094	02/11/2009	74550	218	*	I
MCB6950	8731003576	27/09/2009	74550	218	*	I
MCD0684	8731003834	12/10/2009	74550	218	*	I
MCG1913	8731003898	16/10/2009	74550	218	*	I
MCI5881	8731002065	02/05/2009	74550	218	*	I
MCI5881	8731002114	02/05/2009	74630	218	*	II
MCS3848	8731004044	31/10/2009	74550	218	*	I
MCS3848	8731004085	01/11/2009	74630	218	*	II
MDA0290	8731004096	02/11/2009	74630	218	*	II
MDF6573	8731003345	26/08/2009	74550	218	*	I
MDG2720	8731003552	20/09/2009	74630	218	*	II
MDG5065	8731004016	28/10/2009	74710	218	*	III
MDN8964	8731003941	28/10/2009	74550	218	*	I
MDQ2458	8731002401	28/05/2009	74550	218	*	I
MDT2360	8731004052	01/11/2009	74550	218	*	I
MDT2360	8731004078	01/11/2009	74710	218	*	III
MEK8746	8731003431	06/09/2009	74630	218	*	II
MEN8254	8731003867	12/10/2009	74630	218	*	II
MEP0402	8731002257	16/05/2009	74550	218	*	I
MFA4306	8731003536	19/09/2009	74630	218	*	II
MFA8835	8731003493	15/09/2009	74630	218	*	II
MFB3246	8731003546	20/09/2009	74710	218	*	III
MFD8361	8731003893	19/10/2009	74550	218	*	I
MFL6919	8731004155	05/11/2009	74550	218	*	I
MFW7223	8731003925	25/10/2009	74550	218	*	I
MGD8239	8731004000	29/10/2009	74550	218	*	I
MGK8179	8731003602	27/09/2009	74550	218	*	I
MGO3849	8731003559	21/09/2009	74630	218	*	II
MHA1181	8731003800	11/10/2009	74630	218	*	II
MHA2008	8731003435	06/09/2009	74550	218	*	I
MHD2212	8731003969	29/10/2009	74630	218	*	II
MHI2983	8731003886	20/10/2009	74550	218	*	I
MHI2983	8731003938	26/10/2009	74550	218	*	I
MHR5075	8731003726	13/10/2009	74550	218	*	I
MIC2606	8731003884	20/10/2009	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 284/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 284/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHZ5674	8731005128	18/01/2010	74630	218 * II
LYI1012	8731005069	13/01/2010	74550	218 * I
MDT3802	8731005097	15/01/2010	74630	218 * II
MFV5771	8731005075	16/01/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 285/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 285/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACM4597	8731004264	21/11/2009	74550	218 * I
ALN0643	8731004906	01/01/2010	74710	218 * III
LXI7020	8731004362	02/12/2009	74630	218 * II
LXL9639	8731004211	19/11/2009	74550	218 * I
LXT4077	8731004266	22/11/2009	74630	218 * II
MCQ2908	8731004338	01/12/2009	74550	218 * I
MDD0734	8731004311	20/11/2009	74630	218 * II
MDF0708	8731004261	21/11/2009	74550	218 * I
MDZ5128	8731004288	23/11/2009	74550	218 * I
MFD5574	8731004276	23/11/2009	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 306/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 306/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALC8803	8731006029	28/03/2010	74550	218 * I
AOF4107	8731006120	02/04/2010	74550	218 * I
BIH3363	8731006048	02/04/2010	74550	218 * I
LXB1875	8731005998	28/03/2010	74550	218 * I
LXB1875	8731006027	30/03/2010	74710	218 * III
LYH6467	8731006049	05/04/2010	74550	218 * I

LYH6467	8731006053	02/04/2010	74550	218	*	I
LYH6467	8731006109	05/04/2010	74550	218	*	I
MBI9928	8731006137	07/04/2010	74630	218	*	II
MCI3243	8731006008	27/03/2010	74550	218	*	I
MCI3243	8731006016	29/03/2010	74550	218	*	I
MDW6278	8731006133	04/04/2010	74710	218	*	III
MDY4830	8731006060	02/04/2010	74630	218	*	II
MGY1543	8731005988	28/03/2010	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA

DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 328/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTIRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 328/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AML0192	8731007061	17/08/2010	74550	218	*	I
AWA0102	8731007213	15/09/2010	74550	218	*	I
DGG6245	8731007243	07/09/2010	74630	218	*	II
LXU5440	8731007123	24/08/2010	74710	218	*	III
MAM8935	8731007106	21/08/2010	74550	218	*	I
MCB7812	8731007084	23/08/2010	74550	218	*	I
MCR7108	8731007050	15/08/2010	74550	218	*	I
MDX7306	8731007206	12/09/2010	74550	218	*	I
MGE5431	8731007029	11/08/2010	74550	218	*	I
MGE7169	8731007066	18/08/2010	74630	218	*	II
MGR3485	8731007211	15/09/2010	74550	218	*	I
MIR2505	8731007129	25/08/2010	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 330/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 330/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HPO3252	8731007220	06/09/2010	74630	218 * II
MAJ9147	8731007086	24/08/2010	74630	218 * II
MBS6831	8731006961	13/08/2010	74550	218 * I
MEH7638	8731007134	21/08/2010	74550	218 * I
MGB8208	8731007287	10/09/2010	74550	218 * I
MHM3376	8731007142	22/08/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 336/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 336/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGD3449	8731007704	29/10/2010	74550	218 * I
AHJ5336	8731007169	05/09/2010	74550	218 * I
AJM5154	8731006868	27/07/2010	74550	218 * I
AMT9936	8731006935	31/07/2010	74550	218 * I
AOI7051	8731007164	05/09/2010	74550	218 * I
CWH3131	8731006901	30/07/2010	74630	218 * II
JOL9840	8731007738	29/10/2010	74550	218 * I
LWT3098	8731007259	08/09/2010	74550	218 * I
MBV0626	8731007642	20/10/2010	74550	218 * I
MCD8357	8731007196	06/09/2010	74550	218 * I
MCF6066	8731007291	10/09/2010	74630	218 * II
MEN3995	8731006881	25/07/2010	74630	218 * II
MER9295	8731007714	29/10/2010	74550	218 * I
MFQ3771	8731007647	22/10/2010	74550	218 * I
MFY6679	8731007701	27/10/2010	74550	218 * I
MGK6675	8731006797	21/07/2010	74630	218 * II
MGK6675	8731006839	21/07/2010	74630	218 * II
MHO4666	8731007741	30/10/2010	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8731 338/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 338/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIC5037	8731007584	20/10/2010	74550	218 * I
CDF7760	8731007745	31/10/2010	74630	218 * II
EBO7888	8731007936	18/11/2010	74550	218 * I
FLA0406	8731007849	11/11/2010	74630	218 * II
JOL9840	8731007779	09/11/2010	74550	218 * I
LWU4873	8731004757	26/12/2009	74550	218 * I
LYD6685	8731007867	12/11/2010	74550	218 * I
LYL6645	8731007727	04/11/2010	74710	218 * III
LYZ8328	8731007918	14/11/2010	74550	218 * I
MBI2844	8731007879	13/11/2010	74550	218 * I
MBI8628	8731007890	16/11/2010	74630	218 * II
MBI8628	8731007933	16/11/2010	74550	218 * I
MBT2804	8731007433	06/10/2010	74550	218 * I
MDY7559	8731007871	17/11/2010	74550	218 * I
MDZ5999	8731007886	14/11/2010	74630	218 * II
MEY4339	8731007904	12/11/2010	74630	218 * II
MFE4539	8731004895	01/01/2010	74550	218 * I
MFG8546	8731007697	26/10/2010	74550	218 * I
MIR8270	8731007840	08/11/2010	74550	218 * I
MJL5600	8731007739	29/10/2010	74630	218 * II
MJS0057	8731007673	21/10/2010	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

VARGEM BONITA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 101/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 101/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ3886	54777213C	27/03/2010	52070	169	53.20
LZQ3886	54777214C	27/03/2010	52151	170	191.53
LZQ3886	54777214C	27/03/2010	52742	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 99/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 99/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BHE3071	54777209C	21/03/2010	52741	175	191.53
BHE3071	54777212C	21/03/2010	51691	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 100/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 100/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZD0544 54777558C 09/08/2010 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 102/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 102/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXJ1616 54777559C 23/09/2010 52070 169

LXJ1616	54777560C	23/09/2010	51851	167
LXJ1616	54777561C	23/09/2010	50450	162 * V
LXJ1616	54777562C	23/09/2010	50960	163 c/c 162 * V
LXJ1616	54777563C	23/09/2010	52741	175
LXJ1616	54777564C	23/09/2010	52742	175
LXJ1616	54777565C	23/09/2010	54282	181 * V
LXJ1616	54777566C	23/09/2010	58350	195
LXJ1616	54777567C	23/09/2010	60760	210
LXJ1616	54777568C	23/09/2010	62970	220 * IV
LXJ1616	54777569C	23/09/2010	67691	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 103/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 103/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GTD6740	54777502C	02/10/2010	66372	230 * IX
GTD6740	54777503C	02/10/2010	67692	230 * XXII
LWR8993	54777573C	03/10/2010	50100	162 * I
LWR8993	54777577C	03/10/2010	50610	163 c/c 162 * I
LWR8993	54777576C	03/10/2010	58350	195
LWR8993	54777578C	03/10/2010	65561	230 * I
LWR8993	54777579C	03/10/2010	65992	230 * V
LWR8993	54777580C	03/10/2010	65640	230 * II
LWR8993	54777581C	03/10/2010	69120	232
LXI6035	54777440C	05/10/2010	51851	167
MEG9305	54777574C	29/09/2010	50100	162 * I
MEG9305	54777575C	29/09/2010	50610	163 c/c 162 * I
MEG9305	54777582C	29/09/2010	69800	239

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 104/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 104/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYX5357	54777585C	08/10/2010	52741	175
LYX5357	54777586C	08/10/2010	58350	195
LYX5357	54777583C	08/10/2010	69120	232
LYX5357	54777584C	08/10/2010	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 105/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 105/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIX7142	54777451C	07/11/2010	50100	162 * I
AIX7142	54777452C	07/11/2010	50610	163 c/c 162 * I
MCN6992	54777263C	14/11/2010	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8645 106/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 106/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAQ1127	54777454C	07/11/2010	69120	232
MBA5671	54777587C	31/10/2010	65564	230 * I
MBA5671	54777589C	31/10/2010	52741	175
MBA5671	54777588C	31/10/2010	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 97/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 97/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAJ1602	54777217C	11/04/2010	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 98/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 98/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDF9879 54777432C 03/05/2010 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

VIDAL RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 175/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 175/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

ALN2916 54574707C 02/07/2010 66102 230 * VII 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 179/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 179/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGK8082	55942110C	30/08/2010	66372	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 156/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 156/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DQR0270	54574769C	15/12/2009	59161	202 * II
DQR0270	54574770C	15/12/2009	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 157/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 157/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWZ3890	54574771C	19/12/2009	57380	186 * II
MGF9814	54574784C	28/12/2009	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 158/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 158/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYP9264	54574783C	28/12/2009	51851	167
LZW4474	54574753C	26/11/2009	55250	181 * XV
MCT6583	54574787C	09/01/2010	68580	231 * VII
MCT6583	54574788C	09/01/2010	70722	244 * V
MGR7397	54574794C	20/01/2010	73662	252 * VI
MGR7397	54574795C	20/01/2010	58350	195
MHQ6942	54574700C	20/11/2009	52152	170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 159/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 159/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLN2111	54574531C	08/02/2010	66532	230 * XI
CVA6614	54574762C	12/12/2009	52743	175
MEY5050	54574777C	22/12/2009	65992	230 * V
MEY5050	54574776C	22/12/2009	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 172/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 172/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWY2986	54574360C	07/06/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 173/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 173/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASN7688	54574382C	28/06/2010	57380	186 * II
ASN7688	54574383C	28/06/2010	65563	230 * I
DQR0270	54574377C	26/06/2010	55250	181 * XV
GUB0702	54574392C	16/07/2010	51851	167
MDZ8015	54574373C	19/06/2010	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 174/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 174/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAY8884	55942112C	02/09/2010	61733	215 * I * b
MEX8511	54574710C	13/08/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 176/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 176/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXC0481	54574540C	15/09/2010	67692	230 * XXII
LXC0481	54574539C	15/09/2010	66020	230 * VI
MAF1196	55942132C	05/10/2010	51930	168
MAF1196	55942133C	05/10/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
EDSON ANTUNES JACQUES

DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 177/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 177/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGK2892	55942148C	17/10/2010	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 178/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 178/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXC0543	54574396C	28/07/2010	50100	162 * I
LXX4738	54574395C	25/07/2010	55250	181 * XV
LZN2651	54574594C	31/07/2010	50100	162 * I
LZN2651	54574596C	31/07/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES

DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

VITOR MEIRELES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 135/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 135/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT0030	54701537B	16/09/2007	69470	235	127.69
LYN7267	54699625B	22/09/2007	65990	230 * V	191.54
MBA4263	54699610B	13/03/2007	69120	232	53.20
MBA4263	54699609B	13/03/2007	65560	230 * I	191.54
MBA4263	54699608B	13/03/2007	65990	230 * V	191.54
MEU6063	54629562C	03/10/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 137/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 137/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR1587	55442612B	21/02/2008	69120	232	53.20
LWR1587	55442613B	21/02/2008	65990	230 * V	191.54
LWR3167	55442604B	02/02/2008	55250	181 * XV	85.13
LXD2846	54699624B	09/09/2007	65990	230 * V	191.54
LXD2846	54699623B	09/09/2007	70300	244 * I	191.54
LXD2846	54699622B	09/09/2007	52740	175	191.54
LXD2846	54699621B	09/09/2007	52150	170	191.54
LXD2846	54699620B	09/09/2007	52070	169	53.20
LXJ9464	54632348C	12/09/2009	52741	175	191.53
LXQ2014	54701236B	23/03/2007	50100	162 * I	574.61
LXQ2014	54701237B	23/03/2007	69120	232	53.20
LXQ2014	54701238B	23/03/2007	65560	230 * I	191.54
LXQ2014	54701239B	23/03/2007	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LYG7774	54701217B	31/12/2006	65990	230 * V	191.54
LYN0287	54631971C	08/02/2009	70301	244 * I	191.53
LYS2919	54701539B	01/10/2007	70300	244 * I	191.54
LYW2301	54701516B	09/03/2007	55090	181 * XIII	85.13
LYX0015	55085180A	04/06/2006	70480	244 * II	191.54
LYX0015	55085163A	05/05/2006	70480	244 * II	191.54
LYZ7783	54631981C	25/02/2009	58350	195	127.69
LZB6866	55085197A	25/08/2006	52740	175	191.54
LZB6866	55085198A	25/08/2006	65990	230 * V	191.54
LZL9915	54701203B	30/11/2006	50100	162 * I	574.61
LZL9915	54701204B	30/11/2006	69120	232	53.20
MAB5258	54632002C	26/03/2009	65992	230 * V	191.53
MAB5258	54632004C	26/03/2009	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAB5258	54632005C	26/03/2009	51851	167	127.69
MAB5258	54632006C	26/03/2009	73400	252 * IV	85.12
MBH9843	54632106C	03/05/2009	66450	230 * X	127.69
MBH9843	54632105C	03/05/2009	66531	230 * XI	127.69
MBM1574	54632118C	18/05/2009	54870	181 * XI	127.69
MBY3497	54632024C	29/03/2009	65992	230 * V	191.53
MBY3497	54632025C	29/03/2009	65563	230 * I	191.53
MCC5221	54701531B	08/09/2007	50450	162 * V	191.54
MDZ5879	55085158A	26/04/2006	66020	230 * VI	191.53
MEB0237	54632142C	28/05/2009	73400	252 * IV	85.12
MEK8051	55443327B	19/07/2008	65992	230 * V	191.53
MEK8051	55443324B	19/07/2008	50100	162 * I	574.61
MEO4130	55443308B	23/05/2008	65990	230 * V	191.54

MEO4130	55443310B	23/05/2008	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MEO4130	55443311B	23/05/2008	66530	230	* XI	127.69
MEO4130	55443313B	23/05/2008	70300	244	* I	191.54
MFH3256	54632262C	25/06/2009	70481	244	* II	191.53
MFH3256	54631989C	17/03/2009	70302	244	* I	191.53
MFH3256	54632009C	26/03/2009	54100	181	* IV	85.12
MFH3256	54632020C	29/03/2009	73400	252	* IV	85.12
MFL1898	54699631B	22/12/2007	55250	181	* XV	85.13
MFZ6771	54632110C	08/05/2009	63510	220	* X	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 139/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 139/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYW0287	54631972C	08/02/2009	65800	230 * IV	191.53
LYW0287	54631970C	08/02/2009	50100	162 * I	574.61
MEA8511	55085173A	26/05/2006	65990	230 * V	191.54
MEA8511	55085173A	26/05/2006	65560	230 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 141/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 141/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
COI8073	54631983C	10/03/2009	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXU4821	54632051C	04/04/2009	50100	162 * I	574.61
LXU4821	54632052C	04/04/2009	65992	230 * V	191.53
LXU4821	54632054C	04/04/2009	58350	195	127.69
MBI4797	54632116C	15/05/2009	50100	162 * I	574.61
MBI4797	54632117C	15/05/2009	65992	230 * V	191.53
MBR8746	54629551C	23/09/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 143/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 143/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

ACV8247	54632035C	01/04/2009	65992	230	* V	191.53
AEH0633	54632060C	07/04/2009	69120	232		53.20
COI8073	54632125C	21/05/2009	66372	230	* IX	127.69
COI8073	54632126C	21/05/2009	51180	164	c/c 162 * I	574.61
COI8073	54631982C	10/03/2009	50100	162	* I	574.61
COI8073	54631984C	10/03/2009	65992	230	* V	191.53
COI8073	54631985C	10/03/2009	51691	165		957.69
LWU1853	54631996C	21/03/2009	65992	230	* V	191.53
LWV5810	54632095C	27/04/2009	54870	181	* XI	127.69
LXB0601	55443306B	18/05/2008	50100	162	* I	574.61
LXU4914	54699640B	07/05/2008	65990	230	* V	191.54
LXU4914	54699641B	07/05/2008	70480	244	* II	191.54
LXU4914	54699642B	07/05/2008	69120	232		53.20
LXU4914	54699643B	07/05/2008	65800	230	* IV	191.54
LYO8905	54699633B	24/12/2007	50100	162	* I	574.61
LYO8905	54699634B	24/12/2007	65990	230	* V	191.54
LYT4659	55443314B	27/05/2008	66370	230	* IX	127.69
LYT8114	54632146C	04/06/2009	65992	230	* V	191.53
LYT8114	54632145C	04/06/2009	50100	162	* I	574.61
LZD2868	54701548B	22/10/2007	70300	244	* I	191.54
LZF9717	55442637B	11/04/2008	70560	244	* III	191.54
LZF9717	55442638B	11/04/2008	50100	162	* I	574.61
LZF9717	55442639B	11/04/2008	51180	164	c/c 162 * I	574.61
LZF9717	55442640B	12/04/2008	70560	244	* III	191.54
LZF9717	55442641B	12/04/2008	58350	195		127.69
LZF9717	55442642B	12/04/2008	63940	220	* XIV	191.54
LZJ1318	54631920C	06/11/2008	51851	167		127.69
MAD0197	54632069C	09/04/2009	51691	165		957.69
MAH8896	54632072C	18/04/2009	50100	162	* I	574.61
MAH8896	54632073C	18/04/2009	70481	244	* II	191.53
MAH8896	54632080C	18/04/2009	69120	232		53.20
MAH8896	54632081C	18/04/2009	65992	230	* V	191.53
MAJ2823	54632090C	25/04/2009	55250	181	* XV	85.12
MAJ2823	54632091C	25/04/2009	64591	225	* I	127.69
MAO0362	54631950C	04/02/2009	73150	252	* I	85.12
MAS8861	54631980C	16/02/2009	50100	162	* I	574.61
MAU1338	55442632B	05/04/2008	50100	162	* I	574.61
MAU1338	55442633B	05/04/2008	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MAU1338	55442634B	05/04/2008	65990	230	* V	191.54
MAU1338	55443305B	18/05/2008	69120	232		53.20
MAU1338	55443303B	18/05/2008	50100	162	* I	574.61
MAU1338	55443304B	18/05/2008	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MAX0972	54632061C	07/04/2009	70481	244	* II	191.53
MAX0972	54632062C	07/04/2009	73400	252	* IV	85.12
MBA3669	54631988C	12/03/2009	70481	244	* II	191.53
MBJ3812	54632033C	31/03/2009	70301	244	* I	191.53
MBJ3812	54632034C	31/03/2009	73400	252	* IV	85.12
MBL5800	54632038C	03/04/2009	51851	167		127.69
MBL5800	54632039C	03/04/2009	52152	170		191.53
MBR0841	54632000C	26/03/2009	52742	175		191.53
MBR0841	54632001C	26/03/2009	63941	220	* XIV	191.53
MCD1130	54632026C	29/03/2009	65992	230	* V	191.53
MCV5958	54632074C	18/04/2009	50100	162	* I	574.61
MCV5958	54632075C	18/04/2009	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MCV5958	54632076C	18/04/2009	70301	244	* I	191.53
MCV5958	54632077C	18/04/2009	65992	230	* V	191.53
MDE8150	54632036C	02/04/2009	51851	167		127.69
MDL1716	54632255C	14/06/2009	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MDL1716	54632254C	14/06/2009	50100	162	* I	574.61
MDQ0797	54632045C	03/04/2009	65561	230	* I	191.53
MDR3902	54631912C	26/10/2008	70481	244	* II	191.53
MDR3902	54631913C	26/10/2008	50100	162	* I	574.61

MDR3902	54631914C	26/10/2008	65992	230	*	V	191.53
MDV6854	55442629B	30/03/2008	70480	244	*	II	191.54
MEI7321	54632030C	30/03/2009	50100	162	*	I	574.61
MEI7321	54632058C	06/04/2009	70302	244	*	I	191.53
MHE2324	54632253C	11/06/2009	52151	170			191.53
MHE2324	54632252C	11/06/2009	61060	213	*	I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 144/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 144/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU9370	54632344C	12/09/2009	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 148/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 148/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HRN1957	54629635C	06/12/2009	51851	167	127.69
LZD0151	54630029C	19/12/2009	73662	252 * VI	85.12
MDJ9946	54629624C	06/12/2009	50100	162 * I	574.61
MDJ9946	54629625C	06/12/2009	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDJ9946	54629626C	06/12/2009	65565	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 150/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 150/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDW2151	54630042C	27/12/2009	70301	244 * I	191.53
MDW2151	54630043C	27/12/2009	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 153/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 153/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANT0098	54630078C	07/01/2010	65565	230 * I	191.53
ANT0098	54630083C	07/01/2010	66372	230 * IX	127.69
ANT0098	54630080C	07/01/2010	51503	164 c/c 162 * VI	191.53
ANT0098	54630082C	07/01/2010	52151	170	191.53
ANT0098	54630076C	07/01/2010	65992	230 * V	191.53
ANT0098	54630079C	07/01/2010	50533	162 * VI	191.53
ANT0098	54630081C	07/01/2010	58350	195	127.69
MBA9056	54632673C	25/01/2010	58350	195	127.69
MBA9056	54632672C	25/01/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 156/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 156/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBJ1046	54632741C	18/03/2010	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 158/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 158/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIE7664	55442812B	02/04/2010	65991	230 * V	191.53
MIE7664	55442813B	02/04/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 161/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 161/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU0718	55680964C	01/06/2010	65992	230 * V	191.53
MBS3720	55680953C	26/05/2010	65992	230 * V	191.53
MBS3720	55680952C	26/05/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBS3720	55680951C	26/05/2010	50100	162 * I	574.61
MCX0233	55680963C	29/05/2010	65992	230 * V	191.53
MCX0233	55680962C	29/05/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCX0233	55680961C	29/05/2010	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 163/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 163/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK2686	55681054C	25/06/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ABK2686	55681053C	25/06/2010	50100	162 * I	574.61
AJU3940	55680986C	16/06/2010	50450	162 * V	191.53
AJU3940	55680987C	16/06/2010	65992	230 * V	191.53
LXR8675	55680982C	08/06/2010	63941	220 * XIV	191.53
MIO5970	54631852C	02/05/2010	50100	162 * I	574.61
MIO5970	54631853C	02/05/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 165/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 165/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAP1805	55681070C	02/07/2010	52070	169	53.20
MCL5192	55680981C	13/06/2010	50100	162 * I	574.61
MCL5192	55680985C	13/06/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 167/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 167/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GWR1380	55681090C	12/07/2010	51852	167	127.69
GWR1380	55681080C	04/07/2010	58350	195	127.69
GWR1380	55681081C	04/07/2010	65482	229	85.12
GWR1380	55681077C	04/07/2010	51851	167	127.69
GWR1380	55681078C	04/07/2010	52312	172	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 169/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 169/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGI0221	55681127C	13/08/2010	50100	162 * I	574.61

MDG7273	55681112C	26/07/2010	65992	230 * V	191.53
MDG7273	55681113C	26/07/2010	50100	162 * I	574.61
MDG7273	55681114C	26/07/2010	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 171/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 171/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CXB7342	54631891C	23/05/2010	58350	195	127.69
CXB7342	54631892C	23/05/2010	60760	210	191.53
CXB7342	55681356C	25/08/2010	50100	162 * I	574.61
CXB7342	55681357C	25/08/2010	66532	230 * XI	127.69
LWX7546	55681146C	21/08/2010	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 173/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 173/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEC0897	55681370C	05/09/2010	66532	230 * XI	127.69
MEC0897	55681371C	05/09/2010	70302	244 * I	191.53
MEC0897	55681372C	05/09/2010	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 133/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 133/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBN2299	54629590C	10/11/2009	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 134/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 134/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BAY2050	54629636C	06/12/2009	63944	220 * XIV
BAY2050	54629637C	06/12/2009	58350	195
BAY2050	54629638C	06/12/2009	51852	167
LYN3804	54629566C	04/10/2009	51852	167
LYN3804	54629563C	04/10/2009	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 136/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 136/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYR8152	54630014C	17/12/2009	65565	230 * I
LYR8152	54630013C	17/12/2009	65563	230 * I
LZM2237	54629605C	15/11/2009	50100	162 * I
LZM9303	54629612C	29/11/2009	51851	167
LZN4762	54630033C	20/12/2009	65992	230 * V
LZN4762	54630034C	20/12/2009	65561	230 * I
MAE8422	54630012C	15/12/2009	55760	182 * I
MAV4512	54629611C	29/11/2009	51852	167
MBS1064	54629629C	06/12/2009	62620	220 * I
MCT4866	54629630C	06/12/2009	65992	230 * V
MCT4866	54629631C	06/12/2009	66372	230 * IX
MGH7443	54630046C	27/12/2009	51852	167
MNC3318	54629627C	06/12/2009	51851	167
MNC3318	54629628C	06/12/2009	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 138/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 138/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HAE9441	54630049C	26/12/2009	55250	181 * XV
LZL0763	54629622C	06/12/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 140/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 140/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALD2357	54630054C	01/01/2010	66371	230 * IX
ALD2357	54630055C	01/01/2010	51851	167
ALD2357	54630053C	01/01/2010	65992	230 * V
ALD2357	54630056C	01/01/2010	52151	170
ALD2357	54630057C	01/01/2010	58433	196
APD0837	54630059C	01/01/2010	65300	228
MAB1092	54632662C	21/01/2010	51851	167
MBG2767	54630092C	10/01/2010	50100	162 * I
MBG2767	54630093C	10/01/2010	51180	164 c/c 162 * I
MBG2767	54630094C	10/01/2010	65992	230 * V
MBG2767	54630095C	10/01/2010	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 142/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 142/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHT8436	54630047C	27/12/2009	51851	167
LYG4659	54630051C	01/01/2010	65992	230 * V
LYG4659	54630052C	01/01/2010	65564	230 * I
LYT9533	54630084C	10/01/2010	66532	230 * XI
LYT9533	54630084C	10/01/2010	65992	230 * V
LZM9303	54630006C	13/12/2009	65300	228
LZM9303	54630005C	13/12/2009	51851	167
MBE6049	54630007C	14/12/2009	65561	230 * I
MBE6049	54630008C	14/12/2009	67693	230 * XXII
MBI4438	54630019C	17/12/2009	59670	203 * V
MDQ3462	54630060C	03/01/2010	51180	164 c/c 162 * I
MDQ3462	54630061C	03/01/2010	65565	230 * I
MDQ3462	54630062C	03/01/2010	50100	162 * I
MDQ3462	54630061C	03/01/2010	65992	230 * V
MEJ4169	54630067C	03/01/2010	66371	230 * IX
MEJ4169	54630068C	03/01/2010	65992	230 * V
MEJ4169	54630069C	03/01/2010	69120	232
MEJ4169	54630065C	03/01/2010	51180	164 c/c 162 * I
MEJ4169	54630066C	03/01/2010	50100	162 * I
MEL3930	54632659C	16/01/2010	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 145/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 145/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DBX9239	54630100C	13/01/2010	65992	230 * V
MAE1885	54632723C	14/02/2010	63944	220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 146/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 146/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDL3483	54630086C	10/01/2010	58350	195
MDL3483	54630087C	10/01/2010	58198	193
MDL3483	54630088C	10/01/2010	52152	170
MDL3483	54630089C	10/01/2010	58433	196
MEB9980	54632682C	30/01/2010	50100	162 * I
MEB9980	54632683C	30/01/2010	51180	164 c/c 162 * I
MEJ1040	54632694C	31/01/2010	65561	230 * I
MEJ1040	54632696C	31/01/2010	58350	195
MEJ1040	54632695C	31/01/2010	67692	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 147/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 147/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAZ5431	54632738C	13/03/2010	51851	167
AAZ5431	54632742C	17/03/2010	51851	167
IIV6200	54632656C	15/01/2010	51851	167
LYI7340	54632707C	06/02/2010	70301	244 * I
LYJ7991	54632706C	05/02/2010	50450	162 * V
LYJ7991	54632703C	05/02/2010	70301	244 * I
LYM4157	54632729C	21/02/2010	73400	252 * IV
LYM4157	54632728C	21/02/2010	51851	167
LYY1495	55442816B	02/04/2010	55250	181 * XV

LZM9303	54632680C	29/01/2010	66372	230	*	IX
LZQ4095	55442825B	02/04/2010	65992	230	*	V
LZQ4095	55442824B	02/04/2010	51180	164	c/c	162 * I
LZQ4095	55442823B	02/04/2010	50100	162	*	I
LZQ4095	55442822B	02/04/2010	51851	167		
MAB5258	54632734C	12/03/2010	65992	230	*	V
MBH1485	54632737C	13/03/2010	55250	181	*	XV
MBL6710	54632730C	21/02/2010	70301	244	*	I
MCM9302	54632714C	11/02/2010	67692	230	*	XXII
MCM9302	54632719C	11/02/2010	51851	167		
MDM1820	54632700C	05/02/2010	59241	203	*	I
MDY4920	54632713C	05/02/2010	70481	244	*	II
MDY6564	54632708C	06/02/2010	51851	167		
MEL9615	54632697C	03/02/2010	70301	244	*	I
MFA1350	54632701C	05/02/2010	65561	230	*	I
MFA1350	54632704C	05/02/2010	70301	244	*	I
MGQ3144	54632739C	13/03/2010	52742	175		
MGT2047	54632725C	16/02/2010	70481	244	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 149/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 149/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABK2686	55442821B	02/04/2010	70301	244 * I
CYN3939	54632735C	12/03/2010	51852	167
CYN3939	54632740C	12/03/2010	65300	228
IIF7835	54632750C	28/03/2010	70721	244 * V
MEP8654	55442828B	03/04/2010	70301	244 * I
MET2132	55442820B	02/04/2010	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 151/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 151/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ3297	54632749C	27/03/2010	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 152/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 152/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT9986	55442847B	18/04/2010	65561	230 * I
LZV6238	55442830B	08/04/2010	65992	230 * V
LZV6238	55442831B	08/04/2010	51180	164 c/c 162 * I
LZV6238	55442832B	08/04/2010	50100	162 * I
MAG9405	55442845B	18/04/2010	50100	162 * I
MAG9405	55442846B	18/04/2010	51691	165
MBY7350	55442848B	17/04/2010	60681	209
MDL3483	55442838B	17/04/2010	66371	230 * IX
MDL3483	55442839B	17/04/2010	66532	230 * XI
MDL3483	55442840B	17/04/2010	70561	244 * III
MDL3483	55442841B	17/04/2010	52151	170
MDL3483	55442842B	17/04/2010	69120	232
MDL3483	55442843B	17/04/2010	73400	252 * IV
MDL3483	55442844B	17/04/2010	58350	195
MHP8454	54631857C	02/05/2010	50100	162 * I
MHP8454	54631858C	02/05/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 154/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 154/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHE7910	54631863C	06/05/2010	51852	167
LYR8914	55680956C	26/05/2010	66372	230 * IX
LYR8914	55680955C	26/05/2010	65992	230 * V
MBZ0268	54631866C	08/05/2010	50100	162 * I
MBZ0268	54631867C	08/05/2010	65992	230 * V
MDK4053	54631869C	08/05/2010	70301	244 * I
MDS7059	54631875C	14/05/2010	70481	244 * II
MGP0824	55680957C	26/05/2010	63944	220 * XIV
MGP0824	55680958C	26/05/2010	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8390 155/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 155/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXD5503	54631889C	23/05/2010	65992	230 * V
MEB9980	54631888C	23/05/2010	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 157/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 157/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZJ4325	55680980C	08/06/2010	66372	230 * IX
MCD0300	55680975C	07/06/2010	50100	162 * I
MEM9320	55681052C	23/06/2010	51180	164 c/c 162 * I
MEM9320	55681051C	23/06/2010	50100	162 * I
MEY2663	55680959C	27/05/2010	70301	244 * I
MGW0356	54631884C	23/05/2010	50100	162 * I
MGW0356	54631885C	23/05/2010	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 159/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 159/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBS4729	55681072C	04/07/2010	55250	181 * XV
MFV4152	55680989C	18/06/2010	65565	230 * I
MFV4152	55680990C	18/06/2010	70561	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 160/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 160/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBT0897	55681069C	02/07/2010	51852	167
JFD1605	55681104C	20/07/2010	53800	181 * I
JNR9622	55681099C	14/07/2010	64080	221
LWT4230	54632658C	16/01/2010	65992	230 * V
LXK3928	55681064C	25/06/2010	54281	181 * V
LXS7990	54632663C	15/01/2010	52742	175

LXS7990	54632657C	15/01/2010	51851	167	
MAT0062	55681082C	04/07/2010	58350	195	
MAT0062	55681083C	04/07/2010	52741	175	
MBW6994	55681068C	30/06/2010	58350	195	
MBW6994	55681067C	30/06/2010	52152	170	
MDZ7113	55681087C	10/07/2010	65992	230	* V
MDZ7113	55681088C	10/07/2010	69120	232	
MDZ7113	55681089C	10/07/2010	50100	162	* I
MEF2512	55681055C	25/06/2010	50450	162	* V
MEF2512	55681056C	25/06/2010	51420	164	c/c 162 * V
MEL3930	54632688C	30/01/2010	51852	167	
MEL3930	54632685C	30/01/2010	66700	230	* XIII
MEP2138	55681058C	26/06/2010	50100	162	* I
MEP2138	55681061C	26/06/2010	65561	230	* I
MEP2138	55681059C	26/06/2010	51180	164	c/c 162 * I
MEP2138	55681060C	26/06/2010	65992	230	* V
MER6521	55681066C	29/06/2010	70301	244	* I
MGQ0535	55681062C	26/06/2010	50100	162	* I
MGR0924	55681065C	25/06/2010	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 162/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 162/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

IHH7500	55681115C	27/07/2010	66372	230 * IX
IHH7500	55681118C	29/07/2010	67693	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 164/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 164/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJU3940	55681120C	04/08/2010	65992	230 * V
MBF0323	55680997C	19/06/2010	70481	244 * II
MCJ5371	55681108C	23/07/2010	52742	175
MCO5311	55681086C	08/07/2010	50100	162 * I
MCO5311	55681084C	08/07/2010	65992	230 * V
MEO0609	55681119C	31/07/2010	70481	244 * II
MFG2037	55681117C	29/07/2010	50100	162 * I
MHH9184	55681106C	23/07/2010	70561	244 * III
MHJ0082	55681098C	13/07/2010	51420	164 c/c 162 * V
MHJ0082	55681096C	13/07/2010	50450	162 * V
MHS3685	55681121C	07/08/2010	50100	162 * I
MIO5970	55681110C	23/07/2010	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 166/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 166/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYC3862	55681130C	14/08/2010	64080	221
LYK6236	55681122C	07/08/2010	51851	167
LYR6558	55681150C	22/08/2010	52312	172
LYS0653	55681149C	22/08/2010	66532	230 * XI
MBF3294	55681132C	14/08/2010	70302	244 * I
MBF3294	55681131C	14/08/2010	69120	232
MBY2272	55681135C	16/08/2010	55250	181 * XV
MCV9313	55681148C	22/08/2010	65992	230 * V
MGT3401	55681147C	21/08/2010	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 168/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 168/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIW5306	55680364C	30/09/2010	54521	181 * VIII
LXE8385	55681378C	02/09/2010	54100	181 * IV
LXQ4379	55681379C	04/09/2010	51852	167
LYC3862	55681386C	11/09/2010	64080	221
MDK4053	55681362C	28/08/2010	70302	244 * I
MEL0632	55681361C	28/08/2010	66531	230 * XI
MEL0632	55681360C	28/08/2010	65561	230 * I
MEO2417	55681385C	11/09/2010	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8390 170/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 170/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXK2628	55680389C	10/10/2010	50100	162 * I
MBT9362	55680382C	10/10/2010	65992	230 * V
MEB7052	55680387C	10/10/2010	70302	244 * I
MEB7052	55680386C	10/10/2010	50100	162 * I
MGP1459	55680388C	10/10/2010	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 172/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 172/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXQ2014	55680383C	10/10/2010	65992	230 * V
LYF6567	55680362C	27/09/2010	52070	169
LYF6567	55680363C	27/09/2010	69120	232
LYF6567	55680359C	22/09/2010	51691	165
LYF6567	55680360C	27/09/2010	51851	167
LYF6567	55680361C	27/09/2010	66372	230 * IX
MAL6483	55680369C	03/10/2010	51691	165
MAL6483	55680370C	03/10/2010	52152	170
MAL6483	55680371C	03/10/2010	66372	230 * IX
MAN6089	55681366C	31/08/2010	66531	230 * XI
MAY5630	55681399C	15/09/2010	50100	162 * I
MAY5630	55681400C	15/09/2010	51180	164 c/c 162 * I
MCV4855	55680351C	19/09/2010	65992	230 * V
MCV4855	55680352C	19/09/2010	66372	230 * IX
MIE7664	55680999C	20/06/2010	50100	162 * I
MIE7664	55681000C	20/06/2010	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 174/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 174/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEU6063 55680524C 24/11/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA